REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXIV - Nº 183 - TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2009/2010)

PRESIDENTE	MICHEL TEMER – PMDB-SP
1º VICE-PRESIDENTE	MARCO MAIA – PT-RS
2º VICE-PRESIDENTE	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – DEM-BA
1º SECRETÁRIO	RAFAEL GUERRA – PSDB-MG
2º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR-PE
3º SECRETÁRIO	ODAIR CUNHA – PT-MG
4º SECRETÁRIO	NELSON MARQUEZELLI – PTB-SP
1º SUPLENTE	MARCELO ORTIZ – PV-SP
2º SUPLENTE	GIOVANNI QUEIROZ – PDT-PA
3º SUPLENTE	LEANDRO SAMPAIO – PPS-RJ
4º SUPLENTE	MANOEL JUNIOR – PSB-PB

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA
DO CONGRESSO NACIONAL N° 22, DE 2009

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1° do art. 10 da Resolução n° 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7° do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 32, de 2001, a Medida Provisória 468, de 31 de agosto de 2009, que "Dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para Caixa Econômica Federal", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de outubro de 2009.

Congresso Nacional, 19 de outubro de 2009. – Senador **José Sarney,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 286ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2009

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 615/2009-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando a transferência da sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar os cinquenta anos da Revolução Cubana para o dia 1º/12/09..... 57634

Nº 521/2009 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando os PLs que especifica, apreciados pela referida Comissão 57634

Nº 820/2009 – Do Senhor Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, encaminhando o PL nº 5.782-A/05, apreciado pela referida Comissão..... 57634

Nº 821/2009 – Do Senhor Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, encaminhando o PL nº 5.966-A/05, apreciado pela referida Comissão..... 57635

Nº 836/2009 – Do Senhor Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, encaminhando o PL nº 4.404-B/04, apreciado pela referida Comissão..... 57635

Nº 45/2009 – Do Senhor Deputado Leonardo Quintão, Presidente da Comissão Especial destinada ao exame e avaliação da crise econômico-financeira (Crise – Sistema Financeiro e Mercado), encaminhando o Relatório Final..... 57635

Nº 12/2009 – Do Senhor Deputado Paulo Teixeira, Presidente da Comissão Especial de Documentos Sigilosos, encaminhando a listagem de documentos sigilosos desclassificados. 57669

Nº 239/2009 – Do Senhor Deputado Roberto Balestra, comunicando sua reassunção ao Mandato Parlamentar. 57675

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 415/2009 – Do Sr. Gervásio Silva – Dá nova redação ao § 4º do art. 231 da Constituição Federal. 57677

Nº 416/2009 – Do Sr. Nelson Goetten – Acrescenta inciso ao § 1º, do art. 73, da Constituição Federal, para definir como requisito de nomeação de Ministro do Tribunal de Contas da União o afastamento, por mais de quatro anos, do exercício de função pública, na qualidade de agente político.... 57679

PROJETOS DE LEI

Nº 121-E/1999 – Do Sr. Cunha Bueno – Emendas do Senado Federal Ao Projeto de Lei nº 121-D, DE 1999, que "Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães"..... 57682

Nº 6.159/2009 – Do Sr. Jurandy Loureiro – Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997,

para tornar obrigatória a proteção das hélices das embarcações 57684

Nº 6.161/2009 – Do Sr. Professor Victorio Galli – Dispõe sobre a disponibilização de colchões ortopédicos aos usuários de hotéis e outros meios de hospedagem. 57685

Nº 6.164/2009 – Do Sr. Mauro Nazif – Dispõe sobre a jornada de trabalho e o piso salarial do Zootecnista. 57686

Nº 6.166/2009 – Do Sr. Nelson Goetten – Estabelece os requisitos de segurança, higiene, conforto operacional e infraestrutura a serem atendidos pelos terminais rodoviários de passageiros, nos termos que menciona, e dá outras providências 57687

Nº 6.170/2009 – Do Sr. Edmar Moreira – Dispõe sobre a regulamentação, o comércio de jogos eletrônicos e jogos de interpretação e dá outras providências..... 57692

Nº 6.174/2009 – Do Sr. Guilherme Campos – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campinas, no Estado de São Paulo. 57694

Nº 6.179/2009 – Do Sr. Bonifácio de Andrada – Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições. 57694

Nº 6.184/2009 – Do Sr. Carlos Sampaio – Denomina "Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi" o viaduto localizado no km 464,6 da BR-116, no Estado de São Paulo. 57695

Nº 6.194/2009 – Do Sr. Leandro Sampaio – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro..... 57696

Nº 6.202/2009 – Do Senado Federal – Denomina "Viaduto Henrique Santillo" o viaduto localizado no entroncamento da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás..... 57697

Nº 6.213/2009 – Do Sr. Bruno Rodrigues – Altera o art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995..... 57697

Nº 6.227/2009 – Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção; cria a política geral de meio ambiente urbano; revoga o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, e a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, os arts. 1º a 16 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 o art. 7º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 57697

Nº 6.235/2009 – do Sr. Felipe Bornier – Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, orientando a Administração Pública a utilizar prioritariamente papel reciclado em suas publicações oficiais..... 57717

IV – Homenagem

Transcurso do 25º aniversário da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA 57718

PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Composição da Mesa Diretora dos trabalhos. Agradecimento aos convidados presentes. Transcurso do 25º aniversário da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA..... 57718

Oradores: VICENTINHO (PT – SP), MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE). 57719

PRESIDENTE (Charles Lucena) – Agradecimento aos pastores presentes. Recebimento pelo Presidente Michel Temer de exemplar da Escritura Sagrada, por meio do Projeto Siga a Bíblia. Importância do apoio da sociedade e dos governantes à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA. 57723

Oradores: FRANCISCO ROSSI (Bloco/PMDB, SP), CHARLES LUCENA (PTB – PE) 57723

Usaram da palavra os Srs. Pastores GÜNTHER WALLAUER, Líder da Divisão Sul-Americana da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA; EDSON ROSA, Líder de Comunicação e Liberdade Religiosa da Igreja Adventista do Sétimo Dia na América do Sul. 57725

PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Agradecimento aos participantes na sessão solene. 57728

V – Encerramento

2 – ATA DA 287ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2009

*** Inexistência de *quorum* regimental para abertura da sessão**

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

PRESIDENTE (Luiz Couto) – Abertura da sessão 57729

IV – Pequeno Expediente

MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Extensão do Programa Minha Casa, Minha Vida ao Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.. 57729

FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB – CE) – Insuficiência dos recursos orçamentários destinados ao Exército brasileiro. Ampliação das dotações orçamentárias das Forças Armadas brasileiras..... 57729

BETINHO ROSADO (DEM – RN) – Apresentação de projeto de lei sobre a participação de advogado em processo constitucional. Encaminhamento de indicação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para simplificação do processo de abate de ovinos e caprinos no País, e de requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União – TCU a respeito do projeto de lei

sobre a partilha de bens oriundos da exploração de petróleo na camada pré-sal..... 57730

CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem.) – Desempenho do Secretário Municipal de Saúde de Fortaleza, Alexandre Mont'Alverne. Realização de maiores investimentos na saúde ... 57730

BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE. Pela ordem.) – Discurso sob o título *Algo fizemos de mal*, proferido pelo Presidente da Costa Rica, Oscar Arias, por ocasião da reunião da Cúpula das Américas, realizada em Trinidad e Tobago. 57730

RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem.) – Necessidade de ampliação, pelo Governo José Roberto Arruda, do debate sobre a pretendida utilização de águas do Lago Paranoá para abastecimento do Distrito Federal..... 57732

PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ofícios encaminhados à Presidência da Casa pelo Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, a respeito da realização de sessão conjunta no dia 21 de outubro de 2009, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à votação de proposições, e de sessão solene conjunta, no dia 22 de outubro, às 10h, no Plenário do Senado Federal, em comemoração ao Dia Nacional da Força Aérea Brasileira – FAB e do Dia do Aviador..... 57732

RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder.) – Abertura da 6ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal..... 57733

MOACIR MICHELETTO (Bloco/PMDB – PR) – Visita do orador ao Colégio Técnico Agrícola José Bonifácio, no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo. Perfil da instituição educacional. Atividades industriais e comerciais da municipalidade paulista. 57734

CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE) – Divulgação, pelo Ministério da Educação, dos salários percebidos por professores no País. Apelo ao Supremo Tribunal Federal de julgamento de ação a favor dos docentes brasileiros. Avanço da instituição do piso salarial nacional do magistério público da educação básica..... 57736

LAERTE BESSA (PSC – DF) – Inoperância da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Indignação com o abate a tiros, por traficantes, de helicóptero da Polícia Militar no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Assassinato de policiais no Distrito Federal. Conveniência de instituição na Casa de Comissão Especial destinada à revisão do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal..... 57737

PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Encaminhamento ao Presidente da Casa, Deputado Michel Temer, da sugestão apresentada pelo Deputado Laerte Bessa. 57738

LUIZ COUTO (PT – PB) – Lançamento da candidatura do orador ao cargo de Presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado da Paraíba. Artigo *A CPI do MST e as terras roubadas*, de Mauro Santayana, publicado pelo **Jornal do Brasil**. ... 57738

MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Expectativa de concretização do projeto de construção de usina siderúrgica no Estado do Ceará... 57740

FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB, CE) – Razões que apresentação do Projeto de Lei nº 3.352, de 2008, sobre o exercício da profissão de engenheiro de pesca..... 57741

EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mobilização de militantes do Partido dos Trabalhadores no Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, para as eleições internas previstas para o mês de dezembro. Desafio dos partidos da esquerda no aperfeiçoamento da democracia brasileira. 57741

RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Falecimento do sargento da Polícia Militar do Distrito Federal Francisco de Assis Carvalho. Urgência na votação, pela Casa, do projeto de lei sobre o Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal..... 57742

ZONTA (PP – SC) – Expectativa quanto à habilitação, por missão técnica europeia, do Estado de Santa Catarina para retomada da exportação de carne suína e bovina. 57743

FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem.) – Inauguração, pelo Governador Cid Gomes, do Estado do Ceará, de obras nas áreas de segurança pública e de saúde..... 57744

V – Grande Expediente

PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB – GO) – Abertura da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Transcurso do Dia do Profissional de Informática. Defesa de regulamentação das atividades do profissional de informática. 57744

EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Elogio à Deputada Professora Raquel Teixeira pelo discurso proferido sobre a educação. Lançamento do Projeto Outubro Rosa destinado ao combate ao câncer de mama e do cólon do útero, pela Coordenadoria das Mulheres da Prefeitura Municipal de Porto Velho, Estado de Rondônia. Importância da Política Nacional de Banda Larga. Consolidação das leis sociais pelo Governo petista. Apreciação pela Casa da proposta de criação de cargos em universidades públicas. Apoio à proposta de criação do adicional de risco de vida para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal. 57746

MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem.) – Transcurso do Dia do Médico. 57750

RITA CAMATA (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem.) – Falecimento da empresária Zuca Coser, primeira Presidenta do Centro do Comércio do Café no Estado do Espírito Santo. Concessão do Prêmio Nobel de Economia à Profa. Elinor Ostrom; do Prêmio Nobel de Medicina às Sras. Elizabeth Blackburn e Carol Greider; do Prêmio Nobel de Literatura à

Sra. Herta Müller; e do Prêmio Nobel de Química à Sra. Ada Yonath. 57751

LUIZ COUTO (PT – PB) – Transcurso do Dia do Médico. Dados de dossiê organizado por entidades de defesa dos direitos humanos no Estado de São Paulo sobre execuções extrajudiciais e mortes pela omissão das autoridades estaduais. Defesa de adoção de política de segurança pública combinada com ações de cidadania. Apresentação ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de relatório sobre impunidade dos mandantes do assassinato do advogado Manoel Mattos. 57751

PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Elogio ao Deputado Luiz Couto pelo pronunciamento proferido. 57755

FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB – CE) – Relevância da lei a respeito das colônias, das federações e da Confederação Nacional dos Pescadores, chamada Lei das Colônias; da lei sobre a regulamentação do setor pesqueiro nacional, chamada Lei da Pesca; e da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura. Realização da 3ª Conferência Nacional da Pesca, em Brasília, Distrito Federal. Situação dos pescadores artesanais em relação aos médios e grandes pescadores em Estados brasileiros. Combate pelo IBAMA a métodos ilegais de pesca no Estado do Ceará. Conveniência de alteração de programas curriculares em escolas nas áreas de pesca no litoral dos Estados da Região Nordeste. Importância de aprovação do projeto de lei, de autoria do orador, sobre concessão de aposentadoria a pescadores a partir dos 55 anos de idade. Reexame da situação da pesca predatória da lagosta pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Solicitação ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do IBAMA, de declaração do período do defeso da lagosta. 57755

CHICO D'ANGELO (PT – RJ) – Transcurso do Dia do Médico. Imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a destinação de recursos para a saúde pública. Apoio a reivindicações dos profissionais da área médica e da área de educação. Publicação, pela revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, de artigo sobre o êxito da política socioeconômica do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. 57758

Apresentação de proposições: LUIZ COUTO, BETINHO ROSADO, JOSÉ OTÁVIO GERMANO, SENADO FEDERAL – RENATO CASAGRANDE, SENADO FEDERAL – DEMÓSTENES TORRES. 57761

VI – Comunicações Parlamentares

FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB – MA) – Realização do 12º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Desenvolvimento socioeconômico do País durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Importância da realização da reforma agrária e de investimentos na educação. Poema *Que rufem os tambores de choro!,* de autoria de Gerson Pinheiro, Secretário de Organização do PCdoB no Estado do Maranhão, em homenagem à memória de D. Dica, militante do partido. 57763

LUIZ COUTO (PT – PB. Como Líder.) – Rebate às críticas da Oposição sobre o caráter eleitoreiro da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva às obras de transposição de águas do Rio São Francisco. Êxito dos programas sociais do Governo Federal. Implantação de políticas efetivas de combate ao crime organizado no País. 57764

CLEBER VERDE (Bloco/PRB – MA. Pela ordem.) – Manipulação do resultado de jogo entre Esporte Clube Viana e Chapadinha Futebol Clube, em prejuízo ao Moto Club de São Luís, Estado do Maranhão. Pedido de anulação do certame. 57765

LAERTE BESSA (PSC – DF. Como Líder.) – Indignação da bancada da área de segurança pública com a operação realizada pela Polícia Militar no Morro dos Macacos, no Rio de Janeiro, culminante no abate de helicóptero da instituição e morte de militares. Apresentação, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de requerimento de convocação do Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro para esclarecimento dos fatos. Conveniência de convocação, pela Casa, do Secretário Nacional de Segurança Pública para prestação de informações sobre a execução do Plano Nacional de Segurança Pública. 57766

ERNANDES AMORIM (PTB, RO) – Relevância do programa *A Voz do Brasil*. Desvio na aplicação de recursos destinados à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Repúdio às operações entre o BNDES e grandes frigoríficos brasileiros. Críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reivindicações do orador em prol da melhoria das condições de trabalho dos Deputados. 57767

MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB, CE) – Elogio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela desistência de taxação de rendimentos da caderneta de poupança. 57770

VII – Encerramento

3 – PARECERES – Projetos de Lei nºs 2.295-A/00, 4.404-C/04, 5.782-B/05 e 5.966-B/05. 57814

COMISSÕES

4 – ATAS

a) Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural Subcomissão Permanente para tratar de Renda Rural, Política Agrícola e Endividamento, 1ª Reunião (Ordinária), em 19-6-08 e 2ª Reunião (Ordinária), em 25-6-08.. 57832

b) Subcomissão Especial para tratar Agroenergia e Meio Ambiente, 1ª Reunião (Ordinária), em 13.8.08 e 2ª Reunião (Extraordinária), em 13.8.08..... 57834

c) Subcomissão Especial para diagnosticar e sugerir Políticas para o Mercado de Fertilizantes no País, 1ª Reunião (Ordinária), em 30-10-08, 2ª Reunião (Ordinária), em 5-11-08 e Relatório de Reunião Técnica, em 17-12-08..... 57835

d) Comissão de Minas e Energia, 33ª Reunião (Audiência Pública com a participação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio), em 16-9-09, com notas taquigráficas, 34ª Reunião (Ordinária), em 23-9-09 e 35ª Reunião (Ordinária), em 30-9-09..... 57836

SEÇÃO II

5 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Dispensar: Aldo Matos Moreno, Ana Lígia Mendes de Paula Castilho, Christiane Coelho Paiva, Idelfonso Vidal Salmito, Lúcia Pedroso de Moraes, Marilda Barbosa Macedo Souza..... 57871

b) Designar: Aldo Matos Moreno, Christiane Coelho Paiva, Idelfonso Vidal Salmito, José Nilton Garcia, Lúcia Pedroso de Moraes, Marcelo Carneiro da Fontoura, Matilde Araújo Coutinho, Regina da Cunha Rocha..... 57872

6 – MESA

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

8 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

9 – COMISSÕES

SEÇÃO I

Ata da 286ª Sessão, 19 de outubro de 2009

Presidência dos Srs. Francisco Rossi, Charles Lucena, § 2º do art. 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 10h14)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. CHARLES LUCENA, servindo como 1° Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OF. Nº 615 /2009-CN

Brasília, 16 de outubro de 2009

Exm° Sr.
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, transfere a sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar os cinquenta anos da Revolução Cubana para o dia 1° de dezembro do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, anteriormente convocada para o dia 20 de outubro do corrente.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de alta estima e consideração. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

Publique-se.

Em 19-10-09. **– Michel Temer,** Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

OF. Nº 521- PP/2009 – CCJC

Brasília, 14 de outubro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Lei nºs 2.295/2000 e 794/2007, 1.891/2007, 2.392/2007, 969/1999, 2.169/1999, apensados, apreciados por este Órgão Técnico, nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 19-10-09, – **Michel Temer,** Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

OF. Pres. Nº 820/09-CFT

Brasília, 14 de outubro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 5.782-A/05, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – **Deputado Vignatti,** Presidente

Publique-se.

Em 19-10-09. – **Michel Temer,** Presidente.

OF. Pres. Nº 821/09-CFT

Brasília, 14 de outubro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 5.966-A/05, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – **Deputado Vignatti,** Presidente

Publique-se.

Em 19-10-09, – **Michel Temer,** Presidente

OF. Pres. Nº 836/09-CFT

Brasília, 14 de outubro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 4.404-B/04, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – **Deputado Vignatti,** Presidente

Publique-se.

Em 19-10-09, – **Michel Temer,** Presidente

Ofício nº 45/2009- Pres.

Brasília, 27 de agosto de 2009

Exmo. Sr.
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Votação Relatório Final – Comissão Especial

Senhor Presidente,

Em reunião ordinária realizada em 15 de julho próximo passado, a Comissão Especial Destinada ao Exame e à Avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Sistema Financeiro e Mercado aprovou o Relatório do Deputado Antonio Palocci.

Assim, solicito a Vossa Excelência a publicação no **Diário da Câmara dos Deputados** (**DCD**) da referida matéria, na forma regimental.

Atenciosamente, – Deputado **Leonardo Quintão** (PMDB – MG) Presidente.

Publique-se.

Encaminhe-se, por cópia, o Relatório Final à Presidência da República, ao Senado Federal, aos Senhores Líderes, e às Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Finanças e Tributação, para conhecimento e providências que porventura entenderem cabíveis. Oficie-se.

Em 19-10-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E AVALIAÇÃO DA CRISE ECONOMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NO SISTEMA FINANCEIRO E MERCADO

RELATÓRIO FINAL

Presidente: Deputado LEONARDO QUINTÃO

Relator: Deputado ANTONIO PALOCCI

JULHO DE 2009

ÍNDICE

1. O sistema financeiro brasileiro 4
1.1 Desenvolvimento recente e mecanismos de defesa 4
1.2 Tecnologia da informação no sistema financeiro brasileiro 12
1.3 O papel dos bancos médios e pequenos no sistema de crédito 13
1.4 Planos econômicos e as ações contra os bancos 16
1.5 A crise *subprime* e o sistema financeiro nacional 20
1.6 Derivativos 22
1.6.1 Impactos na economia real 22
1.7 Recomendações 24
1.7.1 Sobre o papel dos Bancos Pequenos e Médios: 24
1.7.2 Planos Econômicos 25
1.7.3 Derivativos e Supervisão bancária 25
2. Margem bancária *(Spread)* 27
2.1 Inadimplência, dados internacionais comparativos 29
2.2 Eficiência dos tributos no sistema 31
2.2.1 Os tributos diretos 31
2.2.2 Os tributos indiretos 32
2.2.3 O IOF 33
2.2.4 Medidas pontuais 34
2.3 Depósitos compulsórios 37
2.4 Fraudes: custos e legislação para fraudes eletronicas 40
2.5 Sistemas de cadastros 41
2.5.1 Estabelecimento da portabilidade cadastral 41
2.5.2 Aumento da abrangência das informações do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central -SCR 42
2.5.3 Cadastros privados 43

2.6 Defesa da Concorrência: o papel do CADE e do BACEN 44
2.7 Autonomia do Banco Central do Brasil 46
2.8 Recomendações relativas à redução da margem bancária 47
2.8.1 IOF 47
2.8.2 Sistemas de cadastros 47
2.8.3 Defesa da Concorrência Bancária 48
2.8.4 Autonomia do Banco Central 48
3. Cartões de crédito 50
3.1 Relatório BCB-SDE-SEAE 51
3.2 Conclusões e recomendações sobre o mercado de cartões de crédito no Brasil 54
4. Mercado DE CAPITAIS 56
4.1 Evolução recente no Brasil 56
4.2 Os avanços das Bolsas 61
4.3 Recomendações para O fortalecimento dos órgãos reguladores do mercado de capitais 63
4.4 O mercado de Fundos e as novas regras para a poupança 63
5. Mercado de seguros e previdência 65
5.1 Evolução recente dos mercados sob supervisão da SUSEP 65
5.1.1 SOBRE A ABERTURA DO MERCADO DE RESSEGUROS 67
5.1.2 SOBRE A ESTRUTURA DA SUSEP 68
5.2 Sobre a secretaria de previdência complementar – previdência fechada 69
5.3 Recomendações para O fortalecimento dos órgãos reguladores (SUSEP e Secretaria de PREVidência complementar) 71
5.3.1 Adequação da estrutura da SUSEP 71
5.3.2 Criação da PREVIC 71
6. Audiências públicas 73
7. Agradecimentos 76
8. Notas 78

1. O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

1.1 DESENVOLVIMENTO RECENTE E MECANISMOS DE DEFESA

A história recente do sistema financeiro brasileiro é constituída de um processo contínuo de aperfeiçoamento das regras prudenciais aplicáveis às instituições, com vistas a garantir aos depositantes e investidores a necessária segurança para a aplicação de seus recursos e a preservação de suas economias. Ao par disso, houve uma evolução extraordinária na prestação de serviços e na rapidez das operações realizadas, baseada principalmente na informática e nas telecomunicações.

Para retratar o desenrolar das mudanças recentes ocorridas no sistema financeiro, escolhemos como marco inicial a Constituição Federal de 1988, uma vez que sua promulgação consolidou o reencontro do País com a democracia e a restituição ao povo dos direitos individuais, entre eles a capacidade de exigir das instituições a prestação de serviços adequados.

A autorização para funcionamento de instituições financeiras, em substituição às cartas-patentes, foi a primeira mudança institucional do sistema financeiro decorrente da Constituição.

A carta-patente constituía barreira à entrada no sistema financeiro. Uma vez que eram emitidas em número limitado, muitos empreendedores, mesmo com capacidade financeira e administrativa para empreender uma instituição bancária, só podiam se estabelecer se adquirissem a carta-patente de uma outra instituição. Os preços das cartas-patentes eram muito elevados, o que impedia a entrada de novos competidores no mercado financeiro. Com a oferta dominada por um pequeno número de instituições bancárias, os serviços financeiros eram caros e deficientes, em consequência da pouca concorrência.

Entretanto, o momento mais crítico do sistema financeiro nacional, no período pós-constitucional, adveio com a implantação do Plano Real, que, após muitas tentativas frustradas, obteve êxito no controle da inflação. A cultura de convivência com altas taxas de inflação tornou o ajuste das instituições financeiras especialmente difícil. A perda das receitas provenientes dos passivos não remunerados, como depósitos à vista e recursos em trânsito, veio expor fragilidades administrativas e operacionais de parte do sistema e foi fatal para a continuidade da operação de diversas instituições financeiras nacionais.

A mudança brusca exigiu da Autoridade Monetária a condução do processo de adaptação, o que se fez com a instituição do PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Com este programa, instituído pela Medida Provisória nº 1.179, de 3 de novembro de 1995[1], combinada com a Resolução do Conselho Monetário Nacional 2.208, da mesma data, o governo, alternativamente à opção de intervenção, liquidação e regime especial nas instituições financeiras, passou a ter regras legais para estimular reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras.

Restou, entretanto, o saneamento das instituições financeiras públicas federais e estaduais. Para estas, foi instituído, pela Medida Provisória n° 1.514, de 7-8-1996, o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, conhecido também pela sigla de Proes. Com os instrumentos jurídicos deste programa, foi possível ao Banco Central do Brasil, mediante operações de incorporação e transferência de controle acionário equacionar grande parte dos problemas do setor público estadual, o que ainda produz polêmica.

1. Convertida na Lei nº 9.710, de 19 de novembro de 1998.

A adequação das instituições financeiras federais, e seu enquadramento aos requisitos do Acordo de Basiléia, foi realizada com a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. A Emgea, uma empresa pública federal, não-financeira, destinada a adquirir bens e direitos da União e demais entidades da Administração Federal, assumiu obrigações das instituições financeiras federais, reduzindo seus passivos a valores compatíveis com o atendimento dos parâmetros definidos pelo Acordo de Basiléia.

Em 1999, por meio do Decreto n° 3.088, de 21 de junho, que modificou a diretriz do regime de política monetária para a sistemática de "metas para a inflação", deu-se mais um passo para o controle eficaz da estabilidade do poder de compra da moeda e para o bom funcionamento do sistema financeiro, uma vez que as decisões sobre juros futuros passaram a contar com uma meta para a taxa de inflação. O Dec. n° 3.088 representou um passo importante para atuação do Banco Central do Brasil, na persecução da meta de inflação estabelecida previamente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em suma, o poder político-administrativo passou a estabelecer a meta e o Banco Central a escolher e dosar os instrumentos da política monetária para seu cumprimento.

Antes, em 1996, foi instituído o COPOM – Comitê de Política Monetária, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juros. A criação do Copom destinou-se a dar transparência e ritual adequado ao processo decisório do Banco Central. A divulgação das decisões e das atas do Copom permitiu à sociedade discutir e criticar as decisões de política monetária e tomou a administração monetária do País mais transparente.

A quebra do Banco Econômico, que envolveu a possibilidade de significativas perdas para depositantes e poupadores, levou à antecipação da instituição do fundo ou seguro destinado a proteger a economia, prevista na redação inicial do inciso VI do art. 192 da Constituição, como matéria de regulamentação pela lei complementar do sistema financeiro nacional. Foi implementada por meio da Resolução CMN nº 2.197, de 31-8-1995, a qual autorizou as próprias instituições financeiras a criarem o fundo e posteriormente aprovou a sua constituição, mediante a Resolução CMN nº 2.211, de 16 de novembro de 1995, que aprovou o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A partir de 2006, por força da Resolução CMN nº 3.400, de 6 de setembro de 2006, a garantia proporcionada pelo FGC, que era de R$20.000,00, passou a ser de R$60.000,00 (sessenta mil reais) por pessoa, nos créditos contra uma mesma instituição ou contra todas as instituições de um mesmo conglomerado financeiro. No encerramento de 2008, o saldo de recursos do Fundo era de R$23,17 bilhões, para a cobertura de depósitos e créditos no montante de R$254,56 bilhões, correspondentes aos créditos e depósitos de 98,8% dos clientes e a 25,38% dos depósitos do sistema financeiro nacional.[2]

Outra iniciativa de impacto para o sistema foi a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, que veio estabelecer regras para a gestão fiscal dos diversos entes federativos, inclusive aquelas relacionadas ao endividamento público. Entre outras disposições, a Lei de Responsabilidade Fiscal determinou a transferência dos resultados do Banco Central ao Tesouro Nacional e a inclusão na lei orçamentária das despesas do Banco Central relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e investimentos. Além disso, estabeleceu a demonstração trimestral do impacto e custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central.

A LRF também proibiu ao Banco Central a emissão de títulos da dívida pública, a partir de dois anos após a publicação da lei, além das seguintes vedações: I) a compra de título da dívida, na data de sua colocação no mercado, ressalvado a compra de títulos da União para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo em sua carteira; II) a permuta, ainda que temporária, de título da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, daquele título, cujo efeito final seja semelhante à permuta; e III) a concessão de garantia. Vedou também ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

Embora seja uma lei essencialmente de natureza fiscal, a LRF teve um efeito significativo para o sistema financeiro, pois reduziu a demanda de financiamento dos diversos entes federativos e das empresas controladas pelo Poder Público. Outro ponto importante foi a consideração do impacto fiscal e do custo das operações do Banco Central.

Nessa linha, é digno de menção o art. 28, que transcrevemos:

2. Fundo Garantidor de Créditos – Relatório do Conselho de Administração de Dezembro de 2008.

"Art. 28. Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamento para mudança de controle acionário.

§ 1º A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.

§ 2º O disposto no caput não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias."

A LRF veio disciplinar as operações de salvamento do Banco Central, que mobilizavam elevadas somas para dar liquidez a instituições financeiras em dificuldades ou para viabilizar a sua incorporação por outra, dadas as grandes controvérsias e riscos que tais situações apresentavam, como foi o emblemático evento dos bancos Marka e FonteCindam.

Merece destaque também a edição da Lei nº 10.214, de 27-3-2001, que instituiu o Sistema de Pagamentos Brasileiro. Editada inicialmente na forma da Medida Provisória nº 2.008, de 14-12-2000, esta lei juntamente com a Resolução nº 2.882, do Conselho Monetário Nacional, estabeleceu as bases para a implantação do sistema de pagamentos brasileiros, com as diretrizes para que as câmaras de compensação e de liquidação assegurem, no caso de inadimplência de participante, a liquidação tempestiva de obrigações em montante equivalente à maior posição compensada devedora.

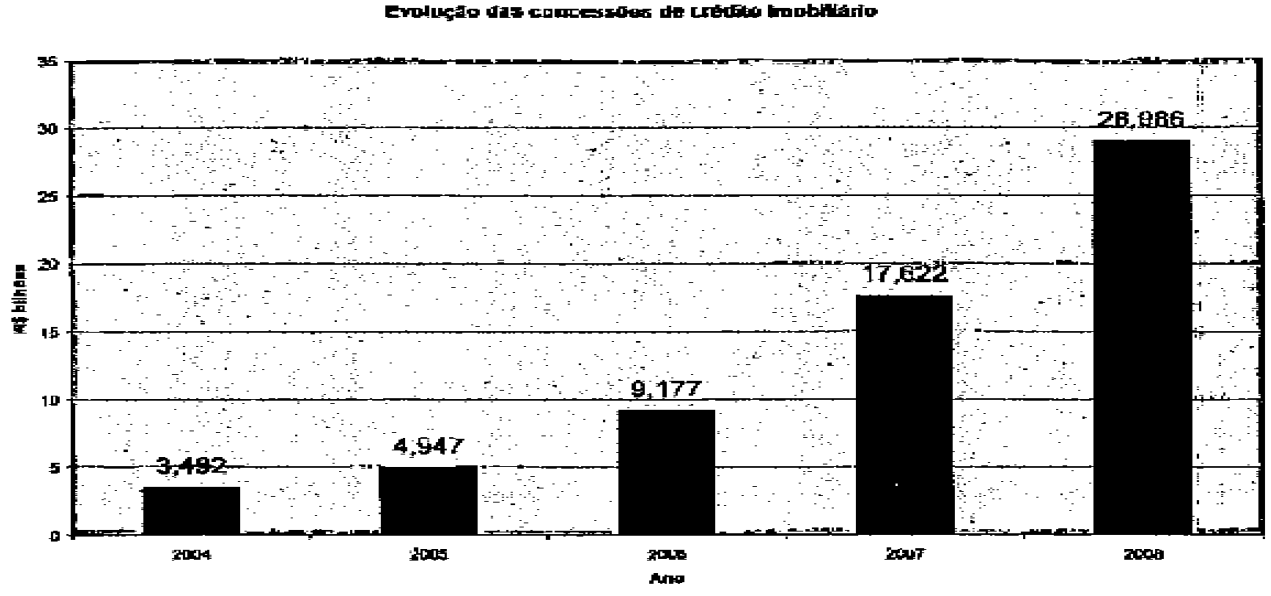
O Sistema de Transferência de Reservas veio implementar a sensibilização da conta de Reservas Monetárias das instituições financeiras em tempo real, tanto pelas transferências interbancárias de recursos como pela liquidação de posições ocorridas em outras câmaras de compensação, o que dá ao Banco Central um maior poder de supervisão e evita a surpresa de posições altamente devedoras no fechamento diário do movimento.

Nos anos mais recentes, um conjunto de medidas legais reformulou o sistema de crédito criando, inclusive para o dinâmico setor agrícola, cédulas de crédito e outros títulos, responsáveis por impulsionar a disponibilidade de crédito. Em 2004, a instituição do crédito consignado revolucionou o acesso e reduziu os custos dos empréstimos para o trabalhador, dando um novo e grande incremento ao crédito para as pessoas físicas.

Uma importante reformulação da legislação, através da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, e Cédula de Crédito Bancário, removeu os principais obstáculos ao crédito para o setor imobiliário, redefinindo patrimônio de afetação, valor incontroverso, tributação do setor entre outros, dando um novo e importante alento ao setor. A Figura 1 abaixo demonstra que o total de operações

concedidas cresceu de R$ 3,5 bilhões em 2004 para quase R$ 29 bilhões em 2008.

Figura 1 – Evolução das Concessões de Crédito Imobiliário (SFH e SFI em bilhões de reais)



Fonte: Banco Central do Brasil

Todas essas mudanças tornaram, sem dúvida, o sistema financeiro nacional mais seguro e eficiente. O volume das operações de crédito apresentou evolução positiva, tendo passado de R$307,0 milhões em 2000 para R$1,248 bilhão, em abril de 2009, o que representou, em termos de percentual do PIB, um salto de 26,4% para 42,6%.

Tabela 1- Operações de crédito do sistema financeiro — percentual do PIB

Ano	Perc. do PIB - %
1989	24,1
1990	24,1
1991	24,1
1992	28,6
1993	29,0
1994	36,6
1995	32,0
1996	28,8
1997	26,8
1998	27,9
1999	24,9
2000	26,4
2001	24,7
2002	22,0
2003	24,0
2004	24,5
2005	28,1
2006	30,7
2007	34,7
2008	36,1
2009*	43

Fonte: Banco Central do Brasil
*Até maio de 2009

De outro lado, a participação do sistema financeiro no PIB tem-se reduzido o que demonstra que vem se reduzindo o peso da intermediação financeira sobre a renda dos demais setores da economia. De 12,78%, em 1990, decresceu para 5,99% em 2005 (Tabela 2).

Tabela 2 - Participação das Instituições Financeiras no PIB[3]

Ano	Part. no PIB %
1990	12,78
1991	10,53
1992	12,13
1993	15,61
1994	12,37
1995	6,94
1996	5,66
1997	5,53
1998	5,62
1999	5,99
2000	5,18
2001	6,34
2002	7,45
2003	6,71
2004	*
2005	5,99

Fonte: De 1990 a 1995 IBGE/ANDIMA (1997), de 1996 a 2001, Sistemas de Contas Nacionais Brasil 2003 e 2004-2005 - Página do IBGE na Internet
* Indisponível.

3. IBGE/ANDIMA. "Sistema Financeiro – Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995", IBGE-ANDIMA – Rio de Janeiro. 1997.

Há outros aspectos positivos, de natureza operacional. Os correspondentes bancários, autorizados pela Resolução CMN nº 2.707, de 30 de maio de 2000, possibilitaram levar atendimento a todos os municípios do País. Somou-se a isso a edição em 2003 de novas normas de bancarização para baixa renda, garantindo um pacote básico de operações sem custo, o que permitiu o acesso de um grande contingente de cidadãos, até então excluídos, aos serviços financeiros e facilitou ao Governo Federal pagar os benefícios dos programas sociais.

Em 2003, outra iniciativa positiva foi tomada pelo Congresso Nacional no campo da normatização do sistema financeiro, com a modificação do artigo 192 da CF, permitindo que o sistema pudesse ser regulamentado por diferentes e sucessivas iniciativas legais.

Com relação às cooperativas de crédito, começou a ficar sem sentido estabelecer regras muito rígidas de associação, o que levou à edição da Resolução CMN nº 3.106, de 25 de junho de 2003, regulamentada pela Circular BCB nº 3.201, de 20 de agosto de 2003, voltando a permitir a constituição de cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de cem mil habitantes ou a transformação de cooperativas existentes em cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de 750 mil habitantes[4]. Nesses casos é obrigatória para essas cooperativas a adesão ao fundo garantidor de crédito.

O segmento recebeu especial atenção legislativa com a sanção da Lei Complementar n° 130, de 17 de abril de 2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, melhorando aspectos regulamentares deste segmento do mercado financeiro, dentre outras coisas, fortalecendo o papel das cooperativas centrais e confederações de cooperativas na supervisão suplementar deste Sistema.

1.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

O número de agências bancárias cresceu de 2000 para 2008, de 16.396 para 19.142 (16,7%), enquanto o número de postos de atendimento eletrônicos saiu de 14.453 para 38.710 (167,8%), nesse mesmo período.

Enquanto o número de contas correntes praticamente dobrou nos últimos oito anos, partindo de 63,7 milhões para atingir 125,7 milhões no final do ano passado, o numero de contas de Internet Banking pulou de 8,3 milhões para 32,5 milhões, o que representa quase quatro vezes a quantidade inicial. Este último número se toma ainda mais significativo se comparado ao dado de pesquisa IBOPE/Nielsen, que aponta que o Brasil possui 43 milhões de intemautas com mais de 16 anos.

A presença de tecnologia no setor financeiro brasileiro se faz perceber não apenas nesses números, mas na velocidade com a qual as transações se realizam. O Sistema de Pagamentos Brasileiro é um exemplo mundial, no qual volumes de recursos de grandes proporções são transferidos em tempo real.

A compensação de cheques e outros papéis também se dão em espaço de tempo diferenciado, quando comparado a outros países.

No que se refere aos cheques, eles vêm sendo substituídos pelas transações eletrônicas. O número de cheques compensados em 2008 apresentou uma redução de 47% em relação ao ano de 2000. Apenas 3,2% das transações são realizadas por cheques, quando em 2000 este percentual era de 13%.

Este quadro nos mostra como as discussões sobre projetos de lei que tratem do assunto tendem a ficar cada vez menos significativas.

Por outro lado, as operações realizadas por meio do autoatendimento, representam um terço das transações e aquelas realizadas por meio do Internet Banking, respondem por 18% do total. Não seria preciso discorrer muito sobre o tema para demostrar que a agenda legislativa deve focar nesse ponto, isto é, garantir um ambiente seguro e confiável para o crescimento das modalidades eletrônicas de operações. Os ganhos de eficiência que a automação proporciona para a economia como um todo devem ser entendidos por nós Parlamentares, de forma que possamos pautar nossas ações com vistas a manter e aperfeiçoar este cenário favorável que a tecnologia bancária proporciona.

1.3 O PAPEL DOS BANCOS MÉDIOS E PEQUENOS NO SISTEMA DE CRÉDITO

Para termos uma ideia do grau de concentração do mercado financeiro brasileiro, as dez maiores instituições apresentavam um total de operações de crédito da ordem de R$ 821,5 bilhões[5], em dezembro de 2008, comparados a R$ 933,8 bilhões do mercado como um todo.

4. Marcos Antonio Henriques Pinheiro – "Cooperativas de crédito : história da evolução normativa no Brasil"– Banco Central do Brasil, 2008.

5. Fonte: Banco Central do Brasil – Sistema Financeiro Nacional – Informações Contábeis – 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional – Consultada em 10-6-2009.

Destacamos, por relevante, que tais valores resultam da consolidação dos dados do subgrupo denominado Consolidado Bancário I: Aglutinado das posições contábeis das instituições bancárias do tipo Conglomerado Bancário 1[6] e Instituições Bancárias Independentes I[7].

A participação dessas dez instituições representa quase 88% das operações de crédito do Consolidado Bancário I, que incluía 101 instituições.

Assim, no que tange às operações de crédito, percebemos que as instituições pequenas e médias responderiam por algo em torno de 12% do mercado.

Olhando o número de maneira isolada, tendemos a crer que se trata de uma parcela não significativa das operações. Por outro lado, se pensarmos de forma estratégica, precisou definir se é interessante ou não atuar no sentido de defender estas instituições e aumentar a sua participação no mercado.

Os bancos pequenos e médios desempenham um papel fundamental no sistema financeiro nacional, uma vez que atuam, primordialmente, nas lacunas deixadas pelos grandes conglomerados.

De maneira geral, as instituições de grande porte tendem a realizar operações "massificadas" tanto no varejo quanto no atacado. No caso do varejo, a massificação se dá na quantidade de transações, quando os bancos estabelecem sistemas de crédito automatizados, com parâmetros normalmente padronizados e pouca flexibilidade de negociação. Dessa forma, conseguem economia de escala suficiente para tratar com baixo custo às operações de crédito. No caso do atacado, é o volume de cada negócio que importa. Dessa forma, as IF têm condição de alocar atendimento individualizado para os grandes tomadores.

Percebemos que resta uma lacuna a ser preenchida, que é o mercado intermediário, formado principalmente por pequenas e médias empresas. Este é um espaço em que os bancos pequenos e médios atuam com eficiência.

Compete igualmente ao segmento de pequenas e médias instituições financeiras desenvolverem mercados inexplorados pelas grandes, como determinadas modalidades de crédito para pessoas físicas, de que são exemplo o "consignado" e o financiamento de veículos, em particular de veículos usados.

A menor distância entre o poder de decisão e a área de negócios propriamente dita (os gerentes de agências) faz com que as deliberações sejam mais rápidas e personalizadas. Nos financiamentos de automóveis, por exemplo, as negociações com os lojistas se constituem em um diferencial importante, uma vez que, em última instância, são eles quem ofertam o financiamento a seu cliente. A realização de promoções, ou de campanhas especificas pode ser facilmente implementada, diferentemente do caso em que as grandes IF estejam envolvidas.

As operações com crédito consignado demonstram outro ponto forte destas instituições, uma vez que são capazes de, rapidamente, mobilizar estruturas de promotores, indo ao encontro dos clientes em potencial. Os bancos pequenos e médios também realizam um forte trabalho junto às empresas do setor privado, aumentando a oferta de crédito a consumidores que não teriam acesso a uma forma de financiamento mais barato.

Aliás, é importante ressaltar que foram os bancos pequenos e médios que saíram na frente na oferta do crédito consignado.

Os bancos pequenos e médios precisam ser fomentados e incentivados, com vistas não apenas ao provimento eficiente do crédito, como também pelo seu poder de contestabilidade, isto é, de ameaçar possíveis equilíbrios em que os preços sejam desfavoráveis aos tomadores de modo injustificado.

Um problema que estas instituições enfrentam é que a fonte dos recursos que utilizam para realizar empréstimos é, em sua maior parte, formada por depósitos remunerados, isto é, depósitos a prazo e interfinanceiros. As grandes instituições contam com outras fontes, como os depósitos à vista e os de Poupança.

Por isso, a cobrança de depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo penaliza mais as empresas de pequeno e médio porte. Como estas instituições pagam mais caro pelos papéis que emitem, a remuneração que os títulos públicos provêm é, às vezes insuficiente[8] para o pagamento aos credores desses bancos.

6. Conglomerado Bancário I é um conglomerado(conjunto de instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos contábeis) em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial.

7. Instituições Bancárias Independentes I: Instituições financeiras do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica que não integrem conglomerado.

8. Devemos deixar claro que a remuneração a menor se aplica exclusivamente à parcela dos depósitos sujeita a recolhimento compulsório na forma de títulos públicos.

Apesar do quadro de dificuldades, cabe lembrar as recentes medidas adotadas para o combate aos efeitos da crise no sistema financeiro. Damos destaque para aquelas destinadas a prover liquidez e restabelecer as operações de crédito, como a que possibilita a utilização do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com a criação dos depósitos com garantia especial, que foram fundamentais para o provimento de recursos aos bancos pequenos e médios.

1.4. PLANOS ECONÔMICOS A AS AÇÕES CONTRA OS BANCOS

O principal objetivo desta Comissão Especial, como seu próprio nome esclarece, é verificar os impactos da crise econômica sobre o sistema financeiro e mercados. Felizmente, os efeitos externos têm se mostrado razoavelmente controlados pela situação peculiar de regulação que vive o País, notadamente em função da normatização em vigor e da atuação dos órgãos supervisores, dentre os quais mencionamos o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência de Seguros Privados.

Curiosamente, a mais importante ameaça à saúde do sistema financeiro acaba tendo origem interna, em função de ações indenizatórias relativas aos planos Bresser, de junho de 1987, Verão, de janeiro de 1989, Collor I, de março de 1990, e Collor II, de janeiro de 1991.

Desenhados para promover uma economia estável por meio da manutenção do poder de compra da moeda nacional, estes planos foram adotados um após o outro com o objetivo de realinhar preços e coordenar expectativas inflacionárias, procurando dar cabo às constantes remarcações que existiam à época.

A despeito desse esforço por que passou toda a sociedade, cujos custos ainda hoje estão sendo pagos, nos vemos novamente sob a ameaça de mais instabilidade. Desta vez trazida não pela elevação da inflação, mas pelo grande número de ações judiciais ajuizadas contra as instituições que detinham depósitos em contas de Poupança. Devemos lembrar que quando falamos de depósitos em Poupança, a Caixa Econômica Federal é a mais afetada, tendo em conta a grande participação de mercado nesse segmento.

Não entraremos aqui no mérito de cada um desses planos e nem o que está sendo demandado em cada uma dessas ações, mas, argumentamos que a penalização das instituições depositárias trará prejuízos à economia como um todo.

Segundo cálculos do Ministério da Fazenda[9], conforme o quadro abaixo, as ações já representam uma perda de R$1,8 bilhão de reais, dos quais só a Caixa responde por quase um terço desse valor R$ 500 milhões.

9. Ministério da Fazenda – Secretaria Extraordinária de Reformas Econômicas e Fiscais do Ministério da Fazenda em 18 de Novembro de 2008 – Nota Técnica: "Ações judiciais indenizatórias envolvendo planos econômicos entre 1987 e 1991".

Tabela 3 - Custo das ações até o momento e provisões realizadas

Instituição	Pago	Provisionado	Total
Caixa	0,5	0,9	1,4
Demais IF's (1)	1,3	2,6	3,9
Total	1,8	3,5	5,3

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria Extraordinária de Reformas Econômicas e Fiscais do Ministério da Fazenda em 18 de Novembro de 2008 – Nota Técnica: "Ações judiciais indenizatórias envolvendo planos econômicos entre 1987 e 1991".
1) Estimativa com base em informações fornecidas por algumas instituições.

O Ministério da Fazenda realizou levantamento junto a 11 instituições, e verificou que, em meados de 2008, havia cerca de 515 mil ações individuais, com grande potencial de crescimento, tendo em vista a aproximação de prazos prescricionais.

Ademais, como ressalta a nota técnica produzida pelo Ministério, às ações civis públicas, que vêm sendo ajuizadas pelas Defensorias Públicas dos Estados e por entidades de defesa dos consumidores, entre outros, têm um potencial de dano à economia ainda muito maior. Estas ações requerem indenizações a toda a carteira de depositantes em Poupança nos bancos, e não apenas àqueles que entraram com ação individual.

Para estimar o custo que uma medida dessa natureza pode trazer ao sistema financeiro, a nota apresenta o quadro abaixo:

Tabela 4 – Estimativa do potencial de Impacto das ações[a]

Plano econômico	Diferença pleiteada (%)	Caixa (R$ milhões)	Demais [b] (R$ milhões)	Total (R$ milhões)
Bresser (jul/87)[c]	8,04	5.394	9.084	14.477
Verão (fev/89)	20,37	11.374	22.575	33.949
Collor I (mai/90)	44,80	16.055	33.920	49.976
Collor I (jun/90)	2,49	858	1.511	2.369
Collor II (fev/91)	4,39	1.523	3.613	5.136
Total		35.205	70.702	105.907

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria Extraordinária de Reformas Econômicas e Fiscais do Ministério da Fazenda em 18 de Novembro de 2008 – Nota Técnica: "Ações judiciais indenizatórias envolvendo planos econômicos entre 1987 e 1991".

a) Dados atualizados até set/2008 com base na remuneração das cadernetas de poupança com aniversário no dia primeiro. (b) Demais instituições que operavam com caderneta de poupança à época. (c) Os meses referem-se aos meses de crédito dos rendimentos para os quais é demandada a reposição dos "expurgos" decorrentes dos planos econômicos.

Só a Caixa corre o risco de perder mais de R$35,2 bilhões, enquanto o conjunto das instituições está exposto à cifra de R$105,9 bilhões. No caso da Caixa, este valor corresponde a cerca de três vezes o patrimônio líquido da instituição. Isso é: para pagar as indenizações seriam necessárias mais duas Caixas e, ao fim do pagamento, ficaríamos sem nenhuma.

Porém, como a função dessa Comissão Especial é lançar um olhar sobre todo o sistema financeiro e, consequentemente, certificar-se de sua solidez, precisamos comparar essas perdas estimadas em um cenário em que todas as indenizações venham a ser pagas com a capacidade de absorver perdas das instituições. Esta capacidade está delimitada pelo tamanho do capital da instituição, conforme as regras do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Portanto, o quadro abaixo associa o custo potencial das ações com o patrimônio líquido das empresas.

Tabela 5 – Relação das possíveis perdas com o patrimônio das IF [a]

	Caixa	Demais IF's	
Custo potencial	33.944	68.171	102.116
Patrimônio Líquido	11.288	150.871	162.159
Custo/PL	301%	45%	63%

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria Extraordinária de Reformas Econômicas e Fiscais do Ministério da Fazenda em 18 de Novembro de 2008 – Nota Técnica: "Ações judiciais indenizatórias envolvendo planos econômicos entre 1987 e 1991".

a) Dados de mar/2008

b) Demais instituições que operam com contas de Poupança

Não restam dúvidas que uma forte descapitalização dos bancos, resultante das perdas provocadas pelas ações relativas aos planos econômicos, traria impacto relevante sobre a solidez do sistema financeiro nacional. A descapitalização poderia levar à insolvência de instituições de porte, levando o governo a tomar medidas fiscais das quais a sociedade gostada de haver se livrado. Além disso, como se verificou nos Estados Unidos, a redução da capitalização das instituições financeiras provocaria a imediata retração no crédito. Esse efeito traria impacto de grandes proporções uma vez que, dadas as regras fixados pelo CMN com base no Acordo de Basiléia, para cada R$1,00 que se reduzisse de capital, os bancos que estivessem perto desses limites teriam que reduzir sua carteira de empréstimos em R$9,00.

Podemos, então, já assinalar dois pontos: **a**) há custos fiscais na ação (possível ação do Estado no socorro aos bancos e capitalização da Caixa) e **b**) há efeitos sobre a solidez das instituições financeiras e o ritmo de expansão do crédito. Ambos causam impacto negativo sobre a sustentação do crescimento econômico do País.

Devemos deixar claro que este cenário presume o pagamento total das indenizações reclamadas nas ações contra os planos econômicos, mais especificamente aquelas propostas na forma de ações civis públicas. Ainda que em proporções menores, uma ampliação expressiva do número de ações individuais já pode trazer conseqüências macroeconômicas consideráveis.

Aproveitamos a oportunidade para lembrar que a solidez das instituições financeiras do País caracterizou-se como um dos motivos para que o Brasil esteja sendo pouco afetado pela crise internacional.

Precisamos levar em conta, não apenas os pontos mencionados, mas os efeitos dos planos sobre as contas de Poupança. Sob este aspecto, devemos registrar que o estudo mencionado anteriormente demonstra que o poder de compra das cadernetas de poupança foi preservado, à exceção do Plano Collor II. Para sermos mais precisos, chegou-se a registrar ganhos expressivos, de mais de 20% (após 4 meses) no Plano Verão e de mais de 35% no Plano Collor I. Mesmo no caso da exceção, representada pelo Plano Collor II, a queda do poder de compra real dos depósitos de poupança foi mínima, da ordem de 2,8% no quarto mês.

Tabela 6 – Evolução do poder de compra dos recursos depositados em após os planos econômicos [a]

Mês	Bresser	Verão	Collor I	Collor II
0	100,0	100,0	100,0	100,0
1	108,1	104,8	159,6	95,9
2	111,7	116,1	148,3	93,1
3	111,4	128,4	139,8	96,2
4	107,7	120,8	135,7	97,2

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria Extraordinária de Reformas Econômicas e Fiscais do Ministério da Fazenda em 18 de Novembro de 2008 – Nota Técnica: "Ações judiciais indenizatórias envolvendo planos econômicos entre 1987 e 1991".

a) Dados de mar/2008

b) Demais instituições que operam com contas de Poupança

Por fim, resta deixar claro que os planos econômicos tiveram importância fundamental no processo de interrupção dos picos inflacionários. Da segunda metade da década de 80 e início de 90, o Brasil passou por várias situações que o colocaram muito próximo da hiperinflação e de seus efeitos indesejáveis. Para lembrarmos como estava á situação naquela época, em março de 1990, a inflação mensal, medida pelo INPC, alcançou 82,18%. Esta taxa, anualizada, equivale a 133.000%, extraordinariamente superior aos níveis anuais vigentes hoje em nosso País.

Com relação a este último item, reconhecer que há necessidade de indenizar aqueles depositantes em contas de Poupança em função de uma necessidade do Estado de combater um, mau maior que ameaçava toda a economia e, em última instância, toda a população, seria o mesmo que negar o direito do governo de governar. Entendemos que ao governo não só cabe como é seu dever, programar as medidas indispensáveis no combate à inflação, dados seus efeitos perversos sobre as empresas, a economia e a renda das famílias.

1.5 A CRISE SUBPRIME E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.

O presente item não se destina a discorrer sobre os efeitos da crise deflagrada, em parte, quando do

desmanche das operações estruturadas sobre hipotecas **subprime**. Objetiva tratar brevemente dos instrumentos que foram utilizados no exterior, e como eles são tratados no País.

São dois os principais instrumentos financeiros utilizados pelo mercado norte-americano com relação a estas operações de hipotecas: a securitização e os derivativos de crédito.

Os derivativos de crédito são uma espécie de seguro. No negócio, há duas partes: uma que compra a garantia e outra que a vende. O comprador receberá determinado montante preestabelecido, a ser pago pelo vendedor da garantia, se houver um evento de crédito. Evento de crédito é uma situação que caracterize a diminuição da qualidade do crédito de um determinado devedor.

Com relação a esta modalidade de derivativo, a regulamentação em vigor no Brasil[10] impõe sérias restrições à prática de negócios com o instrumento. Uma das mais poderosas no aspecto prudencial diz respeito à retenção de riscos, isto é, uma vez que uma instituição financeira entre nesta operação como vendedora de proteção, deverá separar uma parte do seu capital, levando em conta o risco do devedor a que se refere o contrato. Estas operações de proteção têm o mesmo efeito que realizar um empréstimo para o devedor diretamente. Isso faz sentido uma vez que, se tal devedor não pagar um crédito, o vendedor de proteção será chamado a fazê-lo.

A securitização, por sua vez, caracteriza-se pelo agrupamento de uma série de empréstimos sob um único contrato (título), com a finalidade de negociação do título resultante no mercado de capitais. Costuma-se afirmar que se está transformando empréstimos ilíquidos (de difícil revenda) em um título de fácil comercialização.

Normalmente confundida no País com as renegociações de dívidas públicas, a securitização ainda é pouco expressiva no Brasil. Conforme dados da CETIP, se somarmos o valor total dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, e os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, chegou a um estoque aproximado de R$ 18,4 bilhões. Comparado ao total de crédito que atinge hoje R$ 1,248 trilhão, temos menos de 1,5% do mercado de crédito na forma de securitização.

O fato de estarmos com uma regulamentação satisfatória no que concerne aos derivativos de crédito, todavia não nos parece ter sido o motivo para a inexistência dessa modalidade de negócios no País. As pequenas participações das operações de crédito na modalidade de instrumentos de securitização, sim julgaram ser mais relevante para a efetiva tranquilidade do nosso mercado financeiro.

10. Resolução CMN 2.933, de 28 de fevereiro de 2002, e a Circular BCB 3.106, de 10 de abril de 2002.

Como afirmou[11] Peter Sands, presidente do Standard Chartered, um banco com sede em Londres e atuação em mercados emergentes, "Realizamos um trabalho enfadonho em um mercado excitante, enquanto outros realizavam trabalho excitante em mercados enfadonhos". Isto significa que o número de operações "fora do convencional" tenderá a crescer, e que teremos necessidade de, com um olhar para o que aconteceu nos grandes mercados, controlar nossas portas previamente, regulando as operações que trazem risco para o sistema.

Para evitar este quadro de relaxamento futuro, devemos tratar a questão da alocação de capital para as operações envolvendo instrumentos de securitização. Além disso, nunca é demais revermos a regulação aplicável aos derivativos de crédito, tanto no âmbito do sistema financeiro quanto do setor de seguros, tendo em conta a sua crescente participação na oferta de produtos voltados a garantia de crédito.

1.6 DERIVATIVOS

As operações de derivativos foram uma das grandes surpresas com relação à administração da crise financeira. Diversas empresas brasileiras estavam envolvidas com operações dessa natureza o que lhes causou danos financeiros de proporções significativas.

1.6.1 Impactos na economia real

Como bem destacou a Srª Maria Helena Santana, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando da sua presença em audiência pública nesta Comissão, as operações com derivativos são necessárias para promover melhor administração de riscos nas empresas. Ela usou de uma metáfora para dizer que os derivativos são um "remédio e que pode transformar-se em veneno se forem utilizados na dose errada". Afirmou ainda que não tenha instrumentos legais para proibir que as "companhias abertas façam esta ou aquela operação". Lembrou que a CVM não realiza a função de regular providencialmente as companhias abertas, diferente do que faz o Banco Central com relação às instituições financeiras. O ambiente muito benigno da economia foi fazendo com que as empresas fossem relaxando os controles. As empresas passaram a não questionar e fazer análises detalhadas das ofertas de operações realizadas por bancos, confiando demasiadamente nestes últimos, conforme opinou a presidente da CVM.

11. Relatório Especial de 14 de maio de 2009 da revista The Economist: "**Rebuilding the banks**"

A Sra. Maria Helena Santana mencionou ainda a Resolução CMN 3.721, de 30 de abril de 2009, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras (exceto nas administradoras de consórcio). A medida impôs, em seu artigo 4°, inciso IX, que a estrutura de gerenciamento do risco de crédito deve prever a "mensuração adequada do risco de crédito de contraparte advindo de instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros complexos". Além disso, determinou que "a diretoria da instituição e o conselho de administração, se houver, devem assegurar-se de que a estrutura remuneratória adotada não incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pela instituição."

André Marques Rebelo, do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da FIESP, afirmou em audiência pública desta Comissão Especial, que as especulações apontavam que o total de perdas das empresas brasileiras com derivativos cambiais chegou a um montante de R$ 50 bilhões de reais. Por outro lado, Jorge Sant'Anna da *Cetip* calculou que houve um descasamento entre as operações compradas de dólar e vendidas da ordem de R$ 25 bilhões no mercado interno. Sant'Anna reiterou, contudo, que nos casos das grandes empresas, a maior parte das operações estava fora do mercado interno e, portanto, fora dos registros tanto da **Cetip** quanto da BM&BOVESPA.

O Presidente da BM&BOVESPA, em audiência nesta Comissão também destacou o caráter eminentemente gerencial deste quadro, com destaque para as "falhas na estrutura de governança de algumas empresas, reduzido nível de controle das operações e baixa compreensão do risco assumido".

1.6.1.1 ADEQUAÇÃO NA OFERTA DE PRODUTOS

Como remédio para a situação, algumas frentes precisam ser atacadas. A primeira delas diz respeito à adequação na oferta de produtos por parte das instituições financeiras aos seus clientes. Este assunto vem sendo bastante discutido em âmbito mundial e, no Brasil, encontra-se em debate no âmbito do Comitê de Regulação e Fiscalização do Mercado Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec). Regras que tratem da adequação na oferta de produtos de crédito e de investimento pelas instituições financeiras são vitais para evitar abusos. Uma vez que o ofertante de produtos financeiros se veja responsável pela adequada orientação do cliente, tenderá a expor de forma mais contundente as opções disponíveis, uma vez que poderá ser questionado posteriormente, inclusive em juízo, caso se verifique a incompatibilidade entre as necessidades e características dos negócios da empresa com relação à solução apresentada pelo banco, por exemplo. Deverá caber à instituição, se procurada pelo cliente para uma determinada operação, fazê-lo declarar que tem conhecimento de que está expondo sua empresa (e os acionistas ou demais sócios, se for o caso) a perdas de dimensões elevadas.

1.7 RECOMENDAÇÕES

1.7.1 Sobre o papel dos Bancos Pequenos e Médios:

Os bancos médios e pequenos desempenham importante função no sistema de crédito. A crise em curso, que teve como primeira e forte conseqüência a retração do crédito, afetou a capacidade de emprestar dessas instituições, deixando a descoberto áreas do mercado como o financiamento às empresas pequenas, veículos usados e crédito consignado. O Governo garantiu a volta dos investidores ao elevar a cobertura do seguro para a aplicação de CDBs nessas instituições para R$ 20 milhões. O crédito também começou a fluir novamente pela flexibilização dos compulsórios sobre depósitos a prazo. Adicionalmente, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil têm apoiado o segmento mediante compra de carteiras de crédito e aquisição de participação. Sugerimos também que medidas de natureza mais estrutural não só viabilizem a existência de instituições desse porte, mas incentivem o aumento de sua participação no sistema de modo a propiciar não só o atendimento a setores do mercado não priorizados pelas grandes instituições, mas garantir também maior concorrência nos empréstimos. Por isso enfatizaremos a necessidade de precisar o papel do *Bacen* e do *Cade* na questão da Defesa da Concorrência, ponto que trataremos mais adiante.

1.7.2 Planos Econômicos

Embora o questionamento do rendimento das aplicações financeiras no limiar da aplicação dos Planos Econômicos de enfrentamento da inflação esteja na esfera judicial, buscamos chamar atenção desta Casa sobre os riscos envolvidos nesta questão.

1.7.3 Derivativos e Supervisão bancária

Não devemos condenar a priori novos instrumentos financeiros de distribuição do risco como especulativos. Eles podem ajudar a multiplicar o crédito e estimular o crescimento econômico. O problema é quando os critérios de risco são afrouxados, os registros das operações precários e sua oferta ao tomador ou aplicador pouco transparente. Neste aspecto, tanto a CVM quanto o *Bacen* devem redobrar a vigilância de modo a exigir a explicitação contábil desses produtos, seu registro e a clareza sobre a informação do risco dos tomadores e aplicadores.

Recomendamos que, passado o período mais agudo da crise, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara em conjunto com outras Comissões relacionadas à área econômica realizem audiências públicas de acompanhamento das novas medidas prudenciais a serem adotadas. Para tal seriam convidados o *Bacen* e

a *CVM* para a apresentação do estágio de implementação dessas medidas.

2. MARGEM BANCÁRIA (SPREAD)

A diferença entre as taxas de juros de aplicação e de captação do mercado denomina-se margem ou **spread**. A margem compreende o lucro e o risco relativos às operações de crédito.

A margem, deve-se ressaltar, não significa lucro. É necessário deduzir os custos incorridos na concessão dos empréstimos, a inadimplência e os impostos para que se chegue ao lucro líquido da operação.

A Tabela 7 abaixo, mostra a evolução das margens médias das operações de crédito concedidas pelos bancos. Podemos notar que a margem de maio de 2009 – 28,19% ao ano – é muito semelhante àquela de junho de 2000 – 28,37% a.a. – informação mais antiga disponível nesta série. No período, houve picos de mais de 33% e vales (pontos mais baixos) de pouco mais de 22%.

Tabela 7 - Evolução das margens (*spreads*) das operações de crédito (% ao ano)

Mes	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jan	-	26,60	29,84	31,72	29,79	27,91	29,62	27,48	25,69	30,46
Fev	-	27,18	29,93	31,81	29,41	27,68	30,20	27,55	26,02	29,74
Mar	-	25,46	29,99	33,20	29,57	27,69	30,18	26,56	25,48	28,76
Abr	-	25,44	29,41	33,62	29,01	27,72	29,73	26,39	24,99	28,37
Mai	-	25,26	29,20	33,68	27,20	28,42	28,50	26,04	24,49	28,19
Jun	28,37	25,43	26,92	33,20	26,99	28,13	27,99	25,82	24,58	
Jul	27,77	25,33	28,58	32,37	27,25	28,24	27,42	25,12	25,62	
Ago	27,42	27,49	31,39	31,24	27,54	28,50	27,49	24,72	26,26	
Set	27,30	27,62	30,02	30,55	27,74	29,31	28,57	24,60	26,38	
Out	27,21	29,55	31,68	30,46	27,74	29,60	27,98	24,46	28,38	
Nov	26,72	29,58	31,89	30,46	27,32	29,36	27,93	23,50	30,16	
Dez	25,95	28,70	31,05	30,01	26,76	28,79	27,19	22,34	30,71	

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento Econômico - DEPEC - Séries Temporais – Série número 8298 – Spread Total Geral – consultada em 01/07/2009

Várias situações conjunturais afetaram estes mais de nove anos de história, como é de conhecimento de todos, motivo pelo qual não nos ocuparemos em discutir os picos e vales. Ademais, devemos lembrar que a manutenção da margem não significa que a taxa de juros para o tomador final não tenha caído durante o período considerado. Se o custo de captação do banco se reduz, e se a margem continua constante, como o "preço de venda" é composto pelo preço de compra (captação) mais a margem, ela (taxa de juros do tomador) cai.

Desde 1999 o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil implementaram programa abrangente de tratamento da questão das margens bancárias, o que resultou em uma melhora significativa no quadro institucional brasileiro. Dentre as mais de vinte medidas implementadas, destacamos algumas que consideramos de extrema relevância para o aprimoramento da percepção de risco e de divulgação de informações.

• Reduções de depósitos compulsórios e do IOF, infelizmente por períodos diminutos em função de crises pelas quais passamos;

• Ampliação da base de cobertura da Central de Risco, que hoje cobre operações a partir de R$5 mil;

• Criação da Cédula de Crédito Bancário e dos certificados dessas cédulas;

• Implementação da portabilidade cadastral;

• Edição da Lei n° 10.214, de 27-3-2001, que regulamenta a atuação das câmaras de compensação e de liquidação no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

• Implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro;

• Autorização para a realização do crédito consignado;

• Promulgação da nova Lei de Falências;

• Instituição da portabilidade das operações de crédito e de salário;

• Determinação de necessidade de divulgação do Custo Efetivo Total (CET) nas operações;

2.1 INADIMPLÊNCIA, DADOS INTERNACIONAIS COMPARATIVOS

Um dos pontos mais destacados quando se trata da questão da margem bancária no Brasil é a inadimplência. O Banco Central do Brasil realizou uma série de estudos, voltados a dimensionar os impactos desta variável (bem como de outras) sobre o custo total para o tomador, tendo verificado, tratar-se do mais relevante.

Todavia, entendemos que as análises acerca da inadimplência precisam ser vistas em âmbito mundial, para que a perspectiva não se limite a dividir, entre vários possíveis fatores, uma distorção verificada no mercado brasileiro. Queremos dizer com isso, que o nosso País encontra-se em um perverso equilíbrio de elevadas margens.

Um levantamento do Banco Mundial, disponível em sua publicação denominado **World Development Indicators**, de 2008, aponta que a margem cobrada no Brasil só é menor do que a do Zimbábue (que não se encontra na lista transcrita aqui, mas apresentava **spread** superior a 290% ao ano). Por outro lado, a inadimplência dos brasileiros também estava entre as mais altas, com apenas quatro países, Indonésia, Bolívia, Malásia, e China, dentre aqueles cujos dados de inadimplência e margem estavam disponíveis, apresentando taxas de atraso superiores há 90 dias maiores que as nossas.

Tabela 8 – Inadimplência x Margem (spread): comparativo internacional

País*	% atraso*	% margem**
Argentina	3,4	2,2
Austrália	0,2	5,5
Bolívia	8,7	7,9
Brasil	4,1	36,9
Canadá	0,4	4
Chile	0,8	2,9
China	7,5	3,6
Hong Kong	1,1	5,1
Colômbia	2,6	6,6
Ecuador	3,3	5,4
França	3,2	4,3
Hungria	2,5	0,6
Indonésia	13,1	4,6
Israel	1,9	3,2
Japão	2,5	1
Korea	0,8	1,5
Malásia	8,5	3,3
México	2,1	4,2
Holanda	1	0,8
Paraguai	3,3	23,4
Peru	1,6	20,7
Rússia	2,6	6,4
Singapura	2,8	4,7
África do Sul	1,2	4
Suiça	0,3	1,6
Uruguai	1,9	7,4

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators, de 2008

* Desta tabela constam apenas os países em que as informações de inadimplência e de margem estavam disponíveis. Foram desconsiderados aqueles em que só havia um dos dois dados.

* Refere-se ao percentual de operações em atraso há mais de 90 dias com relação ao total de crédito em aberto.

** Diferença entre a taxa de captação e a de empréstimo (*spread*)

Ademais, embora estudos[12] apresentem resultados de que a eficiência do sistema judiciário na proteção dos direitos de propriedade sejam uma determinante do nível da margem cobrada pelas instituições financeiras, um levantamento[13] apresentado na série de trabalhos para discussão do Fundo Monetário Internacional (FMI), demonstram que, numa série de países latino-americanos" ficamos abaixo apenas do Chile e da Costa Rica, empatando com a Venezuela nesse quesito (dados resultam de uma média dos anos de 1999 a 2002). Quando comparado a um grupo de outros países emergentes, o Brasil encontra-se exatamente na mediana, isto é, a metade deles protege menos que nós, conforme o estudo.

12. Laeven, Luc and Giovanni Majnoni, 2003, "Does Judicial Efficicency Lower the Cost of Credit?," World Bank Policy Research Paper 3159 (Washington: World Bank) e Demirgüç-Kunt, Asli, Luc Laeven, and Ross Levine, 2004, "Regulations, Market Structure, Institutions, and the Cost of Financial Intermediation," Journal of Money, Credit, and Banking Vol. 36, No. 3, pp. 593-622.

13. R. Gaston Gelos – Banking Spreads in Latin America – Working Paper 06/44 – 2006 – International Monetary Fund.

2.2 EFICIÊNCIAS DOS TRIBUTOS NO SISTEMA

A discussão sobre o impacto dos impostos na composição da margem, também denominada "cunha fiscal", sempre foi um ponto de muita discussão. O Banco Central do Brasil chegou mesmo a fazer uma série de levantamentos acerca deste elemento na composição do custo para os tomadores.

Durante a audiência pública do Sr. Sandro de Vargas Serpa, da Receita Federal do Brasil (RFB), pedimos um posicionamento daquele órgão no sentido de explicitar quais tributos incidem sobre instituições financeiras de modo geral e sobre as operações de crédito em especial. A resposta a esta solicitação veio na forma de uma nota técnica a qual resumiremos nesse Relatório.

Acerca da tributação, não existe, conforme a Receita Federal do Brasil, tributo que incida exclusivamente sobre a margem. No entanto, a operação bancária como um todo é objeto das "incidências da contribuição previdenciária, o PIS, a Cofins, o IRPJ, a CSLL e o I0F". A RFB destaca a dinâmica própria de cada um desses tributos e que "seu efeito final sobre o custo da operação de crédito pode variar substancialmente".

2.2.1 Os tributos diretos

Conforme a definição da Receita, tributos diretos são "aqueles cujo ônus econômico recaia sobre o próprio contribuinte do tributo, ou seja, representa para ele uma 'redução da riqueza'. Nessa categoria encontram-se os tributos sobre a renda, em que a intenção do legislador é de que o tributo onere o detentor da renda". Classificam-se nessa categoria o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A alíquota do IRPJ é de 25% e a da CSSL é de 15%, representando um total de 40% sobre o resultado positivo (lucro) das instituições financeiras. Conforme a RFB, "em 2008, a arrecadação desses dois tributos no segmento financeiro gerou R$15,7 bilhões para o Tesouro Nacional, sendo R$9,8 bilhões relativos ao IRPJ e R$5,9 bilhões relativos à CSLL".

Outro tributo que a RFB afirma poder ser considerado como direto é a "contribuição patronal para a previdência social, que no caso das instituições financeiras pode chegar a 25,5% sobre a folha de salários". A Receita estima que em 2008 a "arrecadação dessa contribuição atingiu cerca de R$6,6 bilhões".

Na opinião da Receita Federal, buscar a redução de preços por meio da redução dos tributos diretos não seria razoável, tendo em vista que, quando se tributa a renda, "pretende-se atingir a capacidade contributiva da empresa e sua redução significaria criar exceção ao princípio da generalidade e universalidade da tributação". Acrescenta a RFB que "no caso da contribuição previdenciária, existe o nexo com os benefícios futuros, e sua redução poderia significar desequilíbrio no orçamento previdenciário".

2.2.2 Os tributos indiretos

Os tributos indiretos são aqueles nos quais as IF atuam como se agentes arrecadadores fossem, uma vez que "o ônus recairá sobre o consumidor final do bem ou serviço". Os tributos incidentes sobre a receita, faturamento ou valor agregado são indiretos. PIS, Cofins e IOF são os que afetam o custo do crédito.

Sobre o PIS e a Cofins, a Receita entende que devam ser considerados como um único tributo uma vez que a base de cálculo é a mesma para ambos. Para aquele órgão, a incidência sobre as operações financeiras diferencia-se do caso das empresas, uma vez que se aplica, de maneira simplificada, sobre a margem (**spread**) das operações. No caso das demais empresas, além da alíquota ser superior (9,25%, enquanto no setor financeiro é de 4,65%), só há redução de despesas para a apuração do tributo aquelas que foram previamente tributadas (no caso das IF toda a captação é deduzida independentemente de haver pagamento prévio do PIS/Cofins).

A RFB igualmente não recomenda a redução do PIS/Cofins, tanto no que se refere ao aspecto social da destinação desta arrecadação, quanto ao que tange o repasse para a redução na margem cobrada pelos intermediários financeiros.

Segundo a nota técnica, "a arrecadação do PIS/Cofins incidente sobre as instituições financeiras totalizou , em 2008, R$7,0 bilhões".

2.2.3 O IOF

Finalmente, trataremos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Títulos e Valores Mobiliários (IOF). Este imposto pode ser classificado como "regulatório", uma vez que sua destinação, muito mais do que arrecadatória, pretende ser utilizado com auxiliar na implementação de políticas monetária, creditícia ou cambial.

De acordo com o Boletim de Análise de Conjuntura da Consultoria Legislativa da Casa, com a extinção da CPMF, o IOF passou a servir como paliativo para a perda de receitas. O Decreto nº 6.339/2008 estabeleceu alíquota fixa de IOF em percentual idêntico ao da contribuição extinta (0,38%), que passou a incidir sobre uma ampla gama de operações financeiras.

A mesma norma serviu para que o IOF também fosse utilizado com objetivos regulatórios. Em meio ao forte crescimento das operações de crédito voltadas ao consumo, as alíquotas sobre operações de crédito das pessoas físicas foram elevadas de 0,0041% ao dia (limitada a 1,5%) para 0,0082% a.d. (limitada a 3%). A tributação das operações de crédito das pessoas jurídicas não foi modificada, per-

manecendo em 0,0041% a.d. (limitada a 1,5%). A base de cálculo é o valor do crédito concedido.

A nota técnica da RFB afirma ser claro "que o imposto funciona como uma cunha fiscal na concessão de crédito". A Receita complementa que "diferente dos outros tributos, na incidência do IOF há transparência tanto quanto ao custo tributário na operação quanto a quem de fato arca com esse custo". A arrecadação do IOF incidente sobre as operações de crédito, segundo a nota, totalizou, em 2008, R$14,9 bilhões.

Não resta dúvida, portanto, que a afirmativa de que a redução de impostos minora o custo do crédito é aplicável a qualquer outro bem ou serviço, como destaca a Receita. Contudo, a recomendação que fazem na nota é consoante com o pleito do mercado, com destaque para o depoimento dos Srs. Sérgio Werlang, Rubens Sardenberg e Roberto Troster, em audiência pública conjunta das Comissões Especiais congêneres dedicadas a tratar da indústria, do comércio e da agricultura. Para aquele órgão, se é que se vão desonerar as operações de crédito "é recomendável que qualquer medida de natureza tributária que tenha como objetivo afetar o mercado interno de crédito deve ser focado na legislação" do IOF.

2.2.4 Medidas pontuais

Todavia, em que pese à questão da redução do IOF ser clamada por vários segmentos da sociedade, a mudança que mais se fez notar no imposto foi à implementação da alíquota fixa de 0,38, reproduzindo a CPMF.

Pessoa Jurídica

Tabela 9 - Custo do IOF nas operações de crédito – Desconto de Duplicatas

Mês/ano	Taxa ao Ano (%)	Impostos (IOF em %)	Diferença Tx – IOF	Inadimplência (a) (em % do saldo)	Prazo médio (dias)
Março/2007	34,44	1,48	32,96	6,36	32,37
Março/2008	39,38	6,17	33,21	5,98	38,80
Março/2009	41,95	5,98	35,97	7,01	44,81

Fonte: Banco Central do Brasil – Séries temporais de número 67, 507, 7918 e 511. Elaboração do autor.
a) Percentual do saldo vencido ha mais de 90 dias.

Tabela 10 - Custo do IOF nas operações de crédito – Capital de Giro

Mês/ano	Taxa ao Ano (%)	Impostos (IOF em %)	Diferença Tx – IOF	Inadimplência (a) (em % do saldo)	Prazo médio (dias)
Março/2007	30,75	1,14	29,62	2,83	239,08
Março/2008	29,32	2,29	27,03	1,38	286,27
Março/2009	33,78	1,66	32,12	2,22	274,48

Fonte: Banco Central do Brasil – Séries temporais de número 73, 529, 7920 e 533. Elaboração do autor.
a) Percentual do saldo vencido ha mais de 90 dias.

Tabela 11 - Custo do IOF nas operações de crédito – Conta Garantida

Mês/ano	Taxa ao Ano (%)	Impostos (IOF em %)	Diferença Tx – IOF	Inadimplência (a) (em % do saldo)	Prazo médio (dias)
Março/2007	64,71	1,47	63,24	3,28	21,23
Março/2008	66,76	3,04	63,72	3,02	22,33
Março/2009	80,35	4,30	76,05	3,89	22,90

Fonte: Banco Central do Brasil – Séries temporais de número 77, 577, 7921 e 581. Elaboração do autor.
a) Percentual do saldo vencido ha mais de 90 dias.

Pessoa física

Tabela 12 - Custo do IOF nas operações de crédito – Cheque Especial

Mês/ano	Taxa ao Ano (%)	Impostos (IOF em %)	Diferença Tx – IOF	Inadimplência (a) (em % do saldo)	Prazo médio (dias)
Março/2007	140,89	1,49	139,40	9,62	21,10
Março/2008	151,53	5,60	145,93	8,53	20,95
Março/2009	171,11	5,52	165,58	9,66	21,08

Fonte: Banco Central do Brasil – Séries temporais de número 95, 841, 7929 e 845. Elaboração do autor.
a) Percentual do saldo vencido ha mais de 90 dias.

Tabela 13 - Custo do IOF nas operações de crédito – Crédito Pessoal

Mês/ano	Taxa ao Ano (%)	Impostos (IOF em %)	Diferença Tx – IOF	Inadimplência [a] (em % do saldo)	Prazo médio (dias)
Março/2007	53,39	1,17	52,22	5,77	400,95
Março/2008	50,40	2,74	47,66	5,09	479,46
Março/2009	50,81	1,69	49,12	5,59	556,26

Fonte: Banco Central do Brasil – Séries temporais de número 99, 876, 7930 e 880. Elaboração do autor.
a) Percentual do saldo vencido ha mais de 90 dias.

Tabela 14 - Custo do IOF nas operações de crédito – Financiamento de Automóveis

Mês/ano	Taxa ao Ano (%)	Impostos (IOF em %)	Diferença Tx – IOF	Inadimplência [a] (em % do saldo)	Prazo médio (dias)
Março/2007	31,20	0,91	30,29	3,29	549,13
Março/2008	30,07	1,87	28,20	3,31	591,82
Março/2009	29,66	1,07	28,60	5,07	575,58

Fonte: Banco Central do Brasil – Séries temporais de número 99, 876, 7930 e 880. Elaboração do autor.
a) Percentual do saldo vencido ha mais de 90 dias.

Considerando as tabelas acima, elaboradas pela Consultoria Legislativa com base em dados do Banco Central do Brasil, verificamos o seguinte:

a) O evidente aumento do custo (em termo de taxa de juros equivalente) nos anos de 2008 comparado a 2009 e uma redução em 2009 com relação a 2008;

b) Tanto o aumento quanto a redução são mais pronunciados quanto mais longo o prazo da operação, devido, principalmente, ao efeito da parcela fixa de 0,38%;

c) A participação na taxa final do cheque especial parece ser pouco representativa quando comparada à taxa de juros desta linha de crédito;

d) O desconto de duplicatas e a conta garantida, tendo em vista a clara aplicação em empresas e a forte atuação no segmento das pequenas e médias, teriam mais apelo para serem isentos do que as demais modalidades.

Devemos ressaltar, no entanto, que temos uma elevada desconfiança que a desoneração de tributos em um momento de demanda elevada e oferta contraída podem ocasionar a apropriação por parte dos agentes financeiros. Em que pese tal risco, acreditamos que o cenário de contração de crédito tenderá a ser desfeito e, nessa situação, a desoneração será benéfica.

Finalmente, tendo em vista que as medidas de redução de tributos que vêm sendo adotadas pelo Governo podem ser impeditivas à minoração das alíquotas do IOF, julgamos que a desoneração específica da parcela fixa de 0,38% para estes produtos de menor prazo poderiam trazer um alívio ao segmento de pequenas

e médias empresas. Infelizmente, mais uma vez, resta o temor de que a criatividade do setor financeiro possibilite a "arbitragem" dos agentes no que se refere às linhas de crédito disponíveis, deslocando operações que se enquadrariam em outras modalidades de empréstimo para as linhas de desconto de duplicatas e de contas garantidas. Assim, a eficiência da medida será maior se abranger o conjunto das operações.

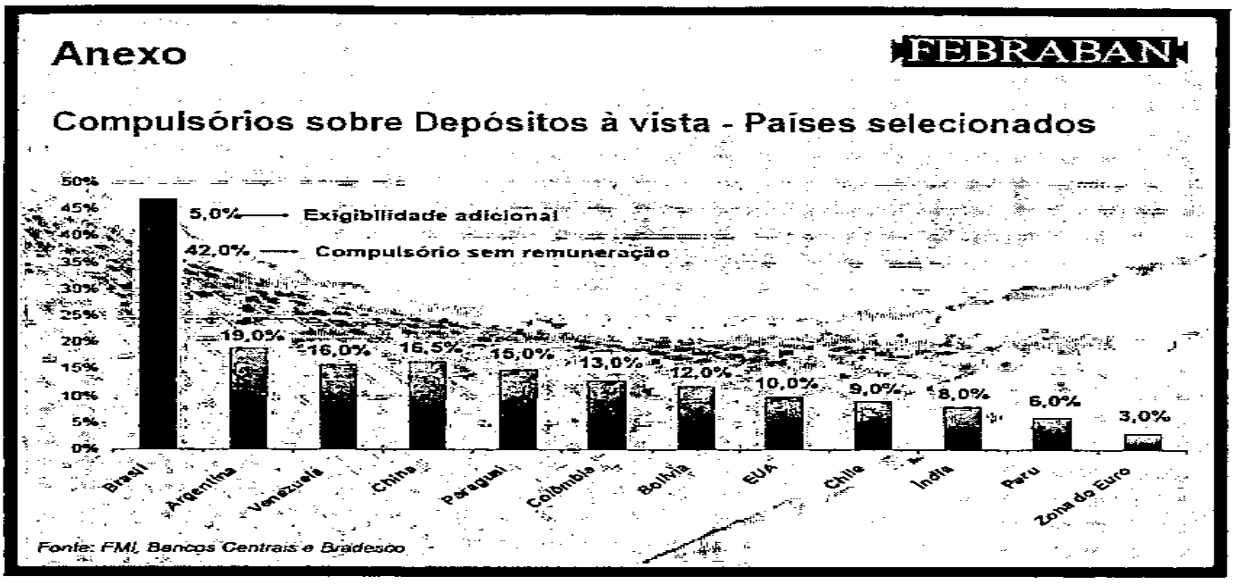
2.3 DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS

A questão dos compulsórios é um pouco mais complexa, embora não restem dúvidas de que nossos requerimentos são maiores do que os demais. Tanto o levantamento publicado na página do FMI mencionado anteriormente, quanto apresentação realizada pelo Economista Chefe da Febraban (Figura 2) em evento daquela entidade demonstram que, no cenário internacional, somos os mais demandantes nesse quesito.

Ademais, uma das conclusões do estudo tornado disponível pelo FMI indicam que estes compulsórios são responsáveis por margens mais elevadas.

Figura 2 – Depósitos Cumpulsórios sobre Depósitos à Vista

Figura 2 - Depósitos Compulsórios sobre Depósitos à Vista



A questão é que, de modo generalizado, os depoentes das audiências públicas que trataram do assunto reconheceram a vantagem desses depósitos compulsórios na hora da administração da crise. A liquidez dos bancos, isto é, a capacidade de transformar ativos em recursos disponíveis, tende a ficar diminuída nos momentos de crise, uma vez que os compradores desses ativos desaparecem. Por outro lado, como os títulos públicos são um porto seguro para os investidores tementes ao risco, requerer das instituições financeiras a manutenção de uma parcela de seus recursos depositada em dinheiro ou nesses títulos, bloqueada junto ao Banco Central, protege as próprias instituições da insolvência.

Foi exatamente o que vimos com a administração da crise no Brasil.

Além disso, o sistema de metas de inflação retarda um pouco os efeitos sobre o crédito resultantes da redução dos compulsórios sobre depósitos a vista. Se tais requerimentos forem minorados, o dinheiro liberado, no período em que não for aplicado nas operações de crédito por parte dos bancos, será necessariamente retirado do mercado pelo Banco Central do Brasil.

Uma vez que a meta das taxas de juros está estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central retirará todo o dinheiro em circulação que ameace o atingimento dessa meta. Como a liberação do compulsório significará um aumento de recursos no mercado e, consequentemente, uma redução no preço do dinheiro, aquele órgão não poderá deixar isso acontecer.

Por outro lado, as operações de depósito a prazo podem ser desoneradas tendo em conta que seu depósito compulsório se dá na forma de aquisição de títulos públicos que ficam bloqueados à negociação. O desbloqueio desses papéis pode ser adotado, uma vez que não trariam os efeitos da redução dos requerimentos nos depósitos a vista.

A aplicação de compulsórios em depósitos a prazo tende a ser adotada em momentos nos quais os

agentes econômicos pressionam "para cima" o preço de determinados ativos financeiros, como é o caso da cotação do dólar, ou quando se pretende regular a oferta de crédito na economia.

Frisamos, conforme comentado no item 1.3, que os depósitos compulsórios sobre depósito a prazo penalizam as instituições de pequeno e médio portes de maneira desproporcional, quando comparados às grandes instituições.

Finalmente, lembramos que em algumas situações o aumento do recolhimento de compulsórios sobre os depósitos a vista é mais "econômico" quando pensamos na administração da dívida pública, uma vez que tais depósitos não são remunerados. Como existe um intervalo de tempo entre a liberação dos recursos e a aplicação em linhas de crédito pelos bancos, o Tesouro Nacional incorre em custos, seja diretamente pela colocação de seus títulos, seja indiretamente por parte de operações realizadas pelo Banco Central, que paga juros aos detentores do dinheiro, no caso, os bancos.

Conforme discussões com o Banco Central do Brasil, embora a desoneração do compulsório pudesse trazer ganhos marginais na redução de margem, o custo prudencial poderia ser grande, de modo que deve ser tratado com mais atenção.

2.4 FRAUDES: CUSTOS E LEGISLAÇÃO PARA FRAUDES ELETRÔNICAS

Como vimos no item 1.2, os meios eletrônicos têm ocupado papel de destaque nas operações bancárias, significando hoje mais de 50% do total dessas transações.

Contudo, em que pese os enormes ganhos de produtividade que a inovação tecnológica traz para a economia como um todo, estes sistemas óticos e eletrônicos criaram um novo tipo de crime: o cibernético.

As técnicas utilizadas variam desde o envio de mensagens eletrônicas falsas, com a finalidade de capturar informações confidenciais dos usuários da internet, a esquemas envolvendo organizações criminosas complexas com a participação, inclusive, de funcionários de instituições financeiras.

Técnicas mais comuns como a implantação de dispositivos eletrônicos de captura de senhas nos terminais de auto-atendimento também fazem parte do arsenal empregado pelos criminosos cibernéticos.

Há estruturas mais sofisticadas que envolvem negociações de ações. Nesses esquemas, os invasores capturam senhas de investidores no mercado de capitais, coloca ordens de compra ou de venda simultâneas de um determinado papel, causando alteração no preço. Uma vez que estes criminosos conhecem o movimento de preços que irá acontecer, posicionam-se comprando ou vendendo os papéis de modo a se beneficiarem da variação do valor desses títulos.

Quando tratamos dos crimes eletrônicos, a atitude das instituições financeiras envolvidas tende a ser a de reparar financeiramente o correntista para evitar danos à confiança nas instituições e no sistema como um todo. Portanto, entendemos ser necessário implementar um arcabouço legal que possibilite a atuação do Poder Público na prevenção e repressão dos crimes cibernéticos, de modo a reduzir os custos incorridos pelas instituições financeiras, uma vez que tais custos acabam sendo arcados pelos clientes quando do estabelecimento das tarifas e taxas de juros. Ademais, é de interesse da sociedade um sistema eficiente e barato para processar suas transações financeiras e os meios eletrônicos são a resposta para tal fim.

2.5 SISTEMAS DE CADASTROS

Não restam dúvidas sobre a importância da disponibilidade de informações creditícias sobre devedores para uma eficiente decisão sobre a oferta de crédito. Nesse sentido, aproveitamos para destacar algumas das medidas implementadas pelo Governo no sentido de promover uma eficiente análise da capacidade financeira do tomador.

2.5.1 Estabelecimento da portabilidade cadastral

Em 21 de dezembro de 2000, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução 2.808, que estabelecia a obrigação dos bancos de "fornecer a seus clientes, quando por esses solicitado, informações cadastrais a eles relativas". Tais informações deveriam conter:

a) dados pessoais do cliente;

b) saldo médio mensal mantido em conta corrente;

c) histórico das operações de empréstimo e de financiamento, contendo a data da contratação, o valor transacionado e a regularidade dos pagamentos;

d) saldo médio das aplicações financeiras e das demais modalidades de investimento mantidas ou administradas pela instituição,

Estes dados deveriam "abranger, pelo menos, informações referentes aos dois anos anteriores à data do pedido, quando for o caso".

No entanto, o intervalo de tempo do histórico das transações dos clientes foi reduzido de dois para apenas um ano com a Resolução nº 2.835, de 30-5-01.

A portabilidade de dados cadastrais é de vital importância tanto para o tomador quanto para o credor, tendo em conta tanto a possibilidade de redução na taxa de juros cobrada (margem), para o primeiro, quanto na diminuição da probabilidade de perda, para o último.

Ademais, aqueles correntistas que não quiserem tornar seus dados disponíveis para os cadastros positivos privados, poderão utilizar este instrumento para minorarem seus custos, conforme mencionado.

Nesse sentido, é importante que se divulgue mais esta possibilidade, uma vez que é pouco conhecida pelos clientes das instituições financeiras. Além disso, deve ser estabelecido, a exemplo do que se fez na portabilidade numérica da telefonia, se for preciso, uma isenção para o fornecimento dos dados e, por fim, que se mantenha o prazo inicialmente determinado pela norma, que foi de dois anos, no mínimo.

2.5.2 Aumento da abrangência das informações do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central – SCR

O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) é um "banco de dados sobre operações com características de crédito alimentado mensalmente pelas instituições financeiras". Quando aos clientes, compõem a base aqueles que apresentam responsabilidade total igual ou superior a R$5.000,00.

Conforme esclarecem os documentos do Bacen "o objetivo principal [do SCR] é permitir à supervisão do Banco Central aferir as condições econômico-financeiras das instituições financeiras, com o propósito de proteger seus depositantes". A esta meta, o BCB agrega que "outra importante função do sistema é a de **bureau** de crédito, preenchendo um **gap** [vazio] de informações".

O SCR é, portanto, o cadastro positivo, implementado no âmbito do Banco Central, e é disponível, sem custos, para todos os participantes do sistema financeiro que tenham autorização dos seus clientes para consultar a base.

Uma das medidas listadas nos relatórios de acompanhamento do programa para a redução do **spread**, editados pelo Banco Central do Brasil é o aumento da abrangência da base de devedores. Isto foi conseguido com a diminuição do valor em responsabilidade dos clientes, isto é, quanto eles estão devendo ao credor. Implementada com um saldo em aberto no valor de R$50 mil, este piso foi diminuído para R$20 mil e hoje encontra-se em R$5 mil (desde janeiro de 2001).

Reduzir um pouco mais este limite poderia ser uma alternativa para ampliar a cobertura do SCR, possibilitando o acesso a informações por parte das instituições financeiras com menores custos, reduzindo assim a parcela de despesas administrativas repassadas aos tomadores.

2.5.3 Cadastros privados

Os cadastros privados de informação são vitais para o desenvolvimento do mercado de crédito. Dentre suas principais vantagens estão a capacidade de tratamento dos dados, gerando informação estatística valiosa para a decisão dos credores.

Durante apresentação em audiência pública nesta Comissão, o Sr. Francisco Valim da Serasa-Experian demonstrou, por exemplo, que quanto maior o número de compromissos assumidos, maior o risco de inadimplência. Demonstrou também que quanto maior o prazo do compromisso assumido, igualmente aumenta o risco. Certamente, estas valiosas informações vieram das bases de dados de informações que estas instituições possuem e representam subsídio fundamental à tomada de decisões do credor.

Em audiência pública conjunta de Comissões congêneres, o Sr. Sérgio Werlang, comentou sobre estudo encomendado pelo Banco Itaú à consultoria Tendências, em março de 2007. Segundo o levantamento, a implementação do cadastro positivo no Brasil teria os seguintes impactos:

a) Crescimento no percentual de crédito em relação ao PIB de aproximadamente 6,2% (de 42,5% em março de 2009 para 48,7%);

b) Redução de 0,9% na inadimplência (de 5% em março de 2009 para 4,1%);

c) Diminuição da margem bancária em 1% (de 28,6% em março de 2009 para 27,5%).

2.6 DEFESA DA CONCORRÊNCIA: O PAPEL DO CADE E DO BACEN.

A questão da concorrência bancária é assunto de grande importância quando tratamos do sistema financeiro nacional. Poderíamos afirmar que a estrutura do mercado é um dos fatores fundamentais para a redução do custo das operações de crédito, que beneficiariam a economia como um todo.

Percebemos, conforme comentado no item 1.3, que os bancos pequenos e médios devam ser fomentados, no sentido de aprimorar a oferta de crédito tanto para as empresas de menor porte quanto para as pessoas físicas. Ademais, sua presença no mercado contesta a posição dominante das instituições de maior porte. Uma das medidas para fortalecimento do segmento pequeno e médio é o fortalecimento da concorrência.

Atualmente, existe certa indefinição quanto ao tema, em que pesem as diversas opiniões que se manifestam a partir de diferentes órgãos do Poder Executivo. Esta seara, embora diga respeito a nossa discussão, não será tratada aqui.

A certeza que temos é de que o quadro legal em vigor no País trás insegurança jurídica aos agentes, uma vez que não há clara definição de quem, e qual aspecto, será tido como definitivo na avaliação dos atos de concentração.

Dada a existência da Lei n° 8.884, de 11 de junho de 1994, que é o marco legal para a defesa da concorrência (lei antitruste), e o § 2° do artigo 18 da Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (lei do sistema financeiro nacional), é necessário definir a questão das competências de cada um dos órgãos: Banco Central do Brasil e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Esta definição passa pela escolha de um modelo de divisão de trabalho entre estes dois órgãos.

Mencionamos cinco possíveis modelos de atuação do binômio regulador prudencial – autoridade de defesa da concorrência, extraídos de obra publicada por Gesner Oliveira[15]:

a) Isenção antitruste: na qual o regulador atua sem a aplicação da lei antitruste aos regulados;

15. Gesner Oliveira – "Concorrência – panorama no Brasil e no Mundo" – Editora Saraiva, 2001.

b) Competências concorrentes: tanto a autoridade regulatória quanto a de defesa da concorrência têm competência para aplicação da lei de defesa da concorrência;

c) Competências complementares: a entidade de regulação atua exclusivamente em sua área, enquanto compete ao órgão de defesa da concorrência a aplicação da lei antitruste;

d) Regulação antitruste: a entidade de defesa da concorrência aplica tanto a regulação relativa ao seu campo de atuação, quanto aquela destinada ao setor específico em que o regulado atua;

e) Desregulamentação: nesse caso, a única atuação se dá na proteção da defesa da concorrência, ficando o setor livre de qualquer outra regulação.

Levantamento apresentado por Oliveira em seu livro demonstrava a seguinte configuração quando analisada uma amostra de 22 países: três deles encontravam-se no caso **a**, nove no caso **b**, dez, no **c** e nenhum nos casos **d** e **e**.

Sem dúvidas, como já vimos anteriormente, se faz necessário abordar a questão da defesa da concorrência no setor financeiro, uma vez que manter o quadro atual de incertezas e indefinições não contribui para a solidez e estabilidade do sistema.

2.7 AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

A sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária foi instituída a mais de dez anos e encontra-se consolidada no âmbito do sistema financeiro, promovendo efeitos positivos em toda economia nacional.

Por meio desta sistemática, o Poder Executivo, representado pelo Conselho Monetário Nacional, determina o nível de inflação aceitável para o próximo biênio. A partir desta determinação, atribui ao Banco Central do Brasil a responsabilidade de conduzir a política monetária de modo a atingir os objetivos estipulados.

Passado esse período de convivência com as "metas de inflação", percebemos que o quadro por que passa o País é singular. Desde a implementação, os governos têm demonstrado o caráter de Estado da medida, respeitando as decisões do Banco Central no que se refere ao estabelecimento das taxas de juros, assim como se abstendo de interferir nas decisões daquele órgão ainda que previamente.

Diante disso, verificamos que o Banco Central atua com autonomia de fato, ainda que a inscrição em Lei de sua independência na condução da política monetária seja altamente controversa nesta Casa.

Um amplo e bem informado debate precisa ser feito para a consolidação, ou não, de uma legislação de autonomia do Banco Central.

2.8 RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À REDUÇÃO DA MARGEM BANCÁRIA

2.8.1 IOF

Recomendamos ao Ministério da Fazenda que, dentro das medidas de desoneração em estudo, considere a desoneração especifica da parcela fixa de 0,38% para as operações de crédito em geral.

2.8.2 Depósitos compulsórios

Avaliação sobre a conveniência de reduzir o percentual os depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista nesse momento de queda das taxas de juros, bem como de flexibilização dos requerimentos aplicáveis aos depósitos a prazo. Como a questão dos compulsórios afeta diretamente a política monetária, acreditamos que tais definições devam ser exclusivas do Banco Central.

2.8.2 Sistemas de cadastros

Portabilidade cadastral:

Divulgação ostensiva do direito dos clientes a portarem o cadastro, transferindo-o de uma instituição para outra.

Elevação, no mínimo para o prazo inicialmente determinado, que foi de dois anos, do período de abrangência das informações cadastrais a serem portadas.

SCR – Sistema de Informações de Crédito:

Redução do limite de operações cobertas pela central de risco do Banco Central, possibilitando o acesso a informações por parte das instituições financeiras com menores custos, reduzindo assim a parcela de despesas administrativas repassadas aos tomadores e garantindo o sigilo daqueles clientes que não aderissem ao cadastro privado.

Cadastro Privado:

Apoio à aprovação com os ajustes necessários, no Senado Federal, dos Projetos de Lei nºs 836, de 2003, de autoria do Deputado Bernardo Ariston, e 405 de 2007, de origem do Senado Federal, na forma do PLS nº 263/2004. Ambas as proposições são por certo meritórias, tendo em vista sua aprovação nesta Câmara dos Deputados e o envio àquela Casa Legislativa.

2.8.3 Defesa da Concorrência Bancária

Apoio à tramitação dos Projetos de Lei Complementar nºs 265, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, e 344, de 2002, do Poder Executivo, uma vez que ambos tratam da competência de decidir sobre a defesa da concorrência no setor bancário. Tal medida é necessária para promover a segurança jurídica indispensável à estabilidade dos negócios realizados no âmbito do sistema financeiro nacional.

2.8.4 Autonomia do Banco Central

Estabelecer um debate construtivo sobre o que a sociedade já vivencia de fato: a autonomia opera-

cional do Banco Central do Brasil, de modo a estabelecer uma agenda legislativa sobre o tema, ainda que reconheçamos que não se trata de uma decisão de curto prazo. Recomendamos que o tema fosse amplamente discutido nesta Casa para gerar um acúmulo, que constitua uma base razoável de conhecimento e informação para futuras decisões parlamentares.

3. CARTÕES DE CRÉDITO

Mais de R$ 375 bilhões em transações em 2008[16]. Este é o tamanho da indústria brasileira de cartões. Tal volume financeiro resulta de mais de 1,4 milhão de estabelecimentos comerciais que aceitam cartões. Quando falamos em cartões emitidos, chega-se a mais de meio bilhão[17] destes meios de pagamento nas mãos dos consumidores.

Apenas esses números seriam suficientes para demonstrar a importância da indústria de cartões para a economia brasileira, mas a questão qualitativa também precisa ser ressaltada.

Podemos agregar a estes números a eficiência na administração de risco. O conhecimento técnico na avaliação de crédito é de grande valia para o setor de comércio, uma vez que a garantia de pagamento por parte dos emissores de cartões (todos eles instituições financeiras) desonera o empresário de proceder à análise do cliente. Sem dúvidas, isto permite maior eficiência econômica uma vez que maximiza a utilização dos recursos disponíveis. Além disso, caso a avaliação creditícia fosse feita de forma descentralizada, o mesmo consumidor seria avaliado inúmeras vezes (uma vez por cada lojista), o que caracterizaria evidente desperdício de recursos.

Embora os benefícios mencionados até aqui tenham se referido, de modo primordial, à função "crédito" dos cartões, devemos chamar a atenção, igualmente, para a função "débito". A redução no número de cheques processados no País é considerável. Além do benefício evidente da economia de recursos materiais, com efeitos até mesmo sobre o meio ambiente, os riscos para o lojista são reduzidos. A diminuição no manuseio de numerário protege o empresário da perda ou roubo. Ademais, ao evitar a utilização de cheques, elimina-se o risco da não compensação desses papéis.

Há outra enorme contribuição do sistema de cartões, caracterizada pelo progressivo incentivo à formalização das atividades comerciais. Nenhum outro instrumento financeiro propicia tamanha possibilidade de registro de operações, uma vez que os valores são transferidos de forma eletrônica, diretamente do devedor para o beneficiário. Enquanto dinheiro em espécie e cheque possibilitam a transferência para uma terceira parte sem o registro.

Não obstante todos esses evidentes benefícios, durante o processo de audiências públicas da Comissão Especial, os empresários do setor varejista levantaram pontos que precisam receber atenção. Tais pontos são consoantes àqueles apresentados por extenso estudo realizado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Secretaria de Direito Econômico (SDE) e Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE). Sobre o tema, discutiremos a seguir:

3.1 RELATÓRIO BCB-SDE-SEAE

Antes de entramos em detalhes sobre as conclusões do Relatório BCB-SDE-SEAE, descreveremos os agentes envolvidos na operação, conforme o relatório:

> **emissor** – entidade (geralmente um banco) responsável pela relação com o portador do cartão de pagamento, quanto à habilitação, identificação e autorização, à liberação de limite de crédito ou saldo em conta corrente, à fixação de encargos financeiros, à cobrança de fatura e à definição de programas de benefícios;
>
> **credenciador** – entidade responsável pela administração do contrato com o estabelecimento, para atuação junto ao esquema de cartão de pagamento;
>
> **proprietário da bandeira** – empresa que detém a marca e define as regras e o funcionamento do negócio;
>
> **comprador/portador** – portador do cartão de pagamento, que utiliza esse instrumento quando faz uma compra de bem ou serviço; e
>
> **vendedor/estabelecimento** – comerciante ou prestador de serviço que aceita receber o pagamento da venda efetuada por intermédio de um esquema de cartão de pagamento.

O segmento recebe a atenção e a regulação de várias áreas governamentais, que envolvem, principalmente, a regulação do sistema financeiro, a defesa da concorrência e a defesa do consumidor. O relatório tem enfoque primordial sobre a defesa da concorrência.

Um dos primeiros pontos a discutir é a questão da concentração dos proprietários do esquema e dos credenciadores.

Os proprietários da bandeira[19] mais conhecidos e que detêm uma participação acima de 90% do mercado são a Visa e a Mastercard. Este quadro "dual" foi reproduzido nos credenciadores, que são a Redecard e a Visanet. Esta última tem contrato de exclusividade de credenciamento no Brasil.

16. Conforme texto disponível na página eletrônica da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS.

17. Fonte: ABECS.

18. "Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamentos", disponível na página do Banco Central do Brasil

As questões relativas a esses credenciadores é que eles são verticalmente integrados, isto é, realizam todo o trabalho que compreende, dentre outros, a captação de estabelecimentos, captura das transações, gerenciamento da rede de informações, compensação e liquidação de valores e aluguel de equipamentos de captura de transações. Ademais, as redes da Visanet e da Redecard não se comunicam, ocasionando o aumento de custos. Esta situação, conforme o relatório "gera ineficiência por minimizar possíveis ganhos de escala e introduzir barreiras à entrada no mercado", isto é, novos participantes teriam que investir pesadas somas para se estabelecerem.

Sobre este aspecto, o relatório sugere que seja adotada a interoperabilidade, que é o processo no qual o estabelecimento possa, com uma única máquina ter acesso a vários "proprietários da bandeira" (Visa, Mastercard, Hipercard, American Express, etc.). Da mesma forma, que seja implementada a quebra da verticalização.

Com isso, será possível a entrada de outros prestadores de serviços em diversas áreas, acarretando o aumento da concorrência no setor.

Não faz sentido, portanto, um país com poucos recursos como o Brasil submeter os agentes econômicos a custos desnecessários. A quantidade de máquinas de coletas de informações dos cartões (POS) que ficam sobre os balcões dos estabelecimentos é um exemplo. Além do custo de aluguel arcado pelo proprietário da loja, cada credenciador instala uma máquina com as mesmas funções. Um custo realmente desnecessário e que causa ineficiência econômica, principalmente, como mencionamos, onde os recursos são escassos.

A exclusividade nas operações aqui mencionadas detida por empresas como Visanet e Redecard causam justas preocupações às autoridades de supervisão e regulação. A grande concentração da compensação e credenciamento criam um ambiente propício a práticas anti–concorrenciais, à elevação de tarifas e à imposição de condições ao comércio varejista.

Entretanto há hoje entre os próprios agentes de mercado a percepção de que se trata de um caminho de risco para eles. Em especial as proprietárias da bandeira que veriam seu acesso ao mercado limitado pela exclusividade a um único credenciador. Igualmente, as empresas de credenciamento se veriam limitadas a uma única marca num mercado que oferece serviços de diversas proprietárias.

Este é um ponto corretamente tratado pelo Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana. Consideramos, porém, que esta é uma questão a ser abordada pela legislação vigente sobre atos de concentração e seus efeitos sobre a concorrência.

19. Para uma análise mais detalhada dos proprietários da bandeira, sugerimos a consulta ao Relatório BCB-SDE-SEAE.

Associada à questão anterior a operação paralela de sistemas e máquinas diferentes para a liquidação de compras nos estabelecimentos, além de gerar ineficiência e custos mais elevados, acaba por funcionar como barreira a entrada no mercado de empresas que desejem oferecer seus serviços às proprietárias do esquema. Aqui também é necessário impor aos credenciadores a buscar de uma solução compartilhada dos equipamentos de coleta das transações, os denominados "POS".

Outro ponto relevante na questão dos cartões é a impossibilidade de diferenciação de preços em função do meio de pagamento utilizado. Conforme mencionamos, os empresários do setor varejista fizeram criticas à indústria dos cartões em função, principalmente, da obrigação de praticarem o mesmo preço quando vendem à vista com dinheiro ou cheque e com cartão de crédito ou de débito. Vale ressaltar, que as discussões até o momento têm destacado o posicionamento de importantes instituições de defesa do consumidor no sentido de se observar riscos desta medida incentivar o aumento efetivo de preços, e não descontos de fato.

No caso da venda com cartões de crédito e de débito, é cobrado dos lojistas um percentual sobre o total da venda, a título de remuneração dos agentes envolvidos na operação do cartão. Adicionalmente, os recursos, após o desconto, serão creditados, em média, 30 dias depois da transação, na conta do lojista.

Sobre a reação dos lojistas aos valores cobrados, por ora, entendemos que eventuais distorções nos parecem mais decorrentes dos pontos anteriores afetos aos problemas de baixa competição, do que algo que possa a ser normatizado por legislação. O fim da exclusividade e a união dos sistemas deverão trazer, pela concorrência maior, uma alteração significativa nas condições presentes.

Há também propostas em trâmite que almejam reduzir o prazo de pagamento das operadoras para o lojista para menos de 30 dias. Acreditamos não ser este ponto objeto regulamentação, mas matéria de contrato entre particulares. Sugerimos o acompanhamento desta questão a partir da observação mais estrita das regras de concorrência, em especial com o fim da exclusividade e a facilitação de novas empresas entrantes com a unificação dos sistemas.

O Relatório BCB-SDE-SEAE recomenda a quebra da verticalização dos credenciadores. O aspecto mais salientado é da elevação da competição ao separar as funções de credenciamento daquelas de processamento das operações de venda. Acreditamos não haver sentido nesta proposição que poderia apenas levar a um aumento de custos.

Finalmente, há propostas que defendem a caracterização das proprietárias das bandeiras e credenciadores como instituições financeiras. Neste caso, acreditamos que se tratar de uma desnecessária complicação de uma relação empresarial de prestação de serviços. Devemos lembrar que os limites de crédito e a garantia de operações, atribuições estas de instituições financeiras, são fixados e estabelecidos pelos

emissores, todos eles regulados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

3.2 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO NO BRASIL

1) O debate feito no Congresso e mesmo o texto citado levantam problemas reais enfrentados no mercado de cartões. Mas pecam por avaliações a cada detalhe e perdem o foco principal. Parece-nos a questão central é a necessidade de promover concorrência no setor, que efetivamente não existe hoje. Por isso, nossas recomendações se concentram em medidas que se alinham nesta perspectiva.

2) Recomendamos a aprovação do PLS 680/2007 do Senador Adelmir Santana que determina o final da exclusividade nas operações de credenciamento e de compensação e liquidação de transações, permitindo a credenciadores firmar contrato com diferentes bandeiras, respeitado um prazo de adaptação que sugerimos de 12 meses.

3) Recomendamos a tramitação de um Projeto de Lei que determine também no prazo de no máximo um ano para o compartilhamento das infraestruturas dos credenciadores.

4) Recomendamos o debate mais profundo sobre o PLS 213/2007 do Senador Adelmir Santana sobre a desobrigação contratual de oferecer o preço na venda a cartão equivalente ao preço à vista, apesar do recebimento efetivo se dar na média em trinta dias, com desconto da taxa serviço. Cabe observar se a maior concorrência será suficiente para tornar mais equilibradas as relações entre os diversos atores do sistema: emissores, credenciadores, detentor da marca, o estabelecimento comercial e o consumidor. Não recomendamos a alteração deste mecanismo nesse momento.

5) Recomendamos também uma discussão mais aprofundada sobre Projetos de Lei em tramitação prevêem o enquadramento dos credenciadores e bandeiras como instituições financeiras, assim como projetos de quebra da verticalização dos credenciadores. Neste momento não vemos sentido prático em aprovar tais medidas, além da possibilidade de um importante aumento de custos no sistema.

6) Recomendamos a criação de uma Comissão Especial destinada a "examinar e apresentar sugestões visando apreciar os aspectos de concorrência, custos e regulamentação do mercado de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento".

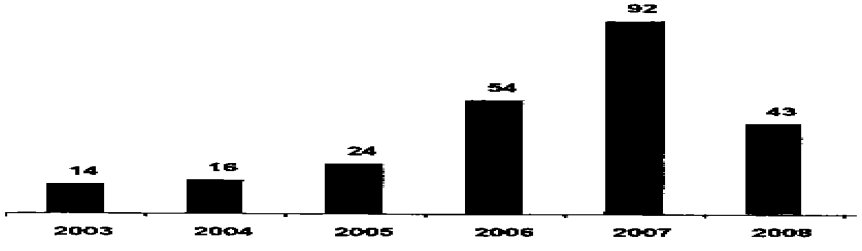
4. MERCADO DE CAPITAIS

4.1 EVOLUÇÃO RECENTE NO BRASIL.

Conforme levantamento realizado pela Comissão de Valores Mobiliários, a evolução do mercado "foi notável". A partir de 2003, após um período de enxugamento de liquidez, iniciou-se uma forte retomada tanto das ofertas públicas de valores mobiliários quanto do ingresso de novas companhias no mercado, como destaca a CVM.

Houve, nesse período, um aumento significativo do número de registros de companhias abertas concedidos anualmente pela CVM. Hoje 677 companhias abertas estão registradas na CVM. Em 2003 foram concedidos 14 registros de companhias abertas, em 2006, 54 registros, em 2007, 92 novos registros, e em 2008, 43 novos registros.

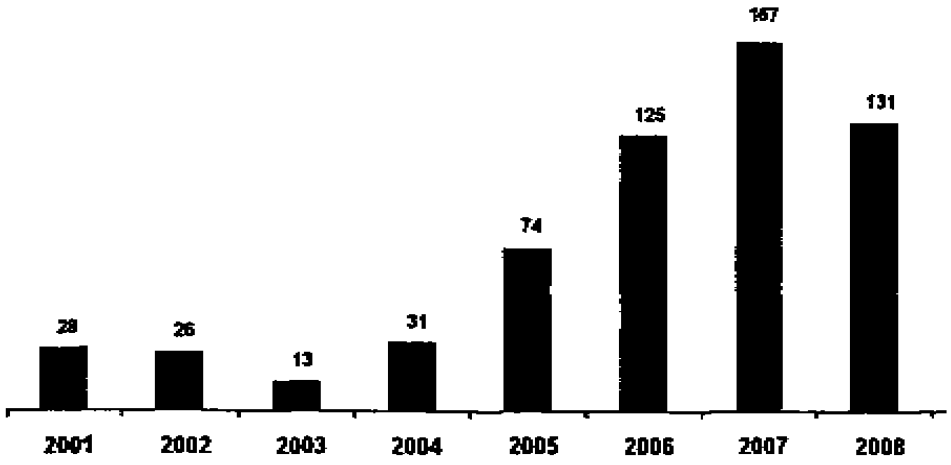
Figura 3 – Evolução do registro de Companhias Abertas



Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – Empresas registradas no ano

A expansão das ofertas públicas também foi significativa. A CVM passou de um volume total de R$ 31 bilhões em 2004 para R$ 167 bilhões em 2007 e, em razão da eclosão da crise, o número caiu um pouco para R$ 131 bilhões em 2008, que pode ser considerado um volume expressivo. A variação, no período, foi superior a 400% (2004/2008).

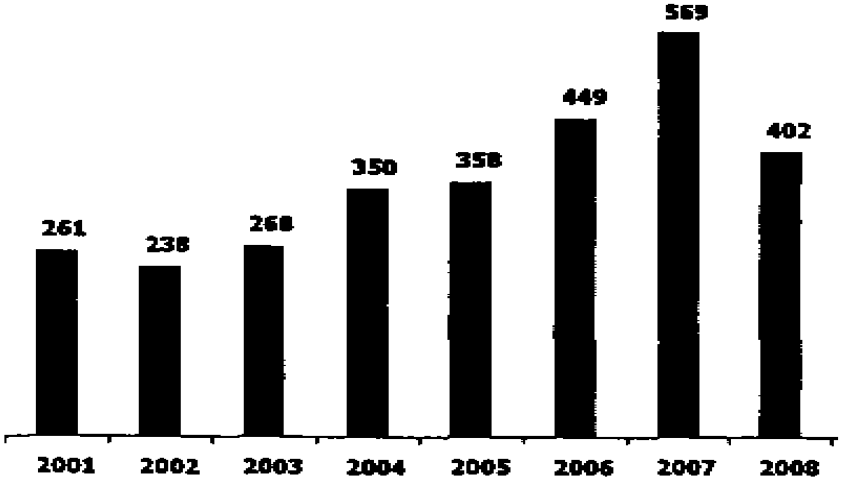
Figura 4 - Evolução do Volume Financeiro de Ofertas Públicas



Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – Valores em R$ bilhões

Não foi apenas o volume de ofertas que aumentou, mas também a quantidade. No mesmo período, o número de operações mais do que duplicou, passando de 268 em 2003 para 569 em 2007, com a esperada queda em 2008, quando foram realizados 402 negócios.

Figura 5 - Evolução no Número de Ofertas Públicas



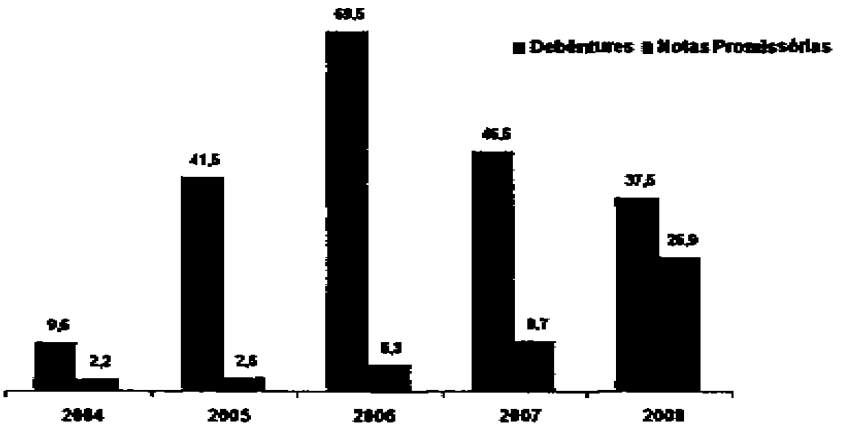
Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – Número de operações

A evolução também fica evidente ao se analisar o volume negociado no mercado secundário de ações que passou de R$ 12.701 bilhões de reais em janeiro de 2003 ao volume muito mais expressivo de R$ 122.541 bilhões em outubro de 2008. Em termos percentuais, essa variação foi superior a 1000%.

O Brasil foi, em 2007, o 5º mercado em volume financeiro absoluto de ofertas de ações, em termos mundiais, atrás apenas dos volumes ofertados em duas das mais importantes bolsas do mundo – Nova York e Londres, e de dois mercados chineses – Hong Kong e Xangai (segundo dados compilados pela World Federation of Exchanges – WFE).

As emissões de dívidas também mostraram relevante crescimento no mesmo período. Em 2004 foram emitidos R$ 9,6 bilhões em debêntures e R$ 2,2 bilhões em notas promissoras. Já em 2008, foram emitidos R$ 37,5 bilhões em debêntures e R$ 25,9 bilhões em notas promissórias.

Figura 6 - Evolução do Valor de Emissões de Dívidas (Debêntures e Notas Promissórias)



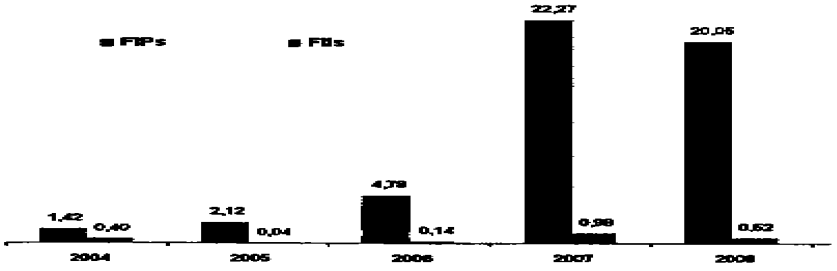
Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – Valores em R$ bilhões

No mercado de fundos de investimento, a evolução não foi diferente. A partir de 2003, com a absorção pela CVM de fundos até então regulados pelo Banco Central do Brasil, os números saltaram de 174 fundos registrados na CVM em novembro de 2004 para 8.058 em dezembro de 2007 (apenas considerando os fundos atualmente regulados pela Instrução CVM n.º 409/04).

Os dados atuais sobre a indústria de fundos de investimento estão comentados no item 4.4, mas vale registrar que o patrimônio líquido já atinge valor superior a R$ 1,2 trilhão. Somente considerando os fundos chamados especiais (ou seja, os de direitos creditórios, de investimento em participações e de empresas emergentes, fundos imobiliários e Funcines), o valor do patrimônio líquido agregado desses fundos ultrapassou R$ 62 bilhões em 2007, quase o dobro do apresentado em 2006.

A captação dos fundos foi igualmente expressiva nos últimos anos. No segmento dos Fundos de Investimentos em Participações – FIPs, a captação passou de R$ 1,42 bilhões em 2004 para R$ 22,27 bilhões em 2007 e R$ 20,05 bilhões em 2008. Por sua vez, a captação dos Fundos de Investimento Imobiliário - FIIs mais que dobrou de 2004 a 2007, saindo de R$ 0,40 bilhões em 2004 para alcançar em 2007 R$ 0,98 bilhões. Em 2008, mesmo com o cenário de crise, tais fundos captaram R$ 0,52 bilhões.

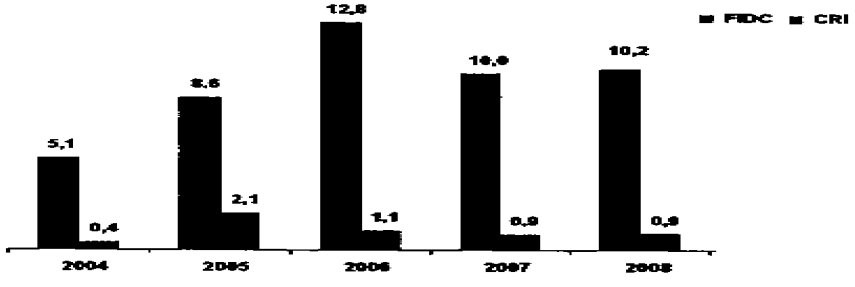
Figura 7 - Evolução na Captação dos FIPs e dos FIIs



Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – Valores em R$ bilhões

A emissão de instrumentos resultantes de securitização (conforme discutimos no item 1.4) também dobrou de 2004 a 2008. Em 2004 foram captados R$ 5,1 bilhões em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, e R$ 0,4 bilhões em Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI. Esse número passou para R$ 10,2 bilhões e R$ 0,9 bilhões, respectivamente, em 2008.

Figura 8 - Evoulução dos Valores Emitidos por Instrumentos Resultantes de Securitização



Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – Valores em R$ bilhões

A recente evolução do mercado traduzida nos números acima indicados demonstra que o bom funcionamento do mercado nos últimos anos permitiu a captação de grandes volumes pelas empresas. Esses recursos trouxeram prosperidade e novas perspectivas à economia brasileira. O trabalho desenvolvido pelas diversas autoridades brasileiras também preveniu em boa parte a ocorrência de vários dos problemas vividos pelos mercados mais desenvolvidos durante a crise de 2008.

No âmbito do mercado de valores mobiliários brasileiro, é de se ressaltar dois projetos de lei de inegável contribuição para o aprimoramento do ambiente regulatório e para a prevenção de crises no Brasil. Como se sabe, a credibilidade do mercado brasileiro de capitais e sua crescente contribuição para o desenvolvimento do país constituem conseqüência natural de políticas regulatórias e fiscalizadoras sólidas e consistentes. Referidos projetos de lei são justamente voltados a, entre outras motivações de caráter estratégico para o país, melhorar a capacidade de resposta do órgão regulador do mercado de capitais – a CVM – em períodos de crise.

O primeiro projeto seria o Projeto de Lei Complementar n.º 9, de 2007, cuja proposição original foi o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006, que visa alterar a redação da Lei Complementar n.º 105, de 2001. Com algumas alterações, poderá chegar a termo divergência de interpretações atualmente existente e que impede a troca de informações sigilosas entre Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil.

Sem a essencial troca de informações entre a Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil, as medidas fiscalizadoras e, portanto, a capacidade de resposta mediante a fiscalização de fatos ocorridos no âmbito do mercado de valores mobiliários restam comprometidas e dificultadas.

O segundo projeto seria o Projeto de Lei nº 3.643, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que aumenta o quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários mediante a criação de cargos de analista, inspetor e agente executivo. A esse respeito, tanto o quadro da Autarquia quanto a evolução do mercado evidenciam o atual desequilíbrio entre o corpo funcional da CVM e suas relevantes atribuições.

Sobre o quadro funcional da Autarquia, enquanto a evolução do número de funcionários variou 45% entre 2001 e 2008, o número de participantes registrados na CVM variou 179% no mesmo período. Ainda, comparativamente a outras jurisdições como Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, onde a proporção servidor X supervisionado varia de 5,3 a 12,6 supervisionados por funcionário do regulador, na CVM mencionada relação atinge o altíssimo índice de 71,3.

Em suma, tanto a resolução das divergências que impedem a troca de informações quanto o aumento do quadro funcional da CVM são medidas urgentes e importantes para contribuir com o fortalecimento da capacidade fiscalizadora da Autarquia e, portanto, com a sua efetividade na preservação da segurança e confiança no mercado de capitais brasileiro. As falhas na regulação e fiscalização em outros países, que ficaram expostas durante a crise, devem chamar nossa atenção para a importância do fortalecimento do órgão regulador do mercado.

4.2 OS AVANÇOS DAS BOLSAS

Em 2008, previamente à instalação da crise, surge a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, como resultado da integração entre Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

O fato de o mercado brasileiro possuir um participante que é líder no mercado de valores e de derivativos na América Latina indica o quão importante ele é.

Além do tamanho de nossa economia, a bolsa brasileira apresenta posição de destaque mundial no quesito gestão de riscos. Sob o aspecto prudencial, a resiliência da BM&FBOVESPA quando da instalação da crise financeira mundial em nosso País, demonstra que os parâmetros adotados pelo sistema regulador, tanto governamental quanto interno desta instituição, encontram-se adequados.

Conforme o Presidente da instituição, Sr. Edemir Pinto, esta capacidade de resistir a choques foi sendo aprimorada pela larga experiência vivida individualmente por cada uma das bolsas que se fundiram para formar a BM&FBOVESPA.

Como vimos anteriormente, o aumento no número de registros de companhias abertas concedidos anualmente pela CVM, (hoje já são 677 companhias), as ofertas públicas, que chegaram a atingir a cifra de R$ 167 bilhões em 2007, tendo caído para R$ 131 bilhões em 2008, em razão da crise, demonstram o saudável movimento dos investidores brasileiros e internacionais para o mercado de capitais do País. Quadro que demonstra que a Bolsa brasileira consagrou-se como instituição mediadora dos participantes do mercado.

Cabe registrar, por relevante, as sugestões que o Sr. Edemir Pinto fez durante sua audiência pública nesta Comissão. O Presidente da bolsa brasileira propôs que o Banco BM&FBOVESPA tivesse acesso à linha de resdesconto, principalmente em momentos nos quais houvesse restrição a linhas privadas de crédito. Adicionalmente, apresentou justificativa favorável à alteração da Lei nº 10.214, de 2002, de modo a ampliar

a abrangência da norma, propiciando melhor segregação de ativos no patrimônio de afetação.

4.3 RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS REGULADORES DO MERCADO DE CAPITAIS

Apoiar o Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2007, cuja proposição original foi o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006, que visa alterar a redação da Lei Complementar nº 105, de 2001, para que a CVM tenha acesso direto a dados protegidos por sigilo bancário.

Apoiar o Projeto de Lei nº 3.643, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que aumenta o quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.

Encaminhar ao Banco Central as propostas de que o Banco BM&FBOVESPA tenha acesso à linha de resdesconto, e de alteração na Lei nº 10.214, de 2002, conforme mencionamos.

4.4 O MERCADO DE FUNDOS E AS NOVAS REGRAS PARA A POUPANÇA

O mercado de fundos tem se desenvolvido fortemente no país nesses últimos anos. Os investidores estão cada vez mais educados financeiramente e têm utilizado esta opção de aplicação para seus recursos como forma de buscar melhores resultados.

Existe outro grupo de aplicadores que não se enquadra no comentário anterior e faz uso da indústria de fundos em função da comodidade que estas aplicações financeiras proporcionam.

Nesse último caso, encontram-se aqueles que utilizam os fundos de modalidade "Referenciados-DI", normalmente associados a elevadas taxas de administração.

Tais fundos de investimento representam pouco mais de 15% da indústria, que hoje encontra-se em R$ 1,217 bilhões, conforme dados [20] da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID). Estão disponíveis no mercado doméstico brasileiro mais de 8.200 fundos classificados em diversas categorias, dentre as quais os multimercado, com quase 23% do total de patrimônio, os de renda fixa, cuja participação chega a 28,8%, os de ações, com 11,6%, dentre outros.

Como vimos mais de 50% dos recursos dos fundos de investimentos estão em busca de negócios diferenciados, sejam eles na forma de estratégias de investimento traçadas pelos gestores dos recursos, seja na opção de títulos públicos ou privados de prazo mais longo, como aposta nas movimentações das taxas de juros. Resta ainda uma parcela que procura o mercado de ações (11,6%, conforme mencionado) que, definitivamente, não teria vocação para a simplicidade da Poupança.

20. Boletim Mensal da ANBID relativo ao mês de junho de 2009.

O que não se pode deixar sem atenção é um fato recente da economia brasileira: taxas de juros de um dígito. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), finalizada em 10 de junho deste ano, a meta para a taxa Selic foi estabelecida em 9,25%. Supondo um investimento que remunere com este percentual, líquido de imposto de renda (para aplicações de até 180 dias), seria equivalente a 0,57% ao mês, superior ao valor de 0,5% a.m. da Poupança. Se a aplicação fosse de dois anos, o retorno da primeira seria de 0,63% ao mês, ainda mais favorável.

O problema definitivamente pode se estabelecer quando a Selic atingir juros ainda menores. A partir de um determinado ponto pode tornar o rendimento da maioria dos fundos menor que o da poupança, para aplicações de maior prazo e maior risco.

Este é um tema delicado por tratar-se da economia popular, para a qual devemos dar toda a atenção. Mas o problema mais importante não é o dos rendimentos comparativos. De fato, na vigência de juros mais baixos, a manutenção da estrutura atual da caderneta de poupança elevará o custo do financiamento habitacional, penalizando as famílias de um modo geral, mas mais fortemente as de renda mais baixa. O Governo anunciou estudos sobre o equilíbrio destes mercados e propostas de mudanças graduais. É um tema que deve merecer a devida atenção da Casa.

5. Mercado de Seguros e Previdência

5.1 EVOLUÇÃO RECENTE DOS MERCADOS SOB SUPERVISÃO DA SUSEP

Em dezembro de 2008, os mercados supervisionados pela Susep contavam com 120 sociedades seguradoras, 28 entidades de previdência complementar aberta, 17 sociedades de capitalização e 67.988 corretores ativos (43.716 pessoas físicas e 24.272 pessoas jurídicas).

Os referidos mercados registraram a arrecadação de R$ 85,1 bilhões (incremento de 14,48%, em relação ao ano de 2007), com reservas técnicas estimadas em R$ 184,7 bilhões (crescimento de 17,88%, em relação ao total atingido em 2007). Assim, em relação à emissão de prêmios de seguro, contribuições previdenciárias e receitas de capitalização, os recursos movimentados superaram 2,9% do Produto Interno Bruto – PIB nacional estimado para 2008, constituindo-se no maior mercado de seguros da América Latina. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio do mercado tem sido de cerca de 14% a.a, conforme mostram os dados relacionados a seguir :

Tabela 15 - Receita Total dos Mercados Supervisionados pela SUSEP

Ano	Receita Total*	Evolução	Participação no PIB
2003	44.521.626	22,73%	2,62%
2004	52.308.027	17,49%	2,69%
2005	56.926.532	8,83%	2,65%
2006	65.245.847	14,61%	2,77%
2007	74.336.810	15,14%	2,91%
2008	85.100.267	14,48%	2,94%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP
*Valores em R$ mil

Tabela 16 – Mercado Brasileiro de Seguros – Total de Prêmios Diretos

Ano	Prêmios Diretos*	Evolução	Participação no PIB
2003	30.717.421	28,47%	1,81%
2004	37.546.345	22,23%	1,93%
2005	42.561.778	13,36%	1,98%
2006	50.173.729	17,88%	2,16%
2007	58.593.130	16,78%	2,30%
2008	67.813.768	15,74%	2,35%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP
*Valores em R$ mil

Tabela 17 – Contribuições de VGBL

Ano	Contribuições*	Evolução	Participação no PIB
2003	7.042.620	176,43%	0,41%
2004	10.560.415	49,95%	0,54%
2005	11.701.944	10,81%	0,54%
2006	15.333.905	31,04%	0,66%
2007	20.209.452	31,80%	0,79%
2008	23.527.887	16,42%	0,81%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP
*Valores em R$ mil

Tabela 18 – Contribuições de PGBL/VGBL

Ano	Contribuições*	Evolução	Participação no PIB
2003	11.281.363	104,69%	0,66%
2004	15.011.012	33,06%	0,77%
2005	16.178.919	7,78%	0,75%
2006	19.474.000	20,37%	0,84%
2007	24.731.105	27,00%	0,97%
2008	28.587.147	15,59%	0,99%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP
*Valores em R$ mil

Conforme observado, o mercado de seguros chega ao final de 2008, com R$ 67,8 bilhões em prêmios diretos, acumulando crescimento de mais de 120%, nos últimos cinco anos. Cabe registrar, contudo, que R$ 23,5 bilhões referem-se ao seguro Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, produto que acumulou o incremento de 234%, entre os exercícios de 2003 e 2008.

5.1.1 Sobre a Abertura do Mercado de Resseguros

A abertura do mercado de resseguros, possibilitada pela edição da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, estabeleceu como política geral a construção de um mercado competitivo de seguros e resseguros no país, transferindo as funções de regulamentação e fiscalização das operações de resseguros, do IRB-Brasil Re para a Susep. A nova lei introduziu um marco regulatório para o setor, baseado na existência de resseguradores locais, admitidos e eventuais, e prevê o fomento do mercado nacional, a partir da oferta preferencial de 60% das cessões de resseguro para os resseguradores locais, nos três primeiros exercícios, e de 40%, nos anos subseqüentes. Os principais benefícios esperados com o processo de abertura do mercado ressegurador são a redução de custo para o consumidor final, a maior capacidade na subscrição de riscos, a oferta de produtos mais abrangentes e o incremento da competição entre seguradoras, com favorecimento à livre concorrência.

De maneira a dar prosseguimento à regulamentação do mercado de resseguros, em 2007 e 2008, foram publicados os seguintes normativos, definindo as regras básicas para o setor,

– Resolução CNSP nº 168/07 – Dispõe sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação;

– Resolução CNSP nº 169/07 – Dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais;

– Resolução CNSP nº 170/07 – Dispõe sobre o capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais.

– Resolução CNSP nº 171/07 – Institui regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades resseguradoras;

– Resolução CNSP nº 172/07 – Institui regras e procedimentos para os limites de retenção das sociedades resseguradoras locais;

– Resolução CNSP nº 173/07 – Dispõe sobre a atividade de corretagem de resseguros;

– Circular SUSEP nº 359/08 – Estabelece os procedimentos para o cadastramento de resseguradores admitidos no País;

– Resolução CNSP nº 194/08 – Dispõe sobre o cadastramento de ressegurador eventual especializado em riscos nucleares; e

– Resolução CNSP nº 203/09 – Dispõe sobre o limite máximo de cessão a resseguradores eventuais.

Ao longo de 2008 e 2009, foram autorizadas a funcionar 4 resseguradoras locais – que se somaram ao IRB, perfazendo o total de 5 resseguradoras locais e 28 corretoras de resseguros. Foram cadastradas 19 resseguradoras admitidas e 34 resseguradoras eventuais.

Em que pese o cenário de crise internacional, avalia-se que a procura pelo resseguro deverá ser incrementada, entre outras, pela necessidade de garantia dos grandes projetos de investimento contidos no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e dos projetos de exploração do Pré-Sal. Nesse sentido, estima-se o crescimento da demanda por coberturas securitárias em segmentos tais como seguro garantia riscos de petróleo, crédito, crédito à exportação, responsabilidade civil ambiental e seguro rural.

5.1.2 Sobre a Estrutura da Susep

A Lei Complementar nº 126, sancionada em 15 de janeiro de 2007, transferiu do IRB-Brasil Resseguros S.A. – IRB-Brasil Re para a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, as funções de regulamentação e fiscalização do mercado de resseguros, além das operações de co-seguro, contratação de seguro no exterior e emissão de seguro em moeda estrangeira. Não se previu, contudo, nenhuma readequação no quadro de pessoal da Autarquia, de forma a fazer frente a tais atribuições.

No mercado de resseguros, o IRB – Brasil Re atuava comercialmente com cerca de 80 resseguradores estrangeiros, os quais passarão a ser autorizados, cadastrados, controlados e fiscalizados pela SUSEP. Além da supervisão das empresas de resseguro, a Lei Complementar impõe à SUSEP a tarefa de fiscalizar os contratos celebrados pelas seguradoras e resseguradores, no sentido de aferir a efetividade da transferência de risco. Atualmente, apenas o IRB-Brasil Re celebra 15.000 contratos de resseguro (automáticos e facultativos) por ano, número que tende a crescer rapidamente com o fim do monopólio da operação.

Adicionalmente, frise-se a importância do mercado segurador que vem crescendo a taxas elevadas, desde o início do Plano Real, correspondendo à percentual de aproximadamente 3% do PIB, em 2008, sem que a SUSEP tenha recebido qualquer incremento no quadro de pessoal, o que exige ação imediata do País para reestruturar seu órgão supervisor e fiscalizador do mercado de seguros e resseguros.

Vale ressaltar que a regulamentação da abertura do mercado de resseguros, assim como a decorrente regulamentação de regras de capital para as seguradoras (necessárias para adequar o mercado segurador nacional à estrutura aberta de resseguro), entraram em vigor em janeiro de 2008, criando diversas demandas adicionais à SUSEP, incompatíveis com a atual capacidade institucional do órgão.

5.2 Sobre a Secretaria de Previdência Complementar-Previdência Fechada

A Constituição Federal em seu artigo 202, conforme reproduzido abaixo institui as condições gerais para o estabelecimento de um regime de previdência privada de caráter complementar:

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Constituição Federal)

Cabe, portanto, ao Estado participar do sistema de previdência complementar, como bem ressaltou o Sr. Ricardo Pena Pinheiro, Secretário de Previdência Complementar, em audiência pública nesta Comissão, inclusive na proteção dos direitos dos participantes.

De fato, quando o assunto é previdência complementar, estamos tratando de uma poupança de trinta a quarenta anos que está sendo formada para possibilitar uma aposentadoria mais satisfatória.

No que concerne ao tamanho do mercado brasileiro, existem, conforme os dados apresentados pelo Sr. Pinheiro, 372 entidades fechadas de previdência complementar. Destas, apenas 21% (81 delas) contam com patrocínio estatal.

Com relação aos montantes financeiros, são R$ 442 bilhões de ativos garantidores de benefícios. Comparando estes números com os ativos totais do setor bancário, que monta R$ 2,9 trilhões, a previdência complementar já representa mais de 15% do tamanho do mercado financeiro.

O número de pessoas que se relaciona com o sistema de previdência fechada também é significativo, atingindo 6,8 milhões, entre participantes e assistido-beneficiários.

Diante desse quadro, percebemos que um sistema com essas dimensões necessita uma estrutura de supervisão e regulamentação condizente. Atualmente, a cargo da Secretaria de Previdência Complementar, subordinada ao Ministério da Previdência Social, não tem autonomia administrativa, nem financeira e nem orçamentária.

Ademais, como mencionou o Sr. Ricardo Pena Pinheiro, "secretaria não tem carreira própria, os quadros são todos 'emprestados' de outros órgãos da administração pública".

Entendemos, portanto, que é preciso fortalecer quadros estáveis e especializados, uma vez que existe o risco de não haver continuidade no trabalho desenvolvido, pois os servidores podem retornar aos órgãos de origem a qualquer momento.

Em que pese toda esta situação adversa, a Secretaria conseguiu implantar a supervisão direta e a indireta das entidades sob sua supervisão. Além disso, reduziu o prazo de análise de processos de constituição de novos fundos de pensão ou de planos de benefícios, que antes levavam dois anos para ser aprovados, agora o são, em média, em 22 dias.

Diante do exposto, entendemos necessária a aprovação de medidas no sentido de reestruturar e fortalecer os órgãos a fiscalização deste setor, de importância vital para a economia.

5.3 RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS REGULADORES (SUSEP E SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR)

5.3.1 Adequação da estrutura da Susep

Com relação à Susep, apoiamos a Medida Provisória nº 460, de 2009, já aprovada nesta Casa e hoje em apreciação no Senado Federal, que incorporou as previsões contidas no Projeto de Lei nº 3.452, de 2008, de autoria do Poder Executivo e, igualmente, aprovada nesta Casa, e tramitando no Senado Federal.

5.3.2 Criação da Previc

No que tange à Secretaria de Previdência Complementar, Projeto de Lei nº 3.962, de 2008, já aprovado nesta Câmara dos Deputados, que será apreciado pelo Senado Federal. Referido Projeto, de autoria do Poder Executivo, cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e, além de outras providências, cuida da questão de sua estrutura organizacional.

6. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Tabela 19 - Reuniões de Audiências Públicas Realizadas

Data	Convidados	Observações
/4/2009	Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	
5/4/2009	Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega	Audiência conjunta
2/4/2009	José Vicente Rocha Estevanato, Presidente da CDL/DF - Câmara de Dirigentes Lojistas do DF; Roque Pellizzaro Júnior, Presidente da CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; e Roberto Alfeu Pena Gomes, Presidente da CDL-BH e SPC/Brasil - Serviço de Proteção ao Crédito.	
9/4/2009	Edemir Pinto, Diretor-Presidente da BM&F-Bovespa; Jorge Sant'Anna, Diretor de Relações com Participantes da Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.	
/5/2009	Sandro de Vargas Serpa, Subsecretário de Tributação da Receita Federal; Francisco Valim, Presidente da SERASA; e João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da FENASEG e da CNSEG	
2/5/2009	ROQUE PELLIZZARO JÚNIOR, Presidente	
	da CNDL; ARMANDO VERGÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR, Superintendente de Seguros Privados; JOSÉ ANTONIO MARCIANO, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamentos do Banco Central.	
3/5/2009	LUCIANO COUTINHO, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Audiência conjunta
0/5/2009	MARIA HELENA SANTANA , Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; RICARDO PENA PINHEIRO, Secretário de Previdência Complementar; GERMANO RIGOTTO, ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul;	

7/5/2009	CARLOS THADEU DE FREITAS, Chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio – CNC; ANDRÉ MARQUES REBELO, do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicas da FIESP;	
6/2009	HENRIQUE CAMPOS MEIRELLES, Presidente do Banco Central do Brasil; MÁRIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil; ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, do Banco Central do Brasil.	Audiência conjunta

7. Agradecimentos

Reiteramos nossos agradecimentos à importante contribuição que os convidados a participar nas audiências públicas deram ao desenvolvimento deste Relatório, aos quais tivemos a oportunidade de manifestar nossa gratidão pessoalmente ao encerramento de suas participações.

Agradecemos também aos membros da Comissão Especial, que apresentaram valiosos comentários e sugestões.

Aproveitamos ainda para fazer um agradecimento especial aos seguintes órgãos e instituições, que contribuíram com informações adicionais, estudos, levantamentos e textos que foram utilizados, em parte ou no todo, na elaboração deste Relatório:

- Associação Brasileira de Bancos – ABBC
- Banco Central do Brasil
- Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM
- Ministério da Fazenda
- Receita Federal do Brasil
- Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

Finalmente, destacamos o relevante papel exercido pelo Presidente desta Comissão Especial, Deputado Leonardo Quintão, a quem coube a importante tarefa de coordenação do processo de discussão dos temas aqui abordados. A participação do Deputado Quintão na organização das audiências públicas, na condução dos debates e na apresentação de suas valiosas recomendações foi crucial para o adequado andamento dos trabalhos e para o sucesso dos resultados alcançados.

8. Notas

Sala da Comissão, 15 de julho de 2009. – Deputado **Leonardo Quintão**, Presidente – Deputado **Antonio Palocci**, Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Sistema Financeiro e Mercado, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Relatório do Deputado Antonio Palocci.

Estiveram presentes os Deputados: Leonardo Quintão, Presidente, José Rocha, 1º Vice-Presidente, Jô Moraes, 2º Vice-Presidente, Miro Teixeira, 3º Vice-Presidente, Antonio Palocci Relator, Bruno Araújo, Celso Maldaner, José Carlos Aleluia, Regis de Oliveira, Ricardo Berzoini, Devanir Ribeiro, Paulo Henrique Lustosa.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2009. – Deputado **Leonardo Quintão**, Presidente. – Deputado **Antonio Palocci**, Relator.

Ofício nº 12/09/CEDOS

Brasília, 4 de agosto de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação da listagem de documentos Sigilosos desclassificados

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Comissão Especial de Documentos Sigilosos da Câmara dos Deputados – CEDOS, na sua 39ª Reunião, acontecida no dia 3 de junho do corrente, desclassificou 48 unidades documentais, conforme comunicado a Vossa Excelência por meio do ofício 11/09/CEDOS, de 15 de julho, anexo.

Tendo em vista o valor histórico das informações constantes dos documentos, assim como a importância da divulgação de sua desclassificação, gostaríamos de publicar, no Diário da Câmara dos Deputados, a listagem da documentação desclassificada, com aviso de publicação no Diário Oficial da União.

Respeitosamente, – Deputado **Paulo Teixeira,** Presidente da Comissão Especial de Documentos Sigilosos.

Ofício nº 12/09/CEDOS – Anexo

Assunto: Publicação da listagem de Documentos Sigilosos desclassificados

1) Comissão de Diplomacia e Tratados:

Ofício DE/48/890.(42)(22), de 11-8-1947, do Ministério das Relações Exteriores, encaminhando, ao Presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da CD, Deputado João Henrique, tradução do Projeto de Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e os Estados Unidos da América (confidencial).

2) Comissão de Diplomacia e Tratados:

a) Ofício DPo/49/930.1(42) (41), de 3-9-1948, do Sr. Hildebrando Accioly, pelo Ministro das Relações Exteriores, com análise da situação na fronteira Brasil-Argentina, em resposta ao Ofício nº 1.246, de 24 de agosto de 1948 (confidencial).

b) Ofício nº 1.246, de 24-8-1948 (cópia), do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Munhoz da Rocha, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Raul Fernandes, informando sobre a solicitação da Comissão de Diplomacia e encaminhando o Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

c) Ofício S/N, de 18-8-1948, da Comissão de Diplomacia, assinado pelo Deputado Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente em exercício, endereçado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Samuel Duarte, encaminhando exemplar do Diário Legislativo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, contendo discurso do Deputado João Belchior Marques Goulart, referente ao Contrabando na Fronteira de São Borja e outros pontos do território Riograndense, solicitando que o documento seja encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, com pedido de informações a respeito do assunto.

d) Parecer da Comissão ao contido no ofício nº 572, datado em 16-8-1948.

e) Ofício nº 572, de 21-7-1948, da Secretaria da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ao Presidente da Comissão de Diplomacia da CD, Deputado João Henrique, encaminhando um exemplar do Diário da Assembléia Legislativa de 15-7-1948.

3) CPI – Fronteira Sul do Brasil:

a) Relatório do Sr. Francisco de Oliveira Cabral, Major do Exército da 1ª Divisão de Cavalaria, da 3a Região Militar – Zona Militar do Sul – Ministério da Guerra, de 6-5-1952, endereçado ao Coronel Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, descrevendo incidentes e situação na zona fronteiriça de Porto Xavier (reservado).

b) Ofício DPO/5/930.1 (42) (41), de 11-6-1952, do Ministério de Relações Exteriores (Sr. João Neves da Fontoura), endereçado ao Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Irineu Bornhausen, apresentando os esclarecimentos do Governo Argentino sobre o incidente na fronteira argentino-brasileira e solicitando maior apuração do caso (reservado).

c) Relatório do Sr. Raphael Zippin, Major do Exército da 1ª Divisão de Cavalaria, da 3ª Região Militar – Zona Militar do Sul – Ministério da Guerra – de 16-6-1952, endereçado ao Coronel Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, descrevendo a situação problemática da região fronteiriça brasileira, às margens do Rio Uruguai (reservado).

d) Ofício do Sr. Galba Santos, 2º Secretário da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 30-6-1952, endereçado ao Chefe do Departamento Político e Cultural, relatando os incidentes ocorridos na fronteira argentino-

brasileira, assim como as medidas adotadas pelo Itamaraty para sua elucidação, com despacho ao Ministro de Estado (confidencial).

4) Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados:

a) Ofício do Sr. Floriano Ramos, Chefe de Gabinete do Presidente, datado de 15-12-1959, encaminhando ao Diretor do Arquivo os ofícios nº 1.775, de 10-8-1959, e 2.289, de 15-10-1959, do Ministério da Marinha.

b) Oficio nº 1.775, de 10.08.1959, do Ministro da Marinha, Sr. Jorge do Paço Mattoso Maia, em resposta ao RIC nº 408/59, do Deputado Mendes de Morais. Trata de esclarecimentos sobre a aquisição e reforma do navio NAel "MINAS GERAIS", ex-HMS "VENGEANCE", comprado do governo inglês (secreto).

c) Ofício nº 2.289, de 15-10-1959, do Ministro da Marinha, Sr. Jorge do Paço Mattoso Maia, com quadro demonstrativo anexo, em resposta ao RIC nº 342/59, do Deputado Miguel Bahuri, relativas ao NAel "MINAS GERAIS", contendo esclarecimentos sobre a aquisição, a reforma e o custo de manutenção da embarcação (confidencial).

5) Presidência da Câmara dos Deputados:

a) Aviso nº 40, de 21-12-1959, do Ministro da Fazenda. Aditamento ao Aviso nº 687, de 16-11-1959, encaminhando cópia dos esclarecimentos prestados pelo BNDE em resposta ao RIC nº 742/59, do Deputado Henrique Turner, sobre financiamento concedido à Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a construção da linha Adamantina – Panorama (reservado).

b) Ofício nº 542/59, do BNDE, de 11-12-1959, do Sr. Lúcio Meira ao Sr. Ministro da Fazenda, com informações do BNDE, contendo 4 anexos.

6) Presidência da Câmara dos Deputados:

Oficio DPo/1/520. 1, de 2-1-1959, do Ministério das Relações Exteriores, contendo resposta ao RIC nº 3.346/58, do Deputado Cláudio Leite, com esclarecimentos sobre o Acordo de Fernando de Noronha (confidencial).

7) Plenário:

Ofício do Sr. José Sette Camara, chefe do Gabinete Civil, de 9-3-1960, endereçado ao Ministro da Fazenda, Sr. Sebastião Paes de Almeida, encaminhando a Exposição de Motivos nº G/29/921.(42) (96), do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Horácio Lafer, relativo à construção da "Casa do Brasil" em Roma, endereçada ao Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República. Esse documento contém despacho assinado pelo próprio Presidente, aprovando o pleito e indicando o arquiteto Oscar Niemeyer para organizar o projeto.

8) CPI – Causas dos últimos desastres aéreos (1960):

Ofício do Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, de 25-11-1960 (cópia), ao Presidente da República, encaminhando cópia do oficio nº 19, de 25-11-1960, do Deputado Miguel Bahury, Presidente da CPI, com denúncia do Major Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macêdo, de 25-11-1960, sobre problemas na área do Rio de Janeiro (cópia) (confidencial).

9) Presidência da Câmara dos Deputados:

Bilhete manuscrito do General Jair Dantas Ribeiro, de 9-11-1960, ao Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando cópia de carta endereçada à imprensa, de autoria do Coronel Diogenes Farah Moura, com criticas à paridade de vencimento entre civis e militares (reservado).

10) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DCn/SRC/25/422.2, de 10-11-1960, do Sr. Horacio Lafer, Ministro das Relações Exteriores, endereçada ao Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados,

sobre informações bancárias do Sr. Jânio Quadros na Suíça, em aditamento ao ofício Dcn/22/422.2, de 13-10-1960, anexo (confidencial).

11) Presidência da Câmara dos Deputados:

Denúncia de Paulo Martins Torres contra o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 15-2-1960. Assunto: prestação de contas do Governo Kubitschek.

12) Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados:

Aviso nº 5-8/GM-2, de 27-2-1961, do Brigadeiro do Ar, Sr. Gabriel Grün Moss, Ministro da Aeronáutica, em resposta ao RIC nº 1.523/1960, do Deputado Chagas Freitas. Informa sobre a criação do Ministério da Aeronáutica e sobre a organização da Força Aérea Brasileira, sobre a cooperação da FAB com a Marinha e o Exército, e sobre a aquisição do navio NAeL Vengeance (NAeL Minas Gerais), dentre outros (reservado).

13) Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados:

Aviso nº 375, de 9-3-1961, do Sr. Sylvio Heck, Vice-Almirante, Ministro da Marinha, em resposta ao RIC nº 1.525/60, do Deputado Chagas Freitas. Trata de informações sobre o envio de 20 oficiais da Marinha

aos Estados Unidos para serem treinados em pilotagem (Unidade de Navios-Aeródromos) (confidencial).

14) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício nº 1/066/61, de 8-6-1961, do Vice-Almirante Sylvio Heck, Ministro da Marinha -resposta ao RIC nº 1.657/61, do Deputado Armando Carneiro, com detalhes sobre a aquisição da embarcação NAel Minas Gerais, com relação da tripulação e extra-tripulação anexa (confidencial).

15) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício nº 199/62, de 2-2-1962, do Ministro da Marinha, o Contra-Almirante Angelo Nolasco de Almeida, em resposta ao RIC nº 27/61, do Deputado Miguel Bahury, contendo vários anexos:

a) cópia autêntica do Aviso nº 25, de 11-10-1961, do Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Ranieri Mazzilli;

b) cópia autêntica do Despacho nº 3.638, de 25-10-1961, do Ministério da Marinha (Secreto);

c) cópia autêntica do Despacho nº 0356, de 27-10-1961, do Chefe do Estado-Maior da Armada (Secreto);

d) cópia autêntica das Informações prestadas em 6-11-1961 pelo Vice-Almirante Sylvio Heck (Secreto);

e) cópia autêntica do Despacho nº 367, de 9-11-1961, do Chefe do Estado-Maior da Armada (Secreto);

f) cópia autêntica do Despacho nº 4.347, de 20-12-1961, do Ministro da Marinha (Secreto);

g) cópia autêntica do Despacho nº 0394, de 22-12-1961, do Chefe do Estado-Maior da Armada (Secreto);

São esclarecimentos em resposta a indagação do Deputado sobre a possível existência de armazenamento clandestino de armas no Rio Grande do Sul, feito por comunistas.

16) Comissão de Educação e Cultura:

Recibo, de 27-11-1962, assinado pelo Deputado Paulo Freire, de recebimento de Documentos da Faculdade Universitária do Rio de Janeiro encaminhados à Comissão de Educação e Cultura da Câmara, como subsídio ao Projeto de Lei nº 4.285/58, do Deputado Riça Júnior, que "dispõe sobre o registro dos Diplomas da Faculdade Universitária do Rio de Janeiro", cujo Relator foi o Deputado Brito Velho. Há dois envelopes contendo vários documentos que, em grande parte, são cópias fotostáticas. Há, também, exemplares de apostilas da Faculdade, um exemplar do livro "Almas sem Rumo" e exemplares de jornais da década de 50, um livro índice, um Protocolo da secretaria, uma capa de livro de registro sem conteúdo, um livro tombo da Faculdade, termos de apreensão, análise da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara e telegramas endereçados ao Presidente da Comissão, dentre outros.

17) Presidência da Câmara dos Deputados:

Correspondência trocada entre o Sr. Primeiro Secretário, o Presidente da Câmara e o Presidente da República sobre apartamentos funcionais para os Deputados (1962/1963) (secreto).

a) Ofício GP/29, de 18-1-1963, do Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli, ao Presidente da República (cópia).

b) Ofício nº 377/G, de 16-1-1963, do 1º Secretário da Câmara, Deputado José Bonifácio, ao Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli.

c) Ofício s/n, do Presidente da República, Sr. João Goulart, ao Presidente da Câmara dos Deputados, de 12-12-1962, com cópias dos ofícios endereçados aos Presidentes do Banco do Brasil e da Petrobrás.

d) Ofício GP/27, de 11-12-1962, do Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli, ao Presidente da República, Sr. João Goulart, com anotação manuscrita, ditada pelo Deputado Ranieri Mazzilli, sobre o pleito (cópia).

e) Ofício nº 334/G, de 3-12-1962, do 1º Secretário da Câmara, Deputado José Bonifácio, ao Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente.

f) Parecer, de 28-11-1962, do 1º Secretário da Câmara, Deputado José Bonifácio, aos Membros da Mesa da Câmara (cópia).

18) Presidência da Câmara dos Deputados:

Pedido de informação referente ao Deputado Leonel Brizzolla, de autoria do Sr. Oswaldo Peruffo, advogado, residente em Porto Alegre, datado de 10-2-1963, endereçado ao Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli. Anexos: Ofício s/n, de 25.04.63, da Seção de Cadastro/CD, Ofício s/n, de 28-5-1963, da Seção Financeira/CD e cópia do Ofício do 1º Secretário, Deputado José Bonifácio, de 9-7-1963, com resposta ao pedido de informação.

19) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofícios nºs 1.227/63, de 5-12-1963, e 250/63, de 13-3-1963, do Juiz Garibaldi Almeida Wedy, da 4ª Vara Criminal do Estado do Rio Grande do Sul, endereçado ao Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli, solicitando o encaminhamento do processo

em que era indiciado o Deputado Raymundo Lins Vasconcellos Chaves.

20) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício nº 6/63, de 17-9-1963, do Capitão-de-Mar-e-Guerra, Sr. Mauro Balloussier, do Comando Naval de Brasília, encarregado do Inquérito Policial Militar que visa apurar as responsabilidades do movimento armado eclodido em Brasília no dia 12 de setembro ("Levante de Brasília" ou "Revolta dos Sargentos"), solicitando presença do Dep. Clóvis Motta, Vice-Presidente da Câmara, no exercício da Presidência, para depor como testemunha. Anexos 5 telegramas: entre o Coronel Dagoberto e o Dep. Clóvis Motta, do Governador de Minas aos Deputados Bilac Pinto ou José Bonifácio e outros; 3 mensagens, uma do Ministério das Relações Exteriores e duas do Dep. Ranieri Mazzilli e um bilhete manuscrito (rascunho de mensagem do Dep. Ranieri Mazzilli).

21) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DOP/DEOc/DAM/21/624.7(85k)(85c), de 19-5-1965, do Ministério das Relações Exteriores, contendo Resposta ao RIC nº 2.924/65, do Deputado Adolpho de Oliveira, sobre transferência de instalações militares do Saara para a Guiana Francesa, e Ofício nº 188/65-G, de 16-6-1965, do Sr. Deputado Nilo Coelho, 1º Secretário, ao Presidente da Câmara, Deputado Bilac Pinto, encaminhando o expediente (secreto).

22) Presidência da Câmara dos Deputados:

Resposta do Ministério da Guerra a Requerimento de Informação de autoria do Deputado Benedito Vaz, Relator do Projeto nº 1.860/64, na Comissão de Orçamento (secreto).

a) Ofício nº 221/65-G, de 5-8-1965, do 1º Secretário, Deputado Nilo Coelho, ao Presidente da Câmara, Deputado Bilac Pinto, encaminhando o Aviso nº 006/Ass. Parlamentar, do Ministério da Guerra.

b) Aviso nº 006/ASS PARL, de 16.07.1965, do General Costa e Silva, do Ministério da Guerra, com resposta ao RIC de autoria do Deputado Benedito Vaz, Relator do Projeto nº 1.860/64, na Comissão de Orçamento (ofício nº 19/65, da Comissão de Orçamento), que solicitava esclarecimentos a respeito do Projeto nº 1.890, de 1964, Mensagem nº 53/64, que tratava de abertura de crédito especial de Cr$8.077.312.800, destinado a aquisição de armamento. Cópia da Ata da Reunião Final, acontecida em 5-1-1963, para apreciação do resultado das provas e exames a que foram submetidas as armas concorrentes, que constitui o Parecer Técnico-Fabril da Comissão Mista DPO-EME anexa (secreto).

23) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso nº 008/Ass. Parl., de 16.08.1965, do General Costa e Silva, do Ministério da Guerra, em Resposta ao RIC nº 3.801/65, do Deputado Paulo Macarini (encaminhado pelo Ofício nº 01751, de 2 de julho de 1965, da Câmara), que solicita informações sobre a transferência do 5º Batalhão de Engenharia sediado em Porto União, Estado de Santa Catarina, para a cidade do Rio Negro, Estado do Paraná (secreto).

24) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício nº 335/65, de 30-8-1965, do Coronel encarregado do IPM-ISEB, do Ministério da Educação e Cultura, Sr. J. V. Portella Ferreira Alves. Remete cópia autentica do Oficio nº 334/65, referente ao IPM/481, de 30-8-1965, em que solicita ao Deputado Antônio Ferreira de Oliveira Brito que deponha no Inquérito Policial Militar que apurava a subversão no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (secreto).

25) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DCn/68/7 (42) (74) 4, de 10-12-1965, contendo resposta do Ministério das Relações Exteriores ao RIC nº 4.535/1965, do Deputado Herbert Levy. Trata de informações sobre providências tomadas quanto à morte do estudante brasileiro Lindolpho Alves de Lima, na União Soviética (confidencial).

26) Presidência da Câmara dos Deputados:

Oficio nº 007/S-GM3-297/R, de 20-7-1966, do Brigadeiro do Ar, Sr. Deoclécio Lima de Siqueira, Chefe de Gabinete do Ministro da Aeronáutica, contendo Resposta ao RIC nº 5.182/66, do Deputado Ewaldo Pinto. Encaminha Oficio 64-DSE, de 5-7-1966, com informações prestadas pelo Centro Técnico de Aeronáutica, bem como as razões do Ministério da Aeronáutica contra a transformação do ITA em Fundação Pública (Anexo A, cópia autenticada) (reservado). Encaminhado pelo Of. nº 54/66-G, de 11-8-1966, do Sr. Deputado Nilo Coelho, 1º Secretário, ao Presidente da Câmara, Deputado Adauto Cardoso.

27) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício G/DA/DAM/DALALC/DEOc/DAS/DAO/24/430.1 (42) (00), de 6-6-1967, do Sr. José de Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores, em resposta ao RIC nº 400/67, do Deputado Paulo Freire, sobre as viagens ao exterior realizadas pelo ex-Ministro Juracy Magalhães (confidencial), com 7 documentos anexos:

a) Declaração conjunta dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata;

b) Relatório preliminar apresentado pelo Ministro Juracy Magalhães ao Presidente da República, em Reunião Ministerial de 24 de outubro de 1966, sobre sua viagem ao Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai, entre 9 e 22

do mesmo mês; Agenda para conversações em Santiago; Comunicado Conjunto sobre as Conversações mantidas pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Chile, em Santiago, entre 9 e 12 de outubro de 1966; Agenda para as Conversações em La Paz; Comunicado Conjunto sobre as Conversações Mantidas pelos Chanceleres Juracy Montenegro Magalhães, do Brasil, e Alberto Crespo Gutierrez, da Bolívia, na Cidade de La Paz, nos dias 13 e 14 de outubro de 1966; Agenda para Conversações em Buenos Aires; Comunicado Conjunto; Agenda para as Conversações em Montevidéu; Comunicado Final; Conclusões;

c) Relatório da viagem do Ministro das Relações Exteriores a Bogotá, Quito e Lima e Cópia de Declaração do Ministro sobre situação do Brasil;

d) Relatório da Delegação do Brasil na I Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu (Montevidéu, 7 a 12 de dezembro de 1966);

e) cópia de ofício do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Juracy Magalhães, ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, com informações sobre suas viagens ao exterior; Cópia da Ata Final da Comissão Mista Franco-Brasileira; e Cópia do Comunicado Conjunto Brasileiro-Dinamarquês.

f) Relatório da Delegação do Brasil à III Conferência Interamericana Extraordinária; e

g) Relatório da Delegação do Brasil à XI Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores.

Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DAM/DALALC/DPC/ 28/842.34(41)(42), de 23.06.67. Resposta ao RIC nº 808/67, do Deputado Fernando Gama, respondido pelo Ministério das Relações Exteriores. Contém informações sobre a suspensão temporária das importações de erva-mate de procedência brasileira, decretada pelo Governo Argentino, em março de 1966 e as medidas adotadas pelo Governo Brasileiro (reservado).

29) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso nº 09-GB/B, de 14-7-1967, do Assessor General do Exército, Sr. Aurélio de Lyra Tavares, em resposta ao RIC nº 776/67, do Deputado Marcos Kertzmann, sobre os efetivos que guarnecem as fronteiras, as regiões em que se encontram e seus objetivos (reservado).

30) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DAM/DPF/51/514.8, de 28-7-1967, do Sr. José de Magalhães Pinto, do Ministério das Relações Exteriores, em Resposta ao RIC nº 1.183/67, do Deputado Figueiredo Corrêa, referente à tramitação da solicitação de financiamento internacional para o Plano de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza. Encaminha, anexo, os esclarecimentos preparados pelo MRE com base nas informações fornecidas pelo Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP) (reservado).

31) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso nº 49/GAB/771/67, de 31-7-1967, do Gen. Bda. Jayme Portella de Mello, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, contendo resposta ao RIC nº 1.233/1967, do Deputado David Lerer. Trata de informações sobre Resoluções da Comissão Nacional de Energia Nuclear que definem os minerais e minérios julgados de interesse para a energia nuclear e fixam as cotas de exportação (secreto).

32) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso nº 310/67, de 3-8-1967, do Sr. Hélio Beltrão, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, contendo resposta ao RIC nº 805/67, do Deputado Mário Gurgel, com informações do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e cópia do relatório e do contrato firmado entre o BNDE e a Booz-Allen & Hamilton International Inc. Informa da participação de técnicos brasileiros na elaboração do parecer da firma americana Bozz-Allen sobre a expansão da indústria siderúrgica brasileira e do problema da construção da Usina de Ferro e Aço na Ponta do Tubarão (reservado).

33) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DAM/DTC/DCn/ 62 / 579.1 (41), de 9-8-1967, do Ministério das Relações Exteriores, contendo resposta ao RIC n° 22/1967, do Deputado Paulo Macarini, referente ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, concluído em Buenos Aires a 19 de outubro de 1966. Anexos os esclarecimentos solicitados e cópia do Convênio (reservado).

34) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício GM/BR-08, de 8-9-1967, do Sr. Jarbas Passarinho, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em Resposta ao RIC n° 1.679/67, do Deputado Gabriel Hermes, com informes prestados pelo INSS – Ministério da Previdência e Assistência Social, contendo relação de débitos de empresas públicas e privadas anexa (lista com 200 nomes) (confidencial).

35) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício GM/BSB/1.224, de 4-9-1967 (confidencial), e I-GM/BR nº 10, de 16-9-1967 (reservado), ambos do

Ministro do Trabalho e Previdência Social, Sr. Jarbas Passarinho, em resposta ao RIC n° 1.872/67, do Deputado Dirceu Cardoso, sobre débitos de empresas junto ao INPS, encaminhando Of. IDG-833, de 13-9-1967(secreto), do INPS, com informações sobre parcelamento de débitos de empresas jornalísticas e editoras e relação de débitos de empresas públicas e privadas (lista com 200 nomes anexa).

36) Presidência da Câmara dos Deputados:

Oficio I-GM/BR – 11, de 16-9-1967, do Sr. Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho e da Previdência Social, encaminhando Ofício IDG-761, de 31-8-1967, do Sr. Dirceu Luiz de Campos, Diretor-Geral do INPS, dirigido ao Sr. Renato Gomes Machado, Presidente do Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social, em resposta aos RIC n°s 1.531/67, do Deputado Francisco Amaral, 1.679/67, do Deputado Gabriel Hermes, e, em parte, ao de n° 1.905/67, do Deputado Lurtz Sabiá, com informações do Instituto Nacional de Previdência Social sobre montante de débito para com a Previdência de empresas e da União em 31-12-66, e relação dos maiores devedores da Previdência Social à época (lista com 200 nomes de empresas públicas e privadas devedoras da Previdência Social) (secreto).

37) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício SC.414.249/67 – SGMF – 249, de 20-9-1967, do Sr. Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda, contendo resposta ao RIC n° 1.550/67, do Deputado Weimar Tôrres, com informações do Banco do Brasil sobre operações fundiárias concedidas pela Carteira de Colonização (confidencial).

38) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício SC.414.245/67-SGMF – 247, de 20-9-1967, do Sr. Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda, contendo resposta ao RIC n° 1.505/1967, do Deputado Adhemar Ghisi, com informações do Banco do Brasil sobre financiamento da Carteira de Crédito Agrícola para custeio de lavouras de mandioca no Estado de Santa Catarina (confidencial).

39) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso nº 421 171/67-GMF-BR. 416, de 20-11-1967, do Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Neto. Envia cópia dos esclarecimentos prestados pelo Banco Central do Brasil, em atendimento ao RIC n° 2.320/67, da Deputada Maria Lúcia (Ofício SIBAN-III 67/6, de 31-10-1967, e Ofício SIBAN-III 67/7, de 3-11-1967 – cópias). Trata de informações sobre a fiscalização das operações creditícias do Banco de Produção e Fomento do Estado do Acre S.A. (confidencial).

40) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso AP/258/67, MIC 100.249/67, de 21-11-1967, do Sr. José Fernandes Luna, Ministro Interino do Ministério da Indústria e Comércio, em resposta ao RIC n° 540/67, do Deputado Ferraz Egraja. Encaminha GP. 67/00701, de 10-11-1967, cópia, assinado pelo Sr. Horácio Sabino Coimbra, Presidente do IBC – Instituto Brasileiro do Café, e mais cinco anexos, com informações fornecidas pelo IBC sobre volume de exportação de café, estoque, procedência, despesas de custeio do IBC, erradicação de cafeeiros e balanços contábeis do IBC, inclusive o Balanço Geral do Exercício de 1965 e de 1966, (confidencial).

41) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso n° 2.947, JLS/MB (GM-18) F. 6203/67, de 1°-12-1967, do Ministro da Marinha, Sr. Augusto Hamann Rademaker Grunewald, em resposta ao RIC n° 2.581/67, do Deputado Anapolino de Faria, sobre a presença de barcos russos pesqueiros na costa brasileira e atuação do Ministério da Marinha (confidencial).

42) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso n° 3.036, CALS/MB (GM-18) F. 6585/67, de 7-12-1967, do Ministro da Marinha, Sr. Augusto Hamann Rademaker Grunewald, em resposta ao RIC n° 2.891/67, do Deputado Cardoso de Almeida, sobre a presença de barcos russos pesqueiros na costa brasileira e atuação do Ministério da Marinha (confidencial).

43) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DNU/90/592.30, de 30-12-1967, do Ministro das Relações Exteriores, Sr. José de Magalhães Pinto, em resposta ao RIC nº 2.444/67, do Deputado Adhemar Ghisi, sobre política nuclear do Brasil e observações sobre a posição brasileira relativa ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (confidencial).

44) Presidência da Câmara dos Deputados:

Oficio nº 410.921/67-SGMF-GB-n° 2.. (ilegível), de 19-1-1968, do Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Netto, em resposta ao RIC n° 898/67, do Deputado Léo Almeida Neves sobre a situação da dívida externa do Brasil durante o Governo Castelo Branco, com cópia do Ofício DIBUR nº 31/68, de 10-1-68, contendo esclarecimentos prestados pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças/MF e pelo Banco Central do Brasil sobre o assunto (reservado).

45) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso n° 4 – As Sec, de 6-2-1968, do Gen Bda Jayme Portella de Mello, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, em resposta ao RIC n° 3.359/67, do Deputado Francisco Amaral, encaminhando o Aviso n° 018/SI-Gab, de 31-1-1968, do Gen Div Emílio Garrastazu Médici, Chefe do Serviço Nacional de Informações, sobre cerceamento da liberdade de opção pelo FGTS (confidencial).

46) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício DAS/DEOc/DEA/11/524.71 (22) /524.71 (85), de 14-2-1968, do Ministério das Relações Exte-

riores, em resposta ao RIC n° 3.248/67, do Deputado Mário Covas, sobre conversações diplomáticas para a compra de aviões militares, supersônicos para o Brasil (confidencial).

47) Presidência da Câmara dos Deputados:

Aviso n° 001/GM4/ C-001 B, de 15-3-1968, do Ministro da Aeronáutica, Sr. Márcio de Souza e Mello, contendo resposta ao RIC n° 2.925/67, do Deputado Nazir Miguel, com informações sobre as aeronaves da FAB quanto ao quantitativo, função, idade, substituição, capacidade de defesa e comparação com outros países da América do Sul (confidencial).

48) Presidência da Câmara dos Deputados:

Ofício 409.456/67-SGMF-GB nº 34, de 16-9-1968, do Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Netto, contendo resposta ao RIC nº 559/67, do Deputado Paulo Abreu, com informações sobre a Comissão responsável por rever o Código Tributário Nacional (inclusive o imposto de circulação de mercadoria) (confidencial).

Publique-se a listagem de documentos sigilosos desclassificados no **Diário da Câmara dos Deputados,** com aviso de publicação no **Diário Oficial da União**. **Arquive-se**.

Em 19-10-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 239/09 RB-CD

Brasília, 19 de outubro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Presidente *MICHEL TEMER*
Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Comunica reassunção ao mandato parlamentar.

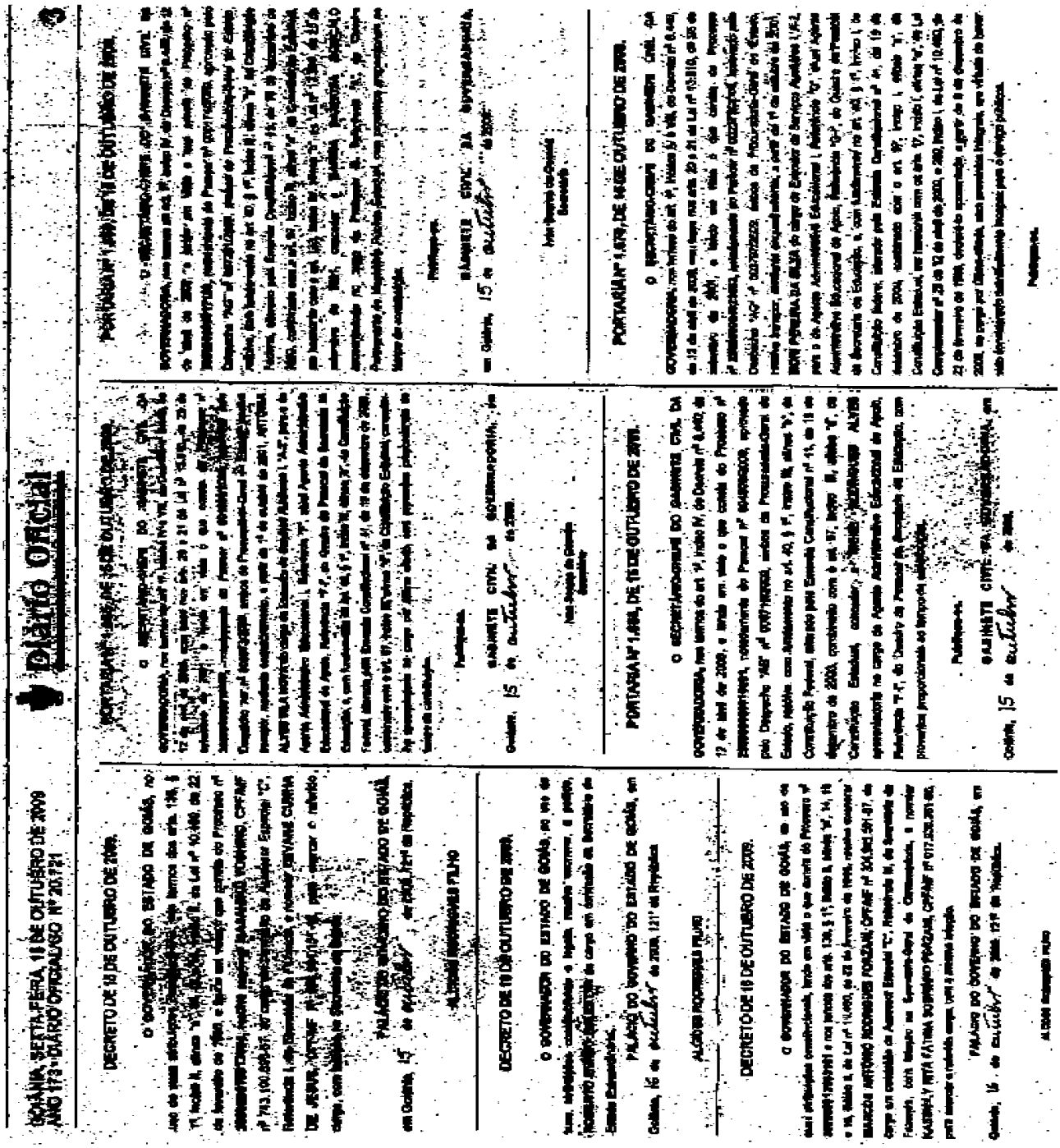
Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 230, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, comunico a Vossa Excelência que reassumo minhas atividades parlamentares a partir de 19 de outubro de 2009, tendo em vista a minha exoneração a pedido do cargo de Secretário de Estado Extraordinário do Estado de Goiás, conforme a publicação do Diário Oficial, cópia anexa.

Atenciosamente,

ROBERTO BALESTRA
Deputado Federal
PP - GO

Secretaria-Geral da Mesa
Recebi às 16h38 min
do dia 19/10/09
Sandra pl. 5594



GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2009 ANO 173 - DIÁRIO OFICIAL Nº 20.721

Diário Oficial

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

PORTARIA Nº 1.699, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

PORTARIA Nº 1.678, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

Em: 19/10/09

Publique-se, afaste-se o respectivo suplente em 19 de outubro de 2009, a partir das 16h38min, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 230 do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.

MICHEL TEMER
Presidente

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 415, DE 2009

(Do Sr. Gervásio Silva e outros)

Dá nova redação ao § 4º do art. 231 da Constituição Federal.

Despacho: Apense-se à(Ao) Pec-215/2000.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

O § 4º do art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 231, § 4º – *As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis, autorizando-se, contudo, ad referendum do Congresso Nacional, a sua permuta, por outras áreas de idêntico tamanho, desde que as terras estejam em processo de demarcação litigiosa, não possuam ocupação regular de índios e haja solicitação das comunidades silvícolas envolvidas, podendo os proprietários da terra em litígio utilizar os valores referentes à indenização das benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé, para a aquisição da área a ser permutada.*

Justificação

A alteração proposta abre a possibilidade de solução pacífica dos conflitos sociais que estão ocorrendo em todo país, envolvendo a discussão sobre terras pretensamente indígenas, pois permite a transação entre as partes envolvidas, ofertando-se áreas de mesmo tamanho para os silvícolas em outros locais de sua preferência.

Observe-se que a alteração proposta não viola nenhuma espécie de direito indígena, pois a permuta somente será realizada através de solicitação das próprias comunidades silvícolas e *ad referendum* do Congresso Nacional, preservando-se, dessa forma, qualquer outra pretensão que não seja a da pacificação social e o respeito aos direitos indígenas.

Salienta-se, ainda, que a possibilidade de permuta não alcança as áreas demarcadas, onde já exista a ocupação regular de silvícolas, mas tão somente as terras que estão em situação de litígio, oferecendo-se uma solução que atenderá tanto as necessidades dos índios, pois eles terão legitimidade exclusiva de solicitar a permuta, e dos demais proprietários das respectivas áreas, os quais preservarão os títulos dominiais que possuem.

Salas das sessões, 6 de outubro de 2009. – Deputado **Gervásio Silva**

Proposição: PEC 0415/09
Autor: GERVÁSIO SILVA E OUTROS
Data de Apresentação: 06/10/2009 6:22:00 PM
Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 231 da Constituição Federal.
Possui Assinaturas Suficientes: SIM
Total de Assinaturas:
Confirmadas: 178
Não Conferem: 008
Fora do Exercício: 003
Repetidas: 002
Ilegíveis: 000
Retiradas: 000
Total: 191

Assinaturas Confirmadas

1-MARIA HELENA (PSB-RR)
2-ODÍLIO BALBINOTTI (PMDB-PR)
3-SÉRGIO MORAES (PTB-RS)
4-NEILTON MULIM (PR-RJ)
5-PASTOR MANOEL FERREIRA (PR-RJ)
6-RICARDO BERZOINI (PT-SP)
7-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)
8-ABELARDO LUPION (DEM-PR)
9-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
10-MIGUEL CORRÊA (PT-MG)
11-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
12-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
13-JORGE KHOURY (DEM-BA)
14-JOSEPH BANDEIRA (PT-BA)
15-VICENTINHO (PT-SP)
16-GERALDO RESENDE (PMDB-MS)
17-LEANDRO SAMPAIO (PPS-RJ)
18-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
19-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
20-LEONARDO VILELA (PSDB-GO)
21-ALCENI GUERRA (DEM-PR)
22-JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA)
23-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
24-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
25-JULIÃO AMIN (PDT-MA)
26-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)
27-GERVÁSIO SILVA (PSDB-SC)
28-MENDONÇA PRADO (DEM-SE)
29-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
30-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
31-EDMAR MOREIRA (PR-MG)
32-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PR-CE)
33-ASSIS DO COUTO (PT-PR)
34-EFRAIM FILHO (DEM-PB)
35-PEPE VARGAS (PT-RS)
36-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
37-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)

38-LELO COIMBRA (PMDB-ES)
39-PROFESSOR VICTORIO GALLI (PMDB-MT)
40-MAGELA (PT-DF)
41-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
42-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)
43-VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)
44-COLBERT MARTINS (PMDB-BA)
45-MILTON MONTI (PR-SP)
46-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
47-DAVI ALVES SILVA JÚNIOR (PR-MA)
48-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
49-CARLOS SANTANA (PT-RJ)
50-PAULO ROCHA (PT-PA)
51-ARNALDO JARDIM (PPS-SP)
52-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
53-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)
54-LAERTE BESSA (PSC-DF)
55-VICENTINHO ALVES (PR-TO)
56-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
57-EDUARDO LOPES (PRB-RJ)
58-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
59-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
60-DÉCIO LIMA (PT-SC)
61-EDUARDO GOMES (PSDB-TO)
62-AELTON FREITAS (PR-MG)
63-CIRO PEDROSA (PV-MG)
64-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
65-DR. NECHAR (PP-SP)
66-RICARDO BARROS (PP-PR)
67-GERALDO PUDIM (PR-RJ)
68-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
69-BISPO GÊ TENUTA (DEM-SP)
70-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)
71-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
72-ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE)
73-MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG)
74-DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP)
75-ANTONIO FEIJÃO (PTC-AP)
76-EMILIANO JOSÉ (PT-BA)
77-DR. TALMIR (PV-SP)
78-JOÃO OLIVEIRA (DEM-TO)
79-NILSON MOURÃO (PT-AC)
80-LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS)
81-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)
82-LÚCIO VALE (PR-PA)
83-LINDOMAR GARÇON (PV-RO)
84-CELSO MALDANER (PMDB-SC)
85-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
86-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)
87-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
88-BENEDITO DE LIRA (PP-AL)
89-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
90-GEORGE HILTON (PRB-MG)
91-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)
92-ALEX CANZIANI (PTB-PR)
93-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)
94-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)
95-JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP-RS)
96-PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG)
97-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
98-CARLOS ALBERTO CANUTO (PSC-AL)
99-VALADARES FILHO (PSB-SE)
100-ÁTILA LIRA (PSB-PI)
101-ELISMAR PRADO (PT-MG)
102-BRIZOLA NETO (PDT-RJ)
103-ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB-SC)
104-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
105-JILMAR TATTO (PT-SP)
106-ERNANDES AMORIM (PTB-RO)
107-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)
108-ZONTA (PP-SC)
109-RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)
110-SANDRO MABEL (PR-GO)
111-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
112-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)
113-JOÃO DADO (PDT-SP)
114-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
115-VICENTE ARRUDA (PR-CE)
116-PEDRO WILSON (PT-GO)
117-FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR)
118-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)
119-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
120-LINCOLN PORTELA (PR-MG)
121-ELIENE LIMA (PP-MT)
122-ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)
123-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
124-DR. UBIALI (PSB-SP)
125-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
126-RAUL HENRY (PMDB-PE)
127-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)
128-NELSON MEURER (PP-PR)
129-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
130-JEFFERSON CAMPOS (PSB-SP)
131-MAURO NAZIF (PSB-RO)
132-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
133-LUIZ CARREIRA (DEM-BA)
134-FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP)
135-EDIO LOPES (PMDB-RR)
136-DILCEU SPERAFICO (PP-PR)
137-WLADIMIR COSTA (PMDB-PA)
138-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
139-LUCIANO CASTRO (PR-RR)
140-EDGAR MOURY (PMDB-PE)
141-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)
142-SILVIO LOPES (PSDB-RJ)

143-JOSÉ CARLOS VIEIRA (PR-SC)
144-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)
145-JAIR BOLSONARO (PP-RJ)
146-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
147-CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP)
148-FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)
149-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
150-WALDEMIR MOKA (PMDB-MS)
151-MARCONDES GADELHA (PSC-PB)
152-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
153-MARCELO TEIXEIRA (PR-CE)
154-MANATO (PDT-ES)
155-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)
156-MARCELO ALMEIDA (PMDB-PR)
157-LUIZ BASSUMA (PV-BA)
158-PAULO PIAU (PMDB-MG)
159-FRANCISCO TENORIO (PMN-AL)
160-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
161-EVANDRO MILHOMEN (PCdoB-AP)
162-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
163-FLÁVIO BEZERRA (PMDB-CE)
164-VALDIR COLATTO (PMDB-SC)
165-ALFREDO KAEFER (PSDB-PR)
166-TATICO (PTB-GO)
167-REGINALDO LOPES (PT-MG)
168-JAIME MARTINS (PR-MG)
169-MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP)
170-ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP)
171-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
172-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)
173-MOISES AVELINO (PMDB-TO)
174-DELEY (PSC-RJ)
175-FÁBIO FARIA (PMN-RN)
176-CHICO LOPES (PCdoB-CE)
177-ABELARDO CAMARINHA (PSB-SP)
178-ROBERTO ROCHA (PSDB-MA)

Assinaturas que Não Conferem

1-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)
2-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)
3-MARCOS ANTONIO (PRB-PE)
4-CLEBER VERDE (PRB-MA)
5-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)
6-FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)
7-MAURÍCIO TRINDADE (PR-BA)
8-AUGUSTO FARIAS (PTB-AL)

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1-ALBÉRICO FILHO (PMDB-MA)
2-RICARDO QUIRINO (PR-DF)
3-CEZAR SCHIRMER (PMDB-RS)

Assinaturas Repetidas

1-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
2-MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 416, DE 2009

(Do Sr. Nelson Goetten e outros)

Acrescenta inciso ao § 1º, do art. 73, da Constituição Federal, para definir como requisito de nomeação de Ministro do Tribunal de Contas da União o afastamento, por mais de quatro anos, do exercício de função pública, na qualidade de agente político.

Despacho: Apense-se À(Ao) Pec-195/2003.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O §1º do art. 73 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 73 ....

§ 1º .....

V – mais de quatro anos de afastamento do exercício de função pública, na qualidade de agente político." (NR).

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pretende a presente proposição colmatar uma lacuna no que concerne aos requisitos de nomeação de Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e, por simetria, de conselheiros das Cortes de Contas de Estados e Municípios.

Trata-se do estabelecimento de uma "quarentena" do candidato a ministro ou conselheiro relativa ao exercício de função pública na qualidade de agente político. Esse requisito deverá se somar aos demais hoje consignados no art. 73, da Carta da República. São eles: idade mínima e máxima de trinta e cinco e sessenta e cinco anos, respectivamente; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos em áreas correlatas com o exercício do controle da Administração Pública e mais de dez anos de efetiva atividade profissional em áreas também concernentes ao controle externo da Administração Pública.

A proposta reside na observância de um prazo superior a quatro anos de afastamento do exercício de função pública, na qualidade de atente político, para que um candidato a ministro ou conselheiro possa ser nomeado para o cargo.

Oportuno lembrar que o controle da Administração Pública representa uma atividade de inegável importância para o Estado, a tal ponto de a prestação de contas de administradores públicos ter sido alçada a princípio sensível de nossa Constituição Federal (CF, art. 34, VII, *d*).

Afora isso, deve-se observar que o controle externo da Administração Pública também figura no rol das mais elevadas competências do Congresso Nacional (CF, art. 49, IX e X).

Em que pese essa nobre missão, não raro se ouve falar a respeito da nomeação de membros de Cortes de Contas tidas como "moeda de troca" ou mesmo "prêmios de consolação", especialmente no que se refere às Cortes estaduais e municipais.

Nesse contexto, acreditamos que não deva ser ignorado o eventual risco de contaminação política das decisões de julgamento de contas, ainda que a independência dos membros seja robustecida pela vitaliciedade assegurada pela Constituição Federal.

Não podemos esquecer que as Cortes de Contas constituem órgãos técnicos e, desse modo, a exigência do afastamento do exercício de função pública de agentes políticos candidatos a ministros do TCU e das demais Cortes de Contas pode mitigar esse "calcanhar-de-aquiles" do controle externo da Administração Pública.

Para exemplificar com números o quadro que ora expomos, iremos nos valer de levantamento realizado em novembro de 2007 pela Folha de São Paulo[1], no qual se constatou que dos 189 conselheiros de 27 Tribunais de Contas estaduais e do Distrito Federal, 86 (45%) são ex-Deputados estaduais e 14 (7%) são ex-Deputados federais. Há, ainda, diversos ex-Secretários de Estado, ex-Prefeitos e ex-Vereadores, entre outros cargos de natureza política. O levantamento não menciona, contudo, o tempo de afastamento dos conselheiros da vida política antes da investidura nos Tribunais de Contas.

Vale ressaltar que a presença de agentes políticos como ministros ou conselheiros de Cortes de Contas não representa, por si só, certeza de vínculo político nas decisões proferidas. É evidente que não se pode prejulgar os agentes políticos que almejam cargos de ministro ou conselheiro. Todavia, é inegável que o critério objetivo instituído pela quarentena fortalecerá o sentimento de independência dos ocupantes de cargos tão relevantes. Ademais, dificultará os já mencionados mecanismos ilegítimos de "moeda de troca" ou de "prêmio de consolação".

1 –

Por fim, julgamos que o acréscimo desse requisito aos já estabelecidos na Constituição Federal, centrado não nas qualificações pessoais e profissionais dos candidatos, mas em um critério de independência política, representará, em última análise, uma importante garantia para a sociedade.

Pelas razões apresentadas, e certos de que a presente Proposta de Emenda à Constituição contribuirá para o fortalecimento do perfil técnico e independente das Cortes de Contas, contamos com o apoio dos nobres pares para seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – Deputado **Nelson Goetten**

Proposição: PEC 0416/09
Autor: NELSON GOETTEN E OUTROS
Data de Apresentação: 07/10/2009 4:55:00 PM
Ementa: Acrescenta inciso ao § 1º, do art. 73, da Constituição Federal, para definir como requisito de nomeação de Ministro do Tribunal de Contas da União o afastamento, por mais de quatro anos, do exercício de função pública, na qualidade de agente político.
Possui Assinaturas Suficientes: SIM
Total de Assinaturas:
Confirmadas: 174
Não Conferem: 005
Fora do Exercício: 000
Repetidas: 002
Ilegíveis: 000
Retiradas: 000
Total: 181

Assinaturas Confirmadas

1-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
2-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
3-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)
4-MARCOS LIMA (PMDB-MG)
5-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
6-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)
7-WASHINGTON LUIZ (PT-MA)
8-DR. NECHAR (PP-SP)
9-NEILTON MULIM (PR-RJ)
10-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)
11-JAIR BOLSONARO (PP-RJ)
12-MIGUEL CORRÊA (PT-MG)
13-ALFREDO KAEFER (PSDB-PR)
14-RAUL JUNGMANN (PPS-PE)
15-IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS)
16-CIRO PEDROSA (PV-MG)
17-ELISMAR PRADO (PT-MG)
18-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
19-JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR-MG)
20-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)
21-NELSON GOETTEN (PR-SC)

22-EDUARDO LOPES (PRB-RJ)
23-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
24-CIDA DIOGO (PT-RJ)
25-ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP)
26-BETO FARO (PT-PA)
27-MÁRCIO MARINHO (PRB-BA)
28-EMILIANO JOSÉ (PT-BA)
29-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)
30-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
31-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)
32-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
33-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
34-CHICO LOPES (PCdoB-CE)
35-CHICO ABREU (PR-GO)
36-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
37-GERALDO SIMÕES (PT-BA)
38-JOSEPH BANDEIRA (PT-BA)
39-NELSON MEURER (PP-PR)
40-VALADARES FILHO (PSB-SE)
41-REGINALDO LOPES (PT-MG)
42-CARLOS MELLES (DEM-MG)
43-WILLIAM WOO (PSDB-SP)
44-FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP)
45-JOÃO OLIVEIRA (DEM-TO)
46-JOÃO DADO (PDT-SP)
47-GLADSON CAMELI (PP-AC)
48-MARCONDES GADELHA (PSC-PB)
49-RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE)
50-ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)
51-MARCELO MELO (PMDB-GO)
52-JOSÉ CHAVES (PTB-PE)
53-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
54-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)
55-RICARDO BERZOINI (PT-SP)
56-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
57-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
58-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
59-FERNANDO FERRO (PT-PE)
60-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)
61-MANATO (PDT-ES)
62-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
63-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
64-EUDES XAVIER (PT-CE)
65-JAIME MARTINS (PR-MG)
66-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)
67-VICENTINHO ALVES (PR-TO)
68-NILSON MOURÃO (PT-AC)
69-ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA)
70-REBECCA GARCIA (PP-AM)
71-LINCOLN PORTELA (PR-MG)
72-TATICO (PTB-GO)
73-JORGE KHOURY (DEM-BA)
74-AIRTON ROVEDA (PR-PR)
75-ELIENE LIMA (PP-MT)
76-AUGUSTO FARIAS (PTB-AL)
77-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
78-ERNANDES AMORIM (PTB-RO)
79-PEDRO FERNANDES (PTB-MA)
80-MAURÍCIO TRINDADE (PR-BA)
81-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
82-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
83-VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)
84-FLÁVIO BEZERRA (PMDB-CE)
85-ANTONIO FEIJÃO (PTC-AP)
86-PROFESSOR VICTORIO GALLI (PMDB-MT)
87-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
88-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)
89-ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP)
90-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
91-EFRAIM FILHO (DEM-PB)
92-FERNANDO NASCIMENTO (PT-PE)
93-CLEBER VERDE (PRB-MA)
94-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)
95-ABELARDO LUPION (DEM-PR)
96-NATAN DONADON (PMDB-RO)
97-FRANCISCO TENORIO (PMN-AL)
98-EDGAR MOURY (PMDB-PE)
99-ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE)
100-PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS)
101-VICENTINHO (PT-SP)
102-EVANDRO MILHOMEN (PCdoB-AP)
103-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)
104-MILTON MONTI (PR-SP)
105-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
106-CELSO MALDANER (PMDB-SC)
107-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
108-LUIZ CARREIRA (DEM-BA)
109-MAURO LOPES (PMDB-MG)
110-PAULO PIMENTA (PT-RS)
111-ARACELY DE PAULA (PR-MG)
112-FRANCISCO ROSSI (PMDB-SP)
113-MAGELA (PT-DF)
114-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
115-MAJOR FÁBIO (DEM-PB)
116-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)
117-WALDEMIR MOKA (PMDB-MS)
118-VICENTE ARRUDA (PR-CE)
119-SANDRO MABEL (PR-GO)
120-GERALDO PUDIM (PR-RJ)
121-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
122-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
123-WLADIMIR COSTA (PMDB-PA)
124-EDMAR MOREIRA (PR-MG)
125-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)
126-JEFFERSON CAMPOS (PSB-SP)

127-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
128-RAUL HENRY (PMDB-PE)
129-PAULO ROCHA (PT-PA)
130-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)
131-JULIÃO AMIN (PDT-MA)
132-CARLOS ZARATTINI (PT-SP)
133-FLÁVIO DINO (PCdoB-MA)
134-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)
135-PEPE VARGAS (PT-RS)
136-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
137-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
138-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG)
139-ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ)
140-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)
141-CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)
142-ELISEU PADILHA (PMDB-RS)
143-BRIZOLA NETO (PDT-RJ)
144-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)
145-DAVI ALVES SILVA JÚNIOR (PR-MA)
146-CARLOS WILLIAN (PTC-MG)
147-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
148-GEORGE HILTON (PRB-MG)
149-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)
150-CARLOS ALBERTO CANUTO (PSC-AL)
151-LUIZ BASSUMA (PV-BA)
152-ENIO BACCI (PDT-RS)
153-SEVERIANO ALVES (PMDB-BA)
154-OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)
155-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)
156-WILSON BRAGA (PMDB-PB)
157-JÚLIO CESAR (DEM-PI)
158-PAES DE LIRA (PTC-SP)
159-DR. UBIALI (PSB-SP)
160-VIGNATTI (PT-SC)
161-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
162-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
163-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
164-GUSTAVO FRUET (PSDB-PR)
165-LUCIANO CASTRO (PR-RR)
166-GILMAR MACHADO (PT-MG)
167-MAURO NAZIF (PSB-RO)
168-MARCELO TEIXEIRA (PR-CE)
169-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)
170-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
171-LÁZARO BOTELHO (PP-TO)
172-GERVÁSIO SILVA (PSDB-SC)
173-ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)
174-VALDIR COLATTO (PMDB-SC)

Assinaturas que Não Conferem

1-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)
2-WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA)
3-FÁBIO FARIA (PMN-RN)
4-JOÃO CARLOS BACELAR (PR-BA)
5-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)

Assinaturas Repetidas

1-VALADARES FILHO (PSB-SE)
2-WASHINGTON LUIZ (PT-MA)

PROJETO DE LEI Nº 121-E, DE 1999
(Do Sr. Cunha Bueno)
OFÍCIO Nº 2007/2009-SF

Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei Nº 121-D, DE 1999, que "Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães".

Despacho: Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Autógrafos do PL Nº 121-D/1999, Aprovado Na Câmara dos Deputados em 20-6-2000

Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre a criação e reprodução de cães de quaisquer raças em todo o território nacional.

Parágrafo único. Desde que obedeçam às normas de segurança e contenção estabelecidas nesta Lei, os cães poderão transitar em logradouros públicos independentemente de horário.

Art. 2º Os cães de qualquer origem, raça e idade serão vacinados anualmente contra raiva, leptospirose e hepatite.

§ 1º A vacinação será feita sob a supervisão de médico veterinário, que emitirá o respectivo atestado.

§ 2º O atestado de vacinação anti-rábica deve conter dados identificadores dó animal, bem como dados sobre a vacina, data e local em que foi processada, sua origem, nome do fabricante, número da partida, validade, dose e via de aplicação.

§ 3º O descumprimento das normas deste artigo sujeita os responsáveis à multa de R$150,00 (cento e cinquenta reais) por dia de descumprimento, ficando o animal sujeito a apreensão pelo poder público.

§ 4º Se quem descumpre a norma é criador ou comerciante de cães, a multa prevista no parágrafo anterior aplica-se em dobro.

Art. 3º Por ocasião da vacinação, o médico veterinário realizará avaliação do animal, levando em conta sua raça, porte, comportamento, declarando seu grau de periculosidade.

Parágrafo único. A avaliação referida no caput será realizada de acordo com as normas de procedimento médico-veterinário estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária ou órgão que o suceda.

Art. 4º O cão, de qualquer raça, que for considerado perigoso na avaliação referida no artigo anterior estará sujeito às seguintes medidas:

I – realização de adestramento adequado, obrigatório;

II – condução em locais públicos ou veículos apenas com a utilização de equipamento de contenção, como guias curtas, coleira com enforcador, caixas especiais para transporte e uso de tranqüilizantes, quando necessário;

III – guarda em condições adequadas à contenção do animal, sob estrita vigilância do responsável, de modo a tornar impossível a evasão.

IV – identificação eletrônica individual e definitiva, por meio de microchip projetado especialmente para uso animal, inserido subcutaneamente na base do pescoço, na linha média dorsal, entre as escápulas, por profissional credenciado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, obedecendo às seguintes especificações:

a) codificação pré-programada de fábrica e não sujeita a alterações de qualquer ordem;

b) isenção de substâncias tóxicas e uso de material esterilizado desde o fabrico, com prazo de validade indicado;

c) encapsulamento e dimensões que garantam a biocompatibilidade, e a não migração;

d) decodificação por dispositivo de leitura, que permita a visualização dos códigos do artefato.

Art. 5º A identificação eletrônica prevista no artigo anterior servirá para a criação e manutenção do Cadastro Nacional de Cães Perigosos, a ser mantido pelas entidades cinófilas nacionais.

Parágrafo único. O cadastro conterá os dados de identificação do cão perigoso e seu proprietário, bem como os dados individualizadores da identificação eletrônica e o registro de controle da vacinação anti-rábica anual.

Art. 6º O criador, proprietário ou responsável pela guarda do animal responde civil e penalmente pelos danos físicos e materiais decorrentes de agressão do animal a qualquer pessoa, seres vivos ou bens de terceiros.

§ 1º O disposto no caput não se aplica se a agressão se der em decorrência de invasão ilícita da propriedade que o cão esteja guardando ou se for realizada em legítima defesa de seu condutor.

§ 2º Nos locais em que for necessário, haverá, exposta, em local visível, placa de advertência da presença de animal feroz.

§ 3º Quando o cão for de uso das Forças Armadas ou órgão de segurança pública, sujeitar-se-á às normas próprias dessas corporações, ressalvados os casos de abuso.

Art. 7º Se o cão agredir uma pessoa, será imediatamente recolhido e mandado a reavaliação pelo médico veterinário, que, após observação, emitirá parecer sobre o possível desvio de comportamento.

§ 1º Havendo parecer pela impossibilidade de manutenção do cão no convívio social sem risco para outras pessoas, o veterinário poderá emitir parecer recomendando o sacrifício do cão agressor, a ser realizado também por médico veterinário, após a devida sedação.

§ 2º O parecer pela eliminação do animal também poderá ser dado, se houver reincidência em agressão ou sua comprovada habitualidade.

Art. 8º Havendo o parecer referido no artigo anterior e com ele não concordando o proprietário do animal poderá a questão ser submetida ao Juizado Especial Cível, em ação própria.

Parágrafo único. No curso do processo, o juiz poderá determinar o recolhimento do animal em estabelecimento apropriado, a expensas do proprietário.

Art. 9º É vedada a veiculação, por qualquer meio, de propagandas, anúncios ou textos que realcem a ferocidade de cães de quaisquer raças, bem como a associação dessas raças com imagens de violência.

Art. 10. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 131A:

"Omissão de cautela na guarda ou condução de animal perigoso

Art. 131A. Confiar à guarda de pessoa inexperiente ou menor de dezoito anos, guardar ou transportar sem a devida cautela animal perigoso:

Pena. detenção, de seis meses a dois anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

I – deixa em liberdade animal que sabe ser perigoso;

II – atiça ou irrita animal, expondo a perigo a segurança alheia;

III – conduz animal em via pública de modo a pôr em perigo a segurança de outrem ou deixa de observar as medidas legais exigidas para condução de cães considerados perigosos por avaliação veterinária;

IV – deixa de utilizar métodos de contenção, identificação eletrônica ou adestramento de animais perigosos;

V – veicula ou faz veicular propagandas ou anúncios que incentivem a ferocidade e violência de cães de quaisquer raças;

VI – utiliza cães em lutas, competições de violência e agressividade ou rinhas."

Art. 11. Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias a partir da data de sua publicação.

Art. 12. Revoga-se o art. 31 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Câmara dos Deputados, 30 de junho de 2000.

Ofício nº 2007(SF)

Brasília, 21 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rafael Guerra
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Emendas do Senado a Projeto de Lei da Câmara

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emendas, o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (PL nº 121, de 1999, nessa Casa), que "Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães".

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o autógrafo referente às emendas em apreço.

Atenciosamente, – Senador **Heráclito Fortes,** Primeiro-Secretário.

EMENDAS DO SENADO FEDERAL

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (PL nº 121, de 1999, na Casa de origem), que "Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães".

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda n° 1– CCJ)

Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 2º do Projeto:

"Art. 2º Os cães de qualquer origem, raça e idade serão vacinados anualmente contra raiva, leptospirose e hepatite, além de outras patologias definidas pelos órgãos de controle de zoonoses.

...."

Emenda nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 – CCJ)

Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 6º do Projeto:

"Art. 6º O criador, o proprietário ou o responsável pela guarda do animal responde civilmente, em caráter objetivo, e penalmente pelos danos físicos e materiais decorrentes de agressão do animal a qualquer pessoa, seres vivos ou bens de terceiros.

...."

Emenda nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3 – CCJ)

Renumere-se o art. 131-A proposto para o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, pelo art. 10 do Projeto, para art. 132-A, dando-se-lhe a seguinte redação:

"Art.132-A..... ."

Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, se o fato não constituir crime mais grave.

Senado Federal, 21 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, – Presidente do Senado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 6.159, DE 2009

(Do Sr. Jurandy Loureiro)

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatória a proteção das hélices das embarcações.

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatória a proteção das hélices das embarcações.

Art. 2º O *caput* do art. 4º-A da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 4º-A. Sem prejuízo das normas adicionais expedidas pela autoridade marítima, é obrigatório o uso de proteção no motor, eixo, hélices e quaisquer outras partes móveis das embarcações que possam promover riscos à integridade física dos passageiros, da tripulação ou de pessoas não embarcadas.
> ....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

Em 06 de Julho de 2009 foi editada a Lei de nº 11.970/09 que altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações. Originário desta Casa, teve como objetivo principal, segundo a autora, Deputada Janete Capiberibe, proteger mulheres e crianças do escalpelamento – quando o couro cabeludo é arrancado pelo eixo da embarcação – problema que ocorre com maior frequência em pequenos barcos na Região Norte.

A citada lei não se preocupou, entretanto, com a proteção das hélices das embarcações, não obstante a ocorrência de uma série de acidentes envolvendo banhistas e esportistas náuticos, que se ferem ou morrem todos os anos ao serem atingidos por hélices de lanchas. O acidente que teve maior repercurssão ocorreu há dez anos atrás, em Vitória (ES), vitimando o iatista Lars Grael, medalhista olímpico brasileiro. Em entrevista à revista Época este ano, Grael afirmou que um simples equipamento de segurança poderia banir para sempre acidentes desse tipo. É uma espécie de grade acoplada às hélices, cujo preço é por volta de US$ 300, cerca de R$ 540,00. Pouco, se considerarmos que uma lancha custa, pelo menos, R$ 100 mil.

Apesar desse assunto já ter sido discutido e propostas terem sido apresentadas aos órgãos competentes, as hélices dos motores das embarcações continuam sendo utilizadas sem a devida proteção, e os acidentes continuam acontecendo com uma frequência cada vez maior. Falta, portanto, uma legislação que exija a instalação de um equipamento protetor para as hélices das embarcações.

Por esse motivo, estamos propondo este projeto de lei, no sentido de obrigar que as hélices de todas as embarcações que navegam em águas brasileiras contenham algum tipo de proteção para evitar o seu contato com direto com as pessoas.

Percebam que, enquanto a Lei nº 11.970/09 se preocupa com os ocupantes das embarcações, o nosso projeto se preocupa com a proteção dos demais usuários da água que não estão embarcados.

Diante do aqui exposto, e considerando que este projeto de lei apresenta uma solução simples para aumentar a segurança de banhistas e praticantes de atividades náuticas em todo o País, solicito o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2009. – Deputado **Jurandy Loureiro.**

PROJETO DE LEI Nº 6.161, DE 2009

(Do Sr. Professor Victorio Galli)

Dispõe sobre a disponibilização de colchões ortopédicos aos usuários de hotéis e outros meios de hospedagem.

Despacho: Às Comissões de: Defesa do Consumidor; Turismo e Desporto; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam os hotéis e meios de hospedagem, assim definidos no art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, obrigados a manter e disponibilizar aos hóspedes um mínimo de 20% (vinte por cento) de colchões ortopédicos adequados a portadores de transtornos ou enfermidades da coluna vertebral.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita os infratores às penalidades previstas no art. 56 da lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Justificação

Não é infrequente que pessoas que se hospedam em hotéis e outros meios de hospedagem (conforme definidos na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008) sofram transtornos devido aos colchões disponíveis, muitas vezes de baixa qualidade ou em lamentável estado de conservação. Esses transtornos podem ir desde uma noite mal dormida até o surgimento de uma dor lombar ou mesmo o agravamento de uma lesão ou enfermidade já existente.

Não se compreende que um hotel que cobra para que clientes ali se hospedem deixe de cuidar desse aspecto, ao mesmo tempo de grande importância e de custo relativamente baixo. Tais estabelecimentos têm planilhas de custos bastante extensas, em que os equipamentos colocados à disposição dos clientes

representam apenas uma parcela. Além disso, a deterioração dos colchões é proporcional ao uso. Consequentemente, é também proporcional ao faturamento, o que significa que a renovação regular dos colchões não penaliza os hotéis. Da mesma forma, não lhes é difícil nem penoso adquirir um número de colchões ortopédicos para disponibilizar àquela minoria de hóspedes que deles necessitam, pois esses equipamentos terão vida útil maior.

Eis porque resolvemos apresentar o presente projeto de lei. Nossa intenção primeira é proporcionar aos que sofrem com problemas da coluna vertebral alguma segurança quando por alguma razão devem ausentar-se de seus lares e buscar hospedagem em hotéis e congêneres. Mas, além disso, a medida será positiva para o próprio ramo hoteleiro, pois é do interesse dos proprietários prestar um melhor serviço aos clientes e satisfazê-los, para que voltem a utilizar seus serviços.

Por se tratar eminentemente de uma relação de consumo, o projeto prevê para os infratores as penalidades previstas no art. 56 da lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor.

Convictos da correção da medida, solicitamos aos nobres pares os votos necessários para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – Deputado **Professor Victorio Galli.**

PROJETO DE LEI Nº 6.164, DE 2009

(Do Sr. Mauro Nazif)

Dispõe sobre a jornada de trabalho e o piso salarial do Zootecnista.

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, que "Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista", a fim de estabelecer a jornada de trabalho e o piso salarial da categoria.

Art. 2º A Lei nº 5.550, de 1968, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 7º-A e art. 7º-B:

"Art. 7º-A. A jornada de trabalho do zootecnista não poderá exceder a duração de seis horas diárias e de trinta horas semanais.

Art. 7º-B. É devido ao zootecnista o piso salarial de R$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais), para uma jornada de trabalho de seis horas diárias, a ser reajustado:

I – no mês de publicação desta lei, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, elaborado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de setembro de 2009, inclusive, ao mês imediatamente anterior ao do início de vigência desta lei;

II – anualmente, a partir do ano subsequente ao do reajuste mencionado no inciso I deste artigo, no mês correspondente ao da publicação desta lei, pela variação acumulada do INPC nos doze meses imediatamente anteriores."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Quando da regulamentação da profissão de zootecnista, no ano de 1968, as funções relativas ao registro profissional e à fiscalização do seu exercício ficaram a cargo dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, até que houvesse a criação dos Conselhos de Medicina Veterinária ou de Zootecnia.

No mesmo ano de 1968, foi criado o Conselho Federal de Medicina Veterinária, passando os zootecnistas a terem o exercício profissional fiscalizado por essa nova autarquia.

Apesar de estarem submetidos à mesma entidade, os zootecnistas têm um tratamento diferenciado em relação aos veterinários e, também, em relação aos engenheiros, arquitetos, agrônomos e químicos, no que se refere à definição de um piso salarial para a categoria.

Enquanto para os zootecnistas não há um piso salarial definido, para as demais categorias acima referidas há lei específica com essa finalidade – a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966. E essa distinção se verifica, igualmente, em relação à jornada de trabalho das categorias.

Tendo em vista a identidade técnica existente entre essas profissões, não se justifica que predomine até hoje essa discriminação contra os zootecnistas.

Assim, com o fito de eliminar essa distorção apontada, estamos apresentando o presente projeto de lei definindo um piso salarial de quatro mil seiscentos e cinquenta reais para a categoria, a ser reajustado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, bem como uma jornada de trabalho de seis horas diárias e trinta horas semanais.

Ressalve-se que demos entrada em outra proposição alterando a Lei nº 4.950-A/66, conferindo o mesmo piso ora proposto para os zootecnistas para os engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e veterinários, para que, dessa forma, não se perpetue a distorção existente entre esses profissionais.

Entendemos que a presente proposta se justifica pelos critérios de interesse público, razão pela qual esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – Deputado **Mauro Nazif.**

PROJETO DE LEI Nº 6.166, DE 2009

(Do Sr. Nelson Goetten)

Estabelece os requisitos de segurança, higiene, conforto operacional e infraestrutura a serem atendidos pelos terminais rodoviários de passageiros, nos termos que menciona, e dá outras providências

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Urbano; Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei define os requisitos de segurança, higiene e conforto operacional e infraestrutura a serem atendidos nas instalações, na operacionalização e na administração dos terminais rodoviários de passageiros, de acordo com sua respectiva classificação, e aplica-se aos terminais dos serviços de transporte público rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Art. 2º Os terminais rodoviários de passageiros do serviço de transporte público interestadual e internacional serão classificados em classes "***A***", "***B"***, "***C***", ***"D"*** e ***"E"***, em função do número médio de partidas diárias, da demanda média de passageiros por dia, do número de plataformas de embarque e desembarque e da área coberta construída, sendo:

I – classe "***A***", quando:

a) o número médio de partidas diárias for igual ou superior a quinhentas;

b) a demanda média de passageiros por dia for igual ou superior a trinta e quatro mil;

c) o número de plataformas for igual ou superior a sessenta,

d) a área coberta construída for igual ou superior a vinte e cinco mil metros quadrados;

II – classe "***B***", quando:

a) o número médio de partidas diárias estiver compreendido no intervalo de duzentas a quatrocentas e noventa e nove;

b) a demanda média de passageiros por dia estiver compreendida no intervalo de doze mil a trinta e três mil novecentos e noventa e nove;

c) o número de plataformas estiver compreendido no intervalo de trinta, inclusive, a cinquenta e nove;

d) a área coberta construída estiver entre dez mil metros quadrados e vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove metros quadrados;

III – classe "***C***", quando:

a) o número médio de partidas diárias estiver compreendido no intervalo de quarenta e sete a cento e noventa e nove;

b) a demanda média de passageiros por dia estiver compreendida no intervalo de quatro mil e quinhentos a onze mil novecentos e noventa e nove;

c) o número de plataformas estiver compreendido no intervalo de onze, inclusive, a vinte e nove;

d) a área coberta construída estiver entre dois mil metros quadrados e nove mil novecentos e noventa e nove metros quadrados;

IV – classe "***D***", quando:

a) o número médio de partidas diárias estiver compreendido no intervalo de treze a 46 quarenta e seis;

b) a demanda média de passageiros por dia estiver compreendida no intervalo de dois mil a quatro mil quatrocentos e noventa e nove;

e) o número de plataformas estiver compreendido no intervalo de três, inclusive, a dez;

d) a área coberta construída for inferior a um mil novecentos e noventa e nove metros quadrados.

V – classe "***E***", quando:

a) o número médio de partidas diárias for inferior a treze;

b) a demanda média de passageiros por dia for inferior a dois mil;

e) o número de plataformas for inferior a três;

§ 1º Quando um terminal apresentar a possibilidade de inserção em classes diferentes prevalecerá, para efeito de classificação, aquela em que houver coincidência do maior número de parâmetros.

§ 2º Havendo necessidade de desempate, o critério de demanda média de passageiros por dia determinará a classificação do terminal.

Art. 3º Ficam estabelecidos cinco níveis de requisitos, cada um deles correspondente a um conjunto especifico de itens relativos aos padrões de segurança, higiene, conforto operacional e infraestrutura, necessários para o bem estar do usuário do serviço de transporte público de passageiros e o bom desempenho das funções do terminal rodoviário.

Art. 4º Para cada classe de terminal, categorizado na forma do art. 2º, haverá um nível correspondente de requisitos, sendo:

I – o nível um correspondente às exigências mínimas necessárias a serem observadas por todos os terminais rodoviários em operação no país, independentemente da sua classificação;

II – o nível dois correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe “D”;

III – o nível três correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe “C”;

IV – o nível quatro correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe “B”;

V – o nível cinco correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe “A”;

Art. 5º São itens relativos ao padrão de segurança:

I – o policiamento;

II – a segurança do trabalho;

III – a segurança operacional;

IV – a segurança privada;

V – os serviços do juizado de menores.

§ 1º No que tange ao policiamento, a responsabilidade da administração do terminal limitar-se-á a articular, com os órgãos competentes do Poder Público, a disponibilização permanente de efetivo nas dependências do terminal visando à segurança de todos e, quando necessário, reservar áreas compatíveis para o exercício das atividades do comando respectivo.

§ 2º A segurança do trabalho compreende o uso e aplicação de todos os meios necessários para a prevenção de acidentes dentro da área total do terminal, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

§ 3º A segurança privada compreende a contratação de pessoal qualificado, na forma da legislação vigente, visando à segurança patrimonial do terminal, podendo fazer uso de sistema eletrônico de vigilância com câmeras e sistemas de alarme para registrar e inibir infrações.

§ 4º A segurança operacional compreende medidas para restringir o acesso dos acompanhantes às plataformas de embarque e desembarque, bem como aos pátios de manobras, por meio de grades, divisórias ou outros obstáculos e por pessoal treinado.

§ 5º No que tange aos serviços do juizado de menores, necessários para assegurar o respeito aos direitos de crianças e adolescentes, na forma da legislação vigente, a responsabilidade da administração do terminal limitar-se-á a articular, com os órgãos competentes do Poder Público, a instalação de um posto para a realização das tarefas afins.

Art. 6º São itens relativos ao padrão de higiene:

I – limpeza e desinfecção diária dos sanitários e banheiros;

II – coleta diária de lixo;

III – limpeza diária dos pisos nas áreas de espera, embarque e desembarque;

IV – limpeza e desinfecção semestral das caixas d’água e dos bebedouros, bem como a troca de seus filtros;

V – realização de análise técnica semestral para constatar a qualidade da água consumida;

VI – elaboração de plano de providências relativo aos trabalhos de limpeza nos períodos do ano em que há maior demanda de usuários.

§ 1º As atividades de limpeza devem incluir o uso de equipamentos de proteção individual para o pessoal responsável, bem como o uso de equipamentos, utensílios e de produtos químicos que combata a proliferação de agentes nocivos à saúde.

§ 2º A administração do terminal deverá promover semestralmente, em conjunto com

os órgãos competentes, a fiscalização nos espaços destinados à alimentação, para garantir a adequada higienização quando da manipulação dos alimentos e bebidas, a fim de evitar a contaminação alimentar.

Art. 7º São itens relativos ao padrão de conforto operacional:

I – o acesso livre para circulação;

II – a disponibilização de relógios e telefones públicos;

III – pontos de parada de táxi;

IV – os serviços de achados e perdidos, guarda-volumes, avisos de horário de chegadas e partidas e balcão de informações;

V – caixas coletoras de correios e caixas bancários eletrônicos;

VI – serviço de paramédicos.

§ 1º O padrão de conforto operacional a que se refere o *caput* deste artigo compreende todas as ações de competência da administração do terminal que visem o bem-estar e a comodidade dos usuários.

§ 2º O terminal deverá permitir ao usuário do sistema, a opção de circular livremente com suas bagagens para os guichês de compra de passagens, para as áreas de espera, embarque ou desembarque, ressalvadas as exigências de segurança.

§ 3º Os relógios e telefones públicos devem ser instalados preferencialmente nas áreas de espera, embarque e desembarque, e o serviço de avisos poderá ser prestado por meio sonoro ou de painel eletrônico.

§ 4º O serviço de paramédicos nos terminais tem a finalidade de atender a população em trânsito que porventura precise de assistência médica emergencial e deve contar com equipe e equipamentos adequados, nos termos do regulamento.

§ 5º A administração dos terminais poderá promover com os órgãos ou empresas responsáveis a instalação de outros serviços de interesse público.

Art. 8º São itens relativos ao padrão de infraestrutura:

I – conforto ambiental, considerando os aspectos acústico, térmico e de iluminação;

II – área apropriada para os guichês de comercialização de bilhetes de passagem;

III – assentos de espera;

IV – instalação de bebedouros;

V – sanitários femininos e masculinos;

VI – estacionamento próprio;

VII – área de alimentação;

VIII – cabines de controle de tráfego;

IX – agências bancárias e de correios.

§ 1º O padrão de infraestrutura a que se refere o **caput** deste artigo compreende os elementos relativos à edificação do terminal rodoviário.

§ 2º Os projetos arquitetônico e urbanístico dos terminais deverão observar a legislação vigente no que se refere á acessibilidade para os portadores de necessidades especiais e com mobilidade reduzida.

§ 3º Os guichês de comercialização de bilhetes de passagem deverão estar localizados em áreas de fácil acesso para o público em geral.

§ 4º Os terminais deverão disponibilizar bebedouros nas áreas de espera, embarque, desembarque e próximo aos banheiros femininos e masculinos.

§ 5º Os banheiros femininos e masculinos deverão estar localizados nas áreas de espera, embarque, desembarque e de alimentação, observada a legislação vigente para acessibilidade dos portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida.

§ 6º Os terminais rodoviários deverão disponibilizar assentos de espera na proporção de um e meio por cento, pelo menos, do valor mínimo da demanda média de passageiros por dia correspondente à sua classificação, nos termos do art. 2º.

§ 7º Os terminais rodoviários deverão disponibilizar estacionamento com número de vagas na proporção de um e meio por cento, pelo menos, do valor mínimo da demanda média de passageiros por dia correspondente à sua classificação, nos termos do art. 2º, observando a legislação específica quanto às pessoas portadoras de necessidades especiais e com mobilidade reduzida.

§ 8º O comércio de produtos alimentícios só poderá ser oferecido dentro do espaço reservado para área de alimentação, não sendo permitida a utilização de quaisquer outras áreas do terminal para o comércio ambulante.

§ 9º As cabines de controle de tráfego têm a função de controlar os horários de saída e chegada dos ônibus, podendo fazer uso do sistema eletrônico por meio de leitura óptica.

Art. 9º São requisitos relativos ao nível um, correspondente às exigências mínimas necessárias a serem observadas por todos os terminais rodoviários em operação no país, independentemente da sua classificação:

I – os listados nos incisos I e II do art. 5º;

II – os listados nos incisos I, II e III do art. 6º;

III – os listados nos incisos I e II do art. 7º;

IV – os listados nos incisos I a V do art. 8º.

Art. 10º São requisitos do nível dois, correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe "***D***", além daqueles enumerados no art. 9º;

I – o listado no inciso III do art. 5º;

II – o listado no inciso IV do art. 6º;

III – o listado no inciso III do art. 7º;

IV – o listado no inciso VII do art. 8º.

Art. 11º São requisitos do nível três, correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe "C", além daqueles enumerados no art. 9º;

I – o listado no inciso III do art. 5º;

II – o listado no inciso IV do art. 6º;

III – os listados no inciso III e IV do art. 7º;

IV – os listados no inciso VI e VII do art. 8º.

Art. 12º São requisitos do nível quatro, correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe "B", além daqueles enumerados no art. 9º;

I – os listados nos inciso III e IV do art. 5º;

II – os listados nos incisos IV e V do art. 6º;

III – os listados no inciso III, IV e V do art. 7º;

IV – os listados no inciso VI, VII e VIII do art. 8º.

Art. 13º São requisitos do nível cinco, correspondente às exigências mínimas relativas aos terminais classificados na classe "***A***", além daqueles enumerados no art. 9º;

I – os listados nos inciso III, IV e V do art. 5º;

II – os listados nos incisos IV, V e VI do art. 6º;

III – os listados no inciso III, IV, V e VI do art. 7º;

IV – os listados no inciso VI, VII, VIII e IX do art. 8º.

Art. 14º O terminal enquadrado no nível correspondente à sua classificação pode oferecer serviços inclusos em um nível superior, entretanto, querendo pleitear a reclassificação deverá satisfazer todas as exigências pertinentes ao novo nível.

Art. 15º Na regulamentação desta Lei deverão ser tratados, pelo menos, os seguintes aspectos:

I – o cadastramento dos terminais rodoviários que integram o Sistema de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (STRIIP), em bancos de dados;

II – os estudos técnicos necessários para que se estabeleça uma metodologia de classificação dos terminais rodoviários;

III – as regras de fiscalização para o cumprimento desta norma e de avaliação dos terminais rodoviários;

IV – as regras para a cobrança de taxas sobre os serviços oferecidos pelos terminais de que trata esta Lei.

Art. 16º Os terminais rodoviários em operação no país terão o prazo de um ano para se adaptarem às exigências previstas nesta Lei, a partir de quando forem oficialmente classificados pelo órgão competente.

Art. 17º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei foi elaborado com o intuito de estabelecer diretrizes básicas para a classificação dos terminais dos serviços de transporte público rodoviário interestadual e internacional de passageiros, bem como definir os requisitos de segurança, higiene e conforto operacional e infraestrutura a serem atendidos nas instalações, na operacionalização e na administração desses terminais, de acordo com sua respectiva classificação.

A regulamentação do setor irá proporcionar uma melhoria significativa para os usuários e estabelecer um adequado padrão de atendimento no que concerne aos serviços e condições oferecidos, nos aspectos de segurança, higiene e conforto operacional e infraestrutura.

Na maioria dos terminais hoje em operação no país, esses serviços, ou são ignorados, ou observados de forma inadequada, resultando em prejuízos

para todos os usuários. Note-se que os terminais que atendem os serviços de transporte público rodoviário interestadual e Internacional de passageiros constituem um dos mais importantes equipamentos urbanos de uma cidade. Para se frisar a importância social desses locais, onde são realizados embarques, desembarques e a comercialização de passagens, basta mencionar que o movimento de passageiros, somente em viagens interestaduais, chega perto de 130 milhões de pessoas por ano, com mais de 2.500 linhas em operação, segundo o Anuário Estatístico da ANTT (2007).

Além do papel que exercem no sistema de transporte interestadual ou internacional de passageiros, os terminais também têm relevância em outras áreas, quando cedem espaço para a realização de exposições, feiras, campanhas de vacinação e tantos outros eventos. Quando deixam de atender adequadamente os usuários do referido sistema, podemos dizer que os terminais deixam de cumprir sua função social.

De acordo com a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe, entre outras providências, sobre a criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), são de competência desse órgão as atividades relacionadas à elaboração de normas relativas à exploração dos terminais rodoviários (art. 24, inciso IV). Por seu turno, o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, que disciplina os serviços de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros, traz um dispositivo que obriga os terminais desse serviço a apresentarem, de acordo com a demanda de passageiros, áreas compatíveis e padrões adequados de segurança, higiene e conforto (art. 61, § 1º). O mesmo decreto faculta ao Ministro dos Transportes o estabelecimento, mediante norma complementar, dos requisitos que devem ser observados quando da instalação e da operação dos terminais (art. 61, § 3º).

Considerando que essas normas, seja da esfera da ANTT, seja do próprio MT, ainda não foram editadas e procurando assegurar o direito de que todos os usuários de usufruírem dos serviços de forma digna e igualitária, estamos oferecendo à apreciação da Casa este projeto de lei, criando parâmetros e condições para a melhoria dos terminais rodoviários do transporte interestadual e internacional de passageiros.

Cabe observar que essa iniciativa está em conformidade com os preceitos da Constituição Federal sobre o assunto, uma vez que a Carta Magna determina, em seu art. 21, inciso XII, que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Somente essa atribuição já seria suficiente para que pudéssemos afirmar que compete, igualmente, à União, como ente responsável pela prestação, regular esse serviço, mas ainda podemos alegar a competência da União para legislar privativamente sobre trânsito e transportes (art. 22, inciso XI). Observe-se que os terminais que operam exclusivamente com os serviços das linhas intermunicipais, não estarão sujeitos às regras da futura lei, visto que são disciplinados tão somente por regras estaduais.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o texto que estamos propondo começa por definir critério para a classificação dos terminais, com base em parâmetros como o número de partidas diárias e a demanda média de passageiros por dia, entre outros. Em seguida, estabelece os padrões mínimos dos requisitos a serem exigidos para cada tipo de terminal, no que tange a segurança, higiene, conforto operacional e infraestrutura, itens que estão intimamente ligados quando se tem em mente o bem-estar do indivíduo.

O projeto de lei remete à regulamentação a instituição de normas para o cadastramento, em banco de dados, dos terminais rodoviários que integram o Sistema de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (STRIIP), os estudos técnicos necessários para que se estabeleça uma metodologia de classificação dos terminais rodoviários, as regras de fiscalização para o cumprimento desta norma e de avaliação dos terminais rodoviários e para a cobrança de taxas sobre os serviços oferecidos pelos referidos terminais.

Entendemos que, dessa forma, podemos dar à norma legal a necessária combinação entre estabilidade e flexibilidade, para que possam ser realizados ajustes quanto a aspectos operacionais. Também estamos prevendo um prazo de um ano para que os terminais rodoviários em operação no país se adaptem às exigências previstas na futura lei, prazo este contado a partir de quando os terminais forem oficialmente classificados pelo órgão competente.

Diante da importância das medidas preconizadas para a melhoria do serviço que é prestado aos usuários do transporte público coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o eventual aperfeiçoamento e a breve aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – Deputado **Nelson Goetten.**

PROJETO DE LEI Nº 6.170, DE 2009

(Do Sr. Edmar Moreira)

Dispõe sobre a regulamentação, o comércio de jogos eletrônicos e jogos de interpretação e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Defesa do Consumidor; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O congresso Nacional decreta:

Artigo 1º – Os comerciantes, lojistas, importadores e produtores de jogos eletrônicos e jogos de interpretação (RPG), deverão destacar nas embalagens dos produtos comercializados a faixa etária indicada pelos órgãos competentes.

§1º – As classificações etárias indicativas são fornecidas pelo Ministério da Justiça, mas poderá ser fornecida pela autoridade Administrativa estadual por meio de regulamentação própria.

§2º – A classificação indicativa será confeccionada na própria embalagem ou fixada de forma ostensiva sobre a embalagem original.

§3º – A fixação sobre a embalagem com a descrição da classificação indicativa deverá ser de forma aparente e segura, de maneira que permita a identificação imediata e permanente da faixa etária, bem como fixada na capa do produto.

§4º – Todas as indicações fornecidas deverão ser fixadas na capa das embalagens dos jogos eletrônicos e de interpretação, independente da fixa etária informada pelos órgãos competentes.

Artigo 2º – Os lojistas que ofereçam o produto em prateleiras e com contato direto do público, deverão manter espaço reservado aos jogos não recomendados aos menores de dezoito anos, com o destaque visível e com placa indicativa que disponha sobre a faixa etária a qual se destina os produtos comercializados naquele espaço.

Artigo 3º – Os jogos comercializados por meio da rede mundial de computadores e destinados aos consumidores deverão indicar no sítio de comércio a classe indicativa correlacionada ao produto oferecido.

Artigo 4º – A Administração pública estará autorizada a implementar sistema próprio de controle dos produtos comercializados, com a indicação da classificação etária.

§1º – A regulamentação deverá dispor sobre a forma, tamanho e disposição dos caracteres que formarão o chamado de aviso sobre a classificação etária, não podendo ser projetada de maneira que dificulte sua imediata visualização, devendo ocupar no mínimo dez por cento sobre a disposição total da capa do produto.

§2º – Em caso de implementação de um sistema próprio de classificação por parte da Administração pública, o sistema deverá albergar as seguintes categorias como forma indicativa:

I – especialmente recomendados para crianças e adolescentes;

II – livre – para todo o público;

III – não recomendado pra menores de 10 (dez) anos;

VI – não recomendado para menores de 12 (doze) anos;

V – não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos;

VI – não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos; e

VII – não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos.

Artigo 5º – A comercialização sem a indicação fornecida pelas autoridades competentes incorrerá em pena ao estabelecimento, ao importador ou produtor do material, da seguinte forma:

I – multa;

II – apreensão do produto;

III – proibição de comercialização do produto .

§1º – A pena de multa será fixada entre cinco mil a cinqüenta mil reais, consoante o grau de gravidade da conduta e reiteração do fato.

§2º – Os valores indicados no parágrafo anterior serão atualizados anualmente com base na correção inflacionária correspondente ao período ou como dispor a regulamentação da presente norma.

§3º – As penas poderão ser aplicadas cumulativamente e de forma cautelar, antes ou concomitante ao procedimento administrativo.

§4º – A pena de proibição de comercialização do produto será aplicada em caso de reincidência em que o importador, fornecedor

ou produtor entregue ou comercialize o produto sem a indicação etária pertinente.

§5º – A pena de proibição de comercialização poderá ser revista em caso de ajuste do produto as previsões normativas previstas na presente lei e cumprimento das demais obrigações impostas pela Autoridade administrativa, consoante regulamentação.

Artigo 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O país vive um momento de incertezas jurídicas e lacunas provocadas por falta de regulamentação especial, em que o Judiciário vem sendo constantemente acionado para cumprir determinações e ações que seriam de encargo dos Poderes Legislativo e

Executivo. A Constituição Federal atribui a competência concorrente entre os Estados, Distrito Federal e União para dispor sobre produção e consumo (artigo 24, inc. V) e sobre a proteção à infância e a juventude (artigo 24, inc. XV).

Quanto ao mérito da propositura à regulamentação especial para o comércio, quando fundamentada em relevante clamor social, não encontra impedimento constitucional, uma vez que a matéria passa a ter natureza de direito fundamental, como extensão normativa das normas de proteção do cidadão previstas no artigo 5º e outros da Constituição Federal.

Neste diapasão, com muita propriedade se ateve o professor Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (O Desvio de Poder na Função Legislativa, 1ª edição, editora FTD, p. 17/18), in verbis:

> "O legislador, para agir, não carece de autorização especial da Constituição para produção de leis. Já o administrador só age quando autorizado explícita ou implicitamente em lei. O Poder Legislativo seria assim titular de competência geral "nata e natural" para o exercício da função legislativa, não necessitando encontrar na Constituição fundamento positivo para sua conduta. Sua margem de liberdade de decisão e atuação seria, portanto, mais ampla, tendo natureza de vinculação material heterônoma qualitativamente inferior em relação à Administração."

A inventividade dos criadores de jogos eletrônico e de interpretação, por vezes, ultrapassam o senso ético e natural, quanto a classe de pessoas a quem se destina tal entretenimento.

Verificamos que alguns jogos eletrônicos são recheados com cenas de sexo e violência extrema, que podem interferir na criação e senso de responsabilidade de uma pessoa em formação.

O Ministério da Justiça pautado na liberdade de expressão e de educação dos pais e responsáveis criou um sistema de atribuição de classificação etária, com base no Manual de Classificação Indicativa que leva em conta os critérios de violência e sexo encontrados nos jogos, para classificá-los como:

I – especialmente recomendados para crianças e adolescentes;

II – livre – para todo o público;

III – não recomendado pra menores de 10 (dez) anos;

IV – não recomendado para menores de 12 (doze) anos;

V – não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos;

VI – não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos; e

VII – não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos.

Em diligência realizada em diversas lojas de departamentos verificamos que apenas os jogos impróprios para menores de 18 (dezoito) anos são catalogados e muitas vezes apenas no anverso da capa e com caracteres pequenos que disfarçam a classificação, impedindo a sua imediata visualização.

Os demais jogos classificados para não recomendados para menores de 16 (dezesseis) anos, sequer recebem quaisquer informativo sobre esta recomendação.

Podemos ainda destacar que os jogos recomendados apenas para os maiores de idade são comercializados em estantes e prateleiras diversas, misturando jogos de crianças e adultos num mesmo sistema de comercialização, situação que prejudica o senso de julgamento de pais e adolescentes sobre a indicação auferida aos jogos.

A competência por ser concorrente e pela matéria não estar regulamentada pela Legislação Federal. Ademais a presente propositura integra e amplia a proteção antes destacada apenas em portaria.

A matéria central do projeto é de natureza consumerista e encontra fundamento legislativo no artigo 31 do CDC que estabelece o dever dos fornecedores em assegurar informações corretas, claras e precisas sobre os produtos.

Destarte, com a finalidade de fornecer à família a indicação quanto à classificação indicativa de jogos eletrônicos e informativos (RPG) o presente projeto visa regulamentar o sistema de publicidade consumerista.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – Deputado **Edmar Moreira.**

PROJETO DE LEI Nº 6.174, DE 2009

(Do Sr. Guilherme Campos)

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campinas, no Estado de São Paulo.

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campinas, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A edição do novo marco regulatório das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) – composto pela Lei nº 11.508, de 20/07/07, modificada pela Lei nº 11.732, de 30/06/08, regulamentadas pelo Decreto nº 6.814, de 06/04/09 – estabeleceu as condições para o fortalecimento dessa estratégia de desenvolvimento econômico no Brasil. É, portanto, neste contexto que apresentamos o Projeto de criação de uma ZPE no Município de Campinas, no Estado de São Paulo.

De acordo com o citado arcabouço legal, para sediar uma ZPE, o Município deve preencher requisitos mínimos, quais sejam: acesso facilitado a portos e aeroportos internacionais, disponibilidade financeira e infra-estrutura mínima e serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação. Campinas, como mostram os dados a seguir, reúne todas as condições para a implantação de um enclave de livre comércio em seu território.

O Município de Campinas tem aumentado, nos últimos anos, sua participação no PIB do Estado de São Paulo e hoje representa cerca de 3% deste PIB. Conta com estruturas agrícola e agroindustrial modernas, atividades terciárias com alto grau de especialização e uma indústria diversificada e de alto componente científico e tecnológico. Há, portanto, uma atividade econômica dinâmica na região, necessitando apenas de um estímulo para ampliar sua participação no mercado externo, podendo, dessa forma, desenvolver plenamente seu potencial.

Em 2008, havia 1.991 estabelecimentos industriais em Campinas. O Município é pólo da indústria têxtil e de confecções – sendo responsável por 85% da produção nacional de tecidos planos de fibras artificiais se sintéticas -, bem como de tecnologia e de metalurgia. Em 2006, a participação do setor secundário no total do valor adicionado no Município foi de 26,5%, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de dados (Seade).

O Município também dispõe de um sistema viário abrangente e ramificado, servido por diversas rodovias, entre as quais destacam-se a Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Anhanguera. Ademais, também é servido pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, responsável, em dezembro de 2007, por 18% do fluxo aéreo de cargas no Brasil, segundo informação da Infraero. Há, ainda, previsão de que o aeroporto seja ampliado em breve. Verifica-se, assim, que o requisito de acesso facilitado a portos e aeroportos para o escoamento da produção também é satisfeito pelo Município.

Adicionalmente, Campinas dispõe de mão-de-obra qualificada para atender às demandas das novas empresas que lá se instalarem atraídas pelos benefícios oriundos da criação de uma ZPE. A média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos foi, em 2000, segundo a Seade, de 8,5 anos. O Município também é reconhecido por sua excelência em educação, abrigando uma das principais universidades do País, a UNICAMP.

Acreditamos que, por meio das ZPEs, sejam oferecidas aos investidores internacionais e aos empresários nacionais condições semelhantes àquelas presentes em outros países. Dessa forma, será possível atrair o investimento estrangeiro e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, incrementando o volume e o valor de nossas exportações.

Pelos motivos expostos, contamos com o valioso apoio de nossos Pares para a aprovação desta proposta, a qual trará novo dinamismo à economia da região com impactos positivos para todo o País.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – Deputado **Guilherme Campos.**

PROJETO DE LEI Nº 6.179, DE 2009

(Do Sr. Bonifácio de Andrada)

Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação

e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Art. 1º Substituam-se na Lei 7.410/85, os artigos abaixo com as seguintes alterações numéricas indicadas:

"Art. 3º. Fica instituído o Bacharelado em Segurança do Trabalho com o título de Bacharel em Segurança do Trabalho ou Agente Superior de Segurança do Trabalho, cujo curso terá currículo fixado pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Medicina e Segurança do Trabalho (FUNDACENTRO) ou pelas Universidades existentes no país, devendo do mesmo constar matérias vinculadas ao disposto no artigo 154 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, alterados pela Lei 6.514/67".

"Art. 4º. Os alunos que forem aprovados no Curso Técnico de Segurança do Trabalho terão preferência no processo seletivo ou vestibular no curso mencionado no artigo anterior".

Art. 2º O art. 3º na atual Lei passa a ser o art. 5º, o art. 4º passa a ser o 6º e o art. 5º passa a ser o 7º.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A segurança do trabalho constitui hoje, com os avanços técnicos, uma área fundamental da economia social e das atividades empresariais.

A Legislação de 1967, de 30 anos atrás, portanto, cria a figura do Técnico em Segurança do Trabalho, mas os dias atuais revelam que há a necessidade de se formar um profissional de curso superior capaz de exercer atividades que se ajustem a nossa época, em face da complexidade das exigências sociais do mercado de trabalho.

A legislação trabalhista constante nos artigos 154, 155, 156, 157, 158 e outros, da Consolidação das Leis do Trabalho, revela a importância dessa tarefa ou atividade dentro e fora das empresas. Daí a necessidade de se regulamentar, em tempos modernos, o assunto que, na prática, nada mais é que preencher uma atividade de alta importância, que atualmente só tem o Técnico como expressão profissional.

Cumpre, finalmente, mencionar que o profissional da segurança do trabalho é tão importante que a legislação faz referência a uma Campanha Nacional de Segurança de Prevenção de Acidentes do Trabalho, a qual, logicamente, necessita de profissionais graduados para exercer essas importantes atividades.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – **Bonifácio de Andrada**, Deputado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 6.184, DE 2009

(Do Sr. Carlos Sampaio)

Denomina "Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi" o viaduto localizado no km 464,6 da BR-116, no Estado de São Paulo.

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto localizado no km 464,6 da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, no Estado de São Paulo, passa a ser denominado "Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Muitos fatos importantes da História do Brasil devem ser constantemente estudados e analisados para manter sempre em nossa mente os grandes heróis de nossa Pátria. Um desses heróis foi Abílio Previdi, que participou ativamente como soldado constitucionalista durante a Revolução de 1932.

Abílio Previdi aprendeu a dirigir ainda jovem para trabalhar no transporte da produção de arroz, levando esse grão cultivado no Município de Pariquara-Açu, para outros municípios e, também, para o Porto de Santos. Foi em razão desse seu ofício que ele acabou sendo convocado e tornou-se responsável pelo transporte de soldados para os mais variados locais de batalha. Seu valor enquanto soldado que serviu a pátria, de forma ímpar, foi reconhecido pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo que, no ano de 1982, homenageou-o com o Diploma e Medalha de Honra.

Após a Revolução de 1932, Abílio Previdi elegeu-se Vereador e foi Presidente da Câmara de Vereadores de Jacupiranga por duas gestões, como representante do Distrito de Pariquara-Açu, local onde nasceu em 1910.

Homem de grande cultura e simpatia pessoal, demonstrando sempre seu enorme senso de justi-

ça, Abílio Previdi foi conhecido por todos onde vivia pela sua intensa participação e dedicação às causas sociais.

Nada mais justo, portanto, que perpetuar a memória do exemplar cidadão pariquerense dando o seu nome ao "Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi", razão pela qual solicitamos aos eminentes Pares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2009. – Deputado **Carlos Sampaio.**

PROJETO DE LEI Nº 6.194, DE 2009

(Do Sr. Leandro Sampaio)

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) têm sido implantadas ao redor do mundo – principalmente na China, Estados Unidos e Índia -, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros voltados para as exportações e, com isso, agregar valor aos produtos destinados ao exterior, criando, assim, novos postos de trabalho e difundindo novas tecnologias e práticas mais modernas de gestão. Assim, por meio dos estímulos fiscais e administrativos concedidos às empresas sediadas em tais enclaves de livre comércio, pretende-se transformar a criação de ZPEs em instrumentos de desenvolvimento econômico e redução das desigualdades regionais.

Com a edição da Lei nº 11.508, de 20/07/07, modificada pela Lei nº 11.732, de 30/06/08, regulamentadas pelo Decreto nº 6.814, de 06/04/09, a retomada do projeto de implantação de Zonas de Processamento de Exportação no Brasil voltou à agenda pública. É neste contexto de impulso à instalação de ZPEs no País, que apresentamos a proposta para criação de um distrito industrial incentivado no Município fluminense de Três Rios.

Três Rios reúne todas as condições para que a implantação de uma ZPE em seu território promova o crescimento econômico na região circunvizinha. O Município sedia universidades e possui mão-de-obra especializada, fácil acesso a fornecedores de matéria-prima e localização privilegiada para o escoamento de sua produção. A 119 Km da cidade do Rio de Janeiro, o Município está situado às margens da rodovia BR-040, próximo aos limites com os Estados de São Paulo e Minas Gerais. A apenas uma hora do Porto e Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Três Rios também é servido por ferrovia.

Os principais setores econômicos de Três Rios são a construção civil, a indústria de transformação e a agropecuária. Na indústria de transformação destacam-se os produtos alimentares, a fabricação de produtos de minerais não metálicos e o vestuário. Na agricultura, as culturas de cana-de-açúcar e de maracujá lideram a produção em termos de volume produzido.

O Produto Interno Bruto de Três Rios, em 2006, ocupou a 31ª posição entre os 92 municípios fluminenses. Considerada a média do Estado como índice 100, o PIB de Três Rios ficou em 49,96, o equivalente à 35ª colocação no Estado, segundo estudo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O Município que, em 2001, era responsável por 45,7% da produção da Região Centro-Sul fluminense, caiu para 28,1%, em 2006.

Portanto, considerado o critério de criação de ZPEs em regiões menos desenvolvidas, conforme estabelece a Lei nº 11.508/2007, em seu art. 1º, Três Rios também o preenche, haja vista sua posição em relação aos demais municípios do Rio de Janeiro. Nesse sentido, uma ZPE em Três Rios também teria como função a redução dos desequilíbrios intrarregionais.

Estamos convictos de que a concretização desta iniciativa em muito contribuirá para o progresso do Estado do Rio de Janeiro e da Região Centro-Sul do Estado e, por este motivo, contamos com o apoio de nossos Pares congressistas para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2009. – Deputado **Leandro Sampaio.**

PROJETO DE LEI Nº 6.202, DE 2009
(Do Senado Federal)
PLS Nº 50/2009
OFÍCIO Nº 2.199/2009 – SF

Denomina "Viaduto Henrique Santillo" o viaduto localizado no entroncamento da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto localizado no entroncamento da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás, passa a denominar-se "Viaduto Henrique Santillo".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de outubro de 2009 – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 6.213, DE 2009
(Do Sr. Bruno Rodrigues)

Altera o art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Despacho: Apense-se à(Ao) Pl-3493/2004.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 16 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º O art. 16 da referida Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 ....

Parágrafo único – O saldo do Imposto de Renda Pessoa Física, deverá ser restituído no mesmo ano da entrega da declaração de rendimentos, salvo quando a declaração for submetida a malhas ou exames de verificação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei 9.250 de 26 de dezembro de 1995 que altera a Legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, não disciplina, em nenhum dos seus artigos, a questão do prazo para que a União restitua os valores retidos, ao contrário do que ocorre com os contribuintes que possuem, impreterivelmente, quatro meses para apresentação da declaração.

O artigo 165, I, do Código Tributário Nacional assevera que o contribuinte tem o direito à restituição total ou parcial em decorrência de cobrança ou pagamento espontâneo de valores pagos indevidamente ou a maior que os devidos, em face de legislação tributária aplicável.

Assim, considerando o elevado alcance social da proposta, que beneficiaria milhões de contribuintes se colocada em vigor, conto com o apoio dos ilustres pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2009. – Deputado **Bruno Rodrigues,** PSDB – PE.

PROJETO DE LEI Nº 6.227, DE 2009
(Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural)

Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção; cria a política geral de meio ambiente urbano; revoga o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, e a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, os arts. 1º a 16 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 o art. 7º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Despacho: Apense-se à(Ao) Pl-1876/1999. em Virtude Desta Apensação, Determino que o PL 1876/99 e seus Apensados Passem a Tramitar em Regime de Prioridade.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I
Da Política Nacional de Meio Ambiente

CAPÍTULO I
Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos

Art. 1º Esta lei estabelece diretrizes gerais sobre a política nacional de meio ambiente que deverá ter suas ações e conceitos baseados sempre em conhecimento técnico científico, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre suas peculiaridades.

Art. 2º São princípios e diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente:

I – o conhecimento da situação ambiental do País a fim de estabelecer mecanismos sustentáveis;

II – o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais;

III – aplicação de recursos financeiros em estudos e pesquisas de tecnologias orientadas para o uso racional do território brasileiro e a proteção dos recursos naturais;

IV – promoção da educação ambiental;

V – reconhecimento e compensação àquele que adota práticas sustentáveis;

VI – basear a política regional no zoneamento econômico ecológico adotando o pacto federativo ambiental descentralizado;

VII – busca da cooperação entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil para a melhoria da qualidade ambiental através de proteção, conservação e preservação;

VIII – recuperação de áreas degradadas quando estudos técnicos científicos assim orientarem para garantir a sustentabilidade;

IX – preferência a produtos compatíveis com os princípios e fundamentos estabelecidos nesta Lei nas compras e aquisições realizadas pelo Poder Público;

X – respeito à responsabilidade técnica e às profissões devidamente habilitadas na tomada de decisões;

XI – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I – a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

II – a ordenação do uso do território nacional com base no zoneamento econômico ecológico – ZEE;

III – o estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso dos recursos ambientais;

IV – o conhecimento e a divulgação de dados e informações relativas à qualidade do meio ambiente;

V – a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação da qualidade do meio ambiente;

VI – a difusão de tecnologias de manejo dos recursos naturais;

VII – aplicação do princípio da prevenção quando da existência de conhecimento científico dos efeitos negativos da atividade ou produto;

VIII – aplicação do princípio da precaução desde que as partes suportem economicamente;

IX – a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama

Art 4º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama assim estruturado:

I – órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para a sustentabilidade, bem como deliberar sobre as proposições do Conama e os mecanismos para sua implementação;

II – órgão consultivo e propositivo: o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), com a finalidade de assessorar, estudar e submeter as suas proposições ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais no âmbito de sua competência;

III – órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais de ordem geral fixadas para o meio ambiente, em articulação com os demais Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência da República nas áreas de suas competências;

IV – órgãos executores:

a) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais gerais fixadas para o meio ambiente;

b) o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, com a finalidade de administrar as Unidades de Conservação Federais e executar as ações da política nacional de unidades de conservação;

c) Demais autarquias ou órgãos executores federais diretamente subordinados ou articulados com o órgão central.

V – Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI – Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental, nas suas respectivas jurisdições;

§ 1º Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, para implementar suas políticas ambientais, elaborarão normas relacionadas com o meio ambiente;

§ 2º Os Municípios, observadas as normas federais e estaduais, também poderão elaborar normas relacionadas ao meio ambiente.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fundamentar suas normas em estudos técnicos de profissionais habilitados e análises com ampla divulgação e prévia consulta pública que poderá ocorrer por meio eletrônico.

Do Conselho Nacional de Meio Ambiente

Art. 5º Ao Conama nos limites de sua finalidade, compete:

I – propor, com fundamentação técnica e científica, critérios de monitoramento ambiental e padrões relativos a utilização dos recursos naturais visando sua conservação e melhoria continua;

II – sugerir critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras quando solicitado por algum dos integrantes do Sisnama ou em casos de omissão do órgão competente;

III – acompanhar, examinar, avaliar e opinar sobre o desempenho das ações ambientais na implementação da Política Nacional do Meio Ambiente;

IV – sugerir modificações ou adoção de diretrizes que visem harmonizar as políticas de desenvolvimento tecnológico com as de meio ambiente;

V – sugerir medidas técnico-administrativas direcionadas à racionalização e ao aperfeiçoamento da execução das tarefas governamentais nos setores de meio ambiente;

VI – propor diretrizes técnicas relativas à sistemática de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de planos, programas, projetos e atividades relacionados à área do meio ambiente;

VII – propor medidas que facilitem e agilizem os fluxos de informações sobre o meio ambiente;

VIII – propor, com fundamentação técnica e científica, a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, bem como os estudos ambientais necessários.

Art. 6º O Conama será composto paritariamente por representantes do Governo, setor privado, sociedade civil organizada e instituições públicas de pesquisa, todos com direito a voto.

Parágrafo único. A forma de designação, mandatos, e funcionamento do Conama serão estabelecidos por ato próprio regulamentador através de Decreto do Poder Público Federal.

Dos Conceitos

Art. 7º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I – agente fiscal: agente do órgão ambiental tecnicamente habilitado e devidamente capacitado, assim reconhecido pela autoridade ambiental por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, possuidor do poder de polícia, responsável por lavrar o auto de infração e por tomar as medidas preventivas que visem cessar o dano ambiental nos limites da lei;

II – aqüífero: formação geológica que contém água e permite que quantidades significativas dessa água se movimentem no seu interior, em condições naturais;

III – aqüífero em condição crítica: aquele que apresenta deficiência significativa nas suas condições naturais de recarga e que possa comprometer a disponibilização de água em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades de seus usuários;

IV – aqüífero poroso: aquele que ocorre em rochas sedimentares consolidadas, com sedimentos inconsolidados e solos arenosos decompostos in situ;

V – área contaminada: aquela onde comprovadamente exista degradação ambiental causada por substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados, causando dano sobre os bens a proteger;

VI – planície de inundação de lagoas: constituem o leito sazonal maior do corpo hídrico, frequentemente com fauna e flora adaptadas a este ambiente;

VII – auditoria ambiental: avaliações e estudos destinados a verificar:

a) o cumprimento das normas legais ambientais;

b) níveis efetivos ou potenciais de degradação ambiental;

c) as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

d) a adoção de medidas necessárias destinadas a assegurar a proteção do meio ambiente, da saúde humana, a redução dos danos e a recuperação do meio ambiente;

e) capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, das instalações e dos equipamentos de proteção do meio ambiente;

f) o controle dos fatores de risco advindos das atividades potencialmente e efetivamente poluidoras;

VIII – autoridade ambiental fiscalizadora: funcionário investido em cargo público, tecnicamente habilitado, com poderes para aplicar sanções ambientais motivadas e baseadas em pareceres técnicos e nos termos da lei.

IX – autoridade ambiental licenciadora: funcionário investido em cargo público, com poderes para conceder licenças e autorizações ambientais, previamente motivadas por intermédio de pareceres técnicos e nos termos da lei;

X – avaliação de impacto ambiental: procedimento de caráter técnico-científico com o objetivo de identificar, prever e interpretar as conseqüências sobre o meio ambiente de uma determinada ação humana e de propor medidas de prevenção e mitigação de impactos;

XI – banhado: caracterizam-se pela presença de água, que cobre parte significativa de sua área total, saturando os sedimentos e criando condições de solo encharcado, geralmente, em um ambiente redutor, que permite apenas o desenvolvimento de espécies vegetais adaptadas a essas condições;

XII – biodiversidade: diversidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentre espécies, entre espécies e de ecossistemas.

XIII – campo de dunas: espaço necessário à movimentação sazonal das dunas;

XIV – campos de altitude: vegetação de campo que ocorre em áreas acima de 1.800 m e com temperaturas médias anuais abaixo de 10°C.

XV – canal de adução: conduto aberto artificialmente para a retirada de água de um corpo de água, a fim de promover o abastecimento de água, irrigação, geração de energia, entre outros usos;

XVI – conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

XVII – conservação ex situ – conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais.

XVIII – co-processamento de resíduos: técnica de utilização de resíduos sólidos industriais a partir do seu processamento como substituto parcial de matéria-prima ou combustível;

XIX – corpo de água ou corpo hídrico: denominação genérica para qualquer massa de água, curso de água, trecho de rio, reservatório artificial ou natural, lago, lagoa, aqüífero ou canais de drenagem artificiais;

XX – corpo receptor: corpo de água que recebe o lançamento de efluentes brutos ou tratados;

XXI – corredores ecológicos: são áreas que unem os remanescentes florestais possibilitando o livre trânsito de fauna e a dispersão de sementes das espécies vegetais;

XXII – curso de água: fluxo natural de água, não totalmente dependente do esco-

amento superficial da vizinhança imediata, com a presença de uma ou mais nascentes, correndo em leito entre margens visíveis, com vazão contínua, desembocando em curso de água maior, lago ou mar, podendo também desaparecer sob a superfície do solo, sendo também considerados cursos de água a corrente, o ribeirão, a ribeira, o regato, o arroio, o riacho, o córrego, o boqueirão, a sanga e o lageado;

XXIII – degradação: processo de degeneração do meio ambiente onde as alterações biofísicas do meio provocam danos efetivamente comprovados;

XXIV – disposição final de resíduos sólidos: procedimento de confinamento de resíduos no solo, visando à proteção da saúde pública e a qualidade do meio ambiente, podendo ser empregada a técnica de engenharia denominada como aterro sanitário, aterro industrial ou aterro de resíduos da construção civil;

XXV – dunas: unidade geomorfológica de constituição predominante arenosa, com aparência de cômoro ou colina, produzida pela ação dos ventos, situada no litoral ou no interior do continente, podendo estar recoberta ou não por vegetação, ser móvel ou não, constituindo campo de dunas o espaço necessário à movimentação sazonal das dunas móveis;

XXVI – ecossistema: unidade ecológica constituída pela reunião do meio abiótico com o meio biótico, no qual ocorre intercâmbio de matéria e energia;

XXVII – ecoturismo: segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência conservacionista, por intermédio da interpretação do ambiente e da promoção do bem-estar das populações envolvidas;

XXVIII – emissão: lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria sólida, líquida, gasosa ou de energia;

XXIX – espécie exótica: aquela que não é nativa da região considerada;

XXX – estuário: corpo de água costeira semi-fechado que tem uma conexão com o mar aberto, influenciado pela ação das marés, tendo no seu interior água do mar misturada com a água doce produzindo um gradiente de salinidade;

XXXI – extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XXXII – impacto ambiental: qualquer alteração significativa das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente:

a) impacto ambiental nacional: atinge significativamente bens da União ou mais de um Estado da Federação

b) impacto ambiental regional: atinge significativamente mais de um município;

c) impacto ambiental local: que atinge significativamente apenas a área de um município.

XXXIII – intimação: ato pelo qual a autoridade ambiental ou o agente fiscal solicita informação ou esclarecimento, impõe o cumprimento de norma legal ou regulamentar e dá ciência de despacho ou de decisão exarada em processo;

XXXIV – inventário Nacional de resíduos sólidos industriais: conjunto de informações sobre a geração, características, armazenamento, transporte, tratamento, reutilização, reciclagem, recuperação e disposição final dos resíduos sólidos gerados pelas indústrias ou empreendimentos no Estado;

XXXV – licença ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor (pessoa física ou jurídica), para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou que utilizem os recursos naturais e que são consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou aquelas que sob qualquer forma possam causar degradação ambiental;

XXXVI – meio ambiente: tudo o que envolve e cerca os seres vivos, não vivos e eles mesmos;

XXXVII – nascente: afloramento natural de água que apresenta perenidade e dá início a um curso de água;

XXXVIII – poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente o meio ambiente;

XXXIX – poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por atividade causadora de degradação da qualidade ambiental;

XL – prevenção da poluição ou redução na fonte: constitui-se na utilização de processos, práticas, materiais, produtos ou energia que evitam ou minimizam a geração de resíduos na fonte e reduzam os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente;

XLI – promontório ou pontão: maciço costeiro individualizado, saliente e alto, florestado ou não, de natureza cristalina ou sedimentar, que compõe a paisagem litorânea do continente ou de ilha, em geral contido em pontas com afloramentos rochosos escarpados avançando mar adentro;

XLII – proteção: procedimentos integrantes das práticas de conservação e preservação da natureza:

a) conservação: a utilização racional de um recurso natural, de modo a se obter um rendimento considerado bom, garantindo-se, entretanto, sua renovação ou sua auto sustentação;

b) preservação: Ação de proteger, contra a modificação e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica definida ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, adotando se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas. "Prevenção de ações futuras que possam afetar um ecossistema" (USDT, 1980).

XLIII – qualidade ambiental: resultado dos processos dinâmicos e interativos dos elementos do sistema ambiental, define-se como o estado do meio ambiente, numa determinada área ou região, conforme é percebido objetivamente, em função da medição da qualidade de alguns de seus componentes, ou mesmo subjetivamente, em relação a determinados atributos, como a beleza, o conforto, o bem-estar;

XLIV – recuperação ambiental: toda e qualquer ação que vise mitigar os danos ambientais;

XLV – recursos naturais: atmosfera, as águas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

XLVI – região rural consolidada: aquelas nas quais já havia atividades agropecuárias e florestais, ao longo do tempo, inclusive por meio da existência de lavouras, plantações e instalação de equipamentos e acessões;

XLVII – talvegue: linha que segue a parte mais baixa do leito de um rio, de um canal, de um vale ou de uma calha de drenagem pluvial;

XLVIII – tratamento de resíduos sólidos: processos e procedimentos que alteram as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos e conduzem à minimização dos riscos à saúde pública e à qualidade do meio ambiente;

XLIX – uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

L – uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

LI – uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

TÍTULO II
Dos Bens e Instrumentos da Política Nacional De Meio Ambiente

CAPÍTULO I
Bens Protegidos

Art. 8º Para a busca do meio ambiente ecologicamente equilibrado são indissociáveis o desenvolvimento socioeconômico e o respeito à dignidade humana.

Art. 9º Não se poderá privar qualquer indivíduo de seus próprios meios de subsistência.

Art. 10º Para os efeitos deste Código e demais normas de caráter ambiental, as atividades rurais de produção de alimentos são consideradas atividades de interesse social.

Art. 11º Serão garantidos os meios de produção, com ênfase à produção de alimentos, o sistema de distribuição e comércio, com busca permanente da sustentabilidade.

Art. 12º Nas atividades que estiverem em desacordo com a política de meio ambiente será priorizada a adoção de medidas técnicas que permitam

compatibilizar a sua manutenção com a conservação ambiental.

Art. 13º Os centros urbanos, aglomerados rurais e suas respectivas infraestruturas que visem abrigar e manter a qualidade de vida da sociedade humana, deverão ser respeitadas e adotar técnicas sustentáveis considerando o seu grau de desenvolvimento humano e condição socioeconômica.

Água

Art. 14º Para a gestão da água deverá haver equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social, observados os fundamentos e objetivos da política nacional de recursos hídricos.

Art. 15º Deverão ser identificados e protegidos os pontos de recarga de aqüíferos em todo o território nacional.

Art. 16º Os efluentes somente podem ser lançados nos corpos hídricos, lagunas, estuários ou no mar quando houver capacidade de transporte e dispersão dos mesmos, sendo que o limite para materiais sedimentáveis será fixado pelo órgão competente com base técnica e científica.

§ 1º Os efluentes deverão ter tratamento especial quando oriundos de hospitais e outros estabelecimentos contendo despejos infectados com microorganismos patogênicos.

§ 2º Os efluentes líquidos, além de obedecerem aos padrões gerais, não devem conferir ao corpo receptor características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade de água, adequados aos diversos usos benéficos previstos.

Solo

Art. 17º A utilização do solo compreende o manejo, cultivo, parcelamento e ocupação e deve ser feita por meio da adoção de técnicas, processos e métodos que visem sua conservação.

Art. 18º O solo rural deverá ser manejado de acordo com a sua aptidão e capacidade de uso, mediante a adoção de práticas conservacionistas.

Art. 19º O solo somente pode ser utilizado para destino final de resíduos potencialmente poluidores, desde que sua disposição seja devidamente autorizada pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. Quando a disposição final exigir a execução de aterros sanitários ou industriais, devem ser tomadas medidas adequadas para proteção das águas superficiais e subterrâneas, obedecida à legislação pertinente.

Ar

Art. 20º Deve haver esforço de todos os segmentos, capazes de produzir poluição atmosférica, para reduzir as emissões através da adoção das melhores tecnologias práticas disponíveis, sendo observadas a capacidade econômica e viabilidade temporal.

Art. 21º A queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível será regulamentada quando houver significativo potencial poluidor e de acordo com as peculiaridades de cada atividade.

Art. 22º Desde que atendidas às normas que regulamentam o tratamento térmico de resíduos, são admitidas a instalação e o funcionamento de incineradores.

Parágrafo único. Para fins de licenciamento de incineradores, deve ser exigido:

I – monitoramento da qualidade do ar na região onde se encontra o incinerador;

II – instalação e operação de equipamentos automáticos para medição das quantidades de poluentes emitidos;

III – comprovação da quantidade e qualidade dos poluentes atmosféricos emitidos, através de realização de amostragem em chaminés;

IV – construção de plataforma e outros requisitos necessários à realização de amostragens em chaminés; e

V – instalação e operação de equipamentos ou sistemas de tratamento dos efluentes gasosos resultantes, para controle dos poluentes atmosféricos emitidos pelas chaminés.

Art. 23º A regulamentação dos padrões de qualidade do ar deve conter:

I – definição dos parâmetros que servirão de indicadores de níveis de alerta, emergência ou crítico, conforme a qualidade do ar em aglomerados urbanos e industriais e em locais onde exista geração de energia por queima de carvão ou de petróleo; e

II – parâmetros para densidade colorimétrica e substâncias odoríficas.

Art. 24º As indústrias instaladas ou a se instalarem em território nacional são obrigadas a promover as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente.

Art. 25º Dentro de uma política preventiva, os órgãos gestores de incentivos governamentais considerarão sempre a necessidade de não agravar a

situação de áreas já críticas, nas decisões sobre localização industrial.

Art. 26º Nas áreas críticas, será adotado esquema de zoneamento urbano, objetivando, inclusive para as situações existentes, viabilizar alternativa adequada de nova localização, nos casos mais graves, assim como, em geral, estabelecer prazos razoáveis para a instalação dos equipamentos de controle da poluição.

Art. 27º Ficam os fabricantes de motores, veículos automotores e os fabricantes de combustíveis obrigados a tomar as providências necessárias para reduzir os níveis de emissão de monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos, alcoóis, aldeídos, fuligem, material particulado e outros compostos poluentes nos veículos comercializados no País, enquadrando-se aos limites fixados em normas federais.

Art. 28º Os órgãos competentes da administração pública deverão promover a inspeção e o controle das emissões de gases e ruídos de veículos em uso.

Parágrafo único. A parceria deve ser feita por meio de convênio, que definirá as responsabilidades privativas de cada órgão, e as responsabilidades da gestão solidária, com o objetivo de desenvolver planos e cronogramas de trabalho e possibilitar o intercâmbio de informações nas áreas de cadastro, relatórios, pesquisa e informática.

Art. 29º O Poder Público Estadual deverá estabelecer padrões de poluição sonora buscando o bem estar da população de acordo com suas peculiaridades.

Biodiversidade

Art. 30º O Poder Público promoverá a elaboração de listas de espécies silvestres autóctones, que comprovadamente necessitem cuidados especiais, ou cuja sobrevivência esteja sendo ameaçada nos limites do território nacional.

Parágrafo único – As listas referidas no "caput" deste artigo deverão ser produzidas mediante critérios científicos, e divulgadas na sociedade e mantidas atualizadas com publicação oficial periódica, contendo medidas necessárias a sua proteção.

Flora

Art. 31º A Política Nacional do Meio Ambiente nos seus mecanismos de proteção à flora e para estabelecimento das políticas regionais adotará o mapa de biomas do IBGE.

Parágrafo único. Nas normas ambientais a expressão Amazônia Legal deve ser considerada como o Bioma Amazônia definido no mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 32º As ações de gestão da biodiversidade terão caráter integrado, descentralizado e participativo, permitindo que todos os setores da sociedade brasileira tenham, efetivamente, acesso aos benefícios gerados por sua utilização.

Art. 33º Deve ser priorizada a conservação *in situ* da biodiversidade, em especial das espécies listadas como ameaçadas de extinção, com estímulo e fomento para seu uso através de técnicas que as conservem ou garantam seu manejo e sustentabilidade, aplicando-se de maneira individualizada para cada área e espécie, em ato próprio do Poder Publico, restrições de uso quando necessárias.

Art. 34º Os programas de conservação *in situ*, assim como as autorizações e licenciamentos ambientais, devem priorizar a manutenção de espécimes para banco de germoplasma como compensação, em parceria com proprietários rurais como forma de estímulo e fomento.

Fauna

Art. 35º A política sobre a fauna silvestre tem por fim a sua conservação com base no conhecimento técnico e científico

Art. 36º Compete ao Poder Público em relação a fauna silvestre:

I – promover o desenvolvimento e difusão de pesquisas e tecnologias;

II – instituir programas de estudo da fauna silvestre, considerando as características socioeconômicas e ambientais das diferentes regiões, inclusive efetuando um controle estatístico;

III – incentivar os proprietários de terras à manutenção de ecossistemas que beneficiam a sobrevivência e o desenvolvimento da fauna silvestre autóctone;

IV – criar e manter Refúgios de Fauna visando a proteção de áreas importantes para a preservação de espécies da fauna silvestre autóctone, residentes ou migratórias;

V – instituir programas de proteção e manejo da fauna silvestre;

VI – identificar e monitorar a fauna silvestre, espécies raras ou endêmicas e ameaçadas de extinção, objetivando sua proteção.

VII – manter banco de dados sobre a fauna silvestre;

VIII – manter cadastro de pesquisadores, criadores e comerciantes que de alguma forma utilizem os recursos faunísticos;

IX – manter coleções científicas museológicas e "in vivo" de animais representativos da fauna silvestre regional, assim como proporcio-

nar condições de pesquisa e divulgação dos resultados da mesma sobre este acervo;

Art. 37º O Poder Executivo Estadual incentivará e regulamentará o funcionamento de Centros de Pesquisa e Triagem Animal, com a finalidade de receber e albergar até sua destinação final, animais silvestres vivos, provenientes de apreensões ou doações.

Art. 38º As populações de animais silvestres que estejam em desequilíbrio no ambiente natural ou causem danos à saúde pública e animal e à economia, deverão ser manejados após estudo e recomendação do órgão competente.

Parágrafo Único – os entes federativos poderão intervir no manejo da fauna com vistas a estabelecer o equilíbrio ambiental e proteger a saúde e os meios de subsistência da população.

Art. 39º O órgão competente regulamentará a instalação de criadouros de fauna silvestre.

Art. 40º Poderá ser autorizado o cultivo ou criação de espécies silvestres não-autóctones, ou daquelas com modificações genotípicas e fenotípicas fixadas por força de criação intensiva em cativeiro, obedecidos os dispositivos legais, em ambiente rigorosamente controlado, comprovado seu benefício social, garantindo-se mecanismos que impeçam sua interferência sobre o ambiente natural, o ser humano e as espécies autóctones, cumpridos os requisitos sanitários concorrentes.

§ 1º As introduções e criações já realizadas deverão adaptar-se aos princípios da legislação.

§ 2º Nos casos em que for aplicável, será exigido estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/Rima.

Art. 41º Os animais, em qualquer estágio de seu desenvolvimento, necessários à manutenção de populações cativas existentes em zoológicos e criadouros devidamente legalizados, poderão ser capturados, cedidos por instituições congêneres, cedidos em depósitos pelo órgão ambiental, ou adquiridos de criadouros comerciais, mediante licença expressa da autoridade competente, desde que isso não venha em detrimento das populações silvestres ou da espécie em questão.

Art. 42º Os animais nascidos nos criadouros e cativeiros, além de seus produtos, poderão ser comercializados ou utilizados, tomadas as precauções para que isso não seja prejudicial à fauna silvestre nacional ou àquela protegida por tratados internacionais.

CAPÍTULO II
Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente

Art. 43º São instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente:

I – Zoneamento econômico ecológico

II – Licenciamento Ambiental

III – Áreas Protegidas

IV – Remuneração por Serviços Ambientais

V – Serviços de Informação Ambiental

VI – Sanções

VII – Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

VIII – Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais;

IX – instrumentos econômicos.

Zoneamento Econômico Ecológico (Zee)

Art. 44º O ZEE tem por objetivo geral a ordenação do território a fim de harmonizar com bases técnicas e científicas as relações econômicas, sociais e ambientais e nortear, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais.

Art. 45º O ZEE deve ser:

I – Participativo – os atores socioeconômicos devem intervir durante as diversas fases dos trabalhos, desde a concepção até a gestão, com vistas à construção de seus interesses próprios e coletivos, para que o ZEE seja autêntico, legítimo e realizável;

II – Equitativo – oferecer igualdade de oportunidade de desenvolvimento para todos os grupos socioeconômicos e para as diferentes regiões;

III – Sustentável – o uso dos recursos naturais e do meio ambiente deve ser equilibrado, buscando a satisfação das necessidades presentes com o mínimo comprometimento dos recursos para as próximas gerações;

IV – Holístico – ter abordagem interdisciplinar para a integração de fatores e processos, considerando a estrutura e a dinâmica ambiental e econômica, bem como os fatores histórico-evolutivos;

V – Sistêmico – visão sistêmica que propicie a análise de causa e efeito, permitindo estabelecer as relações de interdependência

entre os subsistemas físico-biótico e socioeconômico.

Parágrafo único. O ZEE, na distribuição espacial das atividades, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas e as potencialidades de cada região estabelecendo as restrições necessárias e oferecendo alternativas de exploração do território, podendo determinar, quando for o caso, a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais.

Art. 46º O processo de elaboração e implementação do ZEE:

I – buscará a sustentabilidade com vistas a compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico, a justiça social e a proteção dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras gerações;

II – contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; e

III – se fundamentará no conhecimento técnico científico de equipe multidisciplinar com responsabilidade técnica de entidade pública de pesquisa ou Instituições de Ensino Superior.

Art. 47º Compete ao Poder Público Estadual elaborar o ZEE em até 3 (três) anos da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Para as regiões de divisa deverá haver acordo de cooperação entre os Estados para não haver incompatibilidades entre os ZEEs

Art. 48º O Poder Público Federal deverá reunir e sistematizar as informações geradas, inclusive pelos Estados e Municípios, bem como disponibilizá-las publicamente.

Art. 49º O ZEE para fins de reconhecimento pelo Poder Público Federal deverá gerar produtos e informações nas seguintes escalas:

I – ZEE nacional na escala de apresentação 1:5.000.000 e de referência 1:1.000.000;

II – ZEE macrorregionais na escala de referência de 1:1.000.000 ou maiores;

III – ZEE dos Estados ou de Regiões nas escalas de referência de 1:1.000.000 à de 1:250.000, nas Macro Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e de 1:250.000 a 1:100.000 nas Macro Regiões Sudeste, Sul e na Zona Costeira; e

IV – ZEE local nas escalas de referência de 1:100.000 e maiores.

§ 1º O ZEE desempenhará funções diversas, segundo as seguintes escalas:

I – nas escalas de 1:1.000.000, para indicativos estratégicos de uso do território, definição de áreas para detalhamento do ZEE, utilização como referência para definição de prioridades em planejamento territorial e gestão de ecossistemas.

II – nas escalas de 1:250.000 e maiores, para indicativos de gestão e ordenamento territorial estadual ou regional, tais como, definição dos percentuais para fins de recomposição ou aumento de reserva legal, nos termos do § 5º do art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e

III – nas escalas locais de 1:100.000 e maiores, para indicativos operacionais de gestão e ordenamento territorial, tais como, planos diretores municipais, planos de gestão ambiental e territorial locais, áreas com usos especiais.

Art. 50º A União, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais, deverá reconhecer, em até 180 dias de sua conclusão, os ZEEs estaduais, regionais e locais, desde que tenham cumprido os seguintes requisitos:

I – terem sido referendados pela Comissão Estadual do ZEE;

II – tenham sido aprovados pelas Assembléias Legislativas Estaduais; e

III – haja compatibilização com o ZEE estadual, nas hipóteses dos ZEE regionais e locais.

Art. 51º O Poder Público Federal elaborará, , o macrozoneamento ecológico econômico do País , tendo como referência o Mapa Integrado dos ZEE dos Estados.

Art. 52º A elaboração e implementação do ZEE observarão os pressupostos técnicos, institucionais e financeiros.

Art. 53º Dentre os pressupostos técnicos, os executores do ZEE deverão apresentar:

I – termo de referência detalhado;

II – equipe de coordenação composta por pessoal técnico habilitado;

III – metodologia com princípios e critérios pré estabelecidos;

IV – produtos gerados por meio do Sistema de Informações Geográficas;

V – entrada de dados no Sistema de Informações Geográficas compatíveis com as

normas e padrões do Sistema Cartográfico Nacional;

VI – normatização técnica com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia para produção e publicação de mapas e relatórios técnicos;

VII – compromisso de disponibilizar informações necessárias à execução do ZEE; e

VIII – projeto específico de mobilização social e envolvimento dos segmentos interessados.

Art. 54º Dentre os pressupostos institucionais, os executores de ZEE deverão apresentar:

I – arranjos institucionais destinados a assegurar a inserção do ZEE em programa de gestão territorial, mediante a criação de comissão de coordenação estadual, com caráter deliberativo e participativo, e de coordenação técnica, com equipe multidisciplinar;

II – base de informações compartilhadas entre os diversos órgãos da administração pública estadual;

III – proposta de divulgação da base de dados e dos resultados do ZEE; e

IV – compromisso de encaminhamento periódico dos resultados e produtos gerados.

Art. 55º O ZEE dividirá o território em zonas, de acordo com as potencialidades de uso e necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais de forma sustentável.

Parágrafo único. A instituição de zonas orientar-se-á pelos princípios da utilidade e da simplicidade, de modo a facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo Poder Público, bem como sua compreensão pelos cidadãos.

Art. 56º A definição de cada zona observará, no mínimo:

I – diagnóstico dos recursos naturais, da socioeconomia e do marco jurídico-institucional;

II – informações constantes do Sistema de Informações Geográficas;

III – cenários tendenciais e alternativos; e

IV – Diretrizes Gerais e Específicas

Art. 57º O diagnóstico a que se refere o inciso I do artigo anterior deverá conter, no mínimo:

I – Unidades dos Sistemas Ambientais, definidas a partir da integração entre os componentes da natureza;

II – Potencialidade natural, definida pelos serviços ambientais dos ecossistemas e pelos recursos naturais disponíveis, incluindo, entre outros, a aptidão agrícola, o potencial minerário, madeireiro e o potencial de produtos florestais não-madeireiros, que inclui o potencial para a exploração de produtos derivados da biodiversidade;

III – Identificação de áreas frágeis, definida por indicadores de perda da biodiversidade, vulnerabilidade natural à perda de solo, quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos além de outros fatores;

IV – indicação de corredores ecológicos e reservas ambientais;

V – tendências de ocupação e articulação regional, definidas em função das tendências de uso da terra, dos fluxos econômicos e populacionais, da localização das infraestruturas e demais fatores pertinentes;

VI – condições de vida da população incluindo situação da saúde, educação, mercado de trabalho e saneamento básico;

VII – incompatibilidades legais, definidas pela situação das áreas legalmente protegidas e o tipo de ocupação que elas vêm sofrendo, situação fundiária e outras;

VIII – áreas institucionais, definidas pelo mapeamento das terras indígenas, unidades de conservação e áreas de fronteira.

Art. 58º Na elaboração do diagnóstico deverão ser obedecidos os requisitos desta Lei.

Art. 59º As Diretrizes Gerais e Específicas deverão conter, no mínimo:

I – atividades adequadas a cada zona, de acordo com sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte ambiental e potencialidades;

II – necessidades de proteção ambiental e conservação das águas, do solo, do subsolo, da fauna e flora e demais recursos naturais renováveis e não-renováveis;

III – definição de áreas para unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável;

IV – critérios para orientar as atividades madeireira e não-madeireira, agrícola, pecuária, pesqueira e de piscicultura, de urbanização, de industrialização, de mineração e de outras opções de uso dos recursos ambientais;

V – medidas destinadas a promover, de forma ordenada e integrada, o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural, com o objetivo de melhorar a convivência entre a população e os recursos ambientais, inclusive com a previsão de diretrizes para implantação de infraestrutura de fomento às atividades econômicas;

VI – medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas e não restritas às cidades; e

VII – planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como suas respectivas fontes de recursos com vistas a viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona.

Art. 60º Os produtos resultantes do ZEE deverão ser armazenados em formato eletrônico, constituindo banco de dados geográficos.

Parágrafo único. A utilização dos produtos do ZEE obedecerá aos critérios de uso da propriedade intelectual dos dados e das informações, devendo ser disponibilizados para o público em geral, ressalvados os de interesse estratégico para o País e os indispensáveis à segurança e integridade do território nacional.

Art. 61º A alteração dos produtos do ZEE, bem como mudanças nos limites das zonas e indicação de novas diretrizes gerais e específicas, poderão ser realizadas somente com justificação técnico científica que comprove a pertinência.

§ 1º As alterações somente poderão ocorrer após consulta pública e aprovação pela comissão estadual do ZEE e pela Comissão Coordenadora do ZEE, mediante processo legislativo de iniciativa do Poder Executivo Estadual

§ 2º Para fins deste artigo, somente será considerado concluído o ZEE que dispuser de zonas devidamente definidas e caracterizadas e contiver Diretrizes Gerais e Específicas devidamente aprovadas.

Licenciamento Ambiental

Art. 62º O licenciamento ambiental é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente e visa principalmente conciliar o desenvolvimento socioeconômico com o uso sustentável dos recursos naturais.

Parágrafo único. Por ser instrumento preventivo o processo de licenciamento orientará, por meio dos técnicos do órgão competente, quanto às melhores técnicas e tecnologias práticas disponíveis para o desenvolvimento da atividade a ser licenciada.

Art. 63º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizem recursos naturais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes de causar significativa degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão competente integrante do Sisnama.

Art. 64º A emissão da licença ambiental será precedida de avaliação dos impactos ambientais por meio do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), do Estudo Ambiental Simplificado (EAS), do Relatório Ambiental Prévio (RAP) ou ainda do Estudo de Conformidade Ambiental (ECA), os quais constituem documentos que subsidiam sua emissão de acordo com o grau de significância dos impactos.

Art. 65º O requerimento de licenciamento ou autorização ambiental, desde que tenha apresentado toda a documentação necessária, terá que ser respondido no prazo de até sessenta dias após o protocolo, sendo que o não cumprimento deste prazo implica em aprovação automática do contido no requerimento.

§ 1º Constatada a ausência ou inadequação de documento necessário à análise do requerimento, proceder-se-á a intimação do interessado, suspendendo-se o prazo mencionado *caput* até a data de protocolo dos documentos requeridos;

§ 2º as exigências estabelecidas pelo órgão ambiental para concessão de licenças deverão ter fundamentação técnica e científica e, uma vez cumpridas as condicionantes, a licença deverá ser emitida.

Art. 66º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão, serão publicados em jornal oficial do Estado ou União, bem como em um periódico nacional, regional ou local de grande circulação.

Art. 67º A competência para o licenciamento e a fiscalização das atividades será definida pela dimensão do impacto ou potencial, da seguinte forma:

I – impacto nacional ou que possam atingir bens da União – órgão Federal;

II – impacto regional – órgãos estaduais;

III – impacto local – órgãos municipais ou estaduais subsidiariamente.

§ 1º Em casos de comprovada omissão, pode o Ibama, em caráter supletivo, realizar os procedimentos necessários.

§ 2º Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos naturais afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

Art. 68º As atividades de baixo impacto ou sem relevância ambiental, construções residências e comerciais com baixas emissões e uso do solo regulamentado ou sem proteção especial, não necessitam de licença ambiental específica, devendo o Poder Público Municipal, no processo de concessão de alvará de funcionamento, observar as condições ambientais gerais aplicáveis.

Art. 69º Os órgãos estaduais de meio ambiente e o Ibama, em caráter supletivo, poderão, se necessário, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido de acordo com o ZEE.

Art. 70º As entidades e órgãos governamentais de financiamento e incentivos condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios à apresentação da licença ambiental, na forma desta Lei.

Parágrafo único. As entidades e órgãos referidos no "caput" deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

Art. 71º É obrigatória a elaboração de parecer técnico fundamentado da concessão ou negação das licenças e autorizações, emitido por profissional qualificado e habilitado do órgão competente.

Art. 72º O embargo de obra ou a interdição de atividades licenciadas ou em processo de licenciamento não sustam automaticamente a análise técnica dos processos, necessitando de avaliação por parte da autoridade ambiental competente sobre as conseqüências.

Das Áreas Protegidas

Art. 73º São áreas protegidas:

I – Vegetação ciliar – aquela que ocorre nas margens de corpos hídricos, inclusive nascentes, que os protege do assoreamento, retém e filtram impurezas, interceptam e absorvem a radiação solar, preservam a estabilidade geológica e o solo e facilitam o fluxo gênico.

II – Unidades de Conservação – espaços territoriais e seus recursos naturais com características relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos definidos de proteção e limites determinados no ato de criação, sob regime especial de administração.

III – Áreas frágeis – aquelas que por determinada característica ou função dependem de regime de utilização diferenciado, tais como declividades acentuadas em solos suscetíveis a erosão, topos de morros ou montanhas, vegetação fixadora de dunas ou protetora de mangues e outras.

IV – Reservas Ambientais – áreas destinadas a proteger os recursos naturais nos locais tidos pelo Estado como prioritários para conservação, assim indicados pelo ZEE.

Parágrafo único. Admite-se a continuidade da produção de alimentos nas áreas protegidas, desde que em terras com uso agropecuário consolidado, nos termos do art. 113 desta lei.

Art. 74º O percentual de vegetação a ser mantida em cada estado ou região, determinado pelo ZEE, será considerado pela soma das áreas protegidas em todas as suas categorias.

Vegetação Ciliar

Art. 75º A vegetação ciliar é fundamental para o equilíbrio ecológico devendo, portanto ser protegida para que cumpra todas as suas funções.

Art. 76º A proteção da vegetação ciliar em cada corpo hídrico e reservatório artificial será determinada pelo órgão ambiental estadual, com base em estudos técnicos e deverá garantir o cumprimento das finalidades descritas em sua definição.

Art. 77º A faixa de vegetação ciliar determinada para cada corpo hídrico poderá ser alterada em áreas específicas mediante parecer de técnico devidamente habilitado a ser aprovado pelo órgão estadual competente.

Art. 78º É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de vegetação ciliar para obtenção de água, desde que não exija a supressão da vegetação nativa, bem como a utilização de recursos econômicos que não afetem sua condição protetiva tais como folhas, frutos e outros.

Art. 79º A supressão de vegetação ciliar nativa protetora de nascentes ou corpos hídricos naturais poderá ser autorizada quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos necessários ao adequado aproveitamento socioeconômico da propriedade ou de utilidade pública ou interesse social,

garantindo-se a viabilidade das atividades intrínsecas às áreas protegidas.

Parágrafo único. As atividades que somente tiverem como alternativa o uso de área de vegetação ciliar deverão ser devidamente licenciadas.

Art. 80º Em caso de constatação, pela autoridade ambiental, do não cumprimento de suas funções pela vegetação ciliar existente, devidamente comprovada por laudo técnico, sua recuperação ou incremento será de responsabilidade do proprietário do imóvel.

§ 1º A constatação da necessidade de recuperação ou aumento deverá ser fundamentada em laudo técnico do órgão ambiental competente que estabelecerá prazo razoável para a promoção das ações necessárias mediante notificação.

§ 2º No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores, leis de uso do solo e ZEE.

Reservas Ambientais

Art. 81º O Estado identificará por meio de estudos realizados para a elaboração do ZEE, as áreas prioritárias para conservação e preservação fundamentada em estudos técnicos e bases científicas sempre com vistas à sustentabilidade.

Art. 82º As reservas ambientais visam complementar a quantidade recomendada de vegetação ou regiões protegidas que deverá ter o Estado para a proteção eficiente de seus recursos naturais.

§ 1º Os estudos deverão ser realizados por equipe multidisciplinar com responsabilidade técnica de entidade pública de pesquisa ou instituição de ensino superior, e basear-se em fundamentos técnicos e científicos.

§ 2º Quando indicada pelo Estado a recuperação de áreas degradadas para constituição de Reservas Ambientais os meios materiais e técnicos para a recuperação deverão ser disponibilizados pelo próprio Estado.

Art. 83º As reservas ambientais, sempre que possível, deverão formar corredores ecológicos, ou formar estrutura que estimule o fluxo gênico, a proteção da biodiversidade e a conservação dos recursos naturais de maneira sustentável e em harmonia com a sociedade humana e suas atividades.

Art. 84º O Poder Publico poderá manter reservas ambientais em propriedades particulares, sem a perda de sua titularidade e uso, desde que o proprietário concorde em limitar seu uso para que a área possa manter seus atributos ambientais mínimos indicados pelo ZEE.

§ 1º Tal limitação poderá se dar através da servidão ambiental temporária ou permanente, por estímulos fiscais, aluguel, remuneração por serviços ambientais ou contrato de compensação com empreendedores de atividades com Licenciamento Ambiental obrigatório.

§ 2º As áreas denominadas Reserva Legal, criadas por força da Lei 4.771/65, já consolidadas na data desta Lei com cobertura florestal nativa existente, poderão ser descaracterizadas como tal após a definição do percentual mínimo de reservas ambientais no Estado pelo ZEE, sendo sua conversão de uso limitada pelas normas gerais do uso do solo local, ou utilizadas nos processos previstos neste artigo.

Áreas Frágeis

Art. 85º Os estudos desenvolvidos no processo de elaboração do ZEE indicarão quais áreas devem ser declaradas como frágeis, de forma individualizada, localizada e fundamentada.

Art. 86º A identificação de áreas frágeis deverá priorizar as áreas denominadas como mangues, dunas, restingas, encostas de alta inclinação e suscetíveis a erosão ou deslizamentos, várzeas quando fundamentais para a produção e equilíbrio hídrico, áreas de recarga de aqüíferos, topos de morros e montanhas, cavernas, margens de rodovias e ferrovias, bordas de tabuleiros e chapadas, belezas cênicas relevantes e outras.

Art. 87º As atividades desenvolvidas em áreas consideradas frágeis dependerão de prévio licenciamento do órgão competente para que as determinações da política ambiental sejam cumpridas sempre com vistas à sustentabilidade.

Art. 88º As atividades e usos consolidados em ares frágeis deverão ser avaliados e, quando necessário, realocados ou orientados para que adotem métodos sustentáveis de desenvolvimento.

Remuneração por Serviços Ambientais

Art. 89º Serviços ambientais são serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas para o homem, como a regulação de gases pela produção de oxigênio e seqüestro de carbono, conservação da biodiversidade, proteção de solos, regulação das funções hídricas, entre outros.

Art. 90º A remuneração por serviços ambientais – RSA tem os seguintes objetivos:

I – compensar os proprietários das áreas que possuem características ambientais relevantes por sua guarda e fiscalização na conservação da manutenção destes serviços ambientais;

II – compensar os proprietários pela limitação de uso econômico da área;

III – tornar viável a proteção dos recursos naturais frente à vantagem econômica oriunda de sua utilização;

Art. 91º O Poder Público Nacional deverá adotar instrumentos econômicos visando incentivar o atendimento dos objetivos, princípios e diretrizes definidos nesta Lei em até dois anos.

Parágrafo único. Os instrumentos econômicos serão concedidos sob a forma de créditos especiais, recursos, deduções, isenções parciais de impostos, tarifas diferenciadas, prêmios, financiamentos e demais modalidades especificamente estabelecidas.

Art. 92º Constitui instrumento econômico da Política Nacional do Meio Ambiente:

I – a compensação financeira aos municípios que promovam ações de proteção e recuperação de mananciais de abastecimento público e aos que possuam espaços territoriais especialmente protegidos, significativos para fins de conservação da biodiversidade, como tais reconhecidos pelo Órgão Nacional de Meio Ambiente;

II – a compensação financeira aos proprietários pela manutenção das áreas que tenham limitações excepcionais de uso, que promovam recuperação de áreas degradadas, combatam a desertificação, possuam áreas declaradas como frágeis ou com outra característica relevante;

III – os incentivos fiscais, tributários e creditícios que estimulem a adoção de padrões e desempenho ambientais sustentáveis pela legislação ambiental, bem como a minimização dos resíduos.

Art. 93º Os recursos para os projetos de RSA serão oriundos de recursos do orçamento, e do Fundo Nacional do Meio Ambiente,.

Sistemas de Informação Ambiental

Art. 94º É garantido o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob a guarda dos órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, em quaisquer meios de armazenamento, especialmente as relativas a:

I – qualidade do meio ambiente;

II – políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental;

III – resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas;

IV – acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais;

V – emissões de efluentes líquidos e gasosos, e produção de resíduos sólidos;

VI – substâncias tóxicas e perigosas;

VII – diversidade biológica;

VIII – organismos geneticamente modificados.

§ 1º Qualquer indivíduo, independentemente da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações de que trata este artigo, mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

§ 2º É assegurado o sigilo comercial, industrial, financeiro ou qualquer outro sigilo protegido por lei, bem como o relativo às comunicações internas dos órgãos e entidades governamentais.

§ 3º A fim de que seja resguardado o sigilo a que se refere o § 2º, as pessoas físicas ou jurídicas que fornecerem informações de caráter sigiloso à Administração Pública deverão indicar essa circunstância, de forma expressa e fundamentada.

§ 4º Em caso de pedido de vista de processo administrativo, a consulta será feita, no horário de expediente, no próprio órgão ou entidade e na presença do servidor público responsável pela guarda dos autos.

Art. 95º Para o atendimento do disposto nesta Lei, as autoridades públicas poderão exigir a prestação periódica de qualquer tipo de informação por parte das entidades privadas, mediante sistema específico a ser implementado por todos os órgãos do Sisnama, sobre os impactos ambientais potenciais e efetivos de suas atividades, independentemente da existência

ou necessidade de instauração de qualquer processo administrativo.

Art. 96º Deverão ser publicados em Diário Oficial e ficar disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público, listagens e relações contendo os dados referentes aos seguintes assuntos:

I – pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão;

II – pedidos e licenças para supressão de vegetação;

III – autos de infrações e respectivas penalidades impostas pelos órgãos ambientais;

IV – lavratura de termos de compromisso de ajustamento de conduta;

V – reincidências em infrações ambientais;

VI – recursos interpostos em processo administrativo ambiental e respectivas decisões;

VII – registro de apresentação de estudos de impacto ambiental e sua aprovação ou rejeição.

Parágrafo único. As relações contendo os dados referidos neste artigo deverão estar disponíveis para o público trinta dias após a publicação dos atos a que se referem.

Art. 97º O indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado, sujeitando-se a recurso hierárquico, no prazo de quinze dias, contado da ciência da decisão, dada diretamente nos autos ou por meio de carta com aviso de recebimento, ou em caso de devolução pelo Correio, por publicação em Diário Oficial.

Art. 98º Os órgãos ambientais competentes integrantes do Sisnama deverão elaborar e divulgar relatórios anuais relativos à qualidade do ar e da água e, na forma da regulamentação, outros elementos ambientais.

Art. 99º As informações serão prestadas mediante o recolhimento de valor correspondente ao ressarcimento dos recursos despendidos para o seu fornecimento, observadas as normas e tabelas específicas, fixadas pelo órgão competente em nível federal, estadual ou municipal.

TÍTULO III
Meio Ambiente Urbano

Art. 100º A conservação dos recursos naturais é responsabilidade compartilhada entre os ocupantes dos meios rural e urbano.

Art. 101º A manutenção da qualidade ambiental nas áreas urbanas será garantida pelo Poder Público Municipal, atendidos os preceitos da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 102º Em áreas urbanas consolidadas, a ocupação do solo obedecerá às respectivas normas municipais, inclusive no que diz respeito à vegetação ciliar e às áreas frágeis.

Parágrafo único. Área urbana consolidada é aquela que atende aos seguintes critérios:

a) definição legal pelo poder público;

b) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana:

1. malha viária com canalização de águas pluviais,

2. rede de abastecimento de água;

3. rede de esgoto;

4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos; e

6. tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 103º O Art. 22 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. As unidades de conservação serão criadas por iniciativa do Poder Público, aprovadas pelo Poder Legislativo da União, Estado ou Município, de acordo com o agente proponente.

§ 1º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, elaborados por equipe multidisciplinar com responsabilidade técnica pelas informações e conclusões e deverão considerar aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos além dos ambientais.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de consulta pública, obrigando-se o Poder Público a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

§ 3º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos

os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 4º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 5º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica." (NR)

Art. 104º Fica acrescido na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, o seguinte artigo 22-B:

"Art. 22-B. O prazo para a indenização ou propositura da ação expropriatória das áreas de propriedade privada atingidas por ato de criação de Unidades de Conservação é de um ano, findo o qual este caducará."

Art. 105º São proibidas, nas unidades de conservação devidamente implantadas, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Art. 106º Na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deve conter, em rubrica específica, previsão de orçamento para a regularização fundiária das unidades de conservação sob administração do órgão gestor Nacional.

Art. 107º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação será regido na forma da Lei específica, observados os princípios gerais desta Lei.

Art. 108º Enquanto não houver a efetiva regularização fundiária, com indenização justa e prévia, os proprietários e legítimos possuidores têm o direito de permanecer utilizando o imóvel que estiver no interior de unidade de conservação.

Art. 109º As áreas de propriedades privadas, sem uso e não indenizadas, incluídas no interior de unidades de conservação de proteção integral, não são consideradas como improdutivas.

Art. 110º A população tradicional, ainda que não residente na unidade de conservação, pode, enquanto o Poder Público não lhe compensar a fonte de subsistência, continuar utilizando os recursos ambientais existentes em seu interior, desde que:

I – dependa dos recursos ambientais para sua sobrevivência;

II – não comprometa a biodiversidade do local; e

III – assine termo de compromisso e esteja cadastrado no órgão gestor.

Art. 111º No período de implementação desta legislação não será exigida a averbação da reserva legal ou demarcação de áreas de preservação permanente.

Art. 112º Em caso de uso consolidado das margens dos cursos hídricos deverá haver processo de licenciamento da atividade que contará com estudos técnicos e científicos para fundamentar sua concessão, realocação ou solicitação de readequação.

Art. 113º Entende-se por uso consolidado a atividade que esteja em desenvolvimento na data de 31 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam mantidas as atividades consolidadas localizadas nas áreas de preservação permanente estabelecidas pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, exceto nos casos em que haja dano efetivo ao meio ambiente, comprovado por laudo de técnico habilitado.

Art. 114º O art. 6º da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III – a situação econômica do infrator, no caso de multa;

IV – o bem causado ao ambiente pelo desenvolvimento da atividade ou empreendimento.

Parágrafo único. As penas restritivas de direitos a que se refere este artigo assim como as pena privativa de liberdade serão, sempre que possível, substituídas por reparação do dano ambiental ou ação que vise a melhoria da qualidade do meio ambiente." (NR)

Art. 115º O Poder Executivo, após a publicação desta Lei, deve:

I – efetuar o levantamento Nacional das terras devolutas, no prazo de dois anos.

II – fixar os critérios básicos para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;

a) elaborar e demonstrar com base técnica e científica a listagem das espécies que

obrigatoriamente necessitam de controle ambiental e a relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território Nacional a qual se dará publicidade;

Art. 116º Fica o Poder Público obrigado a viabilizar forma de subsídio para providências de adaptação de veículos antigos com o objetivo de diminuição da poluição atmosférica.

Art. 117º Inexistindo legislação estadual que fixe os critérios e limites para a definição das áreas protegidas, conforme disposto nesta lei, deverão ser considerados os seguintes critérios:

I – São áreas protegidas, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 – de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura

2 – de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 – de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 – de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 – de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

II – No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo.

III – Consideram-se, ainda, protegidas, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;

e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;

g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;

h) a assegurar condições de bem-estar público.

IV – As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em áreas protegidas, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva ambientais, no mínimo:

a) oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal

b) trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos deste artigo;

c) vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e

d) vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.

V – O percentual de reserva ambiental na propriedade situada em área de floresta e cerrado será definido considerando separadamente os índices contidos nos itens "***a***" e "***b***", do inciso IV.

VI – A vegetação da reserva ambiental não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos no regulamento, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso VII artigo.

VII – Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva ambiental em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

VIII – A localização da reserva ambiental deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade, e os seguintes critérios e instrumentos, quando houver:

a) o plano de bacia hidrográfica;

b) o plano diretor municipal;

c) o zoneamento ecológico-econômico;

d) outras categorias de zoneamento ambiental; e

e) a proximidade com outra reserva ambiental, área protegida, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

IX – Será admitido, pelo órgão ambiental competente, o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em área de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva ambiental, desde que não implique em conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo, e quando a soma da vegetação nativa em área protegida e reserva ambiental exceder a:

a) oitenta por cento da propriedade rural localizada na Amazônia Legal;

b) cinqüenta por cento da propriedade rural localizada nas demais regiões do País; e

c) vinte e cinco por cento da pequena propriedade definida pelas alíneas "b" e "c" do inciso I do § 2º do art. 1º.

X – Na posse, a reserva ambiental é assegurada por Termo de Ajustamento de Conduta, firmado pelo possuidor com o órgão ambiental estadual ou federal competente, com força de título executivo e contendo, no mínimo, a localização da reserva legal, as suas características ecológicas básicas e a proibição de supressão de sua vegetação, aplicando-se, no que couber, as mesmas disposições previstas neste Código para a propriedade rural.

XI – Poderá ser instituída reserva ambiental em regime de condomínio entre mais de uma propriedade, respeitado o percentual legal em relação a cada imóvel, mediante a aprovação do órgão ambiental estadual competente e as devidas averbações referentes a todos os imóveis envolvidos.

XII – A supressão de vegetação nas áreas protegidas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, e depende de autorização do órgão ambiental competente.

XIII – A exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévia aprovação pelo órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme.

XIV – Compete ao Ibama a aprovação de que trata o inciso XIII:

a) nas florestas públicas de domínio da União;

b) nas unidades de conservação criadas pela União;

c) nos empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional, definidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.

XV – Compete ao órgão ambiental municipal a aprovação de que trata o caput deste artigo:

a) nas florestas públicas de domínio do Município;

b) nas unidades de conservação criadas pelo Município;

c) nos casos que lhe forem delegados por convênio ou outro instrumento admissível, ou-

vidos, quando couber, os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal.

XVI – No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

XVII – As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grande quantidades de matéria prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.

XVIII – As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 118º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 119º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 120º Ficam revogados o Decreto-Lei 1.413, de 14 de agosto de 1975, a Leis 4.771, de 15 de setembro de 1965, os Arts. 1º a 16º da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, o Art. 7º da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o Art. 22 da Lei 9985, de 18 de julho de 2000.

Justificação

O excessivo número de diplomas que regulamentam o uso dos recursos naturais no Brasil, bem como as sucessivas modificações, tanto no conteúdo como nos objetivos das normas ambientais, só têm levado a uma inaceitável situação de irregularidade de parte significativa dos imóveis rurais. O atual Código Florestal Brasileiro, Lei Nº 4.771/65, já tem mais de 40 anos, e mesmo com as inúmeras modificações sofridas, principalmente nos últimos 10 anos, mostra-se obsoleto e inaplicável. O resultado é um descontentamento geral, tanto por parte do setor produtivo agropecuário, quanto por parte daqueles que defendem uma maior proteção dos biomas brasileiros. Fato que não interessa em nada ao País.

Tal situação, como não poderia deixar de ser, tem tido enorme repercussão no Congresso Nacional, e há muito se discutem soluções que contemplem não só o disposto no art. 225 da Constituição Federal, que preconiza a proteção dos recursos naturais, mas, também, que atendam aos interesses econômicos do País, de modo a não "engessar" economicamente o Brasil, em especial, o agronegócio brasileiro, setor responsável por 24% do Produto Interno Bruto (PIB), e que emprega 37% da força de trabalho e gera 36% das exportações brasileiras.

Pela relevância do assunto e interesse direto da Comissão de agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, e atendendo ao disposto no Requerimento 325/2008, foi instituída a Subcomissão Especial com o objetivo de tratar das questões ambientais e seus impactos no agronegócio brasileiro, com vistas a formular uma proposta de Código Ambiental para o país.

A Subcomissão Especial foi instaurada em 15 de abril de 2009 e iniciou seus trabalhos recebendo as contribuições de representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Lavras e da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Tendo em vista a apresentação, pela Frente Parlamentar da Agropecuária, de um Projeto de Lei que cria o Código Ambiental Brasileiro, e considerando que esta proposição atende aos objetivos da Subcomissão Especial e também às propostas apresentadas pela OCB/OCEPAR e EMBRAPA, qual seja de apresentar uma proposição que estabeleça diretrizes gerais sobre a política de meio ambiente. Dessa feita, garante-se aos Estados a atribuição de legislar sobre suas peculiaridades, o que é bastante interessante para um país de dimensões continentais e realidades tão distintas, como o nosso Brasil. Assim sendo, a Subcomissão decidiu realizar um estudo, tendo como base o PL nº 5.367, de 2009, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Esse estudo resultou no Projeto de Lei, que ora apresentamos, cujas as principais modificações em relação ao PL nº 5.367/2009, do Deputado Valdir Colatto e outros, são as seguintes:

Inclusão, entre os princípios e diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, da fiscalização do uso dos recursos naturais, bem como da proteção aos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

Definição de áreas prioritárias entre os objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente;

Modificação no sentido de preservar os arts. 17 e seguintes da Lei Nº 6.938/81, que trata da política

nacional de meio ambiente, de modo a salvaguardar o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, sob pena de haver solução de continuidade no controle e fiscalização atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais;

Inclusão de alguns instrumentos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, inclusive os instrumentos econômicos e o Cadastro Técnico Federal de Atividades – CTFA, que é exigido no licenciamento ambiental e noutras atividades;

Inclusão da servidão ambiental e seu título representativo, tendo em vista a possibilidade de remuneração dos proprietários e o mercado em fase de estabelecimento;

No tocante ao ZEE, definição de escalas, constantes no Decreto nº 4.297/2002, para manter a padronização vigente, imprescindível para a elaboração do ZEE do País;

Considerando que o Projeto de Lei trata apenas de normas gerais, cabendo a cada Estado legislar sobre suas peculiaridades, com base no que determinar o Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE, que nem todos os Estados possuem o ZEE, que mesmo os Estados que já possuem um ZEE aprovado necessitam de algum tempo para elaborar e aprovar a uma nova legislação ambiental, bem como os necessários regulamentos e que a Lei Nº 4.771/1965, o Código Florestal, será revogada, torna-se imprescindível acrescentar, nas disposições transitórias do Projeto de Lei, os critérios e parâmetros a serem utilizados na proteção ambiental, até que a legislação ambiental estadual entre em vigência. Para tanto, foram considerados os atuais critérios utilizados para determinar os limites das Áreas de Preservação Permanente – APP e das áreas de Reserva Legal;

Determinação da data de 31 de dezembro de 2008 para que as atividades consolidadas, localizadas em APP, possam ser mantidas, exceto nos casos em que haja dano efetivo ao meio ambiente, comprovado por laudo de técnico habilitado.

Enfim, acreditamos que a proposição que ora apresentamos a esta Casa poderá contribuir com o debate a ser travado na busca de um arcabouço legal para a questão ambiental. Nosso objetivo é trazer segurança jurídica às atividades produtivas, nos meios rural e urbano, e oferecer condições para se construir no Brasil um desenvolvimento sustentável.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2009. – Deputado **Fábio Souto,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 6.235, DE 2009

(Do Sr. Felipe Bornier)

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, orientando a Administração Pública a utilizar prioritariamente papel reciclado em suas publicações oficiais

Despacho: Apense-se À(Ao) Pl-5272/2009.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 9º:

"Art. 15. ....

....

§ 9º A Administração Pública direta e indireta comprará, prioritariamente, papel reciclado para a produção direta de suas publicações, exigindo o mesmo de empresas contratadas, quando o serviço for terceirizado, requisito este dispensável no caso da indisponibilidade de papel reciclado no mercado".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Cada dia fica mais evidente a necessidade de evitarmos o desperdício de papel, tendo em vista a melhoria da qualidade ambiental do planeta.

Sabe-se que cada tonelada de papel reciclado diminui, em média, o consumo de 60 eucaliptos adultos, de 2,5 barris de petróleo e de 30 m^3 de água, se comparado ao processo normal de fabricação de papel.

Muito embora o Brasil venha apresentando índices crescentes de reciclagem de produtos, como embalagens de alumínio, papel, vidro, plástico e outros, ainda estamos longe de alcançar um nível de reciclagem de materiais adequado à demanda dos tempos atuais de controle da poluição urbana e da emissão de carbono para a atmosfera.

Em 2006, foram reciclados no Brasil 77% do papel ondulado, 47% do papel de escritório, 20% dos plásticos rígidos e filme, 51% das embalagens PET, 24% das embalagens cartonadas longa vida, 94% das latas de alumínio, 47% das latas de aço, 46% das embalagens de vidro, 73% dos pneus, 27% do óleo lubrificante usado e 97% das baterias de chumbo, segundo dados

fornecidos pela organização CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem[2].

Avalia-se que o índice de reciclagem de papel poderia elevar-se a percentuais próximos aos das latas de alumínio, se houvesse incentivo suficiente e que tal incentivo refletir-se-ia inclusive na criação de empregos, meta de qualquer programa de governo. Estima-se que a reciclagem de papéis é capaz de criar cinco vezes mais empregos que a produção convencional do papel de celulose e dez vezes mais empregos que a coleta e destinação final de lixo[3].

Importa lembrar que a aceitação do papel reciclado em diversos produtos é crescente e que seu custo tem diminuído bastante no decorrer dos últimos anos. Em 2001, os papéis reciclados chegavam a custar 40% mais que o papel convencional. Em 2004, essa diferença caiu para 3% a 5%. Tal redução de preços foi alcançada por ganhos de escala e pela minoração da margem média de lucro. A eficiência da coleta seletiva também tem tido papel relevante para a diminuição dos preços do papel reciclado.

Quanto à utilização de papel reciclado para a impressão no mercado editorial, temos, no Brasil, ainda muito baixa concorrência e baixa oferta do material adequado. Porém, se verificarmos a performance de outros países, veremos que metas audaciosas poderiam ser facilmente alcançadas. Desde o ano 2000, por exemplo, mais de 6 milhões de livros foram impressos em papel reciclado no Canadá. Na Espanha, mais de 450 mil livros foram impressos em papel reciclado ou certificado.

Não temos dúvida de que o melhor incentivo que o Estado poderia dar para fazer elevar rapidamente o uso de papel reciclado em publicações impressas seria a orientação do mercado por meio do instrumento das compras governamentais.

Sabe-se que as compras governamentais no Brasil movimentam recursos equivalentes a 10% do PIB e que são capazes, sem sombra de dúvida, de mobilizar setores importantes da economia, principalmente aqueles que muito se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação.

São estes os argumentos que nos levam a apresentar a presente proposição e a solicitar dos demais componentes desta Casa todo o apoio para que a medida proposta logo venha a vigorar.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2009. – Deputado **Felipe Bornier.**

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Finda a leitura do expediente, passa-se à

2 – http://www.cempre.org.br/fichas_tecnicas.php

3 – dados do site www.reviverde.org.br

IV – HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Sessão solene em homenagem aos 25 anos no Brasil da ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais. Esta sessão foi uma iniciativa nossa.

Convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Pastor Günther Wallauer, Diretor da ADRA, Divisão Sul-Americana; Pastor Edson Rosa, Diretor de Comunicação da Igreja Adventista do Sétimo Dia; Pastor Valter Araújo, Diretor da ADRA de São Paulo; Vereador José Ricardo, da egrégia Câmara Municipal de Santo André, São Paulo; Pastor Helder Roger, Presidente da Igreja Adventista para a Região Centro-Oeste; e nosso colega Deputado Federal, também adventista, Charles Lucena, do PTB de Pernambuco. *(Palmas.)*

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Assistiremos agora a um vídeo institucional.

(Exibição de vídeo. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Quero agradecer a presença ao Pastor Laércio Mazaro, da União Central Brasileira; ao Pastor Sidionil Biazzi, da Associação Paulistana; ao Pastor Cícero Gama, da União Centro-Oeste Brasil, ao Pastor Jairo Torres, da Associação Planalto Central; ao Pastor Luís Gonçalves, da Divisão Sul-Americana; ao Pastor Jefferson Kern, Diretor da ADRA Amazonas; e ao Pastor Landerson Santana, Diretor ADRA Nordeste.

Esta sessão teve a aprovação dos nossos pares, nossos colegas Deputados Federais, mas também teve o apoio entusiástico do Presidente desta Casa, Deputado Michel Temer. Estaria S.Exa. presente nesta manhã, mas não pôde comparecer devido a compromissos inadiáveis já assumidos anteriormente no Rio de Janeiro. No entanto, S.Exa. preparou um pronunciamento, que passarei a ler:

> "A Câmara dos Deputados se orgulha de iniciativas como esta, quando homenageia entidades envolvidas, ao mesmo tempo, com as questões humanas e com os assuntos do espírito. Dessa forma, a Casa se congratula com o nobre Deputado Francisco Rossi, ilustre autor da presente sessão, pelos 25 anos da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA. Trata-se realmente, nobre Deputado, de momento de rara significação.
>
> A homenageada desta manhã chega ao marco do jubileu de prata contabilizando uma grande diversidade de ações, que bem refle-

tem a história de pujança da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em todo o mundo e no Brasil, a partir do final do século XIX.

Atualmente, o número de membros, no País, é estimado em cerca de 1 milhão e 300 mil, distribuídos em aproximadamente 12.500 templos. Contam-se 6 universidades, 450 escolas de ensino fundamental e médio, onde estudam nada menos do que 150 mil alunos. A Igreja se encontra nas periferias e nos centros urbanos, sendo ainda mantenedora de 7 clínicas médicas e 5 hospitais. Possui, ademais, a Rede Novo Tempo de Comunicação, cuja primordial missão consiste na disseminação das Escrituras Sagradas.

Mais do que apenas crescer, o adventismo tem-se desenvolvido, considerando que crescimento e desenvolvimento são, no caso, fenômenos distintos: o primeiro exibe o traço predominante da quantidade, e é dessa forma que muitas igrejas têm-se expandido, no Brasil; já o segundo implica, além da expansão, o aperfeiçoamento institucional, o alvitre moral, a sensibilidade social, o fiel compromisso da generosidade, da ajuda ao semelhante, da observância da Lei do Senhor, da real e definitiva salvação, ao Seu encontro, para recuperar em cada pessoa o estado original de perfeição, à imagem do Criador.

O sublime constitui, portanto, o objetivo maior da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Porém, os meios de alcançá-lo jamais se distanciam das necessidades humanas mais vitais – as conquistas da cidadania, no que esta significa de deveres e direitos, a dignidade, a mitigação das desigualdades, o amparo aos necessitados, o respeito devido ao outro, a harmonia com a natureza, a paz, o equilíbrio psíquico, a liberdade de consciência, a felicidade terrena. O idoso, a criança, o jovem, o portador de necessidades especiais merecem da Agência a mais profunda concernência, porque, no mais das vezes, Deus fala por eles.

A ADRA representa o braço filantrópico da Igreja Adventista do Sétimo Dia, estabelecida em todas as regiões brasileiras. O trabalho que executa tem recuperado e salvado vidas. Ao orientar, promover a educação, a saúde e as práticas desportivas, lutar pela inclusão e pela fé, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais criou uma enorme rede de proteção social, na qual se incluem ainda as áreas de segurança alimentar e desenvolvimento econômico.

Além disso, tem estado presente em situações de emergência, assim como em dramáticos episódios de calamidade pública, que atingem, sobretudo, as populações carentes. Trabalhando ao lado dos órgãos de defesa civil e com status organizacional-institucional de entidade do terceiro setor, em âmbito global, a ADRA, no Brasil, tem sido parceira dos governos em todos os momentos, contribuindo para um melhor desempenho das funções que lhe competem, especialmente no que tange aos escopos voltados para a educação e a saúde.

A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais constitui um inestimável patrimônio imaterial. No conjunto, a missão da ADRA resume-se na perfeição de uma única, ao mesmo tempo uma pequena e grande ideia: transformar o mundo, a partir de uma vida solitária – 'uma vida de cada vez'.

Tem-no feito com êxito, ainda que sem grandiloquência nem, infelizmente, uma visibilidade à altura de seus méritos.

A todos os que a compõem, aos que trabalham e ajudam para que se desenvolva e possa ajudar a número cada vez maior de brasileiros, os nossos parabéns. Igualmente aos seguidores do adventismo, no Brasil, os melhores votos para que se fortaleçam e disseminem a Palavra de Deus, como construtores que são de um mundo melhor, mais digno e mais fraterno para toda a humanidade".

É esse o pronunciamento do Presidente Michel Temer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Tenho a honra de passar a presidência desta sessão ao colega Deputado Federal de Pernambuco Charles Lucena, que é também adventista do sétimo dia. *(Palmas.)*

O Sr. Francisco Rossi, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Charles Lucena, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Charles Lucena) – Bom dia a todos.

Inicialmente, para falar pelo PT, passo a palavra ao Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, juventude aqui presente. Bom dia ao Pastor Günther Wallauer, Diretor da ADRA, Divisão Sul-Americana; ao

Pastor Edson Rosa, Diretor de Comunicação da Igreja Adventista do Sétimo Dia; ao Pastor Valter Araújo, Diretor da ABRA, em São Paulo; ao meu amigo e vizinho Vereador José Ricardo, de Santo André; ao Pastor Helder Roger, Presidente da Igreja Adventista para o Centro-Oeste; aos Deputados Francisco Rossi e Charles Lucena, autores da iniciativa de realização desta sessão, a quem parabenizo. Saúdo também os meus companheiros metalúrgicos e pastores do Templo do Riacho Grande da Igreja Adventista, em São Bernardo. De vez em quando vou lá ouvir uma preleção dos nossos irmãos.

Antes de fazer a leitura, darei um testemunho. Em 1976, eu, a minha esposa, Josefa, e o meu irmão Francisco, a quem mando um abraço, fugindo da seca do Rio Grande do Norte em busca de melhores condições de vida, fomos para São Paulo. Lá fui encontrado pelo meu primo, José Barbosa, que hoje mora em Macaíba, que me disse: *"Vicentinho, você não pode ficar em São Paulo nessa situação. Vamos morar em São Bernardo"*. Agradeço a meu primo até hoje o desvio de rota que me proporcionou.

Fui morar no fundo de uma casa, onde morava o meu primo José Barbosa. Os donos da casa se chamavam Seu Sérvulo e Dona Anita, hoje falecida. O primeiro gesto que Seu Sérvulo, adventista do sétimo dia, teve para comigo, um jovem de 20 anos que não sabia usar um telefone, que não sabia o que ia acontecer no dia seguinte e que não tinha sequer o que comer, foi a doação de uma cesta básica para que pudéssemos nos alimentar até conseguirmos emprego.

Guardo com muita gratidão esse gesto que fez com que eu tivesse tanto carinho e tanto respeito pela Igreja Adventista. Muito obrigado, senhores, pelo bem que os senhores e a instituição fazem a este País e a este planeta! *(Palmas.)*

É com grande satisfação que represento o Partido dos Trabalhadores na sessão solene em homenagem à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA. Essa organização, presente em dezenas de países, há longo tempo realiza um trabalho extraordinário em favor de uma sociedade mais digna, solidária e justa, como todos desejamos.

As origens da ADRA datam do final do século XIX, quando os adventistas criaram programas de caridade nos bairros pobres de Chicago, nos Estados Unidos. Foram instalados albergues, restaurantes populares, centros comunitários, e a ideia se espalhou de tal forma que em poucos anos já alcançava várias cidades em 3 países.

As 2 grandes guerras mundiais transferiram o foco do programa para a ajuda aos atingidos pela devastação na Europa, na Ásia e na África. Encerrados os conflitos, as necessidades de assistência ainda continuavam muito grandes, o que levou à instituição de um serviço especial da Igreja Adventista com esse objetivo.

Nos anos 80, essa atividade foi consolidada numa grande organização humanitária, que adotou o nome de Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais e a sigla ADRA, pela qual agora é conhecida no mundo todo.

Fiz esse rápido apanhado histórico, porque o considero importante para a compreensão da natureza, da cultura e do amadurecimento das ações da ADRA.

O trabalho começa por caridade com os humildes, numa iniciativa local. Assume depois um caráter mais amplo, de assistência emergencial às vitimas das guerras, e evolui para um sistema mundialmente organizado, que abrange essas diversas etapas, mas enfatiza o desenvolvimento comunitário. Com esse formato, cresceu em significado e até recebeu atribuições de consultoria do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a partir de 1997.

Atualmente, a ADRA Internacional, sediada em Maryland, nos Estados Unidos, coordena uma rede mundial, com escritórios nos países participantes dos programas, e adota 5 linhas de ação: segurança alimentar, desenvolvimento econômico, saúde primária, educação básica e situações de emergência.

No Brasil, um dos programas de segurança alimentar é desenvolvido na Bahia. Consiste em um projeto de policultura para melhorar as condições de sustento de pequenos agricultores antes dedicados a um único plantio.

Na área de desenvolvimento econômico, atuam no País 41 centros de capacitação profissionalizante para jovens e adultos.

Na educação, considerada a chave para romper o ciclo da pobreza, a ADRA mantém creches em bairros pobres de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Salvador, entre outras cidades. Oferece, também, os chamados "Núcleos Infantis", que reúnem crianças de 7 a 12 anos, no turno oposto ao das aulas regulares, para atividades de reforço escolar e recreação.

A saúde básica é difundida por meio de cursos sobre hábitos saudáveis, como deixar de fumar e melhorar a qualidade de vida em geral.

O apoio em situações de emergência, parte importante da história e da missão da ADRA, tem um objetivo fundamental: salvar vidas. Por isso, tanto pode ajudar flagelados de enchentes como afetados pelas secas ou vítimas de outros desastres naturais, sempre em combinação com os organismos locais de defesa civil.

No conjunto, como se vê, há uma enorme quantidade de trabalho e grande demanda de recursos, que a ADRA supre pelo voluntariado, pelo esforço de quase 5 mil funcionários no mundo todo e por parcerias com comunidades, outras organizações e governos.

No Brasil, existem 6 escritórios regionais, instalados em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Pará e no Paraná.

Organizados desse modo, os adventistas prestaram auxílio, em âmbito internacional, no ano de 2006, a 46,8 milhões de pessoas, empregando recursos da ordem de 280 milhões de dólares. É uma obra grandiosa e de mérito indiscutível, merecedora da homenagem que ora lhe presta a Câmara dos Deputados, a partir dos nossos Parlamentares.

Por isso, parabéns a todos os dirigentes, funcionários e voluntários da ADRA, que praticam, no dia a dia, a busca efetiva e sistemática de um mundo melhor.

Sras. e Srs. Deputados, na última vez em que participei de um culto na Igreja Adventista, em São Bernardo, havia um pequeno panfleto sendo distribuído ao final do culto.

Aquilo me tocou muito, porque o panfleto se referia à nossa luta pela tolerância religiosa, pelo respeito a todas as religiões que professam a fé. Essa entidade, com certeza, está marcada na história da verdadeira luta cristã pela vida vivida plenamente.

Obrigado, senhoras e senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Charles Lucena) – O próximo orador é o Deputado Federal Mauro Benevides, cearense que já presidiu esta Casa, o Congresso Nacional, e que também fará uma homenagem à ADRA.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Charles Lucena, que, ao ser empossado nesta Casa como representante de Pernambuco, recebeu de mim aquela saudação fraterna para desempenhar seu mandato sempre e exclusivamente com as vistas voltadas para o interesse do próprio povo brasileiro, agora V.Exa. dirige os trabalhos desta sessão solene e me outorga a palavra, fazendo referência ao esforço que até hoje hei despendido, como representante do povo do meu Estado, o Ceará, e, com o privilégio de Deus, de estar nesta Casa hoje, cumprindo, na vida parlamentar como um todo, o décimo mandato parlamentar.

Escalonei, meus caros participantes desta sessão, todos os degraus da hierarquia legislativa: do menor degrau, que não deixa de ser o mais importante, o de Vereador da minha Capital, a cidade de Fortaleza; depois, na Assembleia Legislativa do Estado, a cuja presidência ascendi num dos momentos mais delicados da nossa vida político-institucional; e, de lá saí, no maior desafio político que eu poderia enfrentar na minha existência, para disputar uma cadeira no Senado da República. Mas, como a força do povo, com as bênçãos de Deus, se torna indomável, eu saí da minha Assembleia Legislativa para representar o meu Estado, o Ceará, no Senado da República.

Lá estive em 2 mandatos, num dos quais – o Deputado Rossi, o Deputado Charles, o povo cearense e o povo brasileiro sabem – lá cheguei a ascender, também com as bênçãos de Jesus, meus caros convidados presentes, à Presidência do Congresso Nacional – do Senado e do Congresso –, o que me permitia, portanto, como Presidente do Congresso, presidir simultaneamente, nas sessões conjuntas, as 2 Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Tudo isso naturalmente me traz a esta tribuna, hoje, por designação do Líder da minha bancada, que continua sendo a maior na Câmara dos Deputados e a maior no Senado Federal.

Eu diria ao Presidente Charles Lucena, ao eminente colega Francisco Rossi e aos pastores que aqui estão, que os pastores, na habitualidade do seu desempenho ministerial, fazem conscientemente a pregação do Evangelho, e nós políticos fazemos a pregação da democracia. Mas não se prega a democracia sem embasá-la no conhecimento do Evangelho. Por isso é que, em 10 mandatos, tenho cumprido essa missão. E por isso me sustento na representatividade popular, cercada desta áurea de confiança que me permite vir à tribuna na manhã de hoje, divisando neste plenário figuras representativas da Igreja. Sobretudo, depois que me conscientizei, ao ler esse trabalho que é uma retrospectiva impressionante, de tudo quanto foi possível fazer através desta instituição, da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Este é o grande lema da igreja, Sr. Presidente – e quero destacar aos presentes: *"A nossa missão é servir"*. Para que se entenda a simultaneidade deste conceito – a nossa missão é servir –, a missão daqueles que integram essa igreja é a de servir, e nós políticos temos a missão de servir ao povo com as vistas voltadas para Deus. *(Palmas prolongadas.)*

Portanto, eu participo desta solenidade para destacar a atuação da ADRA, o que já foi feito por antecipação pelo meu grande amigo e companheiro Vicentinho, figura admirável que emergiu da liderança sindical para representar o seu partido, que é o segundo na composição desta Casa. Mas, muitas vezes, como já diz o Evangelho, os últimos podem ser os primeiros. Por isso é que volto a esta tribuna, depois de ter sido antecedido, com muita honra para mim, pelo grande Deputado Vicentinho, que, ao me anteceder, pratica-

mente fez o relato de tudo aquilo que representou até hoje o trabalho da ADRA.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, é motivo de honra para mim participar, em nome do PMDB, da homenagem que esta Casa tributa hoje a uma das mais pujantes organizações internacionais de ajuda humanitária, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA).

Presente em 143 países, nos quais atua com a participação de cerca de 5 mil pessoas, além de dedicados funcionários e voluntários, essa entidade implementa importantes projetos de desenvolvimento no mundo inteiro, levando apoio e esperança a necessitados nos 4 cantos do universo, sem distinção de idade, sexo, raça, etnia, religião ou ideologia.

A ADRA emergiu em 1984, mas suas raízes remontam ao século XIX, quando dirigentes da Igreja Adventista do Sétimo Dia iniciaram programas de assistência social em bairros pobres da cidade de Chicago, nos primeiros anos da década de 1890. A ideia logo cresceu e frutificou, e, em 1903, os adventistas já operavam missões semelhantes em 24 cidades, abrangendo 17 Estados, em 3 diferentes países.

A devastação sem precedentes ocasionada pelas 2 grandes guerras mundiais, quando nações inteiras ficaram sob a ameaça da fome e das enfermidades, tudo isso fez com que os dirigentes do programa de assistência ampliassem seu raio de ação, visando também a auxiliar comunidades alcançadas por intempéries. Durante a década iniciada em 1940 foram enviadas cerca de 1.270 toneladas de roupas a 41 países e grupos de ilhas, muitos deles afetados pela Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa e no Pacífico.

O grande crescimento das atividades de assistência da Igreja Adventista em todo o mundo fez com que seus dirigentes resolvessem oferecer a essas operações internacionais uma clara identidade. Surgiu, então, em 1956, a Seventh-day Adventist Welfare Service (SAWS) ou Serviço Adventista de Assistência Social.

A relação da recém-criada entidade com um organismo do Governo norte-americano, denominado United States Agency for Internacional Development – USAID ensejou notável crescimento das operações. A USAID se responsabilizou pela implementação da lei que estabelecia a distribuição de excedentes de alimentos dos Estados Unidos a países estrangeiros, por meio de organizações privadas voluntárias.

Em meados da década de 70, a organização começou a ampliar sua missão de auxílio, iniciando a condução de programas de desenvolvimento a longo prazo. Uma modalidade pioneira e bem-sucedida de treinamento de agricultores no Chad foi um marco nesta mudança de enfoque, que resultou numa pequena mas significativa alteração no nome da agência.

Em 1973, a Igreja substituiu a palavra “Welfare” por “World”, para assinalar que houvera um deslocamento da ajuda focada em casos de crise para iniciativas mundiais voltadas ao desenvolvimento humano em geral. Despontava formalmente o Serviço Adventista Mundial.

Estava assim criado o embrião da ADRA, organização que, a partir de 1984, passou a atuar nos 5 continentes, com ênfase no desenvolvimento comunitário, na distribuição de alimentos, no desenvolvimento institucional e na constante assistência em casos de desastres. A rede global da ADRA, atualmente ativa em 143 países, desenvolve tarefas humanitárias que, em 1995, alcançaram valor superior aos 120 milhões de dólares.

Hoje, pois, quando esta Casa realiza tão expressiva homenagem à ADRA, por ocasião do seu 25º aniversário, quero saudar seus dirigentes, funcionários e voluntários, especialmente esta juventude aqui presente, todos movidos por um vigoroso espírito de amor ao próximo, transformando a vida de milhões de pessoas no mundo inteiro. São instituições como a ADRA que mantêm vivo o sonho de construirmos uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, uma sociedade em que cidadãos de todo o planeta sejam irmanados numa grande corrente de amor e de solidariedade, ajudando-se mutuamente a alcançar uma vida plena, digna e produtiva.

Como instituição modelar, a ADRA merece os nossos aplausos pelo meritório desempenho em favor da humanidade.

Senhoras e senhores, senhores pastores aqui presentes, companheiros Francisco Rossi e Charles Lucena, hoje, quando esta Casa, repleta em seu plenário, onde tomam assento os representantes do povo e, nas galerias, os representantes da comunidade, realiza tão expressiva homenagem à ADRA, sinto-me extremamente feliz.

Se não fosse a rigidez do Regimento Interno, quem sabe quantos minutos eu ainda passaria aqui, frustrando os presentes, que desejam ouvir logo mais o Deputado Francisco Rossi, o grande tribuno que já pontifica de todas as formas na sua igreja? Eu teria de ceder a S.Exa., que também disputou o mandato de Presidente da República, esta oportunidade, para que, com a força do seu convencimento e com a sua verbalização fácil, transmitisse aquela mensagem profunda que alcançaria todos os participantes desta solenidade, os jovens que estão nas galerias, dando um sentido de vitalidade à Igreja Adventista e prestigiando esta

organização, a ADRA, cujo serviço notável em favor da humanidade neste instante realçamos.

Portanto, a minha manifestação neste momento, em nome do PMDB, é a mais fraterna possível, e eu a transmito a todos os dirigentes da igreja, a todos os seus partícipes, aos obreiros, aos pastores, aos diáconos e às diaconisas. Enfim, na nomenclatura em que se compõe essa igreja, nós nos sentimos realmente felizes.

Assim, de forma fraterna e reconhecidamente sincera, fiz questão de vir do Ceará, onde estava até ontem, para chegar a tempo de participar desta sessão solene de hoje. Estava absolutamente convicto, como estou, de que falo para uma plateia consciente, identificada com a mensagem do Evangelho, e sincronizada, numa interação perfeita, com os próprios ideais de democracia que tenho procurado difundir e proclamar ao longo da minha existência, sempre com a ajuda de Deus, a me inspirar nesta pregação que faço, na simultaneidade, da democracia e do Evangelho.

Muito obrigado, senhoras e senhores. Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Charles Lucena) – É com muito orgulho que, em nome da Presidência da Casa, Deputado Mauro Benevides, falo da sua importância como cidadão brasileiro que veio do Ceará e neste momento homenageia a minha igreja, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, com palavras que realmente ressaltam as ações desenvolvidas pela ADRA no Brasil.

Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Charles Lucena) – Gostaria de agradecer a presença da comitiva da Associação Pernambucana: Pastor Erivonaldo Batista, Pastor Edson Bezerra, Pastor Edson Pinto e Pastor Euzélio Vaz, que estão presentes. Agradeço aos pastores por prestigiarem este evento.

O Presidente Michel Temer não está presente, mas na semana passada, para aqueles que não sabem, recebeu a Bíblia, por meio do Projeto Siga a Bíblia. S.Exa. fez questão de deixar seus afazeres na quarta-feira, um dia muito movimentado, para receber a Bíblia, que já percorreu 75 países e foi escrita em 66 idiomas. O Presidente Michel Temer fez questão, juntamente conosco, de receber a Bíblia, em nome da Casa, prestigiando aquela ação promovida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Sinto-me muito honrado. Acredito ser o primeiro membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Deputado adventista, a presidir, neste momento, uma homenagem à nossa igreja. Sinto-me honrado e imbuído de uma missão enorme: fazer algo diferente nesta Casa.

De coração, fico emocionado. Vejo aqui diversos amigos. Vejo o Pastor Francisco, que me batizou, que hoje não está em Pernambuco. Ele está atuando numa missão diferenciada em outro Estado.

Acredito que, a partir de agora, teremos evidência. A ADRA está tendo neste momento, em rede nacional. Vamos buscar o devido apoio. ADRA é uma entidade vinculada à Igreja Adventista, mas também precisa de reforço, precisa do apoio da comunidade e dos governos, para que possa ampliar cada vez mais os trabalhos desenvolvidos por essa entidade, que está entre as 20 maiores entidades sociais do mundo. O Brasil precisa cada vez mais dessa entidade. Nosso povo tem perfil de sofrimento. Entidades como a ADRA fazem o diferencial.

Em nome da Presidência, presidindo hoje a sessão, na qualidade de Deputado adventista, agradeço ao Deputado Francisco Rossi a iniciativa de evidenciar esse trabalho tão digno.

O SR. PRESIDENTE (Charles Lucena) – Concedo a palavra ao Deputado Francisco Rossi, autor da proposição. *(Palmas.)*

O SR. FRANCISCO ROSSI (Bloco/PMDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, jovens presentes a este evento, senhoras e senhores, senhores pastores, dirigentes da ADRA e também da Igreja Adventista do Sétimo Dia, é com grande alegria, honra e emoção que estamos aqui para homenagear e comemorar os 25 anos, no Brasil, da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por esta oportunidade e pela honra de ter sido aprovada esta homenagem, propositura de minha autoria que teve de pronto o apoio de meus pares nesta Casa. Agradeço ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, meu amigo pessoal e companheiro de partido, que, desde que lhe falei de minha pretensão, criou com entusiasmo todas as condições para que esta sessão solene pudesse acontecer.

Não tenho a menor dúvida de que este é um momento histórico para o Adventismo do Sétimo dia no Brasil e no mundo. É a homenagem sincera desta Casa àqueles que praticam o "*Ide*" de Jesus Cristo através de ações concretas que expressam com clareza e limpidez o que é o verdadeiro amor ao próximo.

A ADRA no mundo existe oficialmente desde novembro de 1956, tendo surgido nos Estados Unidos – como já foi dito aqui pelo nosso colega Vicentinho –, mas a sua origem remonta a 1890, na cidade de Chicago, e teve seu poder de mobilização comprovado na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais, quando

voluntários se reuniram para enviar suprimentos a regiões devastadas pelo conflito.

Hoje a ADRA está presente em 120 países e, desde a década de 70, deixou de se limitar ao socorro de países em estado de emergência para trabalhar também em programas de desenvolvimento a longo prazo. A ADRA é hoje uma das principais organizações não-governamentais do mundo, tendo sido reconhecida – tenho certeza de que é provável que muitos dos que aqui estão desconhecem isso – como Órgão de Consultoria Geral das Nações Unidas, a ONU.

No decorrer desta sessão, outras autoridades da igreja estarão discorrendo sobre a importância da ADRA no Brasil e no mundo e também da Igreja Adventista. Mas permitam-me as senhoras e os senhores que eu dê alguns números impressionantes sobre o trabalho da ADRA.

No mundo, a ADRA tem 5.590 servidores, desenvolve 1.404 projetos, beneficiando mais de 45 milhões de pessoas, e investiu quase meio bilhão de dólares. Esses são dados de 2007. No Brasil, no ano de 2008, a ADRA beneficiou 622.545 pessoas.

Eu gostaria de discorrer agora, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, sobre o histórico desta sessão solene.

No início deste ano, fui procurado por queridos amigos – o Sr. Mário Pavan, o Pastor Valter Araújo e o Vereador José Ricardo, da Câmara Municipal de Santo André, todos adventistas –, que me consultaram sobre a possibilidade de realização desta sessão solene.

Lembro que o Pastor Valter foi pastor da Igreja Adventista Central na cidade de Osasco, onde construí minha vida pública. Imediatamente, lembrei-me de um querido amigo e irmão, Elias de Lima, evangelista da Igreja Adventista, que conheci em 1974, na cidade de Osasco, quando ele ali foi com o adventista Maurício Goes para promover um curso de oratória. Eu era também um jovem Prefeito, e o curso, magnífico por sinal, acabou sendo patrocinado pela Prefeitura de Osasco. Nasceu ali uma grande amizade com Elias de Lima, que perdurou até setembro de 2006, quando o mesmo dormiu no Senhor. Pouco tempo depois, o mesmo aconteceu, infelizmente, com sua esposa, D. Marilene Lima, deixando ambos muitas saudades. Não sei, mas provavelmente os filhos do casal estejam assistindo pela televisão a este evento.

Recordo que não tinha uma prática de fé verdadeiramente cristã. Elias de Lima, ao longo de mais de 30 anos de amizade, com um convívio muito próximo, sempre com muito jeito, falava-me de Jesus e sempre me convencia a comparecer às preleções que com frequência promovia na região de Osasco e na cidade de São Paulo. Durante todos esses anos, Elias compareceu, nos dias de meu aniversário, sempre me presenteando com literaturas adventistas e com CDs de Fernando Iglesias, Arautos do Rei, Alessandra Samadelo e muitos outros.

No dia 10 de julho de 2006, no dia do meu aniversário, Elias estava impossibilitado de andar, consumido por um câncer nos rins que lhe roubou todas as forças físicas. Eu estava em meu escritório, em Osasco, pensando: *"Neste ano, Elias não virá"*. E lamentava também o seu estado físico. Para a minha surpresa, por volta das 10h, lá estava Elias, carregado pelos fortes braços de um irmão adventista que o assistiu nos últimos dias, sorridente, falante e com seus preciosos presentes: CDs e literaturas. Pouco tempo depois, Elias dormiu no Senhor.

Não sou adventista, mas em 1993 conheci o Senhor Jesus e passei a compreender o amor de Elias de Lima por mim. Ele tem muito a ver com o meu novo nascimento. Elias tinha o amor de Deus em sua vida. Aos olhos do mundo, ele talvez tenha passado quase incógnito, mas com certeza deixou um rastro de luz que ainda brilha no coração daqueles que o conheceram.

A ADRA é construída por pessoas como Elias, movidas pelo amor de Jesus, levando esperança e a Palavra de Salvação aos oprimidos e desassistidos por todo o mundo.

Que o Senhor continue abençoando o trabalho da ADRA.

Encerramos a nossa fala agradecendo, mais uma vez, ao Presidente Michel Temer e aos nossos colegas que aprovaram com entusiasmo esta homenagem.

Parabéns aos queridos irmãos da ADRA!

Parabéns aos irmãos adventistas!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Charles Lucena) – Antes de ocupar a tribuna para falar pelo PTB, eu passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Francisco Rossi.

O Sr. Charles Lucena, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rossi, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Com a palavra o Deputado Charles Lucena, da Igreja Adventista, que vai falar em nome do PTB.

O SR. CHARLES LUCENA (PTB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PTB deseja tornar mais conhecido o trabalho da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA e comemorar os 25 anos de sua criação.

Fundada, financiada e sustentada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, a nossa homenageada não pra-

tica o proselitismo, nem tem como beneficiários ou voluntários membros de uma religião específica. Ela atua em todo o mundo, e no Brasil, combatendo a pobreza, as doenças e o analfabetismo, além de prestar ajuda humanitária emergencial durante as catástrofes.

Homenageamos aqui uma das maiores organizações de ajuda humanitária no mundo, cujos projetos concorrem para melhorar a vida de mais de 20 milhões de pessoas, todos os anos. Seus mais de 5.590 funcionários, distribuídos numa rede global, contam com o auxílio de voluntários e dos governos.

Neste momento, cerca de 670 trabalhadores da ADRA no Brasil – que juntos desenvolveram, somente no ano passado, 180 projetos, beneficiando mais de 622.500 pessoas e administrando recursos da ordem de mais de 11,5 milhões de reais –, juntamente com um exército de voluntários, têm dedicado seu talento, seu tempo, sua vida para cumprir o lema da ADRA: *Transformando o mundo, uma vida de cada vez*.

O sucesso da atuação da ADRA costuma ser garantido graças a parceiros respeitáveis e ao planejamento cuidadoso de todos os seus projetos, os quais obedecem ao princípio do desenvolvimento sustentado. A ADRA faz o possível para integrar-se aos esforços da comunidade, da iniciativa privada e dos governos, com a intenção de conquistar melhorias socioeconômicas duráveis a partir de recursos locais. Seus projetos são monitorados e reavaliados em função dos resultados, sendo que sua administração se baseia na opinião da comunidade interessada e está aberta à fiscalização pública.

Em 1997 a ADRA recebeu da ONU o *status* de Consultora Geral. No Brasil, ganhou por 2 anos consecutivos o Troféu Bem Eficiente, concedido às 50 melhores entidades filantrópicas do País. Nos Estados Unidos, onde existem mais de 1 milhão e meio de entidades sem fins lucrativos, a ADRA está entre as 100 instituições mais relevantes desse segmento. Ou seja: está no privilegiadíssimo grupo de 0,01% das entidades mais reconhecidas. Precisamente, está na 76ª colocação, entre mais de 1 milhão e meio de outras entidades que trabalham para prover ajuda humanitária, proteção ambiental, assistência social, educação, serviços de saúde e advocacia dos direitos dos animais.

A ADRA também ganhou, nos Estados Unidos, sua quinta premiação consecutiva em reconhecimento à sua eficiência e ao compromisso com a transparência e a prestação de contas. A sua reputação de ser uma organização com integridade inflexível, nos Estados Unidos, é muito importante para uma entidade que depende de credibilidade, de doações e do trabalho voluntário.

A cada ano, os projetos da ADRA ajudam dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo a suportarem situações de pobreza, doenças e sofrimentos decorrentes de catástrofes e desastres naturais. Além disso, a sua atuação preventiva desenvolve programas voltados para a segurança alimentar, a educação elementar, o desenvolvimento econômico, a saúde básica e o gerenciamento de emergências.

Presente em mais de 120 países, além do Brasil, a ADRA é uma parceira estratégica para os governos e as instituições privadas brasileiras dedicadas à superação de nossos graves problemas sociais. Justa, portanto, é a homenagem que o PTB presta, neste momento, à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, pelos 25 anos de existência e de trabalho para a construção de um mundo melhor, mais digno, mais solidário e mais fraterno.

Parabéns ao povo adventista! Parabéns à ADRA!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Com a palavra o Pastor Günther Wallauer, Diretor da Divisão Sul-Americana da ADRA.

O SR. GÜNTHER WALLAUER – Prezado Deputado Francisco Rossi, que está presidindo esta sessão, demais Parlamentares desta Casa, Pastores da Igreja Adventista, líderes de nossa igreja, que nos honram com a sua presença, senhoras e senhores, hoje é um dia muito especial para milhares de brasileiros. Digo isso porque esta Casa, que representa o povo brasileiro, está reconhecendo um ministério em favor dos menos favorecidos, dos marginalizados, dos pobres, dos abandonados, das crianças em situação de risco, de milhares e milhares de brasileiros, irmãos nossos, a quem a ADRA se dedica nos últimos 25 anos.

Mas o que é a ADRA? Já foi dito aqui pelos ilustres palestrantes, Deputados que falaram antes de mim, que a ADRA é a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais. Trata-se de uma organização humanitária mundial da Igreja Adventista do Sétimo Dia que demonstra o amor e a compaixão de Deus. A sua missão no mundo e aqui no País é a de trabalhar com pessoas que estão na pobreza e na aflição para criar mudanças justas e positivas através de parcerias que capacitam e levam à ação responsável.

Como já foi dito aqui, a ADRA está presente em mais de 120 países. Não vou repetir, pois os senhores já escutaram que ela começou em 1890, numa Igreja Adventista da cidade de Chicago. Destaco apenas que tudo é feito com amor. E nós sabemos, pela palavra de Deus, que Deus é amor. E, quando nos sensibilizamos com o amor verdadeiro, com o amor divino em nossos

corações, nós começamos uma obra, que só tende a crescer e a envolver mais e mais pessoas.

Neste momento, nesta tribuna, represento cerca de 670 trabalhadores da ADRA no Brasil, que, como já foi dito, somente no ano passado desenvolveram 180 projetos, ajudando diretamente mais de 622 mil pessoas – e a saber quantas mais indiretamente. Foram mais de 11 milhões de reais administrados em favor dos mais necessitados.

Essas pessoas, esses trabalhadores, juntamente com um exército de voluntários, têm dedicado seu talento, seu tempo, sua vida para cumprir o lema da ADRA, que também já foi mencionado, mas que repito: *Transformando o mundo, uma vida de cada vez*.

O nosso lema pode parecer pretensão, mas acreditamos que o cumprimos todas as vezes em que uma pessoa participa de um de nossos projetos e então, de uma vida sem futuro, sem esperança, sem oportunidades, passa a recuperar sua cidadania, seu valor próprio, passa a buscar seu autossustento, a resgatar sua dignidade e, ainda mais, passa a ser agente transformador na vida de outras pessoas.

Gostaria de dar apenas um exemplo nesta manhã. Quando visitei a ADRA no Espírito Santo, ali encontrei Laudezir Porto, uma das tantas pessoas que os projetos da ADRA têm tocado e transformado. O esposo não permitia que ela saísse de casa e, às vezes, até a trancava dentro do quarto. Imaginem os senhores um relacionamento familiar dessa natureza. Imaginem uma esposa, uma mulher com esse problema.

Felizmente, um dia, uma amiga lhe perguntou: *"Por que você não procura a ADRA, no CRAS?"* O CRAS é o Centro de Referência de Assistência Social. Hoje, no Município de Vitória, 11 CRAS são administrados pela ADRA, em parceria com a Prefeitura do Município. Lá, aquela senhora, cujo problema era desconhecido por todos, participou de um curso, de um segundo curso, de um terceiro curso e de um quarto curso – e ela não se encontrava em nenhum daqueles treinamentos. Mas, na quinta vez em que participou de um curso – e eu lhe dei os parabéns por ter sido perseverante –, aprendeu uma atividade muito simples e muito comum: a ornamentação de sandálias havaianas. Gostou tanto que, com o material que ganhou no curso, ornamentou um chinelo e o vendeu. Com a venda, comprou 2 chinelos, ornamentou-os, vendeu-os e seguiu.

Para resumir, essa história mostra que realmente os projetos da ADRA transformam pessoas, transformam o mundo. Hoje ela é contratada pela ADRA do Espírito Santo para dar esse curso, e o marido que a trancava no quarto é o seu vendedor. Isso, então, transformou um lar, transformou vidas. E esse é o propósito da ADRA.

A ADRA é uma contínua história de amor. E por isso estamos celebrando 25 anos de transformação de vidas: são 25 anos provendo alimentos e água potável; são 25 anos promovendo saúde e cura; são 25 anos defendendo os direitos da mulher; são 25 anos construindo dignidade; são 25 anos respondendo a situações de emergência; são 25 anos dando atenção às famílias.

Finalizo as minhas palavras com uma menção de gratidão a todos os trabalhadores da ADRA, dedicados ao labor que desempenham, e a nossos colaboradores voluntários que estão representados aqui, nesta manhã. Eu posso ver alguns deles daqui, inclusive com a camiseta da ADRA, identificando-se com a Agência. Eles são a parceria da ADRA com a Igreja Adventista e desenvolvem ações solidárias nas comunidades em que estão inseridos.

Quero agradecer a todos os nossos parceiros, que têm confiado seus recursos na implementação dos projetos da ADRA: PETROBRAS; Governos Federal, Estaduais e Municipais; Embaixadas; fundações; organismos internacionais; organizações privadas e outros.

Agradeço também ao Sr. Deputado Francisco Rossi, responsável por esta sessão solene em comemoração aos 25 anos da ADRA.

Agradeço à Câmara dos Deputados e a cada um dos seus representantes por nos receber e nos prestar esta homenagem.

Porém, acima de tudo, agradeço a Deus por nos dar a todos da ADRA o privilégio de viver uma vida para servir. E termino lendo um trecho das Sagradas Escrituras, que está no Livro de Mateus 25:34-40:

> "34 Então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai. Possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo;
>
> 35 porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me acolhestes;
>
> 36 estava nu, e me vestistes; adoeci, e me visitastes; estava na prisão, e fostes ver-me.
>
> 37 Então os justos lhe perguntarão: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? ou com sede, e te demos de beber?
>
> 38 Quando te vimos forasteiro, e te acolhemos? ou nu, e te vestimos?
>
> 39 Quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos visitar-te?"

Prestem atenção, prezados ouvintes, à resposta que Deus deu a essa pergunta:

"E responder-lhes-á o Rei: Em verdade vos digo que, sempre que o fizestes a um destes meus irmãos, mesmo dos mais pequeninos, a mim o fizestes".

Que Deus nos abençoe a todos em nossas distintas responsabilidades. Que sigamos este exemplo de Nosso Senhor Jesus, Seus passos, e assim fiquemos prontos para o glorioso dia de Sua volta a este mundo.

Em nome da ADRA, meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Esta Presidência agradece à representante do Deputado Márcio França, Sra. Magda Valentim, Chefe de Gabinete da Liderança do PSB, a presença.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Com a palavra o Pastor Edson Rosa, Diretor de Comunicação da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

O SR. EDSON ROSA – Sr. Presidente, senhoras e senhores, estimados pastores, administradores que aqui estão conosco, estimados alunos dos colégios adventistas de Brasília, estimados desbravadores que estão nas galerias e também no plenário, é com grande satisfação que a Igreja Adventista se faz presente nesta sessão, por intermédio de sua Agência, que a representa em suas atividades.

A Igreja Adventista está, no contexto mundial, numa posição de servir à comunidade, às pessoas que estão ao seu lado, no dia a dia. A missão de servir, como foi mencionado pelo nobre Deputado que se referiu à nossa revista, *Esperança Viva*, é o foco do nosso trabalho. Queremos mostrar a esperança que temos, como adventistas do sétimo dia, na breve volta de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Como o nome da igreja bem diz, adventistas do sétimo dia são aqueles que seguem os mandamentos de Deus e guardam o quarto mandamento, que trata do sétimo dia da semana, o sábado.

Estamos muito felizes por poder apresentar um pouco mais das atividades que a igreja desenvolve. Por exemplo: foi mencionada em nosso vídeo institucional a educação adventista. Aqui estão alguns de seus representantes e, dentro de alguns minutos, eles cantarão e louvarão a Deus por meio de suas vozes.

A rede educacional adventista no Brasil é sinônimo de qualidade e possui 144 mil alunos e mais de 8.700 professores. Esse grupo está comprometido com princípios morais, éticos e religiosos que atravessam as gerações, formando cidadãos preparados não apenas para o desafio profissional, mas também para o enfrentamento da vida.

É a única rede educacional privada do mundo que atua de forma unificada e padronizada. Há mais de 1 século contribui com a sociedade, oferecendo educação e formando pessoas amáveis e saudáveis. No mundo, são aproximadamente 1 milhão e meio de alunos, 75 mil professores e 7.389 instituições de ensino, desde escolas primárias até grandes universidades.

Outro destaque que gostaríamos de fazer, Sr. Presidente, é ao Projeto Quebrando o Silêncio, apresentado em nosso vídeo institucional, que tem o objetivo de conscientizar a população sobre a violência doméstica praticada contra mulheres, crianças e idosos. Através da distribuição de revistas e materiais informativos, bem como de diversas parcerias com o Poder Público de muitas regiões, o Projeto Quebrando o Silêncio ajuda a fortalecer as famílias e a combater crimes como pedofilia, maus-tratos e até assassinatos.

Nos últimos anos foram produzidos mais de 5 milhões de folhetos e milhares de revistas que trazem o tema, para conscientizar a população sobre o grande problema que temos na sociedade.

Outro projeto destacado em nosso vídeo institucional e uma das atividades que a igreja desenvolve é o Projeto Vida por Vidas, cujo foco é a juventude da igreja. Dessa forma, mobiliza milhares de pessoas. Com o evidente aumento dos acidentes de trânsito e a necessidade crescente de transfusões de sangue em cirurgias, há necessidade sistemática de doação de sangue e também de órgãos. Neste ano, por exemplo, o foco do Projeto Vida por Vidas tem sido a doação de medula.

É nesse contexto que o Projeto Vida por Vidas, criado em 2005 por iniciativa dos jovens adventistas, com o objetivo de aumentar o estoque de sangue nos bancos dos hemocentros de todo o País, ganhou força e aumentou suas ações. E as suas atividades têm sido desenvolvidas não só no mês de abril, mas também durante todo o ano.

Nesta semana, aqui em Brasília, esse grupo de jovens trabalhará para levar pessoas aos hemocentros, a fim de conseguir pelo menos 500 bolsas de sangue. Isso será feito durante esta semana, muito especial para a Igreja Adventista por conta do grande evento que será realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de 24 a 31 de outubro. A programação poderá ser acompanhada com o Pastor Mark Finley. Os eventos serão realizados todas as noites, a partir das 19h30min. Aliás, a nossa *TV Novo Tempo*, que está transmitindo esta sessão solene, juntamente com a *TV Câmara*, transmitirá também a programação deste evento, a partir do dia 24, às 21h.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaríamos de destacar outro projeto – e aqui estão alguns de seus representantes: Clube dos Desbravadores e Aventureiros. Meninas e meninos entre 6 e 9 anos de idade, chamados

aventureiros, e de 10 a 15 anos de idade, chamados desbravadores, são orientados e motivados constantemente por voluntários a ter uma vida mais saudável, em harmonia com o meio ambiente e baseada em princípios morais e éticos. Eles participam de acampamentos, atividades físicas, cursos com aprendizado em diversas áreas e ficam longe das drogas e da criminalidade.

No Brasil, hoje, há 4.711 Clubes de Desbravadores, com 130.871 integrantes, e 1.998 Clubes de Aventureiros, com aproximadamente 45.500 integrantes – este é um simpático grupo de crianças de 6 a 9 anos de idade.

Em nome da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Sr. Presidente, queremos agradecer, sensibilizados, a atitude desta Casa, de separar este momento para realizar esta sessão solene em homenagem à ADRA, à Igreja Adventista e a suas ações.

Em nome da igreja, queremos dizer que sempre oramos pelas autoridades constituídas e continuaremos orando, especialmente pela Direção desta Casa, para que Deus a conduza nos processos, nas leis a serem votadas aqui, a fim de que tenhamos um país mais forte e mais justo em todas as áreas.

Que Deus continue abençoando esta Casa! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Convido os presentes a assistirem à apresentação do Coral Voices Teen, que, sob a regência de Ester Leal, interpretará as músicas *Certeza da Vitória, Nosso Tudo é Jesus* e *Transformando o Mundo – Uma Vida de Cada Vez*.

(São executadas as músicas Certeza da Vitória, Nosso Tudo é Jesus e *Transformando o Mundo – Uma Vida de Cada Vez.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Estamos chegando ao final desta sessão solene.

Que bom que vivemos num Estado laico, que possibilita a ocupação de um espaço como este para a proclamação do amor de Deus, do amor de Jesus. Que bom que podemos servir a um Deus vivo que não faz acepção de pessoa, a um Deus que ama o católico, o espírita, o evangélico, o protestante, o ateu, aqueles que estão nas seitas, no budismo.

Mas hoje estamos aqui homenageando a ADRA e a Igreja Adventista. Agradecemos aos amigos e pastores que aqui compareceram: ao Pastor Günther Wallauer, Diretor da Divisão Sul-Americana da ADRA; ao Pastor Edson Rosa, Diretor de Comunicação da Igreja Adventista do Sétimo Dia; ao Pastor Valter Araújo, da ADRA de São Paulo; ao Vereador José Ricardo, da egrégia Câmara Municipal de Santo André, São Paulo.

Agradecemos também a Mário Pavan; ao Pastor Helder Roger, Presidente da Igreja Adventista para a Região Centro-Oeste; aos Deputados; ao nosso querido companheiro que representa brilhantemente o Estado de Pernambuco, o Deputado adventista Charles Lucena, do PTB; ao nosso querido Deputado Mauro Benevides, decano desta Casa que cumpre o décimo mandato político, campeão de pronunciamentos nesta Casa – e brilhantes pronunciamentos –, que foi Presidente por 2 vezes do Senado e do Congresso Nacional e enriqueceu com sua participação esta sessão; ao Deputado Vicentinho, que veio especialmente de São Paulo e para onde já deve estar retornando.

S.Exa. me disse, em mais de uma oportunidade, do seu amor e do seu carinho pela Igreja Adventista. Humildemente confessou a todo o Brasil que foi beneficiário do trabalho da ADRA quando chegou a São Paulo, vindo das terras nordestinas.

Agradecemos à *TV Novo Tempo*, que está cobrindo este evento. É a TV adventista levando as imagens desta linda cerimônia para todo o Brasil.

Agradecemos à *TV Câmara* e à *Rádio Câmara*; aos voluntários da ADRA e aos desbravadores, essa juventude sadia e bonita que aqui comparece; aos funcionários desta Casa, na pessoa do Dr. Rosenildo Figueiredo Felinto, assessor que nos deu toda a cobertura necessária.

Esta Casa tem um corpo de funcionários excepcional e de extrema competência. Quando as pessoas assistem a uma sessão, não imaginam o esforço e o trabalho que existem por trás de tudo o que é transmitido pela televisão.

Lembramos também o trabalho que faz a Igreja Adventista nas áreas da saúde e da educação, buscando a excelência. As escolas adventistas estão classificadas pelo MEC como as melhores do País.

Agradecemos também ao Pastor Sidionil e ao Pastor Luiz Gonçalves; enfim, a todos aqueles que se fizeram presentes; a este coral lindo que comoveu todos nós com essas músicas, com esses louvores que tocam o nosso coração.

Com certeza, a vida de muitas pessoas que assistiram a esta sessão não será mais a mesma. Cremos no poder de Deus, cremos nessa possibilidade de transformação das pessoas através da palavra de Deus. Cremos também que muitas pessoas nunca mais serão as mesmas a partir desta sessão solene.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 11 horas e 53 minutos.)

Ata da 287ª Sessão, em 19 de outubro de 2009

Presidência dos Srs. Luiz Couto, Mauro Benevides, Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não havendo **quorum** regimental para a abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.

I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 14h15)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. FLÁVIO BEZERRA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

(Não há Expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Nesta primeira meia hora daremos a palavra àqueles que queiram dar seu pronunciamento como lido ou se pronunciar em 1 minuto.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da *TV Câmara* e da *TV Juazeiro do Norte*, após cumprir um roteiro de acompanhamento das obras de transposição das águas do Rio São Francisco, a Ministra Dilma Rousseff, em nosso Estado, recebeu do Prefeito Manoel Santana, de Juazeiro do Norte, a justa postulação de enquadramento de 3.904 moradias no Programa Minha Casa, Minha Vida, executado pela Caixa Econômica Federal, com êxito previsível, ainda à espera de uma maior dinamização para atender à demanda de milhares de interessados.

Como Chefe da Municipalidade da terra do Padre Cícero Romão Batista, aquele líder político, com o apoio da Câmara Municipal, presidida pelo Vereador José de Amélia Junior, demonstrou elogiável empenho para contemplar aquela histórica comuna no mega-empreendimento, responsável pelo ascendente índice de popularidade de que se tem cercado o Presidente Lula da Silva.

Na condição de um dos representantes da Meca do Cariri, tomei a liberdade de trazer a esta tribuna o nosso endosso à proposta do Prefeito Manuel Santana, que demonstra inequívoca sensibilidade para equacionar problema crucial de qualquer gestão.

Recordo que, nas eleições majoritárias que disputei, o Cariri ofereceu-me maioria significativa, mesmo no recuado 1974, quando, pela primeira vez, ascendi ao Parlamento nacional.

Como cidadão juazeirense, entendi inelutável o dever de realçar a proposição de Manoel Santana, e levar à Chefe da Casa Civil o nosso vivo interesse em ver atendida tão justa aspiração.

Estaremos, nesta Casa, predispostos a respaldar iniciativas do dirigente máximo de Juazeiro do Norte, em quem reconhecemos um gestor consciente da necessidade de impulsionar o desenvolvimento daquela metrópole do sul do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade venho manifestar minha preocupação com a situação crítica das Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro, do nosso Duque de Caxias.

Como é de amplo conhecimento, os recursos orçamentários disponibilizados ao Exército nos últimos anos têm sido insuficientes para reaparelhamento, modernização, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e mesmo manutenção da instituição.

Para se ter uma ideia, neste ano de 2009, dos 70 mil recrutas necessários, apenas 48 mil foram in-

corporados. Isso significa que, por todo o nosso território, 30 mil jovens não prestaram serviço ao nosso Brasil. Isso é crítico!

Além disso, a redução da incorporação também tira a oportunidade de milhares de jovens ter uma melhor formação profissional, física, moral e de cidadania, proporcionando novas oportunidades para o futuro.

E mais, com a redução da incorporação, diminuise sensivelmente a possibilidade de apoio à sociedade em diversas atividades complementares e convênios com órgãos do Estado, como o apoio a calamidades, campanhas na área de saúde, distribuição de água no Nordeste e tantas outras atividades tão importantes à sociedade.

Com o atual quadro de desemprego, é lamentável que o Exército incorpore menos recrutas que o necessário, deixando muitas vezes jovens sem opção.

Infelizmente, tanto o orçamento deste ano como a previsão de orçamento para 2010, são insuficientes para o desenvolvimento de programas essenciais da Força.

Por isso, quero fazer um apelo aos nobres pares a fim de que venhamos apoiar efetivamente nossas Forças Armadas, ampliando os recursos orçamentários ao Orçamento Geral da União 2010, como forma de atender aos interesses maiores da própria sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. BETINHO ROSADO (DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento na tarde de hoje projeto de lei, sob inspiração do advogado e jurista Paulo Lopo Saraiva, do Rio Grande do Norte, que prevê e define a participação do advogado e da advogada no processo constitucional concentrado.

Em sua monografia a respeito desse assunto, diz que são essenciais à administração da Justiça a ipso *facto* do advogado e da advogada no processo constitucional, e não como amicus curiae. Diz ainda que a exclusão do advogado e da advogada na Ação Direta de Inconstitucionalidade, na Ação Declaratória de Constitucionalidade, na arguição de descumprimento de preceito fundamental é uma inconstitucionalidade patente.

Assim, nosso projeto de lei tem o objetivo de corrigir esse erro na Constituição brasileira e permitir que os advogados acompanhem no Supremo Tribunal Federal as ações de inconstitucionalidade.

Sr. Presidente, registro ainda que estou apresentando também 2 requerimentos. Um é de indicação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que simplifique o abate de ovinos e caprinos. No Brasil, 90% esse abate é feito de forma clandestina. Essa simplificação visa melhorar a questão de saúde pública.

O outro é um requerimento de informação destinado ao Tribunal de Contas da União, em que indago se, no projeto do pré-sal, em andamento na Casa, na partilha de todos os bens, todos os investimentos passam para a União depois de descoberto o petróleo; se a compra e a aquisição desses bens não estariam sujeitos à Lei nº 8.666, de 1993. No meu modo de entender sim. O Tribunal de Contas da União poderá dirimir esta dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ressaltar o trabalho do Secretário de Saúde de Fortaleza, Dr. Alexandre Mont'Alverne. Mesmo com as dificuldades por que passa a saúde, há uma demanda maior do que as nossas possibilidades.

Conforme Portaria nº 1.101/02, o Ministério da Saúde exige que Fortaleza tenha um mínimo de 6.182 leitos e, no máximo, 7.419, pois temos uma população de 2,4 milhões de habitantes, de acordo com o IBGE.

Mesmo assim, Fortaleza, na administração de Luzianne Lins, tem 9.201 leitos. Isso significa que estamos além das necessidades, segundo o IBGE. Todavia temos que continuar a lutar por mais investimentos para a saúde, porque é através das políticas públicas que o povo brasileiro tem acesso a alguns serviços como saúde, educação e tantos outros.

Parabéns ao Dr. Alexandre Mont'Alverne!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer a leitura das palavras iniciais do Presidente Oscar Arias, da Costa Rica, na Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, em 18 de abril de 2009.

Diz ele:

> "Tenho a impressão de que cada vez que os países caribenhos e latino-americanos se reúnem com o Presidente dos Estados Unidos da América para pedir-lhe coisas ou para reclamar coisas quase sempre é para culpar os Estados Unidos de nossos males passados, presentes e futuros. Não creio que isso seja de todo justo.
>
> Não podemos esquecer que a América Latina teve universidades antes que os Estados Unidos criassem Harvard e William & Mary,

que são as primeiras universidades desse país. Não podemos esquecer que nesse continente, como no mundo inteiro, pelo menos até 1750, todos os americanos eram mais ou menos iguais: todos eram pobres."

O Prêmio Nobel da Paz, o Presidente da Costa Rica, com uma grande lucidez, fez um belíssimo pronunciamento, que peço seja registrado nos Anais desta Casa para a posteridade, cujo título é: *Algo fizemos de mal.*

Solicito que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

"ALGO HICIMOS MAL"

Palavras do Presidente Oscar Arias da Costa Rica na Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, 18 de abril de 2009

"Tenho a impressão de que cada vez que os países caribenhos e latino-americanos se reúnem com o presidente dos Estados Unidos da América, é para pedir-lhe coisas ou para reclamar coisas.

Quase sempre, é para culpar os Estados Unidos de nossos males passados, presentes e futuros.

Não creio que isso seja de todo justo.

Não podemos esquecer que a América Latina teve universidades antes que os Estados Unidos criassem Harvard e William & Mary, que são as primeiras universidades desse país.

Não podemos esquecer que nesse continente, como no mundo inteiro, pelo menos até 1750 todos os americanos eram mais ou menos iguais: todos eram pobres.

Ao aparecer a Revolução Industrial na Inglaterra, outros países sobem nesse vagão:

Alemanha, França, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e aqui a Revolução Industrial passou pela América Latina como um cometa, e não nos demos conta.

Certamente perdemos a oportunidade.

Há também uma diferença muito grande.

Lendo a história da América Latina, comparada com a história dos Estados Unidos, compreende-se que a América Latina não teve um John Winthrop espanhol, nem português, que viesse com a Bíblia em sua mão disposto a construir urna Cidade sobre uma Colina, uma cidade que brilhasse, como foi a pretensão dos peregrinos que chegaram aos Estados Unidos.

Faz 50 anos, o México era mais rico que Portugal.

Em 1950, um país como o Brasil tinha uma renda per capita mais elevada que o da Coréia do Sul.

Faz 60 anos, Honduras tinha mais riqueza per capita que Cingapura, e hoje Cingapura em questão de 35 a 40 anos é um país com $40.000 de renda anual por habitante.

Bem, algo nós fizemos mal, os latino americanos.

Que fizemos errado?

Nem posso enumerar todas as coisas que fizemos mal. Para começar, temos uma escolaridade de 7 anos.

Essa é a escolaridade média da América Latina e não é o caso da maioria dos países asiáticos.

Certamente não é o caso de países como Estados Unidos e Canadá, com a melhor educação do mundo, similar a dos europeus.

De cada 10 estudantes que ingressam no nível secundário na América Latina, em alguns países, só um termina esse nível secundário.

Há países que têm uma mortalidade infantil de 50 crianças por cada mil, quando a média nos países asiáticos mais avançados é de 8, 9 ou 10.

Nós temos países onde a carga tributária é de 12% do produto interno bruto e não é responsabilidade de ninguém, exceto nossa, que não cobremos dinheiro das pessoas mais ricas dos nossos países. Ninguém tem a culpa disso, a não ser nós mesmos.

Em 1950, cada cidadão norte-americano era quatro vezes mais rico que um cidadão latino-americano.

Hoje em dia, um cidadão norte-americano é 10, 15 ou 20 vezes mais rico que um latino-americano.

Isso não é culpa dos Estados Unidos, é culpa nossa.

No meu pronunciamento desta manhã, me referi a um fato que para mim é grotesco e que somente demonstra que o sistema de valores do século XX, que parece ser o que estamos pondo em prática também no século XXI, é um sistema de valores equivocado.

Porque não pode ser que o mundo rico dedique 100.000 milhões de dólares para aliviar a pobreza dos 80% da população do mundo "num planeta que tem 2.500 milhões de seres humanos com uma renda de $2 por dia" e que gaste 13 vezes mais ($1.300.000.000.000) em armas e soldados.

Como disse esta manhã, não pode ser que a América Latina gaste $50.000 milhões em armas e soldados.

Eu me pergunto: quem é o nosso inimigo?

Nosso inimigo, presidente Correa, desta desigualdade que o Sr. aponta com muita razão, é a falta de educação;

é o analfabetismo;

é que não gastamos na saúde de nosso povo;

que não criamos a infraestrutura necessária, os caminhos, as estradas, os portos, os aeroportos;

que não estamos dedicando os recursos necessários para deter a degradação do meio ambiente;

é a desigualdade que temos que nos envergonhar realmente; é produto, entre muitas outras coisas, certamente,

de que não estamos educando nossos filhos e nossas filhas.

Vá alguém a uma universidade latino-americana e parece, no entanto que estamos nos sessenta, setenta ou oitenta.

Parece que nos esquecemos de que em 9 de novembro de 1989 aconteceu algo de muito importante; ao cair o Muro de Berlim, e que o mundo mudou.

Temos que aceitar que este é um mundo diferente, e nisso francamente penso que os acadêmicos que toda gente pensante, que todos os economistas, que todos os historiadores, quase concordam que o século XXI é um século dos asiáticos não dos latino-americanos.

E eu, lamentavelmente, concordo com eles.

Porque enquanto nós continuamos discutindo sobre ideologias, continuamos discutindo sobre todos os "ismos"

(qual é o melhor? capitalismo, socialismo, comunismo, liberalismo, neoliberalismo, social cristianismo...)

os asiáticos encontraram um "ismo" muito realista para o século XXI e o final do século XX, que é o *pragmatismo*.

Para só citar um exemplo, recordemos que quando Deng Xiaoping visitou Cingapura e a Coréia do Sul, depois de ter-se dado conta de que seus próprios vizinhos estavam enriquecendo de uma maneira muito acelerada, regressou a Pequim e disse aos velhos camaradas maoístas que o haviam acompanhado na Grande Marcha:

> "Bem, a verdade, queridos camaradas, é que a mim não importa se o gato é branco ou negro, só o que me interessa é que cace ratos". E se Mao estivesse vivo, teria morrido de novo quando disse que "a verdade é que enriquecer é glorioso".

E enquanto os chineses fazem isso, e desde 1979 até hoje crescem a 11%, 12% ou 13%, e tiraram 300 milhões de habitantes da pobreza, nós continuamos discutindo sobre ideologias que devíamos ter enterrado há muito tempo atrás.

A boa notícia é que isto Deng Xiaoping o conseguiu quando tinha 74 anos. Olhando em volta, queridos presidentes, não vejo ninguém que esteja perto dos 74 anos.

Por isso só lhes peço que não esperemos completá-los para fazer as mudanças que temos que fazer.

Muchas gracias."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro que os jornais do Distrito Federal têm noticiado o interesse do Governo do Distrito Federal em utilizar a água do Lago Paranoá para o abastecimento da população do Distrito Federal.

Todos sabemos que a situação hídrica no Distrito Federal é crítica. Setenta por cento da água consumida no Distrito Federal vêm da Barragem do Rio Descoberto; pouco mais de 20% da água vêm da represa localizada no Parque Nacional de Brasília, e temos uma dificuldade em função do crescimento da população do Distrito Federal.

É importante ressaltar que o Governo passado fez um grande investimento, um grande alarde da construção da Usina de Corumbá IV, dizendo que o abastecimento de água da população do Distrito Federal estaria resolvido pelos próximos 100 anos.

Quero sugerir ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, que faça um debate, da forma mais ampla possível, sobre a utilização das águas do Lago Paranoá para o abastecimento do Distrito Federal. Que a comunidade científica seja ouvida, que a população seja ouvida, que todas as informações sejam dadas de forma transparente para o conjunto da população, para que não se prejudiquem os usos múltiplos das águas do Lago Paranoá.

Reitero, mais uma vez, a necessidade da implantação definitiva do Comitê de Bacia do Lago Paranoá. Foi nomeada uma Comissão Provisória, mas é importante que o Comitê de Bacia funcione efetivamente, comandando essa discussão sobre os diversos usos da água do Lago Paranoá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ofício

Senhor Presidente, comunico a V.Exa. e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 21 do corrente, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário

da Câmara dos Deputados, destinada à leitura e votação de matérias.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de estima e distinta consideração.

Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ofício

Senhor Presidente, comunico a V.Exa. e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 22 de outubro do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira (FAB) e o Dia do Aviador.

Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Sr. Presidente, antes de V.Exa. iniciar o Pequeno Expediente, solicito a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco PSB/PCdoB/PMN/PRB, ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg. V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar com muita alegria a abertura, hoje, da 6ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, um bonito evento ocorrido agora pela manhã, com a participação do Ministro Sérgio Rezende, do Presidente do CNPq, de diversos presidentes de instituições, ocasião em que também foi lançado o selo comemorativo desta grande exposição de Ciência e Tecnologia montada na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Museu da República.

Vinte mil eventos, Sr. Presidente, serão realizados simultaneamente ao longo desta semana, em mais de 500 municípios, reunindo mais de mil instituições de caráter científico, num verdadeiro mutirão para a divulgação científica e a popularização da Ciência.

Digo isso com muita alegria, Sr. Presidente, porque tive a oportunidade, como Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2004, de iniciar esta semana, de realizar e coordenar a 1ª e a 2ª Semanas Nacionais de Ciência e Tecnologia.

Mas quero aqui registrar a grande participação, a valiosíssima participação do professor físico Ildeu de Castro Moreira, Diretor do Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia do MCT, um dos grandes mobilizadores e articuladores desta Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, uma das pessoas mais competentes com que tive o prazer de trabalhar até este momento. Realmente, uma pessoa da maior categoria, uma pessoa de grande espírito público, de grande compromisso com a Ciência brasileira e que também se destaca como grande mobilizador.

Esta Semana Nacional de Ciência e Tecnologia só acontece graças ao envolvimento de centenas de universidades, institutos de pesquisa, instituições como a EMBRAPA e diversos institutos de pesquisa vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que abrem suas portas para mostrar desde as pesquisas que estão sendo desenvolvidas em algumas fronteiras do conhecimento, como a nanotecnologia, a biotecnologia, a biomassa, as tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas em nosso País em benefício da população mais pobre.

Não poderia deixar de cumprimentar, neste momento, o atual Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, Joe Valle, companheiro do Distrito Federal que vem dando continuidade a essas ações de divulgação, difusão e popularização da Ciência, com grande impacto em todo o Brasil.

Fiquei muito feliz ao ouvir do Ministro da Educação, Fernando Haddad, que as escolas que estão participando das Olimpíadas Brasileiras de Matemática das escolas públicas já tiveram rendimento 5% superior no que se refere à disciplina.

Essa olimpíada foi iniciada por nós. No primeiro ano, tivemos a participação de 10 milhões de estudantes de todo o Brasil.

Hoje, o Ministro anunciou que, neste final de semana, será realizada a segunda etapa das provas, com a participação de 99% dos municípios brasileiros e de 19 milhões de alunos de todo o Brasil. Isso significa 10% do total da população brasileira, contingente enorme de jovens que estão dedicados, coletivamente, ao estudo da Matemática, preparando-se para participar da Olimpíada Brasileira de Matemática.

São ações como esta que despertam interesse pelo conhecimento científico, pelas carreiras científicas, e que podem produzir, a médio prazo, uma quantidade maior de cientistas para o nosso País, essencial para promover o desenvolvimento sustentável com base na inovação tecnológica.

Parabenizo o Ministro Sérgio Rezende, o Secretário Joe Valle e o Prof. Ildeu de Castro Moreira pela realização da 6ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Parabenizo também todas as instituições e municípios que aderiram a esse movimento e que estão fazendo esse conjunto de ações que vão transformar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Moacir Micheletto.

O SR. MOACIR MICHELETTO (Bloco/PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, dias atrás estive visitando o tradicional Colégio Técnico Agrícola José Bonifácio, *campus* da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Joboticabal, onde me formei em Técnico Agropecuário no ano de 1965. Venho hoje a esta tribuna justamente para fazer um sucinto relato dessa visita que muito me tocou emocionalmente. Foi lá que passei tempos "idos e vividos que anos não trazem mais", como disse o grande poeta.

Quando aluno dessa escola, fundamos o Grêmio Estudantil, que existe até hoje; foi quando recepcionamos o então Governador Laudo Natel, que esteve naquele colégio para conhecer suas instalações, o método educacional, o corpo docente e discente. Sua qualidade do ensino é por todos reconhecida.

Depois de uma longa conversa, visitamos o atual Prédio Central, onde se iniciou a Escola, com o Prédio de Agroindústria. Encontramos também os antigos pertences do Colégio. Daí surgiu a ideia de construirmos um local adequado para exposição das peças e visitação da comunidade, resgatando assim a história do Colégio Agrícola e da UNESP, em Jaboticabal.

Do encontro participaram o atual Diretor do Colégio Agrícola, Prof. Erberto José da Silva; o Prof. João Gonçalves Pito, titular do conteúdo programático da História do Colégio, prestes a publicar uma 2ª edição revisada e atualizada do livro intitulado *Nossa História*; a Diretora do Departamento de Economia Rural da UNESP de Jaboticabal, Profa. Ana Margarida Theodoro Caminhas; e o Prof. de Geografia da Faculdade São Luís de Jaboticabal, Sr. Mangili, que foi diretor do Colégio na década de 1970.

O colégio Técnico Agrícola José Bonifácio da UNESP – Campus de Jaboticabal é um dos pioneiros, em todo o País, na área da Educação Agropecuária. Já formou mais de 5.700 técnicos aptos para os vários ramos do agronegócio brasileiro em seus 88 anos, prestando assim uma valiosa contribuição a educação e a economia do País.

A escola conta atualmente com 189 alunos em regime de semi-internato, com direito a alojamento, alimentação, assistência médica e odontológica, serviços de lavanderia e estudos totalmente gratuitos, em seu curso de Técnico em Agropecuária. Mais recentemente, obteve da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo autorização para funcionamento do Curso de Técnico em Informática no Agronegócio, no período noturno, com outras 35 vagas.

A localização privilegiada, a infraestrutura adequada e o quadro de docentes e servidores capacitados, propiciaram para que o colégio crescesse. Hoje, ele está agregado a uma universidade pública de São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, onde funcionam outros 5 cursos superiores, a saber:

– Administração: 191 alunos
– Agronomia: 546 alunos
– Ciências Biológicas: 192 alunos
– Medicina Veterinária: 303 alunos
– Zootecnia: 324 alunos.

O colégio mantém ainda os cursos de Segundo Grau profissionalizante:

– Técnico em Agropecuária: 189 alunos
– Técnico em Informática no Agronegócio: 32 alunos

A história de José Bonifácio se fez no final de 1920, quando o Deputado Federal, Cincinato Braz da Silva Braga, relator do orçamento federal para o ano de 1921, colocou no orçamento uma verba para criação, em Jaboticabal, de um Patronato Agrícola. Assim, em 15 de agosto de 1921, o Decreto, do Governo Federal, de nº 15.150, assinado pelo Presidente da República Epitácio Pessoa, cria o Patronato Agrícola José Bonifácio, que, sob o decreto nº 51.293, de 20 de janeiro de 1969, recebeu o nome de Colégio Técnico Agrícola Estadual José Bonifácio, visto que seus ensinamentos se equiparavam ao Curso Colegial. Pelo Decreto nº 7.815, de 20 de abril de 1976, o Colégio foi encampado pela UNESP. Esta transferência deve-se a eficiente contribuição do Reitor da UNESP, Dr. Luiz Ferreira Martins, e do Secretário-Geral da Reitoria, Dr. Roberto Ribeiro Bazilli.

O Município de Jaboticabal, que abriga o Colégio Agrícola, está situado à margem esquerda do Rio Mogi-Guaçú, abrangendo área de 708,6 km², dividida entre os Distritos de Lusitânia, Córrego Rico e a sede municipal. É limitado pelos Municípios de Pitangueiras, Guariba, Taquaritinga, Pradópolis, Barrinha, Sertãozinho, Taiúva e Monte Alto.

A origem do nome deriva de um bosque de jaboticabeiras nativas, existente dentro do primeiro perímetro demarcado. Jaboticabal significa, portanto, bosque das jaboticabeiras. A origem da palavra jaboticaba é indígena (tupi); "iapoti'kaba": fruto de que se alimenta o jabuti.

A grafia tradicional do nome foi sempre Jaboticabal, e tornou-se oficial pela Lei Municipal nº 421, de 20 de setembro de 1960. O município foi fundado em 16 de julho, dia consagrado à Padroeira Nossa Senhora do Carmo. O fundador de Jaboticabal foi João Pinto Ferreira.

Desde sua fundação, Jaboticabal sofreu declarada influência de elementos de origem portuguesa, vindos de Minas Gerais, aos quais se juntaram mais tarde consideráveis contingentes de italianos e espanhóis, bem como árabes e japoneses.

O município está localizado em uma das mais ricas regiões do Estado, responsável por aproximadamente 8,5% do Produto Interno Bruto, o PIB. Num raio de 100 quilômetros de Jaboticabal existem 83 municípios que apresentam receita tributária própria superior a 20 milhões de dólares, abrigando mais de 2,8 milhões de habitantes.

Atualmente, o setor primário é composto por mais de 200 indústrias, que atuam em diversos ramos: desde a cana-de-açúcar até a produção de refrigerantes. Já o setor secundário congrega mais de 1.600 unidades comerciais de ramos diversificados, incluindo-se a prestação de serviços.

Jaboticabal também se destaca como o maior produtor de artefatos de cerâmicas do Brasil, atividade voltada quase exclusivamente para a produção de filtros e vasos, feitos na sua maioria de forma artesanal, moldados à mão, em tornos de madeira.

O município também é detentor da maior produtividade de amendoim do Brasil. Em 2001, o produto começou a ser exportado pela primeira vez para países do Leste Europeu.

Refletindo a realidade nacional, o quadro econômico da cidade de Jaboticabal é aquecido principalmente pela produção agrícola.

Além da Coplana de Jaboticabal – que tem o maior armazém do mundo para amendoins em *big bags* (capacidade para 37,5 mil toneladas) – as 2 usinas localizadas no município, as de São Carlos e Santa Adélia, geram empregos diretos e produção para a exportação.

O mercado de massas nacional recebe influência da cidade por meio da Basilar. Também a cerâmica tem participação significativa na economia da cidade. A principal empresa do ramo em Jaboticabal é a Stéfani, com os filtros São João e outros. Iniciativas municipais como a Incubadora de Empresas e o Distrito Industrial somam-se aos investimentos particulares para proporcionar empregos e mais desenvolvimento à cidade de Jaboticabal.

As principais atividades econômicas são:

– Agricultura, Agroindústria, Comércio e Prestação de Serviço.

– Setor Primário: 3.183;

– Setor Secundário: 7.613;

– Setor Terciário: 13.800.

A agricultura tem participação de 50% no ICMS sendo: 40% açúcar e álcool, e 10% outras culturas.

Número de propriedades rurais: 885;

Principal cultura: cana-de-açúcar;

Produtos exportados: álcool, açúcar e amendoim;

Área cultivada total: 64.496 ha;

Cultura perene: 498,80 ha;

Cultura semiperene: 49.728,20 ha;

Cultura anual: 3.197,80 ha;

Pastagem natural: 1.805,90 ha;

Pastagem cultivada: 1.433,50 ha;

Reflorestamento: 586.20 ha;

Mata Natural: 1.334,00 ha;

Área com cultura irrigada: 190,5 ha;

Área urbana: 33 km^2;

Distritos: Córrego Rico e Lusitânia.

Nós, como diretores e professores dessa instituição, concluímos com o sentimento de que fomos retribuídos com uma grande lição de vida e determinação desses ilustres visitantes, pela dedicação ao agronegócio, e, principalmente, pela gratidão à nossa querida Instituição, deixando-nos lisonjeados por fazer parte daquela unidade de ensino.

Peço aqui, a compreensão dos colegas Parlamentares para ler um pequeno trecho do relatório dessa nossa estada, elaborado pelo diretor do Colégio, Prof. Erberto José da Silva:

> "Tratava-se dos senhores Moacir Micheletto e de Jurandir Berigo. Se a ambos a visita foi emotiva, recordando-se do passado, nossa sensação foi ainda maior pela satisfação de vê-los pessoalmente e, mais, nos homens em que se transformaram. Moacir Micheletto, por exemplo, graduou-se posteriormente em Agronomia e é hoje um dos deputados federais mais atuantes no agronegócio nacional. Em seus cinco mandatos, foi relator, participante de infindáveis comissões, grupos temáticos, entrevistas etc., todos voltados à defesa da agropecuária brasileira. O tino político estava no sangue...
>
> Jurandir Berigo foi um grande incentivador e criador de suínos. Aposentou-se, mas seu gosto afeito à atividade é demonstrado quando senta-se em uma churrascaria e começa a explicar aos amigos sua preferência por algumas peças de carne suína, e recomenda que as experimentem."

Queremos concluir, ressaltando que foi uma visita comovente, que nos deixou lisonjeados por ter pertencido àquela conceituada unidade de ensino, ainda

hoje muito respeitada pelo corpo docente, discente e pelo quadro de dedicados servidores.

Tem razão o poeta quando diz: *"Não existe o esquecimento total: as pegadas impressas na alma são indestrutíveis"*.

E são mesmo. Tive esse sentimento ao visitar o Colégio José Bonifácio de Jaboticabal. O fato é que as amizades lá nascidas têm sido marcadas pela perenidade, baseadas na mútua admiração e respeito, e não há distância ou tempo que consiga reduzi-las.

Foi aquela casa que fez com que eu, pela indignação, pudesse estar hoje aqui, no Congresso Nacional, lutando pelas ideias almejadas. E devo muito mais aos mestres que nos educam e, acima de tudo, formam cidadãos brasileiros que possam fazer deste um grande país. E o Brasil é hoje a esperança do mundo, principalmente no campo da nossa agropecuária, que produz e produzirá alimento para matar a fome, não só dos brasileiros, mas de milhares de irmãos nossos espalhados pelo mundo e que buscam sobrevivência, tornando-os, definitivamente, verdadeiros seres humanos que queiram construir sua felicidade.

A escola nos molda para a consciência. E essa consciência eu a tive e exercitei com fé, coragem e determinação pelas mãos dos nossos mestres e, acima de tudo, por contar com uma instituição como o nosso Colégio Agrícola, assim conhecido e implantado no campus da nossa querida Jaboticabal.

Sou neto e filho de agricultores, e assentei a minha vida pública em um tripé. Primeiro, a educação; segundo, a saúde; e, terceiro, a agricultura. Estes são os alicerces para construir uma grande nação, e assim o faremos pelo voto, que é a arma mais importante para construir democraticamente um país. Pois é nesse tripé que me esforço para ser um bom brasileiro e, consequentemente, cumprir minha missão de Parlamentar.

Todos nós somos peregrinos, e peregrinos são aqueles que cruzam os campos. Um dia, cruzei os campos da nossa querida Jaboticabal, que marcou pelo resto de minha vida meu caráter e minha consciência de lutar por um Brasil melhor para todos!

Muito obrigado!

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, e todo o seu corpo técnico de funcionários pela coragem de mostrar para a sociedade os avanços na área da educação no Brasil, mas também as dificuldades que nós temos.

Passo a fazer um comentário da edição de sábado, dia 17, de *O Povo*, do Estado do Ceará, que diz:

> "Segundo o MEC, das 27 unidades da Federação, o Ceará aparece no 23º lugar, com um salário médio de 1.146 reais. Aparece à frente apenas de Pernambuco, Paraíba, Piauí e a Bahia".

Diz mais ainda, Sr. Presidente:

> "Dados divulgados pelo Ministério da Educação, ontem, mostram que o professor de educação básica da rede pública de Pernambuco recebe como salário menos de um terço do que é pago ao mesmo profissional que trabalha no Distrito Federal. Enquanto o docente pernambucano embolsa, em média, 982 reais por mês, o de Brasília ganha 3.360, ambos com a carga horária de 40 horas semanais".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando o MEC traz para a discussão o problema da educação, fala-se que o País vai se desenvolver, que haverá investimentos do PAC no Norte e Nordeste, aliás, em todo o País, e que vamos formar maior número de engenheiros, maior número de técnicos de nível médio e nível superior. Só que esta Casa, que tem responsabilidade para com o País, não pode permitir que se paguem salários dessa natureza aos professores do nosso País. O que representam 982 reais para uma pessoa de nível superior, que tem a responsabilidade pela formação e pela transformação dos nossos jovens? Mesmo com o avanço de um salário básico, no âmbito nacional – que é o piso votado por esta Casa –, ainda estamos na dependência do Supremo Tribunal Federal para chegarmos a uma consenso. A soma de 950 reais, somando-se todas as gratificações, poderia ser a base salarial; a partir daí, discutiríamos a questão salarial.

Ainda estamos na dependência de decisão do Supremo Tribunal Federal, com relação à carga horária e ao fato de o professor ter ou não direito a um terço para poder se especializar, fazer o seu trabalho fora da sala de aula.

Ora, enquanto o Ministério da Educação apresenta essas questões ao povo brasileiro, apelamos para o Supremo Tribunal Federal deste País no sentido de que resolva, de uma vez por todas, essa questão.

Que essa mobilização dos professores em prol de melhores salários tenha frutos.

Foi uma festa na Casa, e todo o País gostou, quando aprovamos o piso salarial dos professores. Não é o que queríamos, mas já é um avanço. O piso salarial do professor deixou de ser uma questão municipal ou estadual e passou a ser federal.

Tenho 40 anos de magistério. Fico triste porque essa não foi sempre a realidade do Brasil. Há 30, 40 anos professores da rede estadual do Ceará ganhavam bem melhor do que atualmente. Mas, devido à política neoliberal implantada no País, em que educação passou a ser mercadoria e não prestação de serviço, o Governo do Ceará, principalmente do PSDB, passou a tirar vantagens: quinquênio, redução da carga horária, aumento do número de alunos para cada professor – 50.

Portanto, ratifico o meu respeito, a minha admiração pelo Ministro da Educação, que teve a coragem de expor a realidade da educação para a sociedade, a fim de que possamos fazer uma reflexão e adotarmos medidas para que o professor não seja um assalariado diferenciado de várias profissões de nível superior.

Por que o médico, o economista – sou a favor de que ganhem bem – podem ganhar bem e nós, professores, termos um salário que nos dá vergonha perante os países civilizados do mundo?

Só tenho a elogiar o Ministro da Educação. Não são os professores que estão dizendo, mas o Governo, oficialmente, que esse salário tem de ser rediscutido e que se deve procurar novos caminhos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento, na íntegra, nos meios de comunicação da Casa. Fala-se em educação, como se fôssemos sacerdotes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Laerte Bessa, do PSC do Distrito Federal.

O SR. LAERTE BESSA (PSC-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje as polícias do Brasil encontram-se de luto pelo que aconteceu no último sábado no Rio de Janeiro. A Segurança Pública do País já está de luto há muito tempo, porque, infelizmente, a nossa Secretaria Nacional de Segurança Pública é totalmente inoperante para conduzir o trabalho profissional da segurança pública no nosso País.

A culpa não é do Secretário Nacional, mas de quem o colocou lá, porque aquele cidadão que está à frente da Secretaria Nacional de Segurança Pública não entende nada de polícia, não entende nada de segurança pública! Então é lamentável o que aconteceu no último sábado no Rio de Janeiro.

Vimos, pela televisão, o Fênix 3, helicóptero da Polícia Militar do Rio de Janeiro, voando em chamas, caindo e se desintegrando depois de receber tiros disparados por bandidos. Será que foram usadas metralhadoras 1.30 ou 1.50? Nós não sabemos. Sabemos que a nossa polícia, a nossa segurança pública foi ferida de morte, Sr. Presidente. Lamentavelmente, foi um ato de terrorismo. Os 6 policiais militares que estavam no helicóptero agonizaram durante aquele período em que o piloto tentava aterrissar num campo de futebol.

Há quanto tempo nós não votamos um projeto de segurança pública nesta Casa? Temos de abrir os olhos, porque o que aconteceu no Rio de Janeiro foi a mando de traficantes do Presídio de Catanduvas, no Paraná. Foi de lá que o mando saiu, Sr. Presidente. E agora? Os caras estão presos. Não está na hora de falar em pena de morte?!

Será que conseguimos recuperar Fernandinho Beira-Mar? Será que conseguimos recuperar Gilberto Veloso dos Santos? São bandidos conhecidos em todo o território nacional e que, infelizmente, comandam o crime organizado de dentro das cadeias públicas.

Então está na hora de nos sentarmos para discutir o endurecimento da Lei de Execuções Penais, o endurecimento do Código de Processo Penal, porque do jeito que está não dá!

Sei que V.Exa., Sr. Presidente, é um grande protetor dos direitos humanos. Acho que V.Exa. tem as suas vitórias, tem a sua conduta muito bem postulada nesse âmbito. Mas nós temos que olhar também o lado da sociedade. Esse atentado que aconteceu contra aqueles policiais do Rio de Janeiro está também se repetindo em todo o Brasil.

Na semana atrasada, nós perdemos, aqui no Distrito Federal, o agente Luís Carlos Ferreira, que foi executado por bandidos que estavam usufruindo do "saidão". Perdemos também no último sábado Francisco de Assis, um policial militar que foi executado em Samambaia. E assim acontece em todo o Brasil.

Agora, pergunto: quem está cometendo esses crimes? quem são os bandidos que cometem esses crimes? São presidiários, liberados pelos *sursis*, pelos indultos, pelos "saídões", pelas liberdades condicionais, que nós temos em excesso.

Se nós não tomarmos uma posição, o que aconteceu no sábado no Rio de Janeiro vai continuar acontecendo, porque infelizmente bandidos dessa natureza não podem conviver com a sociedade; não podem ser beneficiados com "saidões", como acontece no Rio de Janeiro e em Brasília, onde 95% dos crimes são cometidos por presidiários, principalmente crimes violentos, como estupro, latrocínio, homicídios com requintes de crueldade.

Sr. Presidente, temos que sensibilizar as Lideranças para que esta Casa instale uma comissão a fim de agrupar todos os projetos que venham a dar uma arrochada em nosso Código de Processo Penal, em

nossa Lei de Execuções Penais, porque nossa sociedade não mais suporta tanta violência!

Sr. Presidente, V.Exa. fez parte da CPI do Sistema Penitenciário. Sei que o trabalho foi bem feito – V.Exa. e o Deputado Domingos Dutra fizeram um grande trabalho. Concordo com tudo que foi feito. Sei que hoje o sistema penitenciário no Brasil é totalmente falido. Mas não podemos ficar à mercê dos bandidos que atualmente são liberados sem nenhum condicionamento de segurança, sem nenhum sistema de vigilância.

Este é o meu protesto. Estamos enlutados pelo que ocorreu no último sábado no Rio de Janeiro, e vamos lutar, nas próximas semanas, para tentar melhorar as condições da segurança pública em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência levará ao nobre Deputado Michel Temer as sugestões agora preconizadas pelo nobre Deputado Laerte Bessa no sentido de que esta Casa promova uma revisão do Código de Processo Penal, na parte pertinente à Lei de Execuções, a fim de que o aparelho estatal esteja mais preparado para enfrentar as distorções que ocorrem no momento e que exigem, sem dúvida, maior rigidez na estrutura carcerária brasileira.

Portanto, o nobre Deputado Laerte Bessa pode ficar absolutamente tranquilo, porque, como Presidente em exercício, levarei ao titular, Michel Temer, as sugestões recomendadas por V.Exa. em seu pronunciamento, na tribuna da Câmara dos Deputados.

Durante o discurso do Sr. Laerte Bessa, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, fizemos o lançamento da nossa candidatura à presidência do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores na Paraíba. Já exercemos esse mandato, Sr. Presidente, e vamos nos candidatar à reeleição porque durante o atual período fizemos crescer o partido no Estado.

O Partido dos Trabalhadores é respeitado, e nós o queremos um partido independente, altivo, que não seja subserviente nem submisso.

Defendemos uma proposta, Sr. Presidente. Julgamos que é possível existir uma outra Paraíba, com desenvolvimento, com justiça social, com inclusão produtiva e social, com distribuição de renda, com geração de emprego e com investimentos no que é fundamental: educação, ciência e tecnologia e saúde.

Infelizmente, porém, a nossa Paraíba está sempre colocada em último lugar, perde para todos os outros Estados, igualando-se apenas, em termos de crescimento, ao Maranhão.

Queremos mudar a face da Paraíba com um projeto novo. Os adversários que concorrem conosco ficam desqualificando a nossa ação. Estamos defendendo as bandeiras históricas e a independência do partido. Por isso, somos acusados de querer dividir o partido. Na verdade, o que queremos é recuperar as bandeiras históricas do partido. É isso que estamos debatendo e vamos debater.

Eles, sim, é que estão hoje abarrotados de cargos do Governo Estadual. Como dizem no Nordeste, estão com a pança cheia de cargos e não querem respeitar a independência e a altivez do Partido dos Trabalhadores.

Nesse sentido, fizemos uma manifestação na qual plantamos 13 árvores para mostrar que estamos plantando o futuro de uma outra Paraíba. E sabemos que isso será possível.

Queremos avançar na segurança pública, porque é uma lástima o que está acontecendo atualmente no Estado. Além de ser o Estado que menos aplica recursos no setor, o número de homicídios dolosos tem aumentado.

A Paraíba também é o Estado que pior paga seus professores, o que mostra que a educação não é prioridade.

O Estado necessita gerar emprego, distribuir renda, investir na educação e na saúde, mudando as práticas políticas da perseguição, da ameaça, da retaliação, de aos amigos tudo, aos adversários, a lei e a força.

Queremos mudar, Sr. Presidente!

Na manifestação realizada, tivemos a presença de companheiros de diversos municípios, o que demonstra que a militância do PT, aguerrida, combativa, lutadora, não irá permitir que o Partido dos Trabalhadores seja submetido à subserviência. Contra isso estamos lutando, para pôr em prática um projeto de desenvolvimento para o Estado, e vamos continuar nesse caminho. Temos certeza de que a militância de nosso partido apoiará, sim, a nossa reeleição, o que possibilitará que continuemos a administrar nosso partido e fazer com que cada vez mais ele seja respeitado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Deputado Luiz Couto, a Presidência cumprimenta V.Exa. que, ao proferir seu discurso, o fez na condição também de Presidente do Diretório do Partido dos Trabalhadores no Estado da Paraíba. E estabelece diretrizes de atuação partidária num processo que orientará ainda mais seus correligionários e, naturalmente, na

formatação de um Governo que o PT entende como ideal para aquela unidade federada.

Se é certo que V.Exa. nesta Casa tem pontificado como uma das suas figuras estelares, acredito que, em sua atuação como dirigente partidário, direcionando-a de forma mais identificável com os interesses de Estado da Paraíba, V.Exa. cumpre com perfeição a delegação de seus correligionários, daqueles que na convenção partidária entenderam de guindá-lo a esse cargo de extrema importância na estrutura política de seu Estado.

Portanto, receba V.Exa. nossos cumprimentos, confiando em que sua atuação e suas recomendações prevaleçam no novo posicionamento que o PT paraibano deverá assumir sob a sua presidência.

O SR. LUIZ COUTO – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Solicito ainda que seja registrado nos Anais da Casa artigo de Mauro Santayana, intitulado *A CPI do MST e as terras roubadas,* em que ele diz: *"Não há democracia sem que haja reforma agrária. A posse familiar da terra – e da casa, na situação urbana – é o primeiro ato de cidadania, ou seja, de soberania."*

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

A CPI do MST e as terras roubadas

Mauro Santayana

Publicado originalmente no Jornal do Brasil em 14-10-2009

A terra é o mais grave problema de nossa história social, desde que os reis de Portugal retalharam a geografia do país, com a concessão de sesmarias aos fidalgos. Os pobres não tiveram acesso pleno e legal à terra, a não ser nos 28 anos entre a independência – quando foi abolido o regime das sesmarias – e 1850, quando os grandes proprietários impuseram a Lei de Terras, pela qual as glebas devolutas só podiam ser adquiridas do Estado a dinheiro.

A legislação atual vem sendo sabotada desde que foi aprovado o Estatuto da Terra. É fácil condenar a violência cometida, em episódios isolados, e alguns muito suspeitos, pelos militantes do MST. Difícil tem sido a punição dos que matam seus pequenos líderes e os que os defendem. Nos últimos anos, segundo o MST, mais de 1.600 trabalhadores rurais foram assassinados e apenas 80 mandantes e executores chegaram aos tribunais. Em lugar de uma CPI para investigar as atividades daquele movimento, seria melhor para a sociedade nacional que se discutisse, a fundo, a questão agrária no Brasil.

O Censo de 2006, citado pelo MST, revela que 15 mil proprietários detêm 98 milhões de hectares, e 1% deles controla 46% das terras cultiváveis. Muitas dessas glebas foram griladas. Temos um caso atualíssimo, o do Pontal do Paranapanema, onde terras da União estão ocupadas ilegalmente por uma das maiores empresas cultivadoras de cítricos do Brasil. O Incra está em luta, na Justiça, a fim de recuperar a sua posse. O que ocorre ali, ocorre em todo o país, com a cumplicidade, remunerada pelo suborno, de tabeliães e de políticos.

Cinco séculos antes de Cristo, os legisladores já se preocupavam com a questão social e sua relação com a posse da terra. É conhecida a reforma empreendida por Sólon, o grande legislador, na Grécia, que, com firmeza, mandou quebrar os horoi, ou marcas delimitadoras das glebas dos oligarcas. Mais ou menos na mesma época, em 486, a.C., Spurio Cássio, um nobre romano, fez aprovar sua lei agrária, que mandava medir as glebas de domínio público e separar parte para o Tesouro do Estado e parte para ser distribuída aos pobres. Imediatamente os nobres se sublevaram como um só homem, e até mesmo os plebeus enriquecidos (ou seja a alienada classe média daquele tempo) a eles se somaram. Spurio Cássio, como conta Theodor Mommsen em sua História de Roma, foi levado à morte. "A sua lei foi sepultada com ele, mas o seu espectro, a partir de então, arrostava incessantemente a memória dos ricos, e, sem descanso, surgia contra eles, até que, pela continuada luta, a República se desfez" – conclui Mommsen. E com razão: a última e mais completa lei agrária romana foi a dos irmãos Graco, Tibério e Caio, ambos mortos pelos aristocratas descontentes com sua ação em favor dos pobres. Assim, a República se foi dissolvendo nas guerras sociais, até que Augusto a liquidou, ao se fazer imperador, e seus sucessores conduziram a decadência da grande experiência histórica.

Não há democracia sem que haja reforma agrária. A posse familiar da terra – e da casa, na situação urbana – é o primeiro ato de cidadania, ou seja, de soberania. Essa posse vincula o homem e sua família à terra, à natureza e à vida. Sem lar, sem uma parcela de terra na qual seja relativamente senhor, o homem é desgarrado, nômade sem lugar nas sociedades sedentárias.

É impossível ao MST estabelecer critérios rígidos de ação, tendo em vista a diversidade regional e a situação de luta, caso a caso. Outro ponto fraco é a natural permeabilidade aos agentes provocadores e infiltrados da repressão particular, ou da polícia submetida ao poder econômico local. No Caso da fazenda de Iaras são muitas as suspeitas de que tenham agido

provocadores. É improvável que os invasores tenham chamado a imprensa a fim de documentar a derrubada das laranjeiras – sabendo-se que isso colocaria a opinião pública contra o movimento. Repete-se, de certa forma, o que houve, há meses, no Pará, em uma propriedade do banqueiro Daniel Dantas. É necessária a criação de força-tarefa, composta de membros do Ministério Público e agentes da Polícia Federal que promova, em todo o país, devassa nos cartórios e anule escrituras fraudulentas. No Maranhão, quiseram vender à Vale do Rio Doce (então estatal), extensas glebas. A escritura estava registrada em 1890, em livro redigido e assinado com caneta esferográfica – inventada depois de 1940.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Convido o Deputado Luiz Couto a reassumir a direção dos trabalhos.

O Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides, do Bloco/PMDB do Ceará. S.Exa é voz combativa que traz sempre reflexões profundas para todos nós.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na entrevista que concedeu à mídia nacional, inclusive durante o périplo levado a efeito pelo Nordeste, na avaliação dos trabalhos referentes à transposição de águas do São Francisco, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou o seu encontro, aprazado para hoje, com o Presidente da Vale, Roger Agnelli, a fim de encarecer a intensificação do plano da poderosa empresa no processo de desenvolvimento regional, particularmente garantindo oportunidades de emprego à massa trabalhadora.

Sabe-se que os projetos destinados à construção de refinarias estariam na pauta das conversações, levando em conta que algumas delas aguardam a efetivação de providências assentadas, as quais apontem para breve concretização, capaz de tranquilizar as áreas beneficiadas com a portentosa iniciativa de dimensionamento excepcional.

O Ceará, por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aguarda ansiosamente que se cumpra o compromisso formalmente assumido pela Vale, relativamente àquele empreendimento na área do Porto do Pecém, tendo a bancada federal sido presente, no Palácio do Planalto, para testemunhar a pactuação que se tornou efetiva graças à prestigiosa chancela do próprio Chefe da Nação.

Há, portanto, a expectativa de que, na troca de ideias prevista para a tarde de hoje, na Capital bandeirante, essa temática seja focalizada em meio à maior objetividade, com a reenfatização dos cronogramas que já foram enfocados no passado exercício, trazendo alento aos nossos coestaduanos, pressurosos por uma definição que não sofra mais qualquer tipo de indevida e injusta procrastinação.

No presente registro reitero a confiança em que, diante dos entendimentos anteriores, inclusive e principalmente com o Governador Cid Ferreira Gomes, a postulação não experimente novas delongas, injustificáveis diante da justeza de que a mesma sempre se revestiu.

Como reivindicação trintenária – 30 anos, Sr. Presidente! –, a siderúrgica ampliará os nossos horizontes de crescimento sustentável, abrindo alternativas bem mais auspiciosas para que ainda melhor nos situemos no *ranking* do progresso e do bem-estar social.

O Ceará, com a siderúrgica e a refinaria, estará mais bem posicionado na competitividade em que sempre busca situar as nossas naturais aspirações.

É esse, Sr. Presidente, o apelo que transmito ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos instantes que antecedem o seu encontro com o Presidente da Vale, Sr. Roger Agnelli. Que essas postulações sobretudo a da siderúrgica, realmente se tornem fato concreto, sem mais procrastinações, como as registradas até hoje.

Se o Presidente tem a deliberada intenção de garantir a execução da obra, que, como destaquei, já dura 3 décadas – portanto, uma postulação trintenária –, esperamos que S.Exa. se empenhe pessoalmente e faça cumprir aquilo do qual, no Palácio do Planalto, fomos testemunhas: tanto o Sr. Roger Agnelli quanto o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos trouxeram aquele alento excepcional de que não se registraria mais nenhuma delonga, nenhuma protelação que pudesse invalidar o pleito de que essa obra se concretize, o que há mais de 30 anos nós cearenses aguardamos.

É esse o apelo que retransmito, da tribuna desta Casa, ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Sr. Presidente da Vale, Roger Agnelli, que neste momento devem estar discutindo a questão. Se chegarem as siderúrgicas prometidas, abriremos amplas perspectivas de acolhimento da mão de obra trabalhadora em vários recantos do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputado Mauro Benevides, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que pode contar com o nosso apoio na luta para que a siderúrgica seja instalada no Estado do Ceará, um compromisso do Governo.

Com certeza, ao apelo de V.Exa. o Presidente atenderá, pois S.Exa. tem cumprido o que prometeu ao Nordeste.

Conte com este humilde Parlamentar nessa luta.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.). – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras e pescadores, tenho recebido, *por e-mails,* inúmeras denúncias e reclamações de bacharéis em Ciência e Tecnologia de Laticínios sobre o projeto de lei, de minha autoria, que trata do exercício da profissão de Engenharia de Pesca – por sinal, uma importantíssima modalidade de Engenharia, estabelecida há várias décadas no Brasil.

Embora a modalidade não seja referida na Lei nº 5.194, de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, em razão de sua presença relativamente recente em nosso País, sua importância faz-se notar de forma crescente, sendo imperiosa uma adequada regulamentação.

Vale lembrar que, nos últimos anos, a produção nacional de pescado vem crescendo de forma gradativa e constante, sendo atualmente da ordem de 1 milhão de toneladas/ano. Em 2004, a pesca extrativa marinha forneceu mais de 500 mil toneladas de pescado; a pesca extrativa continental, mais de 246 mil toneladas; a aquicultura continental, mais de 180 mil toneladas; e a maricultura, quase 89 mil toneladas.

Entre 1998 e 2004, a produção pesqueira nacional experimentou um incremento da ordem de 42,9%. A pesca extrativa marinha expandiu-se 15,6% nesses 7 anos; a pesca extrativa continental, 41%; a maricultura, 479%; e a aquicultura continental, 104%. Sem dúvida alguma, trata-se de um crescimento considerável, que trouxe grandes benefícios ao País, que contou com significativa contribuição dos nossos engenheiros de pesca.

A Resolução nº 279, de 15 de junho de 1983, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, discrimina as atividades profissionais do engenheiro de pesca, fazendo remissão à Lei nº 5.194, de 1966, e à Resolução nº 218, de 1973, também do CONFEA. Todavia, embora a profissão esteja assim regulamentada, há graves obstáculos de ordem legal que precisam ser contornados para que a categoria profissional dos engenheiros de pesca possa exercer a plenitude de suas competências.

A Lei nº 5.517, de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de médico veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, tendo-se tornado anacrônica, enumera, em seu art. 5º, uma série de atividades e funções cujo exercício ali se declara serem de "competência privativa" do médico veterinário. Entre elas, há algumas – referidas na alínea "***f***" – que deveriam ser facultadas ao engenheiro de pesca, no caso específico do pescado, ou a outros profissionais legalmente habilitados, como o zootecnista.

Visando corrigir essas distorções e lacunas presentes na legislação em vigor que disciplina o exercício das profissões de Engenharia e Medicina Veterinária e com o intuito de não prejudicar outras profissões, apresentei o Projeto de Lei nº 3.352/2008, que acrescenta dispositivos às Leis nºs 5.194, de 1966, e 5.517, de 1968, e suprime uma alínea desta última. Espero, assim, contar com o necessário apoio dos nobres pares, visando à aprovação dessa proposta.

Sr. Presidente, o meu intuito não é prejudicar o médico veterinário. Em 1966, não se ouvia falar sobre o curso de Engenharia de Pesca, e, em 1968, ele não existia no Brasil. Então, achei justo dar oportunidade de trabalho aos engenheiros de pesca, aos oceanógrafos e aos biólogos marinhos. Se nossos engenheiros de pesca são capacitados para criar peixes, isto é, construir o ambiente para que o peixe se reproduza e se desenvolva, desde alevino até a idade adulta, por que também esses profissionais não podem atestar se esse peixe é bom ou não para o consumo? O meu principal objetivo foi abrir espaço para as novas profissões que estão surgindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado, o Partido dos Trabalhadores de Rondônia promoveu um grande evento, um grande ato político de massa em Ariquemes, cidade importante do Estado que fica a 200 quilômetros de Porto Velho.

De mil a 2 mil militantes do Partido dos Trabalhadores estiveram presentes a esse ato de mobilização. É o terceiro grande evento promovido pelo PT no Estado de Rondônia, para agitar – essa é a palavra correta – a militância, para colocar a militância para fazer aquilo que sempre fez: militar, pensar a política, pensar o Estado de Rondônia, pensar o Brasil, porque esse é papel do militante, diferente do papel de um filiado qualquer. O militante do PT tem essa ação pró-ativa, buscando através de sua militância contribuir com a direção do partido, para a sua construção, fazendo, em momentos devidos, a autocrítica necessária a um partido que se renova a cada momento.

Obviamente, o PT de hoje não é o PT da década de 80. As realidades são distintas. Naquele momento, lutávamos a favor da democracia, para reconstruí-la, acertá-la, dar de volta ao povo a democracia perdida através de um golpe de Estado. Agora, a democracia está consolidada. O nosso empenho é pela qualificação

da democracia. Talvez o grande desafio dos partidos de esquerda seja o de dar sustentação e qualificação à nova democracia, que não pode ser uma palavra vazia, uma palavra vã. Ela deve ter conteúdo, que deve ser dado pelas pessoas, pelos militantes, por aqueles que constroem, por aqueles que pensam e por aqueles que agitam, ou por aqueles que pensam e agitam ao mesmo tempo. Nem sempre é possível. O ideal seria que todo mundo que pensasse também agitasse.

Esse papel importante é daqueles que agitam, que pensam, que dirigem, que são cidadãos comuns mas que têm a sua vida política pró-ativa. Certamente, eles não podem dispensar esse espaço criado pelo Partido dos Trabalhadores.

O evento de Ariquemes prestigia importante cidade da região central do Estado de Rondônia, uma região de mineração e de garimpagem que durante bom tempo foi a cidade dos garimpeiros e hoje é a cidade da mineração e também um polo de piscicultura e aquicultura.

Esse evento visa fortalecer o nosso processo direto de eleição. O PT é o único partido do Brasil que tem eleição direta. Vamos ser submetidos a uma eleição direta, ao crivo de cada filiado. Esse evento serviu para dizer ao militante, ao filiado, que participe ativamente desse processo de debate. Três chapas disputam em Rondônia a eleição – sou candidato em uma delas. Quanto mais participativo e quanto mais conteúdo tiver o processo de discussão, mais representativa e mais forte será a direção eleita a partir do dia 22 de novembro.

Esperamos que seja no primeiro turno. A grande vontade de boa parte da militância é a de fazer esse processo e encerrá-lo em primeiro turno, mas, se for necessário o segundo turno, também o faremos, até porque será mais um momento importante de fazer com que a militância passe a definir, a discutir, a verificar de cada chapa qual a melhor proposta, o melhor conteúdo da proposta daqueles que vão, a partir do dia 1º de janeiro de 2010, conduzir o partido para uma fase importante, para a fase das eleições de 2010.

É importante que neste momento haja reflexão por parte de cada filiado sobre a importância da transição da era pós-Lula. O que será o Brasil na era pós-Lula? Certamente, este Brasil que queremos na era pós-Lula será tão importante quanto é atualmente. Ou seja, queremos dar prosseguimento a políticas sociais e econômicas estruturantes do Governo Lula, nesse processo de inclusão de brasileiros no mercado consumidor de massa. Já foram 40 milhões, mas ainda há grande contingente de brasileiros excluídos socialmente. Devemos tornar cidadãos aqueles que hoje são párias da sociedade. Esse é o desafio de qualquer partido de esquerda. Para tanto, reformas estruturais e substantivas têm de ser feitas, apesar dos percalços, neste País em construção, de uma democracia que precisa de qualidade, de uma economia que precisa incluir trabalhadoras e trabalhadores excluídos, apesar das demandas do passado ainda não resolvidas, como a questão ambiental, a questão fundiária, a inserção do País no cenário internacional, não mais como país meramente exportador de *commodities*, como quer o setor conservador. Para nós, *commodity* é tão-somente mais um instrumento de concentração de renda e de manutenção do passado.

Temos de agregar valor, potencializar a nossa indústria, produzir tecnologia, fazer com que toda a cadeia produtiva seja esticada, para que mais trabalhadores dela participem, diversificando a economia. O País não pode se limitar a ser exportador de matéria-prima. O Brasil deve agregar valor, para que o resultado seja utilizado pelo povo e não somente por pequenos segmentos que se apropriam da riqueza produzida.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, registro e lamento o falecimento do Sr. Francisco de Assis Carvalho, Sargento da Polícia Militar do Distrito Federal, cujo corpo será sepultado hoje, às 17h, no cemitério de Taguatinga.

Venho à tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, para fazer um apelo às Lideranças partidárias e aos Parlamentares desta Casa no sentido de que nesta semana votemos, finalmente, o Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Sei que duas medidas provisórias e um projeto de lei em regime de urgência constitucional trancam a pauta, mas me parece que nenhum desses temas é polêmico. Portanto, se houver boa vontade – o que solicito aos nobres pares –, teremos condições de finalmente aprovar esse plano tão importante para a Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Há grande expectativa e ansiedade diante dessa aprovação. Na verdade, é absolutamente justo e correto que os policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal tenham direito a uma gratificação por risco de vida, porque algumas profissões com risco muito menor já o têm assegurado.

Por outro lado, além de criar a gratificação por risco de vida, no valor de mil reais, que será incorporada paulatinamente – inicia-se com 250 reais, no primeiro ano; depois se acrescentam 150 reais ao ano até atingir mil reais –, o projeto permite que o Governo do Distrito Federal, com recursos do Fundo Constitucional, amplie o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal de 15

mil para 18.600 e o do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal de 7 mil para 9.700, contribuindo significativamente para a melhoria da segurança pública prestada à população do Distrito Federal.

Sei que o Governo quer votar antes o projeto de criação de vagas nas universidades federais, proposição que tem o apoio de todos, mas não gostaria que um projeto fosse condicionado ao outro.

Assim sendo, apelo para o conjunto dos Deputados aprovarem finalmente o plano de cargos e salários dessa categoria. E aqui estaremos, em seguida, com todos os Deputados do Bloco, para aprovar a criação de vagas nas universidades federais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, além da instituição da gratificação por risco de vida e da ampliação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, o projeto a que me refiro define os critérios de promoção da tropa por merecimento, por ato de bravura, *post mortem*, entre outras. É importante ressaltar que há um grande conjunto de policiais militares e bombeiros seriam promovidos agora no mês de dezembro.

A bancada do Distrito Federal apoia o projeto. Já houve manifestações de todas as lideranças partidárias em favor do projeto. Houve também uma grande mobilização, na última quarta-feira, de policiais militares, bombeiros e concursados que defendem emenda de minha autoria para exigência de nível superior para o ingresso em ambas as corporações.

Portanto, chegou o momento de esta Casa dar resposta à população do Distrito Federal, aprovando finalmente o Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Estou convicto de que a Câmara dos Deputados, mais uma vez, não faltará à sua responsabilidade, estará conjugada com os anseios da população do Distrito Federal no sentido de aprovar o Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal esta semana.

Este é o apelo que deixo para todas as Lideranças partidárias e Deputados desta Casa.

O SR. ZONTA (PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, funcionários da Casa, visitantes, há 31 anos o Brasil foi acometido por uma onda, até hoje não esclarecida, da malfadada peste suína africana. Realmente, para nós, o assunto não está devidamente explicado. O que efetivamente ocorreu foi a dizimação dos planteis de suínos que tínhamos no Brasil e a introdução do antigo grupo americano Rockfeller e das variedades de suas raças no País.

Desde aquela época, o Brasil está ausente do mercado mais promissor, um dos maiores mercados de carne suína, a Europa, como também está ausente dos mercados do Japão, Canadá e Estados Unidos; portanto, ausente dos principais mercados – fruto do problema criado.

Somou-se a isso a preocupação com a aftosa.

A febre aftosa trouxe e ainda traz preocupações em âmbito nacional, continental e mundial.

Agora, após 31 anos, teremos a possibilidade – eis o tema que quero abordar – de mudar essa história. Infelizmente para o Brasil e felizmente para Santa Catarina, nosso Estado é o único que poderá cumprir as exigências internacionais, porque é o único reconhecido internacionalmente como livre de vacinação de aftosa, e, portanto, habilitado.

Chegou a Santa Catarina a missão técnica europeia, para avaliar, fazer auditoria da última etapa de todos os procedimentos, quer na agroindústria, quer na defesa sanitária animal e orientação no interior do Estado, quer na proteção das fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná com a Argentina, como também dos limites de Santa Catarina.

Nós estamos muito confiantes de que já cumprimos esse papel, e eu estou ansioso, porque fui 2 vezes Secretário de Agricultura. Tive oportunidade, ainda em 2000, de suspender a vacinação, proteger o Estado, manter a situação, buscar reconhecimento da organização internacional. Pois bem. Conseguimos a certificação, e agora estamos na expectativa de que Santa Catarina ofereça um novo momento ao Brasil.

A missão técnica encerra seus trabalhos ainda neste mês de outubro, e esperamos que até o Natal tenhamos essa grande novidade. O Ministério da Agricultura cumpriu a grande etapa; e o Estado de Santa Catarina também cumpriu a sua etapa, por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola.

Precisamos dessa oportunidade, dessa retomada, em nome do Brasil. Se for aberta essa porta para Santa Catarina, também ela será aberta para todo o nosso País.

Este é um novo tempo para que os nossos produtores gerem mais empregos, a economia seja fortalecida e o Brasil se configure como grande fornecedor de alimentos no mundo, inclusive de carne suína.

Este é um momento de expectativa, em que a economia catarinense brasileira está olhando com determinação, com muita ansiedade, para que sejamos novamente aprovados e autorizados para esse mercado exigente. E isso acontecendo, a pesca, meu caro Deputado Flávio Bezerra, a suinocultura, a avicultura, a pecuária de corte, e os demais setores produtivos, como a ovinocultura, terão aberto um caminho importante para esses mercados exigentes, que podem e vão pagar mais. Com isso, o nosso produtor rural po-

derá ganhar mais, haverá mais agricultores produzindo, mais empregos e renda no campo, e também na cidade, onde esses produtos são processados.

Então, queremos registrar esta expectativa, este desejo de que efetivamente ocorra a aprovação do relatório pela missão técnica europeia.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as inaugurações no Ceará continuam a todo vapor.

O Governador Cid Gomes inaugurou na quinta-feira passada, dia 8, o Centro de Especialidades Odontológicas em Ubajara, na região da Serra da Ibiapaba. Hoje, dia 13, inaugurará a Delegacia de Polícia Civil do 13º Distrito na Cidade dos Funcionários. Essa delegacia será a primeira de um total de 5 que funcionará dia e noite em Fortaleza. Ainda nesta semana, Cid Gomes também inaugurará a Delegacia do 34º Distrito, no Centro, e a do 12º Distrito, no Conjunto Ceará. O Governo do Estado investiu R$240 milhões em segurança pública.

O Centro de Especialidades Odontológicas – CEO representa um investimento de R$602,4 mil em obras e de R$879 mil em equipamentos e instrumentos de trabalho, oriundos de recursos do Tesouro do Estado.

O CEO Regional, que atenderá à população dos Municípios de Tianguá, Ubajara, São Benedito, Ibiapina, Croatá, Viçosa do Ceará, Guaraciaba do Norte e Carnaubal, vai marcar a história da saúde bucal e da expansão da assistência especializada no interior. É o primeiro a ser inaugurado de 16 CEOs Regionais que o Governo Cid Gomes está construindo em diferentes regiões do Estado e também a primeira unidade de saúde do Ceará administrado por consórcio público de saúde.

Com o funcionamento do CEO em Ubajara, a população de Ibiapaba não precisará mais sair da região para ter acesso a serviços de ortodontia, periodontia, prótese e cirurgias. Por dia, serão realizados, em média, 136 atendimentos. Até diagnóstico de câncer de boca será feito na nova unidade, que também terá estrutura adequada para atendimento às pessoas com deficiências.

O programa, que no total inclui 39 unidades regionais, vai permitir mais acesso e melhoria dos serviços especializados de saúde. Exames, consultas, cirurgias e serviços especializados, que, em muitos casos, na rede pública só são oferecidos na Capital, vão ser garantidos no interior. Exemplo disso é o exame de ressonância magnética: o Hospital Regional do Cariri vai garantir à população esse exame, que atualmente só o Hospital Geral de Fortaleza realiza.

Como podemos ver, o Governador Cid Gomes está trabalhando intensamente para levar melhorias aos municípios e oferecer qualidade de vida a toda população cearense.

Parabéns ao povo que usufrui das benfeitorias realizadas e parabéns ao nosso Governador pelo brilhante trabalho à frente do Executivo cearense.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra à Sra. Professora Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás. S.Exa. disporá de até 25 minutos.

A SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB-GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem pela *TV Câmara*, internautas, todos aqueles que nesta tarde acompanham as atividades da Câmara dos Deputados, o dia de hoje é muito importante para a área de Ciência e Tecnologia.

Sob a liderança do Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciamos hoje a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, um sobrevoo nos avanços científicos e tecnológicos alcançados pelo Brasil em todas as regiões.

O século XXI é o século do conhecimento. O que quer dizer isto? O conhecimento é que gera riqueza e não mais o recurso natural, a capacidade de industrialização; é a capacidade de gerar conhecimento novo e de ser capaz de transformar esse conhecimento novo em produtos, em bens, em serviços, em processos que alteram o nosso estar no mundo.

Coincidentemente, hoje também é o Dia do Profissional de Informática, crucial nesta era, no terceiro milênio. Surpreendentemente, essa categoria profissional ainda precisa de regulamentação e de organização. E é em favor desses profissionais que quero aproveitar a oportunidade de falar neste Grande Expediente.

O dia de hoje representa muito para uma categoria essencial, importante e estratégica para o Brasil, mas que, como disse, ainda não é levada em conta no nível que merece: são os profissionais de informática. E é sobre eles que eu quero falar hoje.

Há 21 anos, exatamente em 1988, a convenção coletiva de trabalho entre patrões e empregados do setor de informática no Rio de Janeiro instituiu a

terceira segunda-feira do mês de outubro – portanto, hoje – como data comemorativa em homenagem ao profissional do setor.

Desde então convenções coletivas em outras Unidades da Federação foram aderindo à ideia, e hoje podemos dizer que a data é comemorada em quase todo o território federal. Nada mais justo que um dia dedicado a esta laboriosa e briosa categoria. Creio que as senhoras e os senhores me darão razão nesta afirmação, no decorrer da minha fala.

Essa categoria está presente no desenvolvimento do País desde os primórdios do processamento de dados, como era nominada a informática em seu início, na segunda metade da década de 50 do século passado. No princípio era constituída de técnicos "emprestados" das engenharias e das carreiras militares e, aos poucos, por profissionais formados **in-house** pelas grandes empresas privadas e públicas e também por alguns órgãos públicos. Uma época de ouro em que o bom profissional era regiamente remunerado e disputado bravamente no mercado ainda incipiente.

Enquanto a tecnologia dava saltos vistosos em sequências rápidas, o aumento do número e da qualidade dos profissionais não era acompanhado por uma melhoria de sua representatividade e de sua participação na vida pública nacional. Isso por uma simples razão: eles eram considerados elementos de alta periculosidade pela política de segurança nacional do regime militar e não podiam nem ter sindicatos.

Ao mesmo tempo, a preponderância de grupos econômicos naquela época fez com que empresas como o Banco Nacional retivessem todas as iniciativas que poderiam regular a atividade para não ter de melhorar as condições da infinidade de profissionais de informática que empregavam no início do processo acelerado de informatização das atividades bancárias.

Datam desta época, de 1978, os primeiros projetos de lei visando regulamentar a profissão, mas que não ganharam tramitação normal, em parte pelos motivos que acabei de citar; em parte pela intransigência do regime militar em não permitir que a categoria se organizasse em sindicatos, proibidos terminantemente pela ditadura; em parte pela dificuldade de restringir uma categoria tão diversificada a parâmetros rígidos de uma legislação restritiva.

Como exemplo disso, o projeto de lei mais adequado na época, do Deputado gaúcho Victor Faccioni, se aprovado fosse da forma como foi elaborado, transformaria mais de 90% da massa trabalhadora de hoje em profissionais de informática pelo fato de usarem dispositivos eletrônicos para se desincumbirem de suas tarefas.

E a categoria foi crescendo, as diversas funções foram mudando, e até o nome do setor foi alterado: não se falava mais em processamento de dados, mas, sim, em informática. Nesse ínterim, tivemos a reserva de mercado, que, se nos fez atrasar em alguns anos na pesquisa e no desenvolvimento de equipamentos de informática no País, produziu efeito colateral extremamente benéfico: criou uma massa de profissionais da área extremamente importante, tanto em seu nível de qualificação quanto em sua quantidade.

Podemos dizer, sem muito medo de errar, que esse fator foi, é e poderá ser por muitos anos o que nos mantém na vanguarda disparada e solitária do desenvolvimento nesse setor, em toda a América Latina.

Pois bem. Mudanças de nome, mudanças de função, avanços tecnológicos, nada disso fez com que as condições de trabalho e de valorização desse trabalho fossem, de fato, melhorando. A categoria, com a redemocratização do País, pôde se organizar em sindicatos e defender seus direitos a céu aberto, mas talvez por falta de prática nessa direção, pela mudança vertiginosa de tecnologias que transmuta as funções e os cargos do setor e também pela vertiginosa atividade de seus membros, as questões institucionais não tiveram a evolução necessária.

A questão da regulamentação profissional, que remonta a 1978, até hoje não avançou um milímetro sequer, tendo 2 projetos de lei estacionados na Câmara e outro no Senado, depois de anos a fio vendo serem arquivadas mais de 1 dezena de iniciativas legislativas nesse sentido. Tenho a honra de ter sido designada Relatora de um desses projetos, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, projeto que pretendo relatar ouvindo mais fortemente o setor.

Há discordância quanto ao assunto: algumas entidades querem a regulamentação; alguns setores não desejam uma regulamentação seguindo os modelos tradicionais, dos profissionais vinculados a um Conselho Federal. Enfim, é preciso que esta Casa ouça democraticamente as várias partes e encontre um caminho que seja o melhor para os profissionais, para a área e para a modernidade do País.

A falta de regulamentação profissional não é um fator irrelevante na questão das condições dos profissionais do setor. Muito por causa disso presenciamos assinaturas de convenções coletivas em que o salário de profissionais de nível superior foi fixado em patamares apenas 50% acima do salário mínimo, um desestímulo para o estudante que vá escolher uma carreira. Cérebros brilhantes, mentes ativas e estimuladas, características quase sempre inerentes aos amantes da informática, são escamoteados do setor por ausência

de contrapartidas deste, em forma de remuneração e de condições de trabalho. Não é por acaso que encontramos uma infinidade de graduados em informática trabalhando em outros setores e que há uma não ocupação de mais de 50% das vagas abertas em cursos superiores para a área.

A nova mudança de nome – agora é Tecnologia da Informação, mas já foi Processamento de Dados e Informática –, nome nobre e pomposo, não afetou, no nível necessário, as condições de trabalho da categoria. O que mudou, e muito, foi a velocidade necessária de atualização e reciclagem profissional, o volume de requisições e a cobrança cada vez mais frenética por resultados, em uma sociedade que aprendeu a não prescindir do computador para quase todas as suas atividades.

Hoje a informática é uma das atividades que destacam o Brasil no cenário mundial, que o faz líder em aplicações sensíveis à sociedade, como os serviços bancários, o relacionamento com o Fisco, o processo eleitoral e algumas outras aplicações, além de torná-lo líder no processo de melhorias tecnológicas em alguns países, notadamente nas aplicações de natureza colaborativa, como o *software* livre.

E, olhando para dentro do País, a Tecnologia da Informação é um dos pilares do desenvolvimento sistêmico da economia. Ela é transversal em todos os setores e fator mais que essencial para o aumento da qualidade e da produtividade em todos os setores.

Além disso, para as senhoras e os senhores terem uma ideia, a Pesquisa Anual de Serviços – PAS, divulgada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uma radiografia de um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, o de serviços, abrangendo o período de 2003 a 2007, confirma com números – alguns impressionantes – a expansão de empresas, trabalhadores e faturamento.

Nessa pesquisa, a atividade de informática aparece como a que se destacou com a maior proporção do número de empresas, pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações. Em 2007, o número de empresas nessa atividade chegou a 58.227 ou a 82,5% das empresas de serviços de informação, que abrange telecomunicações, atividades de informática, serviços audiovisuais e agências de notícias e serviços de jornalismo. O número de pessoal ocupado foi de 367 mil (62,5% do segmento), pagando 9,2 bilhões de reais (55,1% dos salários). As empresas de informática geraram 38,5 bilhões de reais de receita operacional líquida (23,8% do total).

Nada consegue sobreviver na economia do terceiro milênio sem doses maciças de um poderoso remédio: a informatização. Aproveitando essa afirmação, quero passar da análise histórica para a homenagem de fato a essa briosa, essencial e respeitada categoria, na oportunidade da passagem de sua data comemorativa. No mundo de hoje, sem um batalhão desses valorosos profissionais, nenhuma nação consegue se manter e crescer.

Parabéns, analistas, programadores, digitadores e todos os profissionais que fazem esse setor crescer em qualidade e força, fazendo dele uma das principais alavancas para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida neste País!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento, Deputada Professora Raquel Teixeira.

O que V.Exa. diz é fundamental para o desenvolvimento do País, para que possamos melhorar cada vez mais as condições de vida da população e para que haja um serviço de qualidade para todos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao segundo orador do Grande Expediente, Deputado Eduardo Valverde, do PT de Rondônia. S.Exa. dispõe de até 25 minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e dizer que para mim é uma honra falar neste momento em preside a sessão V.Exa., eminente defensor dos direitos humanos.

Antes de mim, falou a Deputada Professora Raquel Teixeira, militante da educação, que fez um pronunciamento voltado para a educação e para o transcurso do Dia do Professor. Quero cumprimentar S.Exa. pelo seu discurso e dizer que realmente não há desenvolvimento sem educação. Educação de qualidade é fundamental para dar qualidade ao desenvolvimento. O Brasil caminha para um processo de desenvolvimento sustentável de longo prazo e, para isso, certamente muito contribuirá a educação, principalmente a educação pública de qualidade.

A universalização da educação praticamente já alcançou todos os rincões brasileiros, com raras exceções. Agora, o desafio é dar qualidade a essa educação e fazer com que o nível de repetência e de evasão escolar seja o menor possível.

Feito esse introito, Sr. Presidente, quero registrar, antes de mais nada, que amanhã, na cidade de Porto Velho, a Coordenaria das Mulheres, órgão criado na Prefeitura Municipal de Porto Velho para coordenar as políticas públicas para as mulheres, e a Secretaria Municipal de Saúde estarão lançando o Outubro Rosa, uma articulação para combater o câncer de útero e de mama. Trata-se de ação educativa para conscientizar as mulheres em relação ao combate e à prevenção

desse tipo de mal que vitima milhares de mulheres no Brasil.

Parabéns à cidade de Porto Velho! Parabéns à Coordenadoria das Mulheres, que tem á sua frente a Sra. Mara Regina. As equipes da Coordenadoria da Mulheres e da Secretaria Municipal de Saúde estarão trabalhando nessa campanha Outubro Rosa articulada para conscientizar as mulheres de Porto Velho quanto à necessidade de prevenção e de combate ao câncer de mama e ao câncer de útero.

Mas neste Grande Expediente, Sr. Presidente, desejo sobretudo comentar duas grandes ações em que está pensando o Presidente Lula para o fim do seu mandato.

A primeira é a Política Nacional de Banda Larga, programa que visa levar Internet banda larga a 76% do território brasileiro e atingir 4.255 municípios.

Hoje, no Brasil, o acesso à banda larga é privilégio de uma minoria. De cada 10 brasileiros, apenas 3 têm acesso a essa tecnologia. Com a Política Nacional de Banda Larga, 162 milhões de brasileiros, 87% da população, terão acesso a ela.

Por que isso é importante no Brasil? Hoje, pela Tecnologia da Informação, a Internet é o principal veículo de comunicação e de transmissão de dados e informações para o povo brasileiro. Quanto mais incluído digitalmente, mais acesso à informação terá o povo, até mesmo para a educação. O instrumento de educação a distância, por meio da Internet, tem condição de viabilizar uma educação de boa qualidade aos diversos rincões brasileiros. No entanto, o meio tecnológico para isso, a banda larga, não é acessível à grande maioria do povo.

O empenho do Governo em universalizar a política nacional que envolve 162 milhões de brasileiros e 4.255 municípios certamente é um fato alvissareiro que temos de comentar.

O investimento gira em torno de 1 bilhão e 100 milhões de reais, e o projeto deve ser executado em 14 meses. É uma meta ousada. Investir 1 bilhão e 100 milhões de reais em 14 meses para levar banda larga a praticamente 70% do território brasileiro e a 87% da população é um grande desafio mesmo para um Governo que se tem notabilizado por grandes ousadias. O combate à fome foi uma ousadia no cenário internacional, à época. Falar de fome era tabu, porque os países se sentiam incompetentes e impotentes para disseminar a política nacional de combate à fome. O Brasil foi uma das primeiras nações a pôr em prática, como política de Estado, um programa de combate à fome, o Programa Fome Zero.

A segunda grande ousadia do Presidente Lula foi o PAC, que fez com que Estado brasileiro se tornasse a novamente o grande propositor de investimentos. É importante o Estado nacional trazer para si essa responsabilidade, já que o dogma do mercado que faz tudo e que propõe tudo tornou-se uma falácia diante do o Brasil precisa de fato. A crise internacional demonstrou exatamente isso: os países que tinham o Estado mais atuante tiveram melhores condições de enfrentar as dificuldades decorrentes da crise e de superá-las.

Então, ao colocar o Plano Nacional de Banda Larga como política de Estado, mediante o uso da rede hoje utilizada, em âmbito restrito, pelas universidades, por Furnas, pela CHESF, pela PETROBRAS, o Governo poderá universalizar o acesso dos brasileiros à banda larga, principalmente daqueles que moram nos rincões mais distantes do País, e fazer com que as escolas rurais, com um apertar de botão, tenham acesso a um instrumento que recebe informação por meio digital, numa velocidade muito grande. Apenas poucos – 3 de cada 10 brasileiros – têm acesso à Internet com a velocidade acima de 1 **megabyte** – a grande maioria é abaixo de 1 **megabyte**. Pois essa rede nacional de banda larga permitirá acesso à velocidade de 1 *megabyte*. Isso é velocidade quase de tempo real. Podemos levar aulas, debates, informações, vídeos, permitindo que na Amazônia, no Cariri, no Chuí, no Oiapoque, qualquer um, seja quilombola, seja índio, seja camponês, seja cidadão da cidade, num centro de inclusão digital, como a Casa Brasil, por exemplo, tenha acesso a esse instrumental tecnológico, que na Europa já é comum.

E o importante é que vão se valer da rede já existente – rede das estatais – e que está ociosa. Hoje, a maioria das redes de transmissão de energia elétrica já tem o cabo ótico – ou seja, o meio físico – que poderá ser utilizado para transmitir informações na elevada velocidade de 1 **megabyte**.

Mas há uma polêmica. Setores do próprio Governo, principalmente do Ministério das Telecomunicações, querem utilizar as Teles, tanto as fixas como as móveis, como parceiras. É bom lembrar ao povo brasileiro e ao próprio Governo que até hoje várias cidades da Amazônia e do Nordeste brasileiro sequer têm telefone.

Então, se deixarmos por conta das Teles, por conta do mercado, certamente muitos brasileiros continuarão sem acesso à banda larga. Por isso, é necessária a presença do Estado, através do seu meio tecnológico que já existe – a rede de transmissão de energia de Furnas, da PETROBRAS, da ELETROBRÁS etc. –, para, com um investimento de aproximadamente 1 bilhão e 100 milhões de reais, em 14 meses, implantar todo o sistema. Se esperarmos pelas Teles, acontece-

rá o mesmo que ocorre em Cujubim e em Rio Crespo, cujos habitantes até hoje não têm celular.

Ouço, com prazer, o aparte do nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Deputado Eduardo Valverde, cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento em que se reporta à questão da banda larga, e agora V.Exa. fez um enfoque que é nevrálgico para a minha região. Não sei se para o Estado de V.Exa., mas para o meu a questão da telefonia, sobretudo da telefonia móvel, passou a ser uma exigência apresentada insistentemente em todas as reuniões de que participam os líderes políticos. Recentemente, em encontro do meu partido, o PMDB, em Morada Nova, o Vereador Geovan, do Distrito de Aruaru, reivindicava o quê? A instalação de uma retransmissora do sinal de celular naquele distrito, que, potencialmente, segundo ele, teria condições de garantir a sustentabilidade desse meio de comunicação. Portanto, V.Exa. demonstra sensibilidade ao trazer essas questões a debate no plenário da Casa. Daí por que eu não me dispensei de aparteá-lo e de apoiá-lo nesse particular, até retransmitindo às companhias de telefonia o apelo que recebi da cidade de Morada Nova, uma das mais progressistas da região jaguaribana. Portanto, cumprimento V.Exa. pelo discurso que profere.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, incorporo o aparte do decano desta Casa, o nobre Deputado Mauro Benevides, ao meu pronunciamento.

Se as empresas de telefonia, tanto as móveis quanto as fixas, querem participar desse grande programa, que pelo menos cumpram a meta de universalização do acesso à telefonia móvel; se querem participar desse grande programa nacional de acesso à banda larga, que pelo menos cumpram as obrigações assumidas quando foi feito o processo de privatização e de concessão pública e universalizem, nos rincões da Amazônia e do Nordeste, o acesso da população à telefonia móvel; se querem demonstrar que têm capacidade de atender ao público e não visam meramente ao lucro fácil, uma vez que nas Regiões Sudeste e Sul está concentrado o grande mercado consumidor, se querem atender às demandas sociais do País, que cumpram suas obrigações e não o tentem impedir, por meio dos mecanismos de **lobby** político muito bem exercidos no Congresso Nacional, a concretização dessa política nacional de banda larga.

Exalto a postura do Presidente Lula. S.Exa. já está discutindo se coloca a TELEBRÁS para gerenciar a rede ou se utiliza a DATAPREV ou o SERPRO, outras duas grandes empresas estatais, para gerenciar e executar essa política nacional de acesso à banda larga.

A outra grande ação a ser praticada pelo Presidente Lula é a consolidação das leis sociais. Isso é muito importante neste momento em que o Brasil foi salvo pelos pobres. Interessante! O Brasil foi salvo da crise internacional, obviamente, pela correção da política macroeconômica, que garantiu o acesso de quase 40 milhões de brasileiros ao consumo. O acesso desses brasileiros ao consumo permitiu que o mercado interno permanecesse aquecido, ao mesmo tempo em que a política de inclusão de renda, seja com a transferência de renda, seja com o aumento real do salário mínimo, permitiu que o poder de compra da classe trabalhadora permanecesse estabilizado.

Isso denota que a política social no Brasil, país que quer crescer de forma ordenada, permanente e sustentável a longo prazo, precisa ser articulada e integrada, como ocorre com os vários bons programas aqui existentes – o Bolsa Família, o PROUNI, o PROJOVEM, o Fome Zero, o PET. Enfim, são diversos programas sociais executados pelo Governo de forma correta, articulada. Que bom seria que eles pudessem ser consolidados como política de Estado, que houvesse uma consolidação das leis sociais, tal como fez Getúlio Vargas, na década de 40, com as leis trabalhistas, do que resultou a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Teríamos, então, a responsabilidade social dos dirigentes, como temos hoje a responsabilidade fiscal, que proíbe o governante de gastar mais do que arrecada.

Por que não pensar também na responsabilidade social, fazendo com que o gestor público cumpra suas obrigações sociais? Isso é importante para um país que começa ter dimensões internacionais, diferentemente do passado, quando era subalterno, submisso, sujeito a permanentes crises sociais, com baixo dinamismo econômico, com uma elite arraigada ao patrimonialismo não republicano. Nesse novo contexto, de um país que aponta para o futuro, que torna cidadãos de fato brasileiros que antes não o eram, porque não tinham acesso ao consumo, é necessário consolidar as leis sociais.

Governos passam – a partir de 2010, poderemos ter novo governo –, mas políticas sociais são permanentes. O Brasil nunca passou por esta fase de Estado do bem estar social. Saímos de um Estado escravocrata para um Estado em que as oligarquias comandavam e, depois, para um Estado pós-moderno, em que as entranhas do passado acompanham a nossa história. Como romper com esse passado escravocrata, oligárquico, que teima em permanecer? Somente com políticas sociais de combate à fome, de acesso à universidade por negros, índios e pobres, de complementação de renda, inclusive dos idosos, de amparo

à criança e ao adolescente, garantindo-lhes proteção integral do Estado caso lhe falte apoio familiar. Tudo isso, Srs. Deputados, precisa ser consolidado numa grande legislação que torne permanente aquilo que ainda é passageiro.

A consolidação das leis sociais – o último passo para fortalecer a consciência democrática e social do Estado brasileiro, coisa que os falsos sociais democratas prometeram no passado e não cumpriram –, será implementada por um governo popular e democrático. É nesse contexto que exaltamos essa opção do Presidente Lula, de garantir o acesso à banda larga, à informação, ao conhecimento. Conhecimento é poder. Quem tem conhecimento, tem poder; quem não tem conhecimento, certamente se submete ao poder.

Como nós, trabalhadores, somos ousados a debater e confrontar o poder, somos preparados para combater e enfrentá-lo, conhecimento nos dará melhores condições para administrar o que a política tem de mais positivo, o seu lado correto, ético, moral, o propósito de promover transformações.

A política serve para superar barreiras, dificuldades. O Brasil precisa superar o passado escravocrata que teima em permanecer, que considerava as mulheres como cidadãs de segunda classe, a criança e o adolescente como não merecedores de qualquer proteção do Estado e o idoso como não sujeito a uma política social.

O Estado passa a ter um governo com a sensibilidade de olhar para todos de forma igual, de estabelecer políticas compensatórias e libertadoras, de caráter positivo, enfrentando com coragem o preconceito e a discriminação ainda existente contra a raça, o gênero, a orientação sexual e a idade – muitos ainda veem a terceira idade como algo que atrapalha a sociedade e o Estado.

Temos de considerar que a sociedade evoluiu, se transformou, se amplificou e se diversificou. As políticas sociais têm de observar cada segmento com sensibilidade, para compreender as **nuances** de cada um deles.

A SRA. RITA CAMATA – Deputado Eduardo Valverde, V.Exa. permite um aparte?

O SR. EDUARDO VALVERDE – Pois não, Deputada Rita Camata. É uma honra tê-la como aparteante.

A SRA. RITA CAMATA – Sr. Deputado, quero cumprimentá-lo nesta tarde de segunda-feira, bastante solitária, em que V.Exa. traz um tema importante à discussão: a transformação das políticas sociais em políticas de Estado, no sentido de garantir a inclusão social tão almejada e buscada. De certa forma, temos de admitir que estamos avançando. Quero cumprimentá-lo pela participação no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. V.Exa. participou de forma ativa do trabalho na comissão – que teve também a presença do querido Deputado Luiz Couto, que preside a sessão neste momento –, que discutiu o sistema nacional de integração das políticas em rede socioeducativas, cujo projeto encontra-se hoje no Senado e poderá ser, o mais breve possível, um instrumento de transformação para a população brasileira. Quero dizer a V.Exa. que estamos avançando, sim, e que é extremamente necessário não só termos políticas sociais de inclusão, mas também que elas se transformem – mesmo que haja alternância de Governo –, em um instrumento real daquilo que buscamos. O caminho é este e a sistematização é importante. V.Exa. falava há pouco sobre as políticas da área social, e eu quero até aproveitar a deixa. Participei do grupo de sistematização da legislação na área da assistência social. Fui Relatora tanto da área da previdência, da assistência, quanto da saúde. Os projetos estão prontos para serem votados também no plenário desta Casa. Que possamos cada vez mais contribuir para essa conquista, que deve ser das mulheres, dos negros, das crianças, dos adolescentes, enfim, do conjunto da sociedade brasileira. Esse é o caminho, repito, e é essa a resposta que nós, legisladores, devemos dar à população brasileira. Parabéns a V.Exa. por tão bem representar o seu Estado no Parlamento brasileiro, sempre contribuindo de forma larga, com o seu compromisso na área social, para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todos os segmentos da sociedade de nosso querido Brasil.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Obrigado, Deputada Rita Camata, pelas palavras elogiosas e pela importante contribuição a este pronunciamento. V.Exa. é uma Deputada que se alinha na defesa das questões sociais nesta Casa, tendo sido Relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente no momento em que o Brasil passava da inflexão de uma ditadura e iniciava um processo democrático, durante o Governo do Presidente Collor.

Sr. Presidente, reafirmo essas duas ações do Presidente Lula são de extrema importância para consolidá-lo como o Presidente que melhor pôde interpretar a alma do brasileiro, que melhor pôde reconstruir o Estado nacional, que melhor pôde ajudar a sociedade brasileira, principalmente seus estratos mais desfavorecidos, a se conscientizar do papel de cidadão, ao implantar uma política nacional para inclusão digital e universalização da banda larga, permitindo o acesso à informação digital em alta velocidade a diversas regiões do Brasil. E a proposta da consolidação das leis sociais vai também constituir um marco do qual os próximos governantes jamais poderão ousar retroceder.

O Estado liberal, o Estado frágil, o Estado capenga, dominado pelo mercado, foi vencido pela atual crise internacional. Hoje, o mundo contemporâneo aponta para um Estado presente, que elabore e execute políticas públicas, que direcione os investimentos e controle e regule mercados, para que o sucesso, o resultado do processo econômico sirva a todos e não a alguns.

Daí a importância de refortalecer e recriar o Estado brasileiro. De 2003 para cá, diversos projetos de lei tiverem como objetivo reconstruir o Estado nacional, Estado que passou por uma fase muito ruim na década de 90 do século passado, quando houve privatizações, extinção de órgãos públicos, transferência de atividades inerentes ao Estado para o setor privado, o que acabou o enfraquecendo. E vimos a importância do fortalecimento do Estado na recente crise internacional.

Nesta Casa tramita um projeto de lei que cria 8 mil cargos nas universidades públicas para dar consistência ao REUNI. Durante muito tempo, a universidade pública foi o bastião da classe média endinheirada. Interessante! A universidade pública, ao invés de assegurar vaga aos estudantes de baixa renda, na verdade, somente assegura aos que têm renda. Durante muito tempo, igualmente, o ensino de 3º grau foi dominado pelo setor privado, até porque a rede pública não se expandia. Com o programa REUNI, o número de vagas se expandiu-se, ampliaram-se as antigas universidades e novas foram criadas. Agora, temos de aparelhar essas universidades. E as 8 mil vagas para docentes têm justamente essa finalidade. É fundamental que esse e outros 7 projetos de lei que criam cargos e reaparelham os órgãos públicos venham a ser aprovados pela Câmara dos Deputados.

Vão dizer que isso aumenta a despesa pública. É óbvio que vai aumentar a despesa pública, mas o Estado precisa ser aparelhado. É mais importante aumentar a despesa pública e proteger a sociedade brasileira, ou desprotegê-la, ou deixá-la sujeita às forças de mercado, situação em que só os mais fortes têm vez? Se queremos um Estado que dê proteção aos mais pobres, aos mais desguarnecidos, temos de aparelhá-lo. Esse é um ônus que nós, sociedade, temos de assumir como algo correto e não como algo ruim.

Ouço aqui discursos de oposicionistas – e a Oposição teve oportunidade de gerenciar este País durante 8 anos – e vejo que são discursos conflitantes. Se queremos um Estado que combata as mazelas, que promova a redistribuição da renda, que banque a expansão do ensino público fundamental, que assegure o acesso de negros, índios e pobres à universidade, isso não se faz por mágica, mas por ação de Estado, como a criação de 8 mil vagas para professores, por exemplo.

Na Amazônia – e falo do meu Estado –, hoje é muito importante haver boas universidades. Temos de ter massa crítica, pessoas pensantes que possam dar à Amazônia a condição de desenvolver-se sem destruir o meio ambiente. Como será esse processo? Não se fará isso com boa vontade, mas com inteligência. O acesso dos segmentos da sociedade à informação, com o que produzirão novos conhecimentos, permitirá ao agricultor, ao microempresário, ao morador cidade e ao camponês também produzirem em parceria e harmonia com o meio ambiente. Precisamos ter a inteligência nacional voltada para esse compromisso.

Peço, portanto, aprovação do projeto de lei que cria novos cargos nas universidades. Esta será a semana em que haverá o confronto.

De antemão, deixo o meu apoio ao projeto de lei que institui a gratificação de risco de vida para policiais e bombeiros militares do Distrito Federal. Apoiamos a bancada do Distrito Federal, já que tivemos o apoio dos Deputados do Distrito Federal à PEC nº 483, que tratava de questões do Estado de Rondônia. Em retribuição à cortesia e à visão dos Deputados Federais do Distrito Federal ao apoiarem a PEC nº 483, externamos o apoio da bancada de Rondônia à aprovação do projeto de lei que trata da gratificação de risco para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputado Eduardo Valverde, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento firme e corajoso. V.Exa. trata, com profundidade, de temas importantes, como as ações sociais como política de Estado, o desenvolvimento econômico que estamos fazendo e a necessidade de repararmos a política de governos anteriores de cada vez mais diminuir a força do serviço público e dos servidores públicos. A realização de concursos é a forma de dar qualidade aos serviços que são oferecidos pelo Estado.

Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, transcorreu, ontem, o Dia do Médico, evento que ensejou comemorações por parte de entidades da categoria, numa retrospectiva do desempenho da Medicina ao longo do tempo, notadamente em nosso País, com deficiência na área de saúde e falta de dotações adequadas para atender às necessidades das populações carentes.

Falar sobre tais profissionais é remeter nosso raciocínio para a insuficiência das disponibilidades orçamentárias destinadas a atender a um setor nevrál-

gico, que reclama do Poder Público o cumprimento do preceito, inserido no texto da chamada Carta cidadã, da qual me honro de haver sido o segundo signatário, antecedido apenas pelo eminente homem público Ulysses Guimarães, a quem se atribui, merecidamente, a condição de autêntico reconstrutor do Estado Democrático de Direito.

Até hoje, o Congresso Nacional não ultimou os desdobramentos legais da Emenda Constitucional nº 29, em que pese às dramáticas solicitações por parte dos municípios brasileiros, especialmente os do Nordeste, impotentes para enfrentar às exigências da presente realidade, sabido que o Fundo de Participação, reduzido substancialmente, não mais permitiu atender, com amplitude, às programações básicas reclamadas pela própria e adversa conjuntura.

Saudar, portanto, os Médicos no transcurso do dia a eles consagrado é reconhecer o esforço extraordinário por eles despendido para acudir, cabalmente, a encargos básicos, em razão de minguadas verbas, agora mais reduzidas e insuficientes para acolher uma demanda sempre crescente em faixas geográficas como a nordestina.

Com a extinção da CPMF, os transtornos tornaram-se imprevisíveis, sem que, até agora, se tenha buscado outras opções compatíveis com o instante de imensas dificuldades vivenciadas pelas unidades federadas de orçamentos de menores potencialidades.

O médico esforça-se para suprir deficiências ocasionais num ingente esforço, transformando em autêntico sacerdócio a missão que quotidianamente procura cumprir nos mais distantes rincões do território brasileiro.

Homenageio, pois, o médico, no dia que lhe é consagrado, testemunhando profunda admiração pelo esforço levado a cabo em favor do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, à Sra. Deputada Rita Camata.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, grande representante da Paraíba, nosso querido Padre, Deputado Luiz Couto, faço, nesta tarde, o registro de pesar pelo falecimento de uma empresária, executiva, no Espírito Santo, a Dona Zuca Coser, que faleceu no último dia 16 e foi sepultada no sábado. Deixo não só os votos de condolências, mas de força aos seus filhos, o Fabinho, o Juninho, aos seus 2 netos, e aos irmãos, Tarcila, Otacílio, Jair e Gercino Coser.

Zuca Coser foi a única mulher a ocupar um cargo de diretoria no Centro do Comércio de Café de Vitória, no Espírito Santo. Foi uma grande empreendedora. Partiu cedo, ainda muito jovem, mas deixou o exemplo não só da garra de executiva, mas de mulher muito altiva, alegre, irreverente. Estendemos aos seus familiares votos de força e conforto nesse momento de dor.

Outro registro que faço, Sr. Presidente, agora com alegria, em relação ao Prêmio Nobel de Economia. É a primeira vez, desde sua instituição, em 1969, que uma mulher, Elinor Ostrom, recebe o prêmio nesta categoria. A Dra. Ostrom é doutora em Ciência Política e desenvolveu um trabalho na demonstração de como propriedades em comum podem ser utilizadas por associações de usuários, uma área importante e interessante junto a um sistema cooperativo e de movimentos sociais.

As mulheres estão ocupando cada vez mais o seu espaço, contribuindo e tendo visibilidade do seu trabalho. No Prêmio Nobel houve um número recorde de mulheres neste ano. Cinco pesquisadoras foram agraciadas com prêmios em pesquisas importantes. Além da Dra. Ostrom, receberam prêmios Nobel: Elizabeth Blackburn e Carol Greider (Medicina); Herta Müller (Literatura); e Ada Yonath (Química). É sem dúvida motivo de celebração e também um incentivo para as bravas mulheres que buscam conquistar seu espaço em condições de igualdade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Deputa Rita Camata, desejo me associar ao pronunciamento que V.Exa. faz, neste Grande Expediente, de solidariedade, sobretudo nessa parte final em que V.Exa. se reporta à concessão do Prêmio Nobel de Economia a uma mulher que, pelos seus méritos nessa área, também granjeou o Prêmio Nobel, em parceria com outro cidadão americano, que com ela aprofundou estudos, concedido com repercussão imensa em todo o País.

Desejo também associar-me ao pesar que a nobre Deputada manifesta pelo desaparecimento da Sra. Zuca Coser. Portanto, a manifestação da Mesa de condolências à família e, naturalmente, a solidariedade pela perda da Sra. Zuca Coser.

Durante o discurso da Sra. Rita Camata, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, celebramos, ontem, o Dia do Médico.

Inicialmente, felicito os médicos, principalmente aqueles que fazem da Medicina um instrumento para

gerar qualidade de vida para as pessoas por eles atendidas.

Destaco, Sr. Presidente, 4 médicos da minha Paraíba, figuras sempre atentas à saúde da população e a que tenho a honra de ter como amigos: o Dr. Ítalo Kumamoto, o Dr. Josias Batista, o Dr. Vitório Petrucci e o Dr. João Bosco Braga. São médicos que cumprem fielmente o juramento hipocrático, médicos que me atendem e acompanham os casos de debilitação de minha saúde. Todos eles ensinam que a Medicina não é apenas a ação de curar ou de prevenir doenças, mas um ato de acolhimento, de amor e de solidariedade para com os nossos semelhantes.

Parabéns a todos os médicos pela celebração, ontem, do Dia do Médico.

Sr. Presidente, falarei hoje sobre tema que está sempre presente nas minhas manifestações nesta Casa, especialmente na Comissão de Direitos Humanos, de que sou Presidente. Diz ele respeito a dossiê que diversas entidades de direitos humanos de São Paulo lançaram, no Dia Mundial contra a Pena de Morte, sobre execuções sumárias e mortes de pessoas sob a custódia do Estado. Desse dossiê constam mapas de extermínio por meio de execuções extrajudiciais e mortes pela omissão de autoridades daquele Estado.

Eis, Sr. Presidente, alguns dados do dossiê:

Civis mortos e feridos na ação policial

Tabela 1: Mortes provocadas pela polícia da cidade de Nova York

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
civis mortos	23	30	26	30	20	19	11	14	11	12
civis feridos	54	61	55	44	39	43	31	21	17	25
proporção**	0,4	0,5	0,4	0,7	0,5	0,4	0,3	0,7	0,6	0,5

Fonte: NY Law Enforcement Agency (Uniform Crime Report)

Tabela 2: Mortes provocadas pelas polícias do Estado de São Paulo

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
civis mortos	595	459	610	915	663	329	576	438	431	272
civis feridos	386	439	420	705	525	450	420	417	368	215
proporção**	1,54	1,05	1,45	1,30	1,26	0,73	1,36	1,05	1,17	1,27

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

(*) Dados relativos ao primeiro semestre.

(**) Refere-se ao número de civis mortos para cada civil ferido.

Civis e policiais mortos na ação policial

Tabela 3: Mortes de civis e policiais na cidade de Nova Iorque

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
civis mortos	23	30	26	30	20	19	11	14	11	12
policiais mortos		3	2	6	3	3	0	0	0	2
proporção*	7,7	10	13	5	6,6	6,3	11	14	11	6

Fonte: Uniform Crime Reports (*http://www.fbi.gov/ucr/killed/leoka03.pdf*) e NY Law Enforcement Agency

(**) Refere-se ao número de civis mortos para cada policial morto.

Tabela 3: Mortes de civis e policiais no Estado de São Paulo

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
civis mortos	595	459	610	915	663	329	576	438	431	272
policiais mortos	49	49	59	33	27	28	38	36	22	14
proporção**	12,1	9,4	10,3	27,7	24,6	11,7	15,2	12,2	19,6	19,3

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

(*) Dados relativos ao primeiro semestre.

(**) Refere-se ao número de civis mortos para cada policial morto.

Mortes provocadas pela ação policial e os homicídios dolosos

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
homicídios dolosos	2420	2016	1510	1353	1093	924	903	952	960	909
civis mortos	23	30	26	30	20	19	11	14	11	12
proporção**	0,9%	1,5%	1,7%	2,2%	1,8%	2,0%	1,2%	1,5%	1,1%	1,3%

Fonte: NY Law Enforcement Agency (Uniform Crime Report)

Tabela 5: Homicídios dolosos e mortes provocadas por policiais no Estado de São Paulo

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
homicídios dolosos	12638	12475	11847	10954	8753	7592	6559	5153	4690	2442
civis mortos	595	459	610	915	663	329	576	438	431	272
%	4,71	3,68	5,15	8,35	7,57	4,33	8,78	8,50	9,19	11,11

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

(*) Dados relativos ao primeiro semestre.

A Constituição Federal de 1988 proíbe a pena de morte no seu art. 5º, inciso XLVII. Além disso, o Brasil aprovou o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, com vistas à abolição da pena de morte. O Brasil assim se compromete em âmbito internacional a não aplicar esse tipo de pena capital.

Embora seja ilegal, a pena de morte está sendo aplicada em larga escala através das chacinas, das milícias privadas armadas – como numa guerra, as pessoas estão sendo executadas –, das execuções sumárias praticadas por forças policiais, grupos de extermínio e esquadrões da morte. São mortes diretamente relacionadas a torturas, maus-tratos, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, aos quais foram submetidos as pessoas e os detentos executados.

Sr. Presidente, as vítimas dessas execuções são, na grande maioria, jovens entre 15 a 24 anos. A juventude está sendo dizimada!. Quando o Governo mandou para esta Casa projeto de lei no sentido de que, através do PRONASCI, fosse assegurada a essa juventude uma bolsa visando a que saísse do crime organizado, a Oposição disse se tratava da bolsa-traficante, da bolsa-bandido. Ou seja, não percebeu a importância da medida, nem tampouco que a juventude quer ter um espaço para crescer na vida. Jovens de 14 a 24 anos, na flor da idade, e também adultos são dizimados por organizações criminosas, pelo crime organizado, por milícias armadas, por grupos paramilitares, por grupos de extermínio, por esquadrões da morte. Em geral, são moradores das periferias, afrodescendentes e pobres. Repito: moram nas periferias, são afrodescendentes e pobres. Ou seja, esse tipo de ação atinge a maioria da população brasileira.

É enorme a impunidade. Grande parte dos organismos de investigação do Estado não se interessa em revelar a autoria desses crimes por causa do envolvimento de policiais na maioria deles. Vale salientar que essa realidade não está presente apenas em São Paulo, mas em quase todos os Estados do País.

Concordamos plenamente quando o Secretário Nacional de Segurança Pública da SENASP, Dr. Ricardo Balestreri, diz que nossa política de segurança repressiva não dá mais resultados. Temos de mudar, temos de desenvolver uma política de segurança preventiva com ações de cidadania, educação, saneamento, habitação popular, geração de emprego, distribuição de renda. Assim, vamos tirar das mãos dos traficantes e do crime organizado a juventude que poderia estar colocando sua energia a serviço do País, trabalhando, produzindo e também estudando.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, consideramos importante o Programa Nacional de Segurança Púbica com Cidadania. Temos certeza de que as proposições definidas na da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública vão ser implementadas pelo nosso Governo.

Afirma o dossiê que está sendo encaminhado às autoridades:

> "Os números revelam esse extermínio. Conforme dados da própria Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, somente no ano de 2008 foram assassinados, por policiais, 431 civis. Em 2002, foram 591 civis e 49 policiais mortos; em 2009, até o primeiro semestre, foram 438 civis e 36 policiais assassinados.
>
> O relator da ONU para execuções sumárias, Sr. Philip Alston, afirma em seu relatório que policiais de São Paulo utilizam a força letal e não a inteligência para controlar e combater o crime. Segundo o mesmo, o mais grave é que a força letal está sendo utilizada para proteção do patrimônio e não da vida. O relatório apontou também que os policiais matam quando estão fora de serviço, através de milícias, grupos de extermínios e esquadrões da morte."

Esse é um dado que chama a atenção: não apenas quando em serviço os policiais matam, mas também quando estão fazendo o chamado "bico", ou seja, servindo a uma empresa, fora do espaço em que deveriam assegurar a ordem, a tranquilidade e a vida das pessoas.

Esse relatório aponta que é através de milícias, de grupos de extermínios e de esquadrões da morte que esses policiais atuam. As execuções ocorrem, repito, quando estão fora da escala de serviço.

O Brasil tem apresentado um número absurdo de mortes violentas de presos comparativamente a outros países da América Latina. Na Argentina, foram registrados 325 mortes violentas de presos entre os anos de 2003 a 2008; no Chile, 136 mortes violentas de presos entre os anos 2003 e 2007; no Brasil, foram 303 mortes violentas de presos somente no ano 2002 e 257 em 2007. Esse número revela o número de mortes violentas de presos que estão sob a custódia do Estado. assassinados.

Há precariedade nas investigações para apuração de todas essas mortes. Isso tem levado sempre ao crescimento da impunidade, pois os responsáveis por tais crimes são quase sempre absolvidos por falta de provas em decorrência de inquéritos mal feitos, mas também pela morosidade da Justiça. É a barbárie instalada! Daí a importância da mobilização da sociedade civil para pressionar as autoridades no sentido de assumir sua responsabilidade no combate

a essas atividades criminosas. Temos certeza de que somente através das comunidades organizadas e de entidades que lutam em defesa dos direitos humanos será possível constituir um grande movimento contra essa barbárie.

O dossiê traz também dados extraoficiais sobre mortes pela Polícia:

> "Os dados oficiais sobre a letalidade policial já apresentam números alarmantes e revelam de forma flagrante a política de segurança pública baseada no extermínio existente no Estado de São Paulo. Entretanto, dados extraoficiais trazem números tão assustadores quanto os oficiais. O Observatório das Violências Policiais-SP apresenta um banco de dados construído a partir de notícias da imprensa de mortos pelas Polícias e por homens não identificados e encapuzados desde 12 de maio de 2006".

LISTA DE MORTOS

ANO	Total de Ocorrências	Total de mortos	Ocorrências (agentes do Estado)	Ocorrências (encapuzados)	Mortos (agentes do Estado)	Mortos (encapuzados)
2006*	274	455	220	54	334	121
2007	238	348	209	29	258	90
2008	262	381	224	38	276	105
total	774	1184	653	121	868	316

> De acordo com a tabela acima, em 3 anos foram noticiadas 774 ocorrências e 1.184 mortes, número que revela, em todas essas ocorrências, que pelo menos duas pessoas eram executadas. Desse total de mortes, 868 pessoas foram executadas por policiais em 653 ocorrências e 316 foram mortas por agentes encapuzados em 121 ocorrências.

Essa realidade acontece não apenas em São Paulo, pois as milícias privadas armadas, os grupos paramilitares, os esquadrões da morte e os grupos de extermínio estão atuando livre e impunemente em todos os Estados. Daí a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 370, de 2007, de minha autoria, que tipifica o crime de extermínio praticado por essas organizações criminosas, considerando tais crimes contra o Estado Democrático de Direito e transferindo para a esfera federal as investigações e os julgamentos.

Sr. Presidente, esse dossiê, cujo lançamento foi realizado por várias entidades de São Paulo com base em dados oficiais e extraoficiais, revela que a nossa segurança pública está falida, porque investe em segurança repressiva. Todos sabemos que, hoje, os presos conseguem sair das prisões com a maior facilidade e que os que continuam presos continuam exercendo suas atividades criminosas do mesmo jeito, até com mais segurança, porque estão nas cadeias e constituem grupos e milícias dentro e fora do próprio sistema penitenciário.

Este é o momento de olharmos para a segurança pública como uma política de Estado. É importante

que o Governo Federal exija das autoridades estaduais que cumpram o que determina o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que não permitam que a juventude continue sendo dizimada, que não permitam que crimes continuem sendo chamados de misteriosos, que pessoas sejam executadas e os autores não apareçam. As vítimas estão lá, mas os autores nunca aparecem. Reina o quê? Reina a lei do silêncio, reina o clima de terror e de matança.

Amanhã, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, apresentarei relatório segundo o qual a execução do advogado Manoel Mattos continua impune. Prenderam alguns, prenderam as piabinhas, como dizem, mas os tubarões estão soltos; os mandantes estão soltos; os financiadores estão soltos; os protetores estão soltos. E eles continuam mandando matar, continuam financiando matanças, continuam dando proteção.

Sr. Presidente, era o que eu gostaria de abordar neste Grande Expediente para mostrar que ou nós cuidamos da segurança ou vai acontecer em outros Estados o que hoje está ocorrendo no Rio de Janeiro, onde o crime organizado e as milícias armadas privadas estabelecem a barbárie. Ali, a barbárie toma conta de tudo! Não podemos permitir que isso aconteça; senão, a democracia acabará sendo atingida.

Há necessidade, sim, de uma ação articulada entre Municípios, Estados e a sociedade como um todo para haver segurança com qualidade para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência cumprimenta o nobre Deputado Luiz Couto pelo seu pronunciamento no Grande Expediente da sessão de hoje, sobretudo por guardar essa postura de coerência com os pontos de vistas que tem sabido expender nas suas falas na tribuna da Casa.

Deputado Luiz Couto, quando V.Exa. se torna pregoeiro da defesa da vida, condenando as demonstrações que atingem os direitos da pessoa humana, inclusive profligando a adoção da pena de morte, o que é inadmissível em face do texto constitucional vigorante, mantém um posicionamento firme e inarredável, o que na verdade o tornou, também sob esse aspecto, uma figura respeitada nesta Casa.

Posiciona-se V.Exa. numa luta tenaz, persistente, contra os grupos de extermínio no Nordeste e agora traz subsídios oriundos de documento de São Paulo com dados que preocupam todos nós, sobretudo porque atentar contra a vida é infligir também norma explícita da Constituição Federal – aquela mesma Constituição Federal que nós, em 1988, buscamos juramos cumprir integralmente, porque, como dizia o grande Ulysses Guimarães, a Constituição foi feita não para ser ultrajada e sim para ser respeitada.

Portanto, cumprimento o nobre Deputado Luiz Couto por seu pronunciamento, que, acredito, terá repercussão pela incisividade dos argumentos expendidos, pelos números expostos e sobretudo pela necessidade de se garantir os direitos da cidadania.

Os cumprimentos da Mesa, portanto, ao nobre Deputado Luiz Couto, que, a partir deste instante, passa novamente a dirigir os trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Bezerra, ilustre representante do PR do Ceará.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras e pescadores, nós estamos vivendo uma época de grande estímulo no setor pesqueiro, mas são necessárias ações que venham fortalecê-lo.

Nesta Legislatura, aprovamos a Lei das Colônias, que reforça a organização bicentenária dos pescadores brasileiros. A colônia da Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, tem mais de 200 anos. A aprovação dessa lei, que foi sancionada pelo Presidente Lula, regulamenta o parágrafo único do art. 8º da Constituição. V.Exa., Deputado Mauro Benevides, acabou de citar a Constituição de 1988.

O SR. MAURO BENEVIDES – V.Exa. me permite, Deputado Flávio Bezerra?

O SR. FLÁVIO BEZERRA – Com certeza.

O SR. MAURO BENEVIDES – Quero cumprimentá-lo, sobretudo porque quem tem acompanhado a trajetória cumprida por V.Exa. nesta Casa, nestes 3 anos de mandato, terá que admirá-lo pela persistência com que defende essa tese. E a Lei das Colônias, que aprovamos aqui recentemente, decorreu do esforço ingente que V.Exa. despendeu para que, naquela comemoração efusiva, homenageássemos os pescadores de todas as categorias, de todo o Brasil, cujo amparo legal veio graças ao trabalho obstinado que V.Exa. empreendeu com sua responsabilidade de representante do povo brasileiro neste plenário. Portanto, congratulo-me com V.Exa. no momento em que inicia mais um pronunciamento na tribuna da Casa na tarde de hoje.

O SR. FLÁVIO BEZERRA – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Honra-me muito o aparte de V.Exa. neste discurso. Sem a participação de V.Exa. seria difícil a aprovação dessa lei. Em 1988, como Constituinte, V.Exa. participou arduamente da reformulação da nossa Carta Magna. Assim, o parágrafo único do art. 8º da nossa Constituição garante às colônias de pescadores a representação do pescador artesanal brasileiro.

Aproveito a oportunidade para agradecer à Mesa e à Frente Parlamentar da Pesca que nos auxiliaram para que essa lei fosse aprovada.

Tivemos também, nesta Legislatura, a aprovação da Lei da Pesca. Entre tantos e tantos benefícios que podemos observar na Lei da Pesca, destacamos o fato de o pescador artesanal agora ter acesso a linhas de crédito. Assim como o pequeno e o médio produtor rural, o pescador artesanal passa a ter acesso ao PRONAF.

Por fim, tivemos a criação do Ministério da Pesca. O Presidente Lula, ainda em campanha, em 2003, fez a promessa de instalar a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Assim, a partir da SEAP, veio a criação do Ministério. E, no período dos debates e votação, eu tive a honra de ser o Presidente da Comissão Especial que criou o Ministério da Pesca.

Estou repassando às comunidades pesqueiras, lá no Ceará, uma cartilha sobre os sucessos que obtivemos, nesta Legislatura, na área de legislação pesqueira: a Lei da Pesca, a Lei das Colônias, a organização do Ministério da Pesca, entre outros avanços.

Recentemente, tivemos a III Conferência Nacional da Pesca, em que todos os temas relacionados à atividade pesqueira em nosso País foram debatidos. Na ocasião, foram apresentadas novas ideias. Está na hora de o Brasil acordar.

Está aí, por obra do Governo Federal, graças à participação do nosso Presidente Lula, a criação do Ministério da Pesca, para que o Brasil venha despertar e passar a produzir mais pescados, a exportar mais do que temos exportado e importar menos, porque nós temos capacidade para isso.

Entre tantas e tantas coisas importantes que acontecem aqui nesta Casa, aprovamos a criação do Ministério da Pesca, que hoje caminha fundamentado na nossa legislação.

Quero também aproveitar e falar, Sr. Presidente, que ainda existe muita coisa a se fazer.

Eu tenho andado no litoral, e não somente no do Ceará, mas também nos de outros Estados. Como Presidente da Frente Parlamentar da Pesca, os Deputados me convidam para ir a seus Estados para debater temas relevantes sobre a pesca. Pois bem. Andando pelas praias, conversando com os pescadores, identificamos vários problemas, dentre os quais a delicada situação do pescador artesanal em relação ao médio e ao grande pescador, no caso os médios e os grandes armadores do Brasil.

No Ceará estamos enfrentando também um problema na região do Icapuí com a pesca por compressor. É notório que esse tipo de pesca é proibida pela Constituição há mais de 20 anos, mas há pescadores que insistem em trabalhar na atividade de pesca com esse tipo de artefato. Esses pescadores já foram arduamente criticados, porque usam gambiarras; o tanque de ar seria um bujão de gás; as conexões são mangueiras que não são inspecionadas pela Marinha, o que coloca em risco a vida do mergulhador.

São várias denúncias de irregularidades.

Temos observado conflitos entre comunidades no Ceará. É o caso da Praia da Redonda, onde temos o Vereador Kadá, sobre quem já falei nesta tribuna. Ele não é um agitador do povo contra os mergulhadores. Pelo contrário, é um pacificador que tem lutado de todo jeito para resolver esse problema que se encontra nas praias do Icapuí: Praias da Redonda, Barreira, Ponta Grossa e demais praias. Na Redonda, os pescadores artesanais pescam em barcos com propulsão à vela, barcos a pano. Mas ocorre que barcos de outras comunidades do Icapuí vêm mergulhar nas águas onde estão colocados os covos dos pescadores da Praia da Redonda. E aí está o conflito. Como há falta de fiscalização do IBAMA, essa comunidade adquiriu um barco potente para fazer a devida fiscalização. Alegam que no dia em que o IBAMA vai fiscalizar alguém avisa as pessoas que trabalham com o compressor, e esses barcos logo saem da área. Quando a fiscalização do IBAMA chega a área, não encontra ninguém mergulhando. Mas quando o barco da associação dos pescadores e moradores da Praia da Redonda chega ao local, encontra várias lanchas e pessoas mergulhando e pescando. O fato é que, certa vez, esse barco prendeu 3 lanchas de mergulho e as levou até a praia. Quando a maré secou, mulheres e filhos de pescadores atearam fogo aos barcos.

Depois de muito tumulto e muito conflito, a comunidade prendeu um barco grande com cabina à proa. A própria comunidade resolveu não queimar esse barco, mas colocá-lo sobre as dunas. Entre dizer se é ou não verdade, a comunidade está aguardando uma resposta, porque foi dito que o barco é de propriedade do Prefeito de Icapuí, o que terá que ser provado por ele.

Passadas 2 semanas, uma lancha de 13 metros foi apreendida. A comunidade também a colocou sobre as dunas. Foi dito que essa lancha pertence a um Vereador.

Como fica a situação? Será que políticos, que deveriam representar a comunidade, defender os direitos constitucionais dos pescadores, estão agindo de má-fé, trabalhando na ilegalidade?

A comunidade de pescadores da Praia da Redonda me pediu para esclarecer sobre de quem são os barcos e por que – se é que esses barcos são de propriedade dessas pessoas – esses políticos não es-

tão defendendo os direitos do povo, mas trabalhando do lado contrário.

Sr. Presidente, há solução para tudo, desde que haja respeito.

A comunidade da Prainha do Canto Verde conseguiu, por meio do IBAMA e da Defensoria Pública, uma área marítima reservada, onde só pescam barcos a vela e barcos da comunidade. E a comunidade da Praia da Redonda também reivindica esse direito.

Vejo nisso uma solução: se aqueles que pescam com equipamento de mergulho não atuarem na área protegida, ou seja, na área dos redondeiros, o conflito vai acabar.

Caberá ao IBAMA manter fiscalização permanente e não deixar que haja métodos ilegais de pesca, uma vez que essa atividade é proibida, assim como a pesca com bomba. É proibido e é proibido. Então, não vamos jogar dinamite no mar, porque, além de matar todos os peixes, mata também a fauna acompanhante, destrói os corais, os crustáceos, enfim, extermina a área de pesca.

Não defendo o que seja errado, mas há mais de 20 anos combate-se essa pesca considerada predatória. A pesca seletiva deveria ser a mais bem vista, porque seleciona a espécie. Ou seja, quando o pescador mergulha, ele vê as lagostas, os peixes, e, assim, pode capturar as grandes lagostas, as que não estão ovadas, pois vê o que será pescado. É diferente da rede que captura tudo, tanto a ovada como a miúda, a pequena; e é diferente do covo, em que tanto a grande como a pequena são presas, entram no covo.

Cabe aos governos reeducar toda uma geração. Que sejam alterados os programas curriculares das escolas em Aracati, Icapuí, Fortim, Beberibe, enfim, em todo o litoral do Ceará e do Nordeste. E seja introduzida na educação dos alunos a preservação marinha, uma nova forma de educação.

Sugiro sejam feitas reuniões com os pescadores no sentido de orientá-los a não capturarem espécie ainda em crescimento. E capturando os ainda adolescentes, o que vai acontecer? Não vão se reproduzir, e o estoque só tenderá a se extinguir. É o que está acontecendo e já é notório!

Temos de encontrar uma solução. É um problema complexo. Cabe ao Governo tomar uma decisão.

Sugiro que aprovem projeto de lei, de minha autoria, que aposenta os pescadores aos 55 anos. Se aposentarmos esses pescadores e cadastrarmos todos os que estão em atividade, o ingresso será mediante aprovação do Ministério da Pesca, para se diminuir o esforço de pesca atual. Na pesca da lagosta, temos observado ser necessária a redução, e que se mantenha essa redução.

Como Parlamentar, eu olho também para o lado social. Preservamos o estoque natural da lagosta – e o cidadão, como vai ficar? Têm de ser adotados critérios para essa avaliação. Aqueles que são nativos da comunidade, aqueles que são netos ou até bisnetos de pescadores e que vivem naquelas comunidades têm direito de ser pescadores. Ei isso envolve muita coisa, porque muitos migram do interior do País para a praia, porque é mais fácil, a vida é notoriamente melhor; e migram para a atividade da pesca. Mas são os empresários que compram barcos. A maioria desses barcos não é de pescadores. A maioria das lanchas que pescam com compressor é de outras pessoas, é de empresários.

A redução do esforço de pesca não atinge diretamente o pescador, mas os empresários que poderiam investir em outras atividades.

Acredito que há como reduzir o esforço de pesca sem prejudicar o pobre trabalhador nativo, que hoje se encontra, em grande maioria, sem licença de pesca para suas embarcações pequenas, como a jangada, o paquete, a canoa, o bote, a baitera. Há muitos sem licença para a pesca da lagosta. E o pior de tudo, Sr. Presidente, é que esses homens estão indo ao mar pescar com licença ou sem licença. Eles querem sobreviver, têm o direito de trabalhar, porque foi assim a vida de seu avós, a vida de seus pais. Eles querem continuar na atividade.

Cabe hoje uma grande responsabilidade a esta Casa, uma grande responsabilidade por direito, pela criação do Ministério da Pesca. Cabe ao Ministério da Pesca, com muito carinho, rever a situação da pesca da lagosta, dando aos pescadores originais, descendentes de famílias de pescadores, a licença de pesca para que continuem sua atividade corriqueira, digamos assim.

Sr. Presidente, apresentei requerimento pedindo ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do IBAMA, que declare oficialmente o dia em que começará o defeso e de quantos meses será esse período, porque, no que diz respeito à pesca de lagosta, o que tem acontecido nos outros anos é algo que não nos deixa feliz, porque a lei do seguro-defeso é para que o trabalhador receba uma ajuda salarial no momento em que não puder exercer a sua atividade, no caso, a pesca da lagosta.

No ano passado, foi dito que o defeso iria começar em 1º de dezembro. Antecipou-se em 1 mês. E o Ministério do Trabalho alegou que suas equipes não estavam preparadas para colher dados dos pescadores e, então, dar prosseguimento ao processo do

seguro-defeso, que é o pagamento ao pescador por não trabalhar nesse período. E notamos que nos anos anteriores o defeso foi pago aos pescadores depois de terminado esse período. E lá pelos meses de julho, agosto, é que os pescadores começam a receber a primeira parcela.

Estou reivindicando, por meio de requerimento dirigido ao Ministério do Meio Ambiente, que o IBAMA se pronuncie – porque até agora não me deram resposta para dizer quando vai começar o defeso.

Toda a comunidade pesqueira aguarda a divulgação dessa data para que não haja desculpa e que o Ministério do Trabalho não diga que não foi avisado pelo Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Trabalho espera que o Ministério do Meio Ambiente anuncie a data, com antecedência – pedi isso há 2 meses –, quando irá começar o defeso. Se, de fato, vai começar no dia 1º de dezembro, então está próximo. Temos menos de 2 meses. Então dá tempo suficiente para o SINE-IDT, por meio do Ministério do Trabalho, preparar suas equipes para receber os pescadores, com seus documentos, e, assim, no primeiro dia do mês em que começar o defeso da lagosta os pescadores deem entrada em seus documentos para que, ao findar o primeiro mês do defeso, eles também recebam legalmente o primeiro mês do seguro-defeso, que é deles, é de lei, não é de outra pessoa; tem que ir para a mão do pescador no mês em que parou de trabalhar.

Sr. Presidente, por isso estarei aqui este ano brigando, pedindo para, quando começar o defeso, o pescador também dê entrada a seu pedido e o Ministério do Trabalho não apresente nenhuma desculpa de que não estava preparado. Não diga isso, porque o Ministério tem condições.

Se o Ministério do Meio Ambiente confirmar que o dia do defeso vai começar em 1º de dezembro, muito bem. E, se então se confirmar, o Ministério do Trabalho tomará as providências e, no dia 1º de dezembro, todos os pescadores do Ceará e de todo o Nordeste que trabalham na pesca da lagosta poderão dar entrada a seus pedidos, para, no final do mês, receberem a sua parcela devida.

Antes de finalizar o meu discurso, Sr. Presidente, quero agradecer a todos pela atenção. Quero dizer a todos os pescadores do Nordeste e do Norte do meu Brasil, principalmente aos que trabalham na pesca da lagosta, que continuarei essa luta para que o estoque seja preservado e, sobretudo, a vida de vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputado Flávio Bezerra. Quero me associar a V.Exa. por seu pronunciamento, por sua luta. Conheço profundamente sua luta aqui em nome dos pescadores, daqueles que trabalham com a pesca. V.Exa. tem sido uma referência aqui enquanto relator de projetos que trazem melhoria de condições de vida para as pessoas.

Concordo plenamente com V.Exa. em que é preciso definir esse tempo do defeso para que, efetivamente, aqueles que dependem da pesca possam ter acesso aos recursos. Ninguém vai esperar para receber depois de 6 meses sem ter a pesca e sem ter o que pescar. Como vão viver?

É o mesmo que ocorre com o seguro-safra para a agricultura familiar. Às vezes, as pessoas o recebem já no final, quando a safra foi toda perdida. Então, como as pessoas vão viver?

Então, parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento!

Durante o discurso do Sr. Flávio Bezerra, o Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo, do PT do Rio de Janeiro. S.Exa. dispõe de até 25 minutos.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de médico, quero fazer várias reflexões aqui sobre os assuntos relativos à saúde no País, principalmente no meu Estado, o Rio de Janeiro, já que ontem, 18 de outubro, foi comemorado o Dia do Médico.

Todos sabemos que frequentemente a população cobra melhorias na área da saúde, e todas as pesquisas comprovam as exigências da sociedade de maneira muito concreta.

Está nesta Casa para ser aprovada, já há alguns anos, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Essa emenda tem um papel fundamental para que se defina, nos Estados e Municípios, o que são verdadeiramente gastos em ações e serviços de saúde.

Nós esperamos que nos próximos dias a Câmara aprove a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, para que traga benefícios concretos à saúde pública do Brasil, evitando que governadores e prefeitos apliquem recursos, por exemplo, em aposentadorias, nas áreas de infraestrutura e saneamento, argumentando que tais recursos contemplam a área de saúde. De certa forma, a saúde é um tema tão amplo que todos os setores, do ponto de vista orçamentário e financeiro, em que recursos forem aplica-

dos, passam a ser contemplados como sendo saúde, mas não são.

Na verdade, a Emenda nº 29, ao ser regulamentada, vai estabelecer concretamente o que são ações e serviços de saúde, exigindo que os Municípios gastem pelo menos 15%, e os Estados, 12% do seu orçamento numa área tão complicada como é a área de saúde.

Essa regulamentação já foi objeto, em outros momentos, de aprovação. Está vindo do Senado. É preciso um acordo de Lideranças, porque concretamente sabemos que alguns Governos de Estado, por não aplicarem no mínimo 12% do seu orçamento, estão pressionando suas respectivas bancadas para que a Emenda nº 29 não seja regulamentada.

Em relação à área da saúde, todas as pesquisas mostram que a população cobra melhoria nos Municípios e nos Estados. O Sistema Único de Saúde, que trabalha com a lógica da universalização, da equidade, tem, do ponto de vista teórico, os parâmetros muito bem elaborados. Sabemos que, antes do Sistema Único de Saúde, a população brasileira não tinha acesso a serviço público qualificado. O trabalhador sem carteira assinada não tinha direito ao sistema público de saúde, era atendido nas famosas Santas Casas, que prestavam atendimento aos indigentes. O Sistema Único de Saúde universalizou o atendimento, mostrando que saúde é direito de todos e dever do Estado.

Nessa área com tantos problemas, há um grande nó que são seus profissionais de saúde, a área de recursos humanos. Sabemos que no Sistema Único de Saúde, apesar de ser muito bem elaborado, até hoje os nós, os gargalos dos profissionais de saúde como um todo, não estão sendo resolvidos. Cito como exemplo os agentes comunitários de saúde espalhados Brasil afora, que prestam relevantes serviços nesse programa. É um programa de ponta, na atenção primária, que são os agentes comunitários de saúde.

Hoje, a maioria deles, Brasil afora, está precarizada, não tem carteira assinada, é exonerada ao belprazer de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, precisando de regulamentação profissional.

Eu e o Deputado Maurício Rands elaboramos um projeto de lei que cria o Plano de Carreiras, Cargos e Salários no SUS e que, de certa forma, contempla os agentes comunitários de saúde.

Da mesma forma, tramita na Casa, após ter sido aprovada em várias Comissões – e tive o prazer de aprová-la na Comissão de Seguridade Social e Família –, a jornada de 30 horas de trabalho da enfermagem no País. É um pleito antigo de toda a categoria de enfermagem. Vários países já contemplam essa reivindicação da enfermagem, o que concretamente se reverte em benefícios para a população. O profissional de enfermagem que trabalha sem ser sobrecarregado em sua carga horária tem mais condições – as pesquisas já mostraram – de prestar melhor atendimento à população e à sociedade como um todo.

Além disso, há aqui um problema, e aguardamos que a Presidência da Casa o coloque em votação, pois já foi aprovado em todas as Comissões. Sabemos que os professores e os profissionais de saúde têm direito a duplo vínculo, está na Constituição. No entanto, os profissionais de saúde – médicos, dentistas, enfermeiros, psicólogos – do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar de todo o Brasil até hoje vivem o drama de frequentemente um Secretário Estadual de Administração aqui e acolá questionar esse direito, não permitindo que o médico bombeiro, o dentista bombeiro ou o médico da Polícia Militar tenham duplo vínculo. Alguns não aguentam a pressão e acabam pedindo exoneração, apesar de concursados, pela não permissão desse duplo vínculo.

Cabe a esta Casa aprovar esse projeto, que já tramitou e foi aprovado em todas as Comissões, para permitir que esses profissionais, como todos os outros – sou médico e tenho 2 vínculos, um no Ministério da Saúde e outro no Estado –, possam trabalhar com tranquilidade e se utilizar do duplo vínculo.

O SR. FLÁVIO DINO – Deputado Chico d'Angelo, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. CHICO D'ANGELO – Pois não.

O SR. FLÁVIO DINO – Deputado Chico d'Angelo, quero nesta tarde, em primeiro lugar, agradecer ao povo do Rio de Janeiro por permitir que V.Exa. aqui esteja. V.Exa. cumpre um mandato reconhecido pela Casa, sobretudo pela Esquerda, pela base do Governo do Presidente Lula, por sua profunda vinculação com as causas que agora, desta tribuna, está a resumir para nós, para todo o País, lutas centrais daqueles que acreditam na estruturação, na organização do Sistema Único de Saúde. É algo muito importante inclusive internacionalmente. Vemos as dificuldades, os ataques, o cerco conservador e de direita imposto contra o Presidente Barack Obama, nos Estados Unidos, quando tenta organizar timidamente aquilo que, pelo menos do ponto de vista formal, conseguimos, conquistamos, que é o sistema universal que garanta direito à saúde a todos, como obrigação do Estado. Finalmente, quero homenageá-lo por resumir aqui nossos compromissos com os profissionais de saúde, inclusive os agentes comunitários de saúde, que já obtiveram grandes conquistas, mas precisam aprofundá-las – e a ideia

da carreira preconizada por V.Exa. e pelo Deputado Maurício Rands merece com certeza todo o nosso aplauso –, assim como com os enfermeiros, enfermeiras, técnicos e auxiliares de enfermagem na sua luta. Na última semana, eu e o Deputado Luiz Couto, que preside esta sessão, participamos de mais um passo dessa conquista, da aprovação da jornada de 30 horas, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Assim como V.Exa. faz aqui, lá, tanto eu como o ilustre Presidente tivemos a oportunidade de hipotecar todo o nosso apoio, a nossa luta, a nossa solidariedade, militante, para que no plenário essa causa, mais essa vitória se confirme em favor não apenas dos profissionais, mas sobretudo dos usuários do sistema de saúde. Parabéns pelo pronunciamento e pela atuação Parlamentar.

O SR. CHICO D'ANGELO – Muito obrigado, Deputado Flávio Dino. Muito bem lembrada a observação do Deputado com relação à situação concreta vivida hoje pelo povo americano.

Sabemos que foi uma plataforma de campanha do Presidente Barack Obama ter um projeto que, de certa forma, contemplasse os setores da população dos Estados Unidos com direito ao atendimento público. Veio a crise internacional, o número de desempregados aumentou muito. Como tinha havido esse compromisso de campanha, apresentou-se uma proposta, que avança do ponto de vista de atendimento à população, mas na lógica ainda capitalista. O Presidente Barack Obama propôs às seguradoras de saúde que o Governo americano faria um plano de saúde comercial, com valor inferior a outros planos, na lógica capitalista competindo com eles, dando direito a esse segmento da população de acesso à saúde. E está enfrentando essa batalha dos setores mais conservadores, não permitindo que eles... Nem é um sistema universal, como é o nosso aqui, mas que amplie os direitos de cidadania na questão da saúde.

Então foi muito bem lembrado pelo Deputado Flávio Dino esse exemplo de que devemos preservar o nosso sistema de saúde. Se ele tem problemas, e tem, não é por uma formulação malfeita. Ele precisa de um melhor financiamento. Sabemos que o Brasil ainda precisa de um financiamento mais bem trabalhado, precisa melhorar a gestão, mas precisa atacar algumas questões, às vezes simbólicas, como essa de que falei, na área de recursos humanos, para que haja uma progressiva melhora no enfrentamento dessa questão.

Além da questão da enfermagem, especificamente, lá no Rio de Janeiro, gostaria de citar, por exemplo, a questão das 40 horas dos médicos do Ministério da Saúde, porque é um pleito antigo. Aliás, o Ministro Temporão, assim que assumiu, comprometeu-se a estender. Hoje, metade dos profissionais médicos no Ministério da Saúde do Rio tem as 40 horas, e metade não tem. É necessário que o Ministério corrija esse grande equívoco e essa dívida com os profissionais médicos – já que ontem se comemorou o Dia do Médico –, que o Ministro Temporão faça essa correção e estenda as 40 horas para todos os profissionais médicos do Rio de Janeiro.

Recentemente, recebi uma comissão de profissionais agentes de endemia, os famosos mata-mosquitos. Está aí o verão se aproximando, e há possibilidade de um novo surto de dengue. Esses profissionais do Rio de Janeiro – cerca de 5 mil – tiveram um papel fundamental no enfrentamento da questão da dengue no Estado do Rio. É necessário que seja regularizada a situação funcional deles. O Presidente Lula teve uma sensibilidade muito grande, já que sabemos que o Ministro Serra, quando foi o Ministro da Saúde, lidou com essa questão, exonerando os mata-mosquitos. O Presidente Lula reincorporou-os ao seu trabalho cotidiano, e no Rio esses famosos mata-mosquitos cumprem um papel muito importante.

Além dessas questões que estamos abordando do ponto de vista de recursos humanos, lá no meu Estado há um grave problema: os médicos peritos do Rio de Janeiro precisam ser mais bem-avaliados do ponto de vista funcional e de remuneração. O Governador Sérgio Cabral pode corrigir esse grande equívoco.

Aliás, falando em Governo do Estado, recebi recentemente e tenho recebido vários **e-mails** de professoras do Estado do Rio de Janeiro me pedindo que intervenha junto ao Governador Sérgio Cabral para que ele conceda o abono de faltas em virtude das paralisações que ocorreram nos anos de 1995, 1996, 1997, 1999, 2000 e 2001 e que foram consideradas ilegais. Quer dizer, não houve a consideração de ilegalidade da greve; no entanto, o Governador não está abonando essas faltas. Vários professores têm me mandado **e-mails** pedindo ao Governador que, nessas greves que não foram consideradas ilegais, reconsidere isso, porque interfere na aposentadoria. Aliás, a Profa. Maria de Lourdes Gomes Julianelli, lá de Resende, me mandou um **e-mail** também confirmando essa necessidade de correção por parte do Governo do Estado.

Com relação à questão da saúde, espero que esta Casa, nesta semana, avance nas questões relativas ao funcionalismo e nas questões da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

Saindo da área de saúde, faço um registro parabenizando a revista *Le Monde Diplomatique Brasil*

por artigo publicado no último número, de outubro, que faz uma análise do cenário pós-neoliberalismo e trata da política e da economia. Outra vez esses 2 setores estão hoje articulados no nosso País. Ele cita o papel do Presidente Lula nessa nova forma de lidar com essas 2 questões:

> *"Lula novamente identificou como crucial o planejamento das atividades econômicas e sociais. O PAC implementa o que os críticos ao neoliberalismo exigiam há muito tempo – investimento em infraestrutura produtiva e social."*

O artigo faz várias análises sobre o papel que o nosso Governo está tendo no enfrentamento das questões econômicas.

Sabemos hoje – e o artigo do Andreas Novy é muito explícito nessa questão – que *"os países centrais estão entrando num círculo vicioso como aquele que a América Latina viveu na década de 1990: ajuste fiscal, que cria recessão, que reduz as receitas tributárias, que faz necessários novos ajustes. Na Europa e nos Estados Unidos, o neoliberalismo continua dominante como ideologia. Mesmo que ele não seja capaz de atingir os próprios objetivos de estabilidade e crescimento, continua tendo – e é nisso que reside o núcleo da ideologia neoliberal como dominação de classe – horror a qualquer política redistributiva."*

Continua ele:

> "Certos países, como a Inglaterra, já quase não dispõem de uma indústria nacional, centrando-se no debilitado capital financeiro. Endividados e estagnados, Europa e Estados Unidos estão fragilizados para manter a geoeconomia tão hierarquizada como nos 500 anos passados."

Em longa análise do ponto de vista econômico, faz a abordagem de que "durante as presidências de Collor e Fernando Henrique Cardoso, o Estado 'varguista' foi desmantelado, até que Lula iniciou um novo ciclo de fortalecimento das estruturas estatais." "Com olhos de um europeu, Lula é um social-democrata no sentido histórico de lutar para que todos possam fazer parte do mundo das mercadorias", analisa Le Monde Diplomatique. "Hoje (...) essa agenda está retomada na América Latina e representa uma ruptura profunda com o neoliberalismo no aspecto mais decisivo dessa ideologia: as políticas públicas visam à redistribuição e à integração das massas marginais na sociedade dominante."

Os dados mostram concretamente uma forte dinâmica de inclusão social no nosso País. Pela primeira vez, há no Brasil um Estado a serviço da universalização dos direitos sociais, que oferecem uma oportunidade real de superar os 500 anos de dependência junto com a fome e a indigência.

Essa análise do ponto de vista econômico e social tem muito a ver hoje com a questão da saúde. Hoje o País tem um cenário muito positivo com o pré-sal para nossas gerações futuras. O Governo Lula teve a compreensão de trabalhar num momento difícil, em que os setores neoliberais diziam – e aqui ouvimos vários Parlamentares, no início da crise do capitalismo surgido no Estados Unidos, dizer – que a palavra "marolinha", dita pelo nosso Governo, era até inconsequente. Hoje estamos vendo que a maneira séria e competente, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista econômico, com que o Presidente Lula e o nosso Governo enfrentaram a crise, que não foi gerada aqui, está nos dando frutos.

Além disso, com o cenário da descoberta do pré-sal, temos concretamente, trabalhando de maneira séria e competente essa questão do ponto de vista econômico, em termos do nosso futuro, um cenário muito positivo, com reflexo na educação, na saúde e no bem-estar da nossa população.

Para concluir, quero dizer que a categoria médica, da qual faço parte, tem muita coisa para comemorar, em função da sua grandiosidade, no nosso País e no mundo, já que é uma classe que tem uma dimensão, do ponto de vista humano, muito grande.

É preciso registrar que nós, nos Municípios, nos Estados e no próprio País, precisamos ter um olhar com mais justeza para essa classe que hoje tem problemas, do ponto de vista funcional, como médicos, dentistas, enfermeiros e psicólogos.

Precisamos votar a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Nesta Casa há um projeto, como o próprio piso da categoria médica, que está tramitando numa Comissão, que estabelece o piso de 7.500 reais para os médicos. Que possamos votar a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, a jornada de 30 horas para a enfermagem e tantas outras questões relativas a esse tema tão importante e significativo para todos nós, que é a nossa saúde e da população brasileira.

Neste momento em que o País tem tantas notícias positivas para dar do ponto de vista econômico, que a saúde entre numa agenda concreta com a regulamentação da Emenda nº 29 e essas questões específicas que contemplam todos os profissionais de saúde do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – **Apresentação de proposições.**

APRESENTAM PROPOSIÇÕES:

Autor	Proposição	Ementa
Luiz Couto	REQ 5716/2009	Requer que seja registrado nos anais da casa, matéria publicada no Blog do Sr. Osvaldo Russo, intitulada, Reforma Agrária, Escândalos Invisíveis.
Betinho Rosado	PL 6240/2009	Define a participação do Advogado e da Advogada no processo constitucional concentrado.
Betinho Rosado	INC 5448/2009	Sugere a adoção de providências no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de desburocratizar o processo de credenciamento de abatedouros de ovinos e caprinos, bem como a simplificação do processo de abate destes animais.
Betinho Rosado	SIT 39/2009	Solicita informações do Senhor Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União, sobre a necessidade de aplicação da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, no modelo de partilha, PL nº 5.938, de 2009, para exploração do Pré-Sal.
José Otávio Germano	REQ 5717/2009	Requerimento de Registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional.
Senado Federal - Renato Casagrande	PL 6241/2009	Autoriza a União a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social.
Senado Federal - Demóstenes Torres	PL 6242/2009	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sitio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da Administração sujeitos a recurso.

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Dino, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, senhoras e senhores, vamos realizar, entre os dias 5 e 8 de novembro, o XII Congresso Nacional do PCdoB, o nosso partido. É um momento muito importante, em que vamos redefinir as nossas linhas de atuação programática. Estamos discutindo aquilo que batizamos, denominamos de novo projeto nacional de desenvolvimento.

Acreditamos que o Governo Lula inaugura um caminho novo para a história brasileira; porém, é insuficiente se não tivermos a compreensão dos desafios que se seguem a este momento da vida nacional.

Conjugamos, pela primeira vez na nossa história, democracia política, crescimento da economia e distribuição da riqueza, com notáveis avanços em todos os campos, seja na incorporação de largos segmentos do povo para níveis mais elevados de renda, seja também em razão do crescimento de nossos investimentos, da nossa capacidade de gerar riqueza. Porém, o que chamamos de Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento procura exatamente aprofundar essas virtudes, compreender que as reformas tradicionalmente erguidas, apresentadas pela esquerda política no nosso País continuam extremamente atuais. Não é porque esses êxitos se verificaram que devemos abrir mão da compreensão de que esse caminho ainda é insuficiente para garantir que nosso País viva um primado de justiça social. Por isso, nosso partido insiste na necessidade de uma reforma agrária, por exemplo.

Recentemente, foram divulgados, a partir do censo agropecuário divulgado pelo IBGE, levantamentos que mostram que temos ainda um nível elevadíssimo de concentração de terras em nosso País, que a agricultura familiar, não obstante seja a principal responsável pela produção de alimentos, não tem ainda, apesar dos avanços do PRONAF, apesar dos avanços dos assentamentos feitos pelo INCRA, o nível de prioridade que recebem outros setores da agricultura brasileira, que também devem ser prestigiados e valorizados.

O agronegócio contribui para a balança comercial brasileira nesse esforço exportador notável que o agronegócio brasileiro faz. Porém, ele, evidentemente, é incapaz de gerar justiça no campo, gerar incorporação de largos contingentes populacionais num primado de progresso. Por isso a agricultura familiar é insubstituível, seja por gerar emprego para os trabalhadores rurais, seja pela capacidade de produzir alimentos.

Nosso partido insiste também na necessidade de avançar ainda mais na universalização e qualificação da educação; no aprofundamento da reforma urbana, da qual Minha Casa, Minha Vida é apenas uma pequena dimensão; na democratização dos meios de comunicação, com a compreensão de que precisamos de muitas redes, inclusive as redes comunitárias, não só a atuação das redes privadas, que, naturalmente, têm seu espaço; na consolidação da rede pública de comunicação, conquista de nosso Governo, tendo à frente a *TV Brasil*, e também no incentivo às redes alternativas e comunitárias de comunicação. Nesse âmbito situa-se o movimento das rádios comunitárias, que recebem todo o nosso apoio.

Essa introdução, nobre Presidente, nobres pares, essa compreensão deste momento que nosso País vive vem a propósito de todas as lembranças que tive ao ser informado, nesta madrugada, do falecimento de uma grande militante de nosso partido. Uma militante notável do PCdoB do Maranhão nos deixa precocemente. Nosso partido hoje tem como insígnia a defesa de uma nação forte rumo ao socialismo. Não seremos uma nação forte, rumo ao socialismo, sem continuarmos a investir na organização do povo, na organização das comunidades, nos movimentos sociais. Para isso, precisamos de militantes, pessoas que estão lá, às vezes anonimamente, sendo grande líderes. Líderes tão importantes, Deputado Luiz Couto, como nós que aqui estamos exercendo temporariamente uma tarefa de representação institucional. Entretanto, se estamos aqui desempenhando esse mandato é em razão de uma imensa rede de lideranças populares, sindicais, sociais, que justificam e fazem legítima nossa presença nesta Casa.

Entre tantas lideranças que me trouxeram até aqui, uma é a companheira Dica, que nos deixou essa madrugada, tendo transmitido um legado de honestidade, de muito respeito a toda sua comunidade. Ela, moradora de Bom Jesus, Deputado Cleber Verde, mas atuando em toda a região do Coroado, do Coroadinho, em todo o Polo Coroadinho, era liderança reconhecida ali, sobretudo pela sua atuação no movimento de mulheres e pela organização de uma grande experiência de comunicação popular, que é a *Rádio Conquista*.

Então, essa grande militante política, militante do PCdoB, lutadora social, deixou-nos e, assim, fica uma lacuna imensa, que tenho certeza será preenchida pelos seus filhos, suas filhas, toda sua família, pelos seus companheiros de partido e de luta social.

Portanto, Sr. Presidente, rendo essa homenagem, a homenagem a tantas Dicas que existem, mas sobretudo a essa Dica, que infelizmente a doença nos privou de tê-la para tantas outras lutas que se avizi-

nham no horizonte da nossa terra. Sem dúvida, as pessoas de fato são insubstituíveis. A companheira Dica, lutadora a vida toda, como no poema de Brecht, é insubstituível.

Quero finalizar esta brevíssima, mas necessária homenagem, justíssima homenagem, com a leitura de um poema do nosso ex-presidente estadual, companheiro Gerson Pinheiro, Secretário de Organização do PCdoB no Maranhão, que homenageia a Dica:

"*Que rufem os tambores de choro*
Que muitas bebam em tua fonte
Que corte o céu azul da Ilha o Sol que doura o verde do Batatã
Que pombas brancas alcem voo mães em defesa do teu e de muitos outros ninhos
Que a bandeira da luta amanheça mais vermelha em memória dessa batalha vencida
Há uma guerra pela frente
Corram! – Precisa-se de mais guerreiras
Há foices e martelos para serem empunhados
Há vagas na bela vitrine da negritude
Há muita saudade de quem caminhou junto
Há muitas lições de quem completou a jornada
Há um caminho
Há uma senha
Há uma Dica."

Deixo aqui a nossa homenagem a essa brava companheira. Que ela tenha o conforto que merece, certamente no Céu, em lugar de destaque das Santas e dos Santos, daqueles que dedicam sua vida à generosa causa da justiça para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) – Esta Presidência quer externar nossos sentimentos a todos os familiares da Sra. Dica, pela sua luta e história, e, ao mesmo tempo, cumprimentar o nobre Deputado Flávio Dino. É um orgulho para nós, do PRB, compor junto com o PCdoB o mesmo Bloco, em defesa dos interesses da população brasileira.

Durante o discurso do Sr. Flávio Dino, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de até 8 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é interessante notar que 2 partidos de oposição, o Democratas e o PSDB, a cada momento entram com ação ou representação no Supremo e no TSE contra o nosso Presidente e a Ministra Dilma Rousseff. Agora querem entrar com uma representação contra a viagem que Lula fez ao Rio São Francisco porque, segundo eles, o Presidente foi lá fazer turismo e propaganda de candidaturas.

Eles não perceberam que enganaram a população. Prometeram a transposição das águas do São Francisco e a integração de bacias, e não cumpriram. O Presidente Lula disse: *"É um compromisso que nós vamos cumprir".* O Governo está fazendo a sua parte, e só não avança mais porque o Tribunal de Contas da União, a cada momento, tem encontrado situações que o impedem. Não comparam obras do PAC com as outras, e determinam a paralisação. São obras que estão sendo feitas, em sua maioria, pelo próprio Exército, pelas Forças Armadas, mostrando o trabalho importante que será a integração de bacias, de onde teremos mais água para o consumo humano. Cidades deixarão de existir se essa transposição não for feita, se essa integração de bacias não for realizada. Cidades ficarão sem água para o consumo humano!

Sr. Presidente, registro não apenas isso, mas também que a integração de bacias vai fazer com que o mercado de produção de frutas seja socializado, seja democratizado. Quando perguntado por que era contra a transposição de água do São Francisco ou a integração de bacias, o ex-governador de Sergipe foi claro, sincero e disse: *"Olha, não é por questão ambiental ou degradação do meio ambiente; é porque não queremos dividir o mercado produtor com outros Estados".*

Ou seja, a proposta de integração de bacias vai fazer com que tenhamos em cada lado do canal uma parte que será desapropriada, cerca de 2,5 quilômetros. Essa área será utilizada para produção de alimentos. Na realidade, temos ali pessoas que serão assentadas, trabalhando para produzir. O resultado dessa produção trará para todos dignidade e qualidade de vida. Também, para que os paraibanos, pernambucanos, potiguares e também os cearenses possam ter direito a produzir alimentos e comercializá-los, como os baianos, alagoanos, sergipanos e mineiros estão fazendo.

Além do trabalho que o Presidente está fazendo – e levou com ele Governadores e pré-candidatos, e não apenas a Ministra Dilma, mas também Ciro Gomes, e outras pessoas e autoridades para verificar o que está acontecendo –, agora vem essa do PSDB e do Democratas de quererem entrar com outra representação. A

cada momento em que eles entram com pedidos, há uma nova derrota, porque eles perdem lá.

Ou seja, nós sabemos que alguém só é candidato quando existe a convenção. Aí, sim, é que se passa a ser candidato. Aí ele não pode mais... Agora, não existem candidatos; existem pré-candidatos. Os partidos ainda estão discutindo nomes.

Nós sabemos que, em certo momento, pode ter havido determinada conjuntura. Um exemplo é que aqui, Deputado Bessa, em Brasília, havia uma conjuntura, e hoje verificamos que há outra. Isso, na realidade, demonstra que não existem candidatos até hoje; existem pré-candidatos. No momento oportuno, as convenções irão definir os candidatos, e cada um poderá apresentar aquilo que pensa, suas propostas, como é que vai trabalhar caso seja eleito. E isso não é nenhum crime eleitoral.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que fico cada vez mais orgulhoso do Presidente que temos, das políticas que estão sendo levadas para a aceleração do nosso crescimento econômico. Nós verificamos a importância que tem o programa Minha Casa, Minha Vida, e os demais programas sociais do Governo. Mas sabemos – e concordo com o Deputado Bessa – que é importante investir mais em políticas públicas de segurança pública.

Ou enfrentamos essa situação da segurança pública, ou poderemos, em outros Estados, ser vítimas da mesma situação que ocorre no Rio de Janeiro, onde o crime organizado, as milícias armadas privadas se contrapõem à força policial. Ou seja, há uma grande ousadia! Derrubar um helicóptero significa que eles têm armas possantes, que estão mais bem armados, mais bem preparados do que a própria Polícia.

Então, ou nós trabalhamos com inteligência, com política de inteligência, fazendo um trabalho preventivo, um mapeamento dos criminosos e de onde os crimes acontecem para podermos enfrentá-los, ou nós estaremos perdendo dinheiro, fazendo apenas um trabalho repressivo – já que os bandidos vão para a cadeia, e, mesmo depois, na cadeia, continuam dominando, porque hoje as penitenciárias dão toda essa liberdade. E assim eles conseguem ter tanta estrutura quanto a que tinham nos espaços de onde saíram.

É importante enfrentar o crime organizado e, nesse sentido, estabelecer políticas, unindo as forças municipal, estadual e federal, para que possamos oferecer uma segurança de qualidade a toda a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) – Parabéns, nobre Deputado Luiz Couto!

O SR. PRESIDENTE (Cleber Verde) – Convido o Deputado Luiz Couto para assumir os trabalhos, enquanto me dirijo à tribuna desta Casa.

O Sr. Cleber Verde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Cleber Verde, do Maranhão.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer repercutir um episódio negro da história do futebol do Estado do Maranhão.

Quinta-feira passada houve um jogo decisivo, classificatório para a Primeira Divisão do futebol do Estado do Maranhão. Disputavam na Capital, São Luís, Moto Club e Santa Quitéria, enquanto, em Viana, jogavam Viana e Chapadinha, no mesmo horário, estabelecido exatamente para que nenhuma das equipes pudesse saber do resultado do outro jogo antecipadamente, para não interferir no resultado final.

Enquanto o Moto Club, em São Luís, ganhava por 5 x 1, já faltando 8 minutos para encerrar o segundo tempo da partida, aconteceu algo inusitado que foi parar nas páginas principais do futebol mundial. O Moto Club, de São Luís, já estava praticamente classificado para a Primeira Divisão. Obviamente, quando souberam do resultado em Viana, houve um acordo entre as 2 equipes. O Viana ganhava por 2 x 0. Faltavam 8 minutos para acabar a partida. Já sabendo que o Moto estava classificado, o que fazem Viana e Chapadinha? Um acordo entre eles. Chapadinha abre para Viana e, em apenas 8 minutos, o Viana marca 10 gols.

O futebol profissional do Maranhão, no outro dia, na sexta-feira, acordou mais triste, lamentando esse episódio que macula a história do futebol do nosso Estado.

Nós temos trabalhado muito (e aproveito a ocasião para dizer que sou Presidente do Moto Club) e não poderia deixar de registrar a tristeza com que vi esse acordo, uma atitude antidesportiva, antiética, contrária a tudo o que se pensa e deseja para o futebol do Estado.

No mesmo dia, fui à Federação Maranhense de Futebol, como Presidente do Moto Club, solicitar que não fosse homologada a súmula do resultado da partida entre Viana e Chapadinha. Entramos hoje com pedido de anulação da partida e punição dos 2 times – o mínimo que a Federação deve fazer é anular a partida e punir os 2 times, para que episódios como esse não aconteçam mais nem no Maranhão nem em canto al-

gum deste País, porque atitudes como essa depõem contra o futebol.

Entendemos que houve ali prática de dolo. É óbvio que houve uma intenção. Sabiam que o resultado poderia prejudicar a outra equipe. Houve, portanto, dolo. No momento em que os 2 times participaram desse esquema, desse tratado, obviamente houve a intenção, e se causou o prejuízo. Se isso se confirmar, o Moto Club deixará de estar classificado para a Primeira Divisão.

Nós acreditamos que justiça será feita e que o Tribunal de Justiça Desportiva do Maranhão se posicionará a nosso favor. O que queremos, com a sindicância instalada pela Federação Maranhense de Futebol, é que haja, no mínimo, uma investigação profunda, porque há registros, pela televisão, de imagens e diálogos entre os 2 Presidentes, do Viana e do Chapadinha, que revelam claramente que os jogadores entregaram a partida – jogador do Chapadinha tocava a bola para jogador do Viana marcar gol.

Essa foi uma atitude desesperada, determinada a prejudicar o Moto Club, o que não podemos aceitar. O Moto Club do Maranhão não aceita o resultado da partida entre o Viana e o Chapadinha e, portanto, pede a anulação do jogo e a punição das 2 equipes.

Sr. Presidente, o mais grave é que estão envolvidos 2 municípios. E aqui eu quero tecer elogios às populações de Viana e Chapadinha, que não merecem o que aconteceu. Trata-se de pessoas trabalhadoras, sinceras, honestas e que, reconhecidamente, querem o melhor do seu futebol. Mas os seus dirigentes e os jogadores cometeram esse ato falho, o que é muito grave. Mais grave ainda é que há indícios do pagamento de 50 mil reais do Viana para o Chapadinha. Amanhã haverá manifestações na Assembleia do Maranhão – isso já foi inclusive colocado no jornal –, já que há indícios de que dinheiro público foi usado para pagar esse esquema entre aqueles times.

Portanto, Sr. Presidente, o que nós aqui, nesta oportunidade, pedimos é que haja reparação por parte da Federação Maranhense de Futebol e reconhecimento da Justiça ao resultado do jogo do Moto. Com esse resultado, o clube está automaticamente classificado para a Primeira Divisão de futebol do Estado do Maranhão, divisão da qual o Moto jamais deveria ter saído.

Infelizmente, houve erros cometidos pelo próprio grupo. Estamos agora recuperando o grupo, a autoestima do grupo. E essa situação vem penalizando e prejudicando não só o Moto, mas todo o futebol do Estado do Maranhão. Vai para as páginas do futebol mundial esse episódio, sobre o qual queremos passar uma borracha com uma posição firme e veemente da Federação, que, espero, se posicione no sentido de anular o jogo e punir as 2 equipes e as pessoas envolvidas: dirigentes, técnicos, jogadores. Todos os que estiverem envolvidos nesse esquema têm que ser penalizados pela Federação e pelo Tribunal de Justiça Desportiva, para que não se cometam mais atos como esse e para que a punição sirva de exemplo para que outros times, não só do Maranhão mas de todo o Brasil, não façam dessa prática algo costumeiro que possa comprometer o futebol brasileiro, o melhor do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Já temos história, Deputado Cleber Verde: Argentina e Peru, na Copa do Mundo de 1978. Fazendo 5 x 0, a Argentina iria para a final da Copa, em vez do Brasil. Fez 6...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Laerte Bessa, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. LAERTE BESSA (PSC-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com muita indignação que retorno à tribuna para reclamar, mais uma vez, do triste fato ocorrido no Rio de Janeiro no último sábado.

A bancada da segurança pública desta Casa está indignada com a operação malsucedida no Morro dos Macacos, na cidade do Rio de Janeiro, no último final de semana. Nós precisamos de uma explicação. Não podemos aceitar que uma operação daquela natureza tenha sido malsucedida! Queremos a explicação, primeiro, do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Queremos saber como aconteceu aquela operação e em que situação o helicóptero Fenix 3 da Polícia Militar do Rio de Janeiro foi enviado àquela área. A queda da aeronave ceifou a vida de 3 policiais militares.

Não podemos admitir isso! Entramos hoje com requerimento na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para exigir uma explicação do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro e, se for o caso, convocá-lo para explicar por que a segurança pública do Rio de Janeiro vai de mal a pior.

Fatos como esse, porém, não acontecem apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. Temos de requerer também a convocação do Secretário Nacional de Segurança Pública. Queremos saber o que ele está fazendo com os recursos do Plano Nacional de Segurança Pública, que são destinados aos Estados, cujo dinheiro não tem chegado a esses Estados. Queremos saber o que ele está fazendo. Que é incompetente, nós já sabemos que é, pois sequer conhece de segurança

pública. Ele é de outras praias, de outros segmentos, menos do de segurança pública.

O Governo Lula tem que ficar atento às pessoas que estão gerenciando nossa segurança pública, pois coisas estão acontecendo. No último sábado, aconteceu essa tragédia no Rio de Janeiro. Era uma situação previsível. Como mandar um helicóptero semiblindado para uma operação em um morro, onde sabemos impera a violência?

O arsenal bélico existente hoje nos morros do Rio de Janeiro é algo incrível. Sr. Presidente. O material bélico usado hoje nos morros do Rio de Janeiro é o mesmo usado na guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. São fuzis calibre 762 e 556, metralhadoras ponto 30 e ponto 50, cujo calibre é de grande potência. Enfim, como aceitar que uma bazuca seja usada nos morros do Rio de Janeiro? A função desse instrumento bélico é derrubar aeronaves!

Sábado, atingiram o helicóptero da nossa Polícia Militar. Amanhã, pode ser um avião de carreira, um avião civil. Que tragédia seria!

Temos de agir agora para que isso não continue acontecendo. Temos de exigir uma explicação dos gestores de segurança pública, não só do Rio de Janeiro, mas de todo o País. Estamos revoltados! Não admitimos operação daquela natureza; foi totalmente fracassada. Infelizmente, mandar 6 policiais militares patrulhar num helicóptero daqueles – tenha paciência! – é mandá-los para a morte. Graças à perícia do piloto, não morreram todos na queda.

A bancada da segurança pública desta Casa está revoltada. Queremos uma explicação, porque isso não pode acontecer no Brasil. Há dinheiro para a segurança pública, mas esses recursos precisam chegar aos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Ernandes Amorim, pelo PTB.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reconhecer nesta Casa – e acho que todos os Deputados também deveriam fazê-lo – o trabalho feito pelo programa *A Voz do Brasil* neste País.

Esta semana, reunido na área rural – nasci na área rural; era acostumado a ouvir o programa *A Voz do Brasil*, lá nos recantos de Rondônia –, sem esperar, alguém disse: *"Olha, eu o ouvi no programa A Voz do Brasil, fazendo tal discurso".* Portanto, temos de comemorar e parabenizar o trabalho feito pelo *A Voz do Brasil* em todos os recantos deste País.

Quero me referir também, Sr. Presidente, a uma questão séria para nós, que somos da Amazônia, da Região Norte. A SUFRAMA foi criada, por lei, como órgão arrecadador de um percentual da classe empresarial para investir no desenvolvimento das pequenas comunidades, na recuperação de estradas, na melhoria dos municípios em toda a Amazônia.

Para nossa surpresa, o Presidente Lula meteu a mão em parte do dinheiro da SUFRAMA, que deveria ser investido na Amazônia. S.Exa. deixou os recursos à disposição do BNDES, ou seja, aqueles 100 bilhões de reais que aprovamos nesta Casa. Ainda esta semana, nós, da bancada, estivemos no Ministério do Planejamento, e o Ministro nos relatou essa providência.

Sr. Presidente, tenho batido muito aqui no BNDES por pegar dinheiro do trabalhador, dinheiro que deveria ser investido na área de geração de emprego, na pequena indústria, na agroindústria, e desviá-lo para 2, 3, 4, 5, 6 empresas que fazem parte de cartéis, aqui no Brasil, principalmente na área de frigoríficos. A todo momento vemos isso. Aliás, na revista *Veja* desta semana, foi publicado que a Friboi é o doutor do gado, dando até aula de que não se deve exportar o boi, porque ela é que deve ser a dona do boi.

Se estão exportando boi, Sr. Presidente, é porque há preço melhor lá fora e porque as empresas que administram e industrializam o boi aqui no Brasil não querem pagar o valor real, já que o boi não sai em pé, e o frete é muito maior, muito mais caro.

A Friboi quer enganar todo o Brasil, dizendo que é grande empresa, quando sabemos que está falida, devendo dinheiro ao BNDES, dinheiro que nunca vai pagar. Também sabemos que o Governo Lula comprou parte dessas empresas, desses frigoríficos falidos, com dinheiro do BNDES.

E, olhem, não existe punição para o Presidente ou para o Ministro ou para o Presidente do BNDES. Não existe punição! Se fosse outro banco, o responsável estaria sendo ameaçado de ir para a cadeia, ameaçado de ser processado. Mas o BNDES manda no Governo, indica funcionários do Ministério da Agricultura. E essa gente do Ministério da Agricultura, conduzida por essa máfia que existe aí, persegue os pequenos frigoríficos, as pequenas empresas, e dá tombo nos pequenos produtores.

A prova está aí: o frigorífico Independência comprou 100 milhões em bois dos pequenos pecuaristas. Seus representantes já fizeram 3, 4 reuniões, e não têm a menor ideia de como vão pagar a essas pessoas. E esses pecuaristas estão à beira de quebrar.

Mas esse grupo de frigoríficos está aí elogiando o Governo, misturado no meio dos grandes, para se locupletar com recursos do BNDES, mediante financiamento sem garantia real, com balancetes falsos, com garantias na Lua. E ninguém vê isso.

A Polícia Federal não vê isso, e eu já denunciei; o Ministério Público Federal não vê isso, e eu já denunciei; o Tribunal de Contas da União está fazendo uma investigação porque eu motivei, pela Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, que se fizesse uma verificação dentro do BNDES, porque, se não se fizer, há que se fazer uma CPI para ver o que essa gente faz com tanto dinheiro do povo, com tanto desperdício de dinheiro, e ainda querendo tomar mais dinheiro do Governo Federal. Também denunciei o fato à Procuradoria Federal e espero que um desses órgãos ou o próprio Presidente da República mandem verificar essas denúncias que faço aqui. O serviço de segurança de informação nacional tem como passar isso às classes que comandam este País.

Eu aproveitei o dia de hoje, que é calmo, para falar ao Brasil inteiro, através desse sistema de comunicação que tem hoje o Poder Legislativo graças ao começo, quando, aliás, eu era Senador da República e 4º Secretário do Senado, na gestão do próprio Sarney. Desde 1996, criamos a *Rádio Senado*, a *TV Senado*, o *Jornal do Senado*. A partir daí, houve um disparo. A Câmara também tem seus meios de comunicação, assim como o Judiciário e outros órgãos.

São meios de comunicação que informam tudo isso ao povo brasileiro, para que saiba o que fazem do dinheiro do trabalhador. O dinheiro do trabalhador está sendo jogado às traças, e no fim da história, quando precisar futuramente da aposentadoria, vão dizer que está falido, que o dinheiro desapareceu.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que estou com uma relação de pedidos a fazer, e vou fazê-los quando a Casa estiver cheia. Mas hoje ainda há condição de a imprensa da Casa publicar que estou fazendo uma reivindicação ao Presidente da Câmara e aos Deputados de modo geral, para que possamos nos reunir com o Presidente da Casa, com os Líderes e com os Deputados que querem resolver o problema desta instituição, e não só das emendas orçamentárias.

Desde parte de 2007, 2008 e agora em 2009, não se pagam emendas nesta Casa; paga-se a minoria. E nós, que viemos para cá, quando subíamos no palanque, prometíamos que viríamos para cá não só defender o povo do nosso Estado, mas também buscar recursos principalmente para aqueles pequenos municípios da Região Norte, que não têm de onde arrecadar, que estão falidos, que não têm educação, que não têm saúde, estrada, segurança pública, que só buscam na Amazônia perseguir quem está trabalhando, em função da questão ambiental.

Quero que o Presidente da Casa e os Srs. Líderes sentem-se para uma reunião. Já busquei um meio para convocar uma reunião secreta na Casa com os Deputados Federais, mas não achei no Regimento Interno. Esse Regimento Interno é muito duro, muito fechado, voltado à Mesa. Não achei como convocar uma reunião fechada para se discutir com a Mesa e os Líderes.

Alguns Líderes estão *"à la vonté"*. Alguns que têm bons cargos estão tranquilos – está tudo bem para eles –, mas a maioria dos Deputados desta Casa está penalizada. Muitos não reclamam, não dizem nada. O Presidente Lula nos está explorando. Ele está bem, com 80% nas pesquisas nacionais. Agora façam uma pesquisa no Estado com os Deputados que os estão representando: a maioria, 60% a 70%, não retorna à Casa no próximo ano. Por quê? Porque foi boazinha para com o Presidente da República, aprovou tudo o que o Presidente quis.

Temos o exemplo dos 100 bilhões que aprovamos aqui. Quem disse que esses 100 bilhões, dinheiro que veio da SUFRAMA, iriam para a PETROBRAS? Ora, o dinheiro da SUFRAMA não poderia sair da Amazônia, é dinheiro para investir nos pequenos Municípios. Para que tirar o dinheiro da SUFRAMA? Para mandar para o BNDES, e ele mandar para a PETROBRAS? Isso, a meu ver, é uma falta de respeito com as pessoas que arrecadaram, empresários, com os prefeitos que precisam desse recurso e com os Parlamentares da Região Norte. Refiro-me aos Deputados desta Casa.

Não podemos cruzar os braços. Aprovamos aqui tudo o que os sindicalistas querem e do jeito que querem. Mas não podemos fazer uma reunião para reivindicar nossos direitos. Por exemplo, vivemos em gabinetes em que o sanitário fica ao lado da mesa do Deputado, que não tem nem como se virar. O funcionário tem que trabalhar em cima de outro. Há gabinete que não tem nem sanitário para o Deputado, enquanto a Casa tem 180 milhões de reais de orçamento para construir o Anexo V. E por que não constrói? Para agradar a quem? Para sobrar dinheiro para fazer campanha e mandar dinheiro para tal órgão, e dizer que está sobrando dinheiro na Casa? Isso não é possível!

Eu não aceito isso na Câmara dos Deputados. E peço aos colegas que levantem a voz. Se esse dinheiro é do Poder Legislativo, vamos investir na qualidade deste Poder.

Quando saímos daqui para ir ao aeroporto, vemos o Tribunal Eleitoral, o Tribunal do Trabalho, o Tribunal de não sei de quê. São mansões, são obras de outro mundo, que não condizem com o Brasil. No entanto, somos obrigados a viver dentro de uma pocilga, num achatamento, sem condições. Nem ar-condicionado existe nos gabinetes.

Receber um cidadão, um empresário do nosso Estado, faz vergonha. Eu não paro no meu gabinete

para receber autoridade, pois tenho vergonha. Não podemos continuar desse jeito!

Se existem recursos para os Parlamentares, temos de nos humilhar para comprar uma passagem para a esposa, e não podemos comprar. Não temos o direito de comprar a passagem onde é mais barato, somos obrigados a comprá-la numa agência que usa praticamente de graça as instalações da Câmara dos Deputados. Na maioria das vezes, quando precisamos de uma passagem de última hora, temos que pagar o maior preço. Isso não tem cabimento, não pode continuar!

O apoio para a divulgação do nosso trabalho na Casa é precário e precisa melhorar. Temos que nos reunir com a imprensa da Casa para termos um jornal em condições de mostrar o trabalho que o Deputado realiza. Se não fosse o programa *A Voz do Brasil*, tudo o que dizemos e fazemos durante o ano inteiro não seria divulgado para o nosso Estado, para os nossos eleitores.

Quanto às relatorias da Casa, uma minoria de Deputados é relatora de processos. A maioria nunca viu uma relatoria. Temos de fazer sorteio das relatorias, assim como se faz sorteio para os pronunciamentos do Grande Expediente. Aqui há uma mania de colocar os projetos importantes para tal Deputado, que é importante. A maioria dos outros Deputados nunca pegou um processo para relatar. Passa o mandato, e ele não relatou nada.

União da Casa em torno dos colegas. Aqui existe uma situação: quando há um probleminha com um cidadão, um grupo quer atropelar todo o mundo, quer aparecer na televisão, quer sangrar um colega, para ver sangue. Temos de ser mais humanos, mais amigos. Nós temos de trabalhar aqui honradamente, mas como amigos, colegas Deputados, seres humanos.

Quando o Deputado é denunciado, é ouvido por telefone... Aqui não se pode falar nada pelo telefone. O Deputado não pode falar nada pelo telefone, não pode ter uma propriedade, não pode comprar qualquer coisa, porque, se comprar, é ladrão, está roubando. Se ele tiver qualquer coisa, maculam-no aqui. A Câmara teria de descobrir uma maneira de o Deputado ter mais apoio da Casa. Há denúncias? Vamos apurá-las. Eu recebi denúncias. Eu estou vendo o Tribunal de Contas da União fazer denúncias contra o Governo Lula, contra o PAC. Estão todos brigando.

No meu Estado, fui Prefeito de uma cidade, fui Deputado, Senador. Quando eu não tinha mandato, fizeram uma denúncia de que eu teria desviado 18 milhões de reais. A verba era de uns 600 mil reais, administrados pela Caixa Econômica Federal. Entre essa e outra verba, decretaram a minha prisão – e eu morava há 35 anos na cidade. Prenderam-me por causa dessas falsas denúncias, que agora estão sendo todas desmentidas.

Simplesmente porque se é contra o Governo Federal, já estão montando um esquema até para mudar a lei dentro desta Casa. Eu tenho certeza de que se vai mudar a lei, de que se vai prejudicar o Tribunal de Contas para poder mudar, porque se está mexendo com os grandes.

Eu vejo que esta Casa, entre outras situações, precisa reunir-se. O Presidente da Casa precisa chamar os Líderes, precisa convocar alguns Deputados que queiram conversar e debater esse assunto. Eu não achei outro meio, no Regimento Interno, de fazer essa convocação, para que a Mesa e os Líderes sentassem aqui, e a Casa toda ouvisse essas reivindicações.

Sr. Presidente, um funcionário da Casa morreu em meu Estado durante o trabalho. Eu quis trazer o corpo dele para a família, que estava aqui, e não pude trazer com recursos da Casa, porque é proibido pagar o frete de uma pessoa que morre no Estado e que é funcionária da Casa. Isso é um absurdo! Eu tive de tirar do pequeno salário que se recebe aqui – salário, não; ajuda –, para poder pagar a viagem do corpo desse cidadão. Isso é uma falta de respeito!

Eu passei mal aqui, às 16h, porque sofro de pressão alta, de síndrome de pânico e outras coisas. Passei mal aqui e fui atendido do lado do gabinete, por uma médica. Pedi para fazer um repouso, porque eu estava com a pressão 18 por 12. A médica virou para mim e disse: *"Eu não posso colocá-lo em repouso sem falar com o Diretor do Serviço Médico da Casa"*. Isso é um absurdo! Isso é um abuso! Isso tem que ser mudado na Casa.

Eu preciso desse horário. Estou solicitando à Mesa para falar no dia em que a Casa estiver cheia, para que todo o mundo ouça essas reivindicações, e a Casa mude esse pensamento. Não quero passar aqui em branco e ver essas injustiças serem cometidas dentro desta Casa.

Muito obrigado pela paciência. Agradeço às pessoas que nos ouvem aí fora a atenção. Neste dia nós só falamos para o povo do Brasil, porque a Casa hoje está vazia. Na segunda-feira, são poucos os Parlamentares que se encontram na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Obrigado, Deputado Ernandes Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTC.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias, a mídia nacional divulgou a auspiciosa noticia de que a cogitada intenção do Governo de taxar a poupança, quando quantificada acima de 50 mil reais, não prosperara em razão de deliberação do próprio Presidente Lula da Silva, com sua sensibilidade de se identificar com os anseios da população brasileira.

Ao ser mencionado o propósito de o Poder Executivo enveredar por essa trilha onerosa, a reação ouvida nesta tribuna foi das mais veementes, unindo situacionistas e oposicionistas contra a malsinada ideia, afinal desconsiderada, em conformidade com o que anunciou a própria Ministra Dilma Rousseff, em nome do Poder Executivo.

Mostra, assim, o Planalto o seu desejo de não se contrapor ao pensamento coletivo, descartando uma sugestão infeliz, cuja repercussão começa a alcançar a imagem do Primeiro Mandato, hoje detentor de estimulantes índices de aceitação popular.

Além dos protestos que aqui se iniciaram, com veemência verbalizada de forma unânime, o clamor das ruas chegou às autoridades responsáveis, especialmente ao Presidente da República, motivando um recuo daqueles que vinham patrocinando a esdrúxula diretriz.

No momento em que o Brasil, garantindo projeção internacional, assegura empréstimo ao Fundo Monetário Internacional, no valor de 10 bilhões de dólares, não teria sentido o gravame que atingiria os poupadores, preocupados com outras medidas ainda mais severas que pudessem surgir, a exemplo de episódios anteriores.

Da mesma forma como nos insurgimos contra a malfadada providência, afinal incrustada, aplaudimos a decisão ora comentada, que tranquiliza todos quantos amealharam algo que lhes garanta relativa tranquilidade para o futuro de suas respectivas famílias.

Ainda bem que o Chefe da Nação não comportou isso como uma indevida e onerosa conspiração que alcançaria milhões de detentores das cadernetas de poupança.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, terça-feira, dia 20 de outubro, às 10h, haverá sessão solene em homenagem ao Dia do Médico.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Encerro a sessão, designando para amanhã, terça-feira, dia 20 de outubro, às 14h, a seguinte

ORDEM DO DIA

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º, da Constituição Federal)

Discussão

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 464-B, DE 2009

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2009 (Medida provisória nº 464-A, de 2009), que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e altera as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990. Pendente de parecer.

PRAZO NA COMISSÃO MISTA: 23-6-09

PRAZO NA CÂMARA: 7-7-2009

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 10-8-2009 (46º DIA)

PERDA DE EFICÁCIA: 23-10-2009

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 468, DE 2009

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida provisória nº 468, de 2009, que dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal. A Emenda de nº 3, foi indeferida liminarmente por versar sobre matéria estranha, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1/2002-CN, c.c. art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PRAZO NA COMISSÃO MISTA: 13-9-09

PRAZO NA CÂMARA: 27-9-09

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15-10-09 (46º DIA)

PERDA DE EFICÁCIA: 22-12-2009 + 6 DIAS

URGÊNCIA
(Artigo 64, § 2º, da Constituição Federal
c/c art. 204, I, do Regimento Interno)

Discussão

3
PROJETO DE LEI Nº 3.971, DE 2008
(Da Sra. Angela Amin)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.971, de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Pendente de pareceres das Comissões: de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tendo apensado o PL nº 5.395/09, ao qual foi atribuído urgência constitucional.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 13-10-2009 (46º dia)

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS),
ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.
Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 333/2007 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter – ADECOM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João do Sóter, Estado do Maranhão.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 1.172/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier – RS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.187/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.207/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT), a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tangará, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.254/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.318/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.321/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agudo, Estado Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.633/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária

no município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.637/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Paraíso do Sul – ASCULPAR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.646/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Essência Nativa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.688/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 1.701/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Iracema, Estado do Ceará.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 1.722/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laurentino, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 1.747/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio e Cultura a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra, Estado do Espírito Santo.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.755/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Meio Ambiente e Comunicação Comunitária de Pium – Tocantins a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pium, Estado do Tocantins.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.756/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapiratins, Estado do Tocantins.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.766/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Perolândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Perolândia, Estado de Goiás.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.768/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Crato, Estado do Ceará.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 1.789/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009
PROJETO DE LEI

Nº 4.061/2008 (Arnaldo Faria de Sá) – Institui o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 09 de novembro, em todo território nacional.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 4.085/2008 (Maria Lúcia Cardoso) – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar o uso de vidros refletivos em veículos de transporte coletivo.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 DO RICD C/C ART. 132, § 2º DO RICD
(MATÉRIAS SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIAÇÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART.144 DO RICD)
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – art. 58, § 3º, c/c o art. 132, §2º, do RICD.
Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

2.1 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA

PROJETO DE LEI

Nº 2.295/2000 – **(Senado Federal)** Dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.
PRAZO PARA RECURSO PARA OS PLs: 969/1999 (Marcos de Jesus), 2.169/1999 (Fernando Coruja), 794/2007 (Jovair Arantes), 1.891/2007 (Mauro Nazif) e 2.392/2007 (Mauro Nazif), apensados, COM PARECER PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

Nº 5.969/2005 (Wellington Fagundes) – Autoriza o Poder Executivo a transformar o Campus Universitário de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso (CUR-UFMT) em Universidade Federal da Região Sul de Mato Grosso e dá outras providências.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 7.582/2006 (José Otávio Germano) – Institui a concessão de bolsas de estudo em cursos de graduação e pós-graduação aos membros dos órgãos de segurança pública constantes do art. 144 da Constituição Federal.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 25/2007 (Vicentinho) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Tecnológica de Hortolândia/SP
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 68/2007 (Felipe Bornier) – Dispõe sobre isenção do pagamento de taxas em processos seletivos realizados por órgãos e entidades da administração pública a quem doar sangue voluntariamente ou que seja doador de órgãos, nas condições que especifica.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 946/2007 (Nelson Pellegrino) – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica Federal de Candeias, no Estado da Bahia, e dá outras providências.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

Nº 2.938/2008 (Senado Federal – Paulo Paim) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 3.156/2008 (Gorete Pereira) – Autoriza o Poder Executivo a criar campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Crateús – CE.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

Nº 3.224/2008 (José Airton Cirilo) – Autoriza o Poder Executivo a instituir Escolas Técnicas Federais com sede nas cidades de Aracati e Pentecoste, no Estado do Ceará.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 3.941/2008 (Senado Federal – Marconi Perillo) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

Nº 3.980/2008 (Vinicius Carvalho) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

Nº 4.311/2008 (Paulo Lima) – Institui medidas compensatórias para os municípios que sejam sede de unidades prisionais de qualquer natureza.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD
(SUJEITO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º e 3º DO RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 892/1999 (Carlos Santana) – Dispõe sobre a veiculação de mensagem educativa na publicidade de veículos automotores, nas emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 1.799/1999 (Milton Monti) – Altera a redação do art. 30, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias de responsabilidade das empresas.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 3.207/2000 (Ricardo Barros) – Altera a redação da alínea "***b***", do inciso I, do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências".
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 3.440/2000 (Olimpio Pires) – Obriga a inserção de mensagem educativa nas propagandas de veículos automotivos.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 5.645/2001 (Neuton Lima) – Altera a redação dos arts. 12, 13 e 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para unificar a data de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da contribuição previdenciária.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 1.133/2003 (Milton Cardias) – Dá nova redação à alínea b do inciso I do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar que o recolhimento da contribuição previdenciário seja efetuado no dia sete do mês seguinte ao da competência.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-2009

Nº 7.297/2006 (Supremo Tribunal Federal) – Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

Nº 7.298/2006 (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO) – Dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República, referido no art. 37, XI e art. 39, § 4º, c/c o art. 127, § 2º , e art. 128, § 5º, I, c, todos da Constituição Federal.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-2009

Nº 723/2007 (Sandes Júnior) – Acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", dispondo sobre a veiculação de frases educativas de trânsito.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 3.074/2008 (Antônio Andrade) – Denomina "Rodovia Juscelino Kubitschek" o trecho da BR-040 entre Brasília, Capital Federal, e Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 3.599/2008 (Otavio Leite) – Cria em âmbito Nacional as diretrizes para o funcionamento do Sistema de Serviços de Mototáxi, independente dos serviços de "motoboy".
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

Nº 4.827/2009 (João Herrmann) – Acrescenta art. à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", dispondo sobre a veiculação de frases educativas de trânsito.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-2009

4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP: art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 137, § 1º, do RICD.
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 6.009/2009 (Solange Almeida) – Obriga a empresa Petrobrás a financiar a construção de hospitais que serão geridos pela União nos Municípios brasileiros onde estabelecer refinaria de petróleo e dá outras providências.
ÚLTIMA SESSÃO: 20-10-2009
ARQUIVE-SE, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 118/2003 (Eduardo Valverde) – Institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária e dá outras providências.

ARQUIVEM-SE, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI

Nº 4.967/2009 (Nelson Bornier) – Obriga que no mínimo 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos Estados, Municípios ou por ele subsidiados com recursos da administração pública federal, sejam destinadas a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Nº 5.808/2009 (Francisco Rossi) – Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos Estados, Municípios ou por ele subsidiados com recursos da Administração Pública Federal, a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

ARQUIVEM-SE, nos termos do artigo 133 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI

Nº 6.577/2006 (Leonardo Mattos) – Dá nova redação ao art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".

Apensados: PL 1.025/2007 (Cleber Verde), **PL 3.852/2008** (Rebecca Garcia) e **PL 7.021/2006** (Mário Heringer).

Nº 135/2007 (Neucimar Fraga) – Acrescenta parágrafo único ao art. 24 do Estatuto do Desarmamento, tornando crime o descumprimento das portarias e orientações do Comando do Exército sobre produtos controlados.

Nº 3.404/2008 (Vinicius Carvalho) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de pregão eletrônico para a comercialização dos direitos de transmissão dos jogos das seleções brasileiras de qualquer modalidade esportiva.

Nº 5.108/2009 (Valtenir Pereira) – Dispõe sobre requisitos para obtenção de habilitação para navegação aquaviária a amadores e dá nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 4º , da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2009

Dia 20, 3ª-feira

15:00 ALEXANDRE SILVEIRA (PPS – MG)
15:25 WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)

Dia 21, 4ª-feira

15:00 JACKSON BARRETO (PMDB – SE)
15:25 PAULO TEIXEIRA (PT – SP)

Dia 22, 5ª-feira

15:00 PAULO ROBERTO PEREIRA (PTB – RS)
15:25 MARCELO ALMEIDA (PMDB – PR)

Dia 23, 6ª-feira

10:00 VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP)
10:25 VICENTINHO ALVES (PR – TO)
10:50 EDGAR MOURY (PMDB – PE)
11:15 SERGIO PETECÃO (PMN – AC)
11:40 PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS)

Dia 26, 2ª-feira

15:00 EDSON DUARTE (PV – BA)
15:25 ILDERLEI CORDEIRO (PPS – AC)
15:50 GERALDO SIMÕES (PT – BA)
16:15 GLADSON CAMELI (PP – AC)
16:40 ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP)

Dia 27, 3ª-feira

15:00 JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV – MG)
15:25 JOSÉ MAIA FILHO (DEM – PI)

Dia 28, 4ª-feira

15:00 LÍDICE DA MATA (PSB – BA)
15:25 REGINALDO LOPES (PT – MG)

Dia 29, 5ª-feira

15:00 MIGUEL MARTINI (PHS – MG)
15:25 MÁRIO NEGROMONTE (PP – BA)

Dia 30, 6ª-feira

10:00 DR. TALMIR (PV – SP)
10:25 FÁBIO SOUTO (DEM – BA)
10:50 JULIO SEMEGHINI (PSDB – SP)
11:15 CELSO RUSSOMANNO (PP – SP)
11:40 ANTONIO CRUZ (PP – MS)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 10
HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência Pública:
Tema:
"Discutir os desdobramentos para o setor produtivo primário do país, e para garantia de empregos no setor, do

processo de concentração de mercado decorrente da proposta de fusão dos frigoríficos Marfrig e Seara"
Convidados:
Senadora KÁTIA ABREU – Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Dr. ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES – Gerente do Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira da Área de Mercado de Capitais do BNDES;(confirmado)
Dr. ARTHUR SANCHEZ BADIN – Presidente do Conselho de Administração de Defesa Econômica do Ministério da Justiça – CADE;
Dr. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
Dr. PEDRO DE CAMARGO NETO – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – ABIPECS;(confirmado)
Dr. MAYR BONASSI – Diretor da Divisão de Aves, Suínos e Industrializados da MARFRIG Ltda; (confirmado)
Dr. CLEVER ÁVILA – Diretor da SEARA/CARGIL Alimentos S.A.; (confirmado) e
Dr. RAFAEL R. LIMA – Representante da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos – ABEF;(confirmado)

Autor do REQUERIMENTO Nº 466/09:
deputado Zonta – PP/SC

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.152/09 – do Sr. Dr. Nechar – que "cria o Programa Nacional de Apoio a Reconversão da Citricultura e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JERÔNIMO REIS.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.989/09 – do Sr. Nelson Meurer – que "altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispondo sobre a aquicultura de espécies autóctones, alóctones ou exóticas e sobre a obrigatoriedade de os proprietários ou concessionários de represas procederem à respectiva recomposição ambiental".

RELATOR: Deputado FLÁVIO BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.018/09 – do Sr. José Santana de Vasconcellos – que "dispõe sobre o penhor rural de madeira, produtos madeireiros e demais produtos da floresta plantada".
RELATOR: Deputado LIRA MAIA.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 14
HORÁRIO: 14h
A – Audiência Pública:

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA 20/10/2009
"PORTARIA Nº 152/2008(MT) – RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DE TRANSPORTE FLUVIAL DE PASSAGEIROS E CARGAS".
Requerimento Nº 408/08 de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin e Deputada Perpétua Almeida. Requerimento Nº 475/2009 do Deputado Silas Câmara.
EXPOSITORES:
1. PAULO DUARTE ALECRIM – Presidente do Sindicato das empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (SINDARMA);
2. PEDRO DA COSTA CARVALHO – Secretário de Fomento para Ações de Transportes, do Ministério dos Transportes;
3. JOSÉ ROBERTO BUENO JÚNIOR – Capitão de Mar-e-Guerra (Representante do Ministério da Defesa)
4. JOSÉ ALEX BOTELHO DE OLIVA – Superintendente de Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviário (ANTAQ);
5. LUIZ IVAN JANAÚ BARBOSA – Presidente do Sindicato das empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação no Estado do Pará (SINDARPA);

REUNIÃO

LOCAL: A Definir
HORÁRIO: 17h

A – Outros Eventos:
REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA TRATAR DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DA SUPE-

RINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA)
HORÁRIO: 17 HORAS
PLENÁRIO: A DEFINIR
01- Representante da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CAINDR/CD;
02- Representante da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
03- Ministro do Planejamento;
04- Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e
05- Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.000/08 – do Sr. Beto Faro – que "altera o caput do art. 1º, da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências" (Apensado: PL 4553/2008)
RELATOR: Deputado EDUARDO VALVERDE.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados
HORÁRIO: 14h30

A – Audiência Pública:
Tema:

"O impacto da digitalização dos serviços de radiodifusão nos procedimentos de outorga de rádio e televisão" (REQUERIMENTO Nº 171/2009, da deputada Luiza Erundina).
Convidados:
ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
ZILDA BEATRIZ SILVA DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações
FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS
Procurador do Ministério Público Federal em Minas Gerais
CELSO SCHRÖDER
Coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
MURILO CÉSAR RAMOS
Diretor do Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (CCOM) da Universidade de Brasília (UnB)
JONAS VALENTE
Diretor do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)
FREDERICO NOGUEIRA
Presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD)
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)
MANASSÉS CLAUDINO FONTELES
Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 01
HORÁRIO: 14h30min

A – Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 123/09 Do Sr. Antonio Carlos Biscaia – (PL 6745/2006) – que "requer criação de Subcomissão Especial para analisar e discutir o Projeto de Lei nº 6745/2006".

REQUERIMENTO Nº 126/09 Do Sr. Regis de Oliveira – (PL 5938/2009) – que "requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater os Projetos de Lei nºs 5.938/09, 5.939/09, 5.940/09 e 5.941/09, que compõem o marco legal da exploração de petróleo na região do pré-sal".

B – Redações Finais:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.685/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1299/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária "A Voz de Manaquiri" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manaquiri, Estado do Amazonas".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.687/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1293/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.696/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1248/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bilac, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.697/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1178/2009) – que "aprova o ato que autoriza a ADACSOM – FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium – FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapura, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.699/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1122/2008) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.702/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 824/2008) – que "aprova o ato que outorga permissão à Ibicuitinga FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Ibicuitinga, Estado do Ceará".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.711/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1342/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.713/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1334/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Moeda, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.719/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1317/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.732/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1279/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Praia Norte, Estado do Tocantins".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.754/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1322/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão – ACCR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruzília, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.760/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1349/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.761/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1381/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.762/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1386/2009) – que "aprova o ato que autoriza a PROEVES Promoções em Eventos Sociais a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabuna, Estado da Bahia".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.767/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1352/2009) – que "aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.771/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1365/2009) – que "aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cajati, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.778/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1141/2008) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.779/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1182/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Conquista de Cultura a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carauari, Estado do Amazonas".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.781/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1240/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ferreiros – ACCCFE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ferreiros, Estado de Pernambuco".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.782/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1283/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.783/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1284/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação do Município de Itupiranga – Sociedade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itupiranga, Estado do Pará".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.787/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1315/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Fundação Saraiva Leão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba".
RELATOR: Deputado MAGELA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.792/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1277/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária "Feliz Cidade" Emissora FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatinga, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.793/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1290/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Francisco a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jatobá, Estado de Pernambuco".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.799/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1364/2009) – que "aprova o ato que outorga permissão à Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, no Município de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.800/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1369/2009) – que "aprova o ato que outorga permissão à Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.277/05 – dos Srs. Geraldo Resende e Antônio Carlos Biffi – que "denomina Rodovia Federal Francisco Anselmo Gomes de Barros a BR-359, no trecho Coxim – Alcinópolis".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.328/05 – do Sr. Gonzaga Patriota – que "denomina a Ferrovia Transnordestina de "Ferrovia Miguel Arraes de Alencar".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 677/07 – do Sr. Paulo Roberto – que "institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 770/07 – do Sr. Inocêncio Oliveira – que "institui o "Dia Nacional do Poeta" cada dia 19 de abril do calendário gregoriano em vigor no Brasil".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 2.415/07 – do Sr. Aelton Freitas – que "denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Divinópolis (MG) e o entroncamento com a BR-262".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.086/08 – da Sra. Cida Diogo – que "institui o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º voto e dá outras providências".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.940/08 – do Senado Federal-Paulo Paim – (PLS 588/2008) – que "dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes"".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

C – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

ESPECIAL

PROJETO DE LEI Nº 679/07 – do Sr. Bonifácio de Andrada – que "consolida a legislação ambiental brasileira".
RELATOR: Deputado SARNEY FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo do Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis, com subemenda substitutiva.
Vista conjunta aos Deputados Bernardo Ariston, Efraim Filho, Marcelo Ortiz, Regis de Oliveira e Roberto Magalhães, em 7-10-2008.
Os Deputados Regis de Oliveira e Moreira Mendes apresentaram votos em separado.

URGENTE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.379/06 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 20/2006) – que "aprova o texto do Tratado sobre Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004".
RELATOR: Deputado MARÇAL FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 413/07 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 741/2007) – que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 20 de março de 2007".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.
PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa.
Os Deputados José Genoíno e Flávio Dino apresentaram votos em separado em 13-10-2009.
Aprovado por unanimidade requerimento de adiamento da discussão, por 2 sessões, apresentado pelo Deputado José Genoíno, em 10-3-2009.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.477/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 913/2008) – que "aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/ Eletrobrás", celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008".
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.651/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 911/2008) – que "aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacio-

nal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 2008".
RELATOR: Deputado MARCELO ITAGIBA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.656/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 156/2009) – que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008".
RELATOR: Deputado NELSON TRAD.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.658/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 82/2009) – que "aprova o texto do Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Alteração do Prazo de Validade dos Vistos e os Emolumentos Consulares Incidentes sobre os Mesmos Vistos, celebrado em Brasília, em 14 de novembro de 2008".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.741/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 171/2009) – que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008".
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.805/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 155/2009) – que "aprova o texto da Convenção Relativa à Admissão Temporária, também conhecida como "Convenção de Istambul", celebrada em 26 de junho de 1990, sob os auspícios da Organização Mundial de Aduanas".
RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.808/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 402/2009) – que "aprova o texto dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), contendo a última revisão, realizada em Lisboa, em 2007".
RELATOR: Deputado CARLOS BEZERRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.208/01 – que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos seguintes dispositivos constantes: a) do art. 1º do Substitutivo do Senado Federal: §§ 2º e 7º do art. 282; dos §§ 1º e 2º do art. 283, em substituição aos §§ 1º a 3º do texto da Câmara dos Deputados; dos §§ 1º e 3º do art. 289; caput do art. 295; art. 299; parágrafo único do art. 300; caput do art. 306; incisos III e IV do art. 313; caput e os incisos I a III do art. 318; incisos I, IV, V e IX do art. 319; incisos I e II do art. 325 do Senado, em substituição aos incisos I, II e II da Câmara dos Deputados; inciso III do § 1º do art. 325; inciso V do art. 341; art. 343; caput do art. 350; art. 439, b) dos §§ 2º a 6º do art. 289-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal, em substituição aos §§ 2º a 4º do texto da Câmara dos Deputados e c) do art. 4º do Substitutivo do Senado Federal; pela rejeição: a) do art. 315-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal, e b) dos seguintes dispositivos constantes do art. 1º do Substitutivo do Senado Federal, para manutenção do respectivo dispositivo do texto da Câmara dos Deputados: §§ 4º e 6º do art. 282; incisos II e III do art. 310; art. 311; art. 321; caput do § 1º do art. 325; e pela manutenção dos demais dispositivos do texto da Câmara dos Deputados, que não foram alterados pelo Senado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 5.245/09 – do Poder Executivo – (AV 293/2009) – que "dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional – BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3.

Discutiram a matéria os Deputados João Campos, Gerson Peres e Antonio Carlos Pannunzio, em 13-10-2009.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 200/89 – do Senado Federal – Itamar Franco – (PLS 198/1989) – que "dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil" (Apensados: PLP 3/1991, PLP 7/1995 (Apensados: PLP 12/1995, PLP 16/1995 e PLP 33/1995), PLP 40/1995, PLP 108/1996, PLP 109/1996, PLP 188/2001, PLP 32/2003, PLP 38/1991, PLP 67/1995 (Apensado: PLP 348/2006), PLP 106/1996, PLP 142/2004, PLP 261/2007, PLP 262/2007 e PLP 281/2008)
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do PLP 12/1995, do PLP 16/1995, do PLP 33/1995, do PLP 348/2006, do PLP 3/1991, do PLP 38/1991, do PLP 7/1995, do PLP 40/1995, do PLP 67/1995, do PLP 106/1996, do PLP 108/1996, do PLP 109/1996, do PLP 188/2001, do PLP 32/2003, do PLP 261/2007, do PLP 262/2007, do PLP 281/2008 e do PLP 142/2004, apensados.
PRIORIDADE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 864/01 – do Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – que "dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.079-77, de 25 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências"".
RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.
PARECER: pela inconstitucionalidade.
Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Regis de Oliveira, em 15-7-2009.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 5-8-2009.

PROJETO DE LEI Nº 1.844/99 – do Senado Federal – Freitas Neto – (PLS 411/1999) – que "altera dispositivo da Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997, que regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996". (Apensados: PL 190/1999 (Apensados: PL 1296/1999 e EMR 1/0), PL 2655/2000, PL 2680/2000, PL 6353/2002 e PL 1263/2007)
RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 1296/1999 e da Emenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, do PL 190/1999, do PL 2655/2000, com emenda, do PL 2680/2000, do PL 6353/2002, com emenda, e do PL 1263/2007, com substitutivo, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 2.413/03 – do Senado Federal – Tião Viana – que "dispõe sobre o percentual mínimo do soro antiofídico distribuído no País, que deve estar sob a forma liofilizada".
RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 3.667/08 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 86/2007) – que "acrescenta o art. 310-A ao Código Penal com vistas a punir a conduta dos chamados "testas-de-ferro"".
RELATOR: Deputado MARCELO ITAGIBA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.770/08 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 87/2007) – que "altera o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 – Código de Processo Penal".
RELATOR: Deputado MARCELO ITAGIBA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.
Vista conjunta aos Deputados João Campos, Luiz Couto e Regis de Oliveira, em 24-6-2009.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 1-7-2009.
Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardozo e Eliseu Padilha. Suspensa a discussão por acordo, em 26-8-2009.

PROJETO DE LEI Nº 5.356/09 – do Sr. Dr. Ubiali – que "acrescenta o art. 363-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral"".
RELATOR: Deputado GERSON PERES.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 47/91 – do Sr. Francisco Dornelles – que "dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional" (Apensados: PLP 117/1992, PLP 61/2003, PLP 37/1999, PLP 129/2004 (Apensado: PLP 161/2004), PLP 138/2004 e PLP 143/2004)
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.
PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PLP 117/1992, do PLP 37/1999, do PLP 61/2003, do PLP 129/2004, do PLP 138/2004, do PLP 143/2004 e do PLP 161/2004, apensados.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 246/05 – do Sr. Celso Russomanno – que "estabelece requisitos

para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
Vista ao Deputado José Genoíno, em 25-8-2009.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/03 – do Sr. Inaldo Leitão – que "altera dispositivos da Resolução nº 17, de 22 de setembro de 1989 – Regimento Interno da Câmara dos Deputados". (Apensados: PRC 90/2007 e PRC 119/2008 (Apensado: PRC 191/2009))
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PRC 90/2007, do PRC 119/2008 e do PRC 191/2009, apensados, com substitutivo.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Arnaldo Faria de Sá, Maurício Quintella Lessa, Regis de Oliveira, Roberto Magalhães, Vicente Arruda e Wilson Santiago, em 6-10-2009.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 174/09 – da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – que "altera os arts. 66, 82 e 87 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, modificando o horário de funcionamento das sessões ordinárias do Plenário".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito pela aprovação.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Pannunzio, Colbert Martins, Efraim Filho, José Eduardo Cardozo e José Genoíno, em 11-8-2009.

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 286/00 – do Sr. Nilson Pinto – que "acrescenta alínea ao inciso XXXII do art. 5º da Constituição Federal".
RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.
PARECER: pela admissibilidade, com substitutivo redacional.
Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Silvinho Peccioli, em 18-3-2008.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 317/04 – do Sr. Sandro Mabel e outros – que "acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a Carreira de Administrador Municipal"
RELATOR: Deputado LEO ALCÂNTARA.
PARECER: pela admissibilidade.
Vista ao Deputado Vicente Arruda, em 23/06/2009.
Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Biscaia, Bonifácio de Andrada e Colbert Martins, em 23-6-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83/07 – do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira e outros – que "acrescenta o § 4º ao art. 25 da Constituição Federal e o art. 182-A, instituindo o plano diretor metropolitano e sua obrigatoriedade".
RELATOR: Deputado SARNEY FILHO.
PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122/07 – do Sr. Alfredo Kaefer – que "dá nova redação aos arts. 21 e 177 da Constituição Federal, para excluir do monopólio da União a construção e operação de reatores nucleares para fins de geração de energia elétrica".
RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.
PARECER: pela admissibilidade.
Vista conjunta aos Deputados Chico Lopes e Regis de Oliveira, em 28-10-2008.
O Deputado Chico Lopes apresentou voto em separado em 30-10-2008.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 197/07 – do Sr. Zenaldo Coutinho – que "estabelece a publicação do veto como marco inicial da contagem do prazo de trinta dias a que se refere o art. 66, § 6º, da Constituição".
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.
PARECER: pela admissibilidade.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 15-7-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 198/07 – do Sr. André de Paula – que "acrescenta § 2º ao art. 161 da Constituição Federal".
RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.
PARECER: pela admissibilidade.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Pannunzio, Colbert Martins e Silvio Costa, em 04/08/2009.
Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Pannunzio, José Genoíno e Geraldo Pudim. Asseguradas as inscrições dos Deputados Colbert Martins, Silvio Costa e João Almeida, em 4-8-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 201/07 – do Sr. Valadares Filho – que "altera o art. 6º da Constituição Federal, para estabelecer o esporte no rol dos direitos sociais".
RELATOR: Deputado CHICO LOPES.
PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 261/08 – do Sr. Rodrigo Rollemberg – que "altera o art. 14, § 3º, inciso VI, alínea "c", seus §§ 5º e 6º e o art. 32, dando nova redação ao § 2º, acrescentando os §§ 3º, 4º e 5º, renumerando-se os demais, para dispor sobre o cargo de Administrador Regional do Distrito Federal".
RELATOR: Deputado MÁRCIO FRANÇA.
PARECER: pela admissibilidade.

Vista ao Deputado Mendonça Prado, em 08/07/2009.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 14-7-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 284/08 – do Sr. Armando Monteiro – que "altera o § 2º do art. 62 e o inciso I do art. 150 da Constituição Federal, para dispor sobre exigência de lei complementar para majoração ou instituição de tributos"
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.
PARECER: pela admissibilidade.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardozo e Maurício Quintella Lessa, em 5-5-2009.
Encerrada a discussão, em 15-7-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 294/08 – do Sr. Eduardo Valverde – que "modifica o inciso I do art. 114 da Constituição da República, para afirmar a competência material da Justiça do Trabalho nos dissídios decorrentes da contratação irregular na administração pública, em inobservância ao disposto no art. 37, incisos II, V e IX da CRFB". (Apensado: PEC 328/2009)
RELATOR: Deputado FLÁVIO DINO.
PARECER: pela admissibilidade desta e da PEC 328/2009, apensada.
Vista ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em 4-8-2009.
Assegurada a inscrição do Deputado José Genoíno para debater a matéria, em 4-8-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 325/09 – do Sr. Valtenir Pereira – que "acrescenta Seção ao Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal, dispondo sobre a perícia oficial de natureza criminal".
RELATOR: Deputado VIEIRA DA CUNHA.
PARECER: pela admissibilidade.
Vista conjunta aos Deputados José Maia Filho e Regis de Oliveira, em 11-8-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 341/09 – do Sr. Regis de Oliveira – que "modifica os dispositivos constitucionais retirando do texto matéria que não é constitucional".
RELATOR: Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO.
PARECER: pela admissibilidade, com dois substitutivos.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Colbert Martins, Gerson Peres, Jorginho Maluly, Luiz Couto, Marcelo Itagiba, Mendonça Prado e Roberto Magalhães, em 14-7-2009.
O Deputado Marcelo Itagiba apresentou voto em separado em 7-8-2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 386/09 – do Sr. Paulo Pimenta – que "altera dispositivos da Constituição Federal para estabelecer a necessidade de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão de jornalista". (Apensados: PEC 388/2009 e PEC 389/2009)
RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.
PARECER: pela admissibilidade desta, da PEC 388/2009 e da PEC 389/2009, apensadas.
Vista conjunta aos Deputados Gerson Peres e Maurício Quintella Lessa, em 14-10-2009.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 515/03 – do Sr. Jair Bolsonaro – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que "regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade"".
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 4-3-2009.

PROJETO DE LEI Nº 1.982/03 – do Sr. Eduardo Valverde – que "regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro".
RELATOR: Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO.
PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, das Emendas da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e das Subemendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 3.169/04 – da Sra. Rose de Freitas – que "cria o Monumento Natural da Pedra do Penedo, no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo".
RELATOR: Deputado SARNEY FILHO.
PARECER: pela injuridicidade.

PROJETO DE LEI Nº 5.140/05 – do Sr. Marcelo Barbieri – que "modifica a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a execução trabalhista e a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica". (Apensados: PL 5328/2005 e PL 870/2007)
RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 5328/2005, apensado, nos termos do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 870/2007, apensado.
Vista ao Deputado Efraim Filho, em 7-5-2009.
Os Deputados Luiz Couto e Regis de Oliveira apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 3.135/08 – da Sra. Manuela D'ávila – que "acrescenta a alínea "m" ao inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro".
RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 3.622/08 – do Sr. Vital do Rêgo Filho – que "torna imprescritível a pretensão punitiva relativa a crimes hediondos".
RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.751/08 – do Sr. Alfredo Kaefer – que "inclui o art. 347-A no Decreto-Lei nº 2.848 – Código Penal e dá outras providências".
RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 4.210/08 – da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais. – que "acrescenta artigo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal".
RELATOR: Deputado VIEIRA DA CUNHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Vista conjunta aos Deputados Geraldo Pudim, João Campos e Zenaldo Coutinho, em 14-10-2009.
Discutiram a matéria os Deputados Domingos Dutra, Flávio Dino e Geraldo Pudim, em 14-10-2009.

D – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

PRAZO CONSTITUCIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.206/08 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 892/2008) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Entre Rios – SC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Entre Rios, Estado de Santa Catarina".
RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.388/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 991/2008) – que "aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-Me para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado PAULO MALUF.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.389/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 986/2008) – que "aprova o ato que outorga permissão à Sistema Figueroa Belmonte de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Valparaíso, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.643/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1501/2001) – que "aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., originariamente outorgada à Rádio Macaé Ltda. pela Portaria MVOP nº 862, de 20 de setembro de 1949, renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 90.160, de 6 de setembro de 1984, para a Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro".
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.645/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática – (TVR 1049/2008) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Mega Cidade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ananindeua, Estado do Pará".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.721/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1314/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Atrativa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barretos, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado MÁRCIO FRANÇA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.727/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1295/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social "Vale Verde FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.758/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1338/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Capitânia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montalvânia, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado MAURO LOPES.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.769/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1360/2009) – que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.770/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1361/2009) – que "aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.788/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1345/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.822/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1401/2009) – que "aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rancharia, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.827/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1407/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Itatiaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.829/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1409/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.835/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1423/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Artística de Campo Largo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Largo, Estado do Paraná".
RELATOR: Deputado RICARDO BARROS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.837/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1435/2009) – que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tupã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tupã, Estado de São Paulo ".
RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.848/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1471/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feliz Natal, Estado do Mato Grosso".
RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.853/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1154/2009) – que "aprova o ato que outorga permissão à Rádio Carlópolis FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Carlópolis, Estado do Paraná".
RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.856/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1255/2009) – que "aprova o ato que outorga concessão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso".
RELATOR: Deputado CARLOS BEZERRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.857/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1280/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Itapebi FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapebi, Estado da Bahia".
RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.871/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1089/2008) – que "aprova o ato que autoriza a Fundação Mariana Moreira Alves a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Triunfo, Estado da Paraíba".
RELATOR: Deputado VITAL DO RÊGO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.874/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1330/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antonina, Estado do Paraná".
RELATOR: Deputado RICARDO BARROS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.876/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1413/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Capitão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.901/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1502/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.902/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1503/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Apoio a Saúde e Instituições Sociais de Novo Horizonte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.905/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1506/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Social de Muniz Freire a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.912/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1519/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cristã a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.920/09 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1536/2009) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taiaçu, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PRIORIDADE

PROJETO DE LEI Nº 6.129/90 – do Senado Federal – FRANCISCO ROLLEMBERG – (PLS 123/1989) – que "estabelece diretrizes para uma Política Nacional de Habitação Rural e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda 2 da Comissão de Desenvolvimento Urbano e das Emendas 1 a 5 da Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo; e pela constitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda 1 da Comissão de Desenvolvimento Urbano.
Vista ao Deputado Sérgio Barradas Carneiro, em 11-11-2008.
O Deputado Sérgio Barradas Carneiro apresentou voto em separado em 7-4-2009.

PROJETO DE LEI Nº 3.003/04 – do Sr. Tadeu Filippelli – que "dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.
Vista conjunta aos Deputados Bonifácio de Andrada, Luiz Couto e Silvinho Peccioli, em 3-6-2008.
O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado.

PROJETO DE LEI Nº 7.100/06 – do Senado Federal-Sérgio Zambiasi – (PLS 341/2005) – que "altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas".
RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda redacional, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.
Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins, José Maia Filho, Marcelo Ortiz e Regis de Oliveira, em 30-6-2009.

PROJETO DE LEI Nº 7.337/06 – do Senado Federal – José Jorge – (PLS 50/2006) – que "altera a Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, para dispor sobre a concessão de medida liminar em mandados de segurança contra atos do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República ou das Mesas ou Comissões do Congresso Nacional ou de suas Casas e para es-

tabelecer o cabimento de agravo contra a decisão do relator concessiva de liminar".
RELATOR: Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.
Vista ao Deputado Roberto Magalhães, em 5-5-2009.

PROJETO DE LEI Nº 7.378/06 – do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS 170/2005) – que "modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, concedendo adicional de periculosidade aos eletricitários". (Apensado: PL 7384/2006)
RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PL 7384/2006, apensado.
Vista ao Deputado Valtenir Pereira, em 4-3-2008.
O Deputado Roberto Magalhães apresentou voto em separado em 21-5-2009.

PROJETO DE LEI Nº 412/07 – do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS 286/2006) – que "institui o Dia Nacional de reflexão do "Cantando as Diferenças"
RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.
PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 10-4-2008.
O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 15-4-2008.
Discutiram a matéria os Deputados Luiz Couto, Flávio Dino, Antonio Carlos Pannunzio e Magela, em 30-4-2009.

PROJETO DE LEI Nº 3.643/08 – do Poder Executivo – que "cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários".
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 3.945/08 – do Poder Executivo – que "dispõe sobre a criação, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil".
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Pannunzio, Flávio Dino, João Campos e José Maia Filho, em 13-10-2009.
Discutiram a matéria os Deputados Efraim Filho, João Campos, Antonio Carlos Pannunzio e Gerson Peres.
Mantidas as inscrições dos Deputados José Genoíno, Flávio Dino, Vieira da Cunha e Luiz Couto, em 13-10-2009.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 2.050/96 – do Sr. Ricardo Barros – que "altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências"". (Apensados: PL 2184/1996 e PL 2185/1996)
RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, do PL 2184/1996 e do PL 2185/1996, apensados, com emendas.
Vista conjunta aos Deputados Paes Landim e Roberto Magalhães, em 16-4-2009.

PROJETO DE LEI Nº 2.808/97 – do Sr. Jair Bolsonaro – que "altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências". (Apensados: PL 1596/2003 e PL 6081/2005)
RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda, do PL 1596/2003 e do PL 6081/2005, apensados.
Vista conjunta aos Deputados Chico Lopes e Mendonça Prado, em 12-3-2009.
O Deputado José Eduardo Cardozo apresentou voto em separado em 2-4-2009.

PROJETO DE LEI Nº 2.442/00 – dos Srs. Gilmar Machado e Walter Pinheiro – que "altera os dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CIRO NOGUEIRA.
PARECER: pela inconstitucionalidade deste e da Emenda da Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO DE LEI Nº 3.478/00 – do Sr. Paulo Paim – que "altera a redação do inciso II, do artigo 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996". (Apensados: PL 3529/2000 e PL 3572/2000)
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e pela inconstitucionalidade do PL 3529/2000 e do PL 3572/2000, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 5.696/01 – do Sr. Pedro Fernandes – que "altera o § 2º, do art. 3º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, faculta a aplicação do rito sumaríssimo da referida Lei às causas que especifica e dá outras providências". (Apensados: PL 599/2003 e PL 1415/2003 (Apensado: PL 1690/2007))
RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.
PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 599/2003, do PL 1415/2003 e do PL 1690/2007, apensados.
Vista ao Deputado Geraldo Pudim, em 28-10-2008.
O Deputado Geraldo Pudim apresentou voto em separado em 11-11-2008.

PROJETO DE LEI Nº 6.963/02 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "institui diretriz sobre a obrigatoriedade de implantação de programas de racionalização do uso da água". (Apensado: PL 7345/2002)
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.
PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do PL 7345/2002, apensado, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 544/03 – do Sr. Nelson Marquezelli – que "dispõe sobre a prática da drenagem linfática manual nos hospitais públicos, contratados, conveniados e cadastrados do Sistema Único de Saúde – SUS ".
RELATOR: Deputado NELSON TRAD.
PARECER: pela inconstitucionalidade.
Vista ao Deputado Ricardo Barros, em 16-4-2009.
O Deputado Ricardo Barros apresentou voto em separado em 29-4-2009.

PROJETO DE LEI Nº 721/03 – do Sr. Tadeu Filippelli – que "altera a redação do art. 16 e respectivo § 1º, da Lei nº 7. 827, de 27 de setembro de 1989".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.
Vista conjunta aos Deputados Luiz Couto e Silvinho Peccioli, em 16-12-2008.

PROJETO DE LEI Nº 1.408/03 – da Sra. Lúcia Braga – que "estabelece para idosos a partir de sessenta e cinco anos vantagem na compra de passagem em transporte rodoviário intermunicipal e interestadual". (Apensados: PL 1758/2003, PL 2722/2003, PL 2879/2004, PL 2907/2004, PL 3528/2004 e PL 5132/2005)
RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, do PL 1758/2003, do PL 2722/2003, do PL 2879/2004, do PL 2907/2004, do PL 3528/2004 e do PL 5132/2005, apensados.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 24-6-2009.

PROJETO DE LEI Nº 1.767/03 – do Sr. Neucimar Fraga – que "fixa prazo para conclusão de ação fiscalizatória do Tribunal de Contas da União realizada em obras e edificações e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAES LANDIM.
PARECER: pela injuridicidade deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
Vista ao Deputado Eduardo Cunha, em 28-10-2008.

PROJETO DE LEI Nº 1.831/03 – do Sr. Lobbe Neto – que "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País". (Apensado: PL 3230/2004)
RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com subemendas, e do PL 3230/2004, apensado, com emendas.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 4-3-2009.

PROJETO DE LEI Nº 2.084/03 – do Sr. Paes Landim – que "institui política para aproveitamento de jovens dispensados do serviço militar obrigatório e de treinamento em trabalho para primeiro emprego".
RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos das Emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

PROJETO DE LEI Nº 2.192/03 – do Sr. Carlos Sampaio – que "dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo". (Apensado: PL 2688/2003)
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda, e do PL 2688/2003, apensado, com substitutivo.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 28-10-2008.

PROJETO DE LEI Nº 2.330/03 – do Sr. Lincoln Portela – que "altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o prazo prescricional de vinte anos para ação de responsabilidade civil decorrente de moléstias profissionais

contraídas por trabalhadores em decorrência de atividades insalubres, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Gerson Peres, em 10-3-2009.
Os Deputados Gerson Peres e Hugo Leal apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 2.511/03 – do Sr. Neucimar Fraga – que "altera o inciso I do art. 23 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 7-7-2009.

PROJETO DE LEI Nº 3.069/04 – do Sr. Geraldo Resende – que "dispõe sobre atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares, e dá outras providências".
RELATORA: Deputada MARIA DO ROSÁRIO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

PROJETO DE LEI Nº 4.875/05 – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta a alínea "j", ao art. 4º, da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade".
RELATOR: Deputado WILSON SANTIAGO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, João Campos, Mendonça Prado e Sérgio Barradas Carneiro, em 2-4-2009.
Os Deputados Antonio Carlos Biscaia, Celso Russomanno e Sandra Rosado apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 5.062/05 – do Sr. Wladimir Costa – que "dispõe sobre a sujeição da OAB ao controle externo".
RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.
PARECER: pela inconstitucionalidade.

PROJETO DE LEI Nº 5.605/05 – da Sra. Gorete Pereira – que "acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a aplicação de multas trabalhistas a entidades filantrópicas que dependem da transferência de recursos públicos".
RELATOR: Deputado ARACELY DE PAULA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Luiz Couto, em 5-8-2009.
O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 24-9-2009.

PROJETO DE LEI Nº 6.161/05 – do Sr. Jair Bolsonaro – que "revoga o § 2º, do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

PROJETO DE LEI Nº 6.246/05 – da Sra. Sandra Rosado – que "proíbe a cobrança de taxas, pelas empresas privadas, para fins de preenchimento de vagas em seu quadro de pessoal".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
Vista ao Deputado Regis de Oliveira, em 18/12/2007.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 7-2-2008.

PROJETO DE LEI Nº 6.303/05 – do Sr. Celso Russomanno – que "altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.
Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 11-8-2009.

PROJETO DE LEI Nº 6.898/06 – do Sr. Sandes Júnior – que "altera o art. 236 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil".
RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Vista ao Deputado Geraldo Pudim, em 23-10-2007.

PROJETO DE LEI Nº 7.233/06 – da Sra. Perpétua Almeida – que "altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II – Sinalização, da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada".
RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 17-6-2008.

PROJETO DE LEI Nº 28/07 – do Sr. Edinho Bez – que "altera a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, para prorrogar a vigência das sanções relativas ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal".
RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.
Vista conjunta aos Deputados José Maia Filho, Pastor Manoel Ferreira e Regis de Oliveira, em 30/06/2009.
Os Deputados Regis de Oliveira e Pastor Manoel Ferreira apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 361/07 – do Sr. João Campos – que "dispõe sobre suspensão de prazos processuais em caso de advogada que deu á luz".
RELATORA: Deputada SOLANGE AMARAL.
PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Solange Amaral (DEM-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Vista ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 26-3-2008.
Os Deputados Antonio Carlos Biscaia e Regis de Oliveira apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 443/07 – da Sra. Sandra Rosado – que "cria o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MÁRCIO FRANÇA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 25-8-2009.
O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 17-9-2009.

PROJETO DE LEI Nº 774/07 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que "dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências""
RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.
Vista ao Deputado Regis de Oliveira, em 05/08/2009.
O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 5-8-2009.

PROJETO DE LEI Nº 804/07 – do Sr. Lincoln Portela – que "altera o art. 1° da Lei n° 11.179 de 22 de setembro de 2005, que "altera os arts. 53 e 67 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.""
RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Flávio Dino, Gerson Peres, Marcelo Itagiba e Vicente Arruda, em 19-8-2009.
Os Deputados Marcelo Itagiba, Antonio Carlos Biscaia e José Maia Filho apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 805/07 – do Sr. Lincoln Portela – que "altera a Lei n° 8.906, de 4 de julho de 2004, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB"".
RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, e, no mérito, pela aprovação.
Vista conjunta aos Deputados Maurício Quintella Lessa e Sérgio Barradas Carneiro, em 5-5-2009.

PROJETO DE LEI Nº 1.208/07 – do Sr. Celso Russomanno – que "acrescenta parágrafo ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".
RELATOR: Deputado HUGO LEAL.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas da Comissão de Viação e Transportes.
Vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 28-4-2009.
Discutiu a matéria o Deputado José Genoíno, em 28-4-2009.

PROJETO DE LEI Nº 1.535/07 – do Sr. Flávio Dino – que "acrescenta o § 8º ao art. 543-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil".
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.
PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. José Genoíno (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Vista ao Deputado Bonifácio de Andrada, em 14-10-2009.

PROJETO DE LEI Nº 2.466/07 – do Sr. Ilderlei Cordeiro – que "dispõe sobre o valor das multas aplicáveis a infrações ambientais em propriedades rurais".
RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 2.685/07 – do Sr. Fernando Coruja – que "altera a redação do inciso II do art. 4º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que instituiu o Código Civil".
RELATOR: Deputado BENEDITO DE LIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.354/08 – da Sra. Fátima Pelaes – que "acresce dispositivos da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir novos portos no Plano Nacional de Viação".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.377/08 – do Sr. Carlos Souza – que "acrescenta artigo à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública, para estabelecer prazo prescricional".
RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 07/05/2009.
O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 4-6-2009.

PROJETO DE LEI Nº 3.378/08 – do Sr. Antonio Palocci – que "dispõe sobre a alteração do artigo 20 da Lei Federal n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, visando garantir a liberdade de expressão e informação".
RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Vista ao Deputado Regis de Oliveira, em 28/04/2009.
Encerrada a discussão. Aprovado por unanimidade requerimento de adiamento da votação, por 5 sessões, apresentado pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 5-5-2009.

PROJETO DE LEI Nº 3.379/08 – do Sr. Edinho Bez – que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 12-8-2009.

PROJETO DE LEI Nº 3.545/08 – do Sr. Eduardo Cunha – que "cria o programa de incentivo ao atendimento voluntário para alunos com deficiência no aprendizado escolar".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos das emendas da Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO DE LEI Nº 3.619/08 – do Sr. Carlos Bezerra – que "modifica a redação do art. 478 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Vista ao Deputado José Genoíno, em 15-7-2009.

PROJETO DE LEI Nº 3.881/08 – do Sr. Celso Russomanno – que "altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências"".
RELATOR: Deputado FELIPE MAIA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 3.912/08 – do Sr. Bernardo Ariston – que "acrescenta dispositivo ao artigo 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal".
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Vista conjunta aos Deputados José Genoíno e Luiz Couto, em 28-5-2009.
O Deputado Antonio Carlos Biscaia apresentou voto em separado em 30-6-2009.

PROJETO DE LEI Nº 4.076/08 – do Sr. Juvenil – que "acrescenta o art. 512-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil".
RELATOR: Deputado GERSON PERES.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Vista ao Deputado Luiz Couto, em 15-7-2009.

PROJETO DE LEI Nº 4.082/08 – do Sr. Walter Brito Neto – que "dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil"".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 21-10-2009)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.347/02 – do Sr. Walter Pinheiro – que "veda a cobrança de tarifa mínima por empresas públicas ou privadas, a qualquer título, alterando a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos".
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 5.325/09 – do Sr. Geraldo Resende – que "dispõe sobre a proibição de titular de cargo eletivo receber benefícios pecuniários provenientes de programas assistenciais".
RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 1.014/03 – do Sr. Ricardo Izar – que "dispõe sobre a identificação e os padrões de qualidade da água adicionada de sais e envasamento para comercialização".
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

PROJETO DE LEI Nº 6.834/06 – do Sr. Betinho Rosado – que "acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão às expensas da concessionária".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.242/08 – do Sr. Walter Brito Neto – que "altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, que "Dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo território nacional.""
RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 4.302/08 – do Sr. Mário Heringer – que "dispõe sobre a obrigatoriedade da realização das chamadas em roaming de modo a tornar satisfatória ao consumidor a cobertura do serviço móvel".
RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.234/09 – do Poder Executivo – que "autoriza o Poder Executivo a doar três aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 5.380/09 – do Sr. José Airton Cirilo – que "inclui na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, anexo da Lei nº 5.917, de de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário com pontos de passagem pela BR-222, Km 77,9 – São Luis do Curu – Pentecoste – General Sampaio – Paramoti – até a BR -20 no Km 337,8 no Estado do Ceará".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.
Substitutivo (Art. 119, II e §1º)
AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.482/07 – do Senado Federal – Antonio Carlos Magalhães – (PLS 159/2007) – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições em que especifica".
RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.500/08 – do Sr. Carlos Bezerra – que "veda a busca e apreensão de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, no período e condições que especifica". (Apensado: PL 4620/2009)
RELATOR: Deputado NELSON TRAD.

PROJETO DE LEI Nº 4.833/09 – do Sr. Moacir Micheletto – que "dá nova redação ao inciso IV do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964".

PROJETO DE LEI Nº 5.815/09 – do Senado Federal – (PLS 347/2008) – que "altera o art. 806 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para ampliar o prazo para a interposição da ação principal de competência das defensorias públicas".
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 5.154/09 – do Senado Federal – Inácio Arruda – (PLS 302/2008) – que "institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009".
RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.173/08 – do Sr. Juvenil – que "revoga o art. 1.291 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil".
RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 4.574/09 – do Poder Executivo – que "dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH".
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.110/09 – do Sr. Antonio Carlos Pannunzio – que "acrescenta parágrafo ao art. 77 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)". (Apensados: PL 5111/2009 e PL 5112/2009)
RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 6.081/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que "dispõe sobre a prioridade de tramitação, entre as ações penais relativas a crimes contra a ordem tributária ou contra a previdência social, dos processos com valores vultosos".
RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 3.044/08 – do Sr. Sandes Júnior – que "dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares e determina outras providências". (Apensado: PL 4536/2008)
RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 3.797/08 – do Sr. Valdir Colatto – que "altera a Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas".
RELATOR: Deputado VIEIRA DA CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 3.946/08 – do Poder Executivo – que "cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004".
RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 3.949/08 – do Poder Executivo – que "dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal".
RELATOR: Deputado MARÇAL FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.950/08 – do Poder Executivo – que "dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte".
RELATOR: Deputado TADEU FILIPPELLI.

PROJETO DE LEI Nº 3.959/08 – do Poder Executivo – que "dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres".
RELATOR: Deputado MARÇAL FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.223/08 – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que "altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para impor limite no mandato dos dirigentes das entidades desportivas beneficiárias de recursos públicos". (Apensado: PL 4862/2009)
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.260/08 – do Sr. Hugo Leal – que "institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e dá outras providências".
RELATOR: Deputado EDUARDO AMORIM.

PROJETO DE LEI Nº 4.272/08 – do Sr. Rodovalho – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras para as sociedades de grande porte".
RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.535/08 – do Sr. Walter Ihoshi – que "acrescenta o inciso XI ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 4.640/09 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "institui o Dia Nacional do Empresário Contábil".
RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 5.005/09 – do Sr. Felipe Maia – que "altera a denominação da barragem "Boqueirão de Parelhas", Rio Grande do Norte, para "Dr. Ulisses Bezerra"".
RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.876/06 – do Sr. Luiz Couto – que "altera o texto do art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993".
RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 937/07 – da Sra. Íris de Araújo – que "dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda, nos programas oficiais de produção de moradia".
RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 2.155/07 – do Sr. Dr. Talmir – que "institui o "Dia do Nascituro", a ser festejado no dia 8 de outubro de 2007 de cada ano, e prescreve medidas a serem adotadas pelos Poderes a que se refere, para efeito da respectiva comemoração".
RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 3.355/08 – do Sr. Dr. Nechar – que "obriga a divulgação do número de telefone de contato dos postos da Polícia Rodoviária Federal".
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.170/09 – do Sr. Antonio Carlos Chamariz – que "proibe a cobrança de adicional de deslocamento nos serviços de telefonia móvel".
RELATOR: Deputado FILIPE PEREIRA.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 11
HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência Pública:
Tema:
- INCLUSÃO DA ATIVIDADE DE ADVOCACIA NO SIMPLES NACIONAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – PLC Nº 104/2007.

- REQUERIMENTO Nº 235/09 – Deputado GUILHERME CAMPOS
- Convidados:
- Dr. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO – Vice- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (Confirmado);
- Dr.JACQUES MAURÍCIO FERREIRA VELOSO DE MELO – Presidente da Comissão de Assuntos Tributários e Reforma Tributária (Confirmado);
- ERCÍLIO BEZERRA – Presidente da Ordem dos Advogados Seccional do Tocantins (Confirmado).
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
SEMINÁRIO
LOCAL: Anexo II, Plenário 09
HORÁRIO: 16h

A – Seminário:
Tema: Drogas, Redução de Danos, Legislação e Intersetorialidade
Participantes: Parlamentares, gestores dos setores da saúde, educação, justiça e direitos humanos, profissionais de saúde, representantes da SENAD, UNODC, academia e da sociedade civil.
Objetivos:
Discutir aspectos gerais das drogas, com ênfase no consumo do crack e cocaína;
Discutir políticas públicas nacionais e internacionais sobre drogas;
Discutir a legislação sobre drogas no país;
Apontar estratégias públicas de intervenção articuladas que promovam a inclusão social desses segmentos e enfrentem os determinantes sociais da vulnerabilidade;
Resultados esperados:
Ter ampliado a compreensão sobre o contexto de uso de drogas e redução de danos;
Ter definido estratégias públicas articuladas de inclusão social dos segmentos mais vulneráveis;
Ter definido subsídios para o aperfeiçoamento da legislação brasileira sobre drogas;
Ter contribuído para o aprofundamento das estratégias adotadas pelo SUS no que diz respeito ao tratamento da dependência de álcool e outras drogas e estratégias de redução de danos.
Produto:
Documento com subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas e legislação sobre drogas no Brasil.

Promoção:
Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD;
Departamentos de DST/AIDS e de Saúde Mental do Ministério da Saúde;
Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça;
Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS);
Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC);
Gabinete do Deputado Paulo Teixeira.
Programação
Abertura – 16h – Plenário 9, anexo II.
· Presidente da Câmara dos Deputados (a confirmar)
· Deputado Luiz Couto – Presidente da Comissão de Direitos Humanos
· Dra. Ela Wiecko Wolkmer de Castilho – Corregedora-Geral do MPF; (confirmada)
· Supremo Tribunal de Justiça
· Representante do Ministério da Saúde
· Sr. Pedro Abramovay – Secretário Legislativo do Ministério da Justiça; (confirmado)
· Secretaria Especial de Direitos Humanos
· Representante do Senado
· Sr. Paulo Roberto Uchôa – Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
· Sr. Bo Mathiesen – Representante Regional do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil;
· Sr. Rubem César – Diretor Executivo da ONG VIVA RIO (confirmado)
· Sr. Pedro Chequer – Coordenador do UNADS no Brasil

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.173/09 – do Sr. Cândido Vaccarezza – que "denomina "Marginal Petrobrás Norte" o trecho da Rodovia Presidente Dutra, entre os quilômetros 146 e 143, sentido norte (Rio de Janeiro), no Estado São Paulo".
RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 5.483/09 – do Sr. Aelton Freitas – que "denomina "Trevo Rodoviário Orlando Nunes de Paula" o trevo que cruza a BR-364 com a BR-497, próxima à cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.568/09 – do Sr. Wilson Picler – que "altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para incluir a pós-graduação".
RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.569/09 – do Sr. Wilson Picler – que "altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para incluir os pólos de apoio à educação à distância nos beneficiários do PROUNI".
RELATOR: Deputado IRAN BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.817/09 – do Sr. Capitão Assumção – que "dispõe sobre o Fundo de Bolsa Integral de Ensino Superior Mediante Prestação de Serviços (FUNBEPS) e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LIRA MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 5.841/09 – do Sr. Bruno Araújo – que "institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma".
RELATOR: Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS.

PROJETO DE LEI Nº 5.872/09 – do Sr. Tadeu Filippelli – que "altera a redação da Lei nº 6.835, de 14 de outubro de 1980, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CLÓVIS FECURY.

PROJETO DE LEI Nº 5.888/09 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que "institui o Dia Nacional do Médico de Família e Comunidade".
RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.900/09 – do Senado Federal-Marisa Serrano – (PLS 69/2008) – que "altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para tornar obrigatória a construção de estabelecimento de educação infantil nos conjuntos habitacionais de interesse social financiados por recursos públicos".
RELATORA: Deputada NILMAR RUIZ.

PROJETO DE LEI Nº 5.902/09 – do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS 256/2008) – que "autoriza a criação de Centros de Pesquisa e de Desen-

volvimento da Educação nas instituições federais de ensino superior".
RELATOR: Deputado IRAN BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.931/09 – do Sr. Guilherme Campos – que "fica instituído o Dia Nacional da Astronomia, a ser celebrado anualmente no dia 2 de dezembro".
RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES.

PROJETO DE LEI Nº 5.942/09 – do Senado Federal – que "inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria".
RELATOR: Deputado JAIRO CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 5.998/09 – do Sr. Marcelo Itagiba – que "declara a "Feira Nordestina de São Cristóvão" Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil".
RELATOR: Deputado NEILTON MULIM.

PROJETO DE LEI Nº 6.003/09 – do Sr. Indio da Costa – que ""Institui O Dia Nacional do Espírita Adolfo Bezerra de Menezes".
RELATOR: Deputado CHICO ABREU.

PROJETO DE LEI Nº 6.004/09 – do Sr. Indio da Costa – que "institui o Dia Nacional do Arcebispo Dom Hélder Câmara".
RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 6.011/09 – do Sr. José C. Stangarlini – que "institui o Dia do Corretor de Seguros".
RELATOR: Deputado LOBBE NETO.

PROJETO DE LEI Nº 6.012/09 – do Sr. José C. Stangarlini – que "institui o Dia das Seguradoras".
RELATOR: Deputado ROGÉRIO MARINHO.

PROJETO DE LEI Nº 6.013/09 – do Sr. José C. Stangarlini – que "institui o Dia do Securitário".
RELATOR: Deputado ELEUSES PAIVA.

PROJETO DE LEI Nº 6.016/09 – do Sr. Jairo Ataide – que "denomina de Deputado Federal Fernando Diniz a Barragem de Berizal, situada na Bacia do Rio Pardo, em Minas Gerais".
RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES.

PROJETO DE LEI Nº 6.017/09 – do Sr. Marcelo Ortiz – que "institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul"
RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 6.040/09 – do Sr. Mendes Ribeiro Filho – que "institui o Dia do Técnico Agrícola".
RELATOR: Deputado JOAQUIM BELTRÃO.

PROJETO DE LEI Nº 6.068/09 – do Sr. José Airton Cirilo – que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" para acrescentar-lhe o § 6º do art. 26 dispondo sobre orientação profissional dos alunos de ensino médio".
RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.070/09 – do Sr. Eleuses Paiva – que "institui o Dia do Médico Radiologista".
RELATOR: Deputado LOBBE NETO.

PROJETO DE LEI Nº 6.076/09 – do Sr. Geraldo Resende – que "institui o dia 08 de dezembro como o Dia Nacional da Comunidade Paraguaia, com fundamento no § 2º do art. 215 da Constituição Federal".
RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 6.088/09 – do Sr. Eliene Lima – que "institui isenção do IPI, da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins para operações de aquisição de microcomputadores por professores da rede pública de ensino".
RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 6.089/09 – da Sra. Fátima Bezerra – que "declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica".
RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI.

PROJETO DE LEI Nº 6.090/09 – do Sr. Eleuses Paiva – que "institui o Dia Nacional do Médico Nutrólogo".
RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

PROJETO DE LEI Nº 6.094/09 – do Sr. João Campos – que "altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".
RELATORA: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.096/09 – da Sra. Alice Portugal – que "altera o nome do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Dois de Julho".
RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 6.106/09 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre parcelamento de débitos vencidos junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001), e dá outras providências".
RELATOR: Deputado REGINALDO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 6.108/09 – do Senado Federal – Senador Cristovam Buarque – (PLS 3/2008) – que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos".
RELATOR: Deputado RAUL HENRY.

PROJETO DE LEI Nº 6.110/09 – do Senado Federal-Senador Flexa Ribeiro – (PLS 70/2009) – que "dispõe

sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio".
RELATORA: Deputada BEL MESQUITA.

PROJETO DE LEI Nº 6.112/09 – do Senado Federal-Senador Marcelo Crivella – (PLS 141/2009) – que "autoriza a União a instituir o programa nacional de reforço escolar na educação básica pública, denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública (Passebem)".
RELATOR: Deputado MARCELO ALMEIDA.

PROJETO DE LEI Nº 6.117/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que "estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços pertencerá a ambas as partes".
RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

PROJETO DE LEI Nº 6.141/09 – do Sr. Francisco Rossi – que "confere o título honorífico de "Capital da Revolução Constitucionalista de 1932" ao Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo".
RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.449/08 – do Sr. Nelson Proença – que "dispõe sobre os limites do uso de açúcar refinado nos cardápios dos programas de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".
RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.825/03 – do Sr. Sandro Mabel – que "acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal", e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ANTONIO PALOCCI.

PROJETO DE LEI Nº 1.217/07 – do Senado Federal – Romeu Tuma – que "altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a pneumopatia grave e a fibrose cística (mucoviscidose) entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. ". (Apensados: PL 5409/2005 (Apensados: PL 5682/2005, PL 6005/2005 (Apensados: PL 6700/2006 e PL 3186/2008), PL 6869/2006, PL 7458/2006, PL 7496/2006, PL 7511/2006, PL 389/2007, PL 335/2007, PL 1882/2007, PL 1970/2007 e PL 2703/2007 (Apensado: PL 2920/2008)), PL 3476/2008, PL 3815/2008, PL 4231/2008, PL 4639/2009, PL 5481/2009 e PL 5737/2009)
RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 1.528/07 – do Sr. José Otávio Germano – que "dispõe sobre a criação de Área de Livre Comércio (ALC) no município de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.413/08 – do Poder Executivo – que "regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ARNALDO MADEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.696/09 – do Senado Federal – Cícero Lucena – (PLS 418/2007) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba".
RELATOR: Deputado ARNALDO MADEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.709/09 – do Senado Federal – Gim Argello – (PLS 508/2007) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Distrito Federal".
RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.710/09 – do Senado Federal – Mário Couto – (PLS 515/2007) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Castanhal, no Estado do Pará".
RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.719/09 – do Senado Federal – Mozarildo Cavalcanti – (PLS 391/2007) – que "dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e de Caracaraí no Estado de Roraima".
RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.721/09 – do Senado Federal – João Durval – (PLS 716/2007) – que "dispõe sobre

a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, no Estado da Bahia".
RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY.

PROJETO DE LEI Nº 4.722/09 – do Senado Federal – Wellington Salgado – (PLS 232/2008) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.723/09 – do Senado Federal – Gerson Camata – (PLS 133/2008) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo".
RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.724/09 – do Senado Federal – Gerson Camata – (PLS 132/2008) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região leste do Estado do Espírito Santo".
RELATOR: Deputado ARNALDO MADEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.735/09 – do Senado Federal – Valdir Raupp – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia".
RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 4.736/09 – do Senado Federal – Flexa Ribeiro – (PLS 356/2007) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Marabá, no Estado do Pará".
RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.741/09 – do Senado Federal – Sérgio Zambiasi – (PLS 361/2007) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado ARNALDO MADEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.045/09 – do Sr. Manoel Junior – que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de 70% dos gastos com empregado doméstico da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física".
RELATOR: Deputado ARNALDO MADEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.095/09 – do Sr. Deley – que "institui parcelamento diferenciado para aposentados e pensionistas do saldo do imposto de renda a pagar apurado na Declaração de Ajuste Anual".
RELATOR: Deputado EDUARDO AMORIM.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 3.037/08 – do Sr. Sandes Júnior – que "dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos hospitais da rede pública, de pontos com solução anti-séptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares". (Apensado: PL 5807/2009)
RELATOR: Deputado EDUARDO AMORIM.

PROJETO DE LEI Nº 4.455/08 – do Poder Executivo – que "dispõe sobre a redistribuição, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde para o Quadro de Pessoal da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de servidores da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, e da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, que se encontravam em exercício no Centro de Referência Professor Hélio Fraga – CRPHF, em 10 de junho de 2008, os critérios para promoção nas Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria e altera a quantidade de cargos por classe, de que trata a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, os vencimentos e vantagens dos servidores de que tratam os arts. 12 e 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; altera os valores do vencimento básico dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários – GDFFA, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004; altera a Tabela de Correlação e de vencimento básico dos cargos de Médico Perito Previdenciário e de Supervisor Médico-Pericial; altera a tabela de vencimento básico da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006; enquadra os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, em exercício nas unidades da Advocacia-Geral da União no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; altera o art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002; e revoga o art. 67 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006".
RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.352/09 – do Sr. Capitão Assumção – que "dispõe sobre aquisição de computadores portáteis para profissionais da segurança pública".
RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI.

PROJETO DE LEI Nº 5.550/09 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal

da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências".
RELATOR: Deputado AELTON FREITAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.919/09 – do Poder Executivo – que "dispõe sobre o acesso às graduações superiores de militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica".
RELATOR: Deputado AELTON FREITAS.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.593/04 – do Sr. Vicentinho – que "institui isenção da Contribuição para o PIS/PASEP para as entidades sindicais de trabalhadores e remite créditos tributários da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS".
RELATOR: Deputado RICARDO BERZOINI.

PROJETO DE LEI Nº 2.533/07 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "obriga a rescisão de todos os contratos de seguros acessórios ou vinculados a cartão de crédito ou de débito, quando solicitado o cancelamento do respectivo cartão pelo seu titular e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.750/09 – do Poder Executivo – que "altera o art. 6º da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, que dispõe sobre a criação do Banco da Amazônia S.A".
RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.882/09 – do Sr. Ribamar Alves – que "dispõe sobre o pagamento de débitos por entes da Administração Pública mediante uso de cheque nominal e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.978/09 – do Sr. Walter Ihoshi – que "institui incentivo fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para a renovação da frota de automóveis com mais de dez anos de fabricação".
RELATOR: Deputado RODRIGO ROCHA LOURES.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 4.975/09 – do Sr. Capitão Assumção – que "estabelece que parte dos recursos captados junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública seja destinado à estruturação e modernização dos Centros de Investigação e Prevenção de Incêndios dos Corpos de Bombeiros Militares". (Apensado: PL 5339/2009)
RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 5.491/09 – do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – que "dispõe sobre a criação de cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União".
RELATOR: Deputado VITAL DO RÊGO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 5.913/09 – do Poder Executivo – que "transforma Funções Comissionadas Técnicas – FCT, criadas pelo art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, em cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, em Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devida a militares e em Gratificações de Representação pelo Exercício de Função devida a militares".
RELATOR: Deputado ARNALDO MADEIRA.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 04
HORÁRIO: 15h30min

A – Audiência Pública:
Tema: Debater o limite máximo para o 'spread' bancário.
Origem: Requerimento 81/09, do Deputado Francisco Praciano, relator da Sugestão nº 129/09, do IBEDEC.
Expositores convidados:
Sr. DYOGO OLIVEIRA, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
Sr. PEDRO EUGÊNIO, Deputado Federal e Relator da Comissão Especial criada para analisar o impacto da crise econômica na área da indústria;
Sr. JOSÉ GERALDO TARDIN, Diretor do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC.
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Anexo II, Plenário 08
HORÁRIO: 14h

A – Audiência Pública:
Tema:
CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS USINAS HIDRELÉTRICAS NOS MUNICÍPIOS DE BUENO BRANDÃO-MG, TOCOS DO MOGI-MG, MUNHOZ-MG E SOCORRO-SP

Requerimento Nº 286/2009, do Deputado Marcos Montes (DEM-MG), subscrito pelo Deputado Ricardo Tripli (PSDB-SP)
EXPOSITORES:
JAIR ASBAHR, Prefeito Municipal de Bueno Brandão-SP
HERCULANO PASSOS JÚNIOR, Prefeito Municipal de Itu-SP
JOSÉ FERNANDES FRANCO, Diretor do Hotel Parque dos Sonhos e do Hotel Campo dos Sonhos (Socorro-SP)
ALAN DE ALVARENGA MENEZES, Diretor da TocTao Engenharia Ltda. (Goiânia-GO)
ISRAEL HENRIQUE WALIGORA, Diretor Socioambiental da Abeta – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (São Paulo-SP)

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.900/08 – do Sr. Manato – que "estabelece a obrigatoriedade do plantio de árvores para os casais que quiserem casar ou divorciar, para os compradores de veículos zero-quilômetro e para as construtoras de imóveis residenciais e/ou comerciais".
RELATOR: Deputado RODOVALHO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.011/09 – do Sr. Dr. Talmir – que "dispõe sobre a destinação de no mínimo 10% das multas aplicadas em função do desmatamento ilegal na restauração da área desmatada com espécies nativas do local".
RELATORA: Deputada MARINA MAGGESSI.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.831/08 – do Sr. Max Rosenmann – que "define as condições para a exploração de espécimes nativas do Euterpe edulis, o palmiteiro".
RELATOR: Deputado GERVÁSIO SILVA.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 03
HORÁRIO: 14h
Eleição para 1º Vice-Presidente.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.235/09 – do Sr. Paes de Lira – que "altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado WILLIAM WOO.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.125/09 – do Senado Federal – Marcelo Crivella – (PLS 256/05) – que "Disciplina o uso de cassetetes e armas perfurocortantes pelos agentes de segurança pública, nas atividades de policiamento ostensivo, em todo território nacional".
RELATOR: Deputado MAJOR FÁBIO.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-10-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

A PROPOSIÇÃO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.662/09 – do Senado Federal – Pedro Simon – (PLS 323/07) – que "Altera os arts. 126, 131, 132 e 325 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 3º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficientes as medidas cautelares de sequestro de bens de proveniência ilícita e estabelecer o pagamento de fiança para os crimes de lavagem de dinheiro". (Apensado: PL 5.191/09)
RELATOR: Deputado RAUL JUNGMANN.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.944/09 – do Sr. Eliene Lima – que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de fiscalização, pelo Corpo de Bombeiros, de casas de festas infantis e de empresas de locação de brinquedos".
RELATORA: Deputada JANETE ROCHA PIETÁ.

PROJETO DE LEI Nº 5.982/09 – do Sr. Jair Bolsonaro – que "Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências". (Apensado: PL 5.997/09)
RELATOR: Deputado RAUL JUNGMANN.

PROJETO DE LEI Nº 6.047/09 – do Sr. Major Fábio – que "Dispõe sobre a contratação de empresas que prestam serviços de brigadas de incêndio ou de socorristas em estabelecimentos de grande porte".
RELATOR: Deputado PAES DE LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.066/09 – do Sr. Paulo Piau – que "Autoriza a dedução do imposto de renda devido dos valores doados pelas pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Nacional Antidrogas".
RELATOR: Deputado MARCELO ITAGIBA.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: A Definir
HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência Pública:

(REQUERIMENTO Nº 313/09 da Deputada Elcione Barbalho)
Tema:
"Debater os Projetos de Lei nº 3.299/08 e nº 4.434/08, que tratam, respectivamente, do fator previdenciário e da recomposição de perdas havidas nos benefícios mantidos pela Previdência Social."
Convidados:
JOSÉ PIMENTEL
Ministro de Estado da Previdência Social
GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 21/10/2009)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.772/07 – do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta dispositivos aos artigos 27 e 33 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976".
RELATOR: Deputado DARCÍSIO PERONDI.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.201/09 – do Senado Federal – Extedito Júnior – (PLS 61/2009) – que "altera o art. 1.700 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para distinguir o débito do espólio do encargo pessoal de prestar alimentos". (Apensado: PL 1717/2007 (Apensados: PL 3099/2008 e PL 3922/2008))
RELATOR: Deputado DR. PAULO CÉSAR.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.093/07 – do Sr. Celso Russomanno – que "regulamenta a profissão de Controlador de Tráfego Aéreo e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.178/08 – do Sr. Léo Vivas – que "acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para fixar prazo de validade de apresentação de certificado de conclusão de curso para fins de contratação".
RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

PROJETO DE LEI Nº 4.430/08 – dos Srs. Tarcísio Zimmermann e Eudes Xavier – que "dispõe sobre a organização sindical, o custeio das entidades sindicais e a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, e altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o diálogo social, a negociação coletiva e as convenções e acordos coletivos de trabalho". (Apensados: PL 5193/2009, PL 5401/2009 (Apensados: PL 5684/2009 e PL 5996/2009) e PL 5622/2009)
RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.648/09 – do Sr. Vicentinho – que "acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imprevisibilidade da perícia".
RELATOR: Deputado PAULO ROCHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.763/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera o art. 147 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para suprimir a expressão "sem justa causa"".
RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.789/09 – do Sr. Rodovalho – que "altera a redação do art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a revelia em casos de não-comparecimento do reclamado à audiência".
RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.983/09 – do Sr. Roberto Alves – que "dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Modelo de Passarela".
RELATOR: Deputado MARCIO JUNQUEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.239/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a Internet como veículo de publicação".
RELATOR: Deputado ROBERTO SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.323/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera o art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar a atividade do intérprete de testemunha perante a Justiça do Trabalho".
RELATORA: Deputada MANUELA D'ÁVILA.

PROJETO DE LEI Nº 5.392/09 – da Sra. Aline Corrêa – que "acrescenta parágrafos ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prescrição do direito de ação relativa à equiparação salarial".
RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 5.423/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo que os juros de mora, nas condenações por danos morais, incidem a partir da data da ocorrência do dano".
RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 5.425/09 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de Cerimonialista e suas correlatas e dá outras providências".
RELATORA: Deputada MANUELA D'ÁVILA.

PROJETO DE LEI Nº 5.453/09 – do Sr. Edgar Moury – que "acrescenta o art. 789 – C à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943".
RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

PROJETO DE LEI Nº 5.554/09 – do Sr. Capitão Assumção – que "dispõe sobre a profissão do profissional de coaching (coach), e dá outras providências".
RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

PROJETO DE LEI Nº 5.601/09 – do Sr. Dagoberto – que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de Corretor de Veículos Automotores".
RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO.

PROJETO DE LEI Nº 5.802/09 – do Sr. Mauro Nazif – que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de autorizar a ausência ao serviço do empregado que for prestar concurso público".
RELATORA: Deputada MARIA HELENA.

PROJETO DE LEI Nº 5.920/09 – do Poder Executivo – que "dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior; a remuneração do Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de

Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006; a instituição de estrutura remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo; a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO.

PROJETO DE LEI Nº 5.930/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre arbitragem, para excluir as relações individuais de trabalho do âmbito de sua incidência".
RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 6.014/09 – do Sr. Dr. Talmir – que "altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir portadores do vírus HIV entre os beneficiários da reserva de vaga para reabilitados e pessoas com deficiência habilitadas".
RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

PROJETO DE LEI Nº 6.015/09 – do Sr. Clóvis Fecury – que "revogam-se os §§ 1º, 2º, 4º, 5º e 6º do art. 899 da Consolidação das Leis do trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o art. 7º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, o art. 13 da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, e o art. 40 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para extinguir a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas".
RELATOR: Deputado SABINO CASTELO BRANCO.

PROJETO DE LEI Nº 6.044/09 – do Sr. Maurício Trindade – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem".
RELATORA: Deputada MANUELA D'ÁVILA.

PROJETO DE LEI Nº 6.083/09 – do Sr. Luiz Couto – que "institui a obrigatoriedade de realização de ginástica laboral no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta".
RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.092/09 – do Sr. Roberto Rocha – que "autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul Maranhense, no Estado do Maranhão".
RELATOR: Deputado FERNANDO NASCIMENTO.

PROJETO DE LEI Nº 6.021/09 – do Sr. Marcos Montes – que "altera dispositivos contidos na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar a concessão de Bolsa Família à inscrição em programa de qualificação profissional complementar e instituir incentivo fiscal para as empresas que contratarem trabalhadores qualificados por esses programas".
RELATOR: Deputado SABINO CASTELO BRANCO.

PROJETO DE LEI Nº 6.027/09 – do Sr. Marcelo Itagiba – que "altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a fim de isentar de tarifa de pedágio os veículos automotores de duas rodas".
RELATOR: Deputado ROBERTO SANTIAGO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.414/09 – da Sra. Sueli Vidigal – que "regulamenta o prazo para julgamentos dos processos de irregularidades junto ao Tribunal de Contas da União – TCU".
RELATOR: Deputado GLADSON CAMELI.

PROJETO DE LEI Nº 5.609/09 – do Sr. Marcelo Teixeira – que "altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para estabelecer novo prazo para os órgãos público federais formalizarem a retirada da inadiplência dos Municipios que apresentarem a documentação necessária ao retorno á condição de adimplentes".
RELATOR: Deputado SABINO CASTELO BRANCO.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 20-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.700/04 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "dispõe sobre a instituição no Brasil, do conceito de férias partilhadas na forma que específica e dá outras providências".
RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.

PROJETO DE LEI Nº 6.000/09 – do Sr. Pedro Novais – que "dispõe sobre medidas destinadas a melhorar as condições de turismo no território nacional".
RELATOR: Deputado ALBANO FRANCO.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.924/05 – do Sr. Chico Alencar – que "dispõe sobre a gratuidade no transporte coletivo intermunicipal e interestadual para os jovens que devam comparecer às atividades referentes à seleção para o serviço militar obrigatório".
RELATOR: Deputado CHICO DA PRINCESA.

PROJETO DE LEI Nº 6.121/09 – do Sr. Vander Loubet – que "denomina "Trevo Rodoviário Laert Barbosa da Silveira" o trevo localizado na BR-158 que acessa a cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul".
RELATOR: Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 6.131/09 – do Sr. Gilmar Machado – que "denomina "Viaduto Homero Santos" o viaduto de duas passagens superiores, sendo uma na Av. Europa e outra na Rua Londres, ligando os bairros Tibery e Custódio Pereira da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado AELTON FREITAS.

PROJETO DE LEI Nº 6.133/09 – do Sr. Rafael Guerra – que "denomina Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a ponte sobre o rio Grande, que liga, na BR-146, as cidades de Passos e São João Batista do Glória, em Minas Gerais".
RELATOR: Deputado AELTON FREITAS.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.855/09 – do Sr. Carlos Sampaio – que "cria a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e dá outras providências".
RELATOR: Deputado AELTON FREITAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.866/09 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 para incluir o curso da atual PR – 153 entre as BR 487 e 476 ligando os municípios de Imbituva e Paulo de Frontin e entre Ibaiti e Ventania".
RELATOR: Deputado MARCELO ALMEIDA.

PROJETO DE LEI Nº 5.868/09 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 para incluir o curso da atual PR – 487 entre as BR 487 e 376 ligando os municípios de Iretama e Reserva".
RELATOR: Deputado AIRTON ROVEDA.

PROJETO DE LEI Nº 5.980/09 – do Sr. Geraldo Simões – que "dispõe sobre a prorrogação de contrato de arrendamento de área ou instalação portuária firmado antes da entrada em vigor da Lei nº 8.630, de 1993".
RELATOR: Deputado CARLOS ZARATTINI.

PROJETO DE LEI Nº 6.022/09 – do Sr. Edinho Bez – que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica"
RELATOR: Deputado DÉCIO LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 6.051/09 – do Sr. Gilmar Machado – que "denomina "Viaduto Renato de Freitas" o viaduto localizado no KM 629 da BR-365, ligando os bairros Martins e Roosevelt da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado LÁZARO BOTELHO.

PROJETO DE LEI Nº 6.093/09 – do Sr. Rodrigo Rocha Loures – que "denomina "Rodovia Flávio Ettore Giovine" o trecho da BR-376 que liga Paranavaí a Nova Londrina no Paraná".
RELATOR: Deputado AIRTON ROVEDA.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR, ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2008, A APLICAÇÃO DAS SEGUINTES LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 16
HORÁRIO: 14h30min
Discussão e Votação do Relatório Final oferecido pelo Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 052, DE 2003, DO SR. RIBAMAR ALVES, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 18 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECENDO QUE NA CRIAÇÃO, FUSÃO OU DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS

DEVERÃO SER PRESERVADOS A CONTINUIDADE E A UNIDADE HISTÓRICO-CULTURAL DO AMBIENTE URBANO

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 03
HORÁRIO: 15h
Discussão e Votação do Parecer do Relator.

A – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52/03 – do Sr. Dr. Ribamar Alves – que "dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal".
RELATOR: Deputado ZEQUINHA MARINHO.
PARECER: no mérito, pela aprovação.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 324, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 103-B, PARA MODIFICAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA " (ESTABELECE QUE A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SERÁ EXERCIDA PELO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; ACABA COM O LIMITE DE IDADE PARA OS MEMBROS DO CONSELHO)

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 06
HORÁRIO: 15h
Elaboração da Redação para o 2º Turno de Discussão da PEC 324-B/2009.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391-A, DE 2009, DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS, QUE "ALTERA O ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTABELECER PLANO DE CARREIRA E PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E O AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS"

AVISO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 29-10-09

Proposta de Emenda à Constituição
(Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391/09 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que "altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer plano de carreira e piso salarial profissional nacional para o agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemias".

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 422-A, DE 2005, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ARTIGO 125 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", CRIANDO VARAS ESPECIALIZADAS PARA JULGAR AÇÕES CONTRA ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 09
HORÁRIO: 14h
Eleição dos Vice-Presidentes e deliberação de Requerimentos.

AVISO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-10-09

Proposta de Emenda à Constituição
(Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 422/05 – do Sr. Luiz Couto e outros – que "acrescenta parágrafo ao art. 125 da Constituição Federal".

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A, DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998". (INCLUI OS EMPREGADOS DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA, CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 06
HORÁRIO: 14h30min

Discussão e votação do Parecer do Relator, Deputado Luciano Castro.

A – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488/05 – da Sra. Maria Helena e outros – que "dá nova redação ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998".
RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.
PARECER: a proferir.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1876, DE 1999, DO SR. SÉRGIO CARVALHO, QUE "DISPÕE SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (REVOGA A LEI N. 4.771, DE 1965 – CÓDIGO FLORESTAL; ALTERA A LEI Nº 9.605, DE 1998)

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 12
HORÁRIO: 14h
Deliberação dos seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1/09 Do Sr. Luis Carlos Heinze – que "requer a realização de reunião de audiência pública para debater as mudanças climáticas, com os seguintes convidados: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, doutor em física pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts/EUA e ex-reitor da Universidade de Brasília, EDUARDO ASSAD, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Informática Agropecuária de Campinas/SP, ANTÔNIO DIVINO MOURA, diretor do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, e EUGÊNIO HACKBART, meteorologista e Diretor-Geral da MetSul Meteorologia de São Leopoldo/RS".

REQUERIMENTO Nº 2/09 Do Sr. Luis Carlos Heinze – que "requer a realização de reunião de audiência pública para debater a cobrança pelos serviços ambientais, com os convidados: Francisco de Assis Costa, professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará; Jan Börner, mestre pela Universidade Humboldt de Berlim e pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental de Belém/PA; Sílvia Helena G. de Miranda, professora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz – Esalq – e pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Cepea; Maria Cecília Wey Brito – secretária de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente; Eduardo Frickmann Young, doutor em políticas públicas e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Humberto Ditt, diretor-executivo do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE); e o engenheiro agrônomo Ivo Melo, presidente da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha".

REQUERIMENTO Nº 3/09 Do Sr. Rodrigo Rollemberg – que "solicita seja convidado o Sr Eduardo Delgado Assad – pesquisador da EMBRAPA a comparecer a esta Comissão para participar de audiência pública".

REQUERIMENTO Nº 4/09 Do Sr. Nilson Pinto – que "solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Paulo Nogueira Neto, professor titular de ecologia aposentado da Universidade de São Paulo e ex-Secretário Especial de Meio Ambiente do antigo Ministério do Interior e do Ministério do Meio Ambiente e Habitação".

REQUERIMENTO Nº 5/09 Do Sr. Nilson Pinto – que "solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Fábio José Feldmann, ex-Deputado Federal Constituinte".

REQUERIMENTO Nº 6/09 Do Sr. Nilson Pinto – que "solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Adalberto Veríssimo, ex-consultor do Banco Mundial, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON e autor de inúmeros livros e estudos sobre a Amazônia".

REQUERIMENTO Nº 7/09 Do Sr. Nilson Pinto – que "solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Eduardo de Souza Martins, ex-Presidente do IBAMA".

REQUERIMENTO Nº 8/09 Do Sr. Nilson Pinto – que "solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Gustavo Krause".

REQUERIMENTO Nº 9/09 Do Sr. Nilson Pinto – que "solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Dr. Antonio Hermann Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça".

REQUERIMENTO Nº 10/09 Do Sr. Edson Duarte – (PL 1876/1999) – que "requer a realização de audiência pública para debater o tema: Zoneamento Ecológico-econômico como Instrumento para a Solução dos Passivos Ambientais na Amazônia, convidando-se os Srs. Secretários de Meio Ambiente dos Estados do Acre, Rondônia, Pará e representantes do Instituto ETHOS e do Greenpeace".

REQUERIMENTO Nº 11/09 Do Sr. Edson Duarte – (PL 1876/1999) – que "requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: Metas de Redução do Desmatamento na Amazônia no PNMC e o Código Florestal, convidando-se os Srs. André Lima, do IPAM,

Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso".

REQUERIMENTO Nº 12/09 Do Sr. Edson Duarte – (PL 1876/1999) – que "requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: Cadastro Ambiental Rural e a Valorização da Produção Agropecuária Brasileira, convidando-se o Secretário de Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, representantes da Aliança da Terra – Cadastro de Compromisso Socioambiental do Xingu, do IFC/Banco Mundial, e a Sra. Ana Cristina Barro, da TNC".

REQUERIMENTO Nº 13/09 Do Sr. Edson Duarte – (PL 1876/1999) – que "requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: Pactos Setoriais Rurais pelo Desmatamento Zero e a Agricultura Sustentável, convidando-se representantes da ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, do JBS Frigorífico e do Instituto ETHOS, e o Sr. Paulo Adário, do Greenpeace".

REQUERIMENTO Nº 14/09 Do Sr. Edson Duarte – (PL 1876/1999) – que "requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: Leis de Proteção Ambiental – Eficácia e Ameaças, convidando-se os Srs. Antônio Herman Benjamim, Ministro do STJ, Deputado Federal Flávio Dino, do PCdoB/MA, e Guilherme José Purvin de Figueiredo, Presidente do IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública".

REQUERIMENTO Nº 15/09 Do Sr. Edson Duarte – (PL 1876/1999) – que "requer a realização de audiência pública para debater o tema: Impactos sobre a agricultura ecológica, com os Srs. representantes da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, da ASA – Articulação do Semiárido, e da Via Campesina Brasil".

REQUERIMENTO Nº 16/09 Do Sr. Edson Duarte – (PL 1876/1999) – que "requer audiências públicas externas desta Comissão em localidades instaladas nos principais biomas brasileiros: Caatinga, Amazônia, Cerrado, Pampa gaúcho, Pantanal e Mata Atlântica".

REQUERIMENTO Nº 17/09 Do Sr. Homero Pereira – que "solicita realização de Audiência Pública com o Sr. Gustavo Ribas Cursio, para discorrer sobre a Proposta de Legislação Brasileira sobre Áreas de Preservação Permanentes, e o Sr. Evaristo Miranda, para discorrer sobre o alcance territorial da Legislação Ambiental e seus impactos sobre a agropecuária brasileira".

REQUERIMENTO Nº 18/09 Do Sr. Homero Pereira – que "solicita realização de Audiência Pública para debater o tema: Visão e diagnóstico sobre a legislação ambiental vigente e proposições com os Srs. Ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente, Reinhold Stephanes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário e o Sr. Governador Blairo Borges Maggi, do Estado de Mato Grosso".

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2502, DE 2007, DO SR. EDUARDO VALVERDE, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.478, DE 06 DE AGOSTO DE 1997,QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO"

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 04
HORÁRIO: 12h

A – Audiência Pública:

Audiência pública destinada a debater as proposições legislativas sob exame da Comissão Especial e, em particular, o PROJETO DE LEI Nº 5.938/09, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências", com o seguinte convidado:
Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5417, DE 2009, DO SR. PEDRO EUGÊNIO, QUE "CRIA O FUNDO SOBERANO SOCIAL DO BRASIL – FSSB E DISPÕE SOBRE SUA ESTRUTURA, FONTES DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 05
HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência Pública:
Convidados:

NÉLSON BARBOSA, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, representante do Ministro da Fazenda, Guido Mantega (REQ. 2 e 4);

SERGIO WULFF GOBETTI, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do IPEA, representando o diretor, João Sicsú (REQ. 1);
CLÁUDIO ADILSON GONÇALEZ, presidente da MCM Consultores Associados (REQ. 11);
MAILSON DA NÓBREGA, ex-Ministro da Fazenda e Consultor da empresa Tendência Consultoria (REQ. 11)
Tema: Impacto do Fundo Social em relação aos aspectos fiscais e financeiros.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694, DE 1995, QUE "INSTITUI AS DIRETRIZES NACIONAIS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AVISO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-10-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 694/95 – do Sr. Alberto Goldman – que "institui as Diretrizes Nacionais do Transporte Coletivo Urbano e dá outras providências". (Apensados: PL 1974/1996, PL 2234/1999 e PL 1687/2007)
RELATORA: Deputada ANGELA AMIN.

III – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Local: Plenário 2, Anexo II
Horário: 14h30

PAUTA

A – Relatórios

PROJETO DE LEI Nº 09/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 4.987.500.000,00 (quatro bilhões, novecentos e oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ASSIS DO COUTO.
Foi apresentada 1 emenda.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 28/2009-CN, que "abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito especial no valor de R$ 78.800.615,00 (setenta e oito milhões, oitocentos mil e seiscentos e quinze reais), para os fins que especifica".
RELATOR: Deputado JOÃO DADO.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 34/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R$ 88.470.000,00 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e setenta mil reais) para os fins que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado OSMAR JÚNIOR.
Foram apresentadas 69 emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nº 1 a 10, 14, 16 a 18, 24, 42, 43, 50 a 54 e 66 a 69 e pela rejeição das demais.

PROJETO DE LEI Nº 35/2009-CN, que "abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor do Banco da Amazônia S.A. – BASA, da Caixa Econômica Federal – CAIXA, do Banco Nossa Caixa S.A. – BCN e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, crédito especial no valor total de R$ 256.205.237,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e cinco mil e duzentos e trinta e sete reais) para os fins que especifica".
RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.
Foram apresentadas 3 emendas.
Voto: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 37/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R$ 250.945.886,00 (duzentos e cinquenta milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
RELATOR: Deputado NÁRCIO RODRIGUES.
Foram apresentadas 86 emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto, com indicação pela Inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 3, 5, 7, 8, 10, 12, 15, 26, 31 a 36, 38, 40 a 51, 56 a 58, 61, 73 e 84 a 86 e pela rejeição das demais.

AVISO Nº 28/2009-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1330/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, atinentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de implantação do Perímetro

Irrigado de Rio Bálsamo, em Palmeiras dos Índios, no Estado de Alagoas. (TC 017.176/2007-7)".
RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Pela incluisão no Anexo VI da Lei nº 11.897/08 (LOA 2009), com base no art. 96 da Lei nº 11.768/2008 (LDO/2009), do subtítulo 20.607.0379.1666.0101 – Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Balsamo – 1ª Etapa – com 700 ha no Estado de Alagoas – no município de Palmeira dos Índios – AL, na forma do Projeto de Decreto Legislativo anexo.

PROJETO DE LEI Nº 31/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 277.207.100,00 (duzentos e setenta e sete milhões, duzentos e sete mil e cem reais), para os fins que especifica".
RELATOR: Deputado ANTÔNIO ANDRADE.
Foram apresentadas 70 emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado, com aprovação das emendas de nº 34 e 35; com aprovação parcial das emendas de nº 3, 4, 5, 9, 12, 23, 25, 27, 30, 31, 32, 36, 38, 39, 41, 46, 51, 57, 64, 69 e 70; com indicação pela Inadmissibilidade das emendas de nºs 1, 2, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 40, 49, 50, 54, 60 e 61 e pela rejeição das demais.

PROJETO DE LEI Nº 36/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R$ 23.900.000,00 (vinte e três milhões e novecentos mil reais), para os fins que especifica"
RELATOR: Deputado JILMAR TATTO.
Foram apresentadas 69 emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto, com indicação pela Inadmissibilidade das emendas nºs 17, 21 , 47 a 60 e 67 e pela rejeição das demais.

PROJETO DE LEI Nº 41/2009-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.
Foram apresentadas 16 emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto, com indicação pela Inadmissibilidade da emenda de nº 13 e rejeição das demais.

PROJETO DE LEI Nº 47/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 5.468.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
RELATOR: Deputado NELSON MEURER.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 51/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, credito especial no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 53/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R$ 23.400.000,00 (vinte e três milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado HUMBERTO SOUTO.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 54/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado OTÁVIO LEITE.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 56/2009-CN, que"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LAUREZ MOREIRA.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 60/2009-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor global de R$ 2.698.867,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado BRUNO RODRIGUES.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 15/2009-CN, que "altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JILMAR TATTO.

Não foram apresentadas emendas.

VOTO: Pela Prejudicialidade do Projeto, tendo em vista as disposições do PROJETO DE LEI Nº 63/2009-CN.

PROJETO DE LEI Nº 32/2009-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 266.702.400,00 (duzentos e sessenta e seis milhões, setecentos e dois mil e quatrocentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
RELATOR: Deputado JERÔNIMO REIS
Foram apresentadas 85 emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com aprovação das emendas nºs 72, 82, 83, 84 e 85; com aprovação parcial das emendas nºs 7, 8,12, 14, 18, 29, 30, 34, 35, 38, 44, 63, 64, 65, 70, 71, 74 e 80; com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1, 2, 3, 4, 10, 13, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 73, 75, 76, 77, 78 e 79 e pela rejeição das demais.

PROJETO DE LEI Nº 57/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 6.050.000,00 (seis milhões e cinquenta mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MÁRCIO FRANÇA.
Foi apresentada 1 emenda.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto.

OFÍCIO Nº 30/2009-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente aos dois primeiros trimestres de 2009".
RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO.
VOTO: Pela solicitação de informações ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sobrestando a apreciação da matéria até o atendimento da solicitação.

PROJETO DE LEI Nº 40/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal, da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 16.301.300,00 (dezesseis milhões, trezentos e um mil e trezentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente".
RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.
Foram apresentadas 2 emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto, com indicação pela Inadmissibilidade das emendas apresentadas.

PROJETO DE LEI Nº 52/2009-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO.
Foram apresentadas 29 emendas.
VOTO: Favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 13, 19 e 20 e pela rejeição das demais.

AVISO Nº 34/2009-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1571/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, sobre o levantamento de auditoria realizado na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – MD, que teve por objeto as obras de Construção do novo Aeroporto Internacional de Macapá, no Estado do Amapá (TC 006.349/2009-9)".
RELATOR: Deputado JILMAR TATTO.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Pela EXCLUSÃO do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), com fulcro no Art. 96 da Lei Nº 11.768/08 (LDO/2009), O SUBTÍTULO 26.781.0631.1f53.0016 – Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá – no Estado do Amapá, (Unidade Orçamentária: 50212 – Infraero), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo anexo.
MENSAGEM Nº 93/2009-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2009".
RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA.
VOTO: Pelo arquivamento da Matéria.
OFÍCIO/CONORF/ADM/141/2009, de 6 de outubro, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que sugere a seguinte proposta de retificação: "Anula-se a retificação publicada no Diário Oficial da União nº 163, de 26-08-2009, Seção 1, página 2, pela constatação de ausência de erro material na Lei nº 11.897, de 30/12/2008 (Lei Orçamentária anual que " estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2009"), conforme solicitação exarada na Mensagem nº 166-CN, de 11/08/2009". (referente a Errata à Lei Orçamentária para 2009, aprovada pela CMO , sobre a emenda nº 24750012, de autoria do Deputado Ciro Pedrosa.)

PROJETO DE LEI Nº 38/2009-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 597.937.321,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte um reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
RELATOR: Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO.
Foram apresentadas 2 emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 42/2009-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 20.300.000,00 (vinte milhões e trezentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.
RELATOR: Deputado ZÉ GERARDO.
Foram apresentadas 21 emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 43/2009-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 69.646.000,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil reais), para reforço de dotações constates da Lei Orçamentária Vigente.
RELATORA: Deputada GORETTE PEREIRA.
Foram apresentadas 46 emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 31, 32, 33, 37, 40 e 41 e rejeição das demais.

PROJETO DE LEI Nº 45/2009-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 921.468.538,00 (novecentos e vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
RELATORA: Deputada ROSE DE FREITAS.
Foram apresentadas 48 emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de Relator, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 25 e rejeição das demais.

PROJETO DE LEI Nº 58 /2009-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 13.570.912,00 (treze milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e doze reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.
RELATOR: Deputado ANTÔNIO ANDRADE.
Foram apresentadas 34 emendas.
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2 a 11 e 13 a 34 e rejeição das demais.

AVISO Nº 35/2009-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1628/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, atinentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de restauração da Rodovia BR-174, que interliga as cidades de Manaus/AM e Boa Vista/RR à Venezuela. (TC 017.267/2007-3)".
RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Pela Exclusão do Anexo VI da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), no programa de trabalho 26.782.0220.2834.0014, relativo a obras rodoviárias de Restauração de Rodovias Federais no Estado de Roraima, as irregularidades relativas aos contratos 060/2006, 061/2006 e ao conjunto global da obra e manutenção da menção à irregularidade atualmente constante relativamente ao Contrato 063/2006, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo anexo.

AVISO Nº 37/1999-SF, que "encaminha ao Senado Federal, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na sessão extraordinária-reservada do plenário de 03 de novembro de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam (TC nº 928.510/98-0)".
RELATOR: Senador OSVALDO SOBRINHO.
VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria, e propõe seja dada ciência às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

B – Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 13/2009-CMO, do Sr. Claudio Cajado, que "solicita o comparecimento do Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, Sr. Ubiratan Aguiar, para prestar esclarecimentos e informações acerca das irregularidades constatadas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)".

REQUERIMENTO Nº 14/2009-CMO, do Sr. Eduardo Valverde, que "Requer que seja convidado o Presidente do Tribunal de Contas da União para falar sobre as auditorias nas obras do PAC". (Ministro Ubiratan Aguiar).

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 DIAS ÚTEIS)

Decurso: 4º dia
Último Dia: 21-10-2009

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, referente ao AVISO Nº 38/2009-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1781/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, atinentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais (TC 007.299/2009-0)."
RELATORA: Deputada ROSE DE FREITAS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (15 DIAS)

Decurso: 12º dia
Último Dia: 21-10-2009

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, referente às Contas do Governo da República relativas ao exercício de 2008".
RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, referente à Mensagem nº 33/2006-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Prestação de Contas do Governo Federal, referente ao exercício de 2005."
RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO

IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 19-10-2009:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
PROJETO DE LEI Nº 121/1999
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 416/2009

Comissão de Defesa do Consumidor:
PROJETO DE LEI Nº 6.161/2009

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:
PROJETO DE LEI Nº 6.170/2009
PROJETO DE LEI Nº 6.174/2009
PROJETO DE LEI Nº 6.194/2009

Comissão de Desenvolvimento Urbano:
PROJETO DE LEI Nº 6.166/2009

Comissão de Finanças e Tributação:
PROJETO DE LEI Nº 6.213/2009

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:
PROJETO DE LEI Nº 121/1999

Comissão de Seguridade Social e Família:
PROJETO DE LEI Nº 121/1999

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
PROJETO DE LEI Nº 6.164/2009
PROJETO DE LEI Nº 6.179/2009

Comissão de Viação e Transportes:
PROJETO DE LEI Nº 6.159/2009
PROJETO DE LEI Nº 6.184/2009
PROJETO DE LEI Nº 6.202/2009

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PROJETO DE LEI Nº 1876, de 1999, do Sr. Sérgio Carvalho, que "dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências" (revoga a Lei n. 4.771, de 1965 – Código Florestal; altera a Lei nº 9.605, de 1998):

PROJETO DE LEI Nº 6.227/2009

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 23 minutos.)

PARECERES

PROJETO DE LEI Nº 2.295-A, DE 2000
(Do Senado Federal)
PLS Nº 161/1999
OFÍCIO (SF) Nº 1.443/1999

Dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição deste e dos de nºs 969/1999 e 2.169/1999, apensados (relator Deputado Pedro Henry); da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste e pela rejeição dos de nºs 969/1999, 2.169/1999, 794/2007, 1891/2007 e 2392/2007, apensados (relator: Deputados Arnaldo Faria de Sá); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária deste e pela inadequação financeira e orçamentária dos de n°s 969/1999, 2169/1999, 794/2007, 1891/2007 e 2392/2007, apensados (relator: Deputado Ilderlei Cordeiro);

e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos de n°s 969/1999, 2169/1999, 794/2007, 1.891/2007 e 2.392/2007, apensados (relator: Deputado Colbert Martins).

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Art. 54 do RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Publicação dos Pareceres das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Parecer Vencedor

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, do Senado Federal, pretende estabelecer em 6 horas diárias e 30 horas semanais a duração da jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras.

À proposição foram apensados dois projetos. O PL nº 969, de 1999, de autoria do Deputado Marcos de Jesus, visa estabelecer uma jornada de trabalho para os referidos profissionais de 30 horas semanais e 120 horas mensais.

O PL nº 2.169, de 1999, de autoria do Deputado Fernando Coruja, tem redação idêntica ao projeto do Senado Federal.

Na reunião do dia 12 de dezembro de 2001, esta Comissão rejeitou o parecer favorável, do relator, Deputado Jair Meneguelli, ao projeto e o apensado PL n° 2.169, de 1999, de idêntico teor, e contrário ao PL n° 969, de 1999, consequentemente pela prejudicialidade do PL nº 2.169, de 1999.

Nessa oportunidade, foi-nos atribuída a incumbência de redigir parecer vencedor, passando a manifestação do relator a constituir voto em separado.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Apesar de bem intencionadas as propostas do Senado Federal dos Deputados Marcos de Jesus e Fernando Coruja de estabelecer a duração da jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, entendemos que tal orientação não deve ser determinada por categoria.

A jornada de trabalho vem sendo tema de vários projetos de lei no Congresso Nacional com a finalidade de reduzi-la tanto para determinadas categorias quanto para a totalidade dos trabalhadores, visando obter melhores condições de trabalho e combater o desemprego.

A novo ver, a redução genérica da jornada de trabalho seria uma matéria mais oportuna a ser debatida no Parlamento, na medida em que as categorias profissionais, hoje, podem reivindicar tal possibilidade por meio dos instrumentos coletivos de trabalho, conforme a especificidade da prestação de serviços de cada uma.

Outrossim, os trabalhadores dos estabelecimentos de saúde laboram por meio de escalas alternadas, com horários especiais de plantões. Nesse ponto, a Constituição Federal estabelece, no inciso XIV, jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Ademais, mesmo que fosse aprovada uma jornada de seis horas, certamente, os referidos profissionais, fariam outras 4 ou 6 horas em outros estabelecimentos como maneira de complementação de renda, o que de forma nenhuma contribuiria para a melhoria das condições de trabalho, notadamente com relação ao aumento das horas destinadas ao descanso.

Nesse ponto, bem argumenta o Deputado Jovair Arantes, no seu pedido de vista ao projeto: "Entretanto queremos chamar atenção para o fato de que esses trabalhadores, em muitos casos, não têm jornada de 8 horas diárias, mas laboram em regime de escalas de revezamento previamente estipuladas tanto pelo costume quanto por acordo e convenções coletivas de trabalho em jornada especial de 12 horas trabalhadas por 36 de descanso, assegurando-se, folgas mensais, ou o pagamento de horas extras correspondentes. Com seus horários previamente estabelecidos, os Enfermeiros se programam para o descanso e, com o tempo, têm seu organismo adaptado às condições de trabalho. Os tribunais têm decidido que os turnos de 12 X 36 horas são perfeitamente legais desde que obedeçam ao limite de 44 horas semanais previsto na Constituição Federal."

Essas são as razões pelas quais somos pela rejeição dos Projetos de Lei n° 2.295, de 2000, e dos apensados Projetos de Lei n°s 969 e 2.169, ambos de 1999.

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 2001. – Deputado **Pedro Henry,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, pela rejeição do Projeto de Lei n° 2.295/00, e dos Projetos

de Lei n°s 969/99 e 2.169/99, apensados, contra o voto do Deputado Jair Meneguelli, nos termos do Parecer vencedor do relator, Deputado Pedro Henry.

O parecer do Deputado Pedro Henry passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Rodrigo Maia, Presidente; Jair Meneguelli e José Múcio Monteiro, Vice-Presidentes; Antônio Carlos Konder Reis, Avenzoar Arruda, Freire Júnior, João Tota, Jovair Arantes, Luiz Antonio Fleury, Medeiros, Pedro Celso, Pedro Henry, Professor Luizinho, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin, Vivaldo Barbosa e Wilson Braga, Titulares; Arnaldo Faria de Sá, Coriolano Sales, Euripedes Miranda, Expedito Júnior, Jair Bolsonaro e José Carlos Elias, Suplentes.

Sala da Comissão, 20 de março de 2002. – Deputado **Rodrigo Maia,** Presidente.

Voto em Separado do Deputado Jair Meneguelli

I – Relatório

O Projeto de Lei n° 2.295, de 2000, do Senado Federal, visa fixar a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, a qual não excederá a seis horas diárias e 30 horas semanais.

Em sua justificação, o Autor alega que tal medida tem o objetivo de equiparar a duração da jornada de trabalho destes profissionais a dos médicos, tendo em vista que ambos estão sujeitos a condições de trabalho semelhantes. Com a aprovação do projeto, não somente serão beneficiados os Enfermeiros, Técnicos, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, mas, também, a sociedade, na medida em que proporcionará melhoria na qualidade de seus serviços.

Ao projeto, foram apensadas as seguintes proposições:

- PL n° 969, de 1999, de autoria do Deputado Marcos de Jesus, que Altera a Lei n° 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem. O projeto estabelece para esses profissionais uma jornada de 30 horas semanais e 120 mensais;
- PL n° 2.169, de 1999, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que Dispõe sobre a jornada de trabalho de enfermeiros técnicos e auxiliares de enfermagem. A proposição determina que a referida jornada de trabalhado não excederá a seis horas diárias e a trinta horas semanais.

É o relatório.

II – Voto

Vêm em boa hora as iniciativas do Senado Federal e dos nobres Deputados Marcos de Jesus e Fernando Coruja, cujos projetos fixam a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares em Enfermagem e Parteiras, haja vista o alto grau de sofrimento físico e psíquico a que estão sujeitos esses profissionais no exercício de sua atividade laboral.

Os profissionais de Enfermagem estão em contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, caracterizando atividade insalubre em grau máximo. Além disso, têm seu condicionamento psicológico alterado com a angústia, aflição e amargura dos pacientes e com o excesso da jornada de trabalho que chega, às vezes, a 12 horas ininterruptas.

Para resolver esse problema, a moderna teoria referente à prevenção dos riscos do trabalho recomenda a redução da carga horária, estabelecendo períodos maiores de descanso, a fim de compensar esses desgastes.

Hoje, os estabelecimentos de saúde adotam a prática de escala de revezamento, compensando o excesso de trabalho de um dia com a folga em outro ou remunerando as horas extras. Esse sistema, no entanto, causa um cansaço excessivo no profissional que tende a cometer erros banais no exercício de sua atividade, prejudicando tanto a si mesmo quanto à sua clientela. Isso só tem a contribuir para o aumento dos gastos públicos com benefícios previdenciários (auxílio-doença), além de outros danos incalculáveis, como a invalidez do trabalhador.

O projeto de lei principal e o apensado PL n° 2.169, de 1999, têm redações idênticas, fixando em 6 horas diárias e 30 horas semanais a jornada dos profissionais de enfermagem e das parteiras. Já o outro apensado, PL n° 969, de 1999, fixa essa jornada em 30 horas semanais e 120 mensais. Entendemos que a fixação diária é mais adequada na medida em que se evita o abuso na elaboração das escalas dos hospitais, clínicas e laboratórios, possibilitando que a jornada seja estabelecida em turnos ininterruptos de revezamento.

Ante o exposto, nosso voto, no mérito, é pela aprovação do Projeto de Lei n° 2.295, de 2000 e do Projeto de Lei n° 2.169, de 1999, apensado, de idêntico teor e pela rejeição do Projeto de Lei n° 969, de 1999. Propomos que, em consequência, seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei n° 2.169, de 1999, caso esta comissão conclua pela aprovação de nosso parecer.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2000. – Deputado **Jair Meneguelli.**

Voto do Deputado Jovair Arantes (Vista)

O Projeto de Lei n° 2.295, de 2000, do Senado Federal, determina que a duração normal da jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras não excederá a 6 horas diárias e a 30 horas semanais.

Ao projeto foram apensadas duas proposições: o PL n° 969, de 1999, de autoria do Deputado Marcos de Jesus estabelecendo a jornada para esses profissionais de 30 horas semanais e 120 horas mensais e o PL n° 2.169, de 1999, do Deputado Fernando Coruja, com redação idêntica ao projeto principal.

Nesta Comissão, foi designado relator da matéria o Deputado Jair Meneguelli que apresentou parecer pela aprovação dos PL nºs 2.295, de 2000 e 2.169, de 1999 e pela rejeição do PL nº 969, de 1999, sendo proposta a prejudicialidade do PL nº 2.169/99 caso seja aprovado o parecer em seu voto, o relator alega que as proposições merecem aprovação pois entende ser alto o grau de sofrimento físico e psíquico a que estão sujeitos esses profissionais no exercício de sua atividade laboral.

Sabemos quão árduo é o trabalho dos profissionais de saúde, porém queremos chamar atenção para o fato de que a eventual redução da jornada de trabalho traria impactos negativos tanto sob o ponto de vista do aumento considerável do custo operacional para o setor de saúde, quanto para o reduzido e, em alguns casos, nulo benefício para a saúde, higiene e segurança dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras.

O moderno Direito do Trabalho e a política governamental são no sentido de que vantagens específicas a determinada categoria, seja quanto às condições de trabalho, seja em relação à possibilidade de abertura de postos de trabalho, colocam-se no extenso rol dos objetivos da negociação coletiva, hoje reconhecida, protegida e incentivada pela Constituição Federal, trazendo equilíbrio para as relações capital/trabalho, conforme a capacidade econômica de cada setor de atividade.

Assim, ao analisarmos a presente proposição, temos a considerar os seguintes aspectos:

1. o elevado custo financeiro que a redução da jornada de trabalho acarretará aos estabelecimentos de serviços de saúde empregadores desses profissionais, públicos ou privados, lucrativos ou não. Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, em 1997, existiam 1.438.718 empregados na área, com ou sem qualificação. A redução da jornada diária de oito para seis horas acarretará num aumento de trabalhadores na ordem de 33%, ou cerca 340.000 novos profissionais qualificados. Considerando um salário médio de R$ 460,00, acrescidos de encargos sociais de 103,7% (estimados pela Fundação Getúlio Vargas), esse valor chegaria a R$920,00, correspondendo a um custo adicional de R$312.000.000,00, sem contar demais adicionais (trabalho noturno, horas extras etc.), podendo esse montante chegar a cerca de R$450.000.000,00.

Outrossim, devemos considerar que a redução da carga horária poderá desencadear um fato inusitado: a falta de profissionais qualificados no mercado de trabalho, ou seja, o projeto sugere a criação de vagas para um trabalhador inexistente. O Ministério da Saúde, em levantamento recente, identificou cerca de 380 mil trabalhadores sem qualquer qualificação, os atendentes de enfermagem, que não são reconhecidos como profissionais de saúde. Caso fosse reduzida a jornada de trabalho, haveria necessidade de um acréscimo de 33% profissionais, o que inviabilizaria o setor de saúde.

2. a controvertida teoria de que a redução, hoje da carga de trabalho seria um fator de diminuição dos riscos de acidentes, sendo mais uma norma de saúde, segurança e higiene do trabalho. Entretanto queremos chamar atenção para o fato de que esses trabalhadores, em muitos casos, não têm jornada de 8 horas diárias, mas laboram em regime de escalas de revezamento previamente estipuladas tanto pelo costume quanto por acordo e convenções coletivas de trabalho em jornada especial de 12 horas trabalhadas por 36 de descanso, assegurando-se, folgas mensais, ou o pagamento de horas extras correspondentes. Com seus horários previamente estabelecidos, os enfermeiros se programam para o descanso e, com o tempo, têm seu organismo adaptado às condições de trabalho. Os tribunais têm decidido que os turnos de 12 X 36 horas são perfeitamente legais desde que obedeçam ao limite de 44 horas semanais previsto na Constituição Federal.

Todavia, se não houver escala, os profissionais que exercerem suas atividades em turnos ininterruptos de revezamento – um dia à noite, outro à tarde e depois pela manhã – têm o direito constitucional de laborarem apenas 6 horas, salvo negociação coletiva.

Acontece que os Enfermeiros e afins, na prática, – em vista de salários baixos – intercalam outros empregos em suas folgas, sobrecarregando-se de atividades que comprometem sua saúde e o serviço prestado. O mesmo acontece com os médicos. Caso fosse aprovado o regime de 6 horas diárias, tais profissionais certamente fariam mais seis horas em outro estabelecimento.

Essas são as razões pelas quais somos pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 2.295, de 2000; 969, de 1999 e 2.169, de 1999.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2001. – Deputado **Jovair Arantes.**

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

I – Relatório

O projeto sob análise veio do Senado Federal há mais de seis anos. Ele propõe o disciplinamento da jornada de trabalho dos profissionais de Enfermagem, limitando sua duração a seis horas diárias e trinta horas semanais. Para isso, propõe alteração da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, e dá outras providências".

A redução proposta acompanha o tratamento especial que diversas categorias obtiveram, em virtude das peculiaridades do exercício de seu trabalho. No caso dos profissionais da Enfermagem, que têm rotinas extremamente desgastantes, seria evidente o benefício da implementação desta medida.

Ao projeto principal foram apensadas outras proposições, quais sejam:

• PL nº 969, de 1999, do Deputado Marcos de Jesus, que "altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem". A iniciativa altera a mesma lei, estabelecendo a jornada destes profissionais em trinta horas semanais e cento e vinte horas mensais.

• PL nº 2.169, de 1999, do Deputado Fernando Coruja, que "dispõe sobre a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem". Da mesma forma como o principal, fixa a jornada de trabalho em seis horas diárias e trinta horas semanais.

• PL nº 794, de 2007, do Deputado Jovair Arantes, que "altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, e dá outras providências"". O texto reproduz as disposições contidas na iniciativa principal.

• PL nº 1.891, de 2007, do Deputado Mauro Nazif, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a duração do trabalho dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. "A iniciativa altera a mesma lei, estabelecendo a jornada destes profissionais em trinta horas semanais".

• PL nº 2.392, de 2007, do Deputado Mauro Nazif, que "Estabelece a redução da carga horária dos profissionais de Enfermagem, sem redução salarial". "A iniciativa altera a mesma lei, estabelecendo a jornada destes profissionais em trinta horas semanais".

Esta proposição, que tramita em regime de prioridade e está sujeita à apreciação do Plenário da Casa, foi distribuída à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que aprovou voto pela rejeição da matéria. Em seguida à apreciação, pela Comissão de Seguridade Social e Família, deverá ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II – Voto do Relator

Não há dúvida de que esta demanda é extremamente justa. O exercício da Enfermagem é extenuante e implica vários riscos para a saúde dos profissionais, tanto mental quanto física, inclusive pelo contato estreito que mantêm com portadores de patologias diversas e, muitas vezes, contagiosas. Apesar disso, a luta pela redução da jornada dos profissionais de Enfermagem data de mais de sessenta anos.

Um argumento que exacerbou a polêmica sobre o tema é o consequente aumento de custos operacionais para o sistema de saúde, que já está em dificuldades, uma vez que seria necessário contratar maior número de profissionais para suprir a demanda de trabalho. Outro obstáculo aventado seria a falta de pessoal habilitado para ocupar os cargos eventualmente criados. Salientamos, entretanto, que, na prática, estas posições já deveriam existir. Há evidente sobrecarga de trabalho, uma vez que, existem hospitais nos quais um profissional tem de atender a vinte ou trinta pacientes. Não há forma de assegurar a qualidade da atenção prestada em tais circunstâncias.

Para garantir um bom desempenho na assistência aos enfermos, é mais seguro que profissionais da Enfermagem gozem de pleno equilíbrio físico e mental, uma vez que realizam intervenções que demandam concentração, perícia e uma boa dose de paciência. A redução da carga horária significará redução do nível de estresse e trará como resultado a melhoria e a humanização dos serviços prestados.

Conforme afirmamos quando participamos da Semana da Enfermagem em Santos/SP, no Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, apresentamos este Relatório.

Em nosso País, não é novidade a adoção desta prática. Não somente os médicos, mas também técnicos e auxiliares de laboratório e de radiologia já desfrutam da carga horária reduzida em virtude das peculiaridades de sua atuação.

Por motivo de justiça, somos também favoráveis à redução da jornada de trabalho de todos os profissionais da área de Enfermagem. As iniciativas são unânimes em fixar a carga semanal em trinta horas,

e a maioria delas fixa a jornada diária em seis horas. Esta forma nos parece a mais adequada, uma vez que a possibilidade de definir um teto mensal pode implicar turnos ininterruptos, e sacrificar do mesmo modo a categoria.

Em conclusão, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000 e pela rejeição dos Projetos de Lei nº 969, de 1999; nº 2.169, de 1999; nº 794, de 2007; nº 1.891, de 2007; PL nº 2.392, de 2007.

Os projetos apensados na Câmara dos Deputados, todos têm o mesmo mérito, seus autores demonstram uma preocupação com a classe da enfermagem, que é viga fundamental de suporte dos Serviços de Saúde de todo Território Nacional. Acrescento ainda, que os referidos Projetos de Lei já estão sendo contemplados e para evitar que esta proposição retorne ao Senado Federal, meu voto e pela rejeição dos apensados e favorável ao Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que determina a jornada de trabalho em seis horas diárias e trinta horas semanais.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2009. – Deputado **Arnaldo Faria de Sá**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.295/2000, e pela rejeição do PL nº 2.169/1999, do PL nº 969/1999, do PL nº 794/2007, do PL nº 1.891/2007, e do PL nº 2.392/2007, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá. O Deputado Andre Zacharow apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Elcione Barbalho – Presidente, Fátima Pelaes, Eduardo Barbosa e Dr. Paulo César – Vice-Presidentes, Acélio Casagrande, Aline Corrêa, Angela Portela, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Chico D'Angelo, Darcísio Perondi, Dr. Talmir, Fernando Coruja, Geraldo Resende, Germano Bonow, Jô Moraes, Jofran Frejat, José Linhares, Lael Varella, Luiz Bassuma, Manato, Raimundo Gomes de Matos, Rita Camata, Roberto Alves, Andreia Zito, Antonio Cruz, Assis do Couto, Cleber Verde, Eleuses Paiva, João Campos, Luciano Pizzatto e Mário Heringer.

Sala da Comissão, 24 de junho de 2009. – Deputada **Elcione Barbalho**, Presidente.

Voto em Separado do Deputado André Zacharow

O Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, do Senado Federal, tem por objetivo fixar a jornada de trabalho dos profissionais de Enfermagem, limitando sua duração a seis horas diárias e trinta horas semanais.

Nesse sentido, altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, e dá outras providências.

À proposição foram apensados os seguintes projetos:

- PL nº 969, de 1999, de autoria do Ilustre Deputado Marcos de Jesus, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem;
- PL nº 2.169, de 1999, do Ilustre Deputado Fernando Coruja, que dispõe sobre a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem;
- PL nº 794, de 2007, do Ilustre Deputado Jovair Arantes, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, e dá outras providências;
- PL nº 1.891, de 2007, do Ilustre Deputado Mauro Nazif, que Acrescenta dispositivo à Lei n° 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a duração do trabalho dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras;
- PL Nº 2.392, de 2007, do Ilustre Deputado Mauro Nazif , que Estabelece a redução da carga horária dos profissionais de Enfermagem, sem redução salarial;

Todas as proposições dispõem sobre a fixação da jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais dos profissionais de enfermagem.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, em reunião ordinária realizada no dia 20 de março de 2002, opinou unanimemente pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.295/2000, do PL nº 969/1999, e do PL nº 2.169/1999, apensados, nos termos do Parecer Vencedor do relator, Deputado Pedro Henry .

Os PL nº 794, nº 1.891 e nº 2.392, todos de 2007, foram apensados após a aprovação do parecer da CTASP.

Nesta Comissão de Seguridade Social e Família, o relator, ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá apresentou parecer concluindo pela aprovação do PL nº 2.295, de 2000 e pela rejeição dos demais projetos.

Discordamos, no entanto, da conclusão do relator pelos motivos que passamos a expor.

Sabemos das dificuldades encontradas pelos profissionais de saúde, notadamente da área de enfermagem, para exercer adequadamente seu ofício que

exige grande esforço físico e mental. As dificuldades aumentam ainda mais ao considerarmos a falência dos setores de saúde público e privado do País, tanto em termos de recursos, quanto de saturação de equipamentos e espaço físico em vista da crescente demanda.

No entanto entendemos que a redução da jornada de trabalho desses profissionais em nada vai contribuir para melhorar esse quadro.

Diante da premência desses trabalhadores na busca por uma melhor remuneração, com uma carga de trabalho reduzida, certamente procurarão um novo emprego em outro estabelecimento de saúde ou até mesmo como profissional autônomo no atendimento em residências.

Caso sejam aprovados esses projetos, haverá aumento do custo operacional dos estabelecimentos de saúde, os hospitais particulares, que serão obrigados a contratar mais pessoal para o preenchimento das escalas de revezamento.

Isso pode representar o caos para um setor que já trabalha no limite de seus orçamentos. O resultado será o encarecimento dos serviços para a população que, muitas vezes, procura as instituições privadas de saúde pela ineficiência do setor público.

Queremos, ainda, esclarecer que os estabelecimentos públicos de saúde não serão alcançados pelos projetos na medida em que qualquer disposição sobre as condições de trabalho desses profissionais, como servidores públicos, deverá ser prevista em lei de iniciativa do Presidente da República, segundo prevê o art. 61, § 1°, II, c, da Constituição Federal.

Assim, esse custo do aumento do valor da contratação de enfermeiros será suportado pelo setor privado e pela população, sendo que em nada contribuirá para melhorar as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem que continuarão a prestar seus serviços em diversos estabelecimentos, com o esforço adicional do deslocamento, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Dessa forma, entendemos que os projetos em exame não cumprem o seu principal objetivo que é o de melhorar as condições de tão importante segmento profissional de nosso País, cujo trabalho é essencial para a sociedade.

Esse mesmo pensamento foi expresso pelo Ilustre Deputado Pedro Henry cujo parecer foi aprovado na CTASP, pela a rejeição da matéria:

Ademais, mesmo que fosse aprovada uma jornada de seis horas, certamente, os referidos profissionais, fadam outras 4 ou 6 horas em outros estabelecimentos como maneira de complementação de renda, o que de forma nenhuma contribuiria para a melhoria das condições de trabalho, notadamente com relação ao aumento das horas destinadas ao descanso.

Ante o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, e dos apensados Projetos de Lei nºs 969, de 1999; 2.169, de 1999; 794, de 2007; 2.392, de 2007; e 1.891, de 2007.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2009. – Deputado **André Zacharow.**

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, do Senado Federal pretende limitar em 30 (trinta) horas semanais e 6 (seis) horas diárias, a jornada de trabalho normal de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras.

Após exame nas competentes comissões de mérito, com parecer favorável, vem o PL a esta CFT para manifestação acerca da sua adequação financeira e orçamentária.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

A proposta em análise tem como objetivo conferir aos enfermeiros/as, técnicos/as e auxiliares de enfermagem e parteiras, benefício similar aos que gozam os médicos desde 1961 pela Lei 3.999 (vinte horas semanais), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais desde 1994 pela Lei 8.856 (trinta horas semanais) e técnicos em radiologia através da Lei 7.394 de 1985 (24 horas semanais).

A definição da jornada de 6 (seis) horas diárias e de 30 (trinta) horas semanais encontrou em muitos membros desta Casa o apoio necessário. Note-se que em 24 de junho do presente a Comissão de Seguridade Social e Família desta casa aprovaram por unanimidade os termos do presente projeto. Trata-se, pelos pareceres vigentes, de condição essencial para garantia da qualidade da assistência de enfermagem, tendo em vista as peculiaridades deste trabalho.

Ocorre que o impacto no orçamento da união é mínimo, uma vez que o número de profissionais da saúde que estão na folha de pagamento do Governo Federal é claramente restrito. Os profissionais de saúde, funcionários do SUS, são pagos pelos Estados ou Municípios, com exceção dos funcionários de Hospitais Universitários, que são pagos pelo MEC e parcela significativa já adota 30 horas.

No que diz respeito ao custo para o setor público (somando as esferas federal, estadual e municipal), estimativas recentes do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, da Federação Nacional de Enfermeiros

– FNE, da Confederação dos Trabalhadores na Saúde – CNTS e da Confederação dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS, e dados oficiais (Pesquisa AMS/IBGE, 2005) indicam que o impacto nos hospitais públicos com a mudança da jornada de 40 para 30 horas demanda a contratação de apenas 21.965 profissionais de enfermagem (incluindo enfermeiras/os e técnicos/as ou auxiliares de enfermagem) com um custo anual de R$259.479.632 (duzentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais).

Este valor significa cerca de 0,39% do orçamento público da saúde em números de 2005 e menos de 0,021% do Orçamento da União de 2009.

Não se trata, obviamente, de negar o impacto financeiro para o conjunto do setor público, mas há que se considerar, neste contexto, que em muitas situações específicas, a jornada de 30 horas já é adotada. Inúmeras leis, decretos e portarias estaduais e municipais já estão em vigência com implantação da jornada de 30 horas, e reconhecendo a sua necessidade e aplicabilidade ao trabalho dos profissionais alvos da presente proposição. Destaca-se que a Constituição de 1988, art. 7º, inciso XIV, prevê "jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos". Do mesmo modo, o Decreto nº 4.836/2003, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterou o art. 3º do Decreto nº 1.590/1995, estabelecendo para os servidores da Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações Federais que "quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas" é facultado aos dirigentes autorizar a "jornada de trabalho de seis horas diárias e carga de 30 horas semanais".

Além disso, é bastante razoável que algumas alternativas sejam implementadas a partir do presente PL como a reorganização do trabalho e adequação de equipes aos horários e às demandas efetivas.

Por outro lado, tão importante quanto à adequação da jornada de trabalho às especificidades e necessidades da categoria, visando um melhor atendimento à população, é o fato de implicar no ingresso de mais de 50.000 profissionais em uma área de extrema relevância para a sociedade brasileira. Sabe-se que, afinal, o profissional de saúde é por sua própria natureza e formação um servidor em tempo integral que colabora também fora do seu expediente para o bem-estar das famílias e da sociedade na qual está inserida.

Ante o exposto, considerando que o impacto financeiro é perfeitamente suportável pelos orçamentos da saúde e da união, considerando ainda que conforme previsões afirmadas insistentemente pelas autoridades fiscais e monetárias do Brasil entram em período sustentável de crescimento econômico, sou pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.295 de 2000, e pela inadequação financeira e orçamentária de todos os apensados.

Sala da Comissão, 16 de setembro de 2009. – Deputado **Ilderlei Cordeiro**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.295/00 e pela inadequação financeira e orçamentária dos Projetos de Lei nºs 969/99, 2.169/99, 794/07, 1.891/07 e 2.392/07, apensados, nos termos do parecer do relator, Deputado Ilderlei Cordeiro, contra os votos dos Deputados Pedro Novais e Guilherme Campos.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Vignatti, Presidente; Antonio Palocci e Félix Mendonça, Vice-Presidentes; Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Andre Vargas, Armando Monteiro, Ciro Pedrosa, Eduardo Amorim, Geraldinho, Guilherme Campos, Ilderlei Cordeiro, João Dado, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Rodrigo Rocha Loures, Silvio Costa, Vicentinho Alves, Virgílio Guimarães, João Magalhães, Leonardo Quintão, Professor Setimo e Zonta.

Sala da Comissão, 16 de setembro de 2009. – Deputado **Félix Mendonça**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 2.295, de 2000 (PLS nº 161, de 1999), visa alterar o art. 2º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, a fim de dispor sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, dos técnicos de enfermagem e das parteiras, que não excederá a seis horas diárias e à trinta horas semanais.

A proposição foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, de Seguridade Social e Família – CSSF, de Finanças e Tributação – CFT, e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, sendo-lhe apensados os seguintes projetos:

PL Nº 969, de 1999, do Deputado Marcos de Jesus, que Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem. Dispõe o projeto que a jornada máxima de trabalho dos profissionais será de 30 horas semanais e 120 horas mensais.

PL Nº 2.169, de 1999, do Deputado Fernando Coruja, que Dispõe sobre a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. O projeto determina que a duração normal da jornada de trabalho desses trabalhadores não excederá a 6 horas diárias e a 30 horas semanais.

PL Nº 794, de 2007, do Deputado Jovair Arantes, que Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, e dá outras providências". A jornada de trabalho dos profissionais por esse projeto não será superior a 6 horas diárias ou a trinta horas semanais.

PL Nº 1.891, de 2007, do Deputado Mauro Nazif, que Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a duração do trabalho dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. O projeto determina que a duração do trabalho dos profissionais seja de 30 horas semanais, garantindo àqueles com contrato de trabalho em vigor na data da publicação da lei a adequação da jornada de trabalho sem redução de salário.

A essa última proposição foi apensado o PL nº 2.392, de 2007, do Deputado Mauro Nazif, que Estabelece a redução da carga horária dos profissionais de Enfermagem, sem redução salarial. Esse projeto contém as mesmas disposições do PL nº 1.891, de 2007, além da determinação de que as disposições da lei aplicam-se aos atendentes de enfermagem.

A CTASP, em reunião ordinária realizada no dia 20 de março de 2002, opinou unanimemente pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, do PL nº 969, de 1999, e do PL nº 2.169, de 1999, apensados, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Pedro Henry, que apresentou voto em separado.

Por seu turno, a CSSF, em reunião ordinária realizada no dia 24 de junho de 2009, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, e pela rejeição do PL nº 2.169, de 1999, do PL nº 969, de 1999, do PL nº 794, de 2007, do PL nº 1.891, de 2007, e do PL nº 2.392, de 2007, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá. O Deputado André Zacharow apresentou voto em separado.

Por fim, a CFT, em reunião ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2009, opinou pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000 e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 969, de 1999, do PL nº 2.169, de 1999, do PL nº 794, de 2007, do PL nº 1.891, de 2007 e do PL nº 2.392, de 2007, apensados, nos termos do parecer do Relator, Deputado Ilderlei Cordeiro, contra os votos dos Deputados Pedro Novais e Guilherme Campos.

É o relatório.

II – Voto do Relator

As seguintes normas constitucionais, cujo exame cabe a esta Comissão, estão obedecidas no Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, e nos seus apensados:

- Competência legislativa da União (art. 22, inciso I);
- Atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48);
- Legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61, caput).

A técnica legislativa das proposições não merece reparos, pois está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Diante do acima exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, e dos seus apensados PL nº 969, de 1999, PL nº 2.169, de 1999, PL nº 794, de 2007, PL nº 1.891, de 2007, e PL nº 2.392, de 2007.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2009. – Deputado **Colbert Martins**, Relator.

III – Parecer Da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.295/2000 e dos de nºs 794/2007, 1.891/2007, 2.392/2007, 969/1999, 2.169/1999, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Colbert Martins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, Eliseu Padilha, Bonifácio de Andrada e José Maia Filho – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Arolde de Oliveira, Augusto Farias, Carlos Bezerra, Ciro Nogueira, Colbert Martins, Eduardo Cunha, Efraim Filho, Emiliano José, Felipe Maia, Fernando Coruja, Flávio Dino, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Indio da Costa, Jefferson Campos, João Almeida, João Campos, João Paulo Cunha, José Carlos Aleluia, José Eduardo Cardozo, José Genoino, José Mentor, Jutahy Junior, Magela, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Itagiba, Márcio França, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Roberto Magalhães, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Beto Albuquerque, Carlos Willian, Chico Lopes,

Dilceu Sperafico, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Mauro Lopes e Roberto Santiago.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.404-C, DE 2004

(Do Sr. Fernando de Fabinho)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região de Feira de Santana; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. CARLOS ALBERTO LERÉIA); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. ALICE PORTUGAL); e Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. JOÃO DADO).

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); E Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.404, de 2004, pretende autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região de Feira de Santana com o objetivo de oferecer cursos de nível superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

A presente proposta tramitou pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP e pela Comissão de Educação e Cultura – CEC, tendo sido aprovada unanimemente em ambas.

Na Comissão de Finanças e Tributação, onde a proposição será analisada quanto à adequação orçamentária e financeira, não foram oferecidas emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto

Compete à Comissão de Finanças e Tributação, apreciar a proposta, nos termos do art. 54, inciso II, do Regimento Interno desta Casa e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, quanto à compatibilização ou adequação de seus dispositivos com o plano plurianual (PPA), com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com o orçamento anual (LOA) e demais dispositivos legais em vigor.

Preliminarmente, releva notar que o projeto de lei em exame fere o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição Federal. Tal dispositivo prevê que a iniciativa de lei visando a criação de órgãos da administração pública constitui atribuição privativa do Presidente da República.

Nesse passo, o art. 8º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que fixa procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, estabelece que "será considerada **incompatível a proposição** que aumente despesa em matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República" (grifei).

Verifica-se, ainda, que a proposta em análise, à luz do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), fixa para o ente obrigação legal por um período superior a dois exercícios, constituindo despesa obrigatória de caráter continuado. Dessa forma, conforme o § 1º do mencionado dispositivo, "os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio." O art. 16, inciso I, preceitua que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

No mesmo sentido dispõe a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO 2009):

Art. 120. Os projetos de lei e medidas provisórias que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2009 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2009 a 2011, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação.

Corroborando com o entendimento dos dispositivos supramencionados, a Comissão de Finanças e Tributação editou a súmula nº 1, de 2008, que considera incompatível e inadequada a proposição que, mesmo em caráter autorizativo, conflite com a LRF, ao deixar de estimar o impacto orçamentário-financeiro e de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, exarada nos seguintes termos:

SÚMULA nº 1/08-CFT – É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar

nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação.

Quanto ao exame de adequação da proposta com o Plano Plurianual – PPA 2008-2011, constata-se que não existe ação específica para implantação da Universidade Federal da Região de Feita de Santana no Programa 1073 – Brasil Universitário. Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2009, igualmente, não prevê recursos para esta iniciativa.

Diante do exposto, submeto a este colegiado meu voto pela **incompatibilidade** com as normas orçamentárias e financeiras e pela **inadequação** orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 4.404, de 2004.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Deputado **João Dado,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.404-B/04, nos termos do parecer do relator, Deputado João Dado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Vignatti, Presidente; Antonio Palocci, Luiz Carlos Hauly e Félix Mendonça, Vice-Presidentes; Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Andre Vargas, Armando Monteiro, Arnaldo Madeira, Carlos Melles, Ciro Pedrosa, Geraldinho, Gladson Cameli, Guilherme Campos, Ilderlei Cordeiro, João Dado, Júlio Cesar, Luiz Carreira, Manoel Junior, Pedro Eugênio, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Ricardo Berzoini, Rodrigo Rocha Loures, Silvio Costa, Vicentinho Alves, Eduardo Cunha, João Magalhães, Jorge Boeira, José Carlos Aleluia, Osmar Júnior e Zonta.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2009. – Deputado **Vignatti,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.782-B, DE 2005

(Do Sr. Eduardo Gomes)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. CARLOS ABICALIL); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. JOÃO OLIVEIRA); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. JOÃO DADO).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição E Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário – art. 24, II, "***g***".

Publicação dos Pareceres das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação

COMISSÃO DE TRABALHO,
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 5.782, de 2005, visa autorizar o Poder Executivo a instituir, sob a forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação, a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins.

Estabelece o projeto que a universidade terá por objetivo ministrar ensino de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária, e que ela adquirirá personalidade jurídica mediante a inscrição de seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

O patrimônio da universidade será composto pelos bens e direitos que lhe venham a ser doados pela União, Estados, Municípios e por outras entidades públicas e particulares, bem como por aqueles que venha a adquirir, e seus recursos financeiros serão originados de dotações estabelecidas no Orçamento Geral da União, auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos, remuneração por serviços prestados, operações de crédito e receitas eventuais.

Por fim, a proposição estabelece autorização para que o Poder Executivo realize os atos necessários à implantação da Universidade Federal do Bico do Papagaio.

Analisado pela Comissão de Educação e Cultura, o presente projeto de lei recebeu parecer unânime por sua rejeição, nos termos do parecer do relator.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

Cabe-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito do PL 5.782/05 com base no que dispõe o art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Governo Federal vem implementando um programa de interiorização do ensino superior, criando, desta forma, novas universidades federais em cidades do interior do Brasil.

O presente projeto de lei, ao dispor sobre a criação de uma universidade federal pública no norte do Estado de Tocantins, vai ao encontro desse programa de governo, ao mesmo tempo em que favorece uma região que conta com aproximadamente cento e cinqüenta mil habitantes e vinte e cinco municípios, todos carentes de mão-de-obra com formação em nível superior.

Acreditamos, portanto, que a criação de uma universidade federal ao norte do estado contribuirá para a interiorização do desenvolvimento do Estado de Tocantins e, por essa razão, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei.

Não obstante, cabe ressaltar que pode vir a ser questionada a constitucionalidade da proposição sob comento, tendo em vista a iniciativa privativa do Presidente da República em projetos que disponham sobre criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública (art. 61, § 1º, II, e, CF). Tal análise, entretanto, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa.

Isto posto, só nos resta votar pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 5.782, de 2005.

Sala da Comissão, 13 de Dezembro de 2007. – Deputado **João Oliveira,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente do Projeto de Lei nº 5.782-A/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado João Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Marquezelli – Presidente, Wilson Braga e Paulo Rocha – Vice-Presidentes, Andreia Zito, Daniel Almeida, Edgar Moury, Edinho Bez, Gorete Pereira, Manuela D'ávila, Marco Maia, Milton Monti, Pedro Henry, Roberto Santiago, Sandro Mabel, Tadeu Filippelli, Tarcísio Zimmermann, Thelma de Oliveira, Vicentinho, Eduardo Barbosa, João Oliveira, Maria Helena, Nelson Pellegrino, Pepe Vargas e Vanessa Grazziotin.

Sala da Comissão, 19 de dezembro de 2007. – Deputado **Nelson Marquezelli,** Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 5.782, de 2005, pretende autorizar o Poder Executivo a instituir, sob forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede no município de Augustinópolis, no Estado do Tocantins, com objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, especialmente em âmbito regional.

O presente Projeto de Lei foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura, onde foi rejeitado, nos termos da Súmula de Recomendações aos Relatores nº 01/2001 – CEC/Câmara dos Deputados, que trata da apreciação dos projetos de caráter meramente autorizativos para criação de instituições educacionais. Tal posicionamento tem sido adotado por este órgão colegiado uma vez que as proposições desta natureza, de iniciativa parlamentar, invadem competência privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61,§1º, inciso II da Constituição Federal.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, foi aprovado unanimemente.

É o relatório.

II – Voto

Compete à Comissão de Finanças e Tributação, apreciar a proposta, nos termos do art. 54, inciso II, do Regimento Interno desta Casa e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, quanto à compatibilização ou adequação de seus dispositivos com o plano plurianual (PPA), com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com o orçamento anual (LOA) e demais dispositivos legais em vigor.

Preliminarmente, releva notar que o Projeto de Lei nº 5.782, de 2005, fere o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição Federal. Tal dispositivo prevê que a iniciativa de lei visando a criação de órgãos da administração pública constitui atribuição privativa do Presidente da República.

Nesse passo, o art. 8º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que fixa procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, estabelece que "será considerada **incompatível a proposição** que aumente despesa em matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República" (grifei).

Verifica-se, ainda, que a proposta em análise, à luz do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), fixa para o ente obrigação legal por um período superior a dois exercícios, constituindo despesa obrigatória de caráter continuado. Dessa forma, conforme o § 1º do mencionado dispositivo, "os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a

origem dos recursos para seu custeio." O art. 16, inciso I, preceitua que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

> I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

Desse modo, a proposição não atende à LRF ao deixar de estimar o impacto orçamentário-financeiro e de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

No mesmo sentido dispõe a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO 2009):

Art. 120. Os projetos de lei e medidas provisórias que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2009 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2009 a 2011, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação.

Corroborando com o entendimento dos dispositivos supramencionados, a Comissão de Finanças e Tributação editou a Súmula nº 1, de 2008, que considera incompatível e inadequada a proposição que, mesmo em caráter autorizativo, conflite com a LRF, ao deixar de estimar o impacto orçamentário-financeiro e de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, exarada nos seguintes termos:

SÚMULA nº 1/08-CFT – É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação.

Quanto ao exame de adequação da proposta com o Plano Plurianual – PPA 2008-2011, constata-se que não existe ação específica para a implantação da Universidade Federal do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, no Programa 1073 – Brasil Universitário. Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2009, igualmente, não prevê recursos para esta ação.

Diante do exposto, submeto a este colegiado meu voto pela incompatibilidade com a norma orçamentária e financeira e pela inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 5.782, de 2005.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2009. – Deputado **João Dado,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.782-A/05, nos termos do parecer do relator, Deputado João Dado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Vignatti, Presidente; Antonio Palocci, Luiz Carlos Hauly e Félix Mendonça, Vice-Presidentes; Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Andre Vargas, Armando Monteiro, Arnaldo Madeira, Carlos Melles, Ciro Pedrosa, Geraldinho, Gladson Cameli, Guilherme Campos, Ilderlei Cordeiro, João Dado, Júlio Cesar, Luiz Carreira, Manoel Junior, Pedro Eugênio, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Ricardo Berzoini, Rodrigo Rocha Loures, Silvio Costa, Vicentinho Alves, Eduardo Cunha, João Magalhães, Jorge Boeira, José Carlos Aleluia, Osmar Júnior e Zonta.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2009. – Deputado **Vignatti**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.966-B, DE 2005

(Do Sr. Wellington Fagundes)

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Chapada dos Guimarães da Universidade Federal de Mato Grosso; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO HENRY); da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. CARLOS ABICALIL); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. PEDRO EUGÊNIO).

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público Educação e Cultura Finanças e Tributação (Art. 54 RICD). Constituição e Justiça e de Cidadania (ART. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário – Art. 24, II, "***g***".

Publicação dos Pareceres das Comissões de Educação e Cultura e Finanças e Tributação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a criar o Campus Universitário de Chapada dos Guimarães, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede na cidade de Chapada dos Guimarães, MT. A nova unidade educacional terá por objetivo ministrar o ensino superior, desenvolver a pesquisa e promover a extensão universitária nos diversos campos do saber, observada a indissociabilidade destas três atividades finalísticas universitárias.

A estrutura organizacional, a contratação de pessoal, a definição dos cursos e a forma de funcionamento do novo campus serão definidas nos termos do Estatuto da Universidade Federal de Mato Grosso.

O autor justifica sua proposta lembrando, de início, que a prestigiosa Universidade Federal do Mato Grosso foi criada pela Lei Nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970, pela incorporação do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá e também da Faculdade Federal de Direito de Cuiabá, instituída em 1934, mas cujo funcionamento data de 1956. Ele mostra que desde a sua implantação, a UFMT tem procurado contribuir efetivamente com o desenvolvimento regional, atuando nas áreas de ensino de graduação, pesquisa, ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão. Mantém os campi de Cuiabá (sede), Rondonópolis, Médio Araguaia e Sinop, e tem forte presença nas demais regiões de Mato Grosso, com projetos de interiorização no âmbito do ensino de graduação: licenciaturas parceladas, turmas especiais, ensino à distância, sempre em parceria com os governos federal, estadual e municipal. No seu entendimento, portanto, "O projeto aqui proposto tem como objetivo levar para a cidade de Chapada dos Guimarães um Campus da UFMT, o que trará grandes benefícios para toda a região, ampliando a oferta de ensino superior à população e, ao mesmo tempo, gerando conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à prosperidade e ao bem-estar da população."

Este PL foi apresentado em 06/10/2005 e a Mesa Diretora o encaminhou ao exame das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Educação e Cultura (CEC); Finanças e Tributação (CFT); e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), conforme preceituam os artigos 54 e 24 do Regimento Interno. O Projeto submete-se à apreciação conclusiva pelas referidas Comissões e tramita em regime ordinário.

Recebida pela CTASP em 20/10/2005, a Proposição foi arquivada em 31.1.2007, conforme art. 105 do RICD e desarquivada em 3-5-2007, por força do Requerimento Nº 561/2007, do Deputado(a) Wellington Fagundes neste sentido.

Novamente no âmbito da CTASP, o Projeto recebeu Parecer favorável de seu Relator, o Dep. Pedro Henry, o qual foi aprovado pela Comissão, por unanimidade, em 13-11-2007.

Na CEC, onde a Proposição deu entrada em 29/11/2007, foi nomeado seu primeiro Relator o Deputado Clóvis Fecury, aos 4-12-2007. Não se apresentaram recebeu emendas no prazo regulamentar e em 01/04/2008 o Projeto foi devolvido à CEC sem manifestação. Em 17-4-2008, este Deputado foi nomeado Relator.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

O Projeto de Lei nº 5.966, de 2005, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, cuja análise está sob nossa responsabilidade, autoriza o Poder Executivo a criar novo campus da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) em Chapada dos Guimarães, MT.

Apesar da inquestionável relevância educacional e cultural da idéia, a forma pela qual o nobre colega Deputado pretende levar adiante sua proposta – um Projeto de Lei de caráter autorizativo – conduz à invocação do denominado "vício de iniciativa", já que a Constituição Federal, em termos gerais, atribui ao Poder Executivo – e não ao Legislativo – a prerrogativa da criação de estabelecimentos federais de educação, em qualquer dos níveis de ensino. No caso específico, por se tratar de uma Universidade Federal que teria de criar um novo campus, lembra-se que ela goza de autonomia para fazê-lo ou não, o que lhe é assegurado também pela Carta Magna.

Para evitar, em seu âmbito, a tramitação de PLs que poderão não prosperar por inconstitucionalidade, a nossa Comissão de Educação e Cultura exarou em 2001 a SÚMULA DE RECOMENDAÇÕES AOS RELATORES Nº 1/2001 – CEC/CÂMARA DOS DEPUTADOS, e a revalidou em 2005, ratificando-a mais uma vez pelo voto unânime dos membros presentes à reunião da Comissão de Educação e Cultura de 25-4-2007. Neste Documento, afirma-se o seguinte, acerca de

"PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEDERAL, EM QUALQUER NÍVEL OU MODALIDADE DE ENSINO:

Por implicar na criação de órgãos públicos, e, obviamente, em cargos, funções e empregos, além de acarretar aumento de despesa, a iniciativa legislativa da criação de instituições educacionais, em qualquer nível ou modalidade de ensino, é privativa do Poder Executivo. (Ver art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal). Projetos de Lei desse teor são meramente autorizativos e, portanto, inócuos, pois não geram nem direitos nem obrigações, por parte do Poder Público, já que o mesmo detém a competência de tais prerrogativas. Lembre-se que em termos de mérito educacional, a criação de uma Instituição Educacional Pública deve ser decidida à luz de um Plano de Educação, de uma Política Educacional ou de uma Proposta Pedagógica Inovadora, e assim por diante, onde todas as instâncias educacionais, inclusive, obviamente, as próprias escolas e suas comunidades, gozam do direito de ser ouvidas e de se tornar participantes. É esse o costu-

me salutar em todas as nações que cultivam o Estado Democrático de Direito.

Portanto, o Parecer do Relator de um PL que vise a criação de Instituição Educacional Pública, em qualquer nível ou modalidade de ensino, deverá concluir pela rejeição da proposta, logicamente ouvido o Plenário. A criação de Instituição Educacional, repita-se, deve ser sugerida na proposição do tipo INDICAÇÃO, a ser encaminhada ao Poder Executivo. (Ver RI/CD, art. 113), diretamente pelo próprio Autor ou através da Comissão, e neste caso, após ouvido o Plenário. (...).

Sala da Comissão, 25 de abril de 2007. – Deputado **Gastão Vieira**, Presidente.

Considerando o exposto, manifesto então o meu voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.966, de 2005, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Chapada dos Guimarães da Universidade Federal de Mato Grosso", pedindo aos meus colegas Parlamentares que me acompanhem nesta posição. Solicito ainda que a Comissão de Educação e Cultura encaminhe a Indicação anexa, no mesmo sentido, ao Ministério da Educação, tendo em vista os méritos educacionais e culturais que a proposta encerra.

Sala da Comissão, 18 de agosto de 2008. – Deputado **Carlos Abicalil,** Relator.

REQUERIMENTO

(Do Sr. Carlos Abicalil)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo ao Ministério da Educação instituir o campus universitário de Chapada dos Guimarães, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. encaminhar ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo ao Ministério da Educação a criação do campus universitário de Chapada dos Guimarães, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Sala da Comissão, 18 de agosto de 2008. – Deputado **Carlos Abicalil.**

INDICAÇÃO Nº , DE 2008

(Da Comissão de Educação e Cultura)

Sugere ao Ministério da Educação a criação do campus universitário da Chapada dos Guimarães, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,

A Comissão de Educação e Cultura, ao apreciar o Projeto de Lei nº 5.966, de 2005, de autoria do nobre Deputado Wellington Fagundes, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o campus universitário da Chapada dos Guimarães, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)", decidiu-se por sua rejeição, em vista do que preceitua sua Súmula nº 1, de 2001, de Recomendações aos Senhores Relatores. Esta Súmula propõe que os projetos de lei de natureza autorizativa, que versem sobre matéria de iniciativa do Poder Executivo, sejam rejeitados. E caso o mérito dos conteúdos que encerram seja reconhecido, que sejam encaminhados aos órgãos governamentais competentes por meio de Indicação.

Senhor Ministro: temos aqui um caso do gênero. A proposta de criação de um novo campus de universidade federal – a Universidade Federal do Mato Grosso -, que propomos tenha sede no município de Chapada dos Guimarães, MT, nos parece ser idéia ao mesmo tempo meritória e justa. A população matogrossense e dos estados vizinhos reivindica, há anos, a instalação de mais uma unidade de ensino superior **federal** em seu território, de modo a proporcionar aos jovens que ali vivem o acesso a cursos de graduação e de pós-graduação de alta qualidade, condição essencial para que possam superar os desafios de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. E ao mesmo tempo, para que possam efetivamente levar adiante – e de um modo sustentável – o importante salto para o desenvolvimento hoje experimentado pelo estado do Mato Grosso.

Ao justificar sua Proposição, o ilustre colega Deputado Wellington Fagundes lembra, de início, que a nossa prestigiosa Universidade Federal do Mato Grosso foi criada pela Lei Nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970, mediante a incorporação do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá e também da Faculdade Federal de Direito de Cuiabá, instituída em 1934, mas que começou efetivamente a funcionar somente em 1956. Ele ressalta que, desde a sua implantação, a UFMT tem procurado contribuir com o desenvolvimento regional, atuando de modo cada vez mais abrangente nas áreas de ensino de graduação, pesquisa, ensino de pós-graduação e na extensão. Mantém atualmente quatro campi universitários: em Cuiabá (onde está a sua sede), Rondonópolis, Médio Araguaia e Sinop, e tem forte presença nas demais regiões de Mato Grosso, com projetos de interiorização no âmbito do ensino de graduação (licenciaturas parceladas, turmas especiais, ensino à distância, sempre em parceria com os governos federal, estadual e municipais). No seu entendimento, portanto, "O projeto proposto tem como objetivo levar para a cidade de Chapada dos Guimarães um Campus da UFMT, o que trará grandes benefícios para toda a região, ampliando a oferta de ensino su-

perior à população e, ao mesmo tempo, gerando conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à prosperidade e ao bem-estar da população."

De fato, a UFMT desenvolve ações norteadas por políticas acadêmicas que levam em conta as especificidades regionais, destacando-se a educação pública; o meio ambiente; a preservação da memória regional; a ciência e tecnologia; e a saúde pública. Seus campi oferecem atualmente cerca de 60 cursos regulares de graduação e mais de 30 cursos de especialização anuais; 12 cursos de mestrado nas áreas de Educação Pública, Ecologia e Conservação da Biodiversidade, Saúde e Ambiente, História, Agricultura Tropical, Ciências e Engenharia de Materiais (Convênio USP – São Carlos), Pediatria (Convênio USP – São Paulo), Enfermagem (Convênio UFSC), Ciências Contábeis (Convênio PUC – São Paulo), Ciências da Comunicação (Convênio USP – São Paulo), Política Social (Convênio UnB) e Engenharia Ambiental (Convênio UFRJ); e 3 cursos de doutorado nas áreas de Educação Pública, Ecologia e Conservação da Biodiversidade e Saúde e Ambiente. A Universidade Federal de Mato Grosso possui ainda 16 núcleos de ensino a distância. Na graduação e pós-graduação atende a cerca de 15 mil alunos e tem no quadro 1.100 professores. Além disso, proporciona a seus alunos assistência social, médica, cultural, artística, desportiva e profissional por meio da concessão de bolsas (de Atividade, Extensão, Moradia, Iniciação Científica) e de Programas de Eventos Estudantis, Culturais, Monitoria, Apoio Psico-pedagógico, Estágio Extracurricular, Assistência Médica e Estudante Convênio-Graduação. Com atividades acadêmicas que cobrem tão amplo escopo, pode-se imaginar que caso consultada ou mesmo convidada a estudar a possibilidade de abrir um novo campus na cidade de Chapada dos Guimarães, a comunidade universitária da Universidade Federal de Mato Grosso, liderada pelo nosso muito querido e respeitado Magnífico Reitor Paulo Speller – que dentro de alguns meses, passará a responsabilidade de dirigir a universidade à também muito querida e respeitada profa. Maria Lúcia Cavalli, reitora eleita -, irá considerar com atenção e interesse esta possibilidade, que decerto reverterá em progresso para a universidade, para a cidade de Chapada dos Guimarães, para o estado do Mato Grosso e, porque não dizer, para todo o País.

Não se trata de retórica. Chapada dos Guimarães, uma das mais belas e famosas regiões do estado matogrossense, que abriga a cidade de mesmo nome, onde queremos ver instalado o novo campus da UFMT, desde os tempos mais remotos caracterizou-se como o cenário de intensa movimentação humana. É o que nos conta o historiador Jorge Belfort Mattos Jr. ao destacar a bela coleção de inscrições e desenhos rupestres deixada na região pelos nativos sul-americanos. Seu clima ameno, a fertilidade de seus solos, a salubridade dos lugares e a beleza de suas paisagens atraíram, primeiro, as equipes espanholas de reconhecimento, que mapearam a região e criaram caminhos e estradas, reabertos pelos colonizadores portugueses, quase um século depois. Com a chegada dos bandeirantes paulistas, a Chapada passa a produzir alimentos para a região mineradora que predominava de Cuiabá até Diamantino. De 1751 ao fim do séc. XVIII, a corte, preocupada com a concorrência da mão-de-obra indígenas com a negra, começa a catequizar índios na região da Chapada e constrói a primeira igreja de Aldeia Velha. Em 1759, o marquês de Pombal expulsa os jesuítas e padres seculares vêm substituí-los. Em 1779, o Juiz de Fora José Carlos Pereira, constrói a Igreja matriz, fortalecendo o núcleo produtor que revertia sua produção à Cuiabá e à zona de garimpo; a população de garimpeiros e colonos concentra-se no entorno da Igreja e mais fazendas instalam-se na região, caracterizando-a como importante foco de abastecimento urbano de gêneros de subsistência, ainda que a corte portuguesas não estimulasse essa atividade em área de mineração, nem no período de escassez de minérios.

Caminhos de tropeiros tendo por destino Cuiabá eram a principal via de transporte na região e os índios Paiaguás, pelo caminho via Paraguai, trouxeram o primeiro gado vacum. Com o desenvolvimento de Chapada na época imperial, estabeleceu-se um comércio em que se trocavam gêneros alimentícios e gado pela a preciosa prata espanhola, longe dos olhos oficiais, pois este comércio era considerado contrabando.

Com a abolição da escravatura, a Chapada mergulha numa profunda recessão; a varíola, trazida por quem voltava da guerra do Paraguai, dizimou parte da população, enfraquecendo ainda mais a produção local. Na década de trinta e início da de quarenta, chegou à Chapada a missão de saúde franciscana, que cria um posto de saúde mais tarde transformado no Hospital Santo Antônio e na Escola São José, administrada pelas irmãs franciscanas. Na primeira do séc. XX, a região desenvolveu-se em torno às áreas do garimpo; surgiu o distrito diamantífero de Água Fria, notável pela produção inicial. Na década de 70 começaram a se desenvolver núcleos de colonização com Alta Floresta, Colider, Sinop, Nova Brasilândia, Paranatinga e o cultivo do arroz começou a ser mecanizado e a intensificação da pecuária. Com a construção da estrada Cuiabá – Chapada, o turismo se intensifica e se encomenda um Plano Diretor de Turismo para a Chapada dos Guimarães, que foi feito (porém não exe-

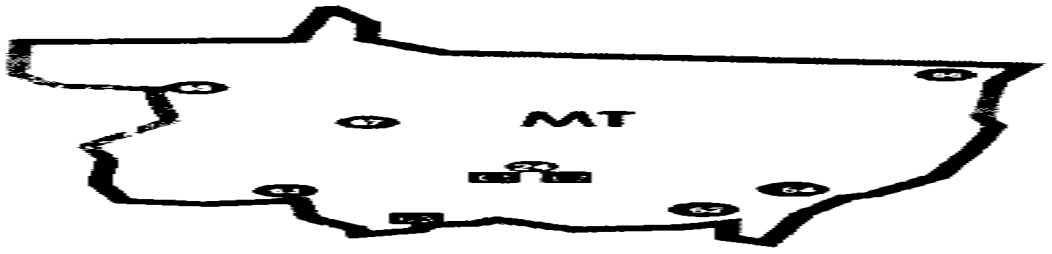
cutado) pelos famosos arquitetos Maria Elisa Costa e Lúcio Costa, incluindo um zoneamento turístico para Chapada dos Guimarães.

A demarcação e preservação do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães significou importante passo na política ambiental, mas muito ainda há que fazer, para que não só as áreas naturais como também a cultura regional possam ser bem cuidadas e preservadas, o que poderá receber grande impulso, caso chegue a bom termo este projeto de implantação de um campus universitário da UFMT na localidade de Chapada dos Guimarães, como aqui se preconiza. Entendemos que um turismo direcionado para a preservação é o grande diferencial a favor do estado de Mato Grosso. Como bem afirma um folheto de propaganda turística, "a Chapada dos Guimarães é uma das bordas do Planalto Central Brasileiro, e logo ali, serra abaixo, está a região do Pantanal Matogrossense", maior planície alagada do planeta, e considerado, desde 29 de dezembro de 2.000, Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a UNESCO. A Universidade, verdadeiro tesouro em pesquisas, ensino e atividades de extensão, em muito ajudará a cuidar de outros tesouros – naturais, históricos e culturais, na defesa do uso sustentável das belíssimas paisagens e do habitat de flora e fauna sem precedentes no mundo aliados à preservação histórica e cultural da região.

Com uma população estimada pelo IBGE de 17.377 habitantes em 2007, cidade de Chapada de Guimarães destaca-se, assim, pelo grande potencial turístico, com vários atrativos naturais, como cachoeiras, canions, cavernas e uma grande variedade de espécies da fauna e flora. Criado por lei estadual nº 701/1953, o município situa-se a 65 quilômetros da capital, Cuiabá, é possui todas as condições favoráveis à instalação de um Campus da UFMT, gerando emprego, renda e mais opções de qualificação universitária para a população de toda a região.

Ateste, Senhor Ministro, que mesmo com as fases 1 e 2 do Plano de Expansão da Rede Pública Federal de educação técnica e tecnológica do MEC sendo executadas por todo o País, a situação de nosso estado do Mato Grosso é ainda precária, no tocante ao número de unidades federais em seu território. É o que se conclui do mapa e tabela a seguir:

Expansão da Rede Federal __ MT
Legenda:



MT	
62	Rondonópolis
63	Pontes e Lacerda
64	Barra do Garças
65	Juína
66	Confresa
67	Campo Novo do Parecis
24	Uned Bela Vista
61	Cefet Mato Grosso
62	Cefet Cuiabá
63	EAF Cáceres

Cremos que uma formação intelectual e profissional de boa qualidade é o que de melhor se pode desejar no mundo globalizado de hoje, cujo progresso é alavancado pelo avanço científico e tecnológico. A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados não poderia, portanto, deixar de apoiar a proposta original do nobre colega Deputado Wellington Fagundes, no sentido de proporcionar ao estado do Mato Grosso mais um campus de educação superior, ampliando a rede de atendimento da Universidade Federal do Mato Grosso, já existente em outras cidades igualmente importantes do estado,

Senhor Ministro: entendemos ser justo o pleito do povo e dos parlamentares matogrossenses em favor da criação de mais um campus universitário no estado do Mato Grosso. E também oportuno, na medida em que o Ministério da Educação (MEC) no momento leva à frente um bem sucedido plano de expansão das universidades federais e também de sua própria rede de ensino técnico e tecnológico. O desenvolvimento econômico e cultural do estado será certamente potencializado com esta nova unidade, que, como propomos, deverá instalar-se na cidade de Chapada dos Guimarães, levando para aquela região o desenvolvimento sócio-econômico bem fundamentado em educação superior. A clara convergência dessa proposta com as diretrizes do Ministério da Educação de ampliar o alcance dos braços educacionais da União, ou seja, para o interior, onde haja suficiente dinamismo econômico e social para impulsionar o desenvolvimento, nos faz crer podermos contar com o inestimável apoio de Vossa Excelência na sua aprovação, proposta esta que é a depositária das grandes esperanças de um futuro melhor para milhares de jovens brasileiros.

Sala da Comissão, 18 de agosto de 2008. – Deputado **Carlos Abicalil.**

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.966-A/05, nos termos do parecer do relator, Deputado Carlos Abicalil.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos,Presidente; Rogério Marinho, Osvaldo Reis e Alex Canziani,Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Átila Lira, Carlos Abicalil, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lobbe Neto, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Angela Portela, Antonio Bulhões, Dr. Talmir, Dr. Ubiali, Eduardo Gomes, Jorginho Maluly, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Pedro Wilson e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 5.966, de 2005, pretende autorizar o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Chapada dos Guimarães da Universidade Federal do Mato Grosso, com o objetivo de oferecer cursos de nível superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária.

A presente proposta tramitou pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP e pela Comissão de Educação e Cultura – CEC, tendo sido aprovada unanimemente naquele Colegiado e rejeitada neste último, nos termos da Súmula de Recomendações aos Relatores nº 01/2001 – CEC/ Câmara dos Deputados, que trata da apreciação dos projetos de caráter meramente autorizativos para criação de instituições educacionais. Tal posicionamento tem sido adotado por este órgão colegiado uma vez que as proposições desta natureza, de iniciativa parlamentar, invadem competência privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61,§1º, inciso II da Constituição Federal.

É o relatório.

II – Voto

Compete à Comissão de Finanças e Tributação, apreciar a proposta, nos termos do art. 54, inciso II, do Regimento Interno desta Casa e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, quanto à compatibilização ou adequação de seus dispositivos com o plano plurianual (PPA), com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com o orçamento anual (LOA) e demais dispositivos legais em vigor.

Preliminarmente, releva notar que o projeto de lei em exame fere o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição Federal. Tal dispositivo prevê que a iniciativa de lei visando a criação de órgãos da administração pública constitui atribuição privativa do Presidente da República.

Nesse passo, o art. 8º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que fixa procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, estabelece que "será considerada **incompatível a proposição** que aumente despesa em matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República" (grifei).

Verifica-se, ainda, que a proposta em análise, à luz do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), fixa para o ente obrigação legal por um período superior a dois exercícios, constituindo despesa obrigatória de caráter continuado. Dessa forma, conforme o § 1º do mencionado dispositivo, "os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio." O art. 16, inciso I, preceitua que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

> I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

No mesmo sentido dispõe a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO 2009):

Art. 120. Os projetos de lei e medidas provisórias que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2009 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2009 a 2011, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação.

Corroborando com o entendimento dos dispositivos supramencionados, a Comissão de Finanças e Tributação editou a Súmula nº 1, de 2008, que considera incompatível e inadequada a proposição que, mesmo em caráter autorizativo, conflite com a LRF, ao deixar de estimar o impacto orçamentário-financeiro e de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, exarada nos seguintes termos:

SÚMULA nº 1/08-CFT – É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação.

Quanto ao exame de adequação da proposta com o Plano Plurianual – PPA 2008-2011, constata-se que não existe ação específica para implantação de Campus Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso na Chapada dos Guimarães no Programa 1073 – Brasil Universitário. Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2009, igualmente, não prevê recursos para esta iniciativa.

Diante do exposto, submeto a este colegiado meu voto pela **incompatibilidade** com as normas orçamentárias e financeiras e pela **inadequação** orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 5.966, de 2005.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Deputado **Pedro Eugênio,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.966-A/05, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Eugênio.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Vignatti, Presidente; Antonio Palocci, Luiz Carlos Hauly e Félix Mendonça, Vice-Presidentes; Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Andre Vargas, Armando Monteiro, Arnaldo Madeira, Carlos Melles, Ciro Pedrosa, Geraldinho, Gladson Cameli, Guilherme Campos, Ilderlei Cordeiro, João Dado, Júlio Cesar, Luiz Carreira, Manoel Junior, Pedro Eugênio, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Ricardo Berzoini, Rodrigo Rocha Loures, Silvio Costa, Vicentinho Alves, Eduardo Cunha, João Magalhães, Jorge Boeira, José Carlos Aleluia, Osmar Júnior e Zonta.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2009. – Deputado **Vignatti,** Presidente.

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Subcomissão Permanente para Tratar de Renda Rural, Política Agrícola e Endividamento. Ata Da Primeira Reunião (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente) Realizada em 19 de Junho de 2008

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezenove de junho de dois mil e oito, reuniu-se a Subcomissão Permanente para Tratar de Renda Rural, Política Agrícola e Endividamento, no Plenário nº 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na forma regimental, para a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência dos trabalhos, nos termos regimentais, o Deputado Valdir Colatto. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: Titulares: Jusmari Oliveira, Luis Carlos Heinze, Paulo Piau e Valdir Colatto; Suplentes: Armando Abílio e Ronaldo Caiado. Compareceram também os Deputados Marcos Montes e Saturnino Masson como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Beto Faro e Dagoberto.

Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Valdir Colatto, declarou abertos os trabalhos, prestou alguns esclarecimentos quanto ao número de membros da Subcomissão, bem como quanto ao processo de votação. Informou que, conforme acordo de Lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente e de Vice-Presidente são o Deputado Paulo Piau – PMDB/MG e a Deputada Jusmari Oliveira – PR/BA, respectivamente. Dando prosseguimento, o Presidente designou o Deputado Luis Carlos Heinze, para servir como Secretário e determinou o início da votação. Feita a chamada nominal, votaram os Deputados Jusmari Oliveira, Luis Carlos Heinze, Paulo Piau, Ronaldo Caiado e Valdir Colatto. Encerrada a votação, o Deputado Luis Carlos Heinze procedeu à escrutinação. Procedida a conferência das cártulas, foi constatada a coincidência entre o número de cédulas e o de votantes, tendo sido apurados 5 (cinco) votos. Processada a apuração, o Presidente anunciou o seguinte resultado: para Presidente, Deputado Paulo Piau, e para Vice-Presidente, Deputada Jusmari Oliveira, ambos com 5 votos favoráveis. Diante do resultado apurado, o Presidente declarou eleitos e empossou o Deputado Paulo Piau na Presidência e a Deputada Jusmari Oliveira na Vic-Presidência. Logo após, o Deputado Valdir Colatto convidou o Deputado Paulo Piau a assumir a Presidência. O Presidente, Deputado Paulo Piau, agradeceu a seus pares pela eleição, disse da necessidade e da importância dos trabalhos da Subcomissão, e apresentou e distribuiu ao plenário resumo de seu plano de trabalho. Em seguida, o Presidente convidou para o cargo de relator da Subcomissão o Deputado Luis Carlos Heinze. Prosseguindo, o Senhor Presidente franqueou a palavra à Deputada Jusmari Oliveira, Vice-Presidente da Subcomissão, que em seu pronunciamento parabenizou o Deputado Paulo Piau por sua eleição e se colocou à disposição para colaborar no que for preciso. Dando seguimento, o Senhor Presidente concedeu a palavra, na ordem, aos Deputados Ronaldo Caiado e Luis Carlos Heinze. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e trinta e cinco minutos, antes, porém, convocou os membros a participarem de reunião a ser realizada em data e local a serem avisados posteriormente. E para constar, eu, Ana Cristina Veríssimo dos Santos, Secretária, lavrei a presente ATA, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Paulo Piau.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DA AGROENERGIA E MEIO AMBIENTE

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Segunda Reunião Deliberativa Ordinária Realizada em 25 de Junho de 2008

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e oito, reuniu-se a Subcomissão Permanente para tratar de Renda Rural, Política Agrícola e Endividamento, no Plenário 06 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Piau – Presidente; Jusmari Oliveira – Vice-Presidente; Beto Faro – Titular; Homero Pereira, Ronaldo Caiado e Veloso – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Dagoberto, Luis Carlos Heinze e Valdir Colatto. Compareceu também, como não membro, o Deputado Antônio Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado Paulo Piau, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da primeira reunião, realizada no dia 25 de Junho de 2008. Nesse momento, o Deputado Antônio Andrade pediu a palavra, pela ordem, e solicitou a dispensa da leitura da referida Ata. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente colocou a Ata em votação, e ela foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente fez a leitura do Requerimento de sua autoria, que contem a “Proposta de Trabalho” a ser discutida e aprovada, primeiramente na Subcomissão e, posteriormente, na CAPADR. Em seguida, o Senhor Presidente cedeu a palavra, para debater a Proposta de Trabalho, ao Deputado Beto Faro e, diante das ponderações dos parlamentares presentes, resolveu adiar o debate da proposta para a próxima reunião da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e quarenta e cinco minutos, antes, porém, convocou os membros a participarem de reunião a ser realizada em data e local a serem avisados posteriormente. O inteiro teor foi gravado, passando o áudio a integrar o acervo documental desta reunião. E para constar, eu, Ana Cristina Veríssimo dos Santos, Secretária, lavrei a presente ATA, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Paulo Piau.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DA AGROENERGIA E MEIO AMBIENTE

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Primeira Reunião (Instalação e Eleição de Presidente E Vice-Presidente) Realizada em 13 de Agosto de 2008

Às nove horas e vinte minutos do dia treze de agosto de dois mil e oito, reuniu-se a Subcomissão Especial para tratar da Agroenergia e Meio Ambiente, no Plenário nº 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na forma regimental, para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Assumiu a presidência dos trabalhos, na qualidade de Vice-Presidente deste Órgão Técnico, o Deputado Duarte Nogueira. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: – Titulares: Duarte Nogueira, Dagoberto, Paulo Piau, Valdir Colatto e Zonta. Suplentes: Antonio Carlos M. Thame, Fernando Coelho Filho, Moacir Micheletto e Luiz Carlos Setim. Deixaram de Comparecer: Adão Pretto, Eduardo Sciarra e Ernandes Amorim. Havendo número regimental, o Deputado Duarte Nogueira declarou abertos os trabalhos, prestou alguns esclarecimentos quanto ao número de membros da Subcomissão, bem como quanto ao processo de votação. Informou que, conforme acordo entre os membros, o nome do candidato ao cargo de Presidente é o do Deputado Dagoberto. Dando prosseguimento, o Presidente designou o Deputado Zonta para servir como Secretário e determinou o início da votação. Feita a chamada nominal, votaram os Deputados Titulares: Duarte Nogueira, Dagoberto, Paulo Piau, Valdir Colatto e Zonta. Suplente: Antonio Carlos M. Thame. Encerrada a votação, o Presidente convidou o Deputado Zonta para proceder à escrutinação. Procedida a conferência das cártulas, foi constatada a coincidência entre o número de cédulas e o de votantes, tendo sido apurados 6 (seis) votos. Processada a apuração, o Presidente anunciou o seguinte resultado: Para Presidente, Deputado Dagoberto, com 6 (seis) votos favoráveis. Diante do resultado apurado, o Presidente declarou eleito e empossou o Deputado Dagoberto, Presidente. Logo após, o Deputado Duarte Nogueira convidou o Deputado Dagoberto a assumir a Presidência e passou a palavra ao Presidente eleito para que se manifestasse. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Dagoberto encerrou os trabalhos às dez horas e oito minutos, antes, porém, convidou os membros a participarem de reunião extraordinária, logo em seguida, para a discussão e votação do relatório final, tendo sido dispensada a leitura a requerimento do Deputado Zonta. E para constar, eu, Severino Gomes de Almeida, Secretário, lavrei a presente ATA, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado Dagoberto

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DA AGROENERGIA E MEIO AMBIENTE

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Segunda Reunião Extraordinária (Deliberativa) realizada em 13 de agosto de 2008

Às dez horas e oito minutos do dia treze de agosto de dois mil e oito, reuniu-se a Subcomissão Especial para tratar da Agroenergia e Meio Ambiente, no Plenário nº 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente, Deputado Dagoberto, para a realização de Reunião Extraordinária destinada à discussão e votação da matéria constante da Pauta nº 01/08. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: – Titulares: Duarte Nogueira, Dagoberto, Paulo Piau, Valdir Colatto e Zonta. Suplentes: Antonio Carlos Mendes Thame, Fernando Coelho Filho, Moacir Micheletto e Luiz Carlos Setim. Deixaram de Comparecer: Adão Pretto, Eduardo Sciarra, Ernandes Amorim. **ABERTURA**: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos determinou a leitura das atas da Primeira Reunião (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente), da Segunda Reunião Extraordinária (Deliberativa) e da Terceira Reunião Ordinária (Deliberativa) – da 53ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária; e da Primeira Reunião (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente) da 53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária, que foi dispensada a requerimento aprovado do Deputado Zonta. Submetidas à discussão e votação, as atas foram aprovada unanimemente. **ORDEM DO DIA:** Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente anunciou o item: A – Relatório: **1) RELATÓRIO –** do Sr. Valdir Colatto – que analisa as várias questões e pontos de vista envolvendo a agroenergia, etanol e biodiesel. O Relator leu o parecer. Discutiram o relatório os Deputados Zonta e Luis Carlos Heinze. Submetido à votação, o relatório do Deputado Valdir Colatto foi aprovado unanimemente. Finalizando, O Presidente, Deputado Dagoberto, suspendeu os trabalhos, por cinco minutos, nos termos regimentais, para que fosse por mim, Severino Gomes de Almeida, Secretário, redigida a presente ATA. Reabertos os trabalhos, às dez horas e oito minutos, o Presidente determinou a leitura da ata

da Segunda Reunião Extraordinária (Deliberativa) da 53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária, tendo sido dispensada a requerimento do Deputado Zonta. Em seguida, submeteu-a à discussão e votação, tendo sido aprovada sem restrições, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Dagoberto

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA DIAGNOSTICAR E SUGERIR POLÍTICAS PARA O MERCADO DE FERTILIZANTES NO PAÍS

53ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Primeira Reunião (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente) realizada em 30 de outubro de 2008

Às nove horas e quarenta minutos do dia trinta de outubro de dois mil e oito, reuniu-se a Subcomissão Especial para diagnosticar e sugerir políticas para o mercado de fertilizantes no País, no Plenário nº 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na forma regimental, para eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência dos trabalhos, na qualidade de membro mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas, o Deputado Antônio Andrade. O livro de presença registrou o comparecimento dos Deputados: – Titulares: Antônio Andrade, Dagoberto, Eduardo Moura, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze e Valdir Colatto – Suplente: Marcos Montes. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos, prestou alguns esclarecimentos quanto ao número de membros da Subcomissão, bem como quanto ao processo de votação e informou que o Bloco PSDB/DEM/PPS, indicou como candidato ao cargo de Presidente o Deputado Leonardo Vilela, e, para candidato a vaga de Vice-Presidente, por indicação do Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB, o Deputado Luis Carlos Heinze. Dando prosseguimento, o Presidente determinou o início da votação e convidou o Deputado Eduardo Moura para secretariar os trabalhos e fazer a chamada nominal. Votaram os Deputados Antônio Andrade, Eduardo Moura, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze e Valdir Colatto. Encerrada a votação, o Deputado Eduardo Moura procedeu a escrutinação. Conferidas as cártulas, foi constatada a coincidência entre o número de cédulas e o de votantes, tendo sido apurados cinco votos. Processada a apuração, o Deputado Eduardo Moura anunciou o seguinte resultado: para Presidente, Deputado Leonardo Vilela, e para Vice-Presidente, Deputado Luis Carlos Heinze, ambos com cinco votos favoráveis. Diante dos resultados apurados, o Presidente declarou eleitos e empossou na Presidência da Subcomissão o Deputado Leonardo Vilela, e na Vice-Presidência da Subcomissão o Deputado Luis Carlos Heinze. Logo após, o Deputado Antônio Andrade convidou o Deputado Leonardo Vilela para assumir a Presidência. O Presidente, Deputado Leonardo Vilela, agradeceu a seus pares pela eleição, indicou para relator da Subcomissão o Deputado Antônio Andrade e enfatizou a importância do tema fertilizantes, item que hoje se destaca como o que mais pesa no custo de produção, devendo esta Subcomissão trabalhar para encontrar novos caminhos que nos levem a uma política de preços dos fertilizantes, que beneficie também os produtores. Prosseguindo, o Senhor Presidente anunciou a realização da primeira reunião da Subcomissão para o dia 4 de novembro de 2008, às 17 horas, no Plenário 6 , do Anexo II. Não havendo oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às nove horas e cinquenta e sete minutos. E para constar, eu, Carlos Augusto de Campos Filho, Secretário, lavrei a presente ATA, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Leonardo Vilela Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA DIAGNOSTICAR E SUGERIR POLÍTICAS PARA O MERCADO DE FERTILIZANTES NO PAÍS

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Segunda Reunião Ordinária (Deliberativa) Realizada em 5 de Novembro de 2008

Às dez horas e cinco minutos do dia cinco de novembro de dois mil e oito, reuniu-se a Subcomissão Especial para Diagnosticar e Sugerir Políticas para o Mercado de Fertilizantes no País, na Sala da Presidência da CAPADR – Anexo II – Sala T36 – Ala C.- da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Antônio Andrade, Assis do Couto, Dagoberto, Leonardo Vilela e Luis Carlos Heinze – Titulares; Celso Maldaner – Suplente. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Lupion e Valdir Colatto. Justificou a ausência o Deputado Duarte Nogueira. Havendo número regimental, o senhor Presidente, Deputado Leonardo Vilela, declarou abertos os trabalhos e acatando

as sugestões dos Deputados presentes, determinou ao Secretário que providenciasse uma Audiência dos membros da Subcomissão com o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e abastecimento – MAPA, para explicitar os objetivos dos trabalhos a serem desenvolvidos, reunir com a área técnica do MAPA e definir um interlocutor oficial daquele Órgão com a Subcomissão. Não havendo oradores inscritos e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos às dez horas e dezessete minutos. E para constar, eu, Carlos Augusto de Campos Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Leonardo Vilela Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA DIAGNOSTICAR E SUGERIR POLÍTICAS PARA O MERCADO DE FERTILIZANTES NO PAÍS

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Relatório da Reunião Técnica realizada em 17 de dezembro de 2008

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se a Subcomissão Especial para Diagnosticar e Sugerir Políticas para o Mercado de Fertilizantes no País, no Plenário 16 – Anexo II – Ala C – da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Leonardo Vilela – Presidente, Antônio Andrade – Relator e Celso Maldaner – Suplente. O Presidente declarou abertos os trabalhos, fez rápida exposição das atividades da Subcomissão durante o ano de 2008, convidou para comporem a Mesa os Doutores Celso Knijnik – Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República, representando a Ministra Dilma Roussef e Roberto Ventura Santos – Diretor do Departamento de Geologia e Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia e passou a palavra, para sua exposição inicial, ao Doutor Celso Knijnik. Prosseguindo, o Presidente cedeu a palavra, para sua exposição inicial, ao Doutor Roberto Ventura Santos. Dando prosseguimento, o Presidente teceu comentários e formulou perguntas aos expositores e franqueou a palavra aos Deputados Antônio Andrade e Celso Maldaner. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra, para respostas, aos Doutores Celso Knijnik e Roberto Ventura Santos que, durante suas falas, foram aparteados pelo Presidente e pelo Deputado Antônio Andrade. Prosseguindo, o Presidente franqueou a palavra ao Doutor Dante Daniel Scolari, agrônomo e Assessor do Deputado Paulo Piau. Em seguida, o Presidente determinou ao Secretário da Subcomissão, Senhor Carlos Augusto de Campos Filho, que providenciasse uma Audiência dos membros da Subcomissão com o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, logo no início das atividades legislativas no ano de 2009. Dando seguimento, o Presidente cedeu a palavra, para suas considerações finais, ao Deputado Antônio Andrade e aos Doutores Celso Knijnik e Roberto Ventura Santos. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às quatorze horas e trinta minutos. O inteiro teor foi gravado, passando as notas taquigráficas a integrarem o acervo documental desta reunião. E para constar, eu, Carlos Augusto de Campos Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da **Câmara dos Deputados. Deputado** Leonardo Vilela Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Terceira Reunião Ordinária de Audiência Pública, Com a Participação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, realizada em 16 de setembro de 2009

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e nove, reuniram-se a Comissão de Minas e Energia-CME e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-CDEIC, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Bernardo Ariston, Presidente da CME; Luiz Alberto e Nelson Bornier, Vice-Presidentes da CME; Albérico Filho, Alexandre Santos, Arnaldo Jardim, Betinho Rosado, Brizola Neto, Bruno Rodrigues, Carlos Alberto Canuto, Eduardo Valverde, Fábio Ramalho, Fernando Ferro, Fernando Marroni, João Oliveira, Jorge Boeira, José Otávio Germano, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Marcio Junqueira, Marcos Lima, Marcos Medrado, Paulo Abi-Ackel, Silvio Lopes e Vander Loubet, Titulares da CME; Átila Lira, Bruno Araújo, Carlos Brandão, Chico D'Angelo, Ciro Pedrosa, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Jilmar Tatto, José Fernando Aparecido de Oliveira, Leonardo Quintão, Luiz Bassuma, Pedro Fernandes, Silvio Costa, Simão Sessim, Solange Almeida e Tatico, Suplentes da CME; Edmilson Valentim, Presidente da CDEIC; João Maia, Segundo Vice-Presidente da CDEIC; Albano Franco, Capitão Assumção, Edson Ezequiel, José Guimarães, Jurandil Juarez, Laurez Moreira, Leandro Sampaio, Miguel Corrêa, Osório Adriano, Renato Molling e Vanessa Grazziotin, Titulares da CDEIC; Elizeu Aguiar e Guilherme Campos, Suplentes da CDEIC.

Compareceram, também, os Deputados Airton Roveda, Alfredo Kaefer, Arnaldo Madeira, Charles Lucena, Chico Alencar, Cida Diogo, Duarte Nogueira, Jurandy Loureiro, Nelson Marquezelli, Ribamar Alves, Ronaldo Caiado e Takayama, como não-membros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Arnaldo Vianna, Eduardo da Fonte, Ernandes Amorim, José Santana de Vasconcellos e Rose de Freitas, Titulares da CME; Dr. Ubiali, Fernando de Fabinho, Jairo Carneiro, Luiz Paulo Vellozo Lucas e Nelson Goetten, Titulares da CDEIC. O Deputado Vitor Penido-CME apresentou atestado médico para justificar sua ausência, o Deputado Arnaldo Vianna-CME comunicou estar ausente em razão da necessidade de prestar assistência a sua genitora, que se encontra internada com problema de saúde, e o Deputado Edinho Bez-CME comunicou não ter comparecido à reunião em razão de compromissos assumidos em Santa Catarina. ABERTURA: O Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública, que, em atendimento aos Requerimentos nº 446/2009-CME, de autoria do Deputado Bernardo Ariston, e nº 248/2009-CDEIC, de autoria do Deputado Edmilson Valentim, visava ao debate sobre o marco regulatório do pré-sal, tendo como convidado o Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia. O Senhor Presidente, após cumprimentar os presentes e cientificar o Plenário acerca dos procedimentos regimentais, concedeu a palavra ao Deputado Edmilson Valentim, Presidente da CDEIC, que chamou a atenção para a importância do debate a ter lugar na Audiência Pública. Na sequência, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Edison Lobão, para que iniciasse a exposição do tema. O Senhor Ministro discorreu sobre a proposta de modelo regulatório do pré-sal, tendo apresentado a proposta de novo marco legal contida nos Projetos de Lei enviados ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, os quais tratam da exploração e produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; da criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.-Petro-Sal e do Fundo Social; e da capitalização da Petróleo Brasileiro-Petrobras. O Senhor Edison Lobão abordou, ainda, a questão relativa aos royalties e à participação especial do petróleo, que serão mantidos até que uma lei específica seja aprovada no Congresso Nacional. O Senhor Ministro apontou, também, desafios tecnológicos a serem superados para se otimizar o aproveitamento dos recursos descobertos e afirmou que a nova província petrolífera, o pré-sal, posicionará o Brasil entre os dez países com as maiores reservas de petróleo e gás natural. Encerrada a exposição, deu-se início ao debate, fase em que a presidência dos trabalhos foi exercida pelos Deputados Bernardo Ariston e Edmilson Valentim. Manifestaram-se os Deputados Bernardo Ariston, Edmilson Valentim, Ronaldo Caiado, Betinho Rosado, Pedro Fernandes, Osório Adriano, José Guimarães, Eduardo Valverde, Brizola Neto, Vanessa Grazziotin, Julião Amin, Jurandil Juarez, Fernando Marroni, Renato Molling, Fernando Ferro, Marcos Lima, Jorge Boeira, Alfredo Kaefer, Cida Diogo e Solange Almeida. Os Senhores Parlamentares levantaram questionamentos especialmente em relação ao regime de partilha, ao Fundo Social e aos royalties. Concedida a palavra ao Senhor Edison Lobão, este respondeu às indagações formuladas e apresentou suas considerações finais. Ao final, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição do Senhor Ministro para os esclarecimentos sobre a matéria em discussão. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e quatro minutos. E, para constar, eu, , Damaci Pires de Miranda, Secretária da Comissão de Minas e Energia, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados Deputados**, tendo as notas taquigráficas passado a integrar o acervo documental respectivo. Deputado Bernardo Ariston, Presidente.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

EVENTO: Audiência Pública
N°: 1493/09
DATA: 16/09/2009
INÍCIO: 10h24min
TÉRMINO: 14h04min
DURAÇÃO: 03h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h40min
PÁGINAS: 69
QUARTOS: 44
DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
EDISON LOBÃO – Ministro de Estado de Minas e Energia.
SUMÁRIO: Debate sobre marco regulatório do pré-sal.

OBSERVAÇÕES

Audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Bom dia a todos. É com muita satisfação que hoje realizamos audiência pública em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, recebendo aqui o ilustre Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

Declaro aberta a audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 446, de 2009, da Comissão de Minas e Energia, de minha autoria, e ao Requerimento nº 248, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, de autoria do Deputado Edmilson Valentim.

É com grande satisfação que cumprimento todos os presentes, em especial o Sr. Ministro, que desde cedo manifestou sua vontade de aqui participar desta reunião, uma vez que na Comissão o tema em questão será discutido, assim como os novos projetos enviados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Quero, mais uma vez, lembrar a todos os senhores que esta audiência pública, sem sombra de dúvida, é da mais alta importância para o País. Estamos na iminência de ser um País extremamente desenvolvido nos próximos 50 anos, se Deus quiser, em função da descoberta do pré-sal. Por isso precisamos ter a máxima atenção e compreensão do assunto. Precisamos nos debruçar sobre o tema, estudar, buscar o conhecimento, porque não podemos errar. Temos um compromisso com a sociedade, com a Nação, e esse compromisso não nos permite errar.

Informo que a lista de inscrição para os debates está aberta. O Parlamentar que quiser interpelar o Sr. Ministro deverá dirigir-se primeiramente à Mesa para se inscrever.

Informo ainda que o Ministro Edison Lobão não deverá ser aparteado no decorrer de sua exposição. Somente após encerrada a exposição os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo cada um o prazo que estipularemos durante a sessão, tendo em vista a importância do tema. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Antes de mais nada, Sr. Ministro, eu gostaria de dizer que fui um daqueles que julgava importante a queda da urgência, pelo simples fato de podermos ter mais tempo para debater o assunto – outros colegas acham que não. Esse é um assunto natural na Casa, um assunto regimental que já ultrapassamos. Vamos buscar, da melhor maneira possível, fazer nosso trabalho. Espero que V.Exa. possa realmente colaborar, e muito, com a nossa audiência pública.

Saúdo a imprensa, os assessores parlamentares, as senhoras e os senhores que porventura estejam presentes nesta audiência.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, passo-a rapidamente ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, meu colega Deputado Edmilson Valentim, que realiza, em conjunto com nossa a Comissão, esta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Deputado Edmilson Valentim.

O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM – Obrigado, Deputado Bernardo Ariston.

Quero cumprimentar o Sr. Ministro, Senador Edison Lobão; o Sr. Secretário de Petróleo e Gás, Marco Antônio; os Deputados integrantes das Comissões de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e os demais presentes à audiência.

É uma satisfação realizar mais uma audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia, o que mostra que o tema desenvolvimento econômico, ligado aos assuntos de infraestrutura, tem sido debatido bastante não só este ano, quando tivemos a possibilidade de realizar essas audiências, como também durante o período dessa gestão governamental. Isso demonstra uma sinergia de ações que levam ao desenvolvimento econômico com base na infraestrutura e, notadamente, na questão do petróleo, gás e energia.

Registro, Deputado Bernardo, a satisfação de estar nesta Comissão, da qual participei em 2007 e 2008, esperando aqui estar em 2009 e me manter na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Esse é o tema do momento.

Sr. Ministro, a presença de boa parte das 2 Comissões com um auditório lotado de Deputados ávidos por realizar esse debate demonstra o acerto desta audiência. Agradeço a V.Exa. pela rapidez em responder aos nossos requerimentos, pois há uma série de questões que precisamos aprofundar. Agradeço a V.Exa. por estar aqui formalmente hoje, dia em que se estão instalando as Comissões Especiais. V.Exa. estará presente aqui outras vezes, mas é uma deferência para com estas 2 Comissões sua participação hoje, para responder a uma série de questionamentos da sociedade.

Os projetos enviados são importantíssimos. Sou daqueles que concordam que a descoberta do pré-sal e a forma como o estamos tratando é uma nova fronteira do desenvolvimento nacional. Então, vamos enfrentar debates sobre, por exemplo, os seguintes questionamentos: Estamos voltando ao estatismo, à época do monopólio do petróleo? A PETROBRAS tem capacidade para ser a única operadora nesses campos? É correto reservar 30% de cada uma dessas parcerias,

de cada um desses campos? É correto capitalizar a PETROBRAS da forma como está sendo proposto? A PETRO-SAL é necessária? Qual o papel da PETRO-SAL neste momento?

Então, estamos iniciando formalmente esse debate com esta audiência pública. Tenho certeza de que, se todos os assuntos aqui não forem esclarecidos, daremos o pontapé para a realização de um bom debate, um debate que estará a serviço do crescimento do País e da defesa da nossa soberania, um crescimento com distribuição de renda, com aumento do nosso desenvolvimento tecnológico e da nossa engenharia nacional, com a atração, efetivamente, de quem quiser investir na produção e na geração de empregos. É, portanto, um bom debate para esta Comissão, para a Câmara dos Deputados e para o País. É nesse sentido que iniciamos os nossos trabalhos.

Na próxima semana, vamos trazer aqui o Presidente Gabrielli e o Diretor Haroldo Lima, também em audiência conjunta, e vamos cumprir o nosso papel de Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Comissão de Minas e Energia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Deputado Edmilson Valentim. O nosso espírito aqui é justamente esse. Queremos o bom debate, buscamos o bom debate e, acima de tudo, o conhecimento.

Assim sendo, desejo a todos que tenhamos uma excelente audiência pública e que possamos retirar daqui o máximo possível para esclarecer as nossas dúvidas e realizar da melhor forma o nosso trabalho parlamentar.

Passo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para proceder à sua exposição, durante o tempo que for necessário, tendo em vista a importância e relevância desse assunto. Informo ainda que a TV Câmara está transmitindo ao vivo para todo o Brasil este debate tão importante.

Então, Sr. Ministro, por favor, V.Exa. use o tempo da melhor maneira possível.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Sr. Deputado Bernardo Ariston, Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Valentim, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que concordaram em realizar esta reunião que se fez conjunta; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores.

Há 4 anos eu me encontrava em Nova Iorque e houve ali um apagão. No mundo moderno, o apagão, a ausência da energia elétrica, significa o caos absoluto. Naqueles momentos em que eu andava pelas ruas daquela grande cidade americana, eu voltava o meu pensamento aos idos de 1800, e até há 2000 anos, quando São Paulo escreveu as suas famosas epístolas, e tudo aquilo à base da lamparina e do archote. Aquele era o mundo de 2000 anos.

Em 1850, começou a energia criada pelo homem a partir da madeira. A madeira foi a fonte energética que passou, então, a ser utilizada. No passo seguinte, veio o óleo. A humanidade dava os seus primeiros passos na direção do petróleo. Tempos depois, veio também o ciclo do gás, e assim evolui a humanidade.

Neste momento, a indústria petrolífera completa 150 anos de existência, tendo o planeta consumido 1 trilhão de barris de petróleo ao longo desses 150 anos, de um século e meio. Todos sabemos que essa é uma fonte energética fundamental, porém finita. Ela caminha a passos largos para encerrar-se como ciclo generoso que tanto serviu à humanidade.

Temos ainda, no mundo, reserva da ordem de 1 trilhão e 250 bilhões de barris de petróleo, que, todavia, não serão suficientes para os 150 anos equivalentes ao passado e, sim, para apenas 40 anos. Temos hoje uma população da ordem de 6 bilhões de seres humanos e, dentro de 20 anos, seremos 10 bilhões.

Todos os países consomem hoje algo em torno de 82 milhões de barris de petróleo diariamente, e esse consumo é ascendente, até chegarmos a 20 anos na ordem de 200 milhões de barris por dia. No instante em que isso estiver acontecendo, uma outra curva em frente irá, que é a curva da produção de petróleo. É nesse cenário em que agora se insere o Brasil.

Todos os senhores já ouviram falar do Relatório Link. Um geólogo americano foi contratado pelo Brasil, há décadas, para que aqui examinasse a possibilidade de ter o Brasil grandes reservas de petróleo. Link, depois de muito pesquisar, emitiu o seu relatório dizendo que não havia grandes possibilidades, naquele momento, em terra e que possibilidades poderia haver, no futuro, no mar. O Relatório Link foi contestado por muitos brasileiros porque não era aquilo que queríamos ouvir de um técnico, notadamente de um técnico importado. Atribuiu-se a ele intenções conspiratórias no sentido de encobrir aquilo que, no futuro, poderia vir a servir a interesses diferentes dos interesses do povo brasileiro. Em verdade, hoje se verifica que o Relatório Link era honesto. Ele falava de uma época, não do futuro. Ele não era dotado do sentimento de premonição para saber que o Brasil, dentro de pouco tempo, pudesse vir a ser um produtor de petróleo.

Aquela era tecnologia conhecida. Os americanos começaram com o petróleo vazando a céu aberto. Hoje, estamos fazendo perfurações de grandes dimensões, não apenas no Brasil, como no mundo inteiro.

Durante muito tempo, o Brasil tornou-se um país importador de petróleo. Importamos petróleo até 2006, quando o Presidente Lula declarou a autossuficiência brasileira na produção de óleo no País. Hoje, o Brasil está produzindo e consumindo algo em torno de 2 milhões de barris de petróleo. Se agregarmos à produção que vem do exterior, produzida pela PETROBRAS, então, iremos a 2 milhões e meio de barris diariamente. O País caminha celeremente para tornar-se não apenas produtor e consumidor, como também exportador de petróleo. A descoberta que se fez na região chamada de pré-sal é algo que anima as forças da Nação brasileira. Nós queríamos isso, mas não imaginávamos que fosse possível tão repentinamente.

Srs. Deputados, no mundo do petróleo, considera-se um campo gigante aquele que produz 600 mil barris por dia. Descobrimos campos que serão capazes de produzir 1 milhão de barris por dia. Essas foram as descobertas feitas pela PETROBRAS, essa empresa da qual todos nós brasileiros nos orgulhamos e, graças a ela, foi possível a autossuficiência e a projeção do Brasil como país produtor de petróleo.

A tecnologia da PETROBRAS é algo admirável e invejável pelo mundo inteiro. Nenhum país avançou tanto na sua tecnologia quanto o Brasil por intermédio da PETROBRAS.

Digo-lhes essas coisas para informar que, por muito tempo ainda, ou seja, 4 décadas – e no mundo moderno em que vivemos 4 décadas significam verdadeiras transformações ao longo desse percurso – verdadeiras revoluções tecnológicas ocorreram. O mundo não se presta mais para as guerras de conquista, como ocorreram ao tempo de Alexandre, Júlio César e de tantos outros generais que compõem a história. As revoluções e as conquistas se fazem pelo campo da ciência e do conhecimento. E é disso que estamos aqui a falar.

Portanto, o petróleo continuará sendo um energético de grande importância pelos próximos 40 anos. E a menos que consigamos descobrir novos campos aqui e alhures, em verdade, a humanidade terá de procurar outros mecanismos, outras alternativas para o suprimento de suas energias, que terão de ser renováveis. Até lá, falemos nós sobre o pré-sal.

Existem países que são consumidores intensivos de petróleo. Os Estados Unidos consomem cerca de 20 milhões de barris por dia, o que significa 22% de toda a produção mundial, e produzem apenas 8 milhões. Embora sejam o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, consomem 20 milhões de barris por dia, importando 12 milhões de tudo quanto consomem.

A China, esse vulcão desenvolvimentista, já consome hoje 8 milhões de barris de petróleo diariamente. Aquele país produz apenas 4 milhões de barris de petróleo, de cujas reservas não poderão extrair mais do que isso, porque elas se esgotarão dentro de 5 anos. E, mais ainda, em cerca de 15 anos, a China estará consumindo tanto petróleo quanto os Estados Unidos da América. Daí a curva ascendente do consumo, enquanto a curva da produção é cadente, a partir dos próximos 20 anos.

Com os recursos do pré-sal, o Brasil tem potencial para tornar-se importante ator da geopolítica nacional. A área de ocorrência de petróleo do pré-sal, cujo potencial petrolífero é superior a qualquer outro até hoje descoberto no Brasil representa cerca de 2.3% do total das bacias sedimentares brasileiras, que totalizam 6 milhões e 400 mil quilômetros quadrados. A área total do pré-sal, que tecnicamente os geólogos chamam de "picanha azul", é da ordem de 149 mil quilômetros quadrados, vai do Espírito Santo, passa pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, e chega a Santa Catarina. Essa é a faixa do pré-sal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui está essa parte azulada do oceano que constitui o pré-sal; nesse outro ponto, vemos os blocos em que já estão sendo explorados o petróleo. Somente nessas 4 concentrações, temos mais petróleo acumulado como reserva do que todas as reservas certificadas no Brasil até hoje. O Brasil tem 14 bilhões de barris de petróleo certificados e mais 16 bilhões em apenas esses 4 campos. Ou seja, tínhamos 14 bilhões de barris de petróleo e temos hoje 30 bilhões de barris, o que é suficiente para 50 anos de consumo interno nacional.

A nossa situação antes do pré-sal era crítica, porque não iríamos além de 18 ou 20 anos de consumo com reservas conhecidas. Hoje, já temos a segurança, a garantia de 50 anos de petróleo acumulado para o nosso consumo interno. Isso, sem falar nos demais campos, que constituem 70% do pré-sal.

Leiloamos, pelo regime de concessão, até agora, cerca de 30% de todo o pré-sal. Temos ainda 70% de reservas intocadas, não leiloadas, não distribuídas e sendo prospectadas, pesquisadas, para que se agregue o estoque de petróleo, o certificado do nosso País.

Imaginamos que dentro de 10 anos estaremos produzindo 3 milhões e 800 mil barris de petróleo por dia, podendo, portanto, exportar boa parte daquilo que estivermos explorando.

O Governo brasileiro à época, tomará as decisões estratégicas que forem de seu interesse. A calibragem de exploração de petróleo – para consumo, sim; para exportação, talvez – se fará pelo Conselho Nacional de Política Energética, órgão presidido pelo Ministério de Minas e Energia, porém composto por vários Ministros

que atuam como auxiliares do Presidente da República. Ou seja, as decisões do Conselho Nacional de Política Energética são tomadas, em última análise, pelo Chefe da Nação brasileira, qualquer que seja ele.

O maior potencial da nova província concentra-se na Bacia de Santos, litoral dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em região de águas ultraprofundas, com distância até a costa de cerca de 300 quilômetros.

Os volumes divulgados indicam reserva da ordem de 16 bilhões de barris de óleo equivalentes apenas em 4 das descobertas anunciadas, que são: Tupi, com 5 a 8 bilhões de barris; Iara, com 3 a 4 bilhões de barris; Guará, com 1 a 2 bilhões de barris, e Parque das Baleias, com 1,5 a 2 bilhões de barris.

Recordam-se os senhores que eu, ainda há pouco, dizia que o campo gigante é aquele que apresenta a partir de 600 milhões de barris de petróleo por dia. Aqui estamos falando de bilhões de barris de petróleo.

As reservas brasileiras atuais são aproximadamente – as conhecidas, como eu disse – 16 bilhões de barris ao dia de petróleo equivalente, isto é, petróleo ou o equivalente em gás. A nova província do pré-sal posicionará o Brasil entre os 10 países com as maiores reservas mundiais de petróleo e gás.

Vemos a indicação das maiores reservas: Arábia Saudita, 264 bilhões de barris ao dia de petróleo; vem descendo, até chegarmos ao Brasil, com 12 bilhões e 600, antes desses novos cálculos que foram feitos, a respeito dos quais eu acabo de falar, ou seja, 16 bilhões de barris ao dia de petróleo.

Imaginamos que o Brasil venha a ser, dentro de pouco tempo, a oitava maior nação detentora de reservas de petróleo. Com as áreas até agora avaliadas, será possível ao País atingir a produção média diária de aproximadamente 3 milhões e 600 mil barris ao dia de petróleo em 2015, 2017 – vemos aqui a curva ascedente da nossa capacidade produtiva.

O consumo nacional, em 2017, será próximo de 2 milhões e 600 mil barris ao dia de petróleo, o que resultará na possibilidade de, à época, exportarmos 1 milhão de barris ao dia de petróleo, o que não é pouco. Um milhão de barris ao dia de petróleo significa metade do nosso consumo atual.

Há uma série de desafios tecnológicos a serem superados, a fim de otimizar o aproveitamento dos recursos descobertos, mas que não impedem o seu desenvolvimento. Por enquanto, os maiores desafios consistem na grande distância até a costa, na profundidade dos reservatórios, na grande lâmina d'água e na espessa camada de sal a ser vencida.

Na exploração da área de Tupi, um teste de longa duração foi iniciado em 1º de maio de 2009. Em 2010, entrará em operação o piloto de produção. Em 2015, o primeiro sistema definitivo. E, aí, estaremos produzindo, somente nesse campo de Tupi, 1 milhão de barris ao dia de petróleo – isso é raro no mundo.

Para estudar e propor as alterações necessárias, a legislação do setor de petróleo e gás foi constituída pelo Presidente da República, em julho do ano passado, por meio de uma Comissão Interministerial. Os trabalhos da Comissão buscaram modelo regulatório que permita ao Governo, vale dizer, à União Federal, promover a gestão estratégica das atividades de exploração, produção e comercialização do petróleo e gás natural; aumentar a apropriação da renda petrolífera pela sociedade, proporcionando o atendimento de políticas públicas estratégicas consideradas urgentes; aproveitar a privilegiada situação do País em termos políticos e econômicos, para consolidá-lo como fornecedor confiável a países importadores de petróleo.

Neste ponto, os senhores verão o sistema de importação e exportação de petróleo. Na parte em vermelho, vemos os principais consumidores, muitos dos quais também produtores, como é o caso dos Estados Unidos, os maiores consumidores e estão entre os maiores produtores também. Vêm, a seguir, o Japão, a China – o Japão ainda hoje consome um pouco mais que a China –, a Alemanha, a Coréia do Sul, a Índia, que começa a consumir bastante petróleo, e a França.

São países produtores: Arábia Saudita, Rússia, Irã, Emirados Árabes, Kuwait, Noruega, Nigéria, Venezuela e Iraque. Os Estados Unidos, no caso, como país produtor, encontram-se no lugar do Irã, que é o quarto. Aqui está em terceiro lugar porque não importa, apenas produz e consome pouco.

Há uma questão curiosa: os países consumidores têm poucas reservas, alta tecnologia – são os do lado vermelho –, grande base industrial, grande mercado consumidor e estabilidade institucional. É o que ocorre com os países basicamente consumidores.

Os principais produtores são países que produzem com muitas reservas, pouca tecnologia, reduzida base industrial, pequeno mercado consumidor e instabilidade, em alguns casos, de natureza política.

O Brasil encontra-se entre os países consumidores, produtores, com estabilidade econômica e política e alta competência tecnológica no setor da prospecção e produção de petróleo, isto é, o Brasil está numa situação privilegiada entre esses 2 blocos.

O que são regime de partilha e de concessão? O que estamos propondo é a adoção do regime de contrato de partilha de produção para a área do pré-sal. Quando digo área do pré-sal, refiro-me apenas aos 70% ainda não licitados. Para aqueles blocos exploratórios que mostrei, que são capazes de produzir e que

possuem ali cerca de 16 bilhões de barris de petróleo, não haverá o regime de partilha.

A partilha de produção é um tipo de contrato pelo qual a União acorda com empresas petrolíferas os termos da divisão do produto auferido pelas atividades de exploração e produção nas áreas contratadas. Tal regime será estendido para outras áreas que venham a apresentar as mesmas características estratégicas encontradas na região do pré-sal, isto é, alto potencial e baixo risco.

O que estamos propondo com o regime de partilha não se circunscreve aos 70% do pré-sal. Onde quer que estejamos a descobrir novas e grandes reservas de petróleo, a partir de poços, blocos gigantes, ali também atuará o regime de partilha.

Para as demais áreas e para os contratos em vigor, será mantido o atual regime de concessão, no qual o óleo é todo dos concessionários, cabendo à União Federal apenas o recebimento das participações governamentais. Nada mais do que isso.

Nos 6 primeiros países, os maiores produtores de petróleo do mundo, e depois no oitavo e no décimo, assim por diante – que estão nessa parte em vermelho – o regime será de partilha. Dos 24 maiores produtores de petróleo do mundo, 16 atuam com regime de partilha; 2, nessa parte em amarelo, são os países que adotam partilha ou serviço, ou regime misto, e os países que adotam concessão de partilha. Apenas os países em azul, dentre os quais o Brasil, possuem o regime de concessão. No mundo, os países produtores adotam o regime de partilha. Digo mais: cerca de 80% de toda a produção de petróleo do mundo estão submetidos ao regime de partilha. Na partilha de produção, as empresas contratadas recebem a parte que lhes cabe em óleo, de acordo com os termos da partilha. A empresa contratada empreende, por sua conta e risco, todas as atividades exploratórias. Por se manter proprietário do óleo produzido, diferentemente do que ocorre no contrato de concessão, o Governo exerce maior gerenciamento da produção.

No modelo proposto, a União poderá contratar diretamente a PETROBRAS ou, por meio de licitação, empresas nacionais ou internacionais. A PETROBRAS será a operadora em todos os contratos de partilha com o mínimo de 30% de participação no consórcio contratado. O operador, que no caso é a PETROBRAS, é responsável pela produção das atividades de exploração e produção, providenciando os recursos críticos, ou seja, tecnologia, pessoal e recursos materiais. O operador tem acesso a informação estratégica. Ter o domínio da informação estratégica é fundamental para o Brasil. Na medida em que ele está explorando e fazendo novas descobertas, enfrentando novas dificuldades, novos obstáculos, a PETROBRAS vai se aperfeiçoando e nós vamos conhecendo melhor aquilo que há lá embaixo.

É dever do Brasil, penso eu – e eu não sou dono da verdade –, cuidar para que o conhecimento estratégico e suas riquezas se mantenham em poder do Brasil e não em poder de outras Nações. Daí o fato de termos partido para conceder à PETROBRAS o poder de ser o operador único nessas reservas estratégicas que o Brasil possui. O controle sobre a produção e custos é também do operador.

Desenvolvimento da tecnologia. Nas regras atuais do modelo de concessão, a Agência Nacional do Petróleo já define – esse é um dado curioso – que o operador deve ter pelo menos 30% de participação no bloco. Ou seja, no regime de concessão, qualquer que seja o operador, ele deverá ter, no mínimo, 30% de participação. A participação do operador nas águas profundas do Golfo do México, e lá se encontra também a PETROBRAS, é de 97%.

A criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – PETRO-SAL, não operadora, com quadro reduzido e altamente qualificado para representar os interesses da União nos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural. Esse é o papel da PETRO-SAL: representará a União nos consórcios e comitês operacionais que deverão ser criados para gerir os diferentes contratos de partilha.

A PETRO-SAL tem por objetivo diminuir a assimetria de informações entre a União e as empresas de petróleo por meio da atuação e acompanhamento direto de todas as atividades na área de exploração e produção, em especial o custo da produção do óleo. Representará a União Federal nos acordos de individualização de produção. O que é isso? Tupi está aqui, nesse bloco, no pré-sal, e já começa a explorar; aqui está a União Federal no pré-sal. Existe um lago de petróleo daqui para cá. O que estará ocorrendo hoje? O consórcio privado, que está explorando em Tupi, seguramente, está tirando o óleo que lhe pertence, e também o óleo que pertence à União Federal – vale dizer, ao povo. Daí a necessidade de se fazer a unitização ou individualização de produção, como dizem os técnicos.

C riação de um fundo social para receber o resultado financeiro relativo ao exercício da atividade de exploração e produção, com o objetivo de aprimorar a política de desenvolvimento social do País. O fundo realizará investimentos no Brasil e no exterior com o objetivo de diversificar o risco e evitar os problemas da chamada doença holandesa. Os resgates do fundo social serão autorizados pelo Conselho Deliberativo,

composto por membros da Administração Pública Federal e da sociedade civil.

Constituiremos 2 Conselhos: o Conselho Deliberativo, que tomará as decisões fundamentais e não será remunerado, sendo composto por altos funcionários do Governo Federal e pró-homens da sociedade civil brasileira; e o Comitê Executivo, aquele que vai aplicar as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. Os recursos do fundo social repassados à União serão orçados e fiscalizados pelo Congresso Nacional, ou seja, entrarão no Orçamento da União.

Os royalties e a participação especial serão mantidos na regra atual, até que uma lei específica seja aprovada pelo Congresso Nacional. A proposta do Governo foi nesse sentido: o Congresso deliberará sobre o que quer fazer com os royalties e com as participações especiais.

Para o desenvolvimento da província do pré-sal, estima-se que serão necessários investimentos de centenas de bilhões de dólares num período de 30 anos. A PETROBRAS será responsável por grande parte desses investimentos por ser a empresa com maior participação na área já concedida do pré-sal e integrante obrigatória de todos os contratos de partilha. Como sócia controladora da PETROBRAS, a União tem interesse em capitalizar essa empresa com vistas a dotá-la dos recursos necessários para realizar os investimentos que viabilizarão a exploração das áreas do pré-sal.

Por que, afinal, capitalizar ainda mais a PETROBRAS? Para aumentar sua capacidade de financiamento e para realizar os investimentos no pré-sal. Na medida em que eleva sua capitalização e seu capital social, agrega condições para obter mais largos recursos por empréstimo para seus investimentos necessários, para reduzir também a alavancagem da PETROBRAS e permitir a tomada de novos recursos, aumentar as reservas de petróleo da PETROBRAS com reflexos no valor da companhia.

Fortalecimento e capitalização da PETROBRAS. A União cederá à PETROBRAS, de maneira onerosa, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural em algumas áreas, que muito provavelmente serão essas áreas unitizáveis não-concedidas do pré-sal, até o limite de 5 bilhões de barris de petróleo equivalente. O volume e o valor econômico dessa cessão serão determinados por uma avaliação prévia e independente das reservas e serão certificados em caráter final pela Agência Nacional do Petróleo, que terá a última palavra sobre quanto valem essas reservas do total de 5 bilhões de barris.

A operação incluiu uma cláusula de reavaliação do valor das reservas, nos termos e em prazo a serem estabelecidos no contrato que se firmará. Se o preço subir, a PETROBRAS pagará a diferença à União. Se o preço cair, ocorrerá o inverso, ou seja, a União pagará à PETROBRAS.

Os grandes investimentos necessários para a produção no pré-sal constituirão importante oportunidade de desenvolvimento do País como fornecedor de bens e serviços para a indústria petrolífera.

Quero, com isso, dizer que, como exigiremos um componente nacional intensivo, vamos ativar, de maneira surpreendente até, a indústria nacional, gerando centenas de milhares de empregos neste País, graças à intensificação da produção do petróleo do pré-sal e à utilização da empresa nacional fornecedora de equipamentos.

O pagamento da PETROBRAS à União poderá ser feito por meio de títulos públicos. Para tanto, propõe-se a emissão de títulos para capitalizar a PETROBRAS.

Ouço muito dizer que, com a criação da PETRO-SAL, a Agência Nacional do Petróleo não terá mais função. É absolutamente equivocado. A Agência prosseguirá com todas as suas prerrogativas. Ela vai regular e fiscalizar todas as atividades do pré-sal. Ela vai aprovar os planos de exploração, de avaliação, de desenvolvimento e até de produção de petróleo. A Agência vai elaborar os editais de contratos, vai realizar os leilões, vai aprovar os acordos de individualização da produção, o que é fundamental. A proposta inicial é que os agentes de áreas unitizáveis se entendam entre si. Na medida em que eles não se entenderem, será a Agência Nacional do Petróleo aquela que vai fazer a arbitragem dos direitos de cada qual. Vejam como é fundamental a presença da Agência nesse processo.

Finalmente, a Agência vai representar a União no período da transição. E o que vai fazer a PETRO-SAL? Eu direi em seguida, durante os debates.

Daí, Sras. e Srs. Deputados, termos enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que diz respeito à exploração e à produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; o Projeto de Lei nº 5.939, de 2009, que diz respeito à criação pública da PETRO-SAL; o Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, sobre a criação do Fundo Social; e o Projeto de Lei nº 5.941, de 2009, sobre a capitalização da PETROBRAS.

Creio, Srs. Presidentes, que esse é um resumo de tudo quanto poderíamos apresentar no que diz respeito aos projetos de lei enviados ao exame do Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Muito obrigado, Sr. Ministro. Se esse é o resumo, posso dizer-lhe que a Comissão tem a tarde inteira para

ouvir a íntegra do que V.Exa. tem para dizer. Isso não seria problema para nós aqui, até porque queremos muita informação.

Antes de passar a palavra para os Parlamentares inscritos, quero dizer a V.Exa. que eu, particularmente, considero os 4 projetos apresentados muito bem estruturados, bem elaborados e tecnicamente bem feitos. Evidentemente, precisam de alguns ajustes , precisam ser azeitados, para melhor funcionar no Brasil, caso se tornem leis.

Quero aproveitar para abordar rapidamente alguns pontos, Sr. Ministro. O primeiro é com relação à partilha, porque já temos bastante informação, inclusive de escritórios de advocacia renomados, de juristas renomados, sobre a possibilidade de inconstitucionalidade do projeto de lei que versa sobre a partilha. Obviamente, isso será tratado na Comissão de Constituição e Justiça, o fórum adequado para definir a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade, mas eu gostaria de saber de V.Exa. qual é a estratégia do Governo caso haja essa situação, se já foi previsto um plano B para esse assunto específico.

Há outro assunto que julgo da maior importância, sobretudo para o entendimento da população, mais precisamente da população mais leiga do nosso País, que vem acompanhando todo esse processo e está achando que o Brasil já deu um grande passo, que o Brasil, da noite para o dia, com a apresentação desses 4 projetos, já virou um País "trilionário", enfim, está bem posicionado nessa questão no mundo. Eu quero que V.Exa. explique o que disse a respeito do Fundo Social. É evidente que a maioria dos Parlamentares e a maioria das pessoas que estão nesta Comissão sabem do que se trata o que eu vou perguntar, mas eu quero que V.Exa. explique de forma muito didática, uma vez que a TV Câmara está transmitindo a audiência ao vivo. V.Exa. disse que um dos objetivos do Fundo Social é diversificar o risco e evitar os problemas da doença holandesa. Então, para o brasileiro mais leigo, para o brasileiro que está mais distante, eu gostaria que V.Exa. explicasse de forma didática o que é a doença holandesa.

Com relação à questão dos royalties e à participação especial, eu, que venho de Estado produtor de petróleo e que, obviamente, defenderei, juntamente com a minha bancada e com as demais bancadas de Estados produtores de petróleo, a questão dos royalties, quero fazer a seguinte consideração: acredito que, nesse aspecto, o Poder Executivo deixou o abacaxi na mão do Congresso Nacional. E esse abacaxi, pelo que estamos percebendo, não vai ser muito doce. Ele vai ser um pouco amargo. Vamos ter longos debates a respeito do assunto, porque, evidentemente, quando tratamos de recursos, ainda mais recursos para Estados e municípios, o debate aqui é muito grande. Mais importante do que discutir a questão dos recursos que advirão de royalties, de participação especial, de seja lá o que for é a forma como esses recursos serão utilizados lá na ponta, porque, hoje mesmo, já vemos casos duvidosos de utilização dos recursos dos royalties atuais. Então, eu gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso.

E eu gostaria de ouvir a sua opinião a respeito de proposta que fechamos no Rio de Janeiro, com a bancada dos Deputados do Rio de Janeiro e com a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Seria a possibilidade, quando tratarmos do assunto, no momento propício, de aumento do repasse dos royalties. Vou ler um trechinho, para V.Exas. entenderem o que estou querendo dizer.

O sistema hoje funciona da seguinte forma: Estados e municípios produtores ficam com 2,6250 % dos recursos; os que possuem instalações, com 0,8750%; a União arremata 3%; e todos os demais municípios e Estados recebem também do Governo 0,8750%.

O Planalto apresentou a proposta de que os Estados produtores passariam a receber 2%; os municípios, 1,5%; aqueles que possuem instalações, 0,5%; a União, 3,5%; e os demais entes federativos, 4,5%. Essa seria a proposta do Poder Executivo, que foi ventilada.

O repasse dos royalties é de 10%. Se nós aumentarmos o repasse, por exemplo, para 13%, proposta que considero até justa, o Governo repassaria os 3% excedentes para os demais Estados e municípios, que ficariam com 3,8%, e a União continuaria com os 3%. Ou seja, Estados e municípios perderiam um pouco, mas ficariam quase dentro do patamar que o Governo estipulou inicialmente, de 4,5%. Eu pergunto: V.Exa. já avaliou essa proposta? V.Exa. acha interessante essa proposta? V.Exa. acha que essa proposta pode ser um norteador para a discussão, no momento propício, da questão dos royalties?

Era isso que eu tinha para colocar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Até para tornar os trabalhos mais eficientes, logo após a fala do Deputado Edmilson Valentim, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, V.Exa. poderia passar a palavra para os Deputados, para que todos fizessem indagações, e o Ministro responderia ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Se essa for a melhor maneira, Deputado Valverde,

certamente faremos. Vamos experimentando. Nós já temos essa experiência. Esta audiência pública é muito polêmica, então vamos experimentando aos poucos, até achar a melhor forma possível. O Líder Caiado, por exemplo, já pediu a palavra como Líder. Então, após o Deputado Edmilson, passarei a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – É bom estipular um tempo, para evitar que uns falem menos e outros falem mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Perfeito. De 3 a 5 minutos, a princípio.

Passo a palavra ao Deputado Edmilson Valentim.

O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM – Vou falar aqui rapidamente, como autor de requerimento.

Primeiro, quero parabenizar o Governo pela proposta da mudança do marco regulatório. A vida vai mostrando e os dados vão mostrando que é correto, e o Governo teria que fazer essa modificação, em função da realidade. Não se descobre uma riqueza como essa sem se analisar a necessidade de mudar. E mudar não para prejudicar nenhuma outra empresa que, por exemplo, hoje detenha blocos no regime de concessão. A aplicação no regime de concessão nesse período foi responsável pelo crescimento da produção de petróleo durante esses anos, em função do risco de se achar petróleo.

Por isso, a primeira pergunta é sobre a perspectiva da continuidade do regime de concessão em descobertas na área do pós-sal. Porque nós vamos continuar investindo nessa nova fronteira, que é o pré-sal, e a proposta é a utilização do regime de partilha, mas continuará a haver investigações, pesquisas e descobertas em área do pós-sal. É muito importante que isso fique claro, porque, na minha compreensão – e é essa a proposta –, nós estamos adotando um regime misto: concessão para a área do pós-sal e partilha para a área do pré-sal e áreas estratégicas. Talvez tenhamos que examinar e colocar na lei a definição de áreas estratégicas, para ficar claro.

Por essa compreensão, em relação à quantidade de investimentos para o desenvolvimento dos campos do pré-sal a quantidade de recursos para investimento são bastantes vultosos. A PETROBRAS, como única operadora na avaliação do Governo, está em condições financeiras de fazer a busca dessa prospecção? Ontem, nós fizemos um debate com a ANP. Somente 2 poços perfurados, que vão ser feitos pela Agência Nacional do Petróleo, custam 600 milhões de reais. Portanto, o investimento é vultoso com relação a isso. A PETROBRAS está em condições de arcar com os investimentos? É necessário, dado o que o Ministro informou sobre as reservas, retirar o petróleo. Nós precisamos retirar o petróleo. E há a diferenciação do sistema de partilha, do modelo de partilha – por ser da União, ela orienta esse petróleo para suas refinarias e o utiliza em função de uma política de desenvolvimento. Daí a importância desse novo modelo, a partir do momento em que nós vamos orientar as refinarias, o desenvolvimento tecnológico, as indústrias nacionais, para fazer crescer e não simplesmente exportar óleo cru.

O Brasil hoje já exporta minérios e soja e não tem valor agregado nessas commodities. Nós temos de ampliar a nossa capacidade de refino e, por isso, é importante construirmos mais plantas para processar o óleo aqui, para agregar valor e, aí sim, fazer parte dos países que exportam gasolina, óleos lubrificantes e outros produtos derivados do petróleo. A meu ver, uma das grandes vantagens do regime de partilha é ser proprietário do óleo e orientar o óleo a partir de um programa de desenvolvimento.

Sr. Presidente, para contribuir com os debates da Comissão, faço essas primeiras observações. Entendo que o grande e principal debate é sobre a importância do modelo e a forma como será utilizado para aumentar a riqueza do País e assegurar que a riqueza volte para a sociedade e o País em termos de desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Muito obrigado, Deputado Edmilson Valentim.

Passo a palavra ao Ministro Edison Lobão. Em seguida, como Líder, ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Sr. Presidente Bernardo Ariston, V.Exa. indaga inicialmente sobre as dúvidas que já começam a existir a respeito da constitucionalidade da lei proposta ao Congresso Nacional. Quero dizer que o tema foi exaustivamente examinado pela comissão interministerial. Primeiro, nós consultamos os juristas do Ministério e do Palácio do Planalto. A Advocacia-Geral da União também foi ouvida a respeito. Todos consideraram perfeitamente constitucional o que estamos fazendo.

Segundo, há decisões do Supremo Tribunal Federal a esse propósito, garantindo-nos, portanto, tranquilidade quanto à constitucionalidade dos projetos oferecidos ao Congresso brasileiro. Portanto, se dúvida houvesse em relação a eles, mesmo tendo todos esses juristas sido consultados, essas dúvidas teriam sido espancadas pelas decisões do Supremo Tribunal Federal a esse propósito. A nós incumbe dar essas explicações, mas com a tranquilidade de que seguimos o caminho acertado, o caminho correto.

Pergunta V.Exa. sobre o Fundo Social e a doença do petróleo. O que isso significa? Alguns países que conseguiram grandes concentrações de petróleo

e repentinamente se transformaram em nações ricas internalizaram esses recursos e tiveram dificuldades profundas com a presença de tantos recursos nas fronteiras do mesmo país. A partir das descobertas feitas na Noruega, houve a correção estratégica da aplicação de tais recursos. O que fez aquele país? Constituiu um fundo soberano e o colocou no exterior. Ao longo de 40 anos, a Noruega acumulou cerca de 300 bilhões de dólares, que se encontram no exterior. É uma reserva estratégica, que garante a solidez da economia, sem nenhuma interferência na moeda e na circulação dos recursos internos do país.

A partir daí, todos os países adotam o mesmo procedimento. E é isso que nós vamos fazer. A rigor, no mundo pouca coisa se inventa, vai aproveitando-se a experiência dos outros e aperfeiçoando-a. É o que nós fizemos. Nós estudamos todos os modelos do mundo, todos os procedimentos dos países produtores de petróleo e procuramos fazer aqui aquilo que a nós pareceu ser o mais correto, com as nossas adaptações devido às circunstâncias especiais do Brasil. O que vamos fazer é constituir esse fundo e deixá-lo no exterior, a exemplo dos demais países, recebendo de volta o resultado da aplicação dos recursos, para, aí sim, transformar os resultados em benefício da sociedade brasileira.

Isso vai acontecer prontamente? Não. Não se imagine que o Fundo Social seja capaz de produzir, desde logo, uma transformação na paisagem econômica do País. Não, esse fundo não existe ainda. Nós precisamos, primeiro, produzir o petróleo do pré-sal para, a partir daí, obter os recursos dele decorrentes, aplicá-los no exterior e receber de volta o resultado das aplicações. O fundo poderá ser formado também por outras fontes de recursos que estamos examinando, e, ao longo do tempo, isso vai sendo aperfeiçoado e colocado em prática.

O Deputado Bernardo Ariston, como fluminense e vascaíno que é, queixa-se de que o Poder Executivo entregou o abacaxi dos royalties para deliberação soberana do Congresso Nacional. A rigor, não foi bem assim. Nós havíamos elaborado uma proposta concreta a respeito de royalties, em que, seguindo as determinações do caput do art. 20 da Constituição, nós procurávamos distribuir os benefícios dos royalties e das participações especiais com todos os brasileiros, e não com apenas alguns. Porém, numa reunião – que precedeu em 24 horas o envio dos projetos ao Congresso Nacional –, no Palácio da Alvorada, com a presença dos 3 Governadores dos Estados produtores de petróleo, o Presidente da República ouviu as ponderações, as reivindicações. E, junto com os Governadores, tomou a decisão, junto com os seus Ministros, entre os quais, eu, de mandar a mensagem tal qual foi enviada, com um dispositivo que estabelece que, enquanto uma nova lei não estabelecer critérios em sentido contrário, prevalecem os princípios da legislação atual. Ou seja, aplicam-se os fundamentos da legislação atual do regime de concessão também ao regime de partilha, até que o Congresso Nacional disponha em sentido contrário.

Aqui e acolá ouço algumas críticas cavilosas, segundo as quais esse dispositivo foi redigido de modo a dar uma interpretação tal e qual. Teria sido um dispositivo esperto. Não, o Governo Federal não praticou nenhuma esperteza. Esse dispositivo foi redigido basicamente pelo Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, o Sr. Joaquim Levi, com a colaboração de juristas do Governo Federal. Portanto, se algum defeito há no artigo, não culpem a União. Seria injusto.

Hoje, temos na Câmara cerca de 300 emendas a esses 4 projetos, o que significa que os Deputados estão participando ativamente dos debates, do exame dessa matéria. Isso é ruim? Não, não é. Quanto maior a participação dos Parlamentares, maior por igual será a possibilidade de se elaborar melhor a lei que oferecemos ao exame dos legisladores brasileiros.

Pergunta o Deputado Bernardo Ariston, inteligente e talentoso que é, sempre procurando defender o seu torrão natal, no que faz muito bem S.Exa., se não seria o caso, para resolver esse problema entre as bancadas dos Estados produtores e as dos não produtores, de se aumentar o royalty e, com isso, dotar os Estados não produtores de melhor participação na distribuição do bolo.

Ora, se fizermos isso, estaremos reduzindo a participação da União na partilha. O bolo tem 100%. Não podemos esticá-lo para 120%, 130%. Quanto mais for esse bolo onerado, menor será a participação da União Federal na partilha. E o que significa a partilha da União? Significa todos os brasileiros. A União Federal vai receber esses recursos e distribuí-lo por todos. Se aumentamos a participação dos Estados produtores, pelo caminho da partilha e da participação especial, estaremos, pari passu, reduzindo a presença dos demais Estados. Portanto, não me parece que seja a solução adequada.

O Presidente Edmilson Valentim disse que vamos ter um regime misto e pede uma explicação melhor sobre isso. Explico: vamos ter a um só tempo o regime de concessão e o regime de partilha. O regime de concessão dirá respeito a todos os blocos exploratórios já distribuídos ao longo do tempo e em relação aos quais há contratos firmados pela Agência Nacional do Petróleo. Vamos respeitar integralmente todos os contratos firmados. Um país avançado como o Brasil,

moderno, não rompe contratos, não descumpre, não viola contratos legalmente assinados. A santidade dos contratos tem de ser preservada a qualquer custo. Além disso, pertencerá ao regime de partilha todos os blocos exploratórios que não sejam considerados ou pré-sal novo ou áreas estratégicas.

O que são as áreas estratégicas? Vamos admitir – e aqui estou vendo o Deputado Pedro Fernandes, do Maranhão, o meu Estado – que no Estado do Deputado Pedro Fernandes e meu consigamos descobrir um campo gigante, e eu espero que isso aconteça. Ali, então, será uma área estratégica. Portanto, ela funcionará como regime de partilha. Fora disto, todas as descobertas futuras que não forem consideradas estratégicas funcionarão segundo o regime de concessão. Creio que, com isso, fica claro o que se está propondo ao Congresso Nacional.

Fala ainda o Deputado Edmilson Valentim sobre o custo dos investimentos, põe em dúvida a capacidade financeira da PETROBRAS e pergunta se ela terá condições de arcar com essas despesas tão elevadas.

O custo não será tão elevado assim, Sr. Deputado. Explico por quê. O custo em si mesmo, sim. A presença da PETROBRAS nesses custos, não. Por que razão? A PETROBRAS entrará com 30%. Ela não vai receber de graça. Ela vai pôr a mão no bolso e pagar o correspondente aos seus 30% na exploração do petróleo do pré-sal. Se, ao colocar uma sonda na região do pré-sal, o consórcio que terá a PETROBRAS com o mínimo de 30% e como operadora não encontrar petróleo, o que é pouco viável – estamos convencidos de que dificilmente uma sonda perfurará ali e não achará muito petróleo –, o risco será do consórcio. A PETROBRAS arcará com 30% e os 70% restantes serão divididos entre todos os membros do consórcio.

Todavia, se ali se encontrar petróleo, que é o que deve acontecer, as despesas feitas serão ressarcidas pela União com a venda do petróleo. Portanto, não haverá custos. Durante o período da exploração do petróleo, os custos serão pagos pelo próprio petróleo retirado e do que sobrar será feita a divisão. Portanto, não vejo grandes investimentos a serem arcados, seja pela própria PETROBRAS, seja pelo consórcio.

Exportação do óleo cru. Essa é uma indagação muito interessante. Se vamos exportar petróleo – e iremos –, por que não agregar valores, é o que pergunta o Deputado Edmilson Valentim. Sim, é o que devemos fazer. É o que seguramente vamos fazer, e já estamos tomando providências para fazê-lo. Que providências são essas? A construção no País de algumas refinarias de grande porte para exportar produtos acabados, com valor agregado. Estamos iniciando a construção de uma refinaria no Ceará. Estamos avançados na construção de uma em Pernambuco. Estamos trabalhando numa no Rio Grande do Norte, e já tomamos as primeiras providências para uma das maiores refinarias do mundo a ser construída no Estado do Maranhão. Vai processar 600 mil barris de petróleo por dia – 600 mil barris de petróleo por dia –, o equivalente hoje a um terço do consumo brasileiro de petróleo.

Trata-se de Refinaria Premium. O que isso quer dizer? Vamos produzir óleo, vamos produzir diesel, gasolina da melhor qualidade para exportar para os Estados Unidos e para a Europa. Somente a refinaria do Maranhão vai gerar 150 mil empregos. É isso o que estamos fazendo responsavelmente. O COMPERJ, no Estado do Rio de Janeiro e que gera 200 mil empregos, é hoje a maior obra da América Latina. Está custando a PETROBRAS cerca de 11 bilhões de dólares. Isso significa agregar valores a todas as ações que o País está realizando no setor energético.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Sr. Ministro, obrigado.

Queria, porém, deixar registrado que não há queixa nenhuma da minha parte. Muito pelo contrário.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – V.Exa. não se queixou. Eu disse que há queixas, registraram-se queixas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Sempre fizemos de tudo aqui na CME para valorizar esse tema, o mais importante do momento. Queremos a riqueza para todo o País. Não há dúvida sobre isso. Agora, não queremos prejudicar o que já existe. Na minha opinião, Sr. Ministro, esse jogo não pode ser um jogo de ganha-perde. Esse jogo tem que ser um jogo de ganha-ganha. Todo mundo tem de participar e todo mundo tem de ganhar.

Obviamente, nós, Parlamentares, representantes do povo, não podemos errar. Queremos realizar inúmeras audiências públicas, se for possível, justamente para não errar. Diante de tema tão complexo e importante como este para o futuro da nossa Nação, não podemos nos permitir erros.

A reclamação que fiz e continuo fazendo, que julgo justa, Sr. Ministro, é que, na minha e na opinião de vários colegas desta Comissão, a Comissão de Minas e Energia é o palco adequado para este debate, por ser uma Comissão Permanente desta Casa e por ser isenta.

No que se refere à sua opinião a respeito da proposta de aumentar a participação...

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Pois não.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Há um interesse generalizado. Basta verificar a quantidade de Parlamentares presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Perfeito, Deputado Brizola Neto.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Vamos democratizar o debate, para que todos tenham oportunidade de se manifestar;

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Esta é uma Comissão democrática, e todos terão a oportunidade de falar.

No que se refere à sua opinião sobre a proposta que perguntei a V.Exa., Sr. Ministro, trata-se apenas de uma indagação, a fim de nos prepararmos para um debate futuro, uma vez que esse projeto nem sequer existe.

Deputado Edmilson Valentim, V.Exa. deseja usar o seu direito de réplica? (Pausa.) Não.

Vamos, portanto, ao debate.

Há 24 Deputados inscritos. Vamos nos restringir ao tempo regimental, que é de 3 minutos para cada intervenção. Como foi sugerido, vamos dar a palavra a blocos de 3 Deputados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Uma sugestão, Sr. Presidente: 3 blocos de 10. Provavelmente, mais de 24 Deputados queiram falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Três Deputados perguntam e, em seguida, o Ministro responde.

Pois não, Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Presidente, o que tem acontecido em todas as ocasiões é falarem 3 Deputados e o Ministro responder. Se forem 10, ele vai se perder, e muitos ficarão sem resposta. O máximo de 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES – Trata-se de uma sugestão. Esta audiência pública é realizada por duas Comissões Permanentes. A Comissão de Desenvolvimento Econômico é igualmente importante, como a Comissão de Minas e Energia. Eu sugiro que a ordem das inscrições seja alternada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Este seria o próximo assunto.

Vamos seguir a ordem de inscrição, e não haverá problema algum. Vamos fazer da seguinte forma: falarão 3 Parlamentares e, como já disse, em seguida haverá a resposta do Ministro.

Vamos votar? Eu não quero decidir. Quero que o Plenário decida: 3 ou 5. Levantem a mão os que forem a favor de blocos de 5 Deputados. (Pausa.)

Portanto, a maioria vota em 5 Deputados por vez.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado. Em seguida, terão a palavra os Deputados Betinho Rosado, Pedro Fernandes, Osório Adriano, José Guimarães e Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Srs. Presidentes, Sr. Ministro de Estado, o que fica cada dia mais claro – e que, às vezes, é duramente contestado pelos Parlamentares da base do Governo – é que ninguém discute a importância, a relevância desses projetos. Mas, com o caminho que está sendo imprimido na discussão e na sanção dos projetos, fica claro, Sr. Ministro, que se trata de um calendário eleitoreiro.

Eleitoreiro por quê? V.Exa. disse que foi criada uma comissão interministerial. V.Exa. não citou, mas sabemos que durante 22 meses essa comissão discutiu os 4 projetos. Informou ainda V.Exa. que 24 horas antes do envio dos projetos para esta Casa houve reunião com os Governadores.

Veja bem. O Governo, na última hora, retirou a parte do projeto que disciplinava a questão dos royalties. Vinte e dois meses, e, na última hora, em cima da perna, riscaram-se do projeto alguns artigos.

No entanto, todos os Governadores disseram, na entrevista que se seguiu à reunião, que o projeto não viria em regime de urgência, Sr. Ministro. E ele veio para o Congresso Nacional com regime de urgência, depois retirado, mas limitada sua discussão dentro de um calendário que nos dá mais flexibilidade e oportunidade de conhecer melhor tema tão complexo como esse, uma vez que não somos especialistas e não há aqui nenhum iluminado capaz de discutir todos esses temas com conhecimento de causa. Aliás, mesmo V.Exa., com a humildade que tem, recorre à Assessoria, como tenho visto.

Então, Sr. Ministro, qual o grande mote da campanha? Pré-sal. Ele passou a ser mote de campanha. De repente, o PT já usa um adesivo no peito dizendo "O pré-sal é nosso", como se o PT fosse o criador do pré-sal. Veja bem a que ponto chegamos!

Quando falo a V.Exa. do viés marqueteiro, do mote de campanha, não é tanto quanto ao conteúdo, mas quanto ao processo de alavancagem de uma candidata que não tem o que apresentar ao País.

Quero dizer a V.Exa. que essa pressa toda esconde alguma coisa. Quais são os pontos escondidos? Fundo Social, na verdade, Sr. Ministro, é um fundo soberano e nada tem de social.

Se prestarmos atenção ao projeto, o seu art. 6º, parágrafo único, diz:

> "Art. 6º..... .
>
> Parágrafo único. A União, por intermédio de fundo específico criado por lei, poderá participar dos investimentos nas atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção na área do pré-sal e em áreas estratégicas, caso em que assumirá os riscos correspondentes à sua participação, nos termos do respectivo contrato".

Ou seja, o Governo vai arcar com tudo, qualquer risco o Governo banca. Mas banca onde? Aí vamos ao Fundo Social.

O Fundo Social diz que na estrutura, que será coordenada por uma comitê no art. 6º, inciso III –, o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos.

Então, fica claro que o Fundo Social nada tem de social. É para bancar e dizer a todos que vão participar dos leilões...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Eu tenho direito a 6 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Exatamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Não, não completou ainda.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Só para concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Por favor.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Então, para concluir o raciocínio, quero dizer que aqui está claro que o Fundo Social é para garantir a todos aqueles que vão participar dos leilões que fiquem tranquilos. Qualquer dúvida, o Fundo Social banca.

O Fundo pode investir tranquilamente em quê? Capitalização, o que pode se dar com transferência de títulos do Tesouro. Também pode aplicar em ativos financeiros no exterior, comprar títulos dos Estados Unidos, da Venezuela, de onde quiser. Está tudo aqui garantido.

Agora, vejam o seguinte: depende de uma capitalização mínima no Fundo a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades de educação, ciência e tecnologia, meio ambiente – excluíram a saúde, apesar das centenas de mortes com a Gripe A.

Então, fica realmente claro que a intenção nesse processo é de montar o Fundo Social e o Governo capitalizar a PETROBRAS, repassando um patrimônio da União à PETROBRAS, que é uma semiestatal.

Então, a pergunta é a seguinte: pode a União repassar o equivalente a 5 bilhões de barris à PETROBRAS, uma empresa semiestatal? Há prerrogativa para se fazer isso?

Em segundo lugar, Sr. Ministro, não entraremos nesse jogo. Essa tese maniqueísta – os a favor do regime de concessão e os a favor do regime de partilha – é como se, por um lado, uns fossem a favor o País e, por outro, uns fossem inimigos do País. Como disse, não entraremos nesse jogo. Discutiremos exatamente o que União não quis discutir: royalties, quanto cada Estado e cada Município receberá.

Esse empenho será também do nosso partido, para deixarmos claro o repasse, incluindo a saúde, cancelando esses itens que distorcem o Fundo Social, transformando-o em Fundo Soberano, e fazendo com que a partilha seja igualitária, combata a pobreza e traga condições de saúde, educação, meio ambiente, ciência e tecnologia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Deputado Caiado.

Como deferência à Liderança, o Ministro pediu para responder.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – É admirável a competência do Deputado Ronaldo Caiado como oposicionista. (Risos.)

Ele é o herdeiro de sua família, que pertencia à UDN. Eu também fui da UDN. Ela tinha a incrível facilidade de transformar coisas normais em coisas de oposição rigorosa e vigorosa ao Governo. Sempre foi assim.

O Deputado Ronaldo Caiado disse que estudamos isso durante 22 meses – não foram 22, foram 14; há uma diferença monstruosa na informação –, e que, 24 horas antes do envio dos projetos, o Presidente da República convocou os Governadores dos Estados produtores.

Essa é uma parte da verdade, mas não é a verdade toda. Antes disso, eu mesmo conversei longamente com os 3 Governadores. Portanto, é apenas uma parte da questão.

Agora, há essa novidade de a televisão transmitir diretamente as reuniões das Comissões e dos plenário das Casas do Congresso Nacional. Quem está ouvindo, imagina que tudo isso é verdade. Não é! É a metade da verdade.

Ele disse mais: que a urgência foi objeto de muitas críticas, que a urgência era desnecessária, já que tudo isso foi feito em 22 nesses.

Tivemos de levantar toda a legislação mundial e traduzi-la. Tivemos de examinar os modelos adotados pelo mundo afora com responsabilidade, com cuidados absolutos, para que pudéssemos, em seguida, oferecer ao Congresso Nacional um trabalho razoavelmente acabado, a fim de que o Congresso pudesse dar a ele suas luzes próprias, como um complemento, como um adjutório. Por isso que levamos todo esse tempo.

Em seguida, disse S.Exa. que no encaminhamento dessa questão tem-se em vista um calendário eleitoreiro. Ora, será que Getúlio Vargas promoveu também um calendário eleitoreiro quando criou a PETROBRAS? Na campanha O petróleo é nosso as pessoas também andavam com um broche pregado na lapela.

Quando o PT, que não é o meu partido, usa – segundo S.Exa., eu nunca vi, mas acredito – um distintivo dizendo que o pré-sal é nosso, é nosso dos brasileiros; não é nosso do PT. Eu ajudei a formular esses projetos. Eu sou do PMDB. Então, também sou dono do pré-sal, como o são todos os brasileiros. Somos 190 milhões de donos do pré-sal. Isso nada tem a ver com eleição.

Se o Presidente da República e eu tivéssemos de levar em conta crítica dessa natureza, não cuidaríamos do pré-sal – deixaríamos para depois da eleição. Como depois da eleição, virá uma outra, também deixaremos para a eleição seguinte. Dois anos depois virá uma outra, e não faríamos nunca, Deputado Ronaldo Caiado. Jamais faríamos alguma coisa se tivéssemos de levar em conta críticas desse jaez, que, a meu ver, são apenas críticas legítimas da Oposição.

Vivemos um processo democrático. Este Governo não é autoritário. Ele escuta as críticas com o dever de escutá-las, porque estamos num processo democrático, e dá a elas o valor que, de fato, têm.

Estamos fazendo aquilo que um Governo responsável deve fazer: cuidar para que todos os brasileiros sejam partícipes, sejam contemporâneos de uma riqueza nova que surge e que pertence a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra, então, o Deputado Betinho Rosado, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Como a réplica me foi garantida, quero dizer que não foram contestadas as afirmações que fiz sobre o projeto do marco regulatório do pré-sal nem sobre o Fundo Social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Líder.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO – Parabéns a todos. Vamos entrar, agora, no mérito das questões.

Sr. Ministro, quando o Congresso Nacional, expressando a vontade do povo brasileiro, quebrou o monopólio da PETROBRAS, em 1996 e 1997, e, em seguida, estabeleceu o marco regulatório da Lei do Petróleo – a Lei nº 9.478 –, apontou no sentido de criar uma indústria nacional do petróleo, reservando à PETROBRAS naturalmente parcela significativa da atividade econômica ligada ao petróleo, mas criando a oportunidade de aparecimento de novas empresas, enfim, de uma indústria brasileira de petróleo.

Passados 10 anos disso, observamos a presença mais significativa e mais forte ainda da PETROBRAS nos negócios de petróleo no Brasil.

Esse conjunto de leis que o Governo apresenta ao Congresso Nacional que reformula as regras do petróleo privilegiam ainda mais a PETROBRAS. Portanto, criam obstáculos ainda mais difíceis para que a indústria do petróleo efetivamente apareça.

Gostaríamos que, à medida que fosse recebendo, por parte do Governo, áreas que representem a produção de novos campos de petróleo, a PETROBRAS liberasse as áreas dos campos marginais ou dos campos de pequena produção para empresas nacionais explorá-los, e, aí, sim, criássemos uma verdadeira indústria nacional. Talvez para esses campos de petróleo devêssemos estabelecer um valor – por exemplo, campos com 5 mil, 10 mil ou 15 mil barris –, de forma que permita a indústria nacional pudesse explorá-los.

A segunda questão que faço diz respeito ao Fundo Social. Na criação do Fundo Social, o Governo Federal está se arvorando de ser o único intérprete dos desejos e das necessidades da sociedade brasileira. A Constituição não aponta nesse sentido; ela aponta, sim, no sentido da partilha dos recursos. E o Governo está criando um sistema de partilha exatamente para não partilhar com os outros entes federativos, Estados e Municípios.

Seria interessante, então, que se utilizassem, nesse Fundo Social, os mesmos critérios de distribuição já consagrados na Constituição. O art. 159, por exemplo, prevê que parte dos recursos arrecadados pelo Governo Federal seja distribuída entre Estados e Municípios, na seguinte razão: 56% para a União; 22,5% para os Municípios e 21,5% para os Estados. Naturalmente, esse critério de distribuição obedece ao Sistema Tributário Nacional, que leva em conta o inverso da renda per capita e, de certa forma, privilegia as regiões menos desenvolvidas do País – Norte, Nordeste e o Centro-Oeste.

O que estou querendo é ouvir a opinião do Sr. Ministro sobre essas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes; depois, o Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, naturalmente, quero transmitir ao Ministro Edison Lobão o orgulho dos maranhenses em vê-lo nessa Pasta e com tanto euforia em relação ao pré-sal. Essa euforia, Sr. Presidente, Sr. Ministro, e nos remete – porque o Ministro Lobão e eu somos conterrâneos – a um Estado de 332 mil quilômetros quadrados, que nos últimos 60 anos quadruplicou a sua população e que a metade dela, segundo registros, é pobre. E ela é muito pobre porque sempre foi discriminada – somos da Região Nordeste.

Então , fico com essa euforia que o Ministro traz, porque todos nós, maranhenses, estamos contagiados, Ministro. Acho que as riquezas brasileiras precisam ser repartidas entre todo o Brasil, entre todos os brasileiros. E o nosso Estado quadruplicou sua população porque recebemos nos nossos vales úmidos – e foram bem-vindos – companheiros do Nordeste, companheiros que saíram da seca do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, e foram compor esse grande Maranhão, essa grande população.

Espero que, com o pré-sal, a distribuição dessa riqueza chegue também aos pobres do Maranhão e do Nordeste, para revitalizarmos a região.

E espero que os nordestinos não repitam o que fizeram com a CPMF. Dez Senadores do Nordeste – 3 do Piauí, 3 de Pernambuco, 2 do Rio Grande do Norte e outros – votaram contra a CPMF.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES – Um do Ceará.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Um do Ceará.

O Nordeste recebia 10 vezes o que recolhia de CPMF – ressalto para que V.Exas. vejam como era a entrada de recursos. Não podemos, políticos do Nordeste que somos, ter esse discurso contrário à distribuição de recursos para a Região. Precisamos brigar por uma distribuição maior de recursos.

Na condição de maranhense, Ministro, fico orgulhoso de vê-lo à frente disso, pois, pelo que conheço de V.Exa., sei que, quando entra num trabalho, é com garra, com determinação – e vejo esse sangue maranhense determinado em levar a riqueza do pré-sal para todos.

Não podemos entrar nesse discurso eleitoreiro, porque não é disso que se trata. Já que a Ministra Dilma não tem nada, deixem-na com o pré-sal. Que preocupação é essa com a Ministra Dilma? Quando é mãe do PAC, ficam preocupados; quando é mãe do pré-sal, ficam preocupados.

Para concluir, quero repetir o que disse o Deputado Simão Sessim: primeiro, há a camada d'água, a lâmina d'água; depois, o pós-sal, o sal, o pré-sal e o Fluminense mais embaixo.

Muito obrigado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Com a palavra o Deputado Osório Adriano; depois, o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Ministro, primeiramente, quero dar parabéns a V.Exa. pela esclarecedora e necessária palestra que nos transmitiu.

Mas, Ministro, a primeira pergunta que faço – e quero ouvir sua resposta – é relativa ao fato de alguns Estados se intitularem "produtores". Ora, todos sabemos que esse petróleo está nas 200 milhas. Só porque estão no litoral, esses Estados são produtores? E nós que estamos aqui em Goiás, no Distrito Federal, em Mato Grosso? Como ficamos? Nunca, jamais participaremos dessa riqueza imensa, que se descobriu agora? Para mim, no mar, não existe Estado produtor. Não existe.

A segunda pergunta é sobre a administração desses projetos. E até fiz, da tribuna da Câmara, uma crítica aos projetos. O projeto de criação da empresa prevê que conselheiros serão nomeados a critério exclusivo do Presidente da República. Pergunto: não seria muito mais democrático que o Senado aprovasse esses nomes, que seriam indicados pelo Presidente da República?

A terceira pergunta deve-se ao fato de V.Exa. dizer que o Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro foi quem interferiu nessa partilha, o que me deixou um pouco triste. Vai ficar como está? Ora, todos sabemos que, atualmente, 83% dos royalties vão para o Rio de Janeiro. Entendo que o Secretário de Fazenda do Rio interferir na elaboração dessas leis seja o mesmo que colocar a raposa no galinheiro.

E, finalmente, a quarta pergunta é sobre essa questão das 200 milhas. Eu não me sinto muito garantido, Sr. Ministro, porque, segundo a imprensa, 40 países deixaram de subscrever essa decisão da ONU das 200 milhas, inclusive nossos queridos amigos aqui, a Venezuela e também os Estados Unidos. Acaba que o Presidente Lula está certo ao comprar submarinos, aviões e mais não sei o quê, porque vai estar todo mundo de olho.

Era isso, Sr. Ministro, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Deputado Osório Adriano.

Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES – Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Edmilson Valentim; Ministro Edison Lobão; Presidente Bernardo Ariston, demais presentes, preliminarmente, penso que nós que somos Deputados, particularmente os da Comissão de Desenvolvimento Econômico, devemos nos orgulhar, primeiro, da PETROBRAS pela descoberta – e isso foi o resultado do investimento em tecnologia, se o Governo não tivesse feito investimento, Ministro, provavelmente não teríamos descoberto o pré-sal –, segundo, o trabalho feito por V.Exa. e pela Ministra Dilma.

O Congresso deve entrar agora no mérito do debate, é o futuro do Brasil que está em jogo. De uma nação emergente, podemos nos transformar em uma nação desenvolvida, inclusive enfrentado as desigualdades regionais, como a questão do Nordeste. Nesse sentido, o trabalho que V.Exas. fizeram deve ser elogiado por esta Casa. V.Exa., na condição de Ministro de Minas e Energia, junto com a PETROBRAS e o grupo interministerial, apresentou o que há de melhor em termos técnicos em relação ao papel estratégico do pré-sal.

E é aí que se colocam a questão regional e a questão dos royalties. Ora, se estamos dizendo que o pré-sal é do Brasil, é evidente que ele não pode ser só do Rio de Janeiro e São Paulo na distribuição dos royalties, senão, não vamos dar conta da questão das desigualdades regionais.

Para onde, segundo o Governo está dizendo – e o Deputado Ronaldo Caiado não está aqui –, vão os investimentos do Fundo Social? Ciência e tecnologia, educação, cultura, desenvolvimento e meio ambiente. Que apresentemos, então, uma emenda sobre a questão da saúde para que seu mérito seja debatido aqui, no Congresso.

O Fundo Social é fundamental para o enfrentamento e o combate à pobreza. E o Líder do DEM ressaltou a importância desse enfrentamento.

Outra questão, Ministro, que considero igualmente importante e para a qual peço sensibilidade a V.Exa. é a necessidade de se ter, ao discutir o Fundo Social, uma visão, se possível, de regionalização dos recursos. As regiões mais pobres não podem ser vistas como regiões dependentes do modelo industrial pautado no século XX, particularmente o modelo industrial de São Paulo. O Nordeste brasileiro hoje está se transformando em uma porta de oportunidades.

V.Exa. disse bem: o impacto das refinarias instaladas no Maranhão, no meu Ceará e em Pernambuco permitiram uma outra dinâmica econômica que estamos consolidando no Nordeste.

Portanto, o Fundo Social precisa ter esse corte regional, entendendo que há de se enfrentar as desigualdades regionais, que ainda são muito gritantes no nosso País, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o último orador deste primeiro bloco, Deputado Eduardo Valverde; depois, o Deputado Brizola Neto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, com certeza Rondônia vai querer também uma participação dessa riqueza que o Rio de Janeiro não está compartilhando. Até porque o atual modelo exploratório foi concebido dentro de contexto de escassez e de desigualdade, em um país que acumulava desigualdade e buscava mantê-la, em face da falta de uma política consistente de melhor distribuição das riquezas nacionais e de oportunidade.

No contexto atual, que é diferente – e seria importante que o Deputado Ronaldo Caiado estivesse presente para poder ouvir, porque S.Exa. representa esse contexto da desigualdade e busca manter a desigualdade –, temos de, dentro de uma nova concepção, passar a tomar decisões políticas com base nessa concepção política, que é o equilíbrio federativo.

A riqueza do petróleo precisa ser melhor distribuída. Com certeza, não tirando dos Estados confrontantes o direito – não Estados produtores – a terem também o seu direito de exigir uma melhor distribuição. Aliás, geologicamente falando, pela distância da milha marítima e pela profundidade, na verdade, essa confrontação atinge a placa em que o Brasil se sustenta. Então, geologicamente, o petróleo do pré-sal é, na verdade, confrontante com todo o território nacional.

Nessa discussão, creio que temos de ter maturidade e não contaminar o debate sobre o modelo correto com questões outras, como a distribuição. Porque aí ficaria um debate regionalizado. Podemos ter questões de foro próprio, divergências entre os Estados, mas o modelo está correto. É um modelo de soberania, é um modelo de utilização estratégica desses recursos do petróleo – recursos que esgotáveis –, para a sua utilização correta, com aplicação principalmente em ciência e tecnologia. E este é um dos componentes que acredito deve ser mantido e fortalecido na Comissão Especial.

Temos de usar a riqueza do petróleo para pesquisar outras fontes energéticas. Até porque, por ser esgotável e até mesmo em razão de o planeta hoje se rescindir do efeito estufa, outras fontes de energia limpa devem ser buscadas e utilizadas. Haverá um certo momento em que, mesmo tendo reserva, o Brasil e

os demais países não vão utilizar o petróleo devido ao aquecimento global.

A outra pergunta que faço ao Ministro é referente à participação dos trabalhadores. Sabemos que parte dessa participação veio por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Alega-se que a utilização do FGTS neste exato momento poderia desvirtuar esse Fundo, cujos recursos são empregados na construção de casas populares e saneamento básico, ou, como foi no passado recente, para compra de ações da PETROBRAS. Na posição do Ministério de Minas e Energia, como poderia se dar a ampliação da participação dos trabalhadores nessa capitalização da PETROBRAS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Deputado.

Vamos passar a palavra ao Ministro para responder os primeiros questionamentos.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Entende o Deputado Betinho Rosado que a PETROBRAS deveria liberar os campos já por ela utilizados ao longo de muitos anos para uma redistribuição com outros empresários e produtores brasileiros. Quero, então, informar a S.Exa. que esses campos foram entregues à PETROBRAS de acordo com a lei vigente e por prazo estabelecido.

Ora, se respeitamos os contratos com as empresas internacionais – e devemos fazê-lo sempre –, por igual deveremos respeitar também os contratos cedidos à PETROBRAS. Até porque se não o fizermos, as ações da PETROBRAS se desvalorizarão aqui no Brasil e no exterior, onde se encontra metade das ações da empresa.

Temos feito algumas gestões, não apenas com ela, mas também com outras empresas, no sentido da possibilidade de um reexame dessas questões, junto com a Agência Nacional do Petróleo. Mas, a União não deve interferir naquilo em que a lei concedeu e naquilo que esse produtores de petróleo receberam legitimamente e dentro das regras estabelecidas.

Com isso, quero dizer que, do ponto de vista do Ministro de Minas e Energia, nós cumpriremos rigorosamente tudo quanto foi acordado, seja com a PETROBRAS, seja com qualquer empresa nacional ou internacional. E acrescento o fato de que recentemente realizamos um leilão para distribuição de novos blocos exploratórios no Brasil inteiro. Foram centenas de blocos exploratórios. Muitos brasileiros e estrangeiros participaram desse leilão. Alguns ganharam, outros foram vencidos. E, para alguns blocos, não houve sequer licitante. Portanto, oportunidades têm havido para todos empresários brasileiros. E realizaremos, dentro de muito pouco tempo, novo leilão, com nova rodada de licitações, criando novas e generosas oportunidades para todos os produtores de petróleo do Brasil e do exterior que queiram vir nos ajudar.

Disse ainda o Deputado Betinho Rosado, sobre o Fundo Social, que o Presidente da República é o único árbitro. Não. Haverá participação de autoridade do Governo na constituição do conselho que vai deliberar sobre o Fundo Social, e também da sociedade. A sociedade vai participar – e é bom que seja assim. Afinal, ela é a maior interessada.

Mas que Governo vai distribuir os recursos do Fundo Social? Seguramente não será este, que se encerrará dentro de um ano e meio. Estamos legislando para o Brasil, não para este Governo aplicar esta legislação, que haverá de ser duradoura e aperfeiçoada ao longo do caminho. Como um farol, temos de iluminar os caminhos do futuro segundo a visão atual do Governo e dos Parlamentares, dos legisladores, que terão presença significativa, saliente na formulação de toda essa legislação.

O Deputado Pedro Fernandes alude à distribuição dos recursos com o Nordeste e faz menção generosa a este seu conterrâneo, amigo e correligionário, alusão que agradeço do fundo do coração.

Sobre a divisão dos recursos com o Nordeste, de fato, Deputado, há um dispositivo da legislação que encaminhamos ao Congresso Nacional que fala na distribuição de parte dos recursos, segundo os critérios do Fundo de Participação. Ou seja, pelos critérios do Fundo de Participação, a distribuição é inversamente proporcional à riqueza de cada unidade da Federação brasileira. Acreditamos que esse critério, que não é adotado para todos os recursos, mas para parte deles, é justo, é aquele exatamente que se aplica com o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

O eminente Deputado Osório Adriano, meu amigo querido de Brasília de muitos anos, diz que não há Estado produtor. Realmente, esse é um conceito. Tenho ouvido seguidamente críticas àqueles que defendem uma participação maior para os chamados Estados produtores sob o argumento exato de que produtores eles não são. O art. 20 estabelece que o subsolo – e é o caso do petróleo – pertence à União Federal, e a União Federal são todos os Estados. Mas o § 1º do art. 20 diz que aqueles Estados e Municípios confrontantes devem ter presença um pouco mais expressiva, mas não estabelece e não quantifica essa presença.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Ministro, 83% é muito.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Não estou defendendo essa posição dos Estados produtores, estou relatando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – V.Exa. se engana com número, Deputado Osório. Desculpe-me, Ministro, o Rio de Janeiro produz 83% do petróleo nacional.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – O Deputado Osório lembra que o conselho deliberativo será nomeado pelo Presidente da República, quando deveria ter a presença do Senado Federal na sua indicação. O Senado Federal já examina os membros da Agência Nacional de Petróleo e das demais Agências. Não se trata, porém, de agência, mas, sim, de conselho. E, como disse ainda há pouco, esse conselho será integrado também pela sociedade civil. Portanto, não se trata de uma decisão unipessoal do Presidente da República, a exemplo do que ocorre com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Há entidades sociais que participam da formulação do conselho do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Por último, observa o Deputado Osório Adriano que fiz menção ao fato de que o Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, ter participado da redação do dispositivo que diz respeito à preservação dos atuais critérios de distribuição dos royalties e dos fundos especiais. É verdade. Isso aconteceu depois que o Presidente da República cedeu a algumas ponderações do Governador do Rio de Janeiro. O Presidente incumbiu um jurista brasileiro, um jurista que trabalha para o Governo Federal, de redigir o dispositivo, e o Joaquim Levy participou, dando elementos. Mas não se pode esquecer o que está dito lá, ou seja, que até que uma nova legislação venha a ser formulada pelo Congresso Nacional, prevalecerão as regras da lei atual.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – É a raposa dentro do galinheiro...

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Não, estamos preservando a situação atual, até que o Deputado Osório Adriano apresente uma emenda, torne-a vitoriosa dispondo em sentido contrário. É isso o que está dito.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Farei isso.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Deputado José Guimarães. Agradeço também a S.Exa. os encômios ao trabalho que realizamos durante esse período de intensa labuta. Dediquei não 100% do meu tempo de Ministro de Estado à elaboração, à formulação dos estudos e da legislação, mas parte considerável do meu tempo.

Quase tudo foi feito no âmbito da intimidade do Ministério de Minas e Energia. E, quando digo intimidade, quero dizer que também foi feito com certo sigilo. Não podíamos falar a qualquer momento daquilo que estávamos realizando. Construímos diversos grupos integrados por funcionários do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Fazenda, do Gabinete Civil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Agência Nacional do Petróleo. Ali, elaboramos esse trabalho gigantesco, que consumiu horas e horas de trabalho, pilhas e pilhas de documentos. Enfim, chegamos à conclusão. Estávamos trabalhando não para nós próprios, mas para o povo brasileiro e tínhamos o dever, portanto, de agir para acertar nas formulações que haveríamos de, no passo seguinte, oferecer ao Congresso Nacional. Foi isso o que fizemos, na persuasão de que aqui, no Congresso, esta legislação, que haverá de ser de todos e não de alguns, será melhorada, reedificada, recomposta, reconstituída, retemperada nos seus procedimentos e nos seus fundamentos.

Referiu-se também o Deputado José Guimarães ao Fundo Social no entendimento de que seus recursos devem atingir e beneficiar mais os pobres do que aqueles que já não são pobres. De algum modo, também penso assim e estou no convencimento de que este conselho deliberativo vai atuar para distribuir mais para os pobres, mais para aqueles que, definitivamente, precisam do que para aqueles que já estão, de algum modo, aquinhoados até pela sorte e pela Divina Providência. Desejo que seja assim.

O Deputado Eduardo Valverde disse que o modelo é correto. Também acho. Estou certo de que, depois de tanto trabalhar, produzimos alguma coisa que, se não é perfeita, se aproxima disso. E pergunta S.Exa. se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço vai socorrer aqueles trabalhadores que, no passado, puderam comprar ações da PETROBRAS com seus recursos.

Naquele momento, Deputado Eduardo Valverde, havia o interesse do Governo, que é o responsável pela política econômica, de fortalecer a PETROBRAS com a emissão de novas ações. A maneira de fazer foi oferecer essas ações no mercado livre brasileiro, mas permitindo que os trabalhadores, que seguramente não têm recurso sobrando em grande escala, também pudessem participar como acionistas da PETROBRAS. O momento então vivido pela economia do País era diferente deste atual. Agora o Governo está voltado com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para outros objetivos, como a construção de casa popular – e, a meu ver, a grande aspiração de toda família pobre é obter a sua casa. O Governo está densamente voltado para essa política cujo objetivo é o de construir, em curto prazo, cerca de 1 milhão de novas residências.

Observe-se que no passado recente – nos anos 60 –, quando se fez a chamada revolução no Brasil e todas as instituições públicas brasileiras financiavam a compra da casa própria, foi verificado um total de

100 mil ao longo da história. Ou seja, do dia em que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil a 1964, foram financiadas 100 mil casas próprias. Pois bem. Somente este Governo, num ato único, construirá 1 milhão de residências para os pobres do Brasil.

Portanto, penso que o Governo tomou a deliberação econômica e política que, a seu ver, era a correta, não abrindo as comportas do FGTS para esse novo investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Vamos passar a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Brizola Neto, Presidente da Comissão Especial que vai tratar do Projeto da PETRO-SAL e que tem como Relator o Deputado Luiz Fernando Faria. E é importante registrar, Ministro, que estiveram aqui os Deputados Arnaldo Jardim, Presidente da Comissão Especial, que vai tratar da capitalização da PETROBRAS – esses 3 são membros da Comissão de Minas e Energia – e João Maia, Relator da Comissão Especial destinada a tratar do Fundo Social e membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Concedo a palavra ao Deputado Brizola Neto.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO – Sr. Presidente, não vamos ter réplica? É possível contra-argumentar ou pedir esclarecimento adicional ao Ministro em relação ao que informou aos 5 Deputados do primeiro bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Deputado Betinho Rosado, entendo a preocupação de V.Exa. Vamos, porém, deixar fluir um pouco mais as perguntas. Posteriormente, abriremos possibilidade de réplica. V.Exa. há de notar que alguns Parlamentares inscritos para os debates já se retiraram...

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Estou apenas justificando, pois vi que V.Exa., ao recuar, já havia concordado.

Deputado Brizola Neto.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Sr. Presidente, Deputado Bernardo Ariston; Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Edmilson Valentim, ambos Deputados fluminenses Sr. Ministro Edison Lobão, demais presentes, preliminarmente ressalto que aqui estou na condição de membro desta Comissão, e não de Presidente da Comissão que vai se instalar agora à tarde.

Primeiro, devemos ter o cuidado de não contaminar aquilo que é o principal desses projetos de lei numa discussão, que é também muito importante, mas que certamente é consequência das definições fundamentais que vamos fazer – e o principal é a repartição dos recursos.

Antes de discutirmos a repartição dos recursos, é fundamental entender o espírito desses projetos de lei que têm como norte, acima de tudo, o resgate do controle soberano dos campos de petróleo pelo Estado brasileiro.

A consideração preliminar que gostaria de fazer é relativa aos marcos regulatórios que o Brasil experimentou.

Discordo da afirmação de que o marco regulatório vigente, aprovado em 1997, foi o que possibilitou que o Brasil atingisse a autossuficiência. Mais do que isso, chegou-se a dizer inclusive que foi esse novo marco regulatório que possibilitou ao Brasil a descoberta do pré-sal. Na verdade, imputo esse acontecimento ao antigo marco regulatório, àquele que vigorou por 40 anos, que determinava o monopólio estatal do petróleo e que foi responsável, entre outras coisas, pela criação da PETROBRAS. Se hoje temos uma empresa brasileira, em grande parte estatal, mas controlada pelo Governo brasileiro com tecnologia, corpo técnico e pesquisa, capaz de desenvolver e colocar o Brasil em posições de participar da exploração do petróleo do pré-sal, devemos isso a esse marco regulatório que durou 40 anos no Brasil.

Mais do que isso, compartilho com o Presidente Lula a ideia exposta no lançamento dos 4 projetos do pré-sal, no Auditório Ulysses Guimarães, de que, na verdade, o que existe aí é um enfrentamento de visões de Estado. O que existia no marco regulatório aprovado em 1997 era aquela visão de que o mercado deveria ser responsável pela indução da economia e que ao Estado caberia meramente a ação fiscalizadora. Hoje o que esses projetos apontam é que existe uma interferência devida e apropriada do Estado em setores estratégicos, e não há nenhum setor mais estratégico na indústria mundial do que o setor do petróleo. Como ficou muito claro, o petróleo e a energia determinam o desenvolvimento das nações.

O Presidente Getúlio Vargas, na década de 50 no Brasil, não inventou a roda quando criou o monopólio estatal do petróleo. Ele seguiu inclusive os movimentos que ocorriam na indústria petrolífera no mundo inteiro. Essa, por ser a indústria mais estratégica do mundo, é uma indústria naturalmente monopolística. Basta ver os exemplos que vieram dos Estados Unidos com monopólio que inicialmente começou como privado, mas que depois se associou ao Estado americano, da Standard Oil, e o que aconteceu na Inglaterra, também com monopólio da Shell, que também posteriormente se associou à Coroa Britânica para explorar petróleo no mundo inteiro. Então foi o marco regulatório que

seguiu a tendência mundial e que foi alterado, na verdade, porque também houve uma tendência mundial de valorização do mercado, que foi a onda neoliberal que varreu o mundo inteiro.

Feita esta preliminar, Ministro, quero só me deter em 2 pontos específicos do que V.Exa. expôs aqui.

Primeiro, quando se fala em desenvolvimento criamos logo uma associação entre o desenvolvimento das nações e o consumo de energia. O questionamento que faço aqui é quanto à possibilidade de exportarmos petróleo.

V.Exa. diz que, em média, de 10 a 15 anos o Brasil vai estar produzindo aproximadamente 3,6 milhões de barris/dia. Hoje, quando fazemos um quadro comparativo com os principais países consumidores do mundo – não estou falando nem dos Estados Unidos –, como, por exemplo, a Coréia do Sul, a Índia, vemos que esses países hoje estão chegando perto da casa dos 3 milhões de barris/dia. Certamente o Brasil começa a se inserir no novo contexto de desenvolvimento mundial e vai ter que avançar o crescimento do seu consumo de petróleo. Hoje nosso consumo de petróleo é muito aquém, numa comparação com esses países que estão num desenvolvimento grande no mundo inteiro.

Pergunto se não vai ser necessária uma mudança nesse quadro evolutivo da demanda interna de petróleo que foi apresentado, vislumbrando um novo ritmo de crescimento que o Brasil vai experimentar a partir dessas novas descobertas.

O segundo questionamento – para encerrar e não entrar no assunto federativo que eu gostaria, mas acho que devemos preservar este momento – é em relação ao aporte que o Governo vai fazer, a cessão onerosa que o Governo vai fazer de 5 bilhões de barris à PETROBRAS.

O questionamento que faço é justamente no valor desses barris de petróleo, porque existe uma idéia inicial de que o Governo vai aportar algo em torno de 5 bilhões vezes o preço do barril para o mercado, ou algo em torno de 300 bilhões. Não é isso. Sabemos que o preço desse barril que está sendo aportado na PETROBRAS é o preço do barril que vai ser estimado, porque é o petróleo que está embaixo da terra.

A pergunta que faço é em relação às participações especiais. O texto prevê a cobrança de participação especial, a atual cobrança do atual marco regulatório. Essa cobrança chega nos campos de alta produtividade a 40%. Até que ponto a incidência da participação especial exclusivamente nesse aporte que a União fará para a PETROBRAS pode depreciar o valor desses barris de petróleo a ponto de não ser tão significante quanto seria a intenção do Governo?

São estas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ministro pela presteza com que S.Exa. vem debater o assunto com as Comissões. É só o início, V.Exa. sabe disso.

Hoje não estamos aqui, entendo eu, para debater aspectos individualizados dos 4 projetos de lei, mesmo porque as Comissões se instalarão no dia de hoje e cada uma delas terá essa tarefa principal. Creio que este é um debate mais generalizado, acerca da importância, da necessidade desse projeto. E quero assinar em baixo, Ministro, em relação a todas as suas palavras, sobretudo quando V.Exa. se dirigiu diretamente ao primeiro orador desta audiência pública, que falava pela Liderança partidária. Eu acho que tratar esse debate com expressões tipo: "tem caráter eleitoreiro, isso ou aquilo", é diminuir o debate, é ironizar da própria população brasileira, porque eu sou daquelas – e tenho certeza de que o senhor assim pensa também – que acredita que estamos diante de um dos debates mais importantes que a Nação brasileira produziu nos últimos tempos. Estamos discutindo aqui algo cujas cifras sinalizam para dobrar o Produto Interno Bruto de nosso País, para mudar efetivamente a vida de cada brasileira e cada brasileiro. Então, falar que é uma questão eleitoral de botton é diminuir o debate, é coisa de quem não tem coragem de assumir que é contrário à mudança do marco regulatório. Não adianta vir aqui e dizer: "Não vamos debater aí, porque não vamos ser maniqueístas, não vamos aceitar esse debate". No fundo é isso que eles tentam esconder, e vamos lá, as emendas vão aparecer, vamos ter conhecimento de uma a uma. Então, quem não tem coragem de enfrentar esse debate vem com isso. Aliás, sugiro que partidos, todos eles, fiquem livres para fazer bottons, adesivos de carro, outdoors e tudo, porque o petróleo não é do Partido A ou B, o petróleo é do Brasil, do povo brasileiro. E, por enquanto, ninguém pediu a patente sobre o pré-sal. Não há patente, não há registros. Então, todos, inclusive os partidos políticos, têm direito de usar, usar isso, porque nós vamos votar. Isso não vai ser algo do Presidente Lula, de V.Exa., do Ministro, mas sim de todos nós: de V.Exa., do Presidente Lula, de cada um Parlamentar, de cada um partido político deste País que tem assento nesta Casa, Legislativa, Sr. Ministro.

Então, quero dizer que fico muito feliz em poder debater isso, e concordo em que o principal de todo esse debate que estamos travando é o novo marco para áreas tão importantes, tão grandes, gigantes como essa.

Em segundo lugar, temos que enfrentar, sim, o debate sobre a aplicação desses recursos. E aí vejo de 2 formas, Deputado Ferro: primeiro, é a formação do fundo. E poupança é poupança. Para que ela dê certo ela tem que ter lastro, senão você acaba com ela numa única vez. Segundo, a distribuição dos royalties e a participação especial. Não sei como vamos ter que tratar isso. Agora, uma coisa é clara e evidente: precisa ser democratizado. Apresentei uma emenda, como vários, incluindo a questão educação, a questão ambiental, que considero fundamentais. O enfrentamento ao combate das desigualdades regionais é fundamental. Parte desse aspecto a construção de um País mais justo, de um País mais igualitário para toda a sua gente, seja nordestina, sulista, nortista, o que for. Enfim, esse é um dinheiro que tem que vir para ser distribuído de igual forma e não dessa forma como temos hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Com a palavra o Deputado Julião Amin.

O SR. DEPUTADO JULIÃO AMIN – Srs. Presidentes das Comissões, Sr. Ministro, caros colegas aqui presentes, eu queria iniciar parabenizando também V.Exa., Ministro, pela maneira com que vem conduzindo esse trabalho, pela sua dedicação. O Pedro Fernandes diz que é seu aliado político. Lá no Maranhão somos adversários, mas reconhecemos aqui realmente a sua capacidade e seu empenho em conduzir essa política do pré-sal, do nosso petróleo.

Queremos também abordar a questão do modelo. Acho que foi o modelo próprio, correto. Agora estamos realmente defendendo a nossa riqueza, aquilo que é do povo brasileiro. Como foi abordado aqui, não é de um partido, não é do Presidente, mas sim do povo brasileiro, de todos nós. É a ideologia que também defendemos, que V.Exa. também está defendendo neste momento, que eu acho correta. É isso que temos que fazer realmente: defender a riqueza nacional para o povo brasileiro, e a maneira como estamos fazendo.

Sr. Ministro, na verdade, parece-me que somos um pouco leigos nesse assunto de pré-sal. Como também o somos na questão do gás e do óleo. Então, que queria que V.Exa. abordasse essas questões. Como vamos utilizar o gás? Qual a reserva que vamos ter? Vamos aumentar nossa reserva ou não?

Ontem mesmo li na imprensa que foi descoberto um poço com 1 bilhão de barris. É claro que isso empolga a todos nós. Queremos que não seja 1 bilhão, mas que sejam trilhões e trilhões de barris de petróleo, porque somos um País continental e deve ter realmente muitas reservas a serem descobertas. Espero que seja no nosso Estado, como V.Exa. falou há pouco. Sei que estão fazendo essa pesquisa lá. Então gostaria de saber se vamos continuar realmente pesquisando petróleo em outras regiões do nosso País, como no Nordeste, onde temos uma costa imensa no mar. Nosso engenheiro americano disse: "Olha, tem no mar". Não sei se é só no mar ou se tem em terra também. Então, pergunto se vamos continuar.

E, por último, quero colocar uma questão com relação ao Fundo Social, que V.Exa. abordou, especificamente com referência a esse modelo norueguês para o Fundo Social. De acordo com esse modelo, nós vamos depositar esse recurso no exterior e vamos usufruir os dividendos. Não sei se entendi corretamente, mas será que não seria interessante investir esse recurso no País? Não seria interessante mapear nossas necessidades e investir em algo que poderia dar um retorno melhor do que se investido no exterior?

Fala-se muito em tecnologia, educação. Mas seria bom que também se pontuasse aquilo que é prioridade. Onde nós vamos realmente investir dentro desses segmentos?

Por último, a questão dos nossos rios. A água, coloca-se que será uma preocupação no futuro. Então, que fosse colocado também como prioridade a revitalização dos nossos rios.

Sr. Ministro, quero parabenizá-lo por suas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Concedo a palavra ao Deputado Jurandil Juarez.

Como os Deputados Marcio Junqueira e Leonardo Quintão não estão presentes, falará em seguida o Deputado Fernando Marroni.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Sr. Ministro, eu gostaria de cumprimentá-lo, bem como aos 2 Presidentes pelo requerimento e pela oportunidade que deram para que esse tema não ficasse restrito às Comissões Especiais. Não dá para compreender muito, mas às vezes nós desvalorizamos as Comissões Permanentes. Parece que neste caso os 2 Presidentes tomaram cuidado para que isso não acontecesse.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Senador Edison Lobão, pelo pronto atendimento. Nem sempre acontece assim com o Governo, Sr. Ministro, mas, certamente, pelo fato de V.Exa. ser Parlamentar, compreende a oportunidade e a necessidade de o Parlamento estar atento e promover essa discussão de forma mais adequada.

Eu queria levantar uma preliminar e o faço lembrando que na Presidência dos trabalhos tem 2 Deputados fluminenses. Eu sou do Amapá, e quem estudou geografia econômica no século passado lembra que o Amapá era a terra do manganês. Não é mais. Já acabou o manganês lá.

Se os senhores todos tiverem oportunidade de observar o que ficou, vão ver um espetáculo estarrecedor. Não serviu para o Amapá, mas serviu para o País. Na condição de amapaense, não tivemos oportunidade, àquela altura, de discutir se a riqueza era do Amapá ou do Brasil. Mas se estava no subsolo, então era da União. Eu queria fazer essa comparação, porque isso aconteceu como outros Estados, e certamente isso vai permear essa discussão sobre quem é dono do petróleo, qual o é o Estado que produz o petróleo.

Sr. Ministro, eu tenho 3 perguntas, e vou procurar ser direto nelas. Primeiro em relação à matriz energética brasileira, qualificada por ser a mais diversificada do Planeta. Até ano passado, vamos dizer assim, nós falávamos sobre o biodiesel, o etanol, a energia eólica, enfim todo tipo de energia que é possível produzir neste País, que o coloca numa situação muito privilegiada. Não sei se o impacto do pré-sal acabou arrefecendo o entusiasmo que existia. Mas aqui dentro do Brasil e fora tivemos algumas conquistas. Poderia citar, por exemplo, o carro flex, um cartão de apresentação extremamente qualificado também daquilo que é o Brasil.

Queria perguntar como fica a política energética do Brasil com essa diversificação. Se achamos que a energia gerada pelo petróleo voltou a ser a melhor, ou se vamos continuar os investimentos do ponto de vista da política oficial do Governo nessa matriz diversificada.

O segundo ponto seria com referência à indústria brasileira. Estamos focando muito aqui na exploração do petróleo, mas certamente não podemos perder de vista que vamos precisar de equipamentos pesados e de equipamentos leves. Tudo isso que a indústria de extração do petróleo vai precisar vai gerar uma demanda interna no País de outros equipamentos. Alguém fez referência – se não me falha a memória, a Deputada Vanessa Grazziotin – sobre a possibilidade de dobrar o PIB em curto prazo. Isso certamente vai exigir senão uma nova política industrial, mas certamente a necessidade de adequar o parque industrial brasileiro a essa nova realidade, principalmente no que se refere aos equipamentos pesados necessários. Queria saber o que o Governo está pensando a esse respeito.

Por fim, uma consideração sobre o Fundo Soberano. A comparação feita pelo Ministro com a Noruega não sei se é adequada. Temos hoje uma experiência deficitária na formação das nossas reservas, segundo a qual o Brasil compra reservas por um preço e as vende ou aluga a juros menores do que os pagos pelo Governo quando vende seus títulos. Hoje, esse déficit, findando 2008, está na casa dos 16 bilhões de dólares. Emitimos títulos. Pagamos juros muito altos. O Brasil é conhecido por ser o país que tem os juros mais altos do mundo. Pagamos um juro muito alto. Compramos as divisas. Claro que há uma política econômica muito mais ampla. Compramos, formamos as reservas e esses 200 e poucos bilhões que temos hoje em reserva dão prejuízo anual muito alto. Seria uma experiência positiva, recolhendo e tendo uma taxa de juros elevadíssima, pagando do nosso endividamento; seria uma experiência boa pagar os juros internacionais, quando poderíamos nos livrar dos pesados juros que pagamos pelo nosso endividamento?

São esses 2 questionamentos. Agradeço a generosidade do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – O último desse bloco é o Deputado Fernando Marroni. Depois, temos somente mais um bloco. Por isso, pediria aos Deputados que aguardassem.

Com a palavra o Deputado Fernando Marroni.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI – Srs. Presidentes, Sr. Ministro, é muito importante a sua presença aqui. Queria também fazer coro àqueles que cumprimentam o Governo pelos projetos. Na verdade, a fala da Oposição aqui no Congresso Nacional tem sido uma fala daqueles que não conseguem contestar hoje, porque não há espaço no País, nesta Casa, para contestar a postura que o Governo Federal adotou com relação a este projeto, injetando recursos na PETROBRAS, reassumindo o monopólio do petróleo e colocando a PETROBRAS como a operadora de todos os poços com essa participação de 30%.

É claro que essas manifestações do tipo eleitoreira etc. são daqueles que não conseguem compreender a dimensão do que estamos tratando aqui para o futuro e a urgência que temos para tratar isso. O Brasil tem urgência, o Brasil tem pressa e quer ver suas riquezas desenvolvidas porque o seu povo sofre ainda com a escassez de recursos. Não é porque não tenhamos capacidade para fazer mais casa, mais escola, mais saúde, mais educação, mais ciência e tecnologia, que não fazemos. Não fazemos porque há escassez de recurso. Essa riqueza nos dá essa possibilidade para o futuro.

Agora, nesse tema dos royalties não vai caber a afirmativa desses Estados produtores. Não há mais espaço. Aliás, Ministro, sou autor de um projeto que elaborei quando foi discutida nesta Comissão a participação nos royalties de uma cidade do Rio de Janeiro. Quis saber como era aquela divisão. Quando vi fiquei estarrecido. E propus que os royalties fossem divididos com os mesmos critérios do FPM, porque faz um equilíbrio entre o IDH, território e o número de habitantes. O Governador Serra ficou na maior saia justa. Imaginem ele, candidato a Presidente, dizer: “Não, os

royalties têm que ir só para São Paulo". Vai levar carão do povo brasileiro.

Então, penso que esse debate vai ter maioria expressiva para que redividamos esse tema, porque há uma interpretação, sim, do art. 1º, mas uma interpretação completamente egoísta desses Estados que estão hoje ficando com a participação.

Queria fazer 3 perguntas. Se a PETROBRAS vai ser operadora única, se ela vai ter 30% – a participação brasileira na PETROBRAS é de 38% –, por que a nossa participação nos poços não é proporcional às ações que o Brasil detém na PETROBRAS?

No regime de concessão, os custos da exploração são por conta do operador. No regime de partilha, esses custos são da União? Esses custos fazem parte, seriam descontados da parte da União no regime de partilha? Como será desenvolvido esse processo?

Quando V.Exa. fala sobre os contratos, que não devem ser quebrados – concordamos plenamente –, esses contratos têm prazo? No limite desses contratos, a União assumirá esses poços que estão concedidos no pré-sal? Por que não se pode fazer o mesmo regime de partilha, mesmo no pós-sal, nos poços que ainda não foram explorados? Essas são as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Bom, encerrado o bloco, com a palavra o Ministro Edison Lobão, para as respostas.

Alguns já se retiraram, mas ainda há 5 inscritos: os Deputados, Renato Molling, Fernando Ferro, Marcos Lima, Alfredo Kaefer, Luiz Alberto e Cida Diogo.

Ministro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Srs. Presidentes, o Deputado Brizola Neto, que será Relator dos projetos, Presidente de uma das Comissões que vai examinar um dos projetos mais importantes, tem uma interferência densa aqui neste debate que estamos travando em benefício do aperfeiçoamento da legislação proposta. Ele desde logo disse que não concorda que tenha sido o marco regulatório existente, ou seja, o de concessão, o responsável pelo êxito que obtivemos ao longo desse tempo, e sim o monopólio.

Na verdade, o mundo caminha por fases. Há um momento em que uma solução parece ser a mais adequada. No passo seguinte ela já não o é. Tem sido assim. Naquele tempo realmente o monopólio absoluto era o que deveria ser sido feito. Graças a ele não perdemos de vista as nossas riquezas. Não tivesse sido assim e seguramente os países, naquela ocasião, mais desenvolvidos nesta matéria teriam vindo para o Brasil e tomado conta das nossas riquezas. Mas o Governo, o Congresso Nacional e o povo brasileiro foram sábios na medida em que mantiveram o monopólio. Aquele monopólio naquele modelo não deveria prosseguir, no instante em que ele foi suspenso e da maneira como o foi, em parte, porque, se prosseguisse do mesmo modo, não teríamos feito o desenvolvimento a que chegamos.

O regime de concessão foi adequado até este momento. Ele já não o é mais. Precisamos mudar de modelo para haurir melhor as nossas riquezas e as experiências delas decorrentes. Temos, portanto, que ser criativos. É o que estamos procurando ser, para que essa riqueza do fundo da terra sirva ao povo brasileiro nas suas fases distintas.

As privatizações. Para dar um exemplo, houve um momento em que o Presidente João Goulart estatizou empresas de energia elétrica do grupo ANFORP. Naquele instante, era necessário fazer aquilo, era conveniente fazê-lo. Ele o fez. Veio o Governo do Presidente Geisel e estatizou a economia brasileira. No período do Presidente Ernesto Geisel, o Brasil se tornou praticamente um país socialista, na sua configuração econômica. Sessenta e quatro por centro da economia brasileira estavam em mãos do Estado. Aquilo não era necessário? Era. No momento, era, porque a iniciativa privada não tinha condições de fazer o País crescer com a agilidade que se precisava. Por isso, o Estado interferiu na economia fortemente. Depois, veio a onda privatista, a partir do exemplo de Margareth Thatcher, na Inglaterra, que varreu o mundo inteiro. Foi correto aquilo? Foi. Foi correto, sim. No Governo do Presidente Fernando Henrique, partiu o Brasil para a privatização de parte considerável de sua economia. Estava correto o que ele estava fazendo. O País necessitava daquilo. O Governo do Presidente Fernando Henrique chegou a vender ações da PETROBRAS. Eu, por exemplo, Senador da República, votei a favor da Lei das Privatizações, mas eu não admitia a privatização da PETROBRAS, nem do Banco do Brasil, nem da Caixa Econômica. Eu também não quis a privatização da Vale do Rio Doce. Mas, quanto às demais empresas, sim, eu fui a favor. Era o momento adequado de se fazer aquilo.

Quero, com isso, dizer que neste momento nós não estamos promovendo uma reestatização da economia, aumentando ou tentando aumentar a participação do Governo nas ações da PETROBRAS, no capital da PETROBRAS. Nem com a presença da PETRO-SAL estamos querendo fazer isso, nem com o fato de fazer com que a PETROBRAS detenha 30% dos campos exploratórios de petróleo do Brasil no pré-sal. O que nós estamos querendo fazer é modernizar a presença do Estado para benefício da economia como um todo. Tem apenas esse sentido. Portanto, o Deputado Brizola, no meu entendimento, tem toda a razão, com as colocações que faz, e tem sentido especial sua

presença num debate tão importante como este que agora se faz.

Eu não disse que dentro de 10 anos – se o fiz não foi isso que quis dizer –, ou 20 anos, nós vamos ter 3 milhões e 600 milhões de barris de petróleo por dia, explorados aqui, em território brasileiro, e sim no ano de 2017. A nossa meta é que, dentro de 7 anos, o Brasil esteja quase dobrando a sua produção de petróleo. A partir daí, sim, exportando petróleo, não bruto, mas produtos acabados, refinados no Brasil. Nós estamos aumentando em 60% a nossa capacidade de refino no Brasil, exatamente com esse propósito. Como não se fabrica, não se constrói uma refinaria de petróleo em 6 meses, nem em 1 ano, nós estamos madrugando nesta responsabilidade, que haverá de ser dos próximos Governos também, de refinar petróleo para exportar aquilo que for o excedente brasileiro. Hoje, nós importamos uma parte do diesel que consumimos. Ele vem produzido lá fora, portanto, com valor agregado lá fora. Nós queremos que esse valor agregado seja aqui no Brasil, para o benefício de todos.

Sobre a participação especial, acha o Deputado Brizola que isso, de algum modo, deprecia o valor dos barris de petróleo. Nós entendemos que a participação especial é um instrumento que faz parte sobretudo do regime de concessões. No regime de partilha a participação especial não existe. A participação especial é a partilha que o Governo recebe e que transforma em Fundo Social, para, aí sim, distribuir por todos.

A Deputada Vanessa Grazziotin elogiou o modelo – e eu sou grato pela parte que me cabe, da formulação do modelo – e diz que a distribuição dos royalties deve ser justa, e deve mesmo, daquilo que já existe hoje e daquilo que vier a ser feito a partir da nova lei do petróleo, que será a lei da partilha. Nós temos que ter o cuidado para que as desigualdades regionais não sejam estimuladas e sim desestimuladas. Na medida em que nós formos capazes de edificar uma legislação justa para todos os brasileiros, nós estaremos contribuindo, de fato, Deputada, com a finalização das desigualdades regionais, que tanto prejudicam o povo brasileiro.

Ao Deputado Julião Amin os meus agradecimentos pelas palavras, também generosas, com as quais se dirige a mim, se refere à minha participação nesse trabalho. Devo dizer-lhe que o óleo deve pertencer a todos. Também concordo com S.Exa. E pergunta sobre o gás. Onde temos gás? Nós hoje importamos 31 milhões de m^3 de gás da Bolívia. Estamos produzindo intensamente já, aqui no Brasil, uma parte desse gás que produzimos. Lamentavelmente, não é toda aproveitada porque não temos como, ainda, transportar o gás, em condições econômicas, de alto-mar para o território. Por isso ele é queimado nas plataformas. Uma outra parte desse gás é reinjetada nos postos de petróleo, para que, com isso, se produza mais petróleo e mais facilmente fazê-lo.

Eu tenho ouvido também não críticas, mas observações, que são corretas de que o gás da região do pré-sal possui um pouco mais de CO_2 do que o outro e que, portanto, é prejudicial ao meio ambiente. Esse é um mal que virá para o bem. Como assim? Nós vamos reinjetá-lo nos postos de petróleo. Exatamente por ele possuir a capacidade de afetar o meio ambiente, por possuir um pouco mais de CO_2, ele tem uma capacidade maior de fazer com que o petróleo surja do fundo da terra mais facilmente. Ou seja, reinjetado nos campos petrolíferos ele será de grande valia para a produção de mais petróleo. Então, será um mal que virá para o bem.

O Deputado Juarez fala sobre a matriz e sobre os recursos que existem, de um modo geral, do petróleo e que devem também ser distribuídos por todos, a política industrial adequada que devemos adotar e sobre o Fundo Soberano.

Com a política industrial nós estamos intensamente preocupados. Nós queremos que o Brasil seja um produtor de equipamentos de última geração. E estamos estimulando todos com os recursos do BNDES. Quando decidimos fazer um investimento da ordem de 112 bilhões de dólares – e agora isso já avança para 170 bilhões de dólares na PETROBRAS, por um prazo de 4 ou 5 anos – convidamos os empresários brasileiros, todos os industriais, e dissemos a eles que era intenção do Governo fazer com que esses recursos sejam basicamente investidos no Brasil e que, portanto, eles se preparassem para essa nova fase do crescimento nacional e do crescimento deles, individualizadamente. No começo, houve um certo ceticismo por parte do industriais brasileiros. Nós pedimos que eles voltassem 30 dias depois, que se reunissem e discutissem o problema entre eles.

Disse-lhes que no meu entendimento o difícil era conseguir os recursos para mobilizar a indústria nacional. E até cheguei a dizer a esses empresários que os Estados Unidos, durante a guerra, não eram maiores do que é o Brasil hoje. E, todavia, os americanos abasteceram o mundo de navios, aviões, equipamentos de toda natureza. Como é que os empresários brasileiros, sofisticados até no sentido industrial, não se mostravam capazes de, de tendo dinheiro adiantado, construir essa nova fase da indústria brasileira? Eles voltaram mais otimistas e disseram que estavam em condições de enfrentar este desafio. E é o que estamos fazendo a partir deste momento. É um desafio que a indústria brasileira aceitou e vamos privilegiá-la na construção

de equipamentos para a grande fase do petróleo que se aproxima.

Finalmente, o Deputado Fernando Marroni fala sobre a operadora única, que é a PETROBRAS. Por que não partir para uma outra situação já que os custos que pertencem à União e os contratos têm que ter um prazo determinado?

Realmente os contratos são por prazo determinado. Concluídos esses prazos, os campos exploratórios são desenvolvidos à União que os relicita, põe-nos novamente em leilão para que apareçam novos interessados. É assim que se faz.

Pós-sal. Quando na região do pré-sal se coloca uma sonda exploratória, ela, ao passar pelo pós-sal, ou seja, antes de chegar ao sal, se ela encontrar petróleo, o regime exploratório será o de partilha, portanto o mesmo que diz respeito àquele campo. E todo petróleo que for sendo encontrado no curso da penetração da sonda diz respeito ao regime de partilha.

Sr. Presidente, são essas as indagações que foram feitas e espero ter podido respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Agora vamos para o último bloco de perguntas com mais 5 Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Renato Molling. Em seguida, os Deputados Fernando Ferro, Marcos Lima, Alfredo Kaefer, Luiz Alberto, Cida Diogo, Solange Almeida e Jorge Boeira.

Com a palavra o Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – Quero saudar o Sr. Ministro Edison Lobão, o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Edmilson Valentim, parabenizá-lo pela iniciativa, assim como o Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Bernardo Ariston. Ministro, essas 2 Comissões são fundamentais para tratar desse tema, porque o petróleo é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento do nosso País, pois traz divisas, gere a produção e o desenvolvimento econômico de todos os setores pela sua importância, pelo que representa na composição e na produção de todos os produtos que fabricamos e aquilo que exportamos.

O Sr. Ministro foi bastante claro, e no primeiro momento nós até estamos bem eufóricos porque temos uma capacidade muito grande de exploração, em torno de 104 bilhões de barris. Só que se não tivermos um controle em cima desta exploração e da exportação, em poucos anos poderemos terminar com todos esses reservatórios. Se não tivermos um controle da política industrial, se exportarmos muito petróleo, traremos muito dólar, o que fará com que outros setores da economia, principalmente setores de transformação, tenham dificuldades de exportação em função do câmbio, do dólar muito baixo. Então, é de vital importância que a PETROBRAS, o Governo brasileiro tenha esse controle de exportarmos aquilo que faz bem para a economia do nosso País.

Ter muito petróleo não significa qualidade de vida para a nossa população. Qualidade de vida significa trabalho. Temos a oportunidade de trabalhar, e há vários segmentos da economia do nosso País que dependem do petróleo, da energia, e precisam fazer com que essa política industrial seja trabalhada num todo.

A PETROBRAS é um orgulho para todos nós, brasileiros, mas quem a financia, quem a alimenta, quem paga um combustível – até eu questiono muitas vezes que pagamos um combustível muito alto, a gasolina e o óleo diesel muito alto, quase 50% acima da média mundial –, somos nós. Tudo isso faz com que todo o povo brasileiro também tenha o direito de receber os royalties pelo fato de ajudar a bancar a PETROBRAS, que é a exploradora disso.

Então, temos que discutir bastante essas questões.

Pergunto: temos esse controle, como esses projetos que temos aí, para exportar, e exportar valor agregado, não petróleo cru, somente o necessário para termos um petróleo daqui a 100 anos ou, se não tivermos controle, porque haverá a participação de multinacionais, interesses de toda a ordem, daqui a pouco, em 20 anos teremos exportado tudo. Nesse meio tempo poderemos, se não houver uma política industrial, quebrar todo o setor produtivo. E, ao invés de estarmos melhor, estaremos mais pobres, mesmo com toda a riqueza que há hoje no Brasil. Ou seja, se não for bem explorado, ao invés de melhorarmos a qualidade da nossa população, poderemos piorá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, uma sugestão: como faltam poucos Srs. Deputados para fazer indagação, talvez pudéssemos responder cada pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Talvez demore mais, Sr. Ministro, pois é o último bloco.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Sr. Ministro, começamos a civilizar este debate. No dia seguinte ao anúncio dos projetos do pré-sal boa parte da imprensa brasileira divulgou manchetes do tipo: É o nacionalismo! É o estatismo! Um discurso superado, que nos coloca em desconfiança a esse tipo de postura por parte da

imprensa brasileira, e que a Oposição curiosamente abraçou e tocou como bandeira.

Essa questão tem que ser tratada como política de Estado. Foi muito bem dito aqui que os beneficiários desse investimento serão governos futuros; o grosso desses negócios acontecerá em épocas futuras e, portanto, para a Nação e para o Estado brasileiro. Então, deve-se ter maturidade.

Acredito que a Oposição não pretenda ser oposição a vida toda; ela pode ser algum dia Situação, e vai precisar que haja um marco adequado para que ela também possa usufruir disso. Esperamos que a maturidade comece a melhorar a nossa relação.

Deve haver este debate sobre royalties, porque nunca foi feito um balanço de como são esses royalties, como eles são empregados, o que significou em termos de desenvolvimento para os Municípios, de concentração de renda. Há de fato melhora de qualidade de vida nessa situação? A concentração de royalties tende a trazer um problema urbano, migração de outras regiões, concentração urbana. Então, naturalmente, uma melhor distribuição é melhor para o País como um todo.

Então, acho que essa discussão deve nos ajudar nisso. Além do mais, a Lei dos Royalties não se aplica para o caso em tela. Vamos ter que fazer modificações. Estamos tratando de águas continentais, ultraprofundas, não colocadas em nenhum Estado. Então, têm de ser feitas algumas adaptações.

Reconheço que os Estados que serão impactados, e é evidente que haverá uma rota de navios e de refinarias nesse processo, têm de ser compensados, sim. Mas deve ser de uma outra maneira, que não necessariamente a lei vigente atual, até porque o caso se aplica de forma diferente.

Quero crer que estamos tratando um momento... E aí tem o papel do Estado. Ora, o Estado sempre está a colaborar; é sempre um auxiliar do capital. Tem sido assim na história da humanidade. O que se discute é quem administra mais esse Estado. Num período recente, o Estado foi complemente instrumentalizado por setores privilegiados da economia.

Então, acho que estamos diante de um processo e devemos desenvolver uma prioridade para que esse Estado colabore para melhorar a qualidade de vida da população. Vou dar um exemplo, prezado Deputado Edmilson. Esta semana eu estava assistindo ao batimento da quilha do primeiro navio do Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, algo que não imaginávamos. Resultado da ação da PETROBRAS e desse trabalho. Está se constituindo em escala nacional toda uma rede de produção que vai modificar o País. Três mil jovens operários estão lá trabalhando, altamente qualificados, e já respondendo para isso. E a imprensa dizia que aquilo era um estaleiro virtual, que o Governo tinha feito uma propaganda e tal, que era propaganda do PAC. Está lá. Vai boiar um navio para o ano, e há mais 22 para boiar naquele estaleiro, e outros virão, fruto desse trabalho a que estamos assistindo.

Então, é um novo momento para o País. Não podemos deixar de considerar a dimensão política dessa situação, dessa nova realidade. Felizmente, nesta Comissão, estamos dando a ela dimensão que merece e precisa, para o debate ser mais qualificado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Com a palavra o Deputado Marcos Lima; depois, Deputado Jorge Boeira.

O SR. DEPUTADO MARCOS LIMA – Srs. Presidentes da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio; meu caríssimo Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão; Srs. Deputados e Deputadas, eu queria inicialmente cumprimentar o Ministro Edison Lobão, o Parlamentar Edison Lobão, que iniciou sua carreira nesta Casa, como Parlamentar, como Deputado Federal, e hoje está como Senador e como Ministro, com a serenidade, a tranquilidade e a firmeza necessária que tem feito, principalmente num episódio como este em que o Brasil caminha de uma forma expressiva para duplicar suas reservas, e o Ministério das Minas e Energia está com um trabalho tranquilo e de parabéns.

Gostaria, Sr. Ministro – não vou falar sobre os royalties e nem sobre os fundos sociais que já foi muito falado aqui –, de assinalar a tecnologia que hoje a PETROBRAS detém, em termos de exploração de águas profundas, começando em off shore, no passado, e hoje descobrindo, pela primeira vez no mundo, as jazidas de pré-sal.

Uma pequena parte da costa brasileira foi mapeada, foi pesquisa e já está praticamente em produção, mas temos o pré-sal, que, com certeza, vamos ter no mundo inteiro. Vamos ter pré-sal na costa da África, no Oceano Índico, no Pacífico. Possivelmente teremos jazidas produtivas ali.

O que eu gostaria de assinalar e trazer à reflexão dos Srs. Ministros e dos Srs. Deputados? A PETROBRAS tem a tecnologia, como a Microsoft tinha tecnologia, a Shell tinha tecnologia, e foram empresas que cresceram muito e se tornaram globais.

Então, a PETROBRAS poderia perfeitamente, ao mesmo tempo em que vai duplicar a produção no Brasil, participar também, Sr. Ministro, com a tecnologia de exploração de jazidas em outras costas, que só ela tem em todo o mundo. Essa seria outra etapa. O Brasil

está duplicando a produção, mas poderia aumentá-la muito mais com a participação da PETROBRAS naquilo de que se falou ainda há pouco: o fortalecimento da indústria nacional, com a participação da indústria nacional lá fora. Isso levaria ao crescimento do País como um todo.

Então, gostaria de assinalar esses detalhes, como o senhor disse há pouco. Outro deles é a informação estratégica. Operadora única que é, a PETROBRAS mantém o País bem informado. Se ela tem know-how e tecnologia, por que não participar lá fora também, protegendo até, como o Deputado Renato disse há pouco, as reservas nacionais que vamos ter lá fora? A PETROBRAS precisa, neste momento, ter mais coragem, e o Governo brasileiro, mais coragem ainda de buscar o que a PETROBRAS tem e que outros no mundo inteiro não têm: a tecnologia de exploração do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Obrigado.

Deputado Jorge Boeira.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA – Gostaria de me somar aos Parlamentares que elogiaram a elaboração do modelo de exploração do petróleo na camada do pré-sal. É claro que esse é um modelo que garante a soberania nacional, a partir do momento em que estabelece o modelo de partilha e cria a PETROSAL, mas, sobretudo, é um modelo que vem na lógica da redução das desigualdades sociais, pois cria o Fundo Social.

E o Ministro falava hoje, aqui, dos campos de Tupi, de Iara, de Guará, cujas reservas já estimadas são de 15 bilhões de barris de petróleo, e que eles, em 2015, já vão estar produzindo. Agora, todos esses campos já foram licitados conforme o modelo de concessão, o modelo atual. Portanto, o petróleo que deles será extraído a partir de 2015 em nada vai alimentar o Fundo Social. E há uma parte da sociedade, 30 milhões de miseráveis, que tem pressa, Sr. Minstro.

Então, quando se fala na lógica da unitização dos 5 bilhões de barris de petróleo que serão direcionados para a PETROBRAS, para capitalizar a empresa, estamos falando do petróleo desses campos que serão unitizados, e possivelmente já há uma expectativa de que teremos mais de 5 bilhões de barris de petróleo nessas regiões, os quais são da sociedade e estão sendo, neste momento, utilizados para capitalizar a PETROBRAS. É bem verdade que é necessário a PETROBRAS ser capitalizada, mas é necessário que essa parcela da sociedade também tenha uma participação nesse petróleo, porque ele já é da União e já estamos estabelecendo um novo modelo, que é o modelo de partilha.

Sr. Ministro, gostaria de terminar com uma frase sua: "Essa é uma riqueza que surge e que é de todo o povo brasileiro".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Srs. Presidentes das Comissões, Sr. Ministro, colegas Deputados, quero levar à reflexão dos Parlamentares alguns pontos, acerca dos quais indagarei ao Ministro.

Eu estou convencido de que a Lei do Petróleo, a Lei nº 9.478, de 1997, foi uma das leis mais importantes, foi decisiva para o desenvolvimento do Brasil, a partir do momento em que não se deixou mais exclusivamente para a PETROBRAS o petróleo.

Lembro aqui do art. 61, no seu primeiro parágrafo, que diz que as atividades inerentes a essa legislação serão desenvolvidas pela PETROBRAS em caráter livre e em competição com outras empresas, em condições de mercado. É o que diz a legislação.

A partir da quebra do monopólio da PETROBRAS, sabe-se que a empresa cresceu de fato – porque ela sempre foi grande do subsolo para cima ou do mar para cima, e sempre pequena abaixo deles. E a partir desse momento é que efetivamente se fez uma mudança importante e se desenvolveu efetivamente a exploração do petróleo, o que não havia sido feito anteriormente por conta de um nefasto ideário de que o monopólio era que resolvia o problema. Os países do mundo inteiro se desenvolveram. Nós demoramos muito para quebrar o monopólio. O muro de Berlim caiu em 1989, e nós só em 1997 começamos a tomar algumas providências nesse sentido.

Portanto, imagino que tenhamos hoje, dentro do quesito do pré-sal, uma legislação adequada para gerir tanto o modelo atual quanto o pré-sal, que virá: A ANP tem um papel definido, que, no meu entender, é o mesmo projetado para a empresa estatal PETRO-SAL. Entendo que ela não precisaria ser criada porque existe uma agência reguladora do Estado, a ANP. Então, para que criar uma nova estatal para o pré-sal?

Lembro-me do seu comentário inicial que tratava do Fundo Soberano. V.Exa. dizia que a Noruega, por exemplo, tem 300 bilhões de dólares aplicados no exterior por conta da exploração do petróleo, o que é um modelo instituído. Mas existe muita diferença entre nós e países desenvolvidos como a Noruega. Lá, a maioria dos grandes problemas do desenvolvimento econômico e social está resoluto. Então, eles podem se dar ao luxo de aplicar esses recursos dessa forma. Nós, em qualquer circunstância, temos que deixar esses recursos aqui. Temos muitas demandas da Nação brasileira a serem atendidas: educação, saúde, segurança e por aí afora!

Questiono também a entrega dos 5 bilhões – se não me engano – de barris de petróleo à PETROBRAS. Isso é um privilégio para uma empresa que hoje compete em situação idêntica à das outras. Eu vejo que assim privilegiamos a PETROBRAS, onde o Governo – é bom que se lembre disso – não é mais majoritário. Ele é minoritário. A empresa tem suas ações no mercado, na Bolsa, não só no País como no exterior. Portanto, o Governo é sócio minoritário! Então, por que não deixar livre para que outras empresas sejam criadas, se estabeleçam e tenham capacidade de competir?

A propósito, apesar de todo esse questionamento, eu coloquei uma emenda num dos projetos, em que direciono, porque quero tratar com muita ênfase do seguinte: não só nos projetos do pré-sal como na atual legislação dos royalties eu acho inconcebível a distribuição totalmente injusta dos ganhos do petróleo para poucos municípios e poucos Estados desta Nação. Coloquei uma emenda fazendo com que esses recursos sejam alocados no Fundo de Participação dos Municípios, na mesma proporção do Fundo, e que sejam aplicados preferencialmente em educação e saúde.

Lembro, para concluir, que não devemos deixar de contemplar projetos, porque vejo que a discussão do pré-sal está deixando de lado a discussão de outras energias importantes. E o futuro da energia do mundo é a energia limpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Deputado, peço que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – E energia limpa é a energia elétrica, que temos que tirar das usinas hidrelétricas, cujos grandes projetos estão terminando. Temos ainda a energia eólica, a energia solar e outro tipo de energia, pois temos uma grande reserva de urânio. A China, por exemplo, está construindo 18 usinas termonucleares. E nós ainda temos o monopólio das usinas termonucleares com o Estado. Tramita na Câmara uma PEC de minha autoria que também permite a livre implantação dessas usinas. Então, eletricidade é um fator essencial.

Dessa forma, questiono essa situação e levo à reflexão dos Deputados e do Ministro essas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Tem a palavra a Deputada Cida Diogo.

Depois falará a última inscrita, Deputada Solange Almeida.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO – Queria primeiro cumprimentar o Ministro Edison Lobão e toda a Mesa.

Felizmente, Ministro, o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, conseguiu, pelo menos neste primeiro momento, conduzir uma negociação com a Oposição e a retirar da posição de obstrução que vinha adotando em relação ao projeto que tinha sido encaminhado com pedido de urgência. Ele conduziu a negociação de forma bastante hábil e, com isso, conseguimos fazer avançar o debate. O Governo se convenceu a retirar o pedido de urgência, mas o nosso Presidente conseguiu estabelecer um prazo bastante definido, a fim de que ainda neste ano esta Casa aprecie os 4 projetos encaminhados pelo Executivo, a fim de que, após a sua apreciação, possamos iniciar os trabalhos legislativos de 2010, que será um ano bastante complicado, por ser um ano eleitoral, quando sabemos que a discussão acaba ficando um pouco mais lenta. Por isso queremos ainda neste ano definir o posicionamento da Câmara dos Deputados em relação aos projetos encaminhados pelo Executivo.

Acho importante registrar a atuação que o Presidente Michel Temer teve no sentido de compor esse acordo e avançar nessa perspectiva. É uma pena que, mesmo com o avanço desse acordo, a Oposição ainda continue com discursos que tratam os projetos como eleitoreiros, sem entender a importância de nós debatermos o tema e, o mais rapidamente possível, estabelecermos o marco regulatório de uma riqueza do tamanho do pré-sal, para que possamos estabelecer as metas e os caminhos necessários para que essa riqueza seja revertida para melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Nessa discussão, acho que esta Casa hoje começa a caminhar num processo que me preocupa muito, pois estabelece uma espécie de guerra entre os Estados produtores e não produtores. Aí quero focar um pouco a minha intervenção sobre este tema. Sou de um dos Estados produtores, o Rio de Janeiro, e tenho absoluta certeza de que nós também vamos caminhar para um acordo nessa discussão.

Tenho certeza de que esta Casa vai caminhar nesse sentido. Fico feliz quando vejo um Deputado como Fernando Ferro, que é de um Estado não estabelecido como produtor, entendendo que temos de avançar na perspectiva de garantir uma melhor distribuição desses royalties, mas também entendendo que os Estados produtores têm que ter uma atenção diferenciada. Acho que não se trata de reproduzir a forma hoje estabelecida para a distribuição dos royalties, pois realmente não se pode concentrar em poucos Estados essa riqueza, mas é preciso entender que os Estados produtores têm que ter uma compensação por conta do processo de degradação ambiental oriundo do maior investimento que neles será feito.

Acho que vamos avançar na matéria, e o Executivo tem um papel fundamental nesse processo de não estimular essa disputa, de não estabelecer uma espécie de guerra entre os Estados produtores e os não-produtores e de tentar mediar, na perspectiva de encontrar um caminho mais adequado, mais equânime. Eu defendo uma melhor distribuição. Acho que é justo os outros Estados receberem também os benefícios dessa riqueza, mas também entendendo que os Estados produtores têm que ter uma atenção diferenciada.

Eu gostaria de ouvir também a posição do Ministro, que acho que reflete a posição do Governo como um todo. E espero que S.Exa. nos ajude a conduzir um processo de debate que seja rico e justo e que não permita haver guerra entre os Estados produtores e os não-produtores, pois isso será ruim para o País, para esta Casa e também para o próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Deputada Solange Almeida.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA – Srs. Presidentes das Comissões, Deputado Edmilson Valentim e Deputado Bernardo Ariston, parabéns pela realização desta audiência pública.

Quero dizer, Ministro, que eu estava aqui, hoje, mais uma vez, participando de uma palestra sua sobre o pré-sal e me lembrando do dia da sua posse, quando a imprensa criticava a indicação do senhor pelo partido, dizendo que o senhor não tinha conhecimento da área, querendo diminuir a sua capacidade para assumir a Pasta.

E hoje nós vemos que a imprensa é só elogios ao senhor, reconhecendo o seu trabalho, a sua competência, a sua capacidade, a sua determinação. E o senhor, mesmo não tendo, à época da sua posse, conhecimento profundo da área, procurou aprender, como o senhor disse, com humildade, naquela aula inaugural lá em Cabo Frio: procurou aprender, buscar, e hoje tem sido um nome de grande orgulho para o partido, para o Governo e para o País.

Eu estou aqui mais uma vez porque aprendo muito sempre que tenho oportunidade de ouvi-lo fazer suas observações.

E quero lembrar também, como foi dito pelo Deputado que antecedeu a Deputada Cida Diogo, da energia elétrica. Nós falamos muito em desigualdades regionais, mas nos esquecemos de falar das diferenças regionais. Atualmente, o País, por meio do seu Ministério, está construindo uma linha de transmissão que impedirá a existência de problemas ainda que haja seca em Itaipu ou no Nordeste, pois ela ligará o País inteiro. Nós poderemos usar a energia do Madeira no Sudeste ou no Sul, como poderemos usar no Norte a energia que vem de Itaipu.

Nós vimos no jornal de ontem que o País terá uma fábrica para produzir os equipamentos necessários à exploração da energia eólica. Não estamos só preocupados em ter energia, mas também em industrializar nosso parque nacional para esse tipo de energia limpa, o que está sendo viabilizado pelo seu Ministério.

Não temos que falar só nas desigualdades regionais, mas também nas diferenças, porque nós temos, por exemplo, a mineração. A Lei do Petróleo é nova, mais moderna, e será aprimorada, mas e a Lei da Mineração, sobre a qual o senhor está se debruçando para mudar, é arcaica, é uma vergonha!

Há Estados e municípios em situação difícil. É o caso, por exemplo, de Parauapebas, no Pará, que passou de 30 mil de habitantes para 300 mil habitantes por causa da mineração, sem que o seu enriquecimento tenha sido nem um centésimo desse quantitativo populacional.

Essa Lei da Mineração está vindo em muito boa hora. Desde que eu estou nesta Casa nós a discutimos, e ela sairá agora, para que a aprovemos. Assim, poderemos dar os royalties da mineração para esses municípios e esses Estados, que não o recebem.

Outra coisa: há os royalties das hidrelétricas e os da energia elétrica, como deve haver também os da energia eólica.

O que eu acho é que temos que trabalhar a questão dos Estados produtores como um problema ambiental, como uma questão a partir da qual será direcionado o petróleo para o exterior ou para as refinarias. Os Ministros, além do próprio Presidente Lula, reconheceram isso e o Presidente fez uma ressalva na lei para garantir aos Estados produtores os royalties pelo ônus que eles terão na questão ambiental, por conta da retirada.

Quando se industrializa uma região, quando se faz um porto, parece que surgem só empregos, só coisas boas, mas isso não é verdade; também vai muito problema para aquela região, e é preciso haver uma compensação pelo dano ambiental. É o que ocorre com o Estado do Rio de Janeiro, que direciona os royalties do petróleo para o FECAM, o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, e também para o RIOPREVIDÊNCIA, para sua regularização fiscal. O Estado está fazendo seu dever de casa.

Essa é uma questão que temos que olhar também, porque senão daqui a pouco nós vamos meter o dedo lá na Hidrelétrica do Madeira; em Itaipu, no Paraná; no gado, lá do Mato Grosso... Há as diferenças regionais. Não há que se falar somente em desigualdades econômicas regionais, mas também nas diferenças regionais.

Eu estou aqui defendendo o Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, mas não apenas os municípios produtores. Não. Eu também acho que é um absurdo o que ocorre hoje. Há muitas desigualdades, muitas coisas para corrigirmos. Meu Estado mesmo tem 5 municípios que não recebem royalty nenhum; há um Município com 1 milhão e 200 mil habitantes que tem arrecadação menor do que a de Rio das Ostras, que tem 60 mil habitantes. Nós também temos que corrigir isso.

Eu vou fazer aqui um apelo. Nós sabemos que o pré-sal é uma coisa gigante , grande, e para daqui a 10 anos – que está ali. Dez anos está ali na frente, como o senhor disse! É a lanterna olhando para o futuro. Nós temos essa obrigação nesta Casa. Eu acho que há que se criar o Fundo Social. Essa questão econômica, de poupança, do Fundo Social é muito importante, mas os recursos a ele destinados também darão para fazermos uma desconcentração dos recursos da arrecadação no País, que atualmente é totalmente concentrada no Governo Federal.

Nós temos que pegar esses recursos e fazer justiça aos municípios e Estados brasileiros. Ao discutirmos essa questão do royalty, vamos também pensar nesse bolo da União; vamos pegar esse royalty e dividir o bolo da União para que os municípios e os Estados tenham sua participação.

Eu discuto muito a questão de que tudo é culpa de falta de recursos. Eu pude assistir, cerca de um mês atrás, um episódio que mostra que uma caneta na mão de uma pessoa com responsabilidade social pode fazer uma grande diferença. Isso aconteceu no Município do Rio de Janeiro, governado por uma pessoa do meu partido, o Prefeito Eduardo Paes. Com uma caneta ele resolveu na hora colocar 102 mil crianças em turno integral nas escolas localizadas em zonas de risco, nas escolas das comunidades do Rio de Janeiro. Então, a questão não é só ter recursos. Não haviam feito isso até agora porque não tinham a intenção de priorizar a educação.

Nós temos que pensar em recursos? Sim, é muito importante; mas vamos votar nesta Casa uma Lei de Responsabilidade Social; vamos penalizar os gestores que não estão fazendo sua parte na área da educação, da saúde, da habitação. Hoje, no Estado do Rio de Janeiro, lamentamos que 58% do programa Minha Casa, Minha Vida vá para o Município do Rio de Janeiro, enquanto os outros gestores – isso fica a cargo da Prefeitura – não estão fazendo seu dever de casa.

Ministro, meus parabéns. Conte conosco nesta Casa; conte com esta Comissão; conte com nosso Presidente, Deputado Bernardo Ariston, para continuarmos o crescimento deste País e o seu desenvolvimento em todas as suas áreas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Valentim) – Obrigado, Deputada Solange Almeida, que falou durante 7 minutos. Ainda bem. V.Exa. foi a última. As 2 representantes do sexo feminino, da bancada feminina, foram as últimas oradoras a falar nesta reunião e deveriam ter falado mais. Cumprimento V.Exa. e agradeço-lhe a intervenção.

Devolvo a palavra ao nosso Ministro e ao Deputado Bernardo Ariston.

O SR. MINISTRO EDISON LOBÃO – Eu tentarei resumir um pouco as respostas às indagações dos Deputados Solange Almeida, Cida Diogo, Renato Molling, Fernando Ferro, Marcos Lima e Jorge Boeira e do Prefeito Alfredo Campos.

Na verdade, nós temos procurado por todo esse tempo construir um modelo que seja o mais próximo do útil e bem feito nesse trabalho a que nos propusemos. Uma boa análise pode ser feita sobre o que nós fizemos: procuramos examinar com todo o cuidado, com toda a paciência a matéria, para que o resultado desse trabalho seja exatamente aquilo que os brasileiros esperam que nós façamos.

O Brasil poderia, de fato, ir além do que sempre foi no exame desta matéria. Se não fizemos melhor, é porque isso não foi possível. Mas os cuidados nós tivemos. O interesse, por igual.

Toda vez que se procura realizar uma obra dessa magnitude, não se tem facilidade para fazer o ideal. Mas o ideal é, em geral, o inimigo daquilo que parece ser o fundamental. Nós temos que fazer o que é possível ser feito. Quando se procura o ideal, quase sempre fica alguma coisa por realizar. Nós, nesse período de 14 meses, caminhamos no sentido de fazer com que as regras que estão sendo elaboradas sejam produzidas com interesse de que ao final possamos ter o Congresso Nacional melhorando um trabalho feito pelo Poder Executivo.

Eu estou convencido de que sempre o Congresso Nacional melhora aquilo que é oferecido pelo próprio Congresso Nacional, com parte da presença do Poder Executivo. O Executivo faz o seu trabalho e o Poder Legislativo o melhora.

Quando a Constituição diz, no seu art. 20, que os Estados produtores precisam ter uma participação diferenciada, não especifica qual é o montante dessa participação. Ela poderia ser, como é, de 10%. Uma lei ordinária estabeleceu que 10% da produção do petróleo pertence aos Estados produtores. Na verdade, a lei poderia ter dito, em lugar de 10%, que essa participação seria de 0,05%, ou quase nada, e dessa forma

se estaria cumprindo a disposição constitucional que manda criar uma prerrogativa para os Estados produtores. Mas o Governo tomou, há 15 anos, a iniciativa de atender o Estado produtor com uma participação maior do que aquilo que ele vinha recebendo. Não era uma obrigatoriedade. Isto aconteceu por uma concessão do Poder Executivo.

A verdade, senhores, é que nós estamos de fato caminhando para a elaboração de uma lei que haverá de ser profunda na sua formulação e duradoura, para que todos os brasileiros sejam partícipes de uma nova situação que haverá de vir em benefício de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM – Sr. Presidente, Deputado Bernardo Ariston; Sr. Ministro, eu gostaria de agradecer, em nome da Comissão de Desenvolvimento Econômico, a V.Exas. a participação nesta audiência pública.

Esta é a largada de um debate, e com certeza a palavra do Ministro hoje trouxe grandes contribuições para que nós iniciemos esse debate no âmbito desta Casa. As polêmicas aqui levantadas fazem parte do processo e estão apenas se iniciando, do ponto de vista formal.

Eu espero que a conclusão deste debate seja o entendimento necessário à manutenção do rumo que os projetos aqui tomaram, e, no tocante a royalties e repartições, ao restabelecimento do Pacto Federativo. Não se constrói um país e não vamos desenvolver a exploração de petróleo no Brasil à revelia dos Estados produtores ou com o confronto. E neste momento valem as preocupações das lideranças políticas de fazer o desenvolvimento nacional. Então, vamos trabalhar para fugir do discurso fácil da redistribuição de receita e vamos buscar fazer os projetos avançarem, mudando o marco regulatório e estabelecendo-o de forma mais justa, respeitando os direitos de quem os tem, como num verdadeiro Pacto Federativo.

Muito obrigado, Ministro. Foi muito importante a sua participação. Mais uma vez agradeço a V.Exa. a competência com que apresentou os temas aqui nas nossas Comissões. Obrigado.

Quero parabenizar também o meu colega Deputado Bernardo Ariston.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Muito obrigado, Deputado Edmilson Valentim. Eu quero, para finalizar, agradecer a presença do Ministro Edison Lobão, sempre bem-vindo a esta Casa, uma pessoa muito agradável. Eu quero aqui dar o meu testemunho de que o Ministro sempre foi muito solicito às nossas reivindicações, mesmo naqueles momentos em que teve que dizer "não". Mas nunca deixou de nos atender, nunca deixou de colocar a sua equipe à nossa disposição.

Eu queria, neste final, mais uma vez, definir a posição dos Deputados do Rio de Janeiro, um Estado produtor de petróleo. Obviamente, não queremos tomar nada de assalto para o Estado. Muito pelo contrário, nós queremos sim, como disseram aqui o Deputado Fernando Ferro, que não é do Rio de Janeiro, a Deputada Cida Diogo, a Deputada Solange Almeida, entre outros, uma divisão justa e honesta para todo o Brasil, sobretudo para atender aos mais necessitados e ajudar o nosso País a entrar definitivamente nos trilhos do desenvolvimento, com que tanto sonhamos e que tanto desejamos.

Porém, nós não podemos sacrificar os Estados produtores, porque eles têm uma responsabilidade muito grande, seja na questão da poluição do meio ambiente, seja na questão da explosão demográfica, entre outras. Temos que valorizar esses Estados, sim. Evidentemente, sem preterir os outros. Afinal de contas, somos um Estado Federado, e, portanto, temos que olhar o todo.

Eu queria também dizer, Ministro, antes de terminar, que a minha base política mais forte no Rio de Janeiro – que, aliás, o senhor me deu o privilégio de visitar, justamente para tratar desse assunto – é uma região onde existem vários municípios produtores de petróleo. E eu percebo no dia a dia daqueles municípios, Ministro – não quero generalizar nem vou dar nomes aqui, pois este não é o momento adequado –, a péssima utilização do dinheiro dos royalties por parte de algumas Prefeituras. E isso é um problema muito sério para o País, porque, se eu não estiver errado, um dos objetivos dos royalties é justamente criar condições para, quando o petróleo acabar, aquela localidade continuar tendo condições de gerar riquezas. Eu acho que esse é um dos objetivos dos royalties. E eu vejo, infelizmente, alguns municípios utilizando da pior maneira possível esses recursos dos royalties.

E aqui fica o desafio de buscarmos também, naquele momento que V.Exa. falou, momento propício para o assunto, uma maneira de utilizarmos melhor os royalties oriundos não só do petróleo, mas de tudo aquilo que possa gerá-los.

Nós não podemos permitir a regionalização desse discurso, sob pena de criarmos uma guerra entre os Estados federados. Nós não queremos levantar determinadas bandeiras aqui para criar um problema maior na nossa Nação. Porque se a discussão fosse só na base do "esse quinhão é meu", nós iríamos justificar o nosso entendimento, por exemplo, usando a questão do FPE, das compensações da Lei Kandir, do FPM, da CIDE, do ICMS, do fato de o Estado do Rio

de Janeiro ser o segundo Estado em transferência de recursos para a União, e por aí vai.

Mas nós não queremos isso. Nós queremos que seja feita uma divisão justa, uma divisão honesta, que possa atender a todos, sobretudo aos mais necessitados, e, como eu já disse anteriormente, queremos que o Brasil seja colocado no trilho do desenvolvimento, que nós desejamos e precisamos. Vamos ser justos. Vamos deixar esse assunto dos royalties para depois. Esse assunto não é para ser discutido agora, sob pena de criarmos uma guerra entre os Estados brasileiros.

Eu quero agradecer a presença de todos. Ao Ministro quero agradecer não só a sua presença, mas a sua parceria, bem como a de sua equipe. Quero agradecer também a presença do Sr. Marco Antonio, Secretário de Petróleo e Gás Natural, e também parabenizá-lo pelo seu trabalho.

Está encerrada a presente audiência pública.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Quarta Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 23 de setembro de 2009

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Bernardo Ariston, Presidente; Luiz Alberto e Nelson Bornier, Vice-Presidentes; Arnaldo Jardim, Arnaldo Vianna, Betinho Rosado, Bruno Rodrigues, Carlos Alberto Canuto, Fábio Ramalho, Fernando Marroni, João Oliveira, Luiz Fernando Faria, Marcio Junqueira, Marcos Lima e Silvio Lopes, Titulares; Átila Lira, Carlos Brandão, Chico D'Angelo, Edinho Bez, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Gervásio Silva, José Fernando Aparecido de Oliveira, Pedro Fernandes, Simão Sessim e Tatico, Suplentes. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Albérico Filho, Alexandre Santos, Brizola Neto, Eduardo da Fonte, Eduardo Valverde, Ernandes Amorim, Fernando Ferro, Jorge Boeira, José Otávio Germano, José Santana de Vasconcellos, Julião Amin, Marcos Medrado, Paulo Abi-Ackel, Rose de Freitas e Vander Loubet. O Deputado Vitor Penido apresentou atestado médico para justificar sua ausência. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária Deliberativa e submeteu à apreciação as Atas das Reuniões Ordinárias Deliberativa e de Audiência Pública realizadas, respectivamente, nos dias quinze e dezesseis do mês em curso. O Deputado Arnaldo Vianna solicitou dispensa da leitura das Atas, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, a convite da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-Firjan, havia representado a Comissão no evento "Pré-Sal, Riscos e Oportunidades", no último dia vinte e um, no Rio de Janeiro, e que, convidado pelo Instituto Brasileiro de Mineração-Ibram, havia participado do "13º Congresso Brasileiro de Mineração", ontem, dia vinte e dois, em Belo Horizonte, evento do qual também havia participado o Deputado Marcos Lima, no dia anterior. Ele comunicou, ainda, que o Deputado Betinho Rosado havia representado o Colegiado no "Congresso para Geração de Energia e Negócios no Nordeste-Cogenn", no último dia vinte e um, em Natal-RN. Na sequência, o Senhor Presidente solicitou do Plenário referendo para essas participações, que foram aprovadas unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, que solicitou aditamento ao Requerimento nº 333/2009, de sua autoria e relativo ao Seminário sobre concessões do setor elétrico brasileiro, aprovado na Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia primeiro de abril do corrente ano. O Senhor Deputado pediu que se acrescentasse ao rol de expositores os Senhores José Aquiles Grimoni, Diretor-Geral do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo-USP, Albert Cordeiro de Melo, Diretor-Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica-CEPEL e Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, e André Serrão Borges de Sampaio, sócio do Escritório Serrão Advogados. Submetido à votação, o aditamento foi aprovado por unanimidade. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente comunicou que, nos termos regimentais, seria votado de imediato o Projeto de Lei nº 1.896/2007, esclarecendo que, tendo sido rejeitado, na última reunião, o Parecer do Relator, Deputado Betinho Rosado, pela aprovação do referido Projeto de Lei e da Emenda nº 1/2007-CME, com Substitutivo, havia sido designado o Deputado Eduardo Valverde Relator do Parecer Vencedor, pela rejeição, o qual seria submetido à votação. **A – MATÉRIA SOBRE A MESA: 1 – REQUERIMENTO Nº 460/2009** – do Sr. Silvio Lopes – que "requer, nos termos do Art. 117, VI, do RICD, a retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.138/2008, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame". Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **B – REQUERIMENTOS: 2 – REQUERIMENTO Nº 432/2009** – do Sr. Arnaldo Jardim (PL 3.009/1997) – que "requer a realização de Audiência Pública, conjuntamente com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Viação e Transportes,

para debater o PL 3.009/1997, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d'água, quando da construção de barragens". O Requerimento foi retirado de tramitação pelo Autor, sendo seus termos aprovados como aditamento ao Requerimento nº 421/2009, de autoria do Deputado João Oliveira. Na sequência, assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Nelson Bornier. **3 – REQUERIMENTO Nº 453/2009** – da Sra. Solange Almeida – que "requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente da Eletrobrás; do Secretário de Previdência Complementar; do Diretor de Fiscalização da SPC; do Diretor Financeiro de Furnas; do Diretor de Administração e Finanças da Eletronuclear; do Diretor Financeiro da Eletrobrás; de membros da firma Watson Wyatt; da RSM Boucinhas, Campos & Conti; e do Presidente do Conselho Deliberativo de Administração da Fundação Real Grandeza, para debate acerca de supostas irregularidades contábeis que tiveram por objetivo o incremento artificial do superávit atuarial, por meio de cobranças de contribuições acima do devido, implicando perdas da capacidade de investimento em geração de energia". O Requerimento não foi deliberado, em razão da ausência da Autora. **4 – REQUERIMENTO Nº 455/2009** – do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira – que "requer a criação de Subcomissão Especial para discutir o novo marco regulatório e a expansão do setor mineral". Concedida a palavra ao Autor, este expôs as razões da Proposição. Em discussão a matéria, manifestaram-se favoravelmente os Deputados Arnaldo Vianna, Fernando Marroni e Marcos Lima. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 5 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.138/2008** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "determina a sustação do Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, do Poder Executivo, por exorbitar do poder regulamentar". Relator: Deputado José Otávio Germano. Parecer: pela rejeição. O Projeto foi retirado de pauta, a Requerimento aprovado do Deputado Silvio Lopes. **6 – PROJETO DE LEI Nº 2.763/2008** – do Sr. Angelo Vanhoni – que "isenta as unidades museológicas no âmbito do Poder Público Federal do pagamento das taxas referentes ao consumo de energia elétrica". Relatora: Deputada Rose de Freitas. Parecer: pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Educação e Cultura, com Emenda. O Projeto não foi deliberado, em razão da ausência da Relatora. **D – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: PRIORIDADE: 7 – PROJETO DE LEI Nº 3.986/2008** – do Senado Federal (Renato Casagrande-PLS 204/2008) – que "altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis". Relator: Deputado Marcio Junqueira. Parecer: pela aprovação, com Substitutivo. O Senhor Presidente informou que a Proposição não seria objeto de deliberação na reunião em curso, em face da revisão do despacho exarado pela Presidência da Casa, que havia solicitado sua devolução, a fim de ser encaminhada à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, antes de ser apreciada por este Órgão. **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 8 – PROJETO DE LEI Nº 6.834/2006** – do Sr. Betinho Rosado – que "acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão às expensas da concessionária". Relator: Deputado Átila Lira. Parecer: pela aprovação. O Projeto não foi deliberado, em razão da ausência do Relator no momento da apreciação. **9 – PROJETO DE LEI Nº 1.895/2007** – do Sr. Wandenkolk Gonçalves – que "altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estender às cooperativas e às colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural". (Apensado: Projeto de Lei 2.907/2008). Relatora: Deputada Rose de Freitas. Parecer: pela aprovação deste e do Projeto de Lei 2.907/2008, apensado, com Substitutivo. O Projeto não foi deliberado, em razão da ausência da Relatora. **10 – PROJETO DE LEI Nº 1.896/2007** – do Sr. Carlos Souza – que "altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de destinar recursos à Conta de Desenvolvimento Energético-CDE". Relator: Deputado Eduardo Valverde. Parecer Vencedor: pela rejeição deste e da Emenda 1/2007 apresentada na CME. Foi concedida vista ao Deputado Andre Vargas, em cinco de dezembro de dois mil e sete. Foi aprovado por unanimidade o Parecer Vencedor do Deputado Eduardo Valverde. O Parecer do Relator, Deputado Betinho Rosado, passou a constituir Voto em Separado. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou os trabalhos às dez horas e trinta e quatro minutos, tendo antes convocado a Comissão para a Reunião Ordinária de Audiência Pública sobre a proposta de modelo regulatório do pré-sal, a ser realizada a seguir, no Plenário 5, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. E, para constar, eu, _____ Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente

Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado Bernardo Ariston, Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Quinta Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 30 de setembro de 2009

Às dez horas e vinte e um minutos do dia trinta de setembro de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Bernardo Ariston, Presidente; Nelson Bornier, Terceiro Vice-Presidente; Alexandre Santos, Arnaldo Vianna, Brizola Neto, Bruno Rodrigues, Carlos Alberto Canuto, Eduardo Valverde, Fábio Ramalho, Fernando Ferro, Fernando Marroni, João Oliveira, Jorge Boeira, José Santana de Vasconcellos, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Marcio Junqueira, Marcos Lima, Paulo Abi-Ackel, Silvio Lopes e Vander Loubet, Titulares; Átila Lira, Carlos Brandão, Ciro Pedrosa, Edinho Bez, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Gervásio Silva, Leonardo Quintão, Maurício Quintella Lessa, Pedro Fernandes, Simão Sessim e Tatico, Suplentes. Compareceu, também, a Deputada Jô Moraes, como não-membro. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Albérico Filho, Arnaldo Jardim, Betinho Rosado, Eduardo da Fonte, Ernandes Amorim, José Otávio Germano, Marcos Medrado, Luiz Alberto e Rose de Freitas. O Deputado Vitor Penido apresentou atestado médico para justificar sua ausência. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária Deliberativa e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia vinte e três do mês em curso. O Deputado João Oliveira solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA: A – MATÉRIA SOBRE A MESA: 1 – REQUERIMENTO Nº 463/2009** – do Sr. Marcio Junqueira – que "requer, nos termos do Art. 117, VI, RICD, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 5.120/2005, item 2 da pauta". Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **B – REQUERIMENTOS: 2 – REQUERIMENTO Nº 453/2009** – da Sra. Solange Almeida – que "requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente da Eletrobrás; do Secretário de Previdência Complementar; do Diretor de Fiscalização da SPC; do Diretor Financeiro de Furnas; do Diretor de Administração e Finanças da Eletronuclear; do Diretor Financeiro da Eletrobrás; de membros da firma Watson Wyatt; da RSM Boucinhas, Campos & Conti; e do Presidente do Conselho Deliberativo de Administração da Fundação Real Grandeza, para debate acerca de supostas irregularidades contábeis que tiveram por objetivo o incremento artificial do superávit atuarial, por meio de cobranças de contribuições acima do devido, implicando perdas da capacidade de investimento em geração de energia". O Requerimento não foi deliberado, em razão da ausência da Autora. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 3 – PROJETO DE LEI Nº 5.120/2005** – do Sr. José Carlos Machado – que "regulamenta o art. 19 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a venda ou troca de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo para uso doméstico". (Apensado: Projeto de Lei nº 5.443/2009). Relator: Deputado Carlos Alberto Canuto. Parecer: pela rejeição deste e do Projeto de Lei nº 5.443/2009, apensado. O Projeto foi retirado de pauta, a Requerimento aprovado do Deputado Marcio Junqueira. **4 – PROJETO DE LEI Nº 2.763/2008** – do Sr. Angelo Vanhoni – que "isenta as unidades museológicas no âmbito do Poder Público Federal do pagamento das taxas referentes ao consumo de energia elétrica". Relatora: Deputada Rose de Freitas. Parecer: pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Educação e Cultura, com Emenda. Nos termos do art. 41, VI, do Regimento Interno, o Senhor Presidente designou Relator da matéria o Deputado Brizola Neto, que proferiu o Parecer pela aprovação do Projeto e da Emenda adotada pela Comissão de Educação e Cultura, com Emenda. Na sequência, o Deputado Nelson Bornier solicitou vista do Projeto, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. **D – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 5 – PROJETO DE LEI Nº 6.834/2006** – do Sr. Betinho Rosado – que "acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão às expensas da concessionária". Relator: Deputado Átila Lira. Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que procedeu à leitura do Parecer. Na sequência, o Deputado Marcos Lima solicitou vista do Projeto, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. **6 – PROJETO DE LEI Nº 1.895/2007** – do Sr. Wandenkolk Gonçalves – que

"altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estender às cooperativas e às colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural". (Apensado: Projeto de Lei nº 2.907/2008). Relatora: Deputada Rose de Freitas. Parecer: pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 2.907/2008, apensado, com Substitutivo. Nos termos do art. 41, VI, do Regimento Interno, o Senhor Presidente designou Relator da matéria o Deputado Marcos Lima. Em seguida, o Deputado Eduardo Valverde solicitou vista do Projeto, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. **7 – PROJETO DE LEI Nº 4.957/2009** – do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta artigo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências". Relator: Deputado Fernando Marroni. Parecer: pela aprovação, com Substitutivo. Nos termos do art. 41, VI, do Regimento Interno, o Senhor Presidente designou Relator da matéria o Deputado Eduardo Valverde, que proferiu o Parecer pela aprovação do Projeto, com Substitutivo. Na sequência, o Deputado João Oliveira solicitou vista do Projeto, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. Ao final, o Deputado Nelson Bornier solicitou que fossem marcadas as visitas de que trata o Requerimento nº 456/2009, de autoria do Deputado Bruno Rodrigues, que "requer a realização de visita dos membros da Subcomissão Especial destinada a acompanhar e a fiscalizar as obras de instalação de hidrelétricas e das PCHs no Território Nacional às obras dos complexos hidrelétricos do Simplício-RJ/MG, Estreito-MA, Jirau-RO e Santo Antônio-RO", aprovado em Reunião Ordinária Deliberativa realizada pela Comissão no último dia quinze. O Senhor Presidente afirmou que o cronograma das referidas visitas seria elaborado logo que finalizada a Reunião de Audiência Pública a se realizar em seguida. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e quatro minutos, tendo antes convocado a Comissão para a Reunião de Audiência Pública a se realizar a seguir, sobre o plano de gestão 2009/2010 da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM e a política de concessão de exploração dos recursos minerais. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Bernardo Ariston, Presidente.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º , inciso I, alínea "***a***", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALDO MATOS MORENO,** ponto nº 5448, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 32, da função comissionada de Assessor Técnico-Jurídico, FC-07, da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 07 de outubro de 2009.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANA LÍGIA MENDES DE PAULA CASTILHO,** ponto nº 5769, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 32, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 13 de outubro de 2009.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CHRISTIANE COELHO PAIVA,** ponto nº 6153, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Assistente Técnico, FC-06, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 19 de outubro de 2009.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **IDELFONSO VIDAL SALMITO,** ponto nº 6472, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Analista de Informática Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Assessor Técnico, FC-07, do Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 01 de outubro de 2009.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LÚCIA PEDROSO DE MORAES,** ponto nº 5375, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 32, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, do Quadro

de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 01 de outubro de 2009.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARILDA BARBOSA MACEDO SOUZA,** ponto nº 5904, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Diretor da Central de Atendimento, FC-07, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 19 de outubro de 2009.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º , inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ALDO MATOS MORENO,** ponto nº 5448, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 32, para exercer, a partir de 07 de outubro de 2009, a função comissionada de Assistente de Comissão, FC-05, da Comissão de Legislação Participativa, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **CHRISTIANE COELHO PAIVA,** ponto nº 6153, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, para exercer, a partir de 19 de outubro de 2009, a função comissionada de Diretor da Central de Atendimento, FC-07, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **IDELFONSO VIDAL SALMITO,** ponto nº 6472, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Analista de Informática Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, para exercer, a partir de 01 de outubro de 2009, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **JOSÉ NILTON GARCIA,** ponto nº 2164, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Transporte Legislativo – Condução de Veículos, Classe Especial, Padrão 32, para exercer, a partir de 14 de outubro de 2009, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Líder do Partido da República, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **LÚCIA PEDROSO DE MORAES,** ponto nº 5375, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 32, para exercer, a partir de 01 de outubro de 2009, a função comissionada de Assessor Técnico, FC-07, do Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MARCELO CARNEIRO DA FONTOURA,** ponto nº 7020, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe A, Padrão 31, para exercer, a partir de 13 de outubro de 2009, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MATILDE ARAÚJO COUTINHO,** ponto nº 3251, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 32, para exercer, a partir de 13 de outubro de 2009, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **REGINA DA CUNHA ROCHA,** ponto nº 6591, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, para exercer, a partir de 14 de outubro de 2009, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 19 de outubro de 2009. – **Michel Temer,** Presidente.

MESA DIRETORA

Presidente:
MICHEL TEMER - PMDB - SP
1º Vice-Presidente:
MARCO MAIA - PT - RS
2º Vice-Presidente:
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - DEM - BA
1º Secretário:
RAFAEL GUERRA - PSDB - MG
2º Secretário:
INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE
3º Secretário:
ODAIR CUNHA - PT - MG
4º Secretário:
NELSON MARQUEZELLI - PTB - SP
1º Suplente de Secretário:
MARCELO ORTIZ - PV - SP
2º Suplente de Secretário:
GIOVANNI QUEIROZ - PDT - PA
3º Suplente de Secretário:
LEANDRO SAMPAIO - PPS - RJ
4º Suplente de Secretário:
MANOEL JUNIOR - PSB - PB

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Bloco PMDB, PTC
Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES
Vice-Líderes:
Mendes Ribeiro Filho (1º Vice), Colbert Martins, Edinho Bez, Eunício Oliveira, Gastão Vieira (Licenciado), Maria Lúcia Cardoso, Mauro Benevides, Osmar Serraglio, Celso Maldaner, Darcísio Perondi, Marcelo Melo, Pedro Novais, Valdir Colatto, Vital do Rêgo Filho, Eduardo Cunha, Rodrigo Rocha Loures e Pedro Chaves.

PT
Líder: CÂNDIDO VACCAREZZA
Vice-Líderes:
Anselmo de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Carlos Zarattini, Décio Lima, Devanir Ribeiro, Domingos Dutra, Fernando Ferro, Francisco Praciano, Geraldo Simões, Iriny Lopes, José Genoíno, José Guimarães, Luiz Sérgio, Nilson Mourão, Paulo Rocha, Pepe Vargas, Vicentinho, Reginaldo Lopes, Jilmar Tatto e Virgílio Guimarães.

PSDB
Líder: JOSÉ ANÍBAL
Vice-Líderes:
Duarte Nogueira (1º Vice), Bruno Araújo, Lobbe Neto, Raimundo Gomes de Matos, Andreia Zito, Bonifácio de Andrada, Paulo Abi-ackel, Professor Ruy Pauletti, Renato Amary, Wandenkolk Gonçalves, Professora Raquel Teixeira, William Woo, Pinto Itamaraty e Edson Aparecido.

DEM
Líder: RONALDO CAIADO
Vice-Líderes:
Paulo Bornhausen (1º Vice), Abelardo Lupion, Claudio Cajado, Efraim Filho, Felipe Maia, Guilherme Campos, João Oliveira, Jorginho Maluly, José Carlos Aleluia, Lira Maia, Luiz Carreira, Marcio Junqueira, Onyx Lorenzoni, Roberto Magalhães e Alberto Fraga.

Bloco PSB, PCdoB, PMN, PRB
Líder: MÁRCIO FRANÇA
Vice-Líderes:
Rodrigo Rollemberg (1º Vice), Ciro Gomes, Marcelo Serafim, Dr. Ubiali, Lídice da Mata, Valadares Filho, Júlio Delgado, Daniel Almeida, Flávio Dino, Cleber Verde, Perpétua Almeida e Francisco Tenorio.

PR
Líder: SANDRO MABEL
Vice-Líderes:
Lincoln Portela (1º Vice), Aelton Freitas, Chico da Princesa, Giacobo, Jofran Frejat, José Rocha, Leo Alcântara, Lúcio Vale, Neilton Mulim, Gorete Pereira e João Carlos Bacelar.

PP
Líder: MÁRIO NEGROMONTE
Vice-Líderes:
Benedito de Lira (1º Vice), Antonio Cruz, José Linhares, Pedro Henry, Simão Sessim, Vilson Covatti, Roberto Britto, Dilceu Sperafico, Paulo Maluf e João Pizzolatti.

PDT
Líder: DAGOBERTO
Vice-Líderes:
Brizola Neto (1º Vice), Miro Teixeira, Paulo Pereira da Silva, Paulo Rubem Santiago, Ademir Camilo, Wolney Queiroz e Damião Feliciano.

PTB
Líder: JOVAIR ARANTES
Vice-Líderes:
Luiz Carlos Busato (1º Vice), Alex Canziani, Arnaldo Faria de Sá, Paes Landim e Pedro Fernandes.

PSC
Líder: HUGO LEAL
Vice-Líderes:
Eduardo Amorim (1º Vice), Carlos Eduardo Cadoca e Regis de Oliveira.

PV
Líder: EDSON DUARTE
Vice-Líderes:
Fernando Gabeira, Dr. Talmir, Edigar Mão Branca e Ciro Pedrosa.

PPS
Líder: FERNANDO CORUJA
Vice-Líderes:
Arnaldo Jardim (1º Vice), Moreira Mendes, Geraldo Thadeu e Humberto Souto.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL
Repr.:

PHS
Repr.: MIGUEL MARTINI

PTdoB
Repr.: VINICIUS CARVALHO

Liderança do Governo
Líder: HENRIQUE FONTANA
Vice-Líderes:
Beto Albuquerque, Wilson Santiago, Milton Monti, Ricardo Barros e Armando Abílio.

Liderança da Minoria
Líder: ANDRÉ DE PAULA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Angela Portela - PT
Edio Lopes - PMDB
Francisco Rodrigues - DEM
Luciano Castro - PR
Marcio Junqueira - DEM
Maria Helena - PSB
Neudo Campos - PP
Urzeni Rocha - PSDB

Amapá

Antonio Feijão - PTC
Dalva Figueiredo - PT
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Jurandil Juarez - PMDB
Lucenira Pimentel - PR
Sebastião Bala Rocha - PDT

Pará

Asdrubal Bentes - PMDB
Bel Mesquita - PMDB
Beto Faro - PT
Elcione Barbalho - PMDB
Gerson Peres - PP
Giovanni Queiroz - PDT
Jader Barbalho - PMDB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Vic Pires Franco - DEM
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Francisco Praciano - PT
Lupércio Ramos - PMDB
Marcelo Serafim - PSB
Rebecca Garcia - PP
Sabino Castelo Branco - PTB
Silas Câmara - PSC
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Anselmo de Jesus - PT
Eduardo Valverde - PT
Ernandes Amorim - PTB
Lindomar Garçon - PV
Marinha Raupp - PMDB
Mauro Nazif - PSB
Moreira Mendes - PPS
Natan Donadon - PMDB

Acre

Fernando Melo - PT
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PV
Ilderlei Cordeiro - PPS
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Sergio Petecão - PMN

Tocantins

Eduardo Gomes - PSDB
João Oliveira - DEM
Laurez Moreira - PSB
Lázaro Botelho - PP
Moises Avelino - PMDB
Nilmar Ruiz - PR
Osvaldo Reis - PMDB
Vicentinho Alves - PR

Maranhão

Bene Camacho - PTB
Carlos Brandão - PSDB
Cleber Verde - PRB
Clóvis Fecury - DEM
Davi Alves Silva Júnior - PR
Domingos Dutra - PT
Flávio Dino - PCdoB
Julião Amin - PDT
Nice Lobão - DEM
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Ribamar Alves - PSB
Roberto Rocha - PSDB
Sarney Filho - PV
Washington Luiz - PT
Zé Vieira - PR

Ceará

Aníbal Gomes - PMDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Chico Lopes - PCdoB
Ciro Gomes - PSB
Eudes Xavier - PT
Eugênio Rabelo - PP
Eunício Oliveira - PMDB
Flávio Bezerra - PMDB
Gorete Pereira - PR
José Airton Cirilo - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Leo Alcântara - PR
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PR
Mauro Benevides - PMDB
Pastor Pedro Ribeiro - PR
Paulo Henrique Lustosa - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PR
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSB
Ciro Nogueira - PP
Elizeu Aguiar - PTB
José Maia Filho - DEM
Júlio Cesar - DEM
Marcelo Castro - PMDB
Nazareno Fonteles - PT
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB
Themístocles Sampaio - PMDB

Rio Grande do Norte

Betinho Rosado - DEM
Fábio Faria - PMN
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Rogério Marinho - PSDB
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Armando Abílio - PTB
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM

Luiz Couto - PT
Major Fábio - DEM
Manoel Junior - PSB
Marcondes Gadelha - PSC
Rômulo Gouveia - PSDB
Vital do Rêgo Filho - PMDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Braga - PMDB
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

Ana Arraes - PSB
André de Paula - DEM
Armando Monteiro - PTB
Bruno Araújo - PSDB
Bruno Rodrigues - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Charles Lucena - PTB
Edgar Moury - PMDB
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Ferro - PT
Fernando Nascimento - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PR
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - DEM
Marcos Antonio - PRB
Maurício Rands - PT
Paulo Rubem Santiago - PDT
Pedro Eugênio - PT
Raul Henry - PMDB
Raul Jungmann - PPS
Roberto Magalhães - DEM
Silvio Costa - PMN
Wolney Queiroz - PDT

Alagoas

Antonio Carlos Chamariz - PTB
Augusto Farias - PTB
Benedito de Lira - PP
Carlos Alberto Canuto - PSC
Francisco Tenorio - PMN
Givaldo Carimbão - PSB
Joaquim Beltrão - PMDB
Maurício Quintella Lessa - PR
Olavo Calheiros - PMDB

Sergipe

Albano Franco - PSDB
Eduardo Amorim - PSC
Iran Barbosa - PT
Jackson Barreto - PMDB
Jerônimo Reis - DEM
José Carlos Machado - DEM
Mendonça Prado - DEM
Valadares Filho - PSB

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM
Claudio Cajado - DEM
Colbert Martins - PMDB
Daniel Almeida - PCdoB
Edigar Mão Branca - PV
Edson Duarte - PV
Emiliano José - PT
Fábio Souto - DEM
Félix Mendonça - DEM
Fernando de Fabinho - DEM
Geraldo Simões - PT
Jairo Carneiro - PP
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PR
Jorge Khoury - DEM
José Carlos Aleluia - DEM
José Carlos Araújo - PR
José Rocha - PR
Joseph Bandeira - PT
Jutahy Junior - PSDB
Lídice da Mata - PSB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PV
Luiz Carreira - DEM
Marcelo Guimarães Filho - PMDB
Márcio Marinho - PRB
Marcos Medrado - PDT
Mário Negromonte - PP
Maurício Trindade - PR
Milton Barbosa - PSC
Paulo Magalhães - DEM
Roberto Britto - PP
Sérgio Barradas Carneiro - PT
Severiano Alves - PMDB
Tonha Magalhães - PR
Uldurico Pinto - PMN
Veloso - PMDB
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PDT
Aelton Freitas - PR
Alexandre Silveira - PPS
Antônio Andrade - PMDB
Antônio Roberto - PV
Aracely de Paula - PR
Bilac Pinto - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Carlos Melles - DEM
Carlos Willian - PTC
Ciro Pedrosa - PV
Edmar Moreira - PR
Eduardo Barbosa - PSDB
Elismar Prado - PT
Fábio Ramalho - PV
George Hilton - PRB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Humberto Souto - PPS
Jaime Martins - PR
Jairo Ataide - DEM
Jô Moraes - PCdoB
João Bittar - DEM
João Magalhães - PMDB
José Fernando Aparecido de Oliveira - PV
José Santana de Vasconcellos - PR
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - DEM
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luiz Fernando Faria - PP
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Marcos Lima - PMDB
Marcos Montes - DEM
Maria Lúcia Cardoso - PMDB
Mário de Oliveira - PSC
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Miguel Corrêa - PT
Miguel Martini - PHS
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Paulo Delgado - PT

Paulo Piau - PMDB
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Rodrigo de Castro - PSDB
Saraiva Felipe - PMDB
Silas Brasileiro - PMDB
Virgílio Guimarães - PT
Vitor Penido - DEM

Espírito Santo

Camilo Cola - PMDB
Capitão Assumção - PSB
Iriny Lopes - PT
Jurandy Loureiro - PSC
Lelo Coimbra - PMDB
Luiz Paulo Vellozo Lucas - PSDB
Manato - PDT
Rita Camata - PMDB
Rose de Freitas - PMDB
Sueli Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Alexandre Santos - PMDB
Andreia Zito - PSDB
Antonio Carlos Biscaia - PT
Arnaldo Vianna - PDT
Arolde de Oliveira - DEM
Bernardo Ariston - PMDB
Brizola Neto - PDT
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PSOL
Chico D'angelo - PT
Cida Diogo - PT
Deley - PSC
Dr. Adilson Soares - PR
Dr. Paulo César - PR
Edmilson Valentim - PCdoB
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Lopes - PRB
Felipe Bornier - PHS
Fernando Gabeira - PV
Fernando Lopes - PMDB
Filipe Pereira - PSC
Geraldo Pudim - PR
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PSC
Indio da Costa - DEM
Jair Bolsonaro - PP
Leandro Sampaio - PPS
Léo Vivas - PRB
Luiz Sérgio - PT
Marcelo Itagiba - PMDB
Marina Maggessi - PPS
Miro Teixeira - PDT
Neilton Mulim - PR
Nelson Bornier - PMDB
Otavio Leite - PSDB
Pastor Manoel Ferreira - PR
Paulo Rattes - PMDB
Rodrigo Maia - DEM
Rogerio Lisboa - DEM
Silvio Lopes - PSDB
Simão Sessim - PP
Solange Almeida - PMDB
Solange Amaral - DEM
Suely - PR
Vinicius Carvalho - PTdoB

São Paulo

Abelardo Camarinha - PSB
Aldo Rebelo - PCdoB
Aline Corrêa - PP
Antonio Bulhões - PMDB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Antonio Palocci - PT
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Jardim - PPS
Arnaldo Madeira - PSDB
Beto Mansur - PP
Bispo Gê Tenuta - DEM
Cândido Vaccarezza - PT
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Celso Russomanno - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Nechar - PP
Dr. Talmir - PV
Dr. Ubiali - PSB
Duarte Nogueira - PSDB
Edson Aparecido - PSDB
Eleuses Paiva - DEM
Emanuel Fernandes - PSDB
Fernando Chiarelli - PDT
Fernando Chucre - PSDB
Francisco Rossi - PMDB
Guilherme Campos - DEM
Ivan Valente - PSOL
Janete Rocha Pietá - PT
Jefferson Campos - PSB
Jilmar Tatto - PT
João Dado - PDT
João Paulo Cunha - PT
Jorginho Maluly - DEM
José Aníbal - PSDB
José C. Stangarlini - PSDB
José Eduardo Cardozo - PT
José Genoíno - PT
José Mentor - PT
José Paulo Tóffano - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciana Costa - PR
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Ortiz - PV
Márcio França - PSB
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PR
Milton Vieira - DEM
Nelson Marquezelli - PTB
Paes de Lira - PTC
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - PDT
Paulo Teixeira - PT
Regis de Oliveira - PSC
Renato Amary - PSDB
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto Alves - PTB
Roberto Santiago - PV
Silvio Torres - PSDB
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PR
Vanderlei Macris - PSDB
Vicentinho - PT
Walter Ihoshi - DEM
William Woo - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Carlos Bezerra - PMDB

Eliene Lima - PP
Homero Pereira - PR
Pedro Henry - PP
Professor Victorio Galli - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Valtenir Pereira - PSB

Distrito Federal

Alberto Fraga - DEM
Jofran Frejat - PR
Laerte Bessa - PSC
Magela - PT
Osório Adriano - DEM
Rodovalho - DEM
Rodrigo Rollemberg - PSB
Tadeu Filippelli - PMDB

Goiás

Carlos Alberto Leréia - PSDB
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PSDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Marcelo Melo - PMDB
Pedro Chaves - PMDB
Pedro Wilson - PT
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PR
Tatico - PTB

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Dagoberto - PDT
Geraldo Resende - PMDB
Marçal Filho - PMDB
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PR
Alceni Guerra - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
Andre Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PR
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Eduardo Sciarra - DEM
Giacobo - PR
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Luiz Carlos Setim - DEM
Marcelo Almeida - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Osmar Serraglio - PMDB
Ratinho Junior - PSC
Ricardo Barros - PP
Rodrigo Rocha Loures - PMDB
Takayama - PSC
Wilson Picler - PDT

Santa Catarina

Acélio Casagrande - PMDB
Angela Amin - PP
Celso Maldaner - PMDB
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PSDB
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
José Carlos Vieira - PR
Nelson Goetten - PR
Paulo Bornhausen - DEM
Valdir Colatto - PMDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cláudio Diaz - PSDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Emilia Fernandes - PT
Enio Bacci - PDT
Fernando Marroni - PT
Geraldinho - PSOL
Germano Bonow - DEM
Henrique Fontana - PT
Ibsen Pinheiro - PMDB
José Otávio Germano - PP
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Carlos Busato - PTB
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - DEM
Osvaldo Biolchi - PMDB
Paulo Pimenta - PT
Paulo Roberto Pereira - PTB
Pepe Vargas - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Professor Ruy Pauletti - PSDB
Renato Molling - PP
Sérgio Moraes - PTB
Vieira da Cunha - PDT
Vilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Fábio Souto (DEM)
1º Vice-Presidente: Wandenkolk Gonçalves (PSDB)
2º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Anselmo de Jesus	Afonso Hamm vaga do PSDB/DEM/PPS
Antônio Andrade vaga do PV	Airton Roveda
Assis do Couto	Camilo Cola
Benedito de Lira	Carlos Alberto Canuto
Beto Faro	Dalva Figueiredo
Celso Maldaner vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Darcísio Perondi
Dilceu Sperafico	Eduardo Amorim
Flávio Bezerra vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Ernandes Amorim
Homero Pereira	Eugênio Rabelo
Leandro Vilela	Fernando Melo
Luciana Costa	Geraldo Simões
Luis Carlos Heinze	João Leão (Licenciado)
Moacir Micheletto	Lázaro Botelho
Moises Avelino	Nilson Mourão
Nazareno Fonteles	Paulo Piau
Nelson Meurer	Rose de Freitas
Odílio Balbinotti	Vadão Gomes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Osvaldo Reis	Vander Loubet
Pedro Chaves	Veloso
Tatico	Vignatti
Valdir Colatto	Washington Luiz
Waldemir Moka	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
Zé Gerardo vaga do PSDB/DEM/PPS	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
Zonta (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	
PSDB/DEM/PPS	
Abelardo Lupion	Alfredo Kaefer
Cezar Silvestri	Antonio Carlos Mendes Thame
Duarte Nogueira	Betinho Rosado
Fábio Souto	Carlos Melles vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Humberto Souto	Cláudio Diaz
Jairo Ataide	Eduardo Sciarra
Leonardo Vilela	Félix Mendonça vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Lira Maia vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Francisco Rodrigues
Luiz Carlos Setim vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Jerônimo Reis
Moreira Mendes vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	João Oliveira vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Onyx Lorenzoni	Júlio Cesar
Vitor Penido	Leandro Sampaio
Wandenkolk Gonçalves	Marcos Montes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Osório Adriano
1 vaga	Silvio Lopes
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Dagoberto	Giovanni Queiroz vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Fernando Coelho Filho	Mário Heringer
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Edson Duarte
PRB	
	Márcio Marinho vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Silas Câmara (PSC)
1º Vice-Presidente: Sergio Petecão (PMN)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Feijão vaga do PSDB/DEM/PPS	Anselmo de Jesus
Asdrubal Bentes	Átila Lins
Dalva Figueiredo	Eduardo Valverde
Fernando Melo	Francisco Praciano
Natan Donadon	Lúcio Vale
Silas Câmara	Lupércio Ramos
Washington Luiz	Marinha Raupp
Zé Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS	Neudo Campos
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Zé Geraldo
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Zequinha Marinho vaga do PSDB/DEM/PPS
3 vagas	(Dep. do PV ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Nilson Pinto	Ilderlei Cordeiro
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Marcio Junqueira
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Urzeni Rocha
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Wandenkolk Gonçalves
2 vagas	Zenaldo Coutinho
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Janete Capiberibe	Giovanni Queiroz
Marcelo Serafim vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Valtenir Pereira
Maria Helena	Vanessa Grazziotin
Perpétua Almeida vaga do PSDB/DEM/PPS	
Sergio Petecão	
PV	
	Lindomar Garçon vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
PRB	
Márcio Marinho vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	

Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires
Local: Anexo II - Sala T- 59

Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Eduardo Gomes (PSDB)
1º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)
2º Vice-Presidente: Cida Diogo (PT)
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Chamariz	Angela Amin vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Beto Mansur	Angelo Vanhoni
Bilac Pinto	Antônio Carlos Biffi
Charles Lucena	Antonio Palocci
Cida Diogo	Beto Faro
Dr. Adilson Soares	Celso Russomanno
Eunício Oliveira	Colbert Martins
Francisco Rossi	Eliene Lima
Gilmar Machado	Fernando Ferro
Iriny Lopes	Flávio Bezerra
Jader Barbalho	João Matos
José Rocha	José Carlos Araújo
Paulo Henrique Lustosa	Luiz Fernando Faria
Paulo Pimenta	Mendes Ribeiro Filho
Paulo Roberto Pereira	Nelson Meurer
Paulo Teixeira	Olavo Calheiros
Ratinho Junior	Sabino Castelo Branco
Sandes Júnior	Silas Câmara
Wladimir Costa	Takayama
Zequinha Marinho	Wellington Fagundes (Licenciado)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Bispo Gê Tenuta	Andreia Zito
Eduardo Gomes	Arnaldo Jardim
Eleuses Paiva	Arolde de Oliveira
Emanuel Fernandes	Clóvis Fecury
Gustavo Fruet	Duarte Nogueira vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Manoel Salviano	Indio da Costa
Narcio Rodrigues vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Jorginho Maluly
Nelson Proença	José Aníbal
Paulo Bornhausen	José Mendonça Bezerra
Professora Raquel Teixeira	Julio Semeghini
Solange Amaral	Lobbe Neto
Vic Pires Franco	Raul Jungmann
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Rômulo Gouveia
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Abelardo Camarinha	Ariosto Holanda
Glauber Braga	Fábio Faria
Luiza Erundina	Jô Moraes
Miro Teixeira	Wilson Picler
Rodrigo Rollemberg	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
Uldurico Pinto	1 vaga
PV	
Edigar Mão Branca	José Paulo Tóffano
Lindomar Garçon vaga do PSDB/DEM/PPS	
PRB	
	Márcio Marinho vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Tadeu Filippelli (PMDB)
1º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
2º Vice-Presidente: Bonifácio de Andrada (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Maia Filho (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Biscaia	Aracely de Paula
Augusto Farias vaga do PSDB/DEM/PPS	Arnaldo Faria de Sá
Carlos Bezerra vaga do PSDB/DEM/PPS	Carlos Abicalil
Ciro Nogueira	Carlos Willian
Colbert Martins	Celso Russomanno
Eduardo Cunha	Décio Lima
Eliseu Padilha	Dilceu Sperafico
Emiliano José	Domingos Dutra
Geraldo Pudim vaga do PV	Eduardo Amorim
Gerson Peres	Fátima Bezerra
João Paulo Cunha	Hugo Leal
José Eduardo Cardozo	Ibsen Pinheiro
José Genoíno	Jaime Martins
José Mentor	Jair Bolsonaro
Magela	João Magalhães
Marçal Filho	José Guimarães
Marcelo Guimarães Filho	Leo Alcântara
Marcelo Itagiba	Luiz Couto
Maurício Quintella Lessa	Maria do Rosário
Mauro Benevides	Maria Lúcia Cardoso
Mendes Ribeiro Filho	Maurício Rands
Nelson Trad	Mauro Lopes
Osmar Serraglio	Miguel Corrêa
Paes Landim	Odílio Balbinotti
Pastor Manoel Ferreira	Pastor Pedro Ribeiro
Paulo Maluf	Paulo Rattes
Regis de Oliveira	Ricardo Barros
Rubens Otoni	Sandes Júnior
Sérgio Barradas Carneiro	Sandro Mabel
Tadeu Filippelli	Wilson Santiago
Vicente Arruda	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
Vilson Covatti	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Vital do Rêgo Filho (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	
PSDB/DEM/PPS	
Antonio Carlos Pannunzio	Alexandre Silveira
Arolde de Oliveira	Arnaldo Madeira
Bonifácio de Andrada	Bispo Gê Tenuta
Efraim Filho	Bruno Araújo
Felipe Maia	Carlos Melles
Fernando Coruja	Edson Aparecido
Indio da Costa vaga do PSOL	Humberto Souto
João Almeida	Jairo Ataide
João Campos	Jorginho Maluly
José Carlos Aleluia	Major Fábio
José Maia Filho	Moreira Mendes
Jutahy Junior	Onyx Lorenzoni vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Mendonça Prado	Paulo Bornhausen
Paulo Magalhães	Renato Amary
Roberto Magalhães	Ricardo Tripoli
Zenaldo Coutinho	Rômulo Gouveia
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Solange Amaral
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Vic Pires Franco

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	William Woo

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ciro Gomes	Beto Albuquerque
Flávio Dino	Chico Lopes
Francisco Tenorio	Evandro Milhomen
Gonzaga Patriota	Fernando Chiarelli
Jefferson Campos vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Pompeo de Mattos
Márcio França vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Sergio Petecão
Marcos Medrado vaga do PSDB/DEM/PPS	Silvio Costa
Sandra Rosado	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
Valtenir Pereira	
Vieira da Cunha	
Wolney Queiroz	

PV

Marcelo Ortiz	Roberto Santiago
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Sarney Filho

PSOL

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Chico Alencar

PRB

	Eduardo Lopes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
	George Hilton vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II,Térreo, Ala A, sala 21
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Ana Arraes (PSB)
1º Vice-Presidente: Filipe Pereira (PSC)
2º Vice-Presidente: Vinicius Carvalho (PTdoB)
3º Vice-Presidente: Walter Ihoshi (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Cruz vaga do PSDB/DEM/PPS	Ciro Nogueira
Celso Russomanno	Eduardo da Fonte
Dr. Nechar vaga do PV	João Carlos Bacelar
Elismar Prado	José Eduardo Cardozo
Elizeu Aguiar	Leandro Vilela vaga do PV
Filipe Pereira	Nilmar Ruiz vaga do PSDB/DEM/PPS
José Carlos Araújo	Roberto Britto
Leo Alcântara vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Sandes Júnior
Luiz Bittencourt	Sérgio Barradas Carneiro
Neudo Campos	Vital do Rêgo Filho
Tonha Magalhães	Wellington Roberto
Vinicius Carvalho	Wladimir Costa
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PHS ocupa a vaga)	
PSDB/DEM/PPS	
Carlos Sampaio	Bruno Rodrigues
Dimas Ramalho	Cezar Silvestri
Ricardo Tripoli	Felipe Maia vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Rogerio Lisboa	Julio Semeghini
Walter Ihoshi	Milton Vieira
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Paulo Abi-ackel
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ana Arraes	Abelardo Camarinha
Chico Lopes vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Wolney Queiroz
Júlio Delgado	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSOL	
	Ivan Valente vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
PHS	
Felipe Bornier vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Edmilson Valentim (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Dr. Ubiali (PSB)
2º Vice-Presidente: João Maia (PR)
3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Edson Ezequiel	Aelton Freitas
Jairo Carneiro	Antônio Andrade
João Maia	Armando Monteiro
José Guimarães	Carlos Eduardo Cadoca
Jurandil Juarez	Elizeu Aguiar vaga do PSDB/DEM/PPS
Miguel Corrêa	Maurício Trindade vaga do PHS
Nelson Goetten	Natan Donadon
Renato Molling	Rebecca Garcia
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Ricardo Berzoini
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Silas Brasileiro
	Vilson Covatti
	Virgílio Guimarães
PSDB/DEM/PPS	
Albano Franco	Guilherme Campos
Fernando de Fabinho	Manoel Salviano
Leandro Sampaio	Moreira Mendes
Luiz Paulo Vellozo Lucas	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
Osório Adriano	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Capitão Assumção vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Fernando Coelho Filho
Dr. Ubiali	Valadares Filho
Edmilson Valentim vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Laurez Moreira	
Vanessa Grazziotin vaga do PHS	
PHS	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha M. Fernandes
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Eduardo Sciarra (DEM)

1º Vice-Presidente: João Bittar (DEM)
2º Vice-Presidente: Fernando Chucre (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Chaves (PTB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Amin	Acélio Casagrande
Emilia Fernandes	Benedito de Lira
Flaviano Melo	Chico da Princesa
Francisco Praciano	José Airton Cirilo
João Carlos Bacelar vaga do PSDB/DEM/PPS	José Carlos Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS
José Chaves	Jurandy Loureiro
Marcelo Melo	Leonardo Monteiro
Zezéu Ribeiro	Luiz Carlos Busato
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PV ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Eduardo Sciarra	Arnaldo Jardim
Fernando Chucre	Gustavo Fruet
João Bittar	Jorge Khoury
José Carlos Machado vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Onyx Lorenzoni vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Renato Amary
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Evandro Milhomen	Flávio Dino
Mário Heringer vaga do PSDB/DEM/PPS	Silvio Costa
Osmar Júnior	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
1 vaga	
PV	
José Paulo Tóffano vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
PRB	
	Léo Vivas vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Secretário(a): Estevam dos Santos Silva
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Luiz Couto (PT)
1º Vice-Presidente: Pedro Wilson (PT)
2º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Domingos Dutra	Antonio Bulhões vaga do PHS
Edmar Moreira vaga do PSDB/DEM/PPS	Dr. Rosinha
Janete Rocha Pietá	Iriny Lopes
Lucenira Pimentel	José Linhares
Luiz Couto	Lincoln Portela
Pastor Pedro Ribeiro	Luiz Alberto
Pedro Wilson	Paes de Lira
Suely	Pastor Manoel Ferreira
Veloso	Paulo Henrique Lustosa
1 vaga	(Dep. do PV ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Geraldo Thadeu	Eduardo Barbosa
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
2 vagas	2 vagas
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Pompeo de Mattos	Janete Capiberibe
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Paulo Rubem Santiago
	Uldurico Pinto vaga do PSDB/DEM/PPS
PHS	
Miguel Martini	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PRB	
Cleber Verde vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	1 vaga
1 vaga	
PV	
	Antônio Roberto vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
PSOL	
Chico Alencar vaga do PSDB/DEM/PPS	Geraldinho vaga do PSDB/DEM/PPS

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
3º Vice-Presidente: Alice Portugal (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alex Canziani	Angela Portela
Angelo Vanhoni	Charles Lucena
Antônio Carlos Biffi	Elismar Prado
Bel Mesquita	Emiliano José
Carlos Abicalil	Eudes Xavier
Fátima Bezerra	Fernando Nascimento
Gastão Vieira (Licenciado)	Geraldo Resende
Iran Barbosa	Jairo Carneiro
João Matos	José Linhares
Joaquim Beltrão	Marcelo Almeida
Joseph Bandeira	Mauro Benevides
Lelo Coimbra	Osmar Serraglio
Maria do Rosário	Pedro Wilson
Neilton Mulim	Roberto Alves
Nilmar Ruiz vaga do PSDB/DEM/PPS	Rodrigo Rocha Loures
Osvaldo Biolchi	Severiano Alves vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Professor Setimo vaga do PSDB/DEM/PPS	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Raul Henry vaga do PV	1 vaga
Reginaldo Lopes (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	
PSDB/DEM/PPS	
Clóvis Fecury	Eduardo Barbosa vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Jorginho Maluly	Eleuses Paiva
Lobbe Neto	Lira Maia
Pinto Itamaraty	Luiz Carlos Setim
Rogério Marinho vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Narcio Rodrigues
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Paulo Magalhães
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Professor Ruy Pauletti
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Professora Raquel Teixeira
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Raimundo Gomes de Matos
2 vagas	(Dep. do PV ocupa a vaga)
	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Alice Portugal	Dr. Ubiali

Ariosto Holanda vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Lídice da Mata
Átila Lira	Luiza Erundina
Paulo Rubem Santiago	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
Wilson Picler vaga do PSDB/DEM/PPS (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	

PV

(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	José Fernando Aparecido de Oliveira vaga do PSDB/DEM/PPS
	Marcelo Ortiz

PRB

Marcos Antonio vaga do PSDB/DEM/PPS

Secretário(a): Anamélia Ribeiro C. de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Vignatti (PT)
1º Vice-Presidente: Antonio Palocci (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
3º Vice-Presidente: Félix Mendonça (DEM)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aelton Freitas	Bilac Pinto
Andre Vargas	Edgar Moury vaga do PSOL
Antonio Palocci	Eduardo Cunha
Armando Monteiro	João Magalhães
Eduardo Amorim	João Paulo Cunha
Gladson Cameli	Jorge Boeira
João Pizzolatti	Leonardo Quintão
Marcelo Castro	Magela
Pedro Eugênio	Maurício Quintella Lessa
Pedro Novais	Osvaldo Biolchi
Pepe Vargas	Paulo Maluf
Ricardo Barros	Pedro Henry
Ricardo Berzoini	Professor Setimo
Rodrigo Rocha Loures	Reginaldo Lopes
Vicentinho Alves	Tonha Magalhães
Vignatti	Vital do Rêgo Filho
Virgílio Guimarães vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Zonta
Wilson Santiago	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Alfredo Kaefer	Antonio Carlos Pannunzio
Arnaldo Madeira	Arnaldo Jardim
Carlos Melles	João Almeida
Félix Mendonça	João Bittar vaga do PV
Guilherme Campos	João Oliveira
Ilderlei Cordeiro	José Carlos Aleluia
Júlio Cesar	José Maia Filho
Julio Semeghini	Nelson Proença vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Luiz Carlos Hauly	Paulo Renato Souza (Licenciado)
Luiz Carreira vaga do PV (Dep. do PV ocupa a vaga)	Rodrigo de Castro 2 vagas
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
João Dado	Ciro Gomes
Manoel Junior	Julião Amin
Silvio Costa	Osmar Júnior vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Paulo Pereira da Silva
	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PV	
Ciro Pedrosa vaga do PSDB/DEM/PPS (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PSOL	
Geraldinho	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6654/6655/6652
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Silvio Torres (PSDB)
1º Vice-Presidente: Rômulo Gouveia (PSDB)
2º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT)
3º Vice-Presidente: Léo Vivas (PRB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aníbal Gomes	Alexandre Santos
Cândido Vaccarezza vaga do PSDB/DEM/PPS	Augusto Farias
Carlos Willian	Celso Russomanno
Devanir Ribeiro	Edinho Bez
João Magalhães	José Carlos Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS
Márcio Reinaldo Moreira	José Mentor
Paulo Rattes	Jurandil Juarez
Simão Sessim	Luis Carlos Heinze
Solange Almeida	Luiz Sérgio
Vadão Gomes	Paulo Rocha
Wellington Roberto	Vicentinho Alves
1 vaga	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Edson Aparecido	Bruno Araújo
Milton Vieira	Duarte Nogueira
Rodrigo Maia	Humberto Souto vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Rômulo Gouveia	José Carlos Machado
Silvio Torres	Moreira Mendes
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Vanderlei Macris
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ademir Camilo	Daniel Almeida
Sueli Vidigal	Márcio França
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PRB	
Léo Vivas vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	
PHS	
	Felipe Bornier vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Secretário(a): Marcos Figueira de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Roberto Britto (PP)
1º Vice-Presidente: Eliene Lima (PP)
2º Vice-Presidente: Dr. Talmir (PV)
3º Vice-Presidente: Vadão Gomes (PP)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	

Eduardo Amorim	Angelo Vanhoni
Eliene Lima	Fátima Bezerra
Emilia Fernandes	Fernando Ferro
Francisco Praciano	Lincoln Portela
Iran Barbosa	Mário de Oliveira
Janete Rocha Pietá	Nazareno Fonteles
José Carlos Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS	Rodrigo Rocha Loures
Jurandil Juarez	Sabino Castelo Branco
Leonardo Monteiro	Silas Câmara
Pedro Wilson	1 vaga
Roberto Britto	
Vadão Gomes vaga do PV	

PSDB/DEM/PPS

Luiz Carlos Setim	Paulo Bornhausen
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Rodrigo Maia
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	3 vagas
2 vagas	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Luiza Erundina	Glauber Braga
Sebastião Bala Rocha	João Dado

PV

Dr. Talmir vaga do PSDB/DEM/PPS	1 vaga
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	

Secretário(a): Sônia Hypolito
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Roberto Rocha (PSDB)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (DEM)
2º Vice-Presidente: Jurandy Loureiro (PSC)
3º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Jurandy Loureiro	Aline Corrêa
Leonardo Monteiro	Antonio Feijão vaga do PSDB/DEM/PPS
Mário de Oliveira	Fernando Marroni
Paulo Piau	Homero Pereira
Rebecca Garcia	Moacir Micheletto
Zé Geraldo	Paulo Roberto Pereira
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Paulo Teixeira
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Valdir Colatto
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Zezéu Ribeiro
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
André de Paula vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Arnaldo Jardim
Antonio Carlos Mendes Thame	Cezar Silvestri vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Gervásio Silva	Germano Bonow
Jorge Khoury vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Luiz Carreira
Marcos Montes	Moreira Mendes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Marina Maggessi	Nilson Pinto vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Roberto Rocha	Wandenkolk Gonçalves
Rodovalho vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Givaldo Carimbão	Miro Teixeira
(Dep. do PV ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PV	
Antônio Roberto vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Fernando Gabeira
Edson Duarte vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Sarney Filho	

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte (PP)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alexandre Santos	Andre Vargas
Bernardo Ariston	Chico D'angelo
Carlos Alberto Canuto	Davi Alves Silva Júnior vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Eduardo da Fonte	Edinho Bez
Eduardo Valverde	Edio Lopes
Ernandes Amorim	Edson Ezequiel
Fernando Ferro	Jilmar Tatto
Fernando Marroni	João Pizzolatti
Jorge Boeira	Leonardo Quintão
José Otávio Germano vaga do PSDB/DEM/PPS	Maurício Quintella Lessa
José Santana de Vasconcellos	Pedro Eugênio
Luiz Alberto vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Pedro Fernandes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Luiz Fernando Faria	Simão Sessim
Marcos Lima	Solange Almeida
Nelson Bornier	Tatico
Rose de Freitas	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Vander Loubet	(Dep. do PV ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Bruno Araújo vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Betinho Rosado	Carlos Brandão
Bruno Rodrigues	Eduardo Gomes
João Oliveira	Eduardo Sciarra
Marcio Junqueira	Gervásio Silva
Paulo Abi-ackel	José Carlos Aleluia
Silvio Lopes	Nelson Proença
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Paulo Bornhausen
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Urzeni Rocha
	Vitor Penido
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Arnaldo Vianna	Átila Lira
Brizola Neto vaga do PSDB/DEM/PPS	Silvio Costa
Fernando Chiarelli	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
Julião Amin	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

PV

Fábio Ramalho — Ciro Pedrosa (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

José Fernando Aparecido de Oliveira

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Damião Feliciano (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Átila Lins (PMDB)
3º Vice-Presidente: Maria Lúcia Cardoso (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aracely de Paula	Andre Zacharow
Arlindo Chinaglia	Arnon Bezerra (vaga do PSDB/DEM/PPS)
Átila Lins	Carlos Zarattini
Dr. Rosinha	Gladson Cameli
Ibsen Pinheiro	Jackson Barreto
Íris de Araújo	Janete Rocha Pietá
Jair Bolsonaro	José Genoíno
Luiz Sérgio	Lelo Coimbra (vaga do PV)
Marcondes Gadelha (vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN)	Luciana Costa
Maria Lúcia Cardoso	Márcio Reinaldo Moreira
Maurício Rands	Paes Landim (vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN)
Nilson Mourão	Paulo Pimenta
Severiano Alves	Raul Henry
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Regis de Oliveira
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Takayama
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Bruno Araújo	André de Paula
Claudio Cajado	Antonio Carlos Mendes Thame
Francisco Rodrigues	Bispo Gê Tenuta (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)
Professor Ruy Pauletti	Bonifácio de Andrada
Raul Jungmann	José C. Stangarlini
Renato Amary	Luiz Carlos Hauly
Rodrigo de Castro	Marina Maggessi
Urzeni Rocha (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	Moreira Mendes (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)
William Woo	Nelson Proença (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Walter Ihoshi
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Aldo Rebelo	Capitão Assumção (vaga do PSDB/DEM/PPS)
Damião Feliciano	Jefferson Campos (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)
Sebastião Bala Rocha (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	Júlio Delgado
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Manoel Junior
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Vieira da Cunha
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PV	
Fernando Gabeira	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
José Fernando Aparecido de Oliveira (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	
PRB	
Eduardo Lopes (vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN)	
George Hilton (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	
PSOL	
Ivan Valente (vaga do PSDB/DEM/PPS)	

Secretário(a): Iracema Marques
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Marina Maggessi (PPS)
1º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Biscaia	Elizeu Aguiar (vaga do PV)
Arnaldo Faria de Sá	Hugo Leal
Domingos Dutra	Iriny Lopes
Fernando Marroni	Janete Rocha Pietá
Fernando Melo	José Genoíno
Laerte Bessa	Lincoln Portela
Neilton Mulim	Marcelo Itagiba
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Marcelo Melo
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Mauro Lopes
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Paes de Lira
	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Alexandre Silveira	Carlos Sampaio
Bispo Gê Tenuta	Guilherme Campos
João Campos	Pinto Itamaraty
Major Fábio	Rogerio Lisboa
Marina Maggessi (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
Raul Jungmann (vaga do PV)	
William Woo	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Capitão Assumção	Glauber Braga
Enio Bacci (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	Gonzaga Patriota (vaga do PSDB/DEM/PPS)
Francisco Tenorio	Paulo Rubem Santiago
Perpétua Almeida (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	Pompeo de Mattos (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)
PV	
(Dep. do PSDB/DEM/PPS	(Dep. do

ocupa a vaga) PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Elcione Barbalho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Fátima Pelaes (PMDB)
2º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
3º Vice-Presidente: Dr. Paulo César (PR)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Acélio Casagrande	Antonio Carlos Chamariz
Aline Corrêa	Antonio Cruz
Andre Zacharow vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Arlindo Chinaglia
Angela Portela	Assis do Couto
Antonio Bulhões vaga do PSDB/DEM/PPS	Bel Mesquita
Armando Abílio vaga do PSOL	Carlos Bezerra
Arnaldo Faria de Sá	Cida Diogo
Chico D'angelo	Dr. Nechar vaga do PV
Darcísio Perondi	Geraldo Pudim
Dr. Paulo César	Íris de Araújo
Elcione Barbalho	Moises Avelino vaga do PSOL
Fátima Pelaes	Nazareno Fonteles
Geraldo Resende	Neilton Mulim
Henrique Fontana vaga do PSDB/DEM/PPS	Pepe Vargas
Jofran Frejat	Roberto Britto
José Carlos Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS	Simão Sessim
José Linhares	Solange Almeida
Maurício Trindade	Waldemir Moka
Rita Camata	1 vaga
Roberto Alves	
Saraiva Felipe	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Alceni Guerra	Andreia Zito
Eduardo Barbosa	Eleuses Paiva
Germano Bonow	Fernando Coruja
José C. Stangarlini	Geraldo Thadeu
Lael Varella	João Campos
Raimundo Gomes de Matos	Jorginho Maluly
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Leandro Sampaio
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Leonardo Vilela
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Otavio Leite
1 vaga	Ronaldo Caiado
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Jô Moraes	Marcelo Serafim
Manato	Mário Heringer
Ribamar Alves	Mauro Nazif
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PV	
Dr. Talmir	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSOL	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PRB	
	Cleber Verde vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Sabino Castelo Branco (PTB)
1º Vice-Presidente: Sérgio Moraes (PTB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Manuela D'ávila (PCdoB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Edgar Moury	Armando Abílio
Eudes Xavier	Carlos Santana
Fernando Nascimento	Edinho Bez vaga do PSDB/DEM/PPS
Gorete Pereira vaga do PSDB/DEM/PPS	Emilia Fernandes
Hermes Parcianello	Filipe Pereira
Jovair Arantes vaga do PSDB/DEM/PPS	Gladson Cameli
Laerte Bessa	José Otávio Germano
Luciano Castro	Nelson Pellegrino (Licenciado)
Luiz Carlos Busato	Osvaldo Reis
Milton Monti vaga do PSDB/DEM/PPS	Sandro Mabel
Paulo Rocha	Vinicius Carvalho
Pedro Henry	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
Sabino Castelo Branco	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Sérgio Moraes	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
Vicentinho	
Wilson Braga	
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	Carlos Alberto Leréia
Major Fábio	Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira	Efraim Filho
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Ilderlei Cordeiro vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	João Campos
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Jorginho Maluly
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	José Carlos Aleluia
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Marcio Junqueira
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Daniel Almeida	Alice Portugal vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Manuela D'ávila vaga do PSDB/DEM/PPS	Maria Helena
Mauro Nazif vaga do PSDB/DEM/PPS	Sandra Rosado
Paulo Pereira da Silva	Sebastião Bala Rocha
1 vaga	Vanessa Grazziotin vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
PV	
Roberto Santiago	Edigar Mão Branca

Secretário(a): Ruy Omar Prudêncio da Silva
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Afonso Hamm (PP)
1º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PR)
2º Vice-Presidente: Eugênio Rabelo (PP)
3º Vice-Presidente: Otavio Leite (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Afonso Hamm	Alex Canziani
Arnon Bezerra	Fátima Pelaes
Carlos Eduardo Cadoca	Gilmar Machado
Deley	Hermes Parcianello
Edinho Bez vaga do PSDB/DEM/PPS	Iran Barbosa
Eliene Lima	João Pizzolatti
Eugênio Rabelo vaga do PSDB/DEM/PPS	Joaquim Beltrão
Fernando Lopes	José Rocha
Jackson Barreto	Vicentinho
Jilmar Tatto	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
José Airton Cirilo	
Lupércio Ramos vaga do PSDB/DEM/PPS	
Marcelo Teixeira	
PSDB/DEM/PPS	
Carlos Brandão	Albano Franco
Jerônimo Reis	Fábio Souto
Otavio Leite	Fernando de Fabinho
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Marcos Montes vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Moreira Mendes
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Silvio Torres
	Thelma de Oliveira
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Fábio Faria	Ademir Camilo
Lídice da Mata	Laurez Moreira
Valadares Filho	Manuela D'ávila

Secretário(a): James Lewis Gorman Junior
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 3216-6831 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Jaime Martins (PR)
1º Vice-Presidente: Mauro Lopes (PMDB)
2º Vice-Presidente: Carlos Santana (PT)
3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Airton Roveda vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Aelton Freitas
Camilo Cola vaga do PSDB/DEM/PPS	Beto Mansur
Carlos Santana	Devanir Ribeiro
Carlos Zarattini	Eliseu Padilha
Chico da Princesa	Flaviano Melo
Davi Alves Silva Júnior vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	José Chaves
Décio Lima	Marcelo Teixeira
Edio Lopes vaga do PSDB/DEM/PPS	Marcos Lima
Geraldo Simões	Nelson Bornier
Hugo Leal	Nelson Trad
Jaime Martins	Pedro Chaves
Lázaro Botelho	Renato Molling
Leonardo Quintão	Rita Camata vaga do PSDB/DEM/PPS
Lúcio Vale vaga do PV	Rubens Otoni
Marcelo Almeida vaga do PSDB/DEM/PPS	Sérgio Brito (Licenciado) vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Marinha Raupp	Sérgio Moraes
Mauro Lopes	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Olavo Calheiros	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Pedro Fernandes	
Professor Victorio Galli vaga do PSDB/DEM/PPS	
Roberto Britto	
Silas Brasileiro	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Affonso Camargo	Alexandre Silveira vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Carlos Alberto Leréia	Arnaldo Jardim
Cláudio Diaz	Arolde de Oliveira
Vanderlei Macris	Emanuel Fernandes
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Fernando Chucre
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Geraldo Thadeu vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Lael Varella
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Roberto Rocha
1 vaga	Rogério Marinho vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
	Walter Ihoshi (Dep. do PV ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Beto Albuquerque	Gonzaga Patriota
Giovanni Queiroz	Perpétua Almeida
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Dr. Talmir vaga do PSDB/DEM/PPS
	Fábio Ramalho

Secretário(a): Admar Pires dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR TODOS OS ARTIGOS AINDA NÃO REGULAMENTADOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Coordenador: Regis de Oliveira (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Ibsen Pinheiro	
Osmar Serraglio	
PT	
Cândido Vaccarezza	
João Paulo Cunha	

José Eduardo Cardozo
José Genoíno

PSDB

Bruno Araújo

DEM

Roberto Magalhães
Solange Amaral

PP

Jairo Carneiro

PDT

João Dado

PTB

Arnaldo Faria de Sá

PSC

Regis de Oliveira

PV

Marcelo Ortiz

PPS

Fernando Coruja

PCdoB

Aldo Rebelo
Flávio Dino

PRB

Cleber Verde

PTdoB

Vinicius Carvalho
Secretário(a): Raquel Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE TENHAM POR OBJETIVO O COMBATE À PIRATARIA.

Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
1º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)
2º Vice-Presidente: Julio Semeghini (PSDB)
3º Vice-Presidente: Celso Russomanno (PP)
Relator: Maria do Rosário (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Biscaia	Arnaldo Faria de Sá
Celso Russomanno	Bilac Pinto
Jurandil Juarez	Eduardo Valverde
Maria do Rosário	Laerte Bessa
Maurício Quintella Lessa	Mauro Lopes
Paulo Roberto Pereira	Paulo Henrique Lustosa
Pedro Chaves	Renato Molling
Regis de Oliveira	Waldir Maranhão (Licenciado)
1 vaga	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Augusto Carvalho (Licenciado)
Duarte Nogueira	Carlos Sampaio
Guilherme Campos	Emanuel Fernandes
Julio Semeghini	2 vagas
Professora Raquel Teixeira	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Marcelo Serafim	Beto Albuquerque
Vanessa Grazziotin	1 vaga
PV	
José Fernando Aparecido de Oliveira	Lindomar Garçon
PRB	
Marcos Antonio	1 vaga

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior, Sala 150-A
Telefones: 3216-6204
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PREPARAR AS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA E DA TRANSFERÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL PARA A NOVA CAPITAL FEDERAL.

Presidente: Rodrigo Rollemberg (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Osório Adriano (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Tadeu Filippelli	
PT	
Magela	
Marco Maia	
DEM	
Osório Adriano	
PR	
Jofran Frejat	
PSB	
Rodrigo Rollemberg	
PSC	
Laerte Bessa	

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NO COMÉRCIO.

Presidente: Rodrigo Rocha Loures (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Neudo Campos (PP)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Elizeu Aguiar	Aelton Freitas
José Mentor	Carlos Zarattini
Jurandil Juarez	Janete Rocha Pietá
Marcelo Melo	6 vagas
Miguel Corrêa	
Nelson Goetten	
Neudo Campos	
Paulo Pimenta	
Rodrigo Rocha Loures	
PSDB/DEM/PPS	
Guilherme Campos	Humberto Souto
Osório Adriano	Walter Ihoshi
Raimundo Gomes de Matos	3 vagas
Vanderlei Macris	
1 vaga	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Perpétua Almeida	Mauro Nazif
Valadares Filho	1 vaga
PV	
Roberto Santiago	Edigar Mão Branca
PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimeno Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NA AGRICULTURA.

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
2º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (DEM)
3º Vice-Presidente: Beto Faro (PT)
Relator: Abelardo Lupion (DEM)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Assis do Couto	Anselmo de Jesus
Beto Faro	Antônio Andrade
Dalva Figueiredo	Fernando Melo
Eduardo Amorim	Geraldo Simões
Homero Pereira	Marinha Raupp
Lelo Coimbra	Valdir Colatto
Luis Carlos Heinze	Zonta
Paulo Piau	2 vagas
Sérgio Moraes	
PSDB/DEM/PPS	
Abelardo Lupion	Alfredo Kaefer
Cezar Silvestri	Jairo Ataide
Duarte Nogueira	Leonardo Vilela
Onyx Lorenzoni	Luiz Carlos Setim
Wandenkolk Gonçalves	Moreira Mendes
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Fernando Coelho Filho	Átila Lira
Giovanni Queiroz	Rodrigo Rollemberg
PV	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-622532

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NA INDÚSTRIA.

Presidente: Albano Franco (PSDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Pedro Eugênio (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Armando Monteiro	Jilmar Tatto
Camilo Cola	Jurandy Loureiro
João Maia	Vander Loubet
Lupércio Ramos	Zé Geraldo
Marcelo Almeida	5 vagas
Pedro Eugênio	
Reginaldo Lopes	
Renato Molling	
Silas Câmara vaga do PSOL	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Albano Franco	Arnaldo Jardim
Alfredo Kaefer	Fernando de Fabinho
Jorge Khoury	3 vagas
Luiz Carreira	
Moreira Mendes	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Manuela D'ávila	Marcelo Serafim
Paulo Rubem Santiago	Perpétua Almeida
PV	
Edigar Mão Branca	Marcelo Ortiz
PSOL	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimeno Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NOS SERVIÇOS E EMPREGO.

Presidente: Fábio Ramalho (PV)
1º Vice-Presidente: Aline Corrêa (PP)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PSC)
Relator: Vicentinho (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aline Corrêa	Carlos Santana
Carlos Eduardo Cadoca	Eudes Xavier
Fernando Nascimento	Fátima Pelaes
Gorete Pereira	Jurandy Loureiro
Natan Donadon	Luciano Castro
Paulo Rocha	Luiz Carlos Busato
Pedro Fernandes	Nelson Pellegrino (Licenciado)
Rose de Freitas	Rebecca Garcia
Vicentinho	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	Raul Jungmann
Arnaldo Jardim	4 vagas
Efraim Filho	
Major Fábio	
Thelma de Oliveira	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Dr. Ubiali	Alice Portugal
Paulo Pereira da Silva	Sandra Rosado
PV	
Fábio Ramalho	Roberto Santiago
PSOL	
Geraldinho	Chico Alencar

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II - Pavimeno Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 32166225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NO SISTEMA FINANCEIRO E MERCADO.

Presidente: Leonardo Quintão (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Rocha (PR)
2º Vice-Presidente: Jô Moraes (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Miro Teixeira (PDT)
Relator: Antonio Palocci (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Palocci	Devanir Ribeiro
Armando Monteiro	Eduardo Amorim
Celso Maldaner	Fernando Marroni
Gilmar Machado	Iriny Lopes
José Rocha	João Magalhães
Leonardo Quintão	Paulo Henrique Lustosa
Paulo Maluf	3 vagas
Regis de Oliveira	
Ricardo Berzoini	
PSDB/DEM/PPS	
Bruno Araújo	Arnaldo Jardim

Humberto Souto — 4 vagas
José Carlos Aleluia
Luiz Paulo Vellozo Lucas
Paulo Bornhausen

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ciro Gomes — Silvio Costa
Jô Moraes — 1 vaga
Miro Teixeira

PV

Ciro Pedrosa — 1 vaga

PSOL

Ivan Valente — 1 vaga

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimeno Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR, ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2008, A APLICAÇÃO DAS SEGUINTES LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Claudio Cajado (DEM)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Aracely de Paula
Elcione Barbalho	Carlos Santana
Fernando Ferro	Fátima Bezerra
Fernando Lopes	Filipe Pereira
José Eduardo Cardozo	Luiz Couto
Magela	4 vagas
Pastor Manoel Ferreira	
Wilson Braga (vaga do PSDB/DEM/PPS)	
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	Eduardo Barbosa
Arnaldo Jardim	Emanuel Fernandes
Claudio Cajado	3 vagas
João Almeida	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Daniel Almeida	Pompeo de Mattos
Lídice da Mata	1 vaga
PV	
Sarney Filho	Fernando Gabeira
PHS	
Felipe Bornier	1 vaga
PRB	
George Hilton (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6209
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3-A, DE 2007, DO SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS, QUE "ALTERA O INCISO XII DO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PERMITE FÉRIAS COLETIVAS NOS JUÍZOS E TRIBUNAIS DE SEGUNDO GRAU).

Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB)
1º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT)
2º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB)
3º Vice-Presidente: Mauro Lopes (PMDB)
Relator: Nelson Trad (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Bulhões	Bilac Pinto
Antonio Carlos Biscaia	Geraldo Pudim
Dalva Figueiredo	Nazareno Fonteles
José Santana de Vasconcellos	Pastor Pedro Ribeiro
Márcio Reinaldo Moreira	Ricardo Barros
Mauro Lopes	Veloso
Miguel Corrêa	3 vagas
Nelson Trad	
Paes Landim	
PSDB/DEM/PPS	
Moreira Mendes	João Almeida
Paulo Abi-ackel	Lael Varella
Vitor Penido	3 vagas
2 vagas	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Júlio Delgado	2 vagas
Marcos Medrado	
PV	
Fábio Ramalho	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6287
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007, DO SR. VITAL DO REGO FILHO, QUE "ACRESCENTA O ART.73-A À COSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO O CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS".

Presidente: Mauro Benevides (PMDB)
1º Vice-Presidente: Antonio Bulhões (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Benedito de Lira (PP)
Relator: Júlio Delgado (PSB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Andre Vargas	Antonio Carlos Biscaia
Antonio Bulhões	Átila Lins
Augusto Farias	Eduardo Amorim
Benedito de Lira	Elismar Prado
Dr. Rosinha	Joaquim Beltrão
Eduardo Valverde	4 vagas
Mauro Benevides	
Vicentinho Alves	
Vital do Rêgo Filho	
PSDB/DEM/PPS	
Efraim Filho	Bonifácio de Andrada
Humberto Souto	Leandro Sampaio
Roberto Magalhães	3 vagas
2 vagas	

PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Júlio Delgado	Valtenir Pereira
Sebastião Bala Rocha	Wolney Queiroz
PV	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30-A, DE 2007, DA SRA. ANGELA PORTELA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XVIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AMPLIANDO PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A LICENÇA À GESTANTE".

Presidente: Cida Diogo (PT)
1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
2º Vice-Presidente: Solange Amaral (DEM)
3º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT)
Relator: Rita Camata (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aline Corrêa	Armando Abílio
Angela Portela	Darcísio Perondi
Arnaldo Faria de Sá	Eudes Xavier
Cida Diogo	Janete Rocha Pietá
Dr. Nechar vaga do PV	Luiz Couto
Elcione Barbalho	4 vagas
Fátima Bezerra	
Íris de Araújo	
Lucenira Pimentel	
Nilmar Ruiz vaga do PSDB/DEM/PPS	
Rita Camata	
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	5 vagas
Leandro Sampaio	
Solange Amaral	
Thelma de Oliveira	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Maria Helena	Edmilson Valentim
Sueli Vidigal	Perpétua Almeida
PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6216/3216-6232
FAX: (61) 3216-66225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31-A, DE 2007, DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, UNIFICA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Antonio Palocci (PT)
1º Vice-Presidente: Edinho Bez (PMDB)
2º Vice-Presidente: Paulo Renato Souza (PSDB)
3º Vice-Presidente: Humberto Souto (PPS)
Relator: Sandro Mabel (PR)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Palocci	Carlos Zarattini
Armando Monteiro	Celso Maldaner
Átila Lins	Eduardo Cunha
Edinho Bez	Eduardo Valverde
Gerson Peres	Gastão Vieira (Licenciado)
Lelo Coimbra	João Leão (Licenciado)
Paulo Maluf	João Maia
Pepe Vargas	Luiz Carlos Busato
Rodrigo Rocha Loures	Márcio Reinaldo Moreira
Sandro Mabel	Maurício Rands
Virgílio Guimarães	Ricardo Barros
1 vaga	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Eduardo Sciarra	Antonio Carlos Mendes Thame
Humberto Souto	Carlos Melles
Julio Semeghini	Emanuel Fernandes
Leonardo Vilela	Fernando Coruja
Luiz Carreira	Júlio Cesar
Paulo Bornhausen	Ronaldo Caiado
Paulo Renato Souza (Licenciado)	Wandenkolk Gonçalves
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ana Arraes	Francisco Tenorio
Chico Lopes	João Dado
Miro Teixeira	Manoel Junior
PV	
Fábio Ramalho	Sarney Filho
PSOL	
Geraldinho	Ivan Valente

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6211
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42-A, DE 1995, DA SENHORA RITA CAMATA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECENDO QUE PERDERÁ O MANDATO O DEPUTADO OU SENADOR QUE SE DESFILIAR VOLUNTARIAMENTE DO PARTIDO SOB CUJA LEGENDA FOI ELEITO.

Presidente: Silvio Costa (PMN)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luciano Castro (PR)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnon Bezerra	Arnaldo Faria de Sá
Carlos Willian	Celso Maldaner
João Paulo Cunha	Lincoln Portela
José Genoíno	Marcelo Almeida
José Otávio Germano	Nelson Bornier
Luciano Castro	Paulo Piau
Regis de Oliveira	Reginaldo Lopes
Rita Camata	Sérgio Barradas Carneiro
1 vaga	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Bruno Rodrigues	Efraim Filho
Claudio Cajado	José Maia Filho
Felipe Maia	3 vagas
Gervásio Silva	

Raul Jungmann

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Laurez Moreira	Pompeo de Mattos
Silvio Costa	Sueli Vidigal

PV

Marcelo Ortiz	1 vaga

PSOL

Chico Alencar	1 vaga

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6241
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2003, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUZIR A ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL".

Presidente: Armando Abílio (PTB)
1º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
2º Vice-Presidente: Emilia Fernandes (PT)
3º Vice-Presidente: Valadares Filho (PSB)
Relator: Lelo Coimbra (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Acélio Casagrande	Aline Corrêa
Antonio Cruz	Charles Lucena
Armando Abílio	Dr. Rosinha
Emilia Fernandes	Elismar Prado
Joseph Bandeira	Gilmar Machado
Lelo Coimbra	Jorge Boeira
Nazareno Fonteles	3 vagas
Rose de Freitas	
Tonha Magalhães	
PSDB/DEM/PPS	
Eleuses Paiva	Antonio Carlos Mendes Thame
Geraldo Thadeu	Ilderlei Cordeiro
Raimundo Gomes de Matos	João Bittar
Roberto Magalhães	João Campos
Thelma de Oliveira	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Paulo Rubem Santiago	Mário Heringer
Valadares Filho	Ribamar Alves
PV	
Dr. Talmir	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga

Secretário(a): Cláudia Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 052, DE 2003, DO SR. RIBAMAR ALVES, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 18 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECENDO QUE NA CRIAÇÃO, FUSÃO OU DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS DEVERÃO SER PRESERVADOS A CONTINUIDADE E A UNIDADE HISTÓRICO-CULTURAL DO AMBIENTE URBANO.

Presidente: Eduardo Valverde (PT)
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
2º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM)
3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
Relator: Zequinha Marinho (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Amin	Leonardo Monteiro
Dr. Nechar [vaga do PV]	Nazareno Fonteles
Eduardo Valverde	Paes Landim
Flaviano Melo	Waldir Maranhão (Licenciado)
José Airton Cirilo	Zezéu Ribeiro
Luciana Costa	4 vagas
Moacir Micheletto	
Sérgio Moraes	
Zequinha Marinho	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Carlos Brandão	Fernando Chucre
Duarte Nogueira	Geraldo Thadeu
Jorge Khoury	Guilherme Campos
Moreira Mendes	Raimundo Gomes de Matos
1 vaga	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ademir Camilo	Arnaldo Vianna
Ribamar Alves	Perpétua Almeida
PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdo B ocupa a vaga)	José Fernando Aparecido de Oliveira
PRB	
Cleber Verde	Marcos Antonio

Secretário(a): Valdivino Telentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59-A, DE 2007, DO SR. MÁRCIO FRANÇA, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ART. 144, CRIANDO A POLÍCIA PORTUÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Paulo Pimenta (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Biscaia	Carlos Santana
Arnaldo Faria de Sá	Fátima Pelaes
Beto Mansur	Magela
Eliseu Padilha	Pedro Novais
Neilton Mulim	5 vagas
Paes de Lira	
Paulo Pimenta	
Paulo Rocha	
Rose de Freitas	
PSDB/DEM/PPS	
Indio da Costa	5 vagas
João Campos	
Major Fábio	
Marina Maggessi	
William Woo	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Capitão Assumção	Gonzaga Patriota
Manoel Junior	Márcio França
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PHS	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6287
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89-A, DE

2007, DO SR. JOÃO DADO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XI DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO", ESTABELECENDO O MESMO TETO REMUNERATÓRIO PARA QUALQUER QUE SEJA A ESFERA DE GOVERNO.

Presidente: Átila Lins (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Eduardo Valverde
Átila Lins	Lincoln Portela
Décio Lima	Luiz Couto
Edinho Bez	Marcelo Castro
Maurício Trindade	Pedro Eugênio
Nelson Trad	Rodrigo Rocha Loures
Nilmar Ruiz vaga do PSDB/DEM/PPS	3 vagas
Paulo Maluf	
Paulo Pimenta	
Vander Loubet	
PSDB/DEM/PPS	
Cezar Silvestri	5 vagas
Efraim Filho (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
2 vagas	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Gonzaga Patriota	Chico Lopes
João Dado	Mário Heringer
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PHS	
Felipe Bornier	1 vaga

Secretário(a): Aparecida de Moura
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3126-6207
FAX: (61) 3126-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98-A, DE 2007, DO SENHOR OTÁVIO LEITE, QUE "ACRESCENTA A ALÍNEA (E) AO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", INSTITUINDO IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE OS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL, CONTENDO OBRAS MUSICAIS OU LÍTERO-MUSICAIS DE AUTORES BRASILEIROS, E/OU OBRAS EM GERAL INTERPRETADAS POR ARTISTAS BRASILEIROS, BEM COMO OS SUPORTES MATERIAIS OU ARQUIVOS DIGITAIS QUE OS CONTENHAM.

Presidente: Décio Lima (PT)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS)
2º Vice-Presidente: Marcelo Serafim (PSB)
3º Vice-Presidente: Chico Alencar (PSOL)
Relator: José Otávio Germano (PP)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Átila Lins	Edio Lopes
Bilac Pinto	Fernando Ferro
Chico D'angelo	Francisco Praciano
Décio Lima	Lincoln Portela
Elismar Prado	Luiz Fernando Faria
José Otávio Germano	Marinha Raupp
Lupércio Ramos	Rebecca Garcia
Marcelo Melo	Sabino Castelo Branco
Paulo Roberto Pereira	Wladimir Costa
PSDB/DEM/PPS	
Albano Franco	Bruno Araújo
André de Paula	Jorge Khoury
Arnaldo Jardim	Jorginho Maluly
Germano Bonow	Leandro Sampaio
Otavio Leite	Professora Raquel Teixeira
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Marcelo Serafim	Fábio Faria
Vanessa Grazziotin	1 vaga
PV	
Edigar Mão Branca	Fábio Ramalho
PSOL	
Chico Alencar	Ivan Valente

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6218 / 3216-6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 2007, DO SR. PAULO RENATO SOUZA, QUE "CRIA O TRIBUNAL SUPERIOR DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA".

Presidente: Vital do Rêgo Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Ibsen Pinheiro (PMDB)
2º Vice-Presidente: Gustavo Fruet (PSDB)
3º Vice-Presidente: Francisco Praciano (PT)
Relator: Flávio Dino (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Benedito de Lira	Antonio Carlos Biscaia
Domingos Dutra	José Eduardo Cardozo
Elizeu Aguiar	Leo Alcântara
Fátima Bezerra	Luiz Couto
Francisco Praciano	Mauro Benevides
Ibsen Pinheiro	4 vagas
Regis de Oliveira	
Vicente Arruda	
Vital do Rêgo Filho	
PSDB/DEM/PPS	
Antonio Carlos Mendes Thame	Arnaldo Jardim
Gustavo Fruet	Carlos Sampaio
Onyx Lorenzoni	Paulo Abi-ackel
Paulo Bornhausen	2 vagas
Raul Jungmann	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Flávio Dino	2 vagas
Giovanni Queiroz	
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	Geraldinho

Secretário(a): Heloísa Maria Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130-A, DE 2007, DO SR. MARCELO ITAGIBA, QUE "REVOGA O INCISO X DO ART. 29; O INCISO III DO ART. 96; AS ALÍNEAS 'B' E 'C' DO INCISO I DO ART. 102; A ALÍNEA 'A' DO INCISO I DO ART. 105; E A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REVOGA DISPOSITIVOS QUE GARANTEM A PRERROGATIVA DE FORO OU "FORO PRIVILEGIADO").

Presidente: Dagoberto (PDT)
1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (DEM)
2º Vice-Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB)
3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)
Relator: Regis de Oliveira (PSC)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aníbal Gomes	Átila Lins

Arnon Bezerra	Fátima Pelaes
Eduardo Valverde	Marcelo Itagiba
Fernando Ferro	Maurício Quintella Lessa
João Pizzolatti	Nilson Mourão
Jorge Bittar (Licenciado)	Pedro Fernandes
Laerte Bessa	Rubens Otoni
Regis de Oliveira	Sandes Júnior
Vicente Arruda	Virgílio Guimarães

PSDB/DEM/PPS

Alexandre Silveira	Antonio Carlos Pannunzio
Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)	Geraldo Thadeu
Osório Adriano	William Woo
Paulo Abi-ackel	2 vagas
Ricardo Tripoli	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto	Paulo Rubem Santiago
Gonzaga Patriota	1 vaga

PV

Fábio Ramalho	1 vaga

PHS

Felipe Bornier	Miguel Martini

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6214
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 210-A DE 2007, DO SR. REGIS DE OLIVEIRA, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 95 E 128 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA RESTABELECER O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO COMO COMPONENTE DA REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO".

Presidente: João Dado (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Laerte Bessa (PSC)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá	Jofran Frejat
Dalva Figueiredo	Joseph Bandeira
Eduardo Valverde	Magela
Eliene Lima	Marcelo Itagiba
Elismar Prado	Marcelo Melo
Geraldo Pudim	Natan Donadon
João Maia	Paes de Lira
Laerte Bessa	Washington Luiz
Mauro Lopes	1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Alexandre Silveira	João Campos
Carlos Sampaio	Marina Maggessi
Jorginho Maluly	William Woo
Major Fábio	2 vagas
Zenaldo Coutinho	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Francisco Tenorio	Dagoberto
João Dado	Flávio Dino

PV

Marcelo Ortiz	1 vaga

PSOL

1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 231-A, DE 1995, DO SR. INÁCIO ARRUDA, QUE "ALTERA OS INCISOS XIII E XVI DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REDUZINDO A JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO PARA 40 HORAS SEMANAIS E AUMENTANDO PARA 75% A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO).

Presidente: Luiz Carlos Busato (PTB)
1º Vice-Presidente: Deley (PSC)
2º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Otávio Germano (PP)
Relator: Vicentinho (PT)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Deley	Carlos Santana
Eudes Xavier	Fátima Bezerra
Gorete Pereira	Maria Lúcia Cardoso
Iran Barbosa	Paulo Rocha
José Otávio Germano	Sandro Mabel
Luiz Carlos Busato	4 vagas
Rita Camata	
Vicentinho	
Wilson Braga	

PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Jardim	Guilherme Campos
Carlos Sampaio	Walter Ihoshi
Fernando Chucre	3 vagas
2 vagas	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Daniel Almeida	Chico Lopes
Paulo Pereira da Silva vaga do PHS	Vanessa Grazziotin
Rodrigo Rollemberg	

PV

Roberto Santiago	1 vaga

PHS

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Felipe Bornier

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6216
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 270-A, DE 2008, DA SRA. ANDREIA ZITO, QUE "ACRESCENTA O PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988". (GARANTE AO SERVIDOR QUE APOSENTAR-SE POR INVALIDEZ PERMANENTE O DIREITO DOS PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE).

Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
1º Vice-Presidente: Antônio Carlos Biffi (PT)
2º Vice-Presidente: Mauro Nazif (PSB)
3º Vice-Presidente: Germano Bonow (DEM)
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Andre Zacharow	Chico D'angelo
Antônio Carlos Biffi	Edgar Moury
Arnaldo Faria de Sá	Edinho Bez
Gorete Pereira	Jorge Boeira
Joseph Bandeira	Jurandy Loureiro
Osvaldo Reis	Paes de Lira
Roberto Britto	Pedro Wilson
Rose de Freitas	2 vagas
Zé Geraldo	

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito	Alexandre Silveira
Eleuses Paiva	Carlos Sampaio
Germano Bonow	Jerônimo Reis
Humberto Souto	Major Fábio
João Campos	Raimundo Gomes de Matos

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Mauro Nazif	Janete Capiberibe

Pompeo de Mattos	1 vaga

PV

Lindomar Garçon	1 vaga

PRB

Cleber Verde	Marcos Antonio

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 285-A, DE 2008, DO SR. PAULO TEIXEIRA, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DISPOR SOBRE A VINCULAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS AOS RESPECTIVOS FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL"

Presidente: Renato Amary (PSDB)
1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Busato (PTB)
2º Vice-Presidente: Júlio Cesar (DEM)
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Andre Vargas	Anselmo de Jesus
Deley	Chico da Princesa
Dr. Nechar vaga do PV	Colbert Martins
João Leão (Licenciado)	Edinho Bez
Luiz Carlos Busato	Janete Rocha Pietá
Marcelo Castro	Pedro Eugênio
Marcelo Teixeira	3 vagas
Paulo Teixeira	
Waldemir Moka	
Zezéu Ribeiro	
PSDB/DEM/PPS	
Alfredo Kaefer	Fernando Chucre
Arnaldo Jardim	Jorginho Maluly
Félix Mendonça	3 vagas
Júlio Cesar	
Renato Amary	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Brizola Neto	Valtenir Pereira
Luiza Erundina	1 vaga
PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300-A, DE 2008, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 9º, DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". ESTABELECE QUE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DOS ESTADOS NÃO PODERÁ SER INFERIOR À DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, APLICANDO-SE TAMBÉM AOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AOS INATIVOS.

Presidente: José Otávio Germano (PP)
1º Vice-Presidente: Paes de Lira (PTC)
2º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
3º Vice-Presidente: Flávio Bezerra (PMDB)
Relator: Major Fábio (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Eliene Lima
Átila Lins	Elismar Prado
Fátima Bezerra	Elizeu Aguiar
Flávio Bezerra	Emilia Fernandes
José Otávio Germano	Jair Bolsonaro
Leonardo Monteiro	Laerte Bessa
Paes de Lira	Luiz Couto
Paulo Pimenta	Marcelo Itagiba vaga do PSDB/DEM/PPS
1 vaga	Neilton Mulim
	Vital do Rêgo Filho
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	Abelardo Lupion
Ilderlei Cordeiro	Carlos Brandão
João Campos	Guilherme Campos vaga do PHS
Major Fábio	José Maia Filho
Mendonça Prado	Moreira Mendes (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Capitão Assumção	Damião Feliciano
Enio Bacci	Francisco Tenorio
Maria Helena vaga do PHS	
PV	
Lindomar Garçon	Ciro Pedrosa
PHS	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

Secretário(a): Valdivino Telentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 308-A, DE 2004, DO SR. NEUTON LIMA, QUE "ALTERA OS ARTS. 21, 32 E 144, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO AS POLÍCIAS PENITENCIÁRIAS FEDERAL E ESTADUAIS".

Presidente: Nelson Pellegrino (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)
3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (DEM)
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Afonso Hamm	Arnon Bezerra
Arnaldo Faria de Sá	Eduardo Valverde
Fernando Melo	Fernando Ferro
Iriny Lopes	Francisco Rossi
Laerte Bessa	José Guimarães
Marcelo Itagiba	Leonardo Picciani (Licenciado)
Nelson Pellegrino (Licenciado)	Lincoln Portela
Vital do Rêgo Filho	2 vagas
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Jairo Ataide	Alexandre Silveira
Mendonça Prado	Edson Aparecido
Raul Jungmann	Major Fábio
Rodrigo de Castro	Pinto Itamaraty
William Woo	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Francisco Tenorio	Sueli Vidigal
João Dado	1 vaga

PV

Marcelo Ortiz	Dr. Talmir

PSOL

Chico Alencar	1 vaga

Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6203 / 3216-6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 324-A, DE 2001, DO SR. INALDO LEITÃO, QUE "INSERE O § 3º NO ART. 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", APLICANDO, ANUALMENTE, NUNCA MENOS DE 6% DA RECEITA DE IMPOSTOS EM FAVOR DA PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E O CONHECIMENTO DE BENS E VALORES CULTURAIS.

Presidente: Marcelo Almeida (PMDB)
1º Vice-Presidente: Zezéu Ribeiro (PT)
2º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)
3º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)
Relator: José Fernando Aparecido de Oliveira (PV)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angelo Vanhoni	Alex Canziani
Fátima Bezerra	Décio Lima
Joaquim Beltrão	Gilmar Machado
Lelo Coimbra	Luiz Sérgio
Marcelo Almeida	Magela
Paulo Rocha	Maria do Rosário
Tonha Magalhães	Marinha Raupp
Zezéu Ribeiro	Maurício Quintella Lessa
Zonta	Raul Henry
PSDB/DEM/PPS	
Guilherme Campos	Humberto Souto
Ilderlei Cordeiro	4 vagas
Marcos Montes	
Professora Raquel Teixeira	
Raimundo Gomes de Matos	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Paulo Rubem Santiago	Brizola Neto
Rodrigo Rollemberg	Evandro Milhomen
PV	
José Fernando Aparecido de Oliveira	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 324, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 103-B, PARA MODIFICAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA " (ESTABELECE QUE A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SERÁ EXERCIDA PELO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; ACABA COM O LIMITE DE IDADE PARA OS MEMBROS DO CONSELHO).

Presidente: Benedito de Lira (PP)
1º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT)
2º Vice-Presidente: João Bittar (DEM)
3º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PR)
Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Átila Lins	Domingos Dutra
Benedito de Lira	José Genoíno
Carlos Willian	Maurício Rands
Dalva Figueiredo	Regis de Oliveira
José Eduardo Cardozo	5 vagas
José Mentor	
Mendes Ribeiro Filho	
Paes Landim	
Severiano Alves vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Vicente Arruda	
PSDB/DEM/PPS	
Bonifácio de Andrada	Abelardo Lupion
Carlos Sampaio	Bruno Araújo
Humberto Souto	Edson Aparecido
João Bittar	Moreira Mendes
1 vaga	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PHS	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 351-A, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTA O ART. 97 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INSTITUINDO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS"

Presidente: Devanir Ribeiro (PT)
1º Vice-Presidente: Edson Aparecido (PSDB)
2º Vice-Presidente: Mendonça Prado (DEM)
3º Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB)
Relator: Eduardo Cunha (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Andre Vargas	Charles Lucena
Augusto Farias	Iriny Lopes
Chico da Princesa	João Magalhães
Devanir Ribeiro	José Genoíno
Dilceu Sperafico	Maria do Rosário
Edio Lopes	Maurício Quintella Lessa
Eduardo Cunha	Professor Setimo
Maurício Rands	Ricardo Barros
Mauro Benevides	Solange Almeida
PSDB/DEM/PPS	
Edson Aparecido	Carlos Sampaio
Guilherme Campos	Felipe Maia
João Almeida	Ilderlei Cordeiro
Mendonça Prado	Jorge Khoury
Moreira Mendes	Luiz Carlos Hauly
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Beto Albuquerque	João Dado
Francisco Tenorio	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Fátima Moreira

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 357-A, DE 2001, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA A ALÍNEA "D" DO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INSTITUIR IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA CADERNOS ESCOLARES".

Presidente: Sebastião Bala Rocha (PDT)
1º Vice-Presidente: João Bittar (DEM)
2º Vice-Presidente: Décio Lima (PT)
3º Vice-Presidente: Eliene Lima (PP)
Relator: Edinho Bez (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antônio Carlos Biffi	Carlos Abicalil
Décio Lima	Carlos Zarattini
Edinho Bez	Fernando Nascimento
Eliene Lima	Pedro Fernandes
Elismar Prado	Raul Henry
João Maia	Sandro Mabel
Jurandil Juarez	3 vagas
Paes Landim	
Professor Setimo	
PSDB/DEM/PPS	
João Bittar	Luiz Carlos Hauly
Leandro Sampaio	4 vagas
Marcio Junqueira	
Professora Raquel Teixeira	
William Woo	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Dr. Ubiali	Laurez Moreira
Sebastião Bala Rocha	Paulo Rubem Santiago
PV	
Antônio Roberto	Roberto Santiago
PSOL	
Ivan Valente	Chico Alencar

Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-9287

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 366-A, DE 2005, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", ESTABELECENDO O CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE JUIZ DE PAZ, MANTENDO OS ATUAIS ATÉ A VACÂNCIA DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES.

Presidente: Antonio Bulhões (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Jorginho Maluly (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Bulhões	Maurício Quintella Lessa
Arnaldo Faria de Sá	Pastor Manoel Ferreira
Carlos Zarattini	Regis de Oliveira
José Guimarães	6 vagas
Mauro Benevides	
Solange Almeida	
Vicente Arruda	
Vicentinho	
Vilson Covatti	
PSDB/DEM/PPS	
Fernando Coruja	5 vagas
Jorginho Maluly	
Osório Adriano	
Vanderlei Macris	
1 vaga	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Marcos Medrado	2 vagas
Valtenir Pereira	
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PRB	
Léo Vivas	Cleber Verde

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391-A, DE 2009, DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS, QUE "ALTERA O ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTABELECER PLANO DE CARREIRA E PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E O AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS"

Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Cruz	Carlos Santana
Dr. Paulo César	Charles Lucena
Elizeu Aguiar	Domingos Dutra vaga do PV
Fátima Bezerra	Eduardo Amorim
Geraldo Resende	Fernando Ferro
Jackson Barreto	Leandro Vilela
Pedro Chaves	Paulo Rocha
Pedro Wilson	Wilson Santiago
Washington Luiz	2 vagas
PSDB/DEM/PPS	
Alceni Guerra	Albano Franco
Humberto Souto	Efraim Filho
João Campos	Major Fábio
Mendonça Prado	Pinto Itamaraty
Raimundo Gomes de Matos	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Alice Portugal vaga do PHS	Janete Capiberibe
Daniel Almeida	Sebastião Bala Rocha vaga do PHS
Valtenir Pereira	Uldurico Pinto
PV	
Dr. Talmir	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PHS	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 422-A, DE 2005, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ARTIGO 125 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", CRIANDO VARAS ESPECIALIZADAS PARA JULGAR AÇÕES CONTRA ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Presidente: Vital do Rêgo Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Benedito de Lira	Antonio Carlos Biscaia
Eduardo Valverde	Décio Lima
Francisco Praciano	Mauro Benevides
Geraldo Pudim	Osmar Serraglio
Jofran Frejat	Paes Landim
Luiz Couto	Veloso
Nelson Trad	3 vagas
Sabino Castelo Branco	
Vital do Rêgo Filho	
PSDB/DEM/PPS	
Claudio Cajado	5 vagas
Gustavo Fruet	
Moreira Mendes	
2 vagas	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Valtenir Pereira	Flávio Dino
Wolney Queiroz	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PHS	
Miguel Martini	Felipe Bornier

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 471-A, DE 2005, DO SR. JOÃO CAMPOS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECENDO A EFETIVAÇÃO PARA OS ATUAIS RESPONSÁVEIS E SUBSTITUTOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS, INVESTIDOS NA FORMA DA LEI.

Presidente: Sandro Mabel (PR)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Roberto Balestra (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: João Matos (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alex Canziani	Arnaldo Faria de Sá
Andre Vargas	Dr. Rosinha
João Matos	João Carlos Bacelar
José Genoíno	Moacir Micheletto
Leonardo Quintão	Nelson Meurer
Nelson Bornier	Nelson Trad
Roberto Balestra	Regis de Oliveira
Sandro Mabel	2 vagas
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Gervásio Silva	Carlos Alberto Leréia
Humberto Souto	Guilherme Campos
João Campos	Raul Jungmann
Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)	Zenaldo Coutinho
1 vaga	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Dagoberto	Valadares Filho
Gonzaga Patriota	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	Ciro Pedrosa
PHS	
Miguel Martini	Felipe Bornier

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6207/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 483-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", INCLUINDO OS SERVIDORES PÚBLICOS, CIVIS E MILITARES, CUSTEADOS PELA UNIÃO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1991, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DO EX - TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA.

Presidente: Mauro Nazif (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Eduardo Valverde (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Anselmo de Jesus	Lucenira Pimentel
Eduardo Valverde	Marcelo Melo
Ernandes Amorim	Sabino Castelo Branco
Fátima Pelaes	Valdir Colatto
Gorete Pereira	Zequinha Marinho
Marinha Raupp	4 vagas
Natan Donadon	
Rebecca Garcia	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	Carlos Alberto Leréia
Jorginho Maluly	Eduardo Barbosa
Moreira Mendes	Ilderlei Cordeiro
Urzeni Rocha	2 vagas
1 vaga	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Maria Helena	Sebastião Bala Rocha
Mauro Nazif	1 vaga
PV	
Lindomar Garçon	Antônio Roberto
PRB	
Léo Vivas	1 vaga

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6204/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 485-A, DE 2005, DA SRA. SANDRA ROSADO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PREVENDO A CRIAÇÃO DE VARAS ESPECIALIZADAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA AS QUESTÕES RELATIVAS ÀS MULHERES".

Presidente: Janete Rocha Pietá (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Alice Portugal (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aline Corrêa	Arnaldo Faria de Sá
Emilia Fernandes	Dalva Figueiredo
Fátima Pelaes	Fátima Bezerra
Gorete Pereira	Luiz Alberto
Janete Rocha Pietá	Marinha Raupp
Maria do Rosário	Tonha Magalhães
Maria Lúcia Cardoso	3 vagas
Nilmar Ruiz vaga do PSDB/DEM/PPS	
Roberto Alves	
Solange Almeida	

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito	Moreira Mendes
Marina Maggessi	4 vagas
Solange Amaral	
Thelma de Oliveira (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Alice Portugal	Maria Helena
Julião Amin	Sandra Rosado

PV

Antônio Roberto	Lindomar Garçon

PRB

Cleber Verde	Léo Vivas

Secretário(a): Fernando Mia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A, DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998". (INCLUI OS EMPREGADOS DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA, CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Presidente: Edio Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marcio Junqueira (DEM)
2º Vice-Presidente: Antonio Feijão (PTC)
3º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB)
Relator: Luciano Castro (PR)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Portela	Arnaldo Faria de Sá
Antonio Feijão vaga do PSDB/DEM/PPS	Asdrubal Bentes
Arnon Bezerra	Fátima Pelaes
Dalva Figueiredo	Geraldo Pudim
Edinho Bez	Gorete Pereira
Edio Lopes	Rebecca Garcia
Luciano Castro	3 vagas
Lupércio Ramos	
Neudo Campos	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Francisco Rodrigues	Ilderlei Cordeiro
Marcio Junqueira	4 vagas
Moreira Mendes	
Urzeni Rocha	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Sandra Rosado	Maria Helena
Sergio Petecão	Mauro Nazif vaga do PSOL
	Sebastião Bala Rocha
PV	
Fábio Ramalho	Lindomar Garçon
PSOL	
Geraldinho	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6211/3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 511-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISCIPLINAR A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS", ESTABELECENDO QUE A MEDIDA PROVISÓRIA SÓ TERÁ FORÇA DE LEI DEPOIS DE APROVADA A SUA ADMISSIBILIDADE PELO CONGRESSO NACIONAL, SENDO O INÍCIO DA APRECIAÇÃO ALTERNADO ENTRE A CÂMARA E O SENADO.

Presidente: Cândido Vaccarezza (PT)
1º Vice-Presidente: Regis de Oliveira (PSC)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Bruno Araújo (PSDB)
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Cândido Vaccarezza	Augusto Farias
Gerson Peres	Fernando Ferro
José Eduardo Cardozo	Geraldo Pudim
José Genoíno	Ibsen Pinheiro
Leonardo Picciani (Licenciado)	João Magalhães
Mendes Ribeiro Filho	José Mentor
Paes Landim	Lúcio Vale
Regis de Oliveira	Rubens Otoni
Vicente Arruda	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Bruno Araújo	Bonifácio de Andrada
Humberto Souto	Edson Aparecido
João Almeida	Fernando Coruja
José Carlos Aleluia	Fernando de Fabinho
Roberto Magalhães	João Oliveira
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Dr. Ubiali	Flávio Dino
Wolney Queiroz	1 vaga
PV	
1 vaga	Roberto Santiago
PRB	
Léo Vivas	1 vaga

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6207
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 549-A, DE 2006, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ACRESCENTA PRECEITO ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS, DISPONDO SOBRE O REGIME CONSTITUCIONAL PECULIAR DAS CARREIRAS POLICIAIS QUE INDICA".

Presidente: Vander Loubet (PT)
1º Vice-Presidente: Marcelo Itagiba (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Mentor (PT)
Relator: Regis de Oliveira (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Angelo Vanhoni
Décio Lima	Eliene Lima
Jair Bolsonaro	José Otávio Germano
José Mentor	Marcelo Melo
Laerte Bessa	Marinha Raupp
Marcelo Itagiba	Paes Landim
Neilton Mulim	Sandro Mabel
Regis de Oliveira	Valdir Colatto
Vander Loubet	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Alexandre Silveira	Abelardo Lupion
João Campos	Carlos Sampaio
Jorginho Maluly	Pinto Itamaraty
Rogerio Lisboa	2 vagas
William Woo	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Francisco Tenorio	Flávio Dino
Vieira da Cunha	João Dado

PV

Marcelo Ortiz	Dr. Talmir

PRB

Léo Vivas	Cleber Verde

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6206/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 556-A, DE 2002, DA SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 54 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", CONCEDENDO AOS SERINGUEIROS (SOLDADOS DA BORRACHA) OS MESMOS DIREITOS CONCEDIDOS AOS EX-COMBATENTES: APOSENTADORIA ESPECIAL, PENSÃO ESPECIAL, DENTRE OUTROS.

Presidente: Lindomar Garçon (PV)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Perpétua Almeida (PCdoB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Átila Lins	Assis do Couto
Eduardo Valverde	Beto Faro
Ernandes Amorim	Lúcio Vale
Fernando Melo	Sabino Castelo Branco
Flaviano Melo	5 vagas
Lucenira Pimentel	
Nilson Mourão	
Rebecca Garcia	
Zequinha Marinho	
PSDB/DEM/PPS	
Ilderlei Cordeiro	Carlos Alberto Leréia
Marcio Junqueira	Moreira Mendes
Thelma de Oliveira	Raimundo Gomes de Matos
Urzeni Rocha	2 vagas
1 vaga	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Perpétua Almeida	Mauro Nazif
Vanessa Grazziotin	Sebastião Bala Rocha
PV	
Lindomar Garçon	1 vaga
PHS	
1 vaga	Felipe Bornier

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 590-A, DE 2006, DA SRA. LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". (GARANTE A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DE CADA SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO E DE CADA COMISSÃO, ASSEGURANDO, AO MENOS, UMA VAGA PARA CADA SEXO).

Presidente: Emilia Fernandes (PT)
1º Vice-Presidente: Solange Amaral (DEM)
2º Vice-Presidente: Jô Moraes (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Marcelo Ortiz (PV)
Relator: Rose de Freitas (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Chamariz	Aline Corrêa
Bel Mesquita vaga do PHS	Angela Portela
Emilia Fernandes	Carlos Willian
Fátima Bezerra	Gorete Pereira
Ibsen Pinheiro	Maria do Rosário
Janete Rocha Pietá	Natan Donadon
Maria Lúcia Cardoso	3 vagas
Nilmar Ruiz vaga do PSDB/DEM/PPS	
Rebecca Garcia	
Rose de Freitas	
Tonha Magalhães	
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	5 vagas
Marina Maggessi	
Solange Amaral	
Thelma de Oliveira	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Jô Moraes	Alice Portugal
Luiza Erundina	Lídice da Mata
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PHS	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Felipe Bornier

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6241
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1 DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 2007 E ESTABELECE DIRETRIZES PARA A SUA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE 2008 A 2023".

Presidente: Júlio Delgado (PSB)
1º Vice-Presidente: Paulo Pereira da Silva (PDT)
2º Vice-Presidente: Íris de Araújo (PMDB)
3º Vice-Presidente: Felipe Maia (DEM)
Relator: Roberto Santiago (PV)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Aline Corrêa
Edgar Moury	Carlos Alberto Canuto
Íris de Araújo	Dr. Adilson Soares
Pedro Eugênio	Eudes Xavier
Pedro Henry	José Guimarães
Reinhold Stephanes (Licenciado)	Nelson Pellegrino (Licenciado)
Sandro Mabel	3 vagas
2 vagas	
PSDB/DEM/PPS	
Felipe Maia	Andreia Zito
Fernando Coruja	Efraim Filho
Francisco Rodrigues	Fernando Chucre
José Aníbal	Fernando de Fabinho
Paulo Renato Souza (Licenciado)	Leandro Sampaio
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Júlio Delgado	Daniel Almeida
Paulo Pereira da Silva	Sergio Petecão
PV	
Roberto Santiago	Lindomar Garçon
PRB	
Léo Vivas	1 vaga

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A s/ 170
Telefones: 3216.6206
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219, DE 2003, DO SR. REGINALDO LOPES, QUE "REGULAMENTA O INCISO XXXIII DO ART. 5º , DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DETIDAS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" (FIXA O PRAZO MÁXIMO DE 15 'QUINZE' DIAS ÚTEIS PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES)

Presidente: José Genoíno (PT)
1º Vice-Presidente: Fernando Gabeira (PV)
2º Vice-Presidente: Bonifácio de Andrada (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Mendes Ribeiro Filho (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Domingos Dutra
Colbert Martins	Dr. Rosinha
José Genoíno	Emiliano José
Maurício Rands	Fernando Ferro
Mendes Ribeiro Filho	João Matos
Milton Monti	Paulo Teixeira
Reginaldo Lopes	Pedro Fernandes
Rodrigo Rocha Loures	Vicente Arruda
1 vaga	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Bonifácio de Andrada	Gustavo Fruet
Carlos Sampaio	4 vagas
Guilherme Campos	
José Carlos Aleluia	
Raul Jungmann	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Aldo Rebelo	2 vagas
Lídice da Mata	
PV	
Fernando Gabeira	1 vaga
PHS	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003, DO SENHOR ROBERTO GOUVEIA, QUE "ALTERA O ART. 1º DA LEI N.º 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, CONSTITUI FUNDO ESPECIAL PARA FINANCIAR PESQUISAS E FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TÉRMICA A PARTIR DA ENERGIA SOLAR E DA ENERGIA EÓLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA).

Presidente: Rodrigo Rocha Loures (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS)
3º Vice-Presidente: Duarte Nogueira (PSDB)
Relator: Fernando Ferro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Bernardo Ariston	Airton Roveda
Ernandes Amorim	Aline Corrêa
Fernando Ferro	Aníbal Gomes
Fernando Marroni	Carlos Abicalil
João Maia	Eudes Xavier
Neudo Campos	Marcos Lima
Paulo Henrique Lustosa	Nazareno Fonteles
Paulo Teixeira	2 vagas
Rodrigo Rocha Loures	
PSDB/DEM/PPS	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Arnaldo Jardim	Guilherme Campos
Betinho Rosado	Silvio Lopes
Duarte Nogueira	Urzeni Rocha
José Carlos Aleluia	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Arnaldo Vianna	Átila Lira
Beto Albuquerque	1 vaga
PV	
1 vaga	Antônio Roberto
PRB	
Léo Vivas	Cleber Verde

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6201
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694, DE 1995, QUE "INSTITUI AS DIRETRIZES NACIONAIS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Eduardo Sciarra (DEM)
1º Vice-Presidente: Francisco Praciano (PT)
2º Vice-Presidente: Fernando Chucre (PSDB)
3º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
Relator: Angela Amin (PP)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Amin	Aline Corrêa
Chico da Princesa	Arnaldo Faria de Sá
Francisco Praciano	Carlos Zarattini
Jackson Barreto	Edinho Bez
João Magalhães vaga do PSOL	Gilmar Machado
José Airton Cirilo	José Chaves
José Carlos Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS	Jurandy Loureiro
Mauro Lopes	Paulo Teixeira
Pedro Chaves	Ratinho Junior
Pedro Eugênio	
Pedro Fernandes	
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Carlos Sampaio
Eduardo Sciarra	Cláudio Diaz
Fernando Chucre	Geraldo Thadeu
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Vitor Penido
1 vaga	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Chico Lopes	Julião Amin
1 vaga	Silvio Costa
PV	
José Fernando Aparecido de Oliveira	Fábio Ramalho
PSOL	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6218 / 6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 841, DE 1995, DO SR. VIC PIRES FRANCO, QUE "DISPÕE SOBRE A MULTA A SER APLICADA À EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO EM CASO DE EMISSÃO DE BILHETE DE PASSAGEM EM NÚMERO SUPERIOR À CAPACIDADE DA AERONAVE DESTACADA

PARA O RESPECTIVO TRECHO DE VIAGEM" - PL 2.452/07 APENSADO A ESTE.

Presidente: Luiz Sérgio (PT)
1º Vice-Presidente: Bruno Araújo (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jorginho Maluly (DEM)
3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)
Relator: Rodrigo Rocha Loures (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnon Bezerra	Devanir Ribeiro
Beto Mansur	Fernando Marroni
Carlos Zarattini	Marcelo Teixeira
Dr. Nechar vaga do PV	Ricardo Barros
Hugo Leal vaga do PRB	Sabino Castelo Branco
Leo Alcântara	Vander Loubet
Luiz Bittencourt	Vital do Rêgo Filho
Luiz Sérgio	2 vagas
Marcelo Castro	
Pepe Vargas	
Rodrigo Rocha Loures	
PSDB/DEM/PPS	
Bruno Araújo	Otavio Leite
Geraldo Thadeu	Paulo Abi-ackel
Jorginho Maluly	3 vagas
Vanderlei Macris	
Vic Pires Franco	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
João Dado	2 vagas
1 vaga	
PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PRB	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Cleber Verde

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II Pavimento Suprior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6207
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.481, DE 2007, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E A LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, PARA DISPOR SOBRE O ACESSO A REDES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO". (FUST)

Presidente: Marcelo Ortiz (PV)
1º Vice-Presidente: Vilson Covatti (PP)
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
3º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM)
Relator: Paulo Henrique Lustosa (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Bilac Pinto	Andre Vargas
Colbert Martins	Angela Amin
Jorge Bittar (Licenciado)	Antonio Carlos Chamariz
Magela	Dr. Adilson Soares
Paulo Henrique Lustosa	Eudes Xavier
Paulo Roberto Pereira	Paulo Teixeira
Raul Henry	Rebecca Garcia
Vilson Covatti	2 vagas
Walter Pinheiro (Licenciado)	
PSDB/DEM/PPS	
Jorge Khoury	Arnaldo Jardim
Julio Semeghini	Eduardo Sciarra
Leandro Sampaio	Emanuel Fernandes
Lobbe Neto	Paulo Bornhausen
Vic Pires Franco	Professora Raquel Teixeira
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ariosto Holanda	2 vagas
1 vaga	
PV	
Marcelo Ortiz	Fernando Gabeira
PHS	
Felipe Bornier	Miguel Martini

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6205
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".

Presidente: Edio Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Bel Mesquita (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Eduardo Valverde (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Asdrubal Bentes	Celso Maldaner
Bel Mesquita	Colbert Martins
Dalva Figueiredo	Fernando Ferro
Edio Lopes	Homero Pereira
Eduardo Valverde	Jurandil Juarez
Ernandes Amorim	Neudo Campos
Francisco Praciano	Paulo Roberto Pereira
José Otávio Germano	Paulo Rocha
Luciano Castro	Vignatti
PSDB/DEM/PPS	
João Almeida	Arnaldo Jardim
Marcio Junqueira	Paulo Abi-ackel
Moreira Mendes	Pinto Itamaraty
Urzeni Rocha	2 vagas
Vitor Penido	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Maria Helena	2 vagas
Perpétua Almeida	
PV	
José Fernando Aparecido de Oliveira	Fernando Gabeira
PHS	
Felipe Bornier	Miguel Martini

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6215
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1876, DE 1999, DO SR. SÉRGIO CARVALHO, QUE "DISPÕE SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (REVOGA A LEI N. 4.771, DE 1965 - CÓDIGO FLORESTAL; ALTERA A LEI Nº 9.605, DE 1998)

Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
1º Vice-Presidente: Anselmo de Jesus (PT)
2º Vice-Presidente: Homero Pereira (PR)
3º Vice-Presidente: Nilson Pinto (PSDB)
Relator: Aldo Rebelo (PCdoB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Anselmo de Jesus	Alex Canziani

Dr. Rosinha	Asdrubal Bentes
Ernandes Amorim	Assis do Couto
Homero Pereira	Carlos Abicalil
Leonardo Monteiro	Celso Maldaner vaga do PHS
Luis Carlos Heinze	Fernando Ferro
Moacir Micheletto	Silas Brasileiro
Paulo Piau	Waldemir Moka
Valdir Colatto	Zonta
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	

PSDB/DEM/PPS

Antonio Carlos Mendes Thame	Cezar Silvestri
Carlos Melles	Eduardo Sciarra
Marcos Montes	Gervásio Silva vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Moreira Mendes	Jorge Khoury
Nilson Pinto	Urzeni Rocha
	Wandenkolk Gonçalves

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Aldo Rebelo	Giovanni Queiroz
Rodrigo Rollemberg	Vanessa Grazziotin

PV

Edson Duarte	Fernando Gabeira

PHS

(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

PSOL

Ivan Valente vaga do PHS

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1921, DE 1999, DO SENADO FEDERAL, QUE INSTITUI A TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Presidente: Leandro Sampaio (PPS)
1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP)
Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alexandre Santos	Carlos Alberto Canuto
Carlos Zarattini	Neudo Campos
Ernandes Amorim	Nilson Mourão
Fernando Ferro	Pedro Fernandes
Jackson Barreto	Tonha Magalhães
João Pizzolatti	4 vagas
Moises Avelino	
Pedro Wilson	
Vicentinho Alves	
PSDB/DEM/PPS	
Edson Aparecido	Arnaldo Jardim
José Carlos Aleluia	Augusto Carvalho (Licenciado)
Leandro Sampaio	Bruno Araújo
Luiz Carlos Hauly	Fábio Souto
1 vaga	Fernando de Fabinho
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ana Arraes	Chico Lopes
Sueli Vidigal	Dagoberto
PV	
Fábio Ramalho	Roberto Santiago
PRB	
Léo Vivas	1 vaga

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6214
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2502, DE 2007, DO SR. EDUARDO VALVERDE, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.478, DE 06 DE AGOSTO DE 1997,QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO".

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
1º Vice-Presidente: Devanir Ribeiro (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Rocha (PR)
Relator: Henrique Eduardo Alves (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arlindo Chinaglia	Andre Vargas
Charles Lucena	Beto Mansur
Devanir Ribeiro	Eduardo Valverde
Eduardo Cunha	Eunício Oliveira
Henrique Eduardo Alves	Geraldo Simões
José Rocha	Hugo Leal
Paulo Teixeira	João Carlos Bacelar
Rose de Freitas	Lelo Coimbra
Simão Sessim	Paes Landim
PSDB/DEM/PPS	
Duarte Nogueira	Ilderlei Cordeiro
Humberto Souto	João Almeida
Luiz Paulo Vellozo Lucas	José Maia Filho
Osório Adriano	Luiz Carlos Hauly
Rodrigo Maia	Vitor Penido
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ciro Gomes	Alice Portugal
Miro Teixeira	Valtenir Pereira
PV	
Sarney Filho	Fernando Gabeira
PSOL	
Ivan Valente	Geraldinho

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SENHOR BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41, DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO", ESTABELECENDO QUE PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO.

Presidente:
1º Vice-Presidente: Marcelo Melo (PMDB)
2º Vice-Presidente: Angela Amin (PP)
3º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM)
Relator: Renato Amary (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Amin	Alex Canziani
Carlos Eduardo Cadoca	Beto Mansur
José Eduardo Cardozo	Celso Maldaner
José Guimarães	Celso Russomanno
Luiz Bittencourt	Edson Santos (Licenciado)
Luiz Carlos Busato	Homero Pereira
Marcelo Melo	José Airton Cirilo
2 vagas	Zezéu Ribeiro

	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Bruno Araújo
Fernando Chucre	Dimas Ramalho
Jorge Khoury	Eduardo Sciarra
Renato Amary	Gervásio Silva
1 vaga	Ricardo Tripoli vaga do PSOL
	Solange Amaral
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Arnaldo Vianna	Chico Lopes
1 vaga	Gonzaga Patriota
PV	
José Paulo Tóffano	Sarney Filho
PSOL	
Ivan Valente	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6212
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3460, DE 2004, DO SR. WALTER FELDMAN, QUE "INSTITUI DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE PLANEJAMENTO REGIONAL URBANO, CRIA O SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES REGIONAIS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (ESTATUTO DA METRÓPOLE).

Presidente: Marcelo Melo (PMDB)
1º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (DEM)
2º Vice-Presidente: Manuela D'ávila (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Leandro Sampaio (PPS)
Relator: Indio da Costa (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alex Canziani	Arnaldo Faria de Sá
Andre Vargas	Eduardo Cunha
Antônio Andrade	Filipe Pereira
Celso Russomanno	Geraldo Simões
Décio Lima	João Leão (Licenciado)
Dr. Paulo César	Paulo Teixeira
Marcelo Melo	3 vagas
Zezéu Ribeiro	
1 vaga	
PSDB/DEM/PPS	
Fernando Chucre	André de Paula
Fernando de Fabinho	Paulo Magalhães
Indio da Costa	3 vagas
Leandro Sampaio	
Luiz Carlos Hauly	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Damião Feliciano	Evandro Milhomen
Manuela D'ávila	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PV	
Fernando Gabeira	Antônio Roberto
PHS	
Felipe Bornier	1 vaga
PRB	
	Léo Vivas vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6207
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.212, DE 2004, DO SR. ÁTILA LIRA, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FIXANDO NORMAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO).

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente: Professor Setimo (PMDB)
2º Vice-Presidente: Jorginho Maluly (DEM)
3º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
Relator: Jorginho Maluly (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alex Canziani	Arnaldo Faria de Sá
Angelo Vanhoni	Emiliano José
Carlos Abicalil	Fátima Bezerra
João Matos	Maria do Rosário
José Linhares	Milton Monti
Lelo Coimbra	Nazareno Fonteles
Luciana Costa	Osvaldo Biolchi
Márcio Reinaldo Moreira	Raul Henry
Osmar Serraglio	Reginaldo Lopes
Pedro Wilson	Severiano Alves vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Professor Setimo	2 vagas
PSDB/DEM/PPS	
Clóvis Fecury	Bonifácio de Andrada
Humberto Souto	Efraim Filho
Jorginho Maluly	Geraldo Thadeu
José Carlos Aleluia	Rogério Marinho
Lobbe Neto	2 vagas
Professora Raquel Teixeira	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Alice Portugal	Chico Lopes
Átila Lira	Dr. Ubiali
1 vaga	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PV	
Marcelo Ortiz	Fábio Ramalho
PHS	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.436, DE 2008, DO SENADO FEDERAL - SERYS SLHESSARENKO, QUE "MODIFICA O ART. 19 DA LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983, PARA GARANTIR AO VIGILANTE O RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE" - PL. 4.305/04 FOI APENSADO A ESTE.

Presidente: Filipe Pereira (PSC)
1º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)
2º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)
3º Vice-Presidente: Flávio Bezerra (PMDB)
Relator: Professor Setimo (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Biscaia	Arnaldo Faria de Sá
Eduardo Valverde	Emiliano José
Filipe Pereira	Fernando Melo
Flávio Bezerra	Lelo Coimbra
Luiz Carlos Busato	Leonardo Monteiro
Neilton Mulim	Marcelo Itagiba
Paulo Pimenta	Osmar Serraglio
Professor Setimo	Paes de Lira vaga do PSDB/DEM/PPS
Sérgio Brito (Licenciado) vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Pastor Pedro Ribeiro
1 vaga	Vilson Covatti
PSDB/DEM/PPS	

Alexandre Silveira	Andreia Zito
Guilherme Campos	Major Fábio
João Campos	Pinto Itamaraty
William Woo	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Givaldo Carimbão	Capitão Assumção
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Francisco Tenorio

PV

1 vaga	1 vaga

PHS

Felipe Bornier	Miguel Martini

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6207
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.529, DE 2004, DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
1º Vice-Presidente: Paulo Henrique Lustosa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Eudes Xavier (PT)
Relator: Manuela D'ávila (PCdoB)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Eudes Xavier	Antonio Bulhões
Gladson Cameli	Carlos Santana
Luciana Costa	Filipe Pereira
Marinha Raupp	José Airton Cirilo
Pastor Manoel Ferreira	Maurício Quintella Lessa
Paulo Henrique Lustosa	Nilmar Ruiz [vaga do PSDB/DEM/PPS]
Raul Henry	Paulo Roberto Pereira
Reginaldo Lopes	3 vagas
Zezéu Ribeiro	

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito	Bruno Araújo
Efraim Filho	Rodrigo de Castro
Felipe Maia	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
Ilderlei Cordeiro	2 vagas
Lobbe Neto	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Glauber Braga	Sebastião Bala Rocha
Manuela D'ávila	Valadares Filho

PV

José Fernando Aparecido de Oliveira	Dr. Talmir

PRB

Léo Vivas	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.186, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
2º Vice-Presidente: Silvio Torres (PSDB)
3º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)
Relator: José Rocha (PR)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá	Deley
Asdrubal Bentes	Luiz Carlos Busato
Dr. Rosinha	Marcelo Teixeira
Eudes Xavier	Mendes Ribeiro Filho
Eugênio Rabelo	Vital do Rêgo Filho
Gilmar Machado	4 vagas
Hermes Parcianello	
José Rocha	
Marcelo Guimarães Filho	

PSDB/DEM/PPS

Guilherme Campos	Marcos Montes
Humberto Souto	Zenaldo Coutinho
Luiz Carlos Hauly	3 vagas
Silvio Torres	
1 vaga	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Fábio Faria	Beto Albuquerque
Manuela D'ávila	Marcos Medrado

PV

Ciro Pedrosa	1 vaga

PSOL

Geraldinho	Ivan Valente

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6207
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5417, DE 2009, DO SR. PEDRO EUGÊNIO, QUE "CRIA O FUNDO SOBERANO SOCIAL DO BRASIL - FSSB E DISPÕE SOBRE SUA ESTRUTURA, FONTES DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Rodrigo Rollemberg (PSB)
1º Vice-Presidente: Manato (PDT)
2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carreira (DEM)
Relator: Antonio Palocci (PT)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Palocci	Alexandre Santos
Colbert Martins	Aline Corrêa
Darcísio Perondi	Antônio Carlos Biffi
João Pizzolatti	Fernando Marroni
Joaquim Beltrão	Jurandil Juarez
José Guimarães	Marcelo Teixeira
Luiz Alberto	Pedro Eugênio
Milton Monti	Rodrigo Rocha Loures
Sérgio Moraes	1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Albano Franco	Carlos Brandão
Dimas Ramalho	Marcio Junqueira
Júlio Cesar	Solange Amaral
Luiz Carreira	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Raimundo Gomes de Matos	1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Manato	Marcelo Serafim
Rodrigo Rollemberg	Paulo Rubem Santiago

PV

Roberto Santiago	José Fernando Aparecido de Oliveira

PRB

Cleber Verde	Léo Vivas

PSOL

Geraldinho [vaga do PSDB/DEM/PPS]

Secretário(a): Cláudia Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5939, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A EMPRESA PÚBLICA DENOMINADA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. – PETRO-SAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Brizola Neto (PDT)
1º Vice-Presidente: Vanessa Grazziotin (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
3º Vice-Presidente: Jilmar Tatto (PT)
Relator: Luiz Fernando Faria (PP)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Edinho Bez	Bernardo Ariston
Fernando Ferro	Cida Diogo
Jilmar Tatto	Dr. Paulo César
Luciano Castro	Dr. Rosinha
Luiz Carlos Busato	Filipe Pereira
Luiz Fernando Faria	Hugo Leal
Luiz Sérgio	José Otávio Germano
Osvaldo Reis	Marcelo Almeida
Vital do Rêgo Filho	Paulo Rattes [vaga do PHS]
	Paulo Roberto Pereira
PSDB/DEM/PPS	
Bruno Rodrigues	Alfredo Kaefer
Jorginho Maluly	João Oliveira
José Carlos Machado	Moreira Mendes
Nelson Proença	2 vagas
Paulo Abi-ackel	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Brizola Neto	Sueli Vidigal
Vanessa Grazziotin	Uldurico Pinto
PV	
Fábio Ramalho	José Paulo Tóffano
PHS	
Felipe Bornier	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Valdivino Tolentino
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5941, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO, QUE "AUTORIZA A UNIÃO A CEDER ONEROSAMENTE À PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE PETRÓLEO, DE GÁS NATURAL E DE OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS DE QUE TRATA O INCISO I DO ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Arnaldo Jardim (PPS)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: João Maia (PR)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alex Canziani	Andre Zacharow
Carlos Zarattini	Antonio Carlos Biscaia
Iriny Lopes	Fátima Bezerra
João Maia	Gladson Cameli
José Mentor	Jurandy Loureiro
Marçal Filho	Pedro Fernandes
Marcelo Castro	Vicente Arruda
Nelson Meurer	Virgílio Guimarães
Professor Setimo	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Antonio Carlos Mendes Thame	Bruno Araújo
Arnaldo Jardim	Cezar Silvestri
José Carlos Aleluia	Eduardo Sciarra
Otavio Leite	Ronaldo Caiado
Paulo Bornhausen	1 vaga
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Aldo Rebelo	Sebastião Bala Rocha
Dr. Ubiali	Silvio Costa [vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB] (Dep. do PRB ocupa a vaga)
PV	
Antônio Roberto	Dr. Talmir
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
PRB	
	Eduardo Lopes [vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN]

Secretário(a): Ana Lúcia
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6.264, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL".

Presidente: Carlos Santana (PT)
1º Vice-Presidente: Damião Feliciano (PDT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Janete Rocha Pietá (PT)
Relator: Antônio Roberto (PV)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Carlos Santana	Carlos Bezerra
Janete Rocha Pietá	Dalva Figueiredo
Leonardo Quintão	Dr. Rosinha
Luis Carlos Heinze	Gilmar Machado
Pastor Manoel Ferreira	Luiz Alberto
Paulo Henrique Lustosa	Moacir Micheletto
Veloso	Paulo Roberto Pereira
Vicentinho	Valdir Colatto
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Abelardo Lupion	Andreia Zito
João Almeida	Gervásio Silva
Marcio Junqueira	Guilherme Campos
Onyx Lorenzoni	Indio da Costa
Raul Jungmann	João Campos [vaga do PHS] Paulo Bornhausen
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Damião Feliciano	Edmilson Valentim
Evandro Milhomen	Paulo Rubem Santiago
PV	
Antônio Roberto	1 vaga
PHS	
Felipe Bornier	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PRB	
Márcio Marinho [vaga do	

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Secretário(a): Mário Dráusio de Azeredo Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 3216.6203
FAX: 32166225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003, DO SR. FERNANDO DE FABINHO, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA ISENTAR AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL E TRANSPORTE COLETIVO URBANO ALTERNATIVO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE"

Presidente: Jackson Barreto (PMDB)
1º Vice-Presidente: Vitor Penido (DEM)
2º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Chaves (PTB)
Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Carlos Zarattini	Aline Corrêa
Chico da Princesa	Andre Vargas
Francisco Praciano	Angela Amin (vaga do PSDB/DEM/PPS)
Jackson Barreto	Arnaldo Faria de Sá (vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN)
João Leão (Licenciado)	Carlos Santana
João Magalhães	Carlos Willian
José Chaves	Dr. Paulo César
Mauro Lopes	Hugo Leal
Zezéu Ribeiro	Jilmar Tatto
	Luiz Carlos Busato
	Marcelo Melo
PSDB/DEM/PPS	
Eduardo Sciarra	Arolde de Oliveira
Fernando Chucre	Luiz Carlos Hauly
Humberto Souto	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
Raimundo Gomes de Matos	2 vagas
Vitor Penido	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Gonzaga Patriota	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
Paulo Rubem Santiago	1 vaga
PV	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6218
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ACRESCE DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000". (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC)

Presidente: Nelson Meurer (PP)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Pimentel (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Armando Monteiro	Fátima Bezerra
Eduardo Valverde	Gorete Pereira
Flaviano Melo	Luiz Fernando Faria
José Pimentel (Licenciado)	Paes Landim
Leonardo Quintão	Rodrigo Rocha Loures
Lúcio Vale	4 vagas
Mauro Benevides	
Nelson Meurer (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	
PSDB/DEM/PPS	
Alfredo Kaefer	Cláudio Diaz
Augusto Carvalho (Licenciado)	Silvio Lopes
Zenaldo Coutinho	3 vagas
2 vagas	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Alice Portugal	Pompeo de Mattos (Dep. do PRB ocupa a vaga)
Arnaldo Vianna	
Paulo Rubem Santiago (vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	
PV	
Fernando Gabeira	Edson Duarte
PHS	
Felipe Bornier	Miguel Martini
PRB	
	Marcos Antonio (vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN)

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6218
FAX: 32166225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993.

Presidente: Paulo Teixeira (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Colbert Martins	
PT	
Paulo Teixeira	
PSDB	
Paulo Abi-ackel	

Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II, CEDI, 1º Piso
Telefones: 3216-5600
FAX: 3216-5605

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELOS DESAPARECIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL NO PERÍODO DE 2005 A 2007.

Presidente: Bel Mesquita (PMDB)
1º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)
2º Vice-Presidente: Vanderlei Macris (PSDB)
3º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB)
Relator: Andreia Zito (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Amin	Aline Corrêa
Antonio Bulhões	Arnaldo Faria de Sá

Bel Mesquita	Domingos Dutra
Dalva Figueiredo	Dr. Nechar vaga do PV
Emilia Fernandes	Elismar Prado
Fátima Bezerra	José Linhares
Fátima Pelaes	Lucenira Pimentel
Geraldo Pudim	Luiz Couto
Maria do Rosário	Paulo Henrique Lustosa
Nilmar Ruiz vaga do PSDB/DEM/PPS	4 vagas
Pastor Manoel Ferreira	
Rebecca Garcia	
Vicentinho Alves	

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito	Eduardo Barbosa
Bispo Gê Tenuta	Ilderlei Cordeiro
Geraldo Thadeu	João Campos
Raimundo Gomes de Matos	4 vagas
Solange Amaral	
Vanderlei Macris	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Manuela D'ávila	Sebastião Bala Rocha
Sandra Rosado	2 vagas
1 vaga	

PV

Dr. Talmir	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

PHS

Miguel Martini	1 vaga

Secretário(a): Manoel Alvim
Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B
Telefones: (61) 3216-6210
FAX: (61) 3216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A DÍVIDA PÚBLICA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, O PAGAMENTO DE JUROS DA MESMA, OS BENEFICIÁRIOS DESTES PAGAMENTOS E O SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS.

Presidente: Virgílio Guimarães (PT)
1º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)
2º Vice-Presidente: Ivan Valente (PSOL)
3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)
Relator: Pedro Novais (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aelton Freitas	Eduardo Amorim
Carlos Alberto Canuto	Fernando Ferro
Eduardo Valverde	Iriny Lopes
Ernandes Amorim	José Rocha
Hugo Leal	Leonardo Quintão
Márcio Reinaldo Moreira	Paulo Pimenta
Nelson Meurer	Pedro Eugênio
Pedro Novais	Pedro Fernandes
Ricardo Berzoini	Regis de Oliveira
Vignatti	3 vagas
Virgílio Guimarães	
Vital do Rêgo Filho	
PSDB/DEM/PPS	
Alfredo Kaefer	Bruno Araújo
Antonio Carlos Pannunzio	Duarte Nogueira
Ilderlei Cordeiro	Edson Aparecido
José Carlos Aleluia	Raul Jungmann
José Maia Filho	3 vagas
Luiz Carlos Hauly	
Luiz Carreira	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Jô Moraes	Dr. Ubiali
Manoel Junior	Julião Amin
Paulo Rubem Santiago	Vanessa Grazziotin
PV	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Sarney Filho
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PSOL	
Ivan Valente vaga do PV	

Secretário(a): Saulo Augusto
Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B
Telefones: (61) 3216-6276
FAX: (61) 3216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A FORMAÇÃO DOS VALORES DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, A ATUAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) NA AUTORIZAÇÃO DOS REAJUSTES E REPOSICIONAMENTOS TARIFÁRIOS A TÍTULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ESCLARECER OS MOTIVOS PELOS QUAIS A TARIFA MÉDIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL SER MAIOR DO QUE EM NAÇÕES DO CHAMADO G7, GRUPO DOS 7 PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS DO MUNDO.

Presidente: Eduardo da Fonte (PP)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Alexandre Santos (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alexandre Santos	Antônio Andrade
Andre Vargas	Antonio Carlos Chamariz
Arlindo Chinaglia	Carlos Santana
Carlos Zarattini	Edio Lopes
Ciro Nogueira	Elismar Prado
Eduardo da Fonte	Gladson Cameli
Fernando Marroni	Jorge Boeira
Leonardo Quintão	Leo Alcântara
Marcelo Guimarães Filho	Nelson Bornier
Maurício Quintella Lessa	Paulo Maluf
Sabino Castelo Branco	Raul Henry
Wladimir Costa	Simão Sessim
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Alfredo Kaefer
Claudio Cajado	Arolde de Oliveira
José Carlos Aleluia	Betinho Rosado
Marcio Junqueira	Bruno Rodrigues
Narcio Rodrigues	Eduardo Sciarra
Rômulo Gouveia	Ilderlei Cordeiro
Urzeni Rocha	Pinto Itamaraty
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Chico Lopes	Francisco Tenorio
Júlio Delgado	Manato
Sergio Petecão	Mário Heringer
PV	
Ciro Pedrosa	Fábio Ramalho
PRB	
Cleber Verde	Léo Vivas

Secretário(a): Francisco Diniz
Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B
Telefones: (61) 3216-6213
FAX: (61) 3216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR A VIOLÊNCIA URBANA.

Presidente: Alexandre Silveira (PPS)
1º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS)
2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Vanessa Grazziotin (PCdoB)

Relator: Paulo Pimenta (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Biscaia	Carlos Willian
Arnaldo Faria de Sá	Décio Lima
Carlos Bezerra	Domingos Dutra
Iriny Lopes	Francisco Praciano
José Carlos Araújo	Laerte Bessa
Luiz Alberto	Luiz Carlos Busato
Marcelo Itagiba	Neilton Mulim
Marcelo Melo	Paes de Lira
Pastor Pedro Ribeiro	Pedro Wilson
Paulo Pimenta	3 vagas
Severiano Alves vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Simão Sessim	
Vilson Covatti	
PSDB/DEM/PPS	
Alexandre Silveira	Carlos Sampaio
João Campos	Jorginho Maluly
José Maia Filho	Marina Maggessi vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Major Fábio	5 vagas
Raul Jungmann vaga do PV	
Rogerio Lisboa	
William Woo	
1 vaga	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Francisco Tenorio	Paulo Rubem Santiago
Vanessa Grazziotin	Perpétua Almeida
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT doB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PV	
Fernando Gabeira vaga do PSOL	1 vaga
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	
PSOL	
(Dep. do PV ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Sílvio Souza da Sílva
Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B
Telefones: (61) 3216-6267
FAX: (61) 3216-6285

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES A RESPEITO DA QUADRILHA DE NEONAZISTAS DESARTICULADA NO ESTADO DO RIO DO GRANDE DO SUL, COM CÉLULAS ORGANIZADAS EM SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA, E SEUS DESDOBRAMENTOS.

Coordenador: Marcelo Itagiba (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB	
Marcelo Itagiba	
PT	
Maria do Rosário	
PSDB	
Carlos Sampaio	
João Campos	
PDT	
Pompeo de Mattos	
PPS	
Alexandre Silveira	

Secretário(a): Manoel Amaral Alvim de Paula
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6210
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A DESOCUPAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA RAPOSA/SERRA DO SOL

Titulares	Suplentes
PMDB	
Edio Lopes	
PT	
Francisco Praciano	
PSDB	
Urzeni Rocha	
DEM	
Marcio Junqueira	
PR	
Luciano Castro	
PP	
Neudo Campos	
PSB	
Maria Helena	
PV	
Fernando Gabeira	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA PARA APURAR AS CONDIÇÕES E AS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA SAÚDE NOS HOSPITAIS DOS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ.

Coordenador: Elcione Barbalho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB	
Bel Mesquita	
Elcione Barbalho	
Fátima Pelaes	
PR	
Dr. Paulo César	
PP	
Roberto Britto	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA A FIM DE ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DA ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL

Coordenador: Marco Maia (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB	
Darcísio Perondi	
PT	
Marco Maia	
PSDB	
Cláudio Diaz	
PP	
Afonso Hamm	
Luis Carlos Heinze	
Vilson Covatti	
PTB	
Luiz Carlos Busato	

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A TRAGÉDIA CLIMÁTICA OCORRIDA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Titulares	Suplentes
PMDB	
Acélio Casagrande	
Celso Maldaner	
Edinho Bez	
João Matos	
Mauro Mariani (Licenciado)	
Valdir Colatto	
PT	
Décio Lima	
Vignatti	
PSDB	

Gervásio Silva

DEM

Paulo Bornhausen

PR

Nelson Goetten

PP

Angela Amin
João Pizzolatti
Zonta

PPS

Fernando Coruja
Secretário(a): .

COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR, IN LOCO, A SITUAÇÃO DA EMBAIXADA BRASILEIRA EM HONDURAS E COLABORAR COM OS ESFORÇOS DA COMUNIDADE INTERNACIONAL PARA A RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA QUE ENVOLVE O ACOLHIMENTO DO PRESIDENTE MANOEL ZELAYA NAS DEPENDÊNCIAS DA LEGAÇÃO DO BRASIL NESSE PAÍS.

Coordenador: Raul Jungmann (PPS)

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
	Lelo Coimbra
PT	
Maurício Rands	Carlos Zarattini
	Janete Rocha Pietá
	Paulo Pimenta
PSDB	
Bruno Araújo	
DEM	
Claudio Cajado	
PSC	
Marcondes Gadelha	
PPS	
Raul Jungmann	
PSOL	
Ivan Valente	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL.

Coordenador: Maria do Rosário (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Gastão Vieira (Licenciado)	
Osvaldo Reis	
PT	
Angela Portela	
Marco Maia	
Maria do Rosário	
Paulo Pimenta	
Pedro Wilson	
PSDB	
Professor Ruy Pauletti	
Professora Raquel Teixeira	
DEM	
Germano Bonow	
Lira Maia	
PR	
Nilmar Ruiz	
PP	
Renato Molling	
PTB	
Luiz Carlos Busato	
PCdoB	
Manuela D'ávila	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR AS ÁREAS ATINGIDAS PELAS ENCHENTES NO ESTADO DO MARANHÃO.

Coordenador: Flávio Dino (PCdoB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Gastão Vieira (Licenciado)	
Pedro Novais	
Professor Setimo	
PT	
Domingos Dutra	
PSDB	
Carlos Brandão	
Pinto Itamaraty	
Roberto Rocha	
DEM	
Clóvis Fecury	
Nice Lobão	
PR	
Davi Alves Silva Júnior	
Zé Vieira	
PP	
Waldir Maranhão (Licenciado)	
PSB	
Ribamar Alves	
PDT	
Julião Amin	
PTB	
Pedro Fernandes	
PV	
Sarney Filho	
PCdoB	
Flávio Dino	
PRB	
Cleber Verde	

Secretário(a): -

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS.

Coordenador: José Mentor (PT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Asdrubal Bentes	Antonio Carlos Biscaia
Cândido Vaccarezza	Arnaldo Faria de Sá
Carlos Bezerra	Beto Mansur
José Eduardo Cardozo	Carlos Abicalil
José Mentor	Carlos Eduardo Cadoca
Marcondes Gadelha vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Fátima Pelaes
Mauro Benevides	Milton Monti
Nelson Marquezelli	Rubens Otoni
Paulo Maluf	Zezéu Ribeiro
Reginaldo Lopes	2 vagas
Regis de Oliveira	
Sandro Mabel	
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Fernando Chucre
Bruno Araújo	Raul Jungmann
Bruno Rodrigues	4 vagas
José Carlos Aleluia	
Ricardo Tripoli	
Roberto Magalhães	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Flávio Dino	3 vagas
Miro Teixeira (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
PV	

Marcelo Ortiz Edigar Mão Branca
Secretário(a): Luiz Claudio Alves dos Santos
Local: Anexo II, Ala A, sala 153
Telefones: 3215-8652/8
FAX: 3215-8657

GRUPO DE TRABALHO PARA EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO À EVENTUAL INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA DE PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, SOBRE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL, SOB A COORDENAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO CAMPOS.

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Carlos Biscaia
Arnaldo Faria de Sá
Marcelo Itagiba
Vinicius Carvalho
1 vaga

PSDB/DEM/PPS

João Campos
Raul Jungmann
Roberto Magalhães

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Abelardo Camarinha
Flávio Dino
Vieira da Cunha
Secretário(a): .

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR O REMANEJAMENTO DO ESPAÇO FÍSICO DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS.

Coordenador: Hugo Leal (PSC)

Titulares **Suplentes**

PMDB

Osmar Serraglio
Vital do Rêgo Filho

PT

Carlos Zarattini

PR

Luciano Castro

PP

Nelson Meurer

PDT

Mário Heringer

PSC

Hugo Leal

PMN

Silvio Costa
Secretário(a): .

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EXAMINAR O PARECER PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM VISTAS A VIABILIZAR, JUNTO À CASA, A DELIBERAÇÃO SOBRE A MATÉRIA.

Coordenador: Arnaldo Jardim (PPS)

Titulares **Suplentes**

PMDB

Lelo Coimbra
Marcelo Almeida
Paulo Henrique Lustosa

PT

Fernando Ferro
Paulo Teixeira

PSDB

Paulo Abi-ackel

DEM

Jorge Khoury

PR

Maurício Quintella Lessa

PP

Dr. Nechar
José Otávio Germano

PSB

Luiza Erundina

PTB

Armando Monteiro

PPS

Arnaldo Jardim
Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6212
FAX: 3216-6225

▸▸▸ Lançamentos da Edições Câmara

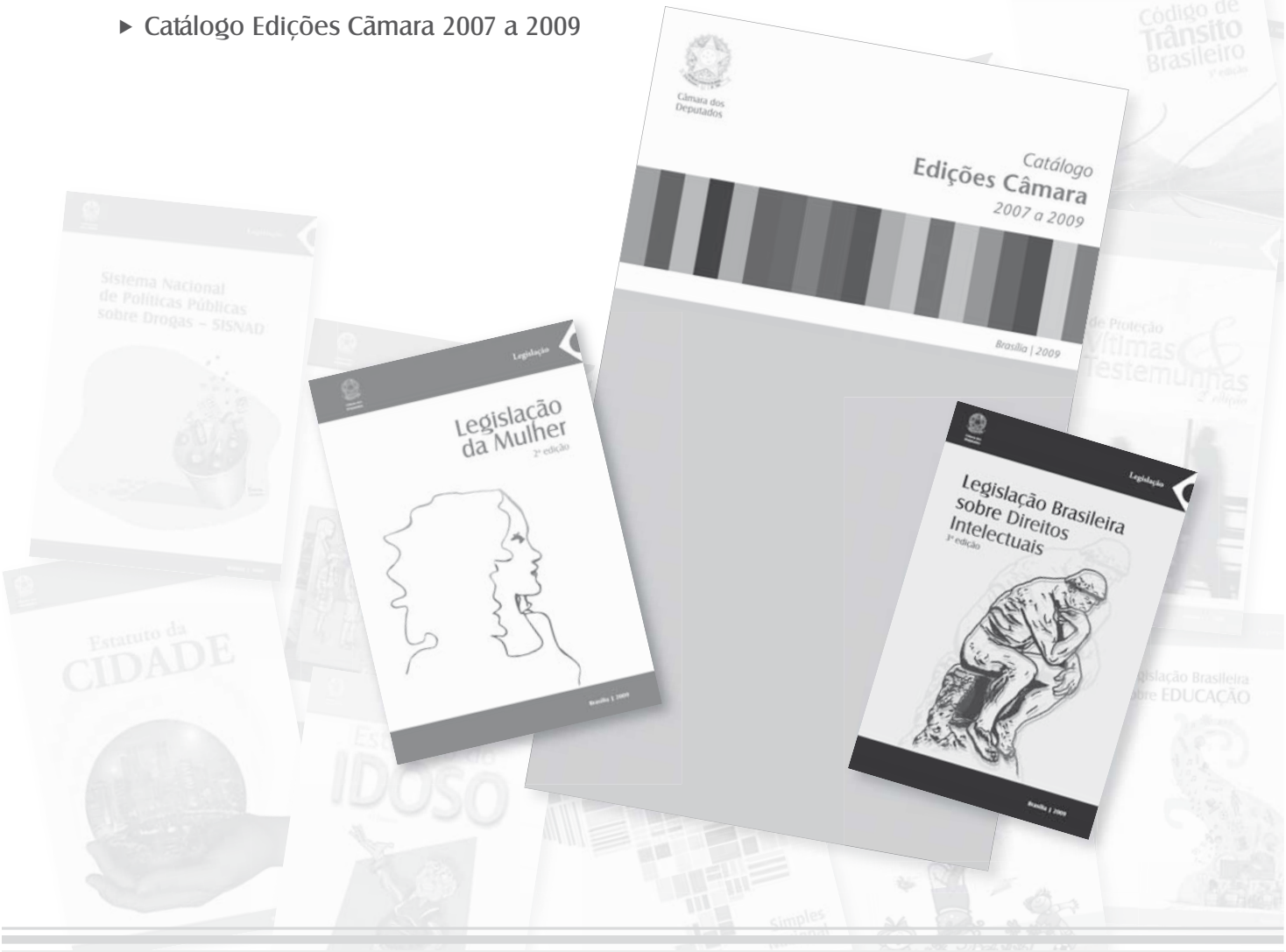
- Legislação da Mulher, 2. ed.

  ISBN 978-85-736-5553-7

- Legislação Brasileira sobre Direitos Intelectuais, 3. ed.

  ISBN 978-85-736-5611-4

- Catálogo Edições Câmara 2007 a 2009



edições câmara

CEDI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

INFORMAÇÕES

Coordenação Edições Câmara
Telefones: (61) 3216-5809
E-mail: edicoes.cedi@camara.gov.br
Site: http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes

LOCAL DE VENDA

Mídia Livraria
Ed. Principal e Anexo IV
da Câmara dos Deputados
Telefone: (61) 3216-9070



Edição de hoje: 286 páginas
OS: 2009/18801